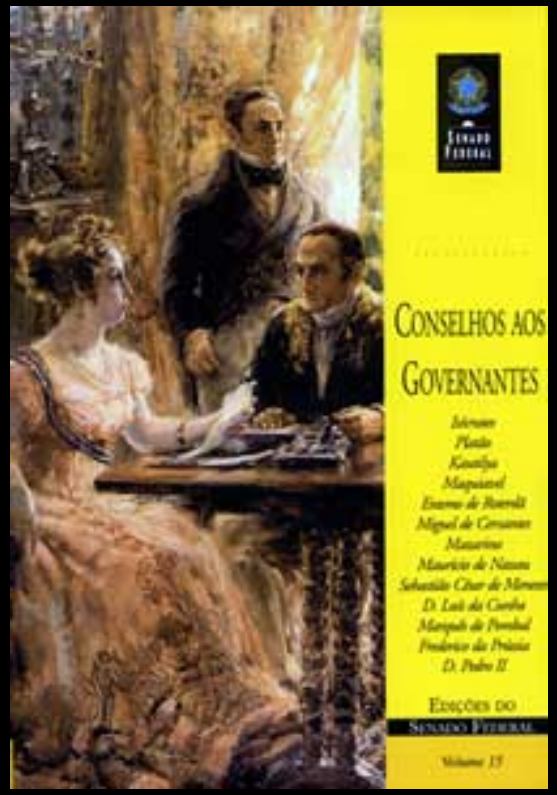
Conselho Editorial

Edições Eletrônicas

Conselhos aos Governantes

Isócrates
Platão
Kautilya
Maquiavel
Erasmo de Roterdã
Miguel de Cervantes
Mazarino
Maurício de Nassau
Sebastião César de Meneses
D. Luís da Cunha
Marquês de Pombal
Frederico da Prússia
D. Pedro II



Biblioteca Básica | Classicos da Política | Brasil 500 anos | Memória Brasileira | O Brasil Visto por Estrangeiros

SENADO FEDERAL
CONSELHO EDITORIAL

Para visualizar esta obra é necessário o acrobat reader 4.0.
Se você nâo possui esta versão instalada em seu computador,
clique aqui, para fazer o download.

. . . . . .

SUMÁRIO GERAL

APRESENTAÇÃO, por Walter Costa Porto
pág. 7

Isócrates / *Nicoclés*
pág. 27

Platão / *Aos amigos e parentes de Dião*
pág. 47

Kautilya / *Arthashastra*
pág. 77

Nicolau Maquiavel – *O Príncipe*
pág. 121

Erasmo de Roterdã – *A Educação de um Príncipe Cristão*
pág. 267

Miguel de Cervantes – *Conselhos de D. Quixote a Sancho Pança*
pág. 427

Cardeal Mazarino – *Breviário dos Políticos*
pág. 443

Maurício de Nassau – *Testamento Político*
pág. 507

Sebastião César de Meneses – *Suma Política*
pág. 515

D. Luís da Cunha – *Testamento Político*
pág. 599

Marquês de Pombal – *Carta ao Sobrinho, Governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas*
pág. 649

Frederico da Prússia – *Anti-Maquiavel*
pág. 657

D. Pedro II – *À Regente D. Isabel*
pág. 809

Índice Onomástico
pág. 833

. . . . . .

Apresentação

Walter Costa Porto

Há governantes e governados Mas há, também, os que, sob o poder do príncipe, tentam orientá-lo, moldar-lhe a conduta.

A referência ao príncipe logo lembra Maquiavel e seu texto tão famoso, padrão que identifica e delimita essa tarefa, por vezes não exitosa, de aconselhar os dirigentes.

Reúnem-se, aqui, alguns desses exemplos, de textos que se escreveram para a educação de chefes de governos. É rica a seara: há quem tenha contado cerca de mil livros da espécie, vindos à luz entre os séculos nono e o século dezoito.

Começa-se com um vitorioso, Isócrates. Em Fedro, *Platão fala dele, pela voz de Sócrates:*

> *"- Isócrates é jovem ainda, meu querido Fedro, sem embargo direi o que espero dele."*
>
> *E depois:*
>
> *"- Parece-me que possui demasiado gênio para comparar sua eloqüência com a de Lísias e que sua natureza é mais generosa. Não me admiraria que, com o avançar dos anos, brilhe o*

> *gênero que cultiva até o ponto em que seus predecessores pare-*
> *çam crianças a seu lado e que, pouco satisfeito de seus êxitos, se veja impulsionado até ocupações mais elevadas devido a divina inspiração."*[1]

Isócrates, que, muito mais tarde, Milton, em um de seus sonetos, verá como "o velho eloqüente", escreveu, ao que se crê em 376 a. C., ao seu ex-discípulo Nicolés, que assumira o trono em Salamina, na ilha de Chipre, recomendações. Grato, o novo rei lhe enviou sessenta talentos em ouro.

Sete das cartas de Platão, entre as treze que nos ficaram dele, tratam de suas frustradas intervenções na política de Siracusa.

O filósofo fora, pela primeira vez, à Sicília, em 387 a. C., durante o reinado do Dionísio, o Velho. Deste Dionísio, restou-nos um retrato dramático, por Cícero, no livro V de suas Tusculanes, *onde se relata o tão célebre caso de Dâmocles.*

Dâmocles era um dos aduladores do tirano, que submetera Siracusa ao peso de um jugo intolerável. Felicitou ele, certa vez, Dionísio, pelo seu poder, por suas tropas, pelo brilho de sua corte, e a magnificência de seu palácio, dizendo que nenhum outro príncipe havia tão feliz.

Dionísio, então, lhe perguntou se não queria provar um pouco daquele fausto, colocando-se em seu lugar. E o fez reclinar-se, coroado, em um leito de ouro, sobre tapetes riquíssimos, com perfumes e incensos, junto a uma mesa com as mais finas iguarias, rodeado por um sem-número de escravas solícitas.

Segundo Cícero, Dâmocles estava se imaginando o mais afortunado dos homens quando, em meio ao festim, percebeu, por sobre a cabeça, uma espada nua que Dionísio fizera pendurar ao teto, sustentada por uma simples crina de cavalo.

---

(1) *In* Fedro, *Diálogos Socráticos*, Madri, 1927.

Os olhos do felizardo se turvaram, a coroa lhe caiu da cabeça, suas mãos nem ousaram tocar nos pratos. Pediu ao tirano a graça de sair logo dali, não desejando a felicidade àquele preço.

O breve incidente de Dâmocles permite uma reflexão sobre a natureza do poder político, de certo poder político. O que Dionísio pretendeu, com êxito, foi indicar, ao adulador ingênuo, que sua dominação estava exposta a muitos riscos. A espada suspensa ao teto, de maneira tão frágil, é um símbolo que resiste aos tempos, se bem que poucas vezes explicitado, em toda sua circunstância. Sempre expressão de mera retórica, a compor discursos e frases de efeito, nunca enfatiza, verdadeiramente, os perigos do mando sem legitimidade, que é dos dirigentes que não são amados, só temidos. E mais que temidos, odiados.

Pois no mesmo texto das Tusculanes, *Cícero mostra como Dionísio, pelo temor de perder seu domínio injusto, havia se convertido em quase um prisioneiro em seu palácio. Confiando somente em alguns escravos, formando sua guarda de estrangeiros, ferozes e bárbaros. Levando tão longe sua desconfiança a ponto de fazer ensinar, às próprias filhas, ainda pequenas, o ofício de barbear, indigno, ao tempo, a pessoas livres. E não permitindo, quando cresceram, que nem mesmo elas se aproximassem dele com lâminas, passando, então, para barbear-se, a chamuscar os pêlos do rosto com nozes incandescentes.*

Quando se desvestia para o jogo da pela, que apreciava muito, Dionísio não entregava sua espada senão a um jovem, seu favorito. Um de seus amigos, comentou, um dia, sorrindo: "Eis, afinal, uma pessoa a quem confias a vida". Como o jovem sorriu, o tirano fez morrer os dois. Um, por haver indicado um meio de assassiná-lo. O outro, por parecer aprovar a sugestão com o sorriso.[2]

Foi má, para Platão, em 387 a. C., a impressão que teve da Sicília e do reinado de Dionísio. "Embriagar-se duas vezes ao dia, nunca se deitar sozinho à noite", comentou. Tais estados, para ele, não ces-

sariam jamais de caminhar sem sobressaltos, da tirania à oligarquia e à democracia.

Platão se entendeu, no entanto, admiravelmente, com o irmão de uma das mulheres do tirano, Dião, que o compreendeu melhor "do que todos os jovens com quem havia, até então, convivido".

Depois da morte de Dionísio, o Velho, em 367 a. C., Dião convenceu o jovem Dionísio, que assumira o trono, a convocar Platão: que o filósofo viesse com urgência, antes que outras influências se exercessem sobre o novo tirano, "conduzindo-o a uma existência diferente da vida perfeita". Dionísio, o Jovem, terminou por acusar Dião de conspirar contra o regime e o expulsou de Siracusa.

Platão regressaria ainda uma última vez à Sicília, por insistência e clara chantagem de Dionísio:

> *"Se eu te convencer a vires agora à Sicília, em primeiro lugar os negócios de Dião serão regularizados como queres. Sei bem que só me farás pedidos razoáveis e eu me prestarei a eles. Se não, nada relativo a Dião, a seus negócios ou a sua pessoa, se arranjará a teu modo."*

Com o apoio de alguns gregos, Dião toma Siracusa mas é morto em 354 a. C., pelo ateniense Calipo. Aos amigos de Dião, Platão dirige pelo menos duas cartas, aconselhando-os a que formassem um governo de coalizão, com representantes das famílias em choque e, até mesmo, com Dionísio.

Admiram-se, até hoje, os platônicos, pelo fato de que o filósofo tenha teimado em esforços para converter, em um bom rei, um tirano irrecuperável. Mas Platão conta, em uma das cartas, como, desde jovem, tinha o projeto de, no dia em que pudesse dispor de si próprio, "intervir na política". A Ditadura dos Trinta, em Atenas, porém, que ele pensara pudesse desviar a cidade "dos caminhos da injustiça para os da justiça", logo fez com que lamentasse "os tempos da antiga ordem como uma idade de ouro".

Ele viu, juntamente com a morte de Sócrates, a corrupção da legislação e o malogro da moralidade, a tal ponto que, quanto mais avançava na idade, mais lhe parecia difícil bem administrar os negócios do estado.

A chave da motivação e da conduta de Platão, com respeito ao jovem Dionísio, está em uma das frases da carta aos amigos e parentes de Dião. Já que nunca haviam podido se realizar os seus planos legislativos e políticos, seria agora o momento de experimentar: "Não tinha senão que persuadir suficientemente um único homem e tudo estaria resolvido."

Bem caberia falar de "os vários Maquiavéis", tantas as interpretações, tantas as deformações, as acusações que vieram sendo acrescidas aos poucos livros do florentino, a ponto de se poder indagar se se discutem, afinal, os mesmos textos, a ponto de se duvidar que Maquiavel tenha, em estilo simples e direto, escrito uma obra não complexa.[2]

Permito-me uma recordação pessoal. Menino da Zona da Mata de Pernambuco, ouvi muitas vezes, com que alegria e encantamento, a Canção do Vilela. *Eu a escutava recitada por violeiros, lidas nos cordéis, em feiras. E a reli, num desses dias, transcrita por Leonardo Mota.*[3]

Vilela era um celerado,
"que morava em um lugar
e até o próprio governo
tinha medo de o cercar".

Ele cometera o primeiro crime com a idade de dez anos. Aos doze, matou o próprio irmão, por causa de um cachimbo. Matou, depois, o cu-

(2) O estilo de Maquiavel, dirá Isaiah Berlin, é "singularmente lúcido, sucinto e pungente – modelo de uma clara prosa renascentista". Berlin, Isaiah, O Problema de Maquiavel, Textos de Aula, Centro de Documentação Política e Relações Internacionais, Brasília, s/d.

(3) Mota, Leonardo, *Cantadores*, Rio, Liv. Editora Cátedra/Inst. Nacional do Livro, 1976. Leonardo conta: "Essa conhecida lenda sertaneja inspirou inúmeras cantigas. Jacó Passarinho e Serrador, por exemplo, cantam variantes. O cego Aderaldo garante que a primeira *Cantiga do Vilela* foi composta pelo cantador Manuel da Luz, de Bebedouro. Sinfrônio assegurou-me que a sua é que é a verdadeira, "a boa e legítima do Braga" e acrescentou que "a havia aprendido de Jaqueira".

nhado, depois o filho de um padrinho. Em quase oitenta estrofes, a cantiga fala de seus crimes, *dos fracassos da polícia para contê-lo, dos batalhões enviados para capturá-lo. Até que um alferes, que chama Negreiros, se dispôs a enfrentá-lo. Quando, depois de muitas peripécias, o alferes chega à frente da casa do criminoso, diz:*

> *"Vilela me abra a porta*
> *deixe de machaveliça*
> *conheça que tá cercado*
> *pela tropa da puliça*
> *no batalão me acompanha*
> *Oficial de Justiça."*

Só muito mais tarde, eu iria perceber, relendo a cantiga, que machaveliça -- ou macaveliça, como muitas vezes também ouvi -- era maquiavelismo, procedimento astucioso, tão bem recebido em heróis como os das peças de Ariano Suassuna.

Os dicionários são mais rigorosos: falam do exercício de má-fé nos assuntos políticos. Veja-se, por exemplo, o Aurélio*:*

> "MAQUIAVELISMO *s. m. 1. Sistema político exposto por Nicollò Machiavelli, escritor e estadista florentino, em sua obra* O Príncipe *e caracterizado pelo princípio amoralista de que os fins justificam os meios. 2. Política desprovida de boa-fé. 3. Procedimento astucioso, velhaco, traiçoeiro, velhacaria, perfídia."*

Na linguagem comum, ficou, também, a expressão "florentino", com uma carga pejorativa: a "intriga florentina", a "estocada florentina", essas mais eficazes, mais letais.

Com Florença, rivalizavam, ao tempo de Maquiavel, entre outros, o Ducado de Milão, a República de Veneza, o reino de Nápoles. E muitos estados menores, como a República de Gênova, o Ducado de Ferrara, o Marquesado de Mântua, o Ducado de Urbino, as Repúblicas de Siena e de Luca. Mas só as intrigas de Florença ganharam, em razão de seu tão ilustre filho, essa marca insidiosa. Mas deveriam ser iguais às venezianas, às napolitanas, às milanesas. Toma-se, então, a cidade pelo seu

habitante, o todo pela parte, lembrando aquela figura de gramática que aprendemos -- e logo esquecemos -- no ginásio.

Quanto aos eruditos, há uma tragédia maquiavelana, que faz lembrar uma frase de Malraux a De Gaulle, transccrita em livro genial, com as conversações do estadista, já afastado do governo, com seu ex-ministro da Cultura. Malraux diz que "pertencer História é pertencer ao ódio".[4]

É frase que cabe, na medida certa, a Maquiavel. No Henrique IV, *de Shakespeare, representado em 1690, ele já é tido por "mortífero".*[5] *Para Chevalier, ele teria escrito "um breviário da tirania".*[6] *Para Titone, ele tinha uma preferência mórbida pelos meios "mais cruéis e mais ímpios".*[7] *Se depender de Dante, ele está agora no Inferno, condenado às chamas que devem envolver os heréticos. Seu escrito, especialmente O Príncipe, seria, para Prezolijn e Haidn, "anticristão." Sua obra, para Renzo Sereni, a de homem amargamente frustrado. Para os jesuítas, ele é "um sócio do Diabo em crimes". Segundo o cardeal inglês Pole,* O Príncipe *teria sido escrito "pela mão do Diabo".*[8] *Para Bertrand Russell, ele seria o autor de "um compêndio para gângsters" para Bodin, seria "um corruptor do Estado", muito em voga entre "os bajuladores de tiranos" e para quem "a astúcia tirânica era o centro da ciência política."*[9] *E, para completar, chegaram a chamá-lo de "docteur de la scéleratesse". Quer dizer, Maquiavel seria mais que um celerado, um PHD do crime.*

---

(4) Malraux, André. Quando os Robles se Abatem, Lisboa, Edições Livros do Brasil, 1971, p. 94.

(5) Shakespeare, Henrique IV, parte III, ato III, cena 2.

(6) Chevalier, Jean-Jacques, *História do Pensamento Político*, Rio, Zahar Editores, 1982, p. 262.

(7) Cit. por Baktine, Léonide, *Maquiavel*, Leituras Universitárias, Fund. Rondon/MEC, s/d, p. 38.

(8) Cit. por Gautier Vignal, Louis, Maquiavelo, México, Fondo de Cultura, 1978, p. 102.

(9) *In* Berlin, Isaiah, *O Problema de Maquiavel*, Textos de Aula, Centro de Documentação Política e Relações Internacionais, Universidade de Brasília.

Isso em razão de suas gestões à Igreja e a seus princípios, por sua defesa de uma política cruel, a da eficácia, e por seu tecnicismo frio, por sua integração, na verdade, ao mundo sórdido que o cercava.[10]

Todas as incriminações a Maquiavel formam sua lenda de ódio, que Cassirer contrapõe a uma lenda de veneração[11]*. Pois há os que o veneram.*

Sobre ele, Fichte publicou, em 1807, um artigo com observações que, segundo dizia, se destinavam "a salvar a reputação de um homem justo". E o via "com profundo discernimento das verdadeiras forças históricas que moldam os homens e transformam sua moralidade"[12]*. Alderísio o considera "um católico apaixonado e sincero."*[13] *Isaiah Berlin indica a obra de um compilador anônimo do século XIX: Máximas Religiosas Verdadeiramente Extraídas das Obras de Nicollò Machiavelli. Bacon reconhecia uma grande dívida para com ele, "um insigne realista recusando fantasias utópicas" e "que descreveu o que os homens fazem e não o que deveriam fazer."*[14] *Para Rousseau, ele, "fingindo dar lições aos reis, deu-as, grandes, aos povos".*[15]

Para Herder, ele é um "maravilhoso espelho de seu tempo". Para Hegel, ele era "um gênio que viu a necessidade de unir uma série de

---

(10) E por falar em Igreja, lembro um incidente curioso, na Universidade de Brasília, quando, professor do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais, eu colaborava com o programa editorial da instituição. Depois de publicar obras de Maquiavel, até então inéditas no país – como os Comentários sobre a *Década de Tito Lívio, A Arte da Guerra, Belfagor* – o então decano de extensão mandou imprimir cartazes que diziam "Neste Natal, Maquiavel", sugerindo que, nos presentes de fim de ano, as pessoas incluíssem os livros, recém-editados. Um religioso, que integrava a direção da Universidade, se rebelou: "Como ligar Maquiavel, tão anticatólico, à festa magna da cristandade?" Os cartazes foram incinerados.

(11) Cassirer, Ernst, O Mito do Estado, Rio, Zahar Editores, 1976, p. 135.

(12) In Cassirer, Ernst, ob. cit., p. 141.

(13) In Cassirer, Ernst, *ob. cit.*, p. 135.

(14) Bacon, Francis, Advancement of Learning, 1929, II, XXI.

(15) Rousseau, J-J, *Ouvres Complètes*, Paris, Pléiade, t. III, p. 409.

caóticos principados fracos e pequenos num todo coerente". Para Koening, "um esteta tentando evadir-se do mundo caótico e sórdido da Itália decadente de seu tempo, para um sonho de arte pura". Para Gramsci, ele era, acima de tudo, um inovador revolucionário, dirigindo suas setas contra a obsoleta aristocracia feudal, o papado e seus mercenários. O Príncipe *seria um mito representando a ditadura das forças novas e progressistas, prevendo o papel vindouro das massas e a necessidade da emergência de novos líderes imbuídos do realismo político. Engels o vê como "um dos gigantes do iluminismo, um liberto do enfoque do pequeno burguês". Para Marx, os* Discursos *seriam "verdadeiras obras-primas". Vitório Alfieri fala, afinal, de um "divino Maquiavel."*[16]

Que escreveu Maquiavel, que fez Maquiavel, para dar motivo a entendimentos tão desencontrados?

Redigiu o que sempre chamou de "opúsculo", O Príncipe, *no qual, como disse em carta a seu amigo Vettori,*

> *"sondo, até onde posso, os problemas de tal matéria, discutindo o que é um principado, quantas classes existem, como são adquiridos, como se pode mantê-los, e porque não perdidos...*
> *A um Príncipe, sobretudo se é um Príncipe novo, deve resultar aceitável."*[17]

Comparou, nos Discorsi, *traduzidos no Brasil, sob o título de* Comentários à Primeira Década de Tito Lívio[18], *as instituições políticas da república romana com as de seu próprio tempo. Entendendo, como disse no prefácio da obra, que*

> *"Para fundar uma república, manter estados, para governar um reino, organizar um exército, conduzir uma guerra, distribuir justiça, expandir o império, não se acha nem príncipe,*

(16) V. Berlin, Isaiah, ob. cit.

(17) Carta a Francesco Vettori, in Arocena, Luis A., *Cartas Privadas de Nicolas Maquiavelo*, Argentina, Editorial Universitário de Buenos Aires, 1979, p. 118.

(18) Maquiavel, Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1979.

nem república, nem capitão, nem cidadão que recorra aos exemplos da Antiguidade. Essa negligência é devida ainda menos ao estado de fraqueza a que nos reduziram os vícios de nossa educação atual, do que aos males causados por essa preguição orgulhosa que reina na maior parte dos estados cristãos, do que a falta de um verdadeiro conhecimento da matéria.[19]"

Escreveu uma Arte da Guerra[20], *com a justificativa de que "todas as artes praticadas na sociedade em função do bem comum, todas as instituições nela fundadas mediante o respeito às leis e o temor de Deus seriam vãs se não se preparasse igualmente sua defesa, a qual, se eficaz, permite mantê-las mesmo quando imperfeitamente estruturada.*

.....

Porque sem o apoio militar as boas instituições não podem subsistir em boa ordem."

E a obra com que ele figurasse "entre os mais importantes pensadores no terreno da administração militar".

Compôs o que seria "um misto de biografia, romance e tratado político", a Vida de Castrucio Castracani[21], *sobre um tipo de condottieri da cidade de Luca. E uma* História de Florença, *tida por Quentin Skinner como "sua obra mais larga e sossegada"*[22] *-- que escreveu em 1525, por encomenda do Cardeal de Médici.*

Uma série de relatórios resultou de suas missões diplomáticas, algumas de grande importância, como as viagens à corte do Duque César Bórgia e a do Papa Júlio II, à França, à corte do Imperador Maximiliano I, relatórios o mais das vezes assinado pelos embaixadores. Segundo um deles, Nicollò

(19) *In Comentários..., ob. cit.*

(20) Maquiavel, *A Arte da Guerra, A Vida de Castruccio Castracani, Belfagor, o Arquidiabo,* Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1980.

(21) In A Arte da Guerra..., ob. cit.

(22) Skinner, Quentin, Maquiavel, Madri, Alianza Editorial, 1984, p. 100. *Istorie Florentine*, publicada em 1532.

Valori, era fácil formar um juízo claro e certo com base naqueles textos. Teatro e poesia completam sua obra. O poeta Maquiavel, que o Brasil ainda não viu traduzido, tanto se considera que se queixa em carta a um amigo, que Ariosto, em Orlando Furioso, *não o tivesse mencionado na enumeração dos poetas italianos. Crê, por isso, que o tratavam "como um cachorro*[23]*".*

Eu não faria, como muitos, a distinção entre O Príncipe *e os* Discorsi, *apontando este último como obra de maior madureza. Mas indicaria, antes, os propósitos, os endereçamentos diversos, a explicar, assim, antinomias e oposições agudas entre os dois textos.*

O primeiro era obra dirigida a um homem e com um objetivo claro -- como se acompanhasse um currículo -- de obter, de volta, o emprego. Era o próprio currículo. Como se dissesse: quem é capaz de aconselhar, com tanto brilho, o Príncipe deve ficar ao seu lado.

Inicialmente, Maquiavel quis dedicar O Príncipe *ao Cardeal Giuliano de Médici. Segundo alguns biógrafos, constava que Giuliano deveria receber, de Leão X, Nápoles ou um novo estado, compreendendo Parma, Piacenza e Módena.*

Mas quando Vettori recebe o manuscrito, conta Oskar von Wergheimer,

> *"Giuliano não precisava mais de conselhos políticos e, sim, de auxílio dos médicos. Adoeceu, para morrer em 1516".*[24]

Maquiavel muda a dedicatória, transferindo-a para Lorenzo, não o Lorenzo Magnífico, mas o Lorenzo de Piero, não tão magnífico. O manuscrito, que não chegou a ser entregue a Giuliano, é quase certo que não foi lido por Lorenzo.

Esse é mais um ângulo da tragédia de Maquiavel, dirigindo conselhos a um príncipe que não os pediu e que os ignorou.

---

(23) Carta a Ludovico Alamanni, *in Cartas... ob, cit.*, p. 187.

(24) Von Wergheimer, Oskar, Maquiavel, Porto Alegre, Livraria do Globo, 1942, p. 183.

Cassirer chega a comentar: Maquiavel não era um ingênuo tão grande que pudesse acreditar que os governantes dos principados novos, homens como César Bórgia, se constituíssem material educável.

Como vimos, Platão foi um ingênuo desse tipo. Porque sua idéia era a de unir, em uma só cabeça, a sabedoria e o poder.

Para mostrar o quanto se afasta O Príncipe *dos demais textos que pretendem moldar o caráter dos soberanos, dos chefes de governo, basta compará-lo com o exemplo, mais perto do Brasil, de um desses manuais -- a carta que o Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, dirige a seu sobrinho, Joaquim de Melo Póvoas, governador do Maranhão, no final do século XVIII. Os conselhos, com exemplos tirados da história antiga, são para que o governador, neófito, seja, a um só tempo,*

> *"prudente e perspicaz, afável e rigorosamente justo e benevolente, modesto e perseverante, pio e valoroso, virtuoso, moderado e honesto".*

Maquiavel não desejaria que a maior parte desses rótulos fosse etiquetada no Príncipe, que ele, mais do que constrói, descreve.

Engana-se, diz Pombal,

> *"quem entende que o temor com que se faz obedecer é mais conveniente do que a benignidade com que se faz amar, pois a razão natural ensina que a obediência forçada é violenta e a voluntária segura".*

Maquiavel defenderá o contrário:

> *"Quem quiser fazer profissão de bondade não pode evitar sua ruína entre tantos que são maus. Assim, é necessário ao Príncipe, que se queira manter, que aprenda a poder ser mau, e que use ou não sua maldade segundo a necessidade."*

Não altere coisa alguma com coisa e nem violência, insiste Pombal,

> *"porque é preciso muito tempo, e muito jeito, para emendar costumes inveterados. Há muitos casos que, merecendo castigo, primeiro há de haver uma prudente admoestação repreensiva".*

O conselho de Maquiavel será bem outro:

> *"Os homens se devem afagar ou exterminar, porque eles se vingam das injúrias leves e, quanto às grandes, não podem fazê-lo, de sorte que o mal que se faz ao homem deve ser tal que não tema vingança dele."*
>
> .....
>
> *"Apoderando-se de um país, aquele que o ocupar deve imaginar todas as crueldades que precise cometer, para não ter que renová-las e poder, não as renovando, tranqüilizar os homens e ganhá-los com benefícios."*
>
> *"Quem governa de outro modo, por temor ou por maus conselhos, será obrigado a manter sempre a faca na mão, e não poderá jamais confiar nos súditos.*
>
> *"Porque é preciso fazer todo o mal de uma só vez a fim de que, provado menos tempo, pareça menos amargo, e o bem pouco a pouco, a fim de que seja mais bem saboreado."*

O Príncipe, *como creio, difere dos* Discursos, *porque esta é obra dirigida aos muitos, a rigor, aos súditos. Nesta, com generalizações ousadas, Maquiavel pôde "respirar o amor à liberdade, à maneira antiga, e o ódio à tirania".*

Na primeira obra, aconselhando o Príncipe, há de se contradizer o Maquiavel historiador e teórico da Política. Um exemplo notável disso é quando ele valora, nos Discorsi, *a separação de poderes, da qual se apercebe em Políbio.*

Políbio, esse grego romanizado, no século I antes de Cristo, em sua História[25], *procurara descrever os acontecimentos em Roma, desde o princípio da segunda guerra púnica (221 a. C.), até a tomada de Corinto (146 a. C.). Numa introdução à obra, leva sua narração até a primeira guerra púnica (264 a. C.). E, no livro VI, que, lamentavelmente, não nos chegou por inteiro, ele detém o relato e passa a discutir as*

(25) Políbio, *História*, Paris, Gallimard, 1970.

formas de governo, a elogiar o modelo de Licurgo em sua república, a indicar os diferentes poderes que compunham o governo de Roma.

Segundo ele, o governo da república romana estava dividido em três corpos. E,

> *"em todos três tão equilibrados e bem distribuídos os direitos que ninguém, anda que seja romano, poderá dizer com certeza se o governo é aristocrático, democrático ou monárquico, e com razão, pois se atendermos ao poder dos Cônsules, se dirá que é absolutamente monárquico e real; se à autoridade do Senado, parecerá aristocrático; e, se ao poder do povo, se julgará que este é estado popular."*[26]

Calcando sua exposição em Políbio, copiando-a, ao que parece, por vezes, literalmente, Maquiavel, que parece ter obtido o texto integral do livro VI, chega, então, nos Discursos, *àquela passagem que, para Norberto Bobbio seria uma antecipação da noção moderna da sociedade civil:*

> *"Os que criticam as contínuas dissensões entre os aristocratas e o povo parecem desaprovar justamente as causas que asseguraram fosse conservada a liberdade de Roma, prestando mais atenção aos gritos e rumores provocados por tais dissensões do que aos seus efeitos salutares. Não querem perceber que em todos os governos há duas fontes de oposição: os interesses do povo e os da classe aristocrática. Todas as leis para proteger a liberdade nascem de sua desunião, como prova o que aconteceu em Roma."*

E conclui:

> *"Tais desordens ... fizeram nascer leis e regulamentos favoráveis à liberdade de todos."*

A defesa tão firme -- e tão antecipadora -- da separação dos poderes nos Discursos *cede lugar, em* O Príncipe, *a uma única*

(26) Políbio, ob. cit., p. 481.

referência, no elogio ao Parlamento na França, que era, para Maquiavel, "a melhor causa da segurança do Rei e do Reino".

A respeito daquele Parlamento, dirá Maquiavel:

> *"Pode-se, aí, tirar notável instituição: os príncipes devem encarregar a outrem da imposição das penas. Os atos de graça, pelo contrário, só a eles mesmos, em pessoa, devem estar afetos."*

Endereçando seu "opúsculo" a Lorenzo de Piero, Maquiavel diz:

> *"Tome, pois, Vossa Magnificência este pequeno presente com a intenção com que eu o mando. Se esta obra for diligentemente considerada e lida, Vossa Magnificência considerará o meu extremo desejo que alcance aquela grandeza que a Fortuna e outras qualidades lhe prometem. E se Vossa Magnificência, no ápice de sua altura, alguma vez volver os olhos para baixo, saberá quão sem razão suporto uma grande e contínua má sorte."*

Em uma carta ao sempre amigo Vettori, ele almeja que Médici o empregue outra vez, "ao menos para rolar uma pedra".[27]

As queixas a Vettori se sucedem:

> *"Ficarei aqui, pois, entre meus piolhos, sem encontrar um homem que se lembre de meus serviços ou que acredite que eu ainda possa ser útil para alguma coisa."*[28]

A outro amigo, Vernacci, diz:

> *"A sorte não me deixou senão parentes e amigos dos quais faço agora meu capital."*[29]

Maquiavel servira, com dedicação, à república florentina desde 1498, secretário da segunda chancelaria e, logo, secretário do Conselho

(27) Carta a Francesco Vettori, de 10-12-1512, *in Cartas* ..., p. 119.
(28) Carta a Francesco Vettori, de 10-6-1514, *in Cartas* ..., p. 174.
(29) Carga a Giovanni Vernacci, de 19-11-1515, *in Cartas* ..., p. 178.

dos Dez, órgão encarregado da defesa do país e das questões diplomáticas.

Com o retorno dos Médicis, foi dispensado, em novembro de 1512. O documento de sua demissão é cruel:

> *"Cassaverunt, privaverunt e totaliter amoverunt."*

As três palavras, em latim, têm o mesmo sentido. Segundo os biógrafos de Maquiavel, os novos donos do poder pretenderam, assim, dar toda ênfase a seu alijamento. E como se as três palavras não bastassem, se acrescentou mais uma, "totaliter", *totalmente.*

Suspeito em um processo de conspiração, Maquiavel chegou a ser encarcerado e foi, numa ocasião, açoitado com uma corda.

Os anos seguintes viram sua insistência -- que a tantos, nos séculos seguintes, pareceu abjeta -- de voltar a servir ao Governo, desta vez ao autoritarismo reinante.

Abjeta, também, pareceu, a muitos, a dedicatória -- ou o pedido de emprego -- de O Príncipe. *Mas, como se trata de Maquiavel, houve quem visse o final da dedicatória como:*

> *"cheio de respeito mas, ao mesmo tempo, de altivez".*[30]

É constrangedor como um homem da estatura do florentino, com sua perspicácia, com sua lógica feroz, veja estreitados seus caminhos profissionais.

Há um lado redimidor: o fato de que ele obedeça a uma vocação, a uma destinação irresistível.

Nasci, diz em carta,

> *"para a palestra nas cortes dos príncipes."*[31]

E noutra carta,

> *"O que posso fazer é falar sobre o estado e me vejo forçado ou a fazer voto de silêncio ou discutir sobre ele."*[32]

---

(30) In Von Vertheimer, Oscar, *ob. cit.*, p. 161.
(31) In Von Vertheimer, Oscar, *ob. cit.*, p. 142.
(32) Carta a Francesco Vettori, de 9-4-1513, *in Cartas* ..., p. 72.

Mas há, também, a perspectiva amarga, que atravessou os séculos: a do adulador de tiranos, a do intelectual sempre disposto a servir, seja a repúblicas, seja a principados, seja a organizações democráticas, seja a oligarquias despudoradas.

Poderia ser um problema do mercado de trabalho. Noutros tempos, os Platões, os Aristóteles, os Protágoras, instruiriam toda a sociedade nas academias, nos ensinos sofísticos. Na Florença de Maquiavel, o historiador, o cientista social somente poderia se abrigar sob a proteção do príncipe, tanto quanto os pintores -- os Boticellis, os Jacopos de Ponterno; tanto quanto os arquitetos -- os Brunelleschis, os Michelozzis.

Somente ocorreu a Maquiavel, que não tem vocação para os bancos, para o comércio, e quer resistir como intelectual, uma outra alternativa:

> *"Procurarei abrigo numa região pobre qualquer, onde ensinarei as crianças a ler."*[33]

Durante quase dez anos, é a mesma sua cantilena a Vettori, nas cartas que nos ficaram e, provavelmente, em tantas outras que se extraviaram: quer retornar a seu emprego.

Volta Florença a ser, mais uma vez, república. E Maquiavel é, mais uma vez, suspeito à nova situação. Morre amargurado.

Em seu túmulo, puderam escrever:

> "Tanto Nomini Nullum par Elogium." *(Nenhum elogio corresponde à grandeza deste nome.)*

Mas o levantamento e a comparação entre os vários Maquiavéis bem permitiram a retificação:

> *"Nenhum elogio e nenhuma infâmia correspondem à grandeza e à execração deste nome."*

(33) Carta a Francesco Vettori, de 10-6-1514, in Cartas ..., p. 147.

Sessão do Conselho de Estado, óleo sobre tela de Georgina de Albuquerque - 1922
(Museu Histórico Nacional - MHN)

CONSELHOS AOS GOVERNANTES

Coleção Clássicos da Política

CONSELHOS AOS GOVERNANTES

• *Isócrates* • *Platão* • *Kautilya* • *Maquiavel*
• *Erasmo de Roterdã* • *Miguel de Cervantes* • *Mazarino*
• *Maurício de Nassau* • *Sebastião César de Meneses*
• *D. Luís da Cunha* • *Marquês de Pombal*
• *Frederico da Prússia* • *D. Pedro II*

SENADO FEDERAL

Brasília – 1998

CLÁSSICOS DA POLÍTICA

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997 – composto pelo Senador Lúcio Alcântara, presidente, Joaquim Campelo Marques, vice-presidente, e Carlos Henrique Cardim, Carlyle Coutinho Madruga e Raimundo Pontes Cunha Neto, como membros – buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

COLEÇÃO CLÁSSICOS DA POLÍTICA

Conselhos aos Governantes, de Isócrates, Platão, Kautilya, Maquiavel, Erasmo, Cervantes, Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico II, D. Pedro II.
Escritos Políticos, de Immanuel Kant
Sobre a Autoridade Secular, de Lutero e Calvino
Direito da Paz e da Guerra, de Hugo Grotius
Escritos Políticos, de Max Weber
A Constituição Britânica, de Walter Begehot

Projeto Gráfico: Achiles Milan Neto

© Senado Federal, 1998
Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes s/n.º
CEP 70168-970
Brasília – DF

. . . . . .

Conselhos aos governantes / Isócrates ... et al. -- Brasília :
Senado Federal, 1998.
841 p. -- (Coleção clássicos da política)
1. Filosofia política. 2. História política. I. Isócrates, 436-338 a. C. II. Série.

CDD 320.01

. . . . . .

Conselhos aos Governantes

ISÓCRATES

A Nicoclés

Tradução do francês de

Jean-François Cleaver

Isócrates

Isócrates -- nascido em 436 a.C. e falecido em 338 a.C. -- fora amigo de Euágoras, rei de Salamina, na ilha de Chipre.

Com a morte deste, subiu ao trono seu filho, Nicoclés.

Isócrates enviou, então, ao novo soberano, que havia sido seu aluno, recomendações, e o fez, anotam os analistas, sem antes formular as lisonjas autorizadas ou, até, impostas pelo costume a quem se dirigia a governantes. Agiu assim por sua independência de caráter, por uma grande estima a Nicoclés ou por se julgar com permissão dada sua condição de antigo mestre.

O aluno, agradecido, enviou-lhe sessenta talentos de ouro.

. . . . . .

SUMÁRIO

Argumento
pág. 31

Introdução
pág. 33

Argumento

Isócrates tivera relações de amizade com Euagoras,[1] Rei de Salamis, reino da ilha de Chipre.[2] Nicoclés, filho de Euagoras, fora discípulo de Isócrates. Ao alcançar a realeza com a morte do pai, Nococlés recebeu de Euagoras um discurso sobre os deveres dos reis. Nesse, Isócrates ministrava-lhe conselhos diretamente, sem antes formular essas lisonjas autorizadas ou, até, impostas pela praxe a quem se dirige a figura de alta dignidade. Assim fazia, quer fosse por independência de caráter, pela sua grande estima por Nicoclés ou, ainda, por julgar-se autorizado a manter a atitude de mestre. E Nicoclés, muito longe de melindrar-se, manifestou sua gratidão mandando-lhe sessenta talentos de outro, em agradecimento.

---

(1) O tradutor adotou, em todos os nomes próprios do texto, a grafia empregada pelo *Dicionário Oxford de Literatura Clássica.* Em outras obras, encontram-se as formas *Euágoras* e *Nicoclés.* (N.T.)

(2) Existe certo risco de confusão entre duas regiões distintas e distantes, cujos nomes são muito parecidos, talvez até semelhantes em grego. Salamina [em gredo *Salamis,* em francês *Salamine*] é uma ilha situada perto da Ática, perto da qual se desenrolou em 480 a.C. a batalha naval, em que os gregos arrasaram a frota persa. Muito distante, pois situada em Chipre, fica Salamis, cujo nome português é igual ao de Salamina em grego, e é designada no texto-fonte francês por Salamine (N.T.)

O discurso remetido a Nicoclés é admirável pela sabedoria dos preceitos e, sobretudo, por revelar o alto conceito em que Isócrates, cidadão de uma república, tinha da realeza e os grandes deveres que impõe. Isócrates pensa que um rei deve ser sábio, em atos, pensamentos e palavras. Deve ser culto, laborioso, pautado. Deve ser nobre e generoso, rodeado de homens virtuosos e capazes, que ele deve procurar e chamar junto a si. Deve repudiar o vício, afastar a mediocridade e sempre dar empregos e autoridade aos mais dignos. Deve ser leal em todos os atos, ser grande em tudo quanto diga respeito à sua pessoa e ao seu poder. Deve tirar a sua força da ordem e regularidade da sua administração e da prosperidade crescente dos particulares, não de impostos excessivos. Deve, por fim, amar o seu povo, protegê-lo, fazer-se amar dele, sem deixar de mostrar-se severo quando o exige a justiça; pois a bondade, quando aliada à fraqueza, suscita a ingratidão e leva ao desprezo.

Este discurso parece ter sido escrito em 376 a.C., algum tempo depois de Nicoclés ascender ao trono de Salamis. Isócrates tinha, então, cerca de sessenta e três anos. O discurso honra tanto Isócrates quanto Nicoclés: aquele, pela sabedoria e nobre liberdade com que se expressa; este, ao provar que Isócrates continuava nutrindo estima pelo seu antigo discípulo.

Assim como ocorreu em relação ao *Demonicus*,[3] houve quem afirmasse que o discurso dirigido a Nicoclés não é obra de Isócrates. Mas, como poderíamos duvidar de tal, se o próprio Isócrates menciona este discurso na fala de Nicoclés sobre os deveres dos reis, como também o faz no seu discurso *Sobre a permuta*, no qual chega a citar um trecho de *A Nicoclés?*

(3) O tradutor não conseguiu identificar a forma portuguesa deste título e o deixou na forma encontrada no texto francês. (N.T.)

Introdução

1 Caráter deste discurso, que se destina a ministrar preceitos sobre os deveres dos reis, e vantagem de tal presente em relação àqueles que se costuma oferecer. Os homens de condição privada têm numerosas oportunidades de aprender sobre os seus deveres. Os reis, que exercem a mais difícil missão na terra, não têm praticamente nenhuma oportunidade de fazer o mesmo. Por isso, os reis, que poderiam ser os homens mais felizes, levam vida extremamente atribulada, sendo completamente errôneo o juízo da multidão sobre as suas condições de vida.

2. É tarefa louvável ensinar o que devem procurar ou repudiar os reis em geral, ainda quando a execução seja pálido reflexo do escopo.

3. Preceitos, primeiro objeto a que devem aspirar os reis, que é como a fonte dos seus deveres.

4. Para alcançar esse objeto, o rei deve tornar-se superior aos outros, cultivando o seu espírito e convivendo com homens destacados pela sabedoria.

5. Os reis devem amar o seu povo, protegê-lo, mantê-lo no dever, honrar os homens virtuosos, defender os cidadãos de qualquer ofensa.

6. Regulamentos, institutos, leis, negociações, processos, juízos; regras de administração do Estado. Objetos nos quais devem manifestar-se a magnificência dos reis. Maneiras pelas quais se deve honrar os deuses.

7. Os homens que convém prestigiar. A guarda mais segura para os reis. As riquezas dos particulares devem ser protegidas. O zelo pela verdade. A conduta para com os estrangeiros. A clemência com os cidadãos. Quando, e de que maneira, convém fazer guerra; moderação e isenção.

8. Escolha dos amigos e dos homens que privam com os príncipes, escolha dos magistrados e ministros. Há que ouvir o que os homens dizem uns dos outros, punir os caluniadores e saber mandar em si mesmo.

9. As ocupações de que devem gostar os reis. Coisas nas quais devem esforçar-se por chegar à superioridade. Honras que devem ser buscadas. Tendências que devem ser dissimuladas. Inclinações que devem ser reveladas. A moderação dos reis é exemplo para os cidadãos. Caracteres pelos quais se reconhece um bom governante. Há que deixar de herança, para os filhos, glória antes que riquezas. Magnificência no vestir. Severidade nos hábitos de vida. Continência no falar e nos atos. Moderação que deve ser observada em todas as coisas.

10. Urbanidade com gravidade. Tipo de estudo que os reis devem preferir. Maneiras mais convenientes de ilustrar-se.

11. A superioridade do espírito sobrepõe-se à beleza do corpo. Os reis devem praticar o que aprovam, o que consideram digno de emulação, o que prescrevem aos seus filhos. Quem são aqueles que podem ser considerados sábios.

12. Epílogo. Em preceitos desta natureza, o que se procura não é tanto apresentar ensinamentos novos como reunir, de toda parte, o maior número possível de ensinamentos, para oferecê-los sob forma capaz de agradar. Há conselhos que são úteis, mas não agradam a quem os recebe.

13. Esse fato decorre da perversidade dos homens, que desejam o que lhes traz prejuízo e têm aversão ao que lhes é útil. Disso resulta que aquele que deseja agradar à multidão deve, como Homero, oferece-lhe fábulas e convertê-las em ação, como fizeram os poetas trágicos.

14. Um rei deve saber julgar de maneira original, não medindo o valor dos homens e das coisas pela comodidade que lhe oferecem, mas pela sua utilidade. Os homens devem ser estimados, antes de tudo, pela

prudência e oportunidade dos seus conselhos. Um conselheiro sábio deve ser preferido a qualquer outro bem.

15. Este presente é diferente dos outros, na medida em que ganha mais valor com o uso, em vez de desgastar-se. [Lange]

II

1. Nicoclés, aqueles que soem tazer-lhe, bem como aos outros reis, ricos tecidos, bronze, ouro lavrado com arte e outros objetos da mesma natureza, raros em sua casa e abundantes na sua, estão evidentemente traficando, e não presenteando-o, pois na realidade estão vendendo aquilo que lhe oferecem com muito mais habilidade que os homens abertamente dedicados ao comércio. Quanto a mim, pensei que, se eu pudesse definir corretamente os deveres de que deve cuidar e os atos de que deve abster-se para governar sabiamente Salamis e seu reino, estaria dando-lhe a prenda mais bela, mais útil, a que mais convém eu oferecer e você aceitar.

Muitas coisas contribuem para a educação dos simples particulares, em primeiro lugar, uma vida isenta de moleza e sensualidade e a obrigação de prover às necessidades cotidianas; em segundo lugar, as leis que a todos nos governam, a liberdade que têm os amigos de dirigir-se reparos e os inimigos de acusar-se pelas suas respectivas faltas; por fim, os preceitos relativos à condução da vida, deixados por alguns dos antigos poetas: coisas essas em que os particulares encontram naturalmente meios de aprimorar-se. Já os reis não contam com os mesmos recursos, eles que, mais do que os outros homens, precisariam de aviso, vêem-se privados desses tão logo sentam no trono. A maioria dos homens fica distantes deles; os que deles privam só se aproximam para lisonjeá-los; e, transformados em donos das mais fartas riquezas e árbitros dos maiores interesses, fazem tão mau uso desses meios de poder que muitos se perguntam se não se deve preferir, à existência dos reis, uma condição vulgar e uma vida ilibada. Sem dúvida, atentando somente para as honras, as riquezas, a autoridade, todos os homens julgam iguais a deuses aqueles que foram investidos da potência soberana; quando, entretanto, considerarmos os seus receios, os perigos que correm e, lembrando o passado, os vemos ora sendo atacados por quem menos deveria ameaçar a sua vida, ora obrigados a punir os seus entes mais amados,

ora condenados a ambas as desgraças, somos levados a pensar que a mais modesta existência é preferível ao domínio de toda a Ásia, acompanhado de tamanhas calamidades.

A causa dessa desordem, dessa confusão, reside na opinião, muito comum, que a realeza é igual às funções sagradas,[4] que qualquer homem é capaz de exercer, quando na verdade a realeza é a mais alta de todas as funções, a que requer mais sabedoria humana.

2. Apresentar-lhe conselhos sobre a condução de cada negócio, para que o leve adiante com prudência, garanta o seu êxito e previna as suas conseqüências nefastas, é dever dos homens que soem estar ao seu lado. Quanto a mim, tentarei indicar-lhe no geral as virtudes para as quais deverá tender ao longo de sua vida e os cuidados que devem ocupá-lo. Será o trabalho que quero oferecer-lhe digno da grandeza do tema, uma vez concluído? Eis algo difícil de enxergar desde o início. Muitas obras, em versos ou em prosa, que tinham suscitado altas esperanças quando só existiam no pensamento do seu autor, só obtiveram, uma vez acabadas e dadas à luz, fama muito inferior à esperada. Mas, de qualquer maneira, é empresa honrosa procurar lançar luz sobre verdades pouco lembradas e estabelecer princípios úteis para o governo das monarquias. Os homens que instruem os simples particulares são úteis apenas aos que recebem os seus conselhos; o homem que pudesse levar os chefes das nações à virtude seria útil aos príncipes, que comandam, e aos povos que obedecem, tornando assim o poder mais seguro, para uns, e mais ameno o governo, para outros.

3. É preciso considerarmos, inicialmente, o que é o dever dos reis, pois se assentarmos bem, em poucas palavras, aquilo em que reside a potência da realeza, sem perdermos de vista este ponto, desenvolveremos melhor as diversas partes do nosso tema.

Todos concordarão, creio eu, em que o primeiro dever dos reis, quando a sua pátria é infeliz, é remediar os seus males; quando é próspera, mantê-la na prosperidade; quando é fraca, torná-la potente. A ação cotidiana do governo deveria ter esses escopos; é evidente que os que receberam tamanha potência e devem decidir de tamanhos interesses não devem abandonar-se à moleza e ao ócio, mas sim zelar por que

(4) Nota do texto francês: *Por exemplo, as funções que eram sorteadas.*

ninguém os supere em sabedoria; com efeito, é inegável que a prosperidade de seu reino terá a mesma medida que a sua habilidade. Por isso, os atletas têm menos interesse em fortificar o corpo do que têm os reis em desenvolver as faculdades da alma, e os prêmios oferecidos em nossas solenidades não são nada, quando comparados com os que você procurará conquistar diariamente.

4. Compenetrado dessas verdades, dedique a sua força de espírito a colocar-se, pelas suas virtudes, acima dos outros homens, tanto quanto os supera pela posição; e não creia que o cuidado e a aplicação, tão valiosos em todas as outras situações da vida, nada possam para tornar-nos melhores e mais sábios. Não condene a humanidade a desgraça tal que, havendo já encontrado meios de amansar os instintos dos animais e ampliar a sua inteligência, não tenhamos influência suficiente sobre nós mesmos para aprender a virtude. Ao contrário, convença-se de que os cuidados e a educação têm grande poder para aprimorar a nossa natureza. Chegue-se aos homens mais sábios entre os que o rodeiam; convide a entrar os que você puder atrair e não tolere desconhecer qualquer um dos poetas célebres ou dos filósofos estimados. Seja ouvinte daqueles, seja discípulo destes; prepare-se para ser o juiz dos menos habilidosos e o rival dos mais esclarecidos. Com a ajuda de tais exercícios, logo se tornará tudo o que deve ser, em nossa opinião, um rei destinado a reinar com justiça e governar com sabedoria. Encontrará em si poderoso motivo de emulação, se julgar contrário à razão o fato de o mau reinar sobre o homem de bem e o insensato mandar no sábio; e você terá tanto mais zelo em exercer a sua inteligência quanto mais desprezo sentir pela incapacidade dos outros.

5. Por aí devem começar os que se destinam a governar bem; além disso, devem ser amigos da humanidade e amigos da sua pátria. Os homens, os cavalos, os cães, os seres de toda natureza não podem ser dirigidos a contento se a afeição não preside aos cuidados de que são objeto. Por isso, dedique-se ao povo e, sobretudo, a fazê-lo gostar da sua autoridade, convicto de que, entre todos os governos, sejam eles oligárquicos ou de outra natureza, os mais duradouros são os que melhor sabem resguardar os interesses do povo. Você exercerá ao povo nobre e útil influência se não permitir que insulte qualquer pessoa, nem que seja insultado; e se, reservando sempre as honras aos mais dignos, cuidar de proteger os outros cidadãos contra a injustiça. Esses são os primeiros

princípios, os princípios mais essenciais do bom governo. Elimine e modifique as leis e costumes viciosos; empenhe-se, sobretudo, em descobrir as leis mais convenientes para o seu país ou, pelo menos, imite as de outros povos que sejam reconhecidamente boas.

6. Procure leis que sejam globalmente justas e úteis, leis que se acordem entre si, leis tais que os processos escasseiem e sejam prontamente decididos. As leis, para serem boas, devem satisfazer todas essas condições. Faça com que as transações sejam vantajosas e prejudiciais os processos, de sorte que os cidadãos evitem estes e corram para aquelas. Nos diferendos surgidos entre particulares, dê sentenças que não sejam ditadas pelo favorecimento, nem contraditórias entre si, e decida sempre da mesma maneira em casos semelhantes. Interessa tanto à utilidade pública quanto à dignidade real serem imutáveis as sentenças do rei e sabiamente feitas as leis.

Administre o seu reino como se administrasse a herança recebida do seu pai. Seja magnífico e régio em todas as suas disposições e tenha cuidado e rigor em arrecadar impostos, para brilhar sobremaneira e poder arcar com todas as suas despesas. Nunca exteriorize a sua magnificência em profusões efêmeras, mas sim nas coisas que lhe apontamos, na suntuosidade dos seus palácios e nos favores que dispensa aos seus amigos. Usando das suas riquezas dessa maneira, conservar-lhes-á os frutos e deixará àqueles que lhe sucederem vantagens mais valiosas que os tesouros despendidos com nobreza.

Cultue devidamente os deuses, seguindo os exemplos deixados pelos seus ancestrais; creia, no entanto, que o mais belo sacrifício, a homenagem maior, será mostrar-se justo e virtuoso. O homem animado desses nobres sentimentos pode contar com o favor divino, mais do que aquele que imola muitas vítimas.

7. Honre os seus parentes mais próximos com funções de prestígio e entregue os empregos que conferem poder de fato aos seus amigos mais dedicados.

Considere que a sua melhor garantia de segurança é a virtude dos seus amigos, a boa vontade dos seus concidadãos e a sua própria sabedoria: com a ajuda desses recursos é que se pode adquirir o poder e conservá-lo.

Zele pela maneira segundo a qual os cidadãos administram a própria fortuna; veja aqueles que esbanjam como homens pródigos da fortuna real e creia que aqueles que se enriquecem pelo próprio trabalho estão acrescendo os tesouros do rei. A fortuna dos cidadãos faz a riqueza dos reis que governam sabiamente.

Demonstre, por todos os aspectos da sua vida, tal respeito pela verdade que as suas palavras inspirem mais confiança que as juras dos outros homens.

Ofereça a todos os estrangeiros asilo em sua cidade e faça com que eles encontrem, em todas as transações, respeito às leis. Prefira, àqueles que lhe trazem presentes, os que desejam recebê-los de você. Os favores que você fizer aumentarão a sua fama.

Expulse o terror do seio do seu povo e não permita que o inocente seja levado a temer, pois os sentimentos que você inspirar aos seus concidadãos, você também há de senti-los em relação a eles.

Não faça nada com cólera, mas mostre-se irritado quando a ocasião o exigir.

Seja temível por exercer implacável vigilância; seja indulgente, impondo sempre castigos que ficam aquém das faltas.

Faça respeitar a sua autoridade, não pela dureza no comando ou pelo rigor dos suplícios, mas sobrepondo-se aos outros homens pela sabedoria e deixando-os convictos de que você lhes dá mais segurança do que teriam por meios próprios.

Prove ser um rei belicoso, pela ciência da guerra e pelo aparato bélico, demonstre ser um príncipe amigo da paz, pela sua aversão a qualquer expansão injusta.

Comporte-se com os Estados mais fracos como gostaria de ser tratado pelos Estados mais poderosos.

Não suscite contestações sobre toda espécie de assunto; atenha-se àquelas que, se ganhas, podem trazer-lhe alguma vantagem.

Não olhe com desprezo os que sucumbem atingindo um resultado útil, mas sim aqueles que obtêm uma vitória prejudicial aos próprios interesses.

Creia que a grandeza de alma não está nos homens que empreendem mais do que podem executar, mas naqueles que, perseguindo com ardor o que é nobre e grande, podem executar o que empreendem.

Não entre em rivalidade com os homens que estenderam sua potência aos confins, mas com os que melhor a usam; creia que será feliz, não mandando a todos os homens em meio a terrores, perigos e sofrimentos, mas, sendo o que deve ser e atuando como atua hoje, tendo apenas desejos moderados, sempre coroados de sucesso.

8. Não admita como amigos seus todos aqueles que desejarem a sua afeição, mas apenas os que são dignos de obtê-la; não aqueles cuja companhia lhe seja mais agradável, mas sim os que melhor poderão ajudá-lo a governar o seu país com sabedoria.

Mantenha-se sempre informado sobre o valor das pessoas que o odeiam, sabendo que os que não podem aproximar-se de você o julgarão igual aos homens que privam da sua intimidade.

Ao escolher quem deva encarregar-se de negócios que não administra pessoalmente, nunca perca de vista que você é quem arcará com a responsabilidade dos seus atos.

Considere os mais fiéis amigos, não aqueles que aprovam todas as suas palavras e elogiam todas as suas ações, mas sim os que censuram os seus erros.

Permita que as pessoas sábias expressem a sua opinião, para ter, nas questões delicadas, conselheiros que possam proficuamente examiná-las com você.

Saiba distinguir os cortesãos, que adulam com arte, dos amigos, que servem por devoção, para não dar mais crédito aos maus do que aos homens virtuosos.

Ouça o que os homens dizem uns dos outros e procure ter luzes tanto sobre os que falam quanto sobre aqueles de quem se fala.

Castigue os caluniadores com as penas em que incorreriam os culpados.

Não tenham menos domínio sobre você mesmo do que sobre os outros homens; creia que não há nada mais régio do que libertar-se do jugo das suas paixões e seja ainda mais senhor dos seus desejos do que dos seus concidadãos.

Não crie vínculos com qualquer pessoa ao acaso e sem reflexão, mas acostume-se a ter prazer nas conversas que aumentam a sua sabedoria e reputação.

9. Não procure destacar-se nos atos que homens viciosos podem realizar como você; tenha orgulho da virtude, na qual não podem ter parte os maus.

Medite que as verdadeiras honras não residem nas homenagens prestadas publicamente e inspiradas pelo receio, mas nos sentimentos daqueles que, na intimidade da família, admiram mais a sua sabedoria do que a sua fortuna.

Caso você goste de algo frívolo, oculte essa franqueza ao público, mostre-lhe apenas o seu zelo por aquilo que é nobre e grande.

Não creia que ter uma vida decente e honesta equivalha a participar de algo vulgar e que viver na desordem seja privilégio dos reis. Ofereça a regularidade da sua vida como modelo para os seus concidadãos e não esqueça que os costumes dos povos se formam a partir dos costumes dos homens que os governam.

Você terá uma prova da sabedoria do seu governo se vir que as suas diligências garantiram mais riqueza e costumes mais honestos aos povos sobre os quais reinou.

Prefira deixar aos seus filhos um nome glorioso do que grandes riquezas. As riquezas são perecíveis, a glória é imortal. As riquezas podem ser adquiridas pela glória, a glória não se compra com riquezas. As riquezas são, às vezes, compartilhadas pelos maus, mas a glória só pode ser adquirida por homens de virtude superior.

Tenha magnificência no vestir e em tudo o que possa contribuir para o brilho da sua personalidade, mas seja simples e austero no resto dos seus costumes, como convém aos que governam, para que os que vêem a magnificência à sua volta o creiam digno de reinar, e que os que se aproximam de você, vendo a força da sua alma, formem a mesma opinião.

Esteja sempre disciplinando as suas palavras e atos, para cometer o menor número possível de faltas.

O mais importante, nos negócios, é perceber qual o ponto de que depende o êxito; como esse ponto é difícil de identificar, é melhor não atingi-lo do que passar dele. A verdadeira sabedoria fica aquém do objetivo, em vez de passar além.

10. Procure unir a polidez à gravidade. A gravidade convém à potência soberana; a polidez é o ornamento da sociedade. Este duplo preceito é, de todos, o mais difícil de observar; quase sempre, os que afetam gravidade incorrem em frieza, e quem procura ser educado pode parecer humilde e rasteiro. É preciso, reunindo as duas qualidades que indicamos, evitar a desvantagem inerente a cada uma delas.

Se quiser aprofundar os conhecimentos que convêm aos reis, junte a experiência à teoria; a teoria lhe mostrará o caminho e a experiência lhe permitirá andar com passos firmes nesse caminho.

Pense nas vicissitudes e desgraças que afetam os particulares e os reis, as lembranças do passado reforçarão a sabedoria dos seus conselhos para o futuro.

Fique convicto que, quando simples particulares aceitam sacrificar a sua vida para serem louvados após a sua morte, é uma vergonha, para os reis, não terem a coragem de destacar-se por atos que lhes dêem, em vida, fama honrosa.

Faça com que as suas estátuas permaneçam como monumentos à sua virtude, mais do que como lembrança da sua pessoa.

Antes de tudo, esforce-se por garantir a sua segurança e a do seu reino; mas, se houver que enfrentar perigos, prefira morrer com glória a viver na vergonha.

Em todas as suas ações, lembre que você é rei e tenha todo o cuidado para não fazer nada que seja indigno dessa posição suprema.

11. Receie morrer por inteiro e, já que recebeu da natureza um corpo perecível e uma alma imortal, empenhe-se em deixar da sua alma uma lembrança que não morra.

Habitue-se a falar de costumes e ações honrosas, para nutrir, no seu coração, sentimentos condizentes com o objeto das suas conversas. Aquelas coisas que lhe parecem melhores quando está refletindo só, realize-as nas suas ações.

Imite os homens cuja glória excita a sua emulação.

Os conselhos que você daria aos seus filhos, creia que é digno você também segui-los.

Faça uso dos preceitos que lhe ofereço, ou procure achar outros, melhores.

Considere sábios, não os homens que empreendem discussões minuciosas sobre temas frívolos, mas os que tratam com habilidade das questões importantes; não os que prometem a felicidade aos outros, vivendo na miséria, mas os que, falando com reserva do que lhes diz respeito, são capazes de tratar utilmente homens e negócios e, sem nunca serem afetados pelas vicissitudes da vida, sabem passar pela boa e má fortuna com a mesma nobreza e moderação.

12. E não estranhe haver, nas coisas que eu lhe disse, muitas já conhecidas de você; este ponto não me escapou. Não estava eu sem saber que grande número de particulares e príncipes já tinham formulado parte destas verdades, que outros as tinham ouvido proclamar, outros as tinham visto sendo aplicadas e outros, ainda, já as estavam aplicando por conta própria. Mas não é nos discursos destinados a expor regras de conduta que se dever procurar idéias novas. Nesses discursos, não há lugar para qualquer coisa paradoxal, ousada, contrária às idéias estabelecidas, e quem é capaz de reunir o maior número de verdades espassas nos pensamentos dos homens para apresentá-las da forma mais eloqüente deve ser visto, entre todos os escritores, como o mais digno de agradar. Tampouco ignorava eu que, entre todos os discursos e escritos, em prosa e em verso, os que têm por objeto oferecer conselhos são universalmente considerados os mais úteis, por quem os escuta, porém não os mais agradáveis. Tem-se para com eles o mesmo sentimento reservado aos homens que se prezam de dar conselhos: todos os louvam, mas ninguém os procura, e preferimos a companhia dos que compartilham os nossos erros à dos que nos demovem de cometê-los. Poder-se-ia, em apoio do que digo, citar as poesias de Hesíodo, de Teógnis e de Focilides. Esses grandes homens são proclamados os melhores conselheiros da vida humana, mas aqueles mesmos que o declaram preferem gastar o tempo em conversas frívolas a nutrir-se com as suas sábias doutrinas. Ainda mais, se alguém escolhesse, nas obras dos maiores poetas, os trechos trabalhados com mais esmero, e que são chamados de máximas, essas máximas seriam acolhidas com a mesma disposição, sendo sempre a comédia mais fútil ouvida com mais prazer do que o são preceitos elaborados com arte tão perfeita.

13. Aliás, haverá necessidade de deter-nos em cada objeto? Se quisermos examinar no geral a natureza dos homens, veremos que, em sua

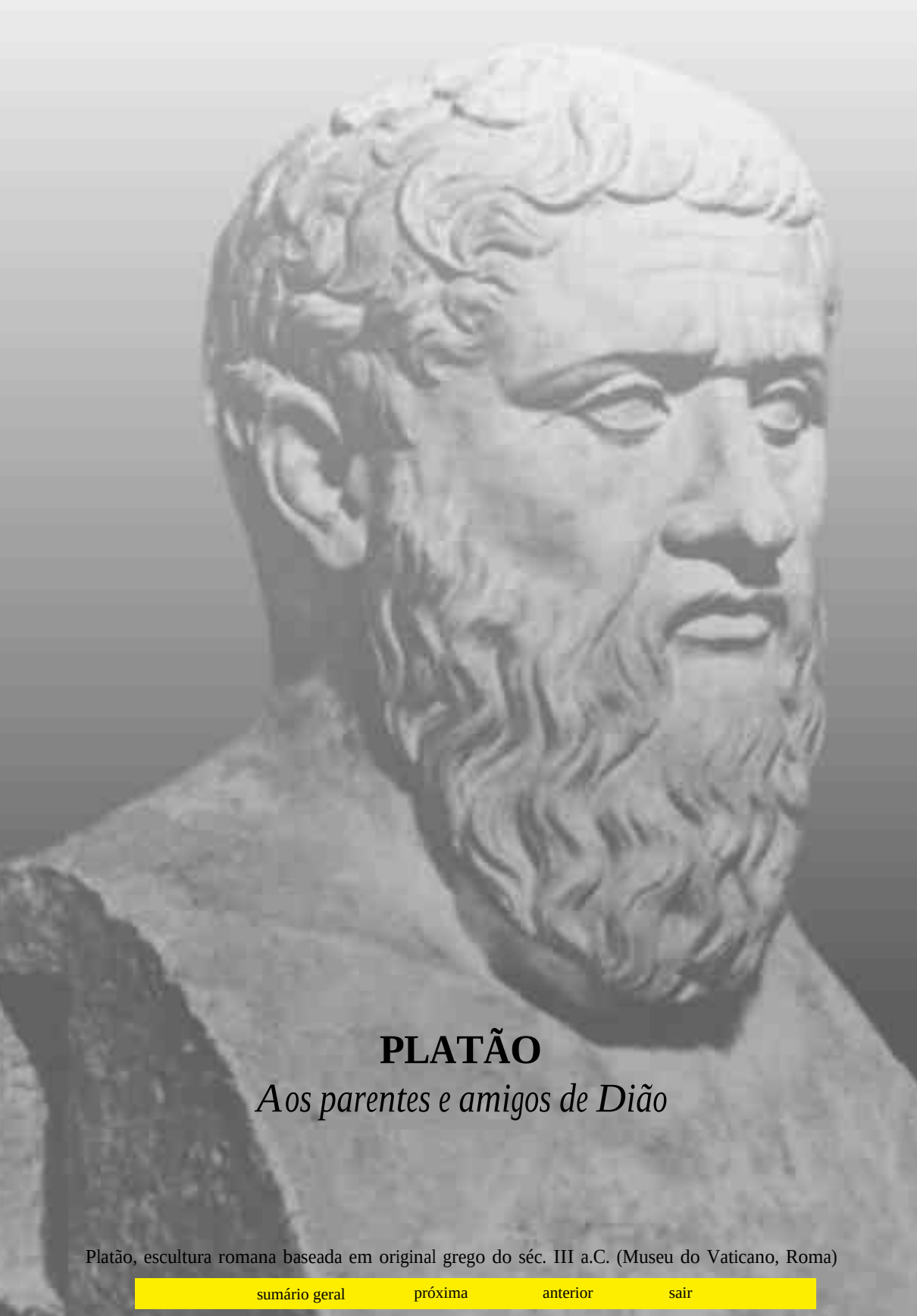
maioria, não se sentem atraídos pelos alimentos mais sadios, nem pelas ocupações mais nobres, nem pelas melhores ações, nem pelos preceitos mais úteis; veremos que procuram os prazeres mais contrários aos seus interesses e consideram modelos de constância e energia homens que só cumprem com alguma parte dos seus deveres. Como se poderia agradar a semelhantes ouvintes, dando-lhes conselhos, instruções ou avisos úteis, se, além de tudo o que dissemos, atormentam os homens sábios com a sua inveja e julgam que os insensatos são apenas homens simples e abertos? Tão longe da verdade estão eles que ignoram até os assuntos que lhes dizem respeito; irritam-se quando têm de tratar dos seus próprios interesses; só gostam de discutir os interesses de outrem e submeteriam o próprio corpo a torturas de todo tipo antes que exercer o espírito no trabalho e dedicar atenção a alguma coisa necessária. Reunidos, trocam escárnios e insultos. Se estão sós, você não os encontrará refletindo, mas afagando desejos quiméricos. Não digo isso de todos os homens: digo-o daqueles que têm os defeitos que apontamos.

Destarte, é evidente que os que desejarem escrever, seja em verso ou em prosa, de forma a agradar à multidão, não devem prender-se às verdades mais úteis mas, antes, às ficções mais maravilhosas. A multidão aprecia tais relatos, comove-se vendo lutas e combates. Por isso, devemos admirar o gênio poético de Homero e dos primeiros inventores da tragédia; tendo avaliado a natureza humana, deram aos seus relatos as duas formas que acabamos de citar. Homero representou, nas suas ficções, os combates e as guerras dos semideuses; os poetas trágicos leram essas mesmas ficções ao cenário, em relatos e ações, de maneira a tornar-nos ao mesmo tempo ouvintes e espectadores. Em face de semelhantes exemplos, fica evidente, para aqueles que desejam encantar os seus ouvintes, que devem cuidadosamente abster-se de dar avisos ou conselhos, empenhando-se em dizer ou escrever o que acharem mais próprio para agradar à multidão.

14. Apresentei-lhe este quadro pensando que você, que não é homem da multidão, mas a governa, não deve ter os mesmos sentimentos que o vulgo e deve avaliar a relevância das coisas e o valor dos homens pela sua utilidade, não pelo prazer que posam oferecer. Cheguei a tal opinião, sobretudo, após reconhecer que os mestres de sabedoria divergiam quanto aos meios de desenvolver as faculdades da alma, anunciando que tornariam seus discípulos mais sábios e habilidosos usando ora as discussões da dialética, ora os discursos políticos, ora outros

meios, mas ficando todos de acordo num ponto: o homem formado por nobre educação deveria ser capaz de tirar, de cada uma dessas fontes, elementos de sabedoria. Assim que é preciso, para julgar com certeza, abandonando as coisas controversas, estear-se no que é admitido por todos e, sobretudo, avaliar os homens pelos conselhos que dão em determinadas circunstâncias ou, pelo menos, pelo que dizem em relação a todos os negócios. Por fim, você deve rechaçar aqueles que, em relação aos assuntos que lhes dizem respeito, não sabem nada do que é preciso saber: é evidente que aquele que não pode ser útil a si mesmo nunca ensinará sabedoria a ninguém. Ao contrário, outorgue a sua estima e apoio aos homens esclarecidos, aos homens cuja visão alcança além da dos espíritos vulgares, convicto que um sábio conselheiro é o mais útil, o mais régio de todos os tesouros; por fim, creia que os homens que lhe oferecerem mais recursos para cultivar a sua inteligência são os que mais contribuirão para a grandeza do seu reino.

15. Digirindo-lhe estes conselhos, proporcionados pelas minhas luzes, honro-o com os meios dos quais disponho. Quanto a você, como disse no início deste discurso, não permita mais que lhe tragam esses presentes consagrados pelos hábitos, que você, assim como os outros reis, compra daqueles que os oferecem muito mais caro do que o faria de quem os vende, e prefira dádivas que, muito longe de desgastarem-se com o uso que delas faça, adquiram a cada dia novo valor.



PLATÃO

Aos parentes e amigos de Dião

Platão, escultura romana baseada em original grego do séc. III a.C. (Museu do Vaticano, Roma)

Platão

Platão nasceu em 427 a.C. e faleceu em 348 a.C.

Seu nome era Arístocles, mas o apelido, que o celebrizou, veio em razão do fato de possuir ombros largos.

Dada a fortuna de sua família, recebeu educação esmerada.

Suas obras mais conhecidas são A República *e* As Leis.

Ligando-se a Dião, cunhado do tirano Dionísio, o Velho, de Siracusa, Platão tentou converter em um bom rei Dionísio, o Jovem, que substituíra o pai. A carta aos amigos de Dião, dá conta de seus esforços.

. . . . . .

De Platão aos amigos e parentes de Dião

Escrevíeis-me convictos da conformidade das vossas idéias com as de Dião, e pedíeis-me instantemente para vos ajudar na medida do possível pelos meus atos e palavras.

Seguramente, consinto em colaborar, se na verdade a vossa maneira que seus, de contrário teria necessidade de refletir melhor. Das suas concepções e projetos posso falar com segurança. Com efeito, quando pela primeira vez fui a Siracusa, tinha cerca de quarenta anos; Dião tinha a idade que tem hoje Hiparinos e via então as coisas como nunca deixou de as ver então: os siracusanos, na sua opinião, deveriam ser livres e reger-se pelas melhores leis. Não seria, pois, surpreendente que as idéias políticas de Hiparinos, graças a uma intervenção divina, surgissem conformes às de Dião. Quanto à sua gênese, vale a pena ser conhecida, tanto dos jovens como dos mais velhos.

Vou tentar fazer-vos a narração desde a origem: as presentes circunstâncias a tanto dão ensejo.

Outrora na minha juventude experimentei o que tantos jovens experimentaram. Tinha o projeto de, no dia em que pudesse dispor de mim próprio, imediatamente intervir na política. Ora vejamos, como então se me apresentara a situação dos negócios da cidade: a forma de governo existente, sujeita a críticas diversas, conduziu a uma evolução. À cabeça da nova ordem cinqüenta e um cidadãos foram eleitos chefes,

onze na cidade, dez no Pireu (estes dois grupos foram encarregados da "ágora" e de tudo o que concernia à administração das cidades) – mas trinta constituíam a autoridade superior com poder absoluto. Vários de entre eles sendo ou meus parentes, ou conhecidos, logo me atraíram a si, para tarefas que me convinham. Alimentei ilusões que não tinham nada de espantoso devido à minha juventude. Imaginava, de fato, que eles governariam a cidade, desviando-a dos caminhos da injustiça para os da justiça. Observava também com ansiedade o que iriam fazer. Ora, vi aqueles homens em pouco tempo fazerem lamentar os tempos da antiga ordem como uma idade de ouro. Entre outros, ao meu querido e velho amigo Sócrates, que não me canso de proclamar como o homem mais justo do seu tempo, quiseram associá-lo à tentativa de levar pela força um cidadão a ser condenado à morte, isto com o objetivo de por alguma forma o comprometerem na sua política. Sócrates não obedeceu, e preferiu expor-se aos maiores perigos a tornar-se cúmplice de ações criminosas.

Em face de todas estas coisas e a outras do mesmo gênero, e de não menos importância, fiquei indignado e afastei-me das misérias dessa época. Depressa os trinta caíram e, com eles, todo o seu regime. De novo, e ainda que com maior prudência, estava desejoso de ocupar das tarefas do estado. Ocorriam então, já que era um período conturbado, muitos fatos revoltantes e não é de admirar que as revoluções tenham servido para multiplicar os atos de vingança pessoal. Entretanto, os que regressaram usaram de bastante mais moderação.

Mas, sem que eu desse conta de como acontecia, cidadãos poderosos conduzem aos tribunais este mesmo Sócrates, nosso amigo, e fizeram-lhe uma acusação das mais graves, que de forma alguma ele merecia: é por impiedade que uns o acusam diante do tribunal e outros o condenam e fazem morrer o homem que, quando eles próprios afastados do poder e caídos em desgraça, não quis participar na criminosa prisão de um dos seus amigos, então banido. Assistindo a isto e vendo os homens que conduziam a política, mais me debruçava sobre as leis e os costumes, e quanto mais avançava na idade, mais me parecia difícil bem administrar os negócios do estado. Por um lado, sem amigos e sem colaboradores fiéis, isso não me parecia possível. Ora, entre os cidadãos atuais não era cômodo encontrá-los, pois já não era segundo os usos e

costumes dos nossos antepassados que a nossa cidade era governada; quanto a adquirir novos, não seria fácil fazê-lo. Além disso, a legislação e a moralidade estavam corrompidas a tal ponto que eu, inicialmente pleno de ardor para trabalhar a favor do bem público, considerando esta situação e vendo como tudo caminhava à deriva, acabei por ficar confuso.

Não deixei, entretanto, de procurar nos acontecimentos e especialmente no regime político os possíveis indícios de melhoras, mas esperei sempre o bom momento para agir. Acabei por compreender que todos os estados atuais são malgovernados, pois a sua legislação é praticamente incurável sem enérgicos preparativos coincidindo com felizes circunstâncias. Fui então irresistivelmente conduzido a louvar a verdadeira filosofia e a proclamar que, somente à sua luz se pode reconhecer onde está a justiça na vida pública e privada. Portanto, os males não cessarão para os humanos antes que a raça dos puros e autênticos filósofos chegue ao poder, ou antes que os chefes das cidades, por uma divina graça, se não ponham a filosofar verdadeiramente.

Tal era o estado das minhas reflexões quando cheguei à Itália e Sicília pela primeira vez. Então, essa vida, aí considerada feliz, preenchida por perpétuos festins italianos e siracusanos, enjoava-me de todo: emborrachar-se duas vezes por dia, nunca se deitar sozinho de noite... e tudo o que completa este gênero de existência. Com semelhantes hábitos não existe homem algum sob o céu que, levando essa vida desde a infância, possa tornar-se sensato (que natureza seria tão maravilhosamente equilibrada?), nem jamais adquirir sabedoria; outro tanto diria de todas as outras virtudes. Da mesma forma não existe cidade que possa tornar-se tranqüila sob as suas leis, por boas que sejam, se os cidadãos crêem dever entregar-se a loucas políticas, e além disso, abandonar-se à completa ociosidade, salvo os banquetes ou libações –, e quando dispendem os seus esforços a consumar os seus amores. Necessariamente, tais estados não cessarão jamais de caminhar em sobressaltos de tirania em oligarquia e em democracia, e os que governam não suportarão mesmo ouvir falar no nome de um governo de justiça e de igualdade.

Fazia, então, estas reflexões e as precedentes durante a minha viagem a Siracusa. Seria por acaso? Creio antes que um deus se esforçava

por pôr em marcha todos os fatos que se desenrolam presentemente relativos a Dião e aos siracusanos. E é preciso ainda temer piores males, se não seguirdes os conselhos que vos dou pela segunda vez. Mas então como posso sustentar que a minha chegada à Sicília estivesse na origem de todos estes acontecimentos? Nas minhas relações com Dião, que era ainda jovem, desenvolvendo-lhe as minhas opiniões sobre o que me parecia o melhor para os homens e, exortando-o a realizá-las, arrisqueime a não me ter apercebido de que, de certa maneira, trabalhava inconscientemente para a queda da tirania. Pois Dião, muito aberto a todas as coisas, especialmente aos discursos que lhe fazia, compreendia-me admiravelmente, melhor que todos os jovens com quem jamais convivi. Decidiu enveredar por uma vida diferente da que levava a maior parte dos italianos e sicilianos, dando muito mais importância à virtude que a uma existência de prazer e sensualidade. Desde então, a sua atitude tornou-se cada vez mais odiosa aos partidários do regime tirânico, e isto é a morte de Dionísio.

Depois deste acontecimento, projetou não reservar apenas para si estes sentimentos, que a verdadeira filosofia lhe havia feito adquirir. Verificou, de resto, que outros espíritos tinham sido conquistados, poucos sem dúvida, mas alguns, no entanto, e entre eles julgou com a ajuda dos deuses, poder em breve contar [o jovem] Dionísio. Ora, se assim fosse, que vida de inimaginável felicidade não seria a dele, Dionísio, e de todos os siracusanos! Além disso, julgou que eu devia, de qualquer forma, voltar o mais rapidamente possível a Siracusa para cooperar nos seus projetos; não esquecia facilmente que a nossa ligação lhe tinha inspirado uma vida bela e feliz. Se agora ele inspirasse esse mesmo desejo em Dionísio, como tentava, tinha a maior esperança de estabelecer em todo o país, sem massacres, sem mortes, sem todos esses males que atualmente se produzem, uma vida feliz e verdadeira. Dominado por estes justos pensamentos, Dião persuadiu Dionísio a chamar-me e ele mesmo me rogou que fosse o mais depressa possível, não importava como, antes que outras influências se exercessem sobre Dionísio, conduzindo-o a uma existência diferente da vida perfeita. Devo ser um pouco longo, mas eram estas as suas palavras: "Que melhor ocasião esperaríamos, dizia, que aquela que atualmente nos oferece o favor divino?" Depois, descrevia-me esse império da Itália e da Sicília, o poder que tinha, a juventude de Dionísio e o seu gosto muito vivo pela filosofia e pela

ciência, seus sobrinhos e parentes, tão fáceis de captar para a doutrina e para a vida que eu não cessava de enaltecer, e prontos também eles, a influenciar Dionísio. Em suma, nunca como agora, se podia esperar realizar a união, nos mesmos homens, da filosofia e do governo das grandes cidades. Tais eram, estas e outras, as suas exortações. Mas eu, por um lado, não deixava de estar inquieto a respeito dos jovens, sobre o que aconteceria um dia – porque os seus desejos são impetuosos e mudam-se muitas vezes em sentido contrário – sabia, por outro lado, que Dião possuía um caráter naturalmente grave e que tinha uma idade já madura. Como eu refletisse e me interrogasse se valeria ou não a pena pôr-me a caminho e ceder às solicitações, o que, no entanto, fez pender a balança foi o pensamento de que se nunca puderam ser realizados os meus planos legislativos e políticos, seria agora o momento de experimentar: não tinha senão que persuadir suficientemente um único homem e tudo estaria resolvido.

Neste estado de espírito, aventurei-me a partir. Não me impeliam os motivos que alguns imaginam, mas antes o receio de, aos meus próprios olhos, passar por fala-barato que não quer jamais deitar mãos à obra e de me arriscar a trair a hospitalidade e a amizade de Dião numa altura em que ele corria sérios riscos. Ora, se lhe acontecesse qualquer coisa, se, expulso por Dionísio e pelos seus outros adversários, aparecesse diante de mim e me dissesse: "Platão, sou um proscrito; e não foram os hoplitas ou os cavaleiros que me fizeram falta para me defenderem dos meus inimigos, mas sim aqueles persuasivos discursos por meio dos quais podes, bem o sei, levar os jovens ao caminho do bem e da justiça e estabelecer ao mesmo tempo entre eles, em qualquer circunstância, laços de amizade e camaradagem. Isto faltou-me por tua culpa, razão por que deixei Siracusa e me encontro aqui. Mas o meu destino não é ainda a tua maior vergonha: à filosofia, de que falas a todo o momento e que dizes desprezada pelos homens, como não a terás traído tanto como a mim, pois também ela dependia de ti? Se nós habitássemos Mégara e eu te chamasse, certamente terias corrido em meu auxílio ou então considerar-te-ias o pior dos homens. E agora agarras-te ao pretexto da distância, da importância da travessia, da fadiga e acreditas que podes escapar a que no futuro te chamem fraco? Estou convencido de que ainda não chegaste a tanto." Pois bem, que poderia

eu responder de válido a estas palavras? Nada. Parti, portanto, por motivos justos e razoáveis, tanto quanto o podem ser os motivos humanos, deixando por sua causa as minhas ocupações habituais que estavam longe de ser medíocres, para ir viver sob a alçada de uma tirania que em nada parecia convir nem aos meus ensinamentos nem à minha pessoa. Apresentando-me em vossa casa, saldava a minha dívida para com Zeus hospitaleiro e livrava de qualquer censura o filósofo que, em mim, teria sido difamado, se, por comodismo e timidez, me tivesse desonrado.

Quando cheguei – não é necessário que nos alonguemos mais – apenas encontrei perturbações à volta de Dionísio: caluniava-se Dião junto do tirano. Defendi-o com todas as minhas forças, mas o meu poder era fraco e ao cabo de cerca de três meses Dionísio acusou Dião de conspirar contra o regime tirânico, fê-lo embarcar num pequeno barco e expulsou-o vergonhosamente. Depois disto, nós, os amigos de Dião, temíamos ver um ou outro inculpado e punido como cúmplice das intrigas de Dião. A meu respeito, corria já em Siracusa o boato de que eu tinha sido condenado à morte por Dionísio, como sendo a causa de tudo quanto acontecera. No entanto, este último, vendo-nos assim alarmados e receando que o medo nos conduzisse a atos mais graves, tratava-nos com benevolência, e a mim especialmente encorajava-me, levava-me a ter confiança e pedia-me instantemente que ficasse, porque, se o deixasse, nada de bom adviria para ele, ao contrário do que aconteceria se eu permanecesse. Eram estas as razões por que ele fingia suplicar-me com insistência. Ora, nós sabemos até que ponto os pedidos dos tiranos se confundem com verdadeiras ordens. Assim, tomou medidas para impedir a minha partida: ordenou que me conduzissem e instalassem na Acrópole. Nenhum capitão de navio me poderia trazer dali contra a vontade de Dionísio, a menos que ele desse uma ordem expressa de embarque. Mercadores ou guardas de fronteira, não existia ninguém que, surpreendendo-me a tentar deixar sozinho o país, me não tivesse mandado parar e conduzido imediatamente junto de Dionísio; a tal ponto que um novo boato se espalhava, completamente contrário ao primeiro: Dionísio, dizia-se, havia-se ligado a Platão por uma fortíssima amizade. De que se tratava, na realidade? É necessário dizer a verdade. Com o tempo, ele ia, sem dúvida, afeiçoando-se mais a mim, à medida

que se familiarizava com os meus modos e o meu caráter, mas, por outro lado, queria que eu demonstrasse mais estima por ele do que por Dião e que acreditasse ser a sua amizade muito maior que a deste último.

É extraordinário como ele fazia disso o seu ponto de honra. Hesitava, no entanto, em enveredar pelo caminho que lhe teria sido mais seguro, supondo que alguma vez tal fosse possível, isto é, em familiarizar-se como discípulo e auditor das minhas doutrinas filosóficas: ele receava, seguindo os propósitos dos caluniadores, que isso diminuísse de qualquer maneira a sua liberdade, sendo Dião o maquinador de tudo.

Por meu lado, eu sujeitava-me a tudo, fiel à primeira intenção que me havia trazido, no caso de que o desejo da vida filosófica viesse a seduzi-lo. Mas as suas resistências dominaram-no.

Foram estas, portanto, as vicissitudes que preencheram o primeiro período da minha estada na Sicília. Em seguida, parti, mas regressei uma vez mais devido aos pedidos incessantes de Dionísio. Até que ponto foram razoáveis e justos os meus motivos e todas as minhas ações? Mas, antes de os contar, dar-vos-ei os meus conselhos e dir-vos-ei o que se deve fazer na situação presente, deixando para mais tarde a resposta aos que me interrogam sobre quais seriam as minhas intenções ao regressar uma segunda vez, para que o acessório da minha narração não se torne o assunto principal. É, portanto, isto o que tenho a dizer.

O conselheiro de um homem doente, se esse doente segue um mau regime, não tem como primeira obrigação obrigá-lo a modificar o seu gênero de vida? Se o doente quiser obedecer, nesse caso dar-lhe-á novas prescrições. Se recusa, acho eu que é dever de um homem reto e de um verdadeiro médico não se prestar mais a novas consultas. Aquele que se resigna, considero-o, ao contrário, como um fraco e um curandeiro. O mesmo se passa com um estado que tenha à cabeça um ou vários chefes. Se governado normalmente, é bem guiado e necessita de um conselho sobre qualquer ponto útil, será razoável que se lho dê. Se, pelo contrário, se trata de estados que se afastam completamente de uma justa legislação e se recusam mesmo a segui-la, mas ordenam ao seu conselheiro político que ponha de lado a Constituição e nada mude, sob ameaça de pena de morte, tornando-se pelas suas instruções o servidor de vontades e caprichos, ao mostrar-lhes os caminhos mais cômodos e mais fáceis, o homem que a tal se presta, considero-o eu um fraco; em contrapartida,

aquele que a isso se recusa é, para mim, um homem corajoso. São estes os meus sentimentos, e quando alguém me consulta sobre um ponto importante da sua vida, seja assunto de dinheiro, seja da higiene do corpo ou da alma, se a sua conduta habitual se me afigura responder a certas exigências, ou se, pelo menos, parece querer conformar-se com as minhas prescrições nos casos que submete à minha opinião, de bom grado eu me torno seu conselheiro e não me afasto dele, agindo por dever de consciência. Mas, se ninguém me pergunta nada ou se é evidente que não escutarão a mínima das minhas opiniões, eu não vou, por minha própria iniciativa, oferecê-las a tais pessoas, e não obrigarei ninguém, nem que seja o meu próprio filho. Ao meu escravo, sim, a esse eu daria conselhos e, se ele recusasse, eu impor-los-ia. Mas a um pai ou a uma mãe considero ímpio constrangê-los, salvo em caso de loucura. Levem um gênero de vida que lhes agrade, a eles, e não a mim, que não me parece conveniente irritá-los em vão com censuras, nem tampouco lisonjeá-los com condescendência, proporcionando-lhes o modo de satisfazer vontade que eu rejeitaria na minha própria vida. São estas as disposições com que deve viver o sábio relativamente ao seu país. No caso de lhe parecer que não é bem governado que o diga, mas unicamente se está seguro de o não fazer em vão, ou de não se arriscar a morrer, mas que não use de violência para derrubar a Constituição da sua pátria, quando não puder ser bem sucedido senão à custa de exílios e massacres; então que fique tranqüilo e que implore o favor dos deuses para si e para a cidade.

É, portanto, deste modo que eu vos poderei aconselhar, e é assim que, de acordo com Dião, eu induzia Dionísio logo do início a viver cada dia de maneira a tornar-se cada vez mais senhor de si próprio e a conquistar partidários e amigos fiéis, para que não lhe acontecesse o mesmo que a seu pai. Este último tinha conquistado na Sicília um grande número de cidades importantes desvastadas pelos bárbaros. Mas, depois de as ter reconstruído, não conseguiu instalar em cada uma delas um governo seguro, confiado a amigos escolhidos por ele, quer entre estrangeiros de diversas origens, quer entre os seus irmãos que ele próprio havia educado, porque eram mais novos, e a quem de simples particulares, fez chefes, e, de pobres, homens prodigiosamente ricos. De nenhum deles pôde tornar, apesar dos seus esforços, um associado do seu

poder, nem pela persuasão, nem pela instrução, nem pelos seus favores ou pela afeição de família. Nisso mostrou-se sete vezes inferior a Dario, que, confiando em pessoas que não eram nem seus irmãos, nem educados por ele, mas unicamente aliados na sua vitória sobre o eunuco medo, dividiu o seu reino em sete partes, cada uma delas maior que toda a Sicília, e encontrou neles colaboradores fiéis que nem lhe criaram nenhuma dificuldades, nem as suscitaram entre si. Deu assim o exemplo do que devia ser o bom legislador e o bom rei, porque, graças às leis que proclamou, conservou até hoje o Império persa. Vede ainda os atenienses. Eles próprios não colonizaram as numerosas cidades gregas invadidas pelos bárbaros, mas anexaram-nas já povoadas. No entanto, conservaram o poder durante setenta anos, porque em todas as cidades possuíam partidários. Mas Dionísio, que tinha reunido toda a Sicília numa só cidade, tomando como sabedoria o não se fiar em ninguém, manteve-se com dificuldades, porque tinha escassos amigos e poucos partidários fiéis. Ora, nada é mais significativo do vício ou da virtude que a falta ou a abundância de tais homens. Eram estes os conselhos que Dião e eu dávamos a Dionísio, já que a situação em que se achava por culpa de seu pai o privava tanto da sociedade que resulta da educação como daquela que as boas relações proporcionam. Exortamo-lo a que se preocupasse, antes de tudo, em procurar junto dos parentes e companheiros da sua idade outros amigos cujo ideal comum fosse atingir a virtude, e que acima de tudo conseguissem o seu acordo para o mesmo objetivo, do que tinha extraordinária necessidade. Não falávamos, bem entendido, tão abertamente – isso teria sido perigoso –, mas, por meias palavras, insistíamos em que era esse o meio de todo o homem se proteger a si e aqueles a quem governava, e que agir de outro modo seria chegar a resultados completamente opostos. Se, enveredando pelo caminho que lhe indicávamos, tornando-se sensato e prudente, ele reconstruísse as cidades devastadas na Sicília, as interligasse por meio de leis e constituições que solidificassem a sua união mútua e os seus pactos com ele, visando à defesa contra os bárbaros, Dionísio não duplicaria apenas o reino de seu pai, mas na verdade o multiplicaria. Ficaria então muito mais apto a submeter os cartagineses do que o havia ficado Gélon, enquanto o seu pai, pelo contrário, se tinha visto obrigado, no seu tempo, a pagar um tributo aos bárbaros. Tais eram as nossas conversas e conselhos

que lhe dávamos nós, que conspirávamos, contra ele, como se insinuava de diversos lados – rumores esses em que Dionísio acreditou, que fizeram exilar Dião e me causaram a mim um enorme receio. Mas, para acabar a narrativa dos muitos acontecimentos que se desenrolaram em tão pouco tempo, Dião voltou de Atenas e do Peloponeso e deu na verdade uma lição a Dionísio.

Quando, por duas vezes, Dião libertou a cidade e a restituiu aos siracusanos, estes recompensaram-no como o havia feito Dionísio quando, educando-o e preparando-o como um rei digno do poder, se esforçava por estabelecer entre si uma total familiaridade de existência. No entanto, Dionísio preferia ainda a familiaridade dos caluniadores que acusavam Dião de aspirar à tirania e de culminar com este fim todos os seus empreendimentos de então. Esperava-se, dizia-se, que Dionísio, deixando-se prender pelos encantos do estudo, se desinteressasse do governo e lhe confiasse, de tal modo que ele o açambarcaria por astúcia, expulsando desta maneira Dionísio. Na época, estas calúnias triunfaram, como triunfaram quando espalhadas uma segunda vez em Siracusa: vitória de resto, absurda e vergonhosa para os que eram seus autores.

Que aconteceu então? É necessário que o saibam aqueles que reclamam o meu auxílio nas dificuldades atuais. Eu, ateniense, amigo e aliado de Dião, dirijo-me ao tirano com o propósito de fazer ceder a discórdia perante a amizade. Mas nada consegui a minha luta contra os caluniadores. Quando Dionísio, usando honras e riquezas, me quis atrair e fazer de mim uma testemunha e um amigo pronto a justificar o exílio de Dião, todos os seus esforços fracassaram. Mais tarde, regressando à pátria, Dião levou consigo de Atenas dois irmãos, aos quais o ligava uma amizade que não tinha nascido da filosofia, mas sim da vulgar camaradagem que as relações de hospitalidade ou os laços que unem os iniciados dos diferentes mistérios que fazem nascer. Tais foram, portanto, os seus companheiros de regresso, ligados a ele pelos motivos indicados e ainda pela ajuda que lhe prestaram na viagem. Assim chegaram à Sicília. Ali, apercebendo-se de que Dião era suspeito de cobiçar a tirania junto destes mesmos sicilianos que ele havia libertado, não contentes de traírem o seu amigo e anfitrião, tornaram-se os seus próprios carrascos, correndo, de armas na mão, a ajudar os assassinos. Não escondo esta ação vergonhosa e sacrílega, mas também não quero tornar a contá-la,

porque muitos outros se encarregam ou se hão de encarregar ainda de contar tais acontecimentos! Mas, quando, falando dos atenienses, se diz que aqueles dois homens desonraram a nossa cidade e lhe infligiram a marca da infâmia, essa é uma acusação que eu rejeito! É também um ateniense, proclamo-o, aquele homem que, tendo ao alcance fortuna e honras, não traiu Dião. Com efeito, não era uma amizade vulgar a que os unia, mas, sim, uma comum educação liberal; unicamente nela deve confiar o homem sensato, muito mais do que em afinidades de corpo e alma. Portanto, não é justo que aqueles dois homens, autores da morte de Dião, tenham sido para Atenas motivo de afronta, como se nunca tivessem existido dois homens fazendo uma ação escandalosa!

Disse tudo isto, para que sirva de advertência aos parentes e amigos de Dião. Pela terceira vez repito o mesmo conselho para vós, os terceiros. Que a Sicília não seja mais que qualquer outra cidade, subjugada por déspotas, mas por leis. Porque isso nem é bom para os que escravizam nem para os que são escravizados, para eles, ou para os filhos, ou para os filhos dos seus filhos. É mesmo uma empresa absolutamente nefasta. Só os caracteres mesquinhos e servis gostam de se lançar sobre tais lucros, só aqueles que ignoram tudo que de divino e humano é justo e bom para o futuro e para as circunstâncias atuais. Assim, tomei a meu cargo convencer Dião em primeiro lugar, depois Dionísio e agora vós. Escutem-me, pelo amor de Zeus, terceiro Salvador. Vede Dionisio e Dião: o primeiro não me acreditou e vive ainda mais miseravelmente; o segundo, que seguiu os meus conselhos, morreu, mas morreu com honra, porque aquele que aspira ao bem supremo, para si e para a cidade, por mais que sofra, nada lhe pode acontecer que não seja justo e belo. Nenhum de nós é imortal por natureza e o que viesse a sê-lo não seria feliz, ao contrário do que imagina muita gente. Com efeito, o autêntico bem e o autêntico moral não existem no que não tem alma, mas unicamente na alma separada ou unida ao corpo. É preciso acreditar verdadeiramente em tão antigas e venerandas tradições, que nos revelam a imortalidade da alma, a existência de julgamentos e penas terríveis que se hão de sofrer quando a alma se libertar do corpo. É esta a razão por que devemos considerar menor mal o fato de sermos nós as vítimas de grandes crimes ou de grandes injustiças do que o fato de sermos os seus autores. O homem ambicioso e de alma pobre não escuta esta

maneira de falar. Se a percebe, pensa que deve rir-se dela, e lança-se sem vergonha como um animal selvagem sobre tudo o que possa comer ou beber ou sobre tudo o que lhe proporciona até à saciedade o indigno e grosseiro prazer a que se chama, indevidamente, amor. Cego que não vê a quais das suas ações se aplica a impiedade, que espécie de mal está sempre ligado a cada um dos seus crimes, impiedade que necessariamente a alma injusta arrasta com ela quer neste mundo, quer na morte, em todas as suas vergonhosas e miseráveis peregrinações. Era, pois, com estas e outras considerações que eu persuadia Dião. Tinha motivos tão justos de me indignar contra aqueles que o mataram como conta Dionísio. Causaram-me, uns e outros, a mais grave perda, a mim – posso dizê-lo – e a todos os homens. Os primeiros mataram um homem que queria praticar a justiça; o segundo manteve-se afastado da justiça durante todo o seu reinado. Este, no entanto, detinha o poder supremo e, se tivesse reunido numa só pessoa o poder e a filosofia, teria feito explodir aos olhos de todos – gregos e bárbaros – e teria gravado suficientemente no espírito de todos esta verdade: nem as cidades nem os indivíduos poderiam ser felizes sem enveredarem por uma vida de sabedoria orientada pela justiça, quer possuíssem por si próprios estas virtudes, quer tivessem sido criados e instruídos segundo costumes de mestres piedosos. Foi este o mal que Dionísio causou; comparado com isto, nada mais conta para mim. Quanto ao assassino de Dião, sem o saber, agiu tal como Dionísio que Dião, tenho a certeza disso, tanto quanto um homem pode responder por outro homem, se tivesse possuído o poder não governaria senão deste modo: uma vez libertada Siracusa, sua pátria, da escravidão, empregaria todos os meios possíveis para dar aos cidadãos as melhores e mais justas leis, interessando-se, depois, pelo repovoamento da Sicília, e a sua libertação do jugo bárbaro (expulsando-os e submetendo os outros mais facilmente que o fizera Hierão).

Se tudo isto fosse realizado por um homem justo, corajoso e ao mesmo tempo sábio e filósofo, o apreço pela virtude ter-se-ia infiltrado no povo, propagar-se-ia por todos os homens, e se Dionísio me tivesse escutado, essa mesma virtude tê-lo-ia salvo. Mas, na realidade, ou deus ou demônio desceu, mediante o desprezo pelas leis e pelos deuses e, acima de tudo, mediante a audácia da estupidez em que todos os males desenvolvem as suas raízes, crescem e, com a continuação, fornecem a

quem os produziu um fruto extremamente amargo, esta divindade uma segunda vez arruinou e destruiu tudo.

Agora, no entanto, não usamos senão palavras de esperança para evitarmos terceira vez os maus presságios. Não vos aconselho menos – a vós, seus amigos – a imitar Dião, o seu amor pela pátria, a sabedoria da sua vida, do que a tentar, igualmente, realizar os seus projetos, ensinei-vos, claramente quais eram, sob os melhores auspícios. Aquele de entre nós que não puder viver à maneira dória, à maneira dos antigos, e quiser seguir o tipo de existência dos carrascos de Dião e os costumes sicilianos, a esse, não lhe pedis que nos ajude e não acrediteis que se possa algum dia confiar nele ou que ele proceda de modo são. Aos outros chamai-os a colonizar a Sicília e viver aí, sob iguais leis comuns, quer eles venham da própria Sicília ou de qualquer parte do Peloponeso. E não receais Atenas, porque também aí se acham homens que ultrapassam os outros em virtude e odeiam os audaciosos assassinos dos seus hóspedes. Mas se tudo isso demorasse e que vos estivésseis a mãos com sedições contínuas e todas as espécies de perturbações renovando-se cada dia, quem quer que tenha recebido da divindade o mínimo índice de bom senso, compreenderá que os males das revoluções não cessarão nunca, antes que os vencedores renunciem a retribuir o mal com mal, batalhas, exílios e assassínios e a tirar vingança dos seus inimigos. Pelo contrário, que eles se dominem bastante para estabelecer leis comuns tão favoráveis aos vencidos como a eles próprios e exigir a observação disso por dois meios de constrangimento: o respeito e o receio. O receio obtê-lo-ão eles, manifestando a superioridade da sua força material; o respeito, mostrando-se homens que, sabendo dominar os seus desejos, preferem e podem servir as leis. Não é possível que uma cidade, onde se castiga rigorosamente a revolução, veja de outro modo o fim das suas misérias, mas perturbações, inimizades, ódios, traições, reinam habitualmente no seio de tais cidades! Em relação aos vencedores, quaisquer que eles sejam, se querem verdadeiramente a conservação do estado, eles escolherão entre si homens que sabem ser os melhores dos gregos, antes de tudo homens idosos, com mulheres e filhos e descendendo de numerosos antepassados virtuosos e ilustres, possuindo todos uma grande fortuna (para uma cidade de dez mil habitantes cinqüenta seriam suficientes). É preciso atraí-los, à força de pedidos e honras, em seguida

suplicar-lhes e obrigá-los, depois de terem prestado juramento, a instituir leis, a não favorecerem nem vencedores nem vencidos, mas sim a estabelecer a igualdade e comunidade de direitos em toda a cidade. Uma vez as leis estabelecidas, tudo se resume nisto. Porque, se os vencedores se mostram mais submissos às leis que os vencidos, a salvação e a felicidade reinarão em toda a parte e os males serão banidos. Caso contrário, não recorram nem a mim nem a ninguém para cooperar com gente que não escute esses conselhos. Com efeito, eles assemelham-se como gêmeos aos planos que Dião e eu, no nosso amor por Siracusa, tentamos pôr em prática pela segunda vez. A primeira foi durante aquela outra empresa tentada com o próprio Dionísio para realizar o bem comum, mas que uma fatalidade mais forte que os homens cortou pela raiz. Portanto, tratai agora de ser mais felizes e de chegar ao fim da vossa tarefa com a ajuda do destino e o favor dos deuses.

Estes são, pois, os meus conselhos e as minhas prescrições, tal como a narrativa da minha primeira viagem para junto de Dionísio. Relativamente à minha segunda partida e à minha segunda passagem, aqueles a quem isso interesse vão ter oportunidade de ver quanto tudo foi justo e razoável. O primeiro período da minha estada na Sicília terminou da maneira como vos contei, antes dos meus conselhos aos familiares e amigos de Dião. Depois disso, esforcei-me por persuadir Dionísio a deixar-me partir. Mas, uma vez a paz restabelecida (decorria então a guerra na Sicília) fizemos os dois as nossas convenções: Dionísio prometeu chamar-nos, a Dião e a mim, assim que tivesse reafirmado o seu poder, e pedir a Dião que não considerasse a sua partida como um exílio, mas sim como uma vulgar mudança de residência. Isto assente, declarei-me pronto a regressar. Chamou-me quando concluiu a paz, mas pediu a Dião que esperasse ainda um ano. A mim, ordenava-me que fosse a todo o custo. Dião incitava-me a que me fizesse ao caminho: efetivamente, espalhava-se o boato, vindo da Sicília, que Dionísio se tinha tomado, de novo, de zelos pela filosofia. Dião pedia-me ardentemente que respondesse a esta chamada. Eu sabia bem que os jovens experimentam muitas vezes tais sentimentos em face da filosofia. No entanto, pareceu-me mais seguro deixar de lado, pelo menos de momento, Dião e Dionísio, e desagradei muito a ambos, respondendo-lhes que estava velho e que não se estava a agir segundo as nossas convenções.

A esse respeito, creio eu, Arquitas encontrou-se com Dionísio (na verdade, antes de eu partir tinha originado relações de amizade entre Arquitas, o governo de Tarento e Dionísio); em Siracusa havia também pessoas que conheciam os discursos de Dião, e os tinham repetido a outros, estando toda a gente com a cabeça recheada de fórmulas filosóficas. Suponho que experimentaram discuti-las com Dionísio, persuadidos de que tinha aprendido comigo toda a minha doutrina. Ele que, de modo nenhum, tinha o espírito fechado estava extremamente vaidoso. Talvez achasse prazer também nestas questões e se envergonhasse de mostrar que durante a minha estada ali nada tinha aprendido comigo. Daí nasceu o desejo de ser esclarecido mais a fundo, enquanto simultaneamente era arrastado pela glória fácil. – Apontei mais acima as razões por que não havia ele seguido as minhas lições quando da minha primeira viagem. Como eu tivesse chegado felizmente a minha casa e me recuasse a responder à sua segunda chamada, Dionísio, parece-me, encheu-se de uma vaidosa inquietação de que algumas pessoas julgassem que ele nada valia aos meus olhos, tal como se – tendo já verificado a natureza, o caráter e o modo de viver dele – eu estivesse tão descontente que me não quisesse apresentar junto dele. Mas, com toda a justiça, devo dizer a verdade e aceitar que, segundo os factos, se despreza a minha própria filosofia e, ao contrário, apreciam a sabedoria do tirano. Portanto, Dionísio, ao convocar-me pela terceira vez, enviou-me uma trirreme para me facilitar a viagem; enviou-me igualmente Arquedemos, um dos sicilianos de quem eu – pensava ele – fazia mais caso, um dos discípulos de Arquitas e alguns outros conhecidos meus da Sicília. Todos me falavam dos maravilhosos progressos que Dionísio tinha feito em filosofia. Ele próprio me mandou também uma longa carta, conhecendo como conhecia os meus sentimentos por Dião e o desejo deste me ver embarcar para Siracusa. A carta, concebida, segundo todos estes tópicos, começava mais ou menos assim: "Dionísio a Platão" – Depois, vinham as saudações usuais e, sem transição, prosseguia nestes termos: "Se eu te convencer a vires agora à Sicília, em primeiro lugar os negócios de Dião regularizar-se-ão como tu queres (sei bem que só me farás pedidos razoáveis e eu prestar-me-ei a eles). Senão, nada relativo a Dião, aos seus negócios ou à sua pessoa se arranjará ao teu modo." Era esta a sua maneira de se expressar. Seria demasiado longo e fora de propósito citar

o resto. Chegaram-me também outras cartas de Arquitas e dos Talentinos, elogiando muito a filosofia de Dionísio e acrescentando que, se eu não fosse agora, dar-se-ia a ruptura completa dos seus laços de amizade com Dionísio, laços esses de que eu era o artífice responsável e que não eram de modo nenhum pouco importantes para a política. Eram estes os apelos que me chegaram às mãos: os amigos da Sicília e da Itália puxavam-me a si, os de Atenas empurravam-me literalmente para fora com as suas súplicas e sempre com o mesmo refrão: não é necessário trair Dião, nem os anfitriões e os amigos de Tarento. Eu mesmo refletia em que nada há de surpreendente no fato de um jovem bem dotado, ouvindo falar de assunto elevados, se sentir cheio de entusiasmo pela vida perfeita. Era preciso, pois, ver cuidadosamente o que se passara, não fraquejar e não assumir a responsabilidade de uma tal ofensa, porque seria efetivamente uma ofensa, se me tinham dito a verdade.

Parti, tentando tranqüilizar-me com estes raciocínios. Ia cheio de apreensões e com pressentimentos nada favoráveis. Vim, pois – e a Zeus Salvador ergo a terceira taça, nisso fui bem sucedido – porque fui, ainda salvo, felizmente, e, depois do deus é Dionísio a quem devo agradecer: vários queriam a minha morte; ele opôs-se a isso e mostrou um resto de pudor em relação a mim.

Ao chegar, achei que devia, antes de tudo, assegurar-me se Dionísio era realmente unha e carne com a filosofia, ou se o que se dizia em Atenas não tinha qualquer fundamento. Ora, existe para prova como esta um método bastante elegante. Convém perfeitamente, quando aplicado aos tiranos, sobretudo se a sua linguagem está repleta de expressões filosóficas mal compreendidas, como acontecia no caso de Dionísio, conforme depressa me apercebi: é preciso mostrar-lhes o que é a obra filosófica em toda a sua extensão, o seu carácter próprio, as suas dificuldades, o labor que exige. É o auditor um verdadeiro filósofo, apto e digno desta ciência, porque dotado de uma natureza divina? O caminho que se lhe ensina parece-lhe maravilhoso; imediatamente ele se põe ao trabalho, não saberá já viver de outra maneira. Então, redobrando com os seus esforços os esforços do seu guia, ele não desiste antes de ter atingido o fim ou adquirido força bastante para se conduzir sem o instrutor. É num tal estado de espírito que vive este homem: sem dúvida que se entrega às suas ações comuns, mas em tempo ou lugar algum se

desliga da filosofia, desse tipo de vida que lhe confere espírito sóbrio, inteligência pronta, memória tenaz e vivacidade de raciocínio. Qualquer outro tipo de conduta lhe parecerá um horror. Mas os que não são verdadeiramente filósofos e se contentam com um verniz de opiniões, como acontece com aqueles cujo corpo é bronzeado pelo sol, verificando que tanto há a aprender, tanto a sofrer, refletindo nesse regime quotidiano o único suficientemente regrado, acham que é difícil, que é para eles impossível; não são mesmo capazes de se exercitar nele, e alguns persuadem-se de que compreenderam o suficiente e não têm vontade de sofrer mais. Eis uma experiência clara e infalível quando se trata de gente habituada ao prazer e incapaz de esforços: não tem que acusar o seu mestre, mas a si própria, já que não pode praticar o que é necessário à filosofia.

Era assim que eu falava então a Dionísio. No entanto, eu não entrava em pormenores e Dionísio não os pedia: ele fazia o papel do homem que conhece as coisas mais sublimes, que nada mais tem a aprender, falando por citações aprendidas de outros. Mesmo mais tarde, ouvi-o dizer, compôs com estes mesmos textos um tratado que deu como ensinamentos seus e não como simples reprodução do que aprendeu. Mas, que é tudo isso? Não sei, outros, não o ignoro, escreveram sobre estas mesmas matérias. Mas quem? Eles próprios não o poderiam dizer. Em todo o caso, é isto que eu posso afirmar, no que respeita a todos quanto escreveram ou escreverão e se pretendem competentes sobre o que constituía objeto das minhas preocupações, por o terem sido instruídos por mim ou por outros, ou por o terem descoberto pessoalmente: é impossível, na minha opinião, que tenham compreendido o quer que seja da matéria. Pelo menos minha não existe nem existirá, por certo, nenhuma obra sobre tais assuntos. Efetivamente, não existe qualquer meio de os reduzir a fórmulas, como se fez nas outras ciências, mas é só depois de longamente se ter convivido com estes problemas que, de repente, a verdade brilha na alma, tal como a luz brilha em centelhas e cresce de si própria. Sem dúvida, sei bem que, se fosse necessário expô-los por escrito ou de viva voz, seria eu quem melhor o faria; mas sei também que, se o exposto fosse defeituoso, eu seria atacado por isso, mais que ninguém. Se eu acreditasse ser possível escrevê-las e exprimi-las de uma maneira acessível ao povo,

que poderia eu realizar de melhor na minha vida senão manifestar aos homens uma tão salutar doutrina e desvendar totalmente a todos a verdadeira natureza das coisas? Ora, eu não penso que argumentar a esse respeito, como se diz, seja um bem para os homens, exceto para uma "elite" a quem apenas algumas indicações são precisas para descobrir por si própria a verdade. Quanto aos outros, viria suscitar-se-lhes um desprezo injusto, o que é inconveniente, ou então uma vã e tola presunção pela sublimidade dos ensinamentos recebidos. Por outro lado, tenho a intenção de me debruçar mais longamente sobre esta questão: talvez algum dos pontos de que trato se torne mais claro quando eu me tiver explicado. Há, na realidade, uma razão séria, que se opõe a tudo o que se escreve em tais matérias, uma razão já muitas vezes alegada, mas que acho melhor repetir ainda.

Distinguem-se em todos os seres três elementos que permitem a aquisição da ciência: a própria ciência é o quarto; é necessário colocar em quinto lugar o objeto verdadeiramente real e conhecível. O primeiro elemento é o nome; o segundo a definição; o terceiro, a imagem; o quarto a ciência. Tomemos um exemplo que nos faça compreender o meu pensamento e apliquemo-lo a tudo. Círculo – eis uma coisa expressa, cujo nome é o mesmo que acabo de pronunciar. Em segundo lugar, a sua definição é composta de nomes e verbos: o que tem as extremidades a uma distância perfeitamente igual do centro. Tal é a definição do que se chama redondo, circunferência, círculo. Em terceiro lugar o desenho que se traça e que se apaga, a forma que se molda no torno e que se acaba. Mas o círculo em si, com o qual se relacionam todas estas representações, não prova nada de semelhante, pois é outra coisa completamente diversa. Em quarto lugar, a ciência, a inteligência, a verdadeira opinião, relativas a estes objetos constituem uma classe única e não residem nem em sons pronunciados, nem em figuras materiais, mas sim nas almas. É evidente que se distinguem, quer do círculo real, quer dos três modos que referi. Destes elementos é a inteligência que, por afinidade e semelhança, mais se aproxima do quinto elemento; os outros afastam-se mais. Far-se-iam as mesmas distinções relativamente às figuras, direitas ou circulares, assim como relativamente às cores, ao bom, ao belo, ao justo, a qualquer corpo construído ou natural, ao fogo, à água e a todas as

coisas semelhantes, a toda a espécie de seres vivos, às qualidades da alma, às ações e paixões de toda a espécie. Se não se chega, de uma maneira ou de outra, a compreender as quatro representações destes objetos, nunca se chegará a obter uma perfeita ciência do quinto elemento. Por outro lado, tudo isto exprime tanto a qualidade como o ser de cada coisa, através dos fracos auxiliares que são as palavras; também, nenhum homem razoável se arriscará a confiar os seus pensamentos a este veículo, especialmente quando ele é tão rígido como o são os caracteres escritos. Aí está ainda uma coisa que é necessário compreender. Todo o círculo concreto, desenhado ou torneado está repleto do elemento contrário ao quinto: confina, efetivamente, em todas as suas partes com a linha direita – mas o círculo em si, não contém nada do seu contrário. O nome, afirmamos nós, não tem qualquer fixidez. Quem pode impedir que se chame direito ao que nós chamamos circular ou circular ao que chamamos direito? O valor significativo não será menos fixo mesmo que se faça esta transformação e se modifique o nome. Diremos o mesmo da definição, já que é composta de nomes e verbos: nada tem de suficientemente sólido. Têm-se mil razões para provar a obscuridade destes quatro elementos. A principal é aquela a que nos referimos mais acima: dos dois princípios a essência e a qualidade, não é qualidade, mas a essência que a alma procura conhecer. Cada um dos quatro modos dão o que ela não procura; tanto nos raciocínios como nos fatos, sendo a expressão e a manifestação que eles nos dão sempre facilmente refutadas pelos sentidos, o que, por assim dizer, coloca todo o homem num "impasse" e o enche de incerteza. Também, quando devido à nossa má educação nos falta treino na procura da verdade, ou quando a primeira imagem vinda nos é suficiente, podemos apesar disso interrogar e responder sem cairmos no ridículo perante os outros desde que estejamos em estado de avançar a todo o custo, ou de refutar estes quatro modos de expressão. Mas, quando é preciso responder pelo quinto elemento e explicá-lo, qualquer um vindo daqueles que sabem refutar tem vantagens e faz àquele que explica, quer ele escreva, fale ou responda, dar a impressão, à maior parte dos seus auditores, de nada saber daquilo em que se esforça por escrever ou dizer: ignora-se por vezes, com efeito, que o que é refutado é menos a alma do escritor ou do orador que a natureza de cada um dos quatro

graus de conhecimento, essencialmente defeituosos. Mas à força de os manejar a todos, subindo e descendo de um a outro, chega-se com dificuldade a criar a ciência, quando o objeto e o espírito são ambos de boa qualidade. Se as disposições naturais, pelo contrário, não são boas – e, na maior parte, é esse o estado da alma em face do conhecimento, ou daquilo a que se chamam costumes –, se tudo isso fosse corrompido nem com a vista do próprio Lince se poderia ver. Numa palavra, quem não tem nenhuma afinidade com o objeto não obterá visão, nem graças à sua rapidez de raciocínio, nem graças à sua memória, porque nunca acharão raiz numa natureza desconhecida. Do mesmo modo, quer se trate daqueles que não têm pendência para a justiça e para o belo e não se harmonizam com estas virtudes – por mais dotados que possam ser, aliás, para aprender e fixar –, ou daqueles que, possuindo o parentesco da alma, são resistentes à ciência e desprovidos de memória – nem um de entre eles aprenderá jamais toda a verdade que é possível saber sobre a virtude e o vício. É necessário, com efeito, aprender os dois ao mesmo tempo, tanto o falso como o verdadeiro de toda a essência, à custa de muito trabalho e de tempo, como eu dizia ao princípio. Só quando fizermos chocar uns com os outros, nomes, definição, percepções da vista e impressões dos sentidos, quando se discutir em discussões atentas, onde a inveja não dite nem as perguntas nem as respostas, é que, sobre o objeto estudado, vem incidir a luz da sabedoria e da inteligência com toda a intensidade que podem suportar as forças humanas. É por isso que todo o homem sério evita tratar por escrito questões sérias e abandonar assim os seus pensamentos à cobiça e à estupidez da multidão. Deve tirar-se daqui esta simples conclusão: quando virmos uma composição escrita, ou por um legislador sobre as leis, ou por qualquer outra pessoa sobre não importa que assunto, diremos que o autor não levou isso bem a sério, se ele próprio o é, e que o seu pensamento continua encerrado na parte que lhe é mais preciosa. Que se realmente ele tivesse confiado as suas reflexões e caracteres, como coisas de uma grande importância, "seria então, de certeza, que" não os deuses, mas os homens "lhe tinham feito perder o juízo".

Quem tenha seguido esta exposição e esta digressão, compreenderá o que resulta disso: que o próprio Dionísio, ou qualquer outro de maior ou menor envergadura, tenha redigido um livro sobre os elementos pri-

mordiais da natureza, não haverá nada, segundo a minha opinião, que prove boas lições ou bons estudos, naquilo que escreveu. Se não fosse assim, ele teria tido para essas verdades o mesmo respeito que eu e não teria ousado entregá-las a uma publicidade inoportuna. Não foi para se lembrar delas que as escreveu – não se corre o risco de as esquecer quando uma vez entraram na alma, porque nada há mais de mais simples. Seria antes por ambição, e então bem desprezível, que ele teria exposto esta doutrina como sua ou se tivesse dado ares de participar numa educação de que não era digno, desejoso de glória que esta participação proporcionaria. Se foi suficiente a Dionísio uma única conversa para se apropriar de tudo isso, só assim se pode explicar o sucedido, como foi isso possível? Sabe-o Zeus, como diz o Tebano. Conversei com ele da maneira como contei, uma única vez, e depois nunca mais. Quem quiser saber o modo como os fatos se passaram realmente, deve agora conhecer o motivo pelo qual não tivemos nem segunda nem terceira nem mais nenhuma conversa: Dionísio, após me ter escutado uma só vez, julgaria saber o bastante, e saberia na realidade, bastante, ensinado como estava pelas suas próprias descobertas ou pelas lições de outros mestres? Ou pensaria que o meu ensino não tinha valor, ou então, terceira hipótese, julgaria que estas lições não eram para ele, mas que o ultrapassavam, e sentir-se-ia positivamente incapaz de levar uma vida sensata e de virtude? Se ele acha a minha doutrina insignificante, opõe-se a numerosas testemunhas que afirmam o contrário e que, nestas matérias, poderiam ser juízes muito mais competentes do que ele. Teria ele inventado ou adquirido estes conhecimentos? Pensava, portanto, que têm valor para a educação de uma alma livre. Por que, então, a menos que seja um homem muito estranho, teria ele desdenhado despreocupadamente o seu guia e o seu mestre? Vou narrar-vos como, com efeito, ele me desprezou.

Pouco tempo após estes acontecimentos, ele que até então tinha deixado a Dião a disposição dos seus bens e o uso dos seus rendimentos, proibiu os seus curadores de os enviar para o Peloponeso, como se houvesse esquecido completamente a carta que escrevera: estes bens, pretendia ele, não revertem para Dião, mas para o filho de Dião, que é sobrinho dele e de quem ele é, por conseqüência, o tutor legal. Eis, pois,

tudo o que se passara até essa época. Nestas condições, eu via exatamente para o que é que tendia a filosofia do tirano, e havia bem com que me indignar, mesmo que não quisesse. Estava-se então no verão e os barcos, faziam-se ao mar. Não era só contra Dionísio, mas igualmente contra mim próprio, pensava eu, que devia zangar-me e contra os que me tinham forçado a atravessar pela terceira vez o estreito da Sicília.

"Para afrontar mais uma vez a funesta Caríbides"

Decidi-me a dizer a Dionísio que me era impossível prolongar a minha estada quando de tal modo se vexava Dião. Mas ele esforçar-se por me acalmar e pedia-me para ficar, não achando bom para a sua pessoa que eu pudesse partir tão depressa com tais fatos para divulgar. Como não podia persuadir-me, declarou-me que queria preparar ele próprio a minha viagem. Porque eu pensava embarcar no primeiro navio a partir, profundamente irritado e bem decidido a enfrentar tudo se me criassem obstáculos, pois que evidentemente eu não era de modo nenhum o ofensor, mas, pelo contrário, o ofendido. E ele, vendo que eu não aceitava absolutamente a idéia de ficar, imaginou o seguinte meio para em reter durante esse período de navegação. No dia seguinte a esta conversa, aproxima-se e fala-me habilmente. "Que deixe de haver entre nós, disse ele, esse obstáculo de Dião e dos seus interesses, e desembaracemo-nos de uma causa incessante de discórdia. Eis, pois, o que eu farei a Dião, em atenção a ti. Peço-lhe, depois de ter obtido a sua fortuna, que habite no Peloponeso, e nunca como um exilado, mas com a faculdade de voltar assim que ele, eu e vós, amigos dele, nos tenhamos posto de acordo. Mas isto, claro, com a condição de ele não conspirar contra mim. Vós respondereis por isso, tu e os teus, bem como os familiares de Dião que aqui se encontram; que ele vos dê garantias, pois. Os bens que ele queria possuir serão depostos no Peloponeso e em Atenas em casa de quem vós achardes bem. Dião receberá os juros, mas não poderá, sem o vosso consentimento, dispor do capital. Quanto a mim, não tenho bastante confiança nele para crer que será leal para comigo no uso que fizer das suas riquezas, porque são consideráveis. Confio demasiado em ti e nos teus amigos. Vê, pois, se isso te agrada e, nesse caso, fica aqui mais este ano; partirás no verão, levando esta

fortuna. Tenho a certeza de que Dião te ficará muito reconhecido se fizeres isso por ele." Ouvia com desgosto este discurso. Respondi, contudo, que queria refletir e que daria a minha opinião no dia seguinte. Foi o que ficou combinado. Mas em seguida, quando caí em mim a pensar achei-me numa grande perplexidade. Eis o pensamento que predominava: "Vejamos se Dionísio não tem a menor intenção de cumprir a promessa, se eu partir, não irá ele escrever a Dião mais ou menos o que acaba de dizer-me, ele, e outros dos seus partidários mandados por ele. Ele era compreensivo e eu, longe de querer participar do seu ponto e vista, não me preocupei nada com os negócios de Dião. Além disso, se lhe repugna ver-me partir e se, sem dar ordens a nenhum fretador, ele espalha rapidamente por todos que me vou embora contra a vontade dele, quem é que me quererá embarcar, se eu me evadir do palácio de Dionísio? Eu morava, com efeito, para cúmulo da infelicidade no jardim que dá para o palácio, e o porteiro nunca me teria deixado sair sem uma ordem expressa de Dionísio. Se, pelo contrário, eu ficar este ano, posso mandar comunicar a Dião a situação em que em encontro e o que preciso fazer, e se Dionísio cumprir um pouco o que promete, a minha maneira de agir não terá sido tão ridícula, porque a fortuna de Dião, bem avaliada, não se eleva a menos de cem talentos.

"Mas se as coisas se passarem como se pode prever atualmente com verosimilhança, eu não saberei, de certeza, que partido tomar. De qualquer modo, é talvez necessário ter paciência mais um ano e tentar a experiência dos fatos para desmascarar as manhas de Dionísio." Tendo-me decidido, dei a minha resposta a Dionísio no dia seguinte: 'Resolvi ficar, mas peço-te, contudo, acrescentei, que não me consideres como o procurador de Dião. Escrevamos-lhe os dois as nossas decisões de agora, perguntemos-lhe se as acha suficientes e, caso contrário, se deseja e pede algumas modificações que o comunique o mais depressa possível, e tu, enquanto esperas, não modificarás em nada a situação dele.' Foi dito e combinado isto entre nós mais ou menos nestes termos. – Assim, os barcos fizeram-se à vela e não me era possível embarcar, quando Dionísio resolveu advertir-me de que só metade dos bens devia pertencer a Dião e a outra metade ao filho. Acrescentava também que liquidaria esta fortuna, dar-me-ia a metade que eu levaria e reservaria a outra metade para o filho: era a atitude mais justa. Estas palavras consternaram-me, mas achei ridículo dizer mais

alguma palavra. Notei, contudo, que era preciso esperar pela carta de Dião e comunicar-lhe esta reviravolta. Mas Dionísio pôs-se logo a vender audaciosamente toda a fortuna do proscrito quando e como lhe agradava e a quem lhe parecia. Não me deu mais nenhuma palavra sobre o assunto e, pelo meu lado, já não lhe falava mais dos interesses de Dião, porque via que era inútil.

Até aqui, pois, auxiliei deste modo a filosofia e os amigos. A partir dessa altura, a nossa existência, de Dionísio e a minha, foi assim: eu olhava para fora, como um pássaro que deseja fugir da gaiola e ele usava de estratagemas para me acalmar, sem me dar nada dos bens de Dião. E contudo, fingíamos ser amigos perante toda a Sicília. Entretanto, Dionísio, quis diminuir o soldo dos mercenários, contrariamente às tradições do pai, mas os soldados, furiosos, fizeram uma reunião e decidiram opor-se. O tirano tentou a força, mandando fechar as portas da acrópole: eles atiraram-se logo às muralhas, cantando o hino guerreiro dos bárbaros.

Então, Dionísio, muito assustado, cedeu completamente, concedeu mesmo aos peltastas, que estavam então reunidos, mais do que reclamaram. Depressa correu o boato de que o autor de todas estas confusões tinha sido Heraclides. Ao saber deste rumor, Heraclides pôs-se em fuga e manteve-se escondido. Dionísio queria prendê-lo, mas não sabia como agir. Enviou, pois Teódoto para o jardim. Eu encontrava-me também lá por acaso a passear. Ignoro o que disseram primeiro, porque não ouvi, mas sei e recordo-me perfeitamente das palavras que Teódoto dirigiu a Dionísio na minha presença. "Platão, disse ele, tento convencer Dionísio de que, se eu conseguir trazer aqui Heraclides para responder às acusações levantadas contra ele, e se não julgasse conveniente permitir-lhe que continuasse na Sicília, que o deixe embarcar para o Peloponeso com o filho e a mulher para viver aí sem tentar nada contra Dionísio, com o pleno gozo dos seus bens. Já mandei que o procurassem e voltarei a fazê-lo. Talvez assim ele ceda a um dos meus dois apelos. Mas suplico a Dionísio e peço-lhe a graça, se por acaso descobrissem Heraclides aqui ou no campo, não lhe infligir outro dissabor além do exílio do país até nova ordem. Consentirá isso?" – acrescentou, dirigindo-se a Dionísio. – "Consinto, respondeu este, e mesmo que o encontrem nas proximidades de tua casa, não lhe acontecerá outro mal além do que

acaba de ser declarado." Ora, no dia seguinte à noite, Euríbios e Teódoto chegaram junto de mim muito perturbados: "Platão, diz-me Teótodo, ontem foste a testemunha das promessas feitas por Dionísio a ti e a mim a propósito de Heraclides?" – "Sem dúvida", respondi. – "Pois bem, agora, continuou ele, os peltastas correm por todos os lados à procura dele e é provável que esteja nas proximidades. É preciso que tu nos acompanhes a casa de Dionísio." – Partimos então e chegamos à casa do tirano. Os outros calaram-se, com os olhos cheios de lágrimas. E eu tomei a palavra: "Os meus companheiros têm medo de que tu queiras tomar contra Heraclides medidas contrárias aos nossos acordos de ontem. Notou-se, com efeito, parece-me que ele se esconde por aqui." – Ao ouvir-me, Dionísio arrebatou-se; o rosto passou por todas as cores, como sucede a um homem em cólera. Teódoto caiu-lhe aos pés, agarra-lhe a mão, chorando e suplicando-lhe para não fazer tal. Falei novamente para o encorajar: "Sossega, Teódoto, Dionísio não ousará ir contra as promessas de ontem." E ele, olhando-me com os olhos de verdadeiro tirano: "A ti, disse, não te prometi absolutamente nada."

_ "Prometeste, sem dúvida, pelos deuses, e precisamente a graça que este homem te pede." Com estas palavras voltei-lhe as costas e fui-me embora. Posto isto, Dionísio pôs-se à caça de Heraclides, mas Teódoto enviou-lhe emissários para o apressar a fugir. O tirano lançou na sua perseguição Tibias, à frente de umas tropas de peltastas, mas Heraclides, diz-se, antecipou-se-lhe umas horas e pôde escapar-se para o território de Cartago.

Depois deste acontecimento, parece a Dionísio que o antigo projeto de não entregar os bens a Dião encontrar um motivo plausível nas suas relações de inimizade comigo, e primeiro mandou-me embora da acrópole sob o pretexto de que as mulheres deviam oferecer um sacrifício de dez dias no jardim onde eu morava. Ordenou-me que passasse esse período em casa de Arquedemos. Achava-me aí quando Teódoto me chamou a casa dele, me exprimiu a sua viva indignação por tudo o que se tinha passado e abriu-se em queixas contra Dionísio. Este último soube que eu tinha ido a casa de Teódoto. Isto foi para ele outro excelente pretexto para discordar comigo, muito semelhante ao primeiro. Mandou-me perguntar se verdadeiramente eu me tinha dirigido à casa de Teódoto a convite deste. – "Com certeza", respondi. "Nesse caso, retor-

quiu o enviado, ele ordena-me que te diga que agiste muito mal, fazendo mais caso de Dião e dos seus amigos do que dele próprio." Depois desta comunicação, nunca mais me chamou ao palácio, como se fosse desde já evidente que eu estava ligado por amizade a Teódoto e Heraclides e que era seu inimigo. Além disso, supunha que eu não pudesse estar animado por nenhum sentimento de boa vontade para com um homem que tinha completamente dissipado os bens de Dião. Morava, pois, desde aí, fora da acrópole, entre os mercenários. Recebi então várias visitas, entre outras a de alguns súditos atenienses, meus compatriotas. Disseram-me que corriam calúnias sobre mim entre os peltastas e que alguns tinham proferido contra mim ameaças de morte, se chegassem a apanhar-me. Eu imaginei, pois, o seguinte meio de me escapar: Mando visar Arquitas e os meus outros amigos de Tarento da situação em que me encontro. Estes, a coberto de uma embaixada que partia da cidade, enviam um navio de trinta remos com um deles, Lamisco, que, assim que chegou, vai interceder por mim junto de Dionísio), diz-lhe que quero partir e que não se oponha. Dionísio deu o seu consentimento e despediu-me, pagando-me as despesas da viagem. Quanto aos bens de Dião, não reclamei a mínima coisa e não me deram nada.

Chegado ao Peloponeso, a Olímpia, encontrei Dião que assistia aos jogos e contei-lhe tudo o que se tinha passado. Tomando Zeus por testemunha, ele exortou-nos logo, a mim, aos meus parentes e amigos a preparar a nossa vingança contra Dionísio, nós, pela perfídia dele para os hóspedes (era assim que ele classificava a conduta de Dionísio), e ele, pelo castigo injusto e pelo exílio. A estas palavras permiti-lhe fazer apelos aos nossos amigos, se eles consentissem. "Por mim, acrescentei, foi quase forçado por ti e pelos outros que partilhei a mesa, a morada e os sacrifícios de Dionísio. O tirano julgava, talvez, pela afirmação de muitos caluniadores, que eu conspirava contra ele e contra a tirania – e contudo não me mandou matar e recuou perante esse crime. Além disso, já não estou em idade de me associar a quem quer que seja para uma empresa de guerra. Pelo contrário, serei dos vossos, se alguma vez, tendo necessidade de vos unir pela amizade, quiserdes fazer alguma coisa boa. Mas enquanto for para fazer mal, procurai noutro lado." Eis como eu me exprimia, após ter amaldiçoado a minha incursão aventureira e o meu insucesso na Sicília. Mas eles não me escutaram e não se

deixaram persuadir pelas minhas tentativas de conciliação. Também são responsáveis por todas as desgraças que lhes estão a acontecer agora. Se Dionísio tivesse entregue os bens de Dião ou se se tivesse reconciliado com ele, nada disto teria acontecido, tanto quanto se pode humanamente conjeturar – porque quanto a Dião, eu teria tido bastante força e querer para o reter fàcilmente. Mas atualmente, marchando um contra o outro, desencadearam desastres por todo o lado. Dião, contudo, sem dúvida que não teria tido outro desejo senão aquele de que eu próprio devo estar animado, posso dizê-lo, eu e todo o homem moderado; e relativamente ao seu poder, aos seus amigos e à sua própria cidade, não pensou, poderoso e honrado, senão em continuar os seus melhores benefícios, magnanimamente. Ora, não é este o caso daquele que enriquece, ele, os seus amigos e a sua cidade, à custa de forjar conspirações e reunir conjurados, pobre e incapaz de se dominar, vítima cobarde das suas paixões; e que, condenando à morte aqueles a quem dá o nome de inimigos, dilapida-lhes a fortuna e encoraja os auxiliares e cúmplices para que nenhum deles venha censurar a sua infâmia. Tal não é o caso também daquele que uma cidade honra como seu benfeitor, por ter, por decretos, distribuído pelo povo os bens de alguns, nem o daquele que, à frente de uma cidade importante que é a principal entre várias menos consideradas, atribui à sua os bens das cidades mais pequenas, desprezando toda a justiça. Porque não é com certeza Dião nem outro que aceitaria, deliberadamente, um poder eternamente funesto a si e à sua raça, mas procuraria antes uma constituição e uma legislação verdadeiramente justa e boa que se imponha sem o mais pequeno crime, sem o menor exílio. Seguindo estas linhas de conduta, Dião preferiu sofrer as injustiças que cometê-las, tomando, porém, precaução para evitar ser vítima. Sucumbiu, contudo, no momento de atingir o seu objetivo, a vitória sobre os inimigos. A sua sorte nada tem de surpreendente. Um homem justo, prudente e refletido, nunca pode subestimar completamente o caráter dos homens injustos, mas não espanta nada que ele sofra o destino do hábil piloto que não ignora a ameaça da tempestade, mas não pode prever a sua violência extraordinária e inesperada e tem de afundar-se. Eis o que enganou um pouco Dião. A malícia dos que o perderam não lhe escapava com certeza, mas qual era a profundi-

dade da parvoíce deles, de toda a sua maldade e cobiça, não podia ele prever. Este erro levou-o ao túmulo, e caiu sobre a Sicília um luto imenso.

Já quase vos dei, em suma, os meus conselhos, após o que acabo de narrar, e isso chega. Se retomei o relato da minha segunda viagem à Sicília, é porque me pareceu necessário narrar-vos por causa da estranheza e da inverossimilhança dos acontecimentos. Se, pois, as minhas explicações parecem razoáveis e se se acharem satisfatórios os motivos que dão razão aos fatos, a exposição que acabo de terminar terá atingido a boa e justa medida.

KAUTILYA

Arthashastra

Tradução do francês de

Sérgio Bath

Kautilya

Esse texto, Arthashastra, *teria sido escrito entre 321 e 300 antes de Cristo. Seu autor, Kautilya, estadista indiano, primeiro-ministro do Rei Chandragupta.*

O livro, como informa Sérgio Bath, que o traduziu para o português, esteve extraviado durante muitos séculos, até ser redescoberto, em 1909, num manuscrito sânscrito.

Segundo Bath, é "um guia absolutamente prático e instrumental, que não teoriza nem desenvolve sobre premissas de filosofia política, mas ensina a organizar e a administrar a máquina estatal com notável frieza e objetividade".

. . . . . .

SUMÁRIO

Apresentação
pág. 83

Introdução
Kautilya, o Maquiavel da Índia
pág. 85

Livro primeiro
Capítulo IV
A finalidade das ciências produtivas
e da punição
pág. 91

Capítulo VII
Os limites dos sentidos
pág. 92

Capítulo VIII
A nomeação dos ministros
pág. 92

Capítulo XI
A instituição de informantes
pág. 94

Capítulo XIII
A proteção dentro do próprio estado
pág. 95

Capítulo XV
As sessões do conselho de estado
pág. 96

Capítulo XVI
A missão dos embaixadores
pág. 99

Capítulo XVII
A proteção dos príncipes
pág. 100

Capítulo XIX
Os deveres dos monarcas
pág. 101

Capítulo XX
Os deveres do soberano com relação ao seu harém
pág. 102

Livro segundo
Capítulo VII
O ofício do contador
pág. 103

Capítulo VIII
Descobrindo desvios de tributos por
funcionários corruptos
pág. 104

Capítulo IX
O exame da conduta dos servidores públicos
pág. 104

Capítulo XVI
O superintendente do comércio
pág. 105

Capítulo XXI
O superintendente aduaneiro
pág. 106

Capítulo XXVII
O superintendente das prostitutas
pág. 106

Capítulo XXXI
O superintendente dos elefantes
pág. 108

Livro terceiro

Capítulo II
O matrimônio e seus deveres.
A propriedade da esposa e as compensações devidas
pág. 109

Capítulo III
Os deveres da esposa
pág. 110

Capítulo XVIII
A difamação
pág. 110

Capítulo XIX
A agressão
pág. 111

Livro quarto

Capítulo VIII
O julgamento e a tortura necessária para obter uma confissão
pág. 113

Capítulo XI
A pena capital, com ou sem tortura
pág. 114

Capítulo XII
Relações sexuais com meninas
pág. 114

Livro quinto

Capítulo IV
A conduta do cortesão
pág. 115

Livro sétimo

Capítulo IX
A aquisição de ouro e de um amigo
pág. 117

Livro oitavo

Capítulo II
Considerações sobre as dificuldades enfrentadas pelo soberano e o seu reino
pág. 119

Apresentação

A presente tradução é uma paráfrase de trechos selecionados do Arthashastra *de Kautilya, o "Maquiavel da Índia", em linguagem vazada de forma a conquistar o interesse e o entendimento do leitor brasileiro. Uma linha de corte, pontilhada, marca o início e o fim de cada excerto. O tradutor baseou-se na 5.ª edição da versão inglesa por excelência, de R. Shamasastry, publicada em Mysore, em 1956 (Editora Sri Raghuveer), com uma introdução de J. F. Fleet.*

O objetivo desta iniciativa editorial da Universidade de Brasília, que tem a seu crédito tantos clássicos das ciências sociais, e mostra a sabedoria política de Kautilya, que viveu na Índia dezoito séculos antes de Maquiavel; apresentar ao leitor brasileiro, pela primeira vez, sua visão da arte política, os métodos que recomenda para a organização do estado e a condução da administração pública. O Arthashastra *é um manual prático de administração pública. Capítulos que nos parecem interregnos pitorescos na sucessão de trechos de claro e perene interesse político refletem a época e o local, a importância que tinham na Índia do terceiro século antes de Cristo temas como o harém, a regulamentação das prostitutas, a tortura, os deveres e o patrimônio das esposas, o emprego dos elefantes.*

Na medida do possível procurou-se liberar o texto do sabor exótico, que pode atrair pela estranheza mas nada acrescenta à sua inteligência, chegando mesmo a desvirtuá-lo. Por isso, de modo geral, os nomes indianos, de pessoas e lugares foram abandonados. A abordagem adotada, portanto, foi a do historiador e do cientista

político, não a que teria o especialista no sânscrito do texto original, ou na cultura indiana.

O canhestro de certas passagens nem sempre é devido à falta de graça do tradutor, mas pode refletir, em alguns casos, peculiaridades da linguagem original.

As opiniões de Kautilya são apresentadas às vezes na terceira pessoa ("Kautilya comenta ..."), espelhando o original, e às vezes contrastadas com as opiniões de outros comentaristas indianos, cujos nomes foram omitidos.

Entre as pessoas que ajudaram o tradutor cabe uma referência especial a Otávio Rainho da Silva Neves, embaixador do Brasil em Delhi, que localizou na Índia e remeteu para o Brasil vários trabalhos sobre Kautilya, assim como ao professor José Leal Ferreira, um brasileiro que criou raízes em Delhi.

Uma versão resumida da Introdução foi publicada originalmente como um capítulo de maquiavelismo: a Prática Política Segundo Nicolau Maquiavel (S. Paulo, Ática, 1992).

Sérgio Bath

. . . . . .

Introdução

KAUTILYA, O MAQUIAVEL DA ÍNDIA

No quarto século antes de Cristo, 1.800 anos antes de Nicolau Maquiavel (1469-1527), o "Secretário Florentino", um estadista indiano, primeiro-ministro do rei Chandragupta, da dinastia dos mauryas, escreveu um tratado em sânscrito codificando as normas do bom governo. Esse texto, o Arthashastra, *tem pontos de contato interessantes com o pensamento maquiavélico, conforme podemos notar nas páginas que seguem.*

Na verdade, atribuímos o tratado a Kautilya, mas não sabemos com certeza quem o escreveu, e exatamente quando (a data deve está entre 321 e 300 a.C.). Os especialistas observam que o nome Kautilya significa "tortuoso, perverso" e o identificam como um certo Chankya, mas não sabem explicar por que o apodo -- a não ser, o que é improvável, que a razão fosse a que hoje nos pode parecer óbvia, dada a crueza de certos conselhos.

A verdade é que não se pode identificar com plena segurança um autor histórico determinado por trás do Arthashastra, *como acontece com* O Príncipe *de Maquiavel. O livro esteve extraviado durante muitos séculos, e quase inteiramente esquecido, até ser redescoberto em 1909, em um manuscrito sânscrito. Na década de 1910, outros manuscritos foram recuperados, um deles em estranha mistura de duas línguas dravidianas do Sul do Industão: o tâmil e o malaiala. É como se encontrássemos uma tradução de Dante com uma mistura de francês e espanhol...*

Há, naturalmente, boas fontes de informação sobre a cultura dos mauryas, na Índia e até no Ocidente: por exemplo, um grego, Megastenes, que chegou a descrever a Índia daquela época em uma obra perdida -- Índica --, de que conhecemos alguns trechos registrados por outros escritores gregos, tais como Strabo e Diodoro.

O que se pode dizer dos mauryas é que, entre 320 e 185 antes de Cristo, construíram o primeiro grande império indiano, abrangendo boa parte do subcontinente. Datam desse período as mais antigas esculturas em pedra da Índia, as stupas budistas mais velhas e algumas esplêndidas cavernas artificiais.

O Manual sobre as Receitas Governamentais**,** *de Kautilya, mal conhecido no Ocidente, é também chamado, sinteticamente, de* Princípios da Política. *Com 150 capítulos, reunidos em quinze livros, é um guia absolutamente prático e instrumental, que não teoriza nem desenvolve sobre premissas de filosofia política, mas ensina a organizar e a administrar a máquina estatal com notável frieza e objetividade.*

O estado de que se trata aqui é também uma "obra de arte", como a cidade renascentista, mas em escala mais ampla. Trata-se de construção "hidráulica", totalitária e monolítica, que parece mais próxima do estado da primeira metade do século XX, com suas ambições totalizantes, do que da cidade-estado da Renascença italiana, estudada por Maquiavel.

Segundo Romila Thapar, dentro dessa concepção "qualquer atividade, da agricultura ao jogo e à prostituição, estava sujeita a pagar tributos. Nenhuma área deserta podia ser ocupada, nem uma só árvore derrubada nas florestas sem a permissão do estado". O objetivo da administração pública era controlar e supervisionar a atividade de todos, de forma a assegurar a maior receita possível para o Tesouro. Recordamos Maquiavel: "Gastar a riqueza alheia não diminui a reputação do príncipe mas, ao contrário, a eleva; só é prejudicial o dispêndio dos próprios recursos".

Continua Romila Thapar:

Tudo isso exigia um sistema burocrático cuidadosamente estruturado... Praticamente todas as pessoas habilitadas, capazes de exercer uma profissão, estavam registradas, sob controle de administrador. Os funcionários recebiam bons salários, acreditando-se que burocratas bem pagos seriam provavelmente mais eficientes.

Os conselhos de Kautilya são de um realismo amoral, e lembram a célebre advertência de Maquiavel:

... minha intenção é escrever o que tenha utilidade para quem estiver interessado (pelo que) pareceu-me mais apropriado abordar a verdade efetiva das coisas, e não a imaginação... a maneira como vivemos é tão diferente daquela como deveríamos viver

que quem despreza o que se faz pelo que deveria ser feito aprende a provocar sua própria ruína...

O que há de diferente entre Kautilya e Maquiavel é o contexto histórico-cultural: a marcante tonalidade européia e renascentista deste último, a ênfase de Kautilya nos aspectos puramente burocráticos da administração. É difícil conceber o escritor florentino -- pessoalmente pouco "maquiavélico" ou, pelo menos, de um "maquiavelismo" pouco eficaz -- fora do clima do Renascimento. A ênfase na projeção individual e a sede de grandeza e fama permitiam então que se visse com naturalidade o uso do estado, pelo príncipe, para a promoção pessoal. Omite-se a racionalização ou ideologização intermediárias: assistimos na Renascença a uma abordagem direta e franca do poder, que Maquiavel nos descreve, a que a linguagem exuberante e pouco franca dos políticos, nos últimos quatro séculos, nos desacostumou.

Afastadas tais diferenças, os pontos de aproximação surgem claramente. Assim, Maquiavel parece reproduzir o sentimento, que adivinhamos em Kautilya, de que ... é preciso ser ao mesmo tempo amado e temido, mas, como isso é difícil, é muito mais seguro ser temido, se for preciso escolher... os homens têm menos escrúpulos em ofender quem se faz amar do que quem se faz temer, pois o amor é alimentado por uma corrente de obrigações que se interrompe quando deixa de ser necessária... mas o temor é mantido pelo medo da punição, que nunca falha.

Embora aceite tacitamente a teoria contratual da origem do estado, Kautilya admite o valor da propaganda da origem divina e do direito divino do soberano, que lhe convém difundir. O governante deve ser temido como um mágico, detentor de poderes terríveis. E a defesa do estado exige a prática da punição, aplicada com eficiência de acordo com a dandaniti, *a "ciência da punição".*

Por outro lado, o conhecimento -- em inglês, diríamos intelligence *-- a respeito das atividades dos súditos tem importância fundamental para os administradores governamentais, pelo que se torna necessário instalar uma vasta rede de espionagem que traga ao conhecimento do governo notícias freqüentes sobre tais atividades. Além disso, é preciso manter a sociedade dividida, por meio de intrigas e acusações. Nas palavras de um comentarista, Richard Lannoy:*

É provável que o extenso sistema de espionagem proposto pelo Arthashastra *nunca tenha sido adotado inteiramente, mas não há dúvida de que com efeito espiões fomentavam disputas entre dois partidos suspeitos de abrigar idéias subversivas ao estado, como propõe Kautilya. Ao envenenar uma pessoa, para acusar uma outra, esses agentes secretos ganhavam um pretexto para confiscar a propriedade de ambas. Os cidadãos que se tornavam excessivamente poderosos eram enviados em expedições*

de menor importância, com armamento insuficiente, e colhidos em emboscadas bem planejadas (The speaking tree).

Não é muito diferente o conselho de Maquiavel, nos Discorsi:

Um dos meios mais seguros para ganhar a confiança de uma cidade presa de disputa intestina é oferecer-se como árbitro... Quando o conflito tiver início, convém encorajar o partido mais fraco, dando-lhe alguma assistência, porém ligeira, suficiente apenas para incitá-lo à luta que irá destruí-lo...

Dividir para impor-se.

Nesse sistema cruel e absolutista, de um feroz paternalismo monárquico, a organização política está cifrada em sete elementos: o monarca, o primeiro-ministro, o território, as fortificações, o tesouro, o exército, os aliados. O que importa é o poder, concentrado nas mãos do soberano; todos os meios são próprios para defendê-lo ou ampliá-lo. Se quisermos usar a linguagem maquiavélica, os fins justificam os meios.

O paradoxo é que tal concentração de poder, usado discricionariamente, torna o soberano e o estado dependentes da burocracia. E a presunção de que o burocrata servirá seu desonesto patrão com desinteresse e perfeita honestidade não é realista -- de uma forma ampla, o próprio princípio da honestidade é desautorizado. Por outro lado, são tais as faculdades concedidas ao burocrata, tão ampla sua margem e arbítrio que se torna difícil saber se o peixe está bebendo da água na qual nada...

A política externa do estado, segundo Kautilya, é o exercício da rivalidade crônica, conduzida de acordo com a "teoria da mandala", que distribui os estados em círculos concêntricos. Recorremos outra vez a Lannoy:

O soberano em cujo território se encontra o centro da mandala é chamado "o que deseja conquistar". Os outros monarcas, ocupando vários setores do anel que cerca aquele centro, representam, em conjunto, para *("o adversário"). Quando um desses reis está em dificuldade, deve ser atacado. O círculo externo ao anel mais próximo... é composto dos 'amigos'; mais além estão os 'amigos do adversário' e os 'amigos dos amigos', em círculos concêntricos alternados de aliança e hostilidade, anel após anel, que se afastam do território natural,* ad infinitum.

Em outras palavras, "o inimigo do meu inimigo é meu amigo".

Dentro dessa concepção polêmica da sociedade internacional, o papel do diplomata é sobretudo o do espião e do intrigante junto ao "inimigo", como deixa claro o capítulo 16 do Livro Primeiro, que reproduzimos em parte. Curiosamente, há

uma classificação dos agentes diplomáticos, de embaixadores a encarregados de negócios, que lembra a Convenção de Viena (1961).

Sabemos que o farisaísmo e a pretensão moral aparecem em todas as culturas e em todas as épocas. Não poderia faltar, portanto, no mundo de Kautilya. Curiosamente, o responsável por conselhos tão cínicos criticava a moralidade dos atores e atrizes, que considerava "baixa". Por isso desaconselha vivamente que se permita a esses artistas residir na vizinhança dos demais cidadãos, já que poderiam infectá-los com sua leviandade...

. . . . . .

Livro Primeiro

CAPÍTULO IV
A finalidade das ciências produtivas e da punição

A punição é o centro de que dependem o bem-estar e o progresso das ciências da agricultura, pecuária e comércio, assim como a administração pública. E a ciência do governo baseia-se na lei do castigo.[1]

Ela é um método para adquirir bens, garantir sua propriedade, aperfeiçoá-los, distribuir os frutos desse aprimoramento entre os que os merecem. O mundo depende dessa ciência da administração, assim como do curso do progresso.

Afirma um mestre: "Por isso, quem deseja o progresso deve manter o cetro erguido. Não pode haver melhor instrumento para controlar o povo."

Kautilya comenta que não é bem assim, pois quem impõe punições severas se torna repulsivo para o povo; e quem impõe castigos muito suaves é desprezado. No entanto, quando aplicadas com a devida consideração, as punições tornam o povo mais atento à correção do seu comportamento e às obras que produzem riqueza e satisfação; o castigo mal

(1) *Varta* é a ciência das atividades produtivas: a agricultura, a pecuária, o comércio; depende de *danda*, a arte da punição.

aplicado, porém, por influência da cobiça e da ira, devidas à ignorância, provoca a fúria até mesmo nos eremitas e ascetas que vivem na floresta, para não falar dos chefes de família.

Quando a lei da punição não é seguida, o resultado é uma desordem tal que lembra a provocada pela situação do peixe maior que come o menor; porque, sem a interferência dos magistrados, os fortes engolirão os fracos, enquanto sob a sua proteção estes poderão resistir à força.

CAPÍTULO VII
Os limites dos sentidos

A riqueza é importante, e só ela, uma vez que a caridade e o desejo dela dependem para realizar-se.

Os professores e os ministros que livram o soberano dos perigos que o ameaçam e, medindo as horas do dia, o advertem sobre a sua conduta, mesmo secreta, devem ser invariavelmente respeitados.

A soberania só é possível com assistência, pois uma roda isolada nada pode transportar. Por isso o príncipe terá ministros e ouvirá suas opiniões.

CAPÍTULO VIII
A nomeação dos ministros[2]

Diz um comentarista: "O soberano deve nomear como ministros os seus antigos colegas de estudos; são pessoas confiáveis, pois o soberano conhece pessoalmente sua honestidade e capacidade."

Retruca um outro: "Não, porque justamente por terem sido seus companheiros não o respeitariam. O soberano deve empregar como ministros aqueles com quem compartilha segredos. Os hábitos e defeitos comuns os impedirão de ferir o soberano, a não ser que este revele tais segredos."

---

(2) Neste capítulo, as idéias desenvolvem-se por oposições sucessivas, num diálogo imaginário.

Afirma um mestre: "É comum este temor, pois levado pelo medo de que seus segredos sejam violados o soberano poderá acompanhá-los em suas ações, sejam boas ou perversas."

"Colocando-se sob a influência de todas as pessoas que compartilhassem dos seus segredos, o soberano poderia ser humilhado pela revelação desses segredos. Por isso deve ter como ministros aqueles que lhe deram prova de fidelidade em situação de dificuldade grave, aqueles cuja devoção ao soberano já foi testada."

"Não", diz um outro, "pois fidelidade não é inteligência. O soberano deve fazer ministros aqueles que, quando dedicados às finanças, por exemplo, conseguem manter elevada a arrecadação, ou aumentá-la. Isto é, aqueles cuja competência já foi testada".

"Não", é a resposta, "pois essas pessoas podem não ter outras qualificações ministeriais. O soberano deve, assim, nomear aqueles cujos pais e avós também foram ministros; devido ao seu conhecimento do passado e às relações antigas com o soberano e sua família, estes não o abandonarão, ainda quando ofendidos. Esta é a fidelidade que se vê mesmo entre os animais: as vacas, por exemplo, se afastam de vacas desconhecidas."

"Mas não", afirma um dos mestres, "porque, tendo domínio sobre o soberano, essas pessoas tendem a tomar o seu lugar. Por isso é necessário nomear aqueles que, novos na administração, sejam proficientes na ciência do governo. Eles olharão para o soberano como o portador do cetro real e não ousarão ofendê-lo."

Diz outra pessoa: "Não, pois quem só tem conhecimento teórico, sem experiência e vivência da política, tenderá a cometer erros graves quando se defrontar com a realidade da administração. Por este motivo devem ser nomeados ministros aqueles que, de família aristocrática e dotados de sabedoria, tenham pureza de intenção, bravura e sentimento de lealdade, na medida em que tais nomeações dependam exclusivamente de qualificações."

É o que afirma Kautilya: "Eis um critério satisfatório sob todos os aspectos, pois a capacidade das pessoas depende da efetividade do seu trabalho e reflete as diferenças existentes no trabalho de cada uma."

CAPÍTULO XI
A instituição de informantes[3]

Assistido pelo conselho de ministros, o soberano procederá à instituição de informantes, disfarçados em discípulos,[4] reclusos, donos de casa, comerciantes, ascetas, estudantes, mendigos, etc.

O discípulo é uma pessoa habilidosa, capaz de adivinhar o que se passa na mente de outra. Depois de estimular tal informante com honrarias e dinheiro um dos ministros lhe dirá: "Sob juramento prestado ao soberano e a mim, tu nos informarás do que descobrires de intenção desonesta nos outros."

Recluso é aquele que se iniciou nos exercícios ascéticos, tem pureza de caráter e pode prever o futuro. Esse informante, dotado de recursos e com muitos discípulos, atuará na agricultura, na pecuária e no comércio com os meios que lhe forem dados para esse fim. Com o produto e os lucros assim obtidos proverá todos os ascetas com sua subsistência, roupa e alimentação, enviando em missões de informação aqueles que desejem ganhar a vida sob a sua proteção; a cada um ordenará a observação de determinado tipo de crime contra o patrimônio do soberano, delatando-o quando se prestarem a receber sua parte. Todos os ascetas sob o patrocínio de um recluso enviarão seus discípulos em tal tarefa.

Um lavrador que deixou de exercer sua profissão, mas tem capacidade de previsão e pureza de caráter, é um informante chefe de família. Continuará a cultivar as terras que lhe forem confiadas para esse fim e a manter empregados.

Um comerciante que deixou de exercer sua profissão, mas tem capacidade de previsão e pureza de caráter, é um informante mercador. Ele continuará a trabalhar como antes, com os recursos que lhe foram confiados para esse fim.

Aquele que se apresenta como asceta pode ser um informante sob a forma de quem pratica austeridade. Cercado de discípulos com

---

(3) Na tradução inglesa, The Institution of Spies.

(4) Em sânscrito, *kapatika-chhatra*, que foi traduzido em inglês por *fraudulent disciple*: é discípulo espiritual, praticante de disciplina como a ioga, por exemplo, que desvia para fins terrenos e até venais o uso das qualidades que adquiriu – por isso é um discípulo fraudulento. Em português, preferimos dizer simplesmente "discípulo".

a mesma aparência, pode instalar-se nos subúrbios da cidade, tido como quem vive frugalmente, mas na realidade em segredo satisfaz todos os seus desejos.

Os informantes mercadores, pretendendo ser seus discípulos, poderão segui-lo como a alguém com poderes sobrenaturais. E seus outros discípulos proclamarão que ele é "um asceta com extraordinários poderes sobrenaturais."

Honrados pelo soberano com recompensas em títulos e dinheiro, esses cinco tipos de informantes poderão verificar a pureza de intenção dos servidores do soberano.

CAPÍTULO XIII
A proteção dentro do próprio estado

Tendo instituído informantes que acompanhem as atividades dos seus ministros, o soberano procurará informar-se também sobre os demais cidadãos.

Apresentando-se como facção, alguns informantes entrarão em controvérsia nos lugares de peregrinação, assembléias, lares, empresas e reuniões populares. Um deles poderá declarar:

"Diz-se que o soberano possui todas as qualidades desejáveis; ele não parece tender para a opressão dos cidadãos com multas e impostos."

Contra os que parecem apoiar essa opinião, outro informante levantará a voz, interrompendo o orador para dizer: "Como o ilustra o provérbio do peixe grande que engole o peixe menor, os que sofreram com a anarquia primeiramente elegeram um rei, separando uma parte de sua colheita para pagar-lhe como imposto. Com esse pagamento, os reis assumiram a responsabilidade de defender e manter a segurança dos seus súditos, responsabilizando-se pelo cumprimento por todos do princípio da justa punição e do justo tributo. Por isso, até os eremitas dão aos soberanos uma parte do cereal de que dispõem, 'tributo pago a quem nos protege'. Esse é o papel do soberano, que concede recompensas e castigos visíveis. Quem não respeitar o soberano receberá também castigo divino. Por isso os reis nunca devem ser desprezados."

Desta forma serão silenciados os que se opuserem traiçoeiramente ao soberano.

Os informantes deverão conhecer igualmente os rumores correntes no país. Alguns, com a aparência de religiosos, verificarão se prevalece o descontentamento entre os que trabalham com alimentos, o gado ou o ouro do soberano; os que por bem ou por mal trazem recursos ao soberano, os membros insatisfeitos da família real e os distritos rebeldes, assim como aqueles que lutam contra invasores ou tribos selvagens. Quanto maior o contentamento dessas pessoas maiores as suas honrarias; os insatisfeitos devem ser tratados de forma conciliatória ou premiados. A alternativa é semear a discórdia no seu meio, de forma que se apartem uns dos outros, afastando-se de algum vizinho perigoso, de alguma tribo selvagem ou de um príncipe que foi banido ou aprisionado. Se tudo isso falhar, podem ser empregados na imposição de multas e na coleta de impostos, para que incorram no desagrado do povo. Os que se inebriarem com sentimentos de inimizade podem ser derrubados com punições secretas, ou fazendo com que ganhem a antipatia de todo o povo. Pode-se também recolher sob custódia governamental, em minas, os filhos e os cônjuges desses traidores, para que não abriguem os inimigos do soberano.

Os que demostrarem ira ou cobiça, os medrosos e os que desprezarem o soberano servirão como instrumentos dos inimigos. Por isso, informantes disfarçados de astrólogos e adivinhos irão se informar das relações dessas pessoas entre si e com os estados estrangeiros.

Os que estiverem satisfeitos com a situação receberão distinções e recompensas; os descontentes serão vencidos pela conciliação, por presentes, ou ainda mediante castigos e a inseminação da discórdia.

Desta forma, o soberano capaz protegerá contra a intriga dos estados estrangeiros todos os grupos de seu povo, tenham ou não poder, sejam-lhe favoráveis ou contrários.

CAPÍTULO XV
As sessões do Conselho de Estado

Uma vez que tenha firmado sua posição na afeição dos grupos locais e estrangeiros, tanto no seu próprio território como no estado inimigo, o soberano irá se ocupar da administração pública.

Todas as medidas administrativas serão precedidas pelas deliberações de um conselho bem formado. A agenda dessas reuniões será confidencial, e as discussões conduzidas em tal segredo que nem um simples pássaro as presencie – porque se comenta que tais segredos já foram divulgados por papagaios, outras aves, cães, etc. Por isso, nunca se deve iniciar tais deliberações sem a certeza de que não serão reveladas ao público. E aquele que for culpado de tal violação deve ser executado.

O conhecimento das decisões tomadas poderá ser percebido pela observação de mudanças na atitude e na aparência das pessoas.

Deve ser mantido total segredo sobre as deliberações do conselho, vigiando-se os que delas participarem até o momento de iniciar o trabalho projetado. Esse segredo pode ser revelado pela falta de cuidado, a embriaguez, palavras pronunciadas durante o sono ou encontros amorosos e outras indiscrições dos conselheiros.

As decisões do conselho poderão ser reveladas por quem se sentir desconsiderado, ou alimentar um propósito secreto. Contra esse perigo deverão ser tomadas precauções. A revelação das decisões tomadas pelo conselho só é vantajosa para pessoas fora do círculo do soberano e seus ministros.

"Por isso", diz um mestre, "o soberano deve decidir sozinho os assuntos secretos, pois os assessores têm seus próprios assessores, e estes também; esta sucessão de assessores leva à divulgação dos segredos.

"Assim, ninguém deverá conhecer os objetivos que o soberano tem em mente, a não ser os que estiverem incumbidos de executá-los, ao iniciar esses trabalhos ou ao concluí-los."

Diz outro mestre: "A deliberação por uma pessoa isolada não pode ter êxito. A natureza das tarefas de um soberano deve ser inferida de causas visíveis e também invisíveis. Ora, a percepção do que não é visível, a interpretação definitiva do que se vê, a solução das dúvidas a respeito do que sustenta duas opiniões divergentes, a inferência da totalidade, quando só uma parte é conhecida, tudo isso só pode ser decidido mediante a discussão em conselho. Por isso o soberano deverá deliberar com pessoas de mente aberta."

"Ouvirá a opinião de todos, sem desprezar qualquer uma, pois o sábio utiliza até mesmo o conselho de uma criança, quando é sensato."

Diz outro mestre: "Isto seria mera coleta de opiniões, não uma deliberação coletiva. O soberano perguntará a opinião de cada conselheiro sobre um trabalho semelhante ao que pretende executar, especulando sobre o que fazer e como enfrentar as conseqüências. E agirá de acordo com o que disserem. Deste modo, poderá ao mesmo tempo ouvir conselhos e manter segredo."

"Não é assim", diz outro mestre, "porque quando são interrogados sobre uma meta longínqua, os conselheiros reagem com indiferença ou opinam sem muito empenho. O soberano precisará consultar pessoas capazes de ter um julgamento decisivo sobre os trabalhos que pretende executar. Só assim receberá conselhos efetivos, além de confidenciais."

Para Kautilya, porém, essa busca de conselhos é infinita, nunca termina. O soberano deve consultar três ou quatro conselheiros. Em casos difíceis, a consulta a um único conselheiro pode não resultar em qualquer conclusão definitiva. Mas um conselheiro, isoladamente, responderá sempre de forma incisiva, sem hesitações. Ao deliberar com dois conselheiros, o soberano poderá sucumbir à sua influência combinada, ou então ser prejudicado por uma divergência entre eles. Com três ou quatro conselheiros, porém, o soberano alcançará resultados satisfatórios, sem grande dificuldade. Se os conselheiros são mais de quatro, a decisão só será alcançada depois de muito trabalho; e será mais difícil manter o segredo. Assim, segundo as circunstâncias de tempo e lugar, e a natureza do trabalho em questão, o soberano poderá decidir se convém deliberar sozinho ou com um ou dois conselheiros.

São os seguintes os cinco fatores de qualquer deliberação: os instrumentos para executar o trabalho, o comando de homens e meios em escala suficiente, o local e o tempo, a prevenção dos perigos e o êxito final.

O soberano poderá indagar opinião dos conselheiros, individual ou coletivamente, e avaliar a competência de cada um deles ao medir as razões que apresentem para sustentar seu parecer.

É preciso não perder tempo, quando surge a oportunidade. E também evitar longa deliberação com aqueles cujos aliados serão prejudicados pela decisão do soberano.

CAPÍTULO XVI
A missão dos embaixadores

Depois de providenciar meios de subsistência e de transporte adequados, criadagem, etc., o embaixador dará início à sua missão refletindo sobre o que deve dizer ao inimigo,[5] que este dirá e que resposta dar-lhe para impor-se a ele.

O embaixador fará amizade com os funcionários do governo inimigo e os responsáveis pelas terras desabitadas, as fronteiras, cidades e regiões do país. E procurará comparar as instalações militares e fortificações do inimigo com os do seu soberano. Avaliará a dimensão e a área dos fortes e, de modo geral, do estado, assim como os depósitos de valores e os pontos conquistáveis e inexpugnáveis.

Com a devida permissão, entrará na capital do inimigo, declarando o objetivo da sua missão, exatamente como lhe foi instruído, mesmo a custo da própria vida.

O brilho na voz, no rosto e nos olhos do inimigo; a aceitação respeitosa da sua missão; perguntas sobre a saúde dos amigos; participação nos comentários sobre as virtudes; o oferecimento de um lugar próximo do trono; o tratamento respeitoso; a recordação de amigos comuns; o encerramento da missão com cordialidade – esses são elementos que mostram as boas graças do inimigo; o contrário demonstrará seu desprazer.

Se o inimigo se irritar, pode-se dizer-lhe o seguinte: "Os diplomatas são porta-vozes dos reis e em conjunto pertencem a todos os soberanos; por isso, não merecem a morte os que, enfrentando as armas que se levantam contra eles, devem cumprir sua missão exatamente."

Este o argumento que os diplomatas devem expor.

Sem se vangloriar com as homenagens que lhe forem prestadas, o embaixador aguardará que sua partida seja autorizada. Não se deixará influenciar pelo poder do inimigo; evitará cuidadosamente as mulheres e a bebida, indo para o leito desacompanhado, pois como é sabido, deitar-se e embriagar-se revelam nossas intenções verdadeiras.

---

(5) Entende-se por "inimigo", em tempos de paz, o interlocutor que defende os interesses de outro estado. Veja na introdução o papel dos embaixadores.

CAPÍTULO XVII
A proteção dos príncipes

O soberano deve antes de mais nada precaver-se contra ataques da sua esposa e filhos para depois cuidar da segurança do reino contra seus inimigos imediatos e os príncipes estrangeiros.

Trataremos das esposas no capítulo sobre os deveres do soberano para com o seu harém.

Quanto aos filhos, desde seu nascimento o soberano lhes dará especial atenção, pois, como disse um antigo mestre, "assim como os caranguejos, os príncipes têm conhecida tendência para comer seus progenitores. Quando demonstrarem esta falta de amor filial, deverão ser punidos secretamente". Mas outro pensador comentou: "Além de cruel, isso poderá levar à extinção da dinastia. Será melhor mantê-lo sob vigilância num lugar determinado." Disse um terceiro: "Esse procedimento tem efeito comparável ao susto que provoca uma cobra; pensando que o pai agiu movido pelo medo, o príncipe pode tomar a iniciativa de atacá-lo. Será melhor, portanto, mantê-lo afastado, sob vigia dos guardas de fronteira ou então em alguma fortaleza."

E um quarto comentou: "Essa situação lembra o lobo que aterroriza um rebanho de ovelhas. O filho do soberano poderá aliar-se com os guardas e rebelar-se. Será melhor, portanto, bani-lo para longe do país, mantendo-o preso num forte pertencente a outro monarca." Mas disse um outro: "O que faz lembrar o cordeiro que ainda mama; assim como o camponês retira o leite da vaca com a ajuda do cordeiro, o outro monarca poderá, por assim dizer, ordenhar o soberano através do seu filho. Será melhor, portanto, que o príncipe vá morar com a família da sua mãe." E outro ainda afirmou: "Desfraldando essa bandeira, os parentes maternos do príncipe poderão levantar reivindicações junto ao soberano."

Assim, os príncipes podem ser induzidos a dissipar a vida com o excesso de prazeres sensuais, pois filhos assim tratados não se levantam contra pais indulgentes.

Isto, afirma Kautilya, seria a morte em vida. Quando uma família real cujos filhos se entregam à dissipação sofre um ataque, ela parece como um pedaço de madeira roído pelos vermes.

Assim, quando a rainha atingir a idade favorável à procriação, os sacerdotes farão suas preces, e quando estiver grávida, o soberano observará as instruções das parteiras com relação à gravidez e ao parto. Nascido o filho, os sacerdotes promoverão os ritos de purificação. E quando o príncipe atingir a idade apropriada, será treinado sob a devida disciplina.

Observa um mestre: "Qualquer dos seus companheiros, com intenção perversa, poderá seduzir o príncipe com a caça, o jogo, a bebida ou mulheres; e instigá-lo a se voltar contra o próprio pai para arrebatar-lhe as rédeas do governo. Para evitar isso será preciso contar com um informante."

Diz Kautilya que não pode haver maior crime do que criar impressões malignas em um espírito inocente. Assim como um objeto novo se mancha com outro que o toque, um jovem príncipe aceitará como verdade tudo o que lhe foi dito. Por isso deverá ser exposto ao que está certo, não ao oposto; à riqueza, não à pobreza. Orientados, seus companheiros o tratarão com toda cortesia, pondo-se à sua disposição.

Que a experiência dos efeitos da bebida e a perfídia das mulheres o tornem medroso delas e da embriaguez. Se gostar do jogo, que sofra nas mãos de mentores disfarçados de parceiros desonestos. Se gostar de caça, que o assustem seus instrutores, como se fossem bandidos da floresta. Se demonstrar inclinação para a rebeldia, que se lhe incuta o temor dos perigos que ela oferece, com a narrativa dos males e da morte ignominiosa que pode acarretar.

CAPITULO XIX
Os deveres dos monarcas

Se o monarca for enérgico, seus súditos também o serão. Se for negligente, eles não só o serão mas poderão prejudicar as suas obras. Além do que, um príncipe negligente cairá facilmente nas mãos dos seus inimigos.

. . . . . .

Quando estiver na corte, o rei nunca fará os peticionários esperar por ele; com efeito, se o soberano se tornar inacessível para o povo, e delegar suas responsabilidades aos funcionários que o cercam, segura-

mente provocará confusão, desagradando o público e tornando-se ele próprio vítima dos seus inimigos.

CAPÍTULO XX
Os deveres do soberano com relação ao seu harém

No harém o soberano só se encontrará com a rainha quando a pureza das suas intenções puder ser garantida por uma velha serviçal. Com efeito, o soberano não tocará qualquer mulher antes de se certificar das suas intenções, pois houve um monarca que foi morto pelo próprio irmão, que se ocultou nos aposentos da rainha; um outro foi morto pelo filho, que se escondia debaixo do leito da mãe; outro ainda, pela rainha, que misturou arroz frito com veneno em lugar de mel; outro foi morto com uma corrente de tornozelo revestida de veneno; outro ainda com uma jóia envenenada; e um outro com um espelho pintado de veneno; e ainda outro com um punhal, oculto no cabelo da sua rainha.

Por isso, o soberano terá sempre o maior cuidado em evitar esses perigos. Manterá suas esposas afastadas da companhia dos ascetas, dos artistas e das prostitutas. E as mulheres de classe alta também não poderão vê-las – só as parteiras autorizadas.

O harém será freqüentado por prostitutas cuja limpeza pessoal seja garantida por banhos freqüentes, roupas e jóias limpas.

Oitenta homens e cinqüenta mulheres, agindo como pais e mães, velarão pela pureza dos que residirem no harém, assim como pessoas idosas e eunucos, e ordenarão as suas atividades de modo a assegurar a felicidade do soberano.

. . . . . .

Livro Segundo

CAPÍTULO VII
O ofício do contador

O superintendente das contas instalará sua repartição com a porta voltada para o norte ou o leste, os lugares de trabalho dos contadores bem separados e prateleiras com os livros de contas perfeitamente ordenados.

O funcionário que violar qualquer norma, ou desviar-se da forma estabelecida para as contas, fizer um registro sem saber o que significa ou equivocadamente registrar duas ou três vezes a mesma operação será multado em doze dinheiros.[6]

Aquele que por inadvertência apagar o registro de um total sofrerá dupla punição.

Aquele que o omitir[7] será multado oito vezes.

---

(6) A multa será de doze *panas*, o que para o leitor brasileiro não sugere qualquer valor. Não sabemos o poder de compra do *pana*, mas podemos entender o valor relativo das numerosas multas prescritas, que expressaremos sempre em "dinheiros".

(7) Na tradução inglesa, *He who eats it up...*, o que pode ser interpretado como aplicação da multa (de 96 dinheiros) a quem omitir o total.

O que provocar perda de receita reporá essa perda acrescentada de cinco vezes o seu valor. Se mentir, sofrerá a penalidade prevista para o roubo. Se omitir da primeira vez algum registro, incluindo-o só mais tarde, sofrerá em dobro essa pena.[8]

O soberano perdoará uma falha de pequenas proporções; ficará satisfeito mesmo quando a arrecadação for pequena, mas honrará com recompensas o funcionário que lhe trouxer grandes benefícios.

CAPÍTULO VIII
Descobrindo desvios de tributos por funcionários corruptos

Todos os empreendimentos dependem de recursos. Por isso, o tesouro deve merecer a maior atenção.

A prosperidade pública, os prêmios pela boa conduta, a captura dos ladrões, a redução do número de servidores públicos, as colheitas abundantes, a prosperidade do comércio, a inexistência de distúrbios e calamidades, a redução das isenções de impostos, as receitas em ouro – estes são fatores que conduzem à prosperidade financeira.

CAPÍTULO IX
O exame da conduta dos servidores públicos

Aqueles que têm qualificações ministeriais[9] devem ser nomeados para dirigir os departamentos governamentais de acordo com a sua capacidade individual. Enquanto estiverem nessas funções, serão inspecionados todo dia, porque os homens são naturalmente dispersivos e,

---

(8) Na tradução inglesa, *He who causes loss of revennue shall not only pay a fine equal to five times the amount lost, but also make good the loss. In case of uttering a lie, the punishment levied for theft shall be imposed. When an entry lost or omitted] is made later or is made to appear as forgotten, but added later on recollection, the punishment shall be double the above*.

(9) O capítulo IX do Livro Primeiro descreve essas qualificações, que consistem em "ser natural do país, de família aristocrática, prudente, com boa memória, corajoso, eloqüente, habilidoso, inteligente; tendo entusiasmo, dignifidade e resistência, um caráter puro. Ser afável, leal, de excelente conduta, bravo, forte e saudável; resoluto, afetuoso e livre de tudo o que excita a ira e a inimizade".

como os cavalos engajados numa tarefa, mudam de disposição a cada instante. Por isso os instrumentos que utilizam, o local e hora em que trabalham e a exata forma da sua atividade, bem como seus resultados, devem ser objeto de constante reavaliação.

CAPÍTULO XVI
O superintendente do comércio[10]

Cabe ao superintendente do comércio verificar se há ou não demanda pelos vários tipos de produtos da terra ou da água, transportados por estradas ou vias fluviais e marítimas, assim como a flutuação dos seus preços. E decidirá também a melhor época para a distribuição, depósito, compra e venda desses produtos.

Os produtos de ampla demanda devem ser armazenados, e seu preço sempre aumentado. Quando o novo preço for aceito pelo povo, um outro preço será fixado.

Os produtos de origem local serão armazenados; os importados serão distribuídos para venda em diferentes mercados. E os dois tipos de mercadoria serão vendidos ao povo em condições favoráveis. O soberano evitará lucros muito grandes que prejudiquem o povo.

Não haverá qualquer restrição à época de vender os produtos pelos quais haja demanda freqüente, que não estarão sujeitos aos inconvenientes da armazenagem.

. . . . . .

No concernente à venda das mercadorias do rei em países estrangeiros, assim procederá o superintendente: depois de verificar o valor das mercadorias locais, comparativamente aos produtos estrangeiros que podem ser obtidos em troca, calculará se há uma margem

(10) O superintendente do comércio é o ministro do Comércio, autoridade responsável pelos assuntos relativos ao comércio interno, mas sobretudo é o gerente comercial do soberano, cujo patrimônio se confunde com o patrimônio governamental, e que busca lucros em operações de compra e venda com outros agentes econômicos, do próprio país e do exterior.

de lucro, considerado o custo do transporte e as diferentes taxas e tributos pagos ao estado estrangeiro. Se não houver lucro na venda dos produtos locais em mercados estrangeiros, o superintendente verificará se existe alguma possibilidade vantajosa de troca com produtos locais. Depois, enviará um quarto da mercadoria disponível para diferentes mercados, usando estradas seguras. Para assegurar bons lucros, deverá relacionar-se amistosamente com as autoridades do outro estado, tomando todas as precauções para proteger os recursos assim obtidos. Se não for possível alcançar o mercado pretendido, para evitar sua perda total a mercadoria poderá ser vendida em qualquer outro lugar, com um lucro inferior, sem pagar impostos, como se fosse um produto local.

CAPÍTULO XXI
O superintendente aduaneiro[11]

O superintendente aduaneiro construirá um posto de inspeção e coleta perto do portão principal de acesso à cidade, de frente para o norte ou o leste, e exibindo as suas insígnias. Quando os comerciantes passarem pelo posto, quatro ou cinco coletores anotarão seu nome, procedência, as mercadorias trazidas e o local onde foram inspecionadas pela primeira vez.

A mercadoria que não tiver o selo apropriado pagará os direitos em dobro. Se o selo for falsificado, pagará uma multa de oito vezes o seu valor. Se o selo estiver apagado ou danificado, o mercador será retido por algum tempo. Haverá também uma multa em dinheiro nos casos em que a mercadoria declarada não corresponder à verdade, ou o selo for diferente do obrigatório.

CAPÍTULO XXVII
O superintendente das prostitutas

Pagando-lhe um salário fixo, o superintendente das prostitutas empregará na corte uma prostituta, reputada pela sua beleza, juventude e qualificações, seja ou não de uma família de prostitutas. Será também

(11) Na tradução inglesa, The Superintendent of Tolls.

nomeada uma prostituta substituta com um salário de metade do valor do primeiro.

Quando uma dessas prostitutas viajar, ou se vier a falecer, a filha ou irmã poderá tomar o seu lugar, recebendo seu salário e patrimônio. Este poderá caber a sua mãe ou a uma outra prostituta. Se isso não ocorrer, o patrimônio ficará para o soberano.[12]

Para acrescentar ao brilho das prostitutas que levam as insígnias do soberano[13] e que o servem quando está no leito real, no trono ou numa carruagem, as prostitutas devem ser classificadas em três graus, de acordo com sua beleza e as jóias que usam; e seu salário variará da mesma forma.

A prostituta que perder sua beleza será empregada como serviçal.[14]

Se, depois de ter recebido a quantia que lhe for devida, uma prostituta se recusar a atender quem a pagou, será multada em duas vezes essa quantia.

Quando uma prostituta recusar seu cliente, será multada em oito vezes o valor da quantia cobrada, a menos que o cliente esteja prejudicado por uma doença ou defeito pessoal.[15]

Se uma prostituta matar seu cliente será queimada viva ou afogada.

Ao cliente de uma prostituta que roubar sua roupa ou suas jóias, ou deixar de pagar-lhe o que é devido, será imposta multa igual a oito vezes o valor do que foi roubado.

Toda prostituta informará o superintendente sobre seus clientes, sua receita diária e renda prevista.

As mesmas regras se aplicarão aos atores, dançarinos, cantores, músicos, cômicos, mimos, bardos, artistas de circo, cáftens e mulheres livres.[16]

. . . . . .

(12) Segundo Shamasastry, os filhos de uma prostituta não podiam ser seus herdeiros.
(13) Essas insígnias são: o guarda-sol, o jarro dourado e o leque.
(14) *Matrka* em sânscrito, que Shamasastry traduz por *nurse*.
(15) Na discreta tradução inglesa de Shamasastry, *unless the paramour happens to be unassociable on account of disease and personal defects.*
(16) Tal a baixa posição social dos artistas.

Toda prostituta pagará ao governo, mensalmente, o equivalente à sua receita de dois dias.[17]

CAPÍTULO XXXI
O superintendente dos elefantes

O superintendente dos elefantes tomará todas as providências para proteger as florestas que abrigam elefantes e supervisionará as operações relativas à estabulagem desses animais, machos, fêmeas e filhotes, quando se cansarem depois de quaisquer atividades; decidirá a quantidade e proporções da sua alimentação, seu treinamento, adornos, assim como o trabalho dos médicos e tratadores de diferentes especialidades.

Os estábulos terão uma largura correspondendo a duas vezes o comprimento do elefante, e igual altura, com alojamentos separados para as fêmeas e entrada de frente para o leste ou o norte.

A área em frente dos postes de amarração terá a forma de um quadrado, com o lado igual ao comprimento do elefante, e será pavimentada com tábuas de madeira lisa, com orifícios para a retirada das fezes e da urina.

O espaço destinado ao repouso do elefante terá a largura igual ao seu comprimento, e será dotado de uma plataforma de metade da altura do animal, onde este possa recostar-se.

Os elefantes treinados para uso militar e para o transporte de pessoas serão abrigados debaixo de telhado; os que ainda estiverem sendo domados ou tenham disposição rebelde ficarão ao ar livre.

Das oito divisões do dia, a primeira e a sétima se destinam aos dois banhos diários; as divisões subseqüentes, à alimentação; antes do meio-dia os animais farão exercícios; à tarde, deverão beber. Das oito partes da noite, duas serão dedicadas ao sono; o restante terço do período noturno se destina ao repouso em vigília.

O verão é a época apropriada à captura dos elefantes, desde que tenham animais de vinte anos.

---

(17) Imposto equivalente a pouco menos de sete por cento da sua receita bruta, admitindo-se trinta dias de trabalho.

. . . . . .

Livro Terceiro

CAPÍTULO II
O matrimônio e seus deveres.
A propriedade da esposa e as compensações devidas

O matrimônio constitui a base de todas as disputas.[18]

. . . . . .

A propriedade da mulher está representada por meios de subsistência e jóias, para as quais não há limite de valor. No caso dos meios de subsistência, seu dote será sempre superior a dois mil dinheiros. A esposa poderá lançar mão desses recursos para manter-se, ou para manter os filhos ou a nora, caso o esposo esteja ausente e não tenha deixado recursos para isso. Quanto ao esposo, poderá também utilizar esses recursos em caso de calamidade, doença ou fome, para afastar perigo ou em atos de caridade.

Se uma viúva voltar a casar-se com um homem que não tenha sido escolhido pelo seu sogro perderá tudo o que lhe tiver sido dado por este e pelo falecido esposo.

---

(18) Entenda-se esta afirmativa à luz das conseqüências patrimoniais do matrimônio, em que a mulher contribuía com seu dote nas condições que o texto determina.

CAPÍTULO III
Os deveres da esposa

A esposa que praticar quaisquer atos sexuais, ou beber, violando desta forma uma proibição, pagará multa de três dinheiros. No caso de sair durante o dia para assistir a um evento esportivo ou um espetáculo, pagará multa de doze dinheiros. Se a falta ocorrer durante a noite, a multa será dobrada. A esposa que sair quando o esposo estiver dormindo, ou embriagado, será penalizada com doze dinheiros; o mesmo se impedir a entrada do cônjuge em sua casa à noite. Se um homem e uma mulher trocarem palavras ou sinais com o propósito de marcar um encontro amoroso, a mulher será multada em 24 dinheiros, o homem em 48.

CAPÍTULO XVIII
A difamação

A calúnia, os comentários insultuosos e a intimidação constituem difamação. Entre as expressões abusivas relativas ao corpo, aos hábitos, à educação, chamar uma pessoa defeituosa por apodo verdadeiro, tal como "o cego", "o aleijado" etc., implicará multa de três dinheiros; e se o apodo for falso, a multa será dobrada. Se um cego for chamado ironicamente de "homem com belos olhos", ou um desdentado de "homem de dentes perfeitos", por exemplo, a multa aplicável será de doze dinheiros. O mesmo com a pessoa afetada pela lepra, impotência, insanidade mental, etc. De modo geral, as expressões insultuosas – sejam verdadeiras, falsas ou irônicas – entre pessoas do mesmo nível social serão punidas com multas acima de doze dinheiros.

Se as vítimas de tais insultos forem pessoas de nível social superior ao de quem insulta,[19] este pagará uma multa dobrada; se a vítima for de nível inferior, pagará a metade. A calúnia que atinja a esposa alheia levará a dobrar a multa aplicável.

Se o insulto for devido a desatenção, embriaguez ou alienação dos sentidos, a multa será diminuída pela metade.

---

(19) Note-se a importância da estratificação social. A assimetria se repete no capítulo seguinte, sobre a agressão.

Caberá aos médicos ou aos vizinhos, em cada caso, determinar se a lepra, a alienação, etc. são uma condição verdadeira.

A impotência será determinada pelo testemunho de mulheres, a espuma da urina ou pelo comportamento das fezes quando mergulhadas em água.

CAPÍTULO XIX
A agressão

Tocar em uma pessoa, golpeá-la ou feri-la constitui uma agressão.

Se a pessoa tocar a outra abaixo do umbigo com a mão, terra, cinza ou lama, será punida com multa de três dinheiros; se o instrumento usado estiver sujo, ou a agressão for praticada com a perna ou um respingo de saliva, a multa será de seis dinheiros; se com urina, saliva,[20] fezes, etc., a multa crescerá para doze dinheiros. Cometida acima do umbigo, a multa será dobrada; na cabeça, será multiplicada por quatro.

Praticada a agressão contra pessoa de nível social superior, acarretará multa dobrada; o mesmo se a agressão for contra a esposa alheia; contra pessoa de nível social inferior, a multa será diminuída pela metade.

Se a agressão for causada por embriaguez, desatenção ou alienação dos sentidos, será diminuída pela metade.

Segurar um homem pelas pernas, mãos, roupa ou cabelo implicará multa acima de seis dinheiros. Apertar uma pessoa com os braços, empurrá-la, arrastá-la ou sentar sobre ela será também punido com multa da primeira categoria.[21]

Se o agressor se afastar correndo, depois de derrubar a vítima, será punido com metade da multa prevista.[22]

---

(20) Em sânscrito, *chhardi*. A tradução inglesa aqui é *saliva*, depois de ter usado *spittle*.

(21) Ou seja: multa entre 48 e 96 dinheiros. A categoria intermediária prevê multas entre duzentos e quinhentos *panas*; a categoria superior, de quinhentos a mil.

(22) Na tradução inglesa: *Running away after making a person fall, shall be punished with half of the above fines*. É difícil entender a razão.

Se o agressor for da casta Sudra, e a vítima Brâmane, o membro com que este for agredido será amputado.[23]

(23) Uma conseqüência do sistema de castas, estrutura de controle social com grupos endogâmicos. Há na Índia, talvez, oito mil subcastas, reunidas em quatro castas principais, e a mais importante é a dos brâmanes, a que pertencem os sacerdotes hindus.

. . . . . .

Livro Quarto

CAPÍTULO VIII
O julgamento e a tortura necessária para obter uma confissão

Há quatro categorias de tortura: com a banheira, sete formas com o chicote, duas formas com a suspensão do corpo e as seis punições.

As pessoas condenadas por crimes graves receberão nove tipos de golpe com um bastão; doze golpes nas duas coxas; vinte golpes com um ramo de árvore; trinta e dois golpes na palma de cada mão e na sola de cada pé. As mãos atadas duas vezes terão as pernas unidas de modo a parecer um escorpião. Há dois tipos de suspensão com o rosto para baixo. As juntas dos dedos serão queimadas, depois de o condenado beber água com arroz; seu corpo será aquecido durante um dia depois que beber óleo. No inverno, será colocado sobre a grama para passar a noite.[24]

. . . . . .

Cada dia será praticado um tipo diferente de tortura.

---

(24) Muito confuso no original, como atesta o tradutor do original sânscrito: "Neste ponto o texto é muito obscuro".

Qualquer que seja a natureza do crime cometido, nenhum brâmane poderá ser torturado, mas seu rosto será marcado com uma indicação do crime cometido: a forma de um cão, no caso do ladrão; a de um corpo decapitado, no caso do homicida; uma parte feminina, no caso do estuprador; a bandeira dos taberneiros, se tiver bebido álcool. Depois de ter marcado assim o criminoso brâmane, e de ter proclamado em público o seu crime, o soberano o banirá do país ou o obrigará ao trabalho nas minas o resto da vida.

CAPÍTULO XI
A pena capital, com ou sem tortura

O homem que tiver assassinado um outro será torturado até morrer. Se uma pessoa, ferida numa luta, morrer dentro de sete dias, aquele que lhe tiver causado o ferimento mortal será executado instantaneamente. Se a pessoa ferida morrer dentro de duas semanas, o criminoso pagará uma multa da categoria mais elevada. Se a vítima falecer dentro de um mês, o criminoso deverá pagar um multa de quinhentos dinheiros, além de indenizar a família atingida.

Se alguém ferir uma pessoa com uma arma, pagará multa da categoria mais elevada; se tiver causado esse ferimento sob o efeito da embriaguez, terá sua mão amputada. Se provocar a morte instantânea do ferido, pagará com a vida.

CAPÍTULO XII
Relações sexuais com meninas

Aquele que violar uma virgem da sua casta, quando for uma menina, terá a mão amputada ou pagará a multa de quatrocentos dinheiros. Se a virgem vier a morrer, o violador será executado. No caso da virgem ter mais idade, o violador terá o dedo médio da mão amputado, ou pagará a multa de duzentos dinheiros, além de dar ao pai da moça uma compensação adequada.

Nenhum homem pode ter relações sexuais com uma mulher sem o consentimento dela.

Aquele que violar uma virgem com o seu consentimento pagará multa de 54 dinheiros; a virgem pagará também uma multa de metade desse valor.

. . . . . .

Livro Quinto

CAPÍTULO IV
A conduta do cortesão

Por meio da influência de algum amigo, quem tiver bastante experiência do mundo poderá buscar o favor do soberano que, dispondo de todos os atributos da realeza, tenha uma disposição bondosa. Cortejará o soberano, pensando: "Assim como preciso de um protetor, o soberano tem um caráter amável e pendor para dar bons conselhos." Cortejará até mesmo um rei que tiver perdido suas riquezas e não dispuser dos elementos do poder real, mas nunca aquele de caráter depravado.

. . . . . .

Sem perder as oportunidades, falará das coisas que interessem ao soberano; dos seus próprios interesses só quando na companhia de amigos; e dos interesses de outras pessoas, no lugar e momentos apropriados, em conformidade com os princípios da correção e da economia.

Quando indagado, dirá ao soberano o que é bom e agradável de ouvir, mas não o que é mau, embora seja agradável; se o soberano tiver prazer em ouvi-lo, poderá dizer-lhe confidencialmente o que é bom mas desagradável.

Poderá, se necessário, guardar o silêncio, mas nunca dirá o que é odioso; até mesmo pessoas indesejáveis adquiriram poder abstendo-se de falar sobre o que o soberano odeia; fizeram isso ao perceber que o soberano só queria tratar de coisas agradáveis, sem dar atenção às más conseqüências e seguindo essa sua disposição.

. . . . . .

A autodefesa deve ser o pensamento primordial e constante do homem sábio, pois a vida de quem está a serviço do soberano pode ser comparada à existência no meio de um incêndio – enquanto o fogo destrói o corpo, em parte ou no todo, o soberano pode destruir ou favorecer toda a família, incluindo os filhos dos empregados e suas esposas.

. . . . . .

Livro Sétimo

CAPÍTULO IX
A aquisição de ouro e de um amigo

Das três coisas, a aquisição de um amigo, de ouro ou de território, é melhor o que vem depois,[25] pois com território podemos adquirir amigos e ouro; e das duas aquisições, ouro ou um amigo, cada uma delas pode ser o meio para alcançar a outra.

Um acordo feito para adquirir um amigo corresponde à paz em equilíbrio; quando uma das partes ganha um amigo, e a outra ganha ouro ou território, temos uma vez paz sem equilíbrio; e quando um recebe mais do que o outro, o que temos é o engano.

Num acordo eqüitativo, quem adquire um novo amigo de bom caráter ou salva de dificuldades um velho amigo pode contar realmente com ele, porque a assistência dada em situação difícil sempre fortalece a amizade.

Que será melhor: um velho amigo de caráter forte, que não se submete à vontade alheia, ou um amigo temporário de natureza submissa – se ambos tiverem sido ganhos pela ajuda dada em momento difícil?

---

(25) Isto é: o território vale mais do que o ouro; este mais do que o amigo.

O Mestre afirma que é melhor o amigo de muito tempo, e caráter determinado, porque ainda que não nos ajude também não nos prejudicará.

Mas Kautilya diz o contrário: é melhor o amigo submisso, embora temporário, que enquanto colaborar conosco será um bom amigo. A característica fundamental da amizade é a prestação de assistência.

E entre dois amigos submissos, qual o melhor: um amigo circunstancial, com amplos recursos, ou um amigo antigo, com recursos limitados?

O Mestre afirma que é o primeiro, pois poderá em pouco tempo prestar-nos grandes serviços. Mas Kautilya não pensa assim: para ele é melhor o amigo antigo, ainda que tenha recursos limitados, pois o outro deixará de cooperar quando sentir o custo dos recursos concedidos com a sua assistência; ou então exigirá em troca uma ajuda de igual escala. Mas o amigo antigo, de recursos limitados, poderá ao longo do tempo prestar muitos bons serviços.

. . . . . .

Livro Oitavo

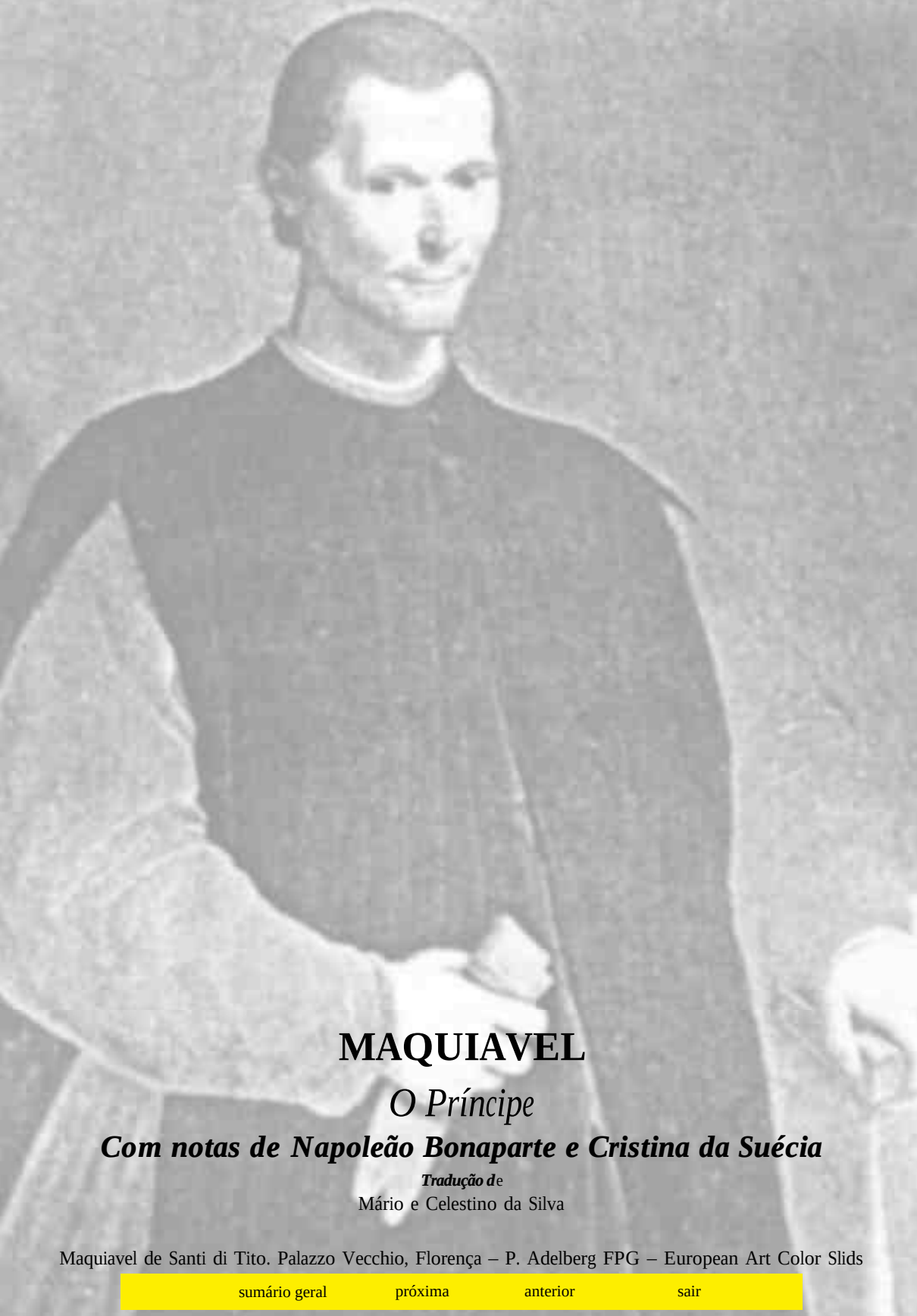
CAPÍTULO II
Considerações sobre as dificuldades enfrentadas pelo soberano e o seu reino

O soberano e seu reino[26] são os elementos fundamentais do estado.

As dificuldades enfrentadas pelo soberano podem ser internas ou externas. As primeiras são mais sérias do que as externas. Problemas criados pelos ministros são mais sérios do que os outros tipos de dificuldades internas. Por isso, o soberano deve manter o tesouro e o exército sob o seu controle direto.

. . . . . .

(26) Possivelmente: a estrutura governamental, cuja forma é monárquica.



MAQUIAVEL

O Príncipe

Com notas de Napoleão Bonaparte e Cristina da Suécia

Tradução de

Mário e Celestino da Silva

Maquiavel de Santi di Tito. Palazzo Vecchio, Florença – P. Adelberg FPG – European Art Color Slids

Maquiavel

Nicolló Maquiavel nasceu em Florença, em 3 de maio de 1469, e morreu, ali, em 22 de junho de 1527.

Serviu à Chancelaria da República de Florença e desempenhou missões na França, Suíça e Alemanha.

Deposto, com a volta dos Médicis ao governo, passou a viver em San Casciano, nos arredores da cidade. Anistiado, foi considerado suspeito pela República que voltou a se instalar. Maquiavel morre, pobre e desiludido.

Autor de Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio, *de* Arte da Guerra, *da peça* Mandrágora, *de* História de Florença, *foi* O Príncipe *que lhe trouxe o renome mundial.*

Maquiavel

Nicolló Maquiavel nasceu em Florença, em 3 de maio de 1469, e morreu, ali, em 22 de junho de 1527.

Serviu à Chancelaria da República de Florença e desempenhou missões na França, Suíça e Alemanha.

Deposto, com a volta dos Médicis ao governo, passou a viver em San Casciano, nos arredores da cidade. Anistiado, foi considerado suspeito pela República que voltou a se instalar. Maquiavel morre, pobre e desiludido.

Autor de Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio, *de* Arte da Guerra, *da peça* Mandrágora, *de* História de Florença, *foi* O Príncipe *que lhe trouxe o renome mundial.*

. . . . . .

SUMÁRIO

Nota dos tradutores
pág. 127

Nicolau Maquiavel ao Magnífico Lourenço de Médicis
pág. 129

Capítulo I
De quantas espécies são os principados e de que modo se adquirem
pág. 131

Capítulo II
Os principados hereditários
pág. 132

Capítulo III
Dos principados mistos
pág. 134

Capítulo IV
Por que motivo o reino de Dario, que foi ocupado por Alexandre, não se rebelou contra os sucessores do macedônio, após a morte deste
pág. 146

Capítulo V
Como se devem governar as cidades ou principados que, antes de serem ocupados, se regiam por leis próprias
pág. 151

Capítulo VI
Dos principados novos que se conquistaram com
as próprias armas e valor [*virtù*]
pág. 153

Capítulo VII
Dos principados novos que se conquistam
com as armas e a fortuna de outrem
pág. 158

Capítulo VIII
Dos que chegaram ao principado por meio de crimes
pág. 169

Capítulo IX
Do principado civil
pág. 176

Capítulo X
Como se devem medir as forças de todos os principados
pág. 182

Capítulo XI
Dos principados eclesiásticos
pág. 185

Capítulo XII
Dos soldados mercenários e das espécies de milícias
pág. 189

Capítulo XIII
Das tropas auxiliares, mistas e próprias
pág. 196

Capítulo XIV
Dos deveres de um príncipe no tocante à milícia
pág. 201

Capítulo XV
Das coisas pelas quais os homens, e mormente os príncipes,
são louvados ou censurados
pág. 205

Capítulo XVI
Da prodigalidade e da parcimônia
pág. 207

Capítulo XVII
Da crueldade e da clemência, e sobre se
é melhor ser amado ou temido
pág. 211

Capítulo XVIII
De que maneira os príncipes devem cumprir as suas promessas
pág. 216

Capítulo XIX
Como se deve evitar o desprezo e o ódio
pág. 220

Capítulo XX
Sobre a utilidade ou não das fortalezas e de outros
meios freqüentemente usados pelos príncipes
pág. 233

Capítulo XXI
Como deve portar-se um príncipe para ser estimado
pág. 240

Capítulo XXII
Os secretários do príncipe
pág. 246

Capítulo XXIII
Como evitar os aduladores
pág. 249

Capítulo XXIV
Por que motivo os príncipes da
Itália perderam os seus estados
pág. 252

Capítulo XXV
A influência da fortuna sobre as coisas humanas e o modo
como devemos contrastá-la quando ela nos é adversa
pág. 255

Capítulo XXVI
Exortação a libertar a Itália dos bárbaros
pág. 260

. . . . . .

Nota dos tradutores

Um caso de consciência para todo o tradutor de Maquiavel e, sobretudo, de O Príncipe, *é o que apresenta a palavra* virtù, *que, se literalmente corresponde à nossa* virtude, *assumiu na Itália do Renascimento um significado especial, totalmente diverso do que ela teve e tem no idioma nosso.*

Costumam os tradutores de Maquiavel remover a dificuldade adotando, para virtù, *palavras várias, conforme o sentido aproximativo que mais conveniente pareça em determinado capítulo ou frase: valor, habilidade, talento, coragem, qualidades, predicados outros. Isso não traria mal algum, se a obra de Maquiavel, e máxime* O Príncipe, *não passasse, como foi até há pouco tempo opinião generalizada de literatos e homens políticos, de uma espécie de prontuário do chamado "maquiavelismo". Mas para os estudiosos modernos da obra de Maquiavel, a menor ou maior utilidade prática das suas fórmulas e conselhos políticos pouca importância tem, em si, subordinada como está às especiais situações de fato existentes na época em que o seu autor viveu. O que tem importância, e muitíssima, é o conceito fundamental de onde o pensamento de Maquiavel partiu para chegar às conclusões a que chegou. Esse conceito fundamental resistiu à obra do tempo e não acompanhou o destino das fórmulas empíricas e caducas que Maquiavel dele deduziu, para o seu mundo e seu tempo. Cifra-se ele justamente na palavra* virtù *a qual, definida em breve síntese, consiste na faculdade de compreender exatamente toda e qualquer situação de fato, e nela fazer intervir, para modificá-la, a livre vontade humana. De maneira que* virtù *tanto é a capacidade intelectual de penetrar as situações em sua realidade substancial, quanto a vontade de transformá-las segundo as próprias finalidades; é, em outros termos, a vontade a que os filósofos modernos chamam "econômica" (para a distinguir da von-*

tade orientada pelas leis morais), a vontade ainda aquém da ética, não moral nem imoral, mas simplesmente amoral.

Desse conceito fundamental do pensamento teórico de Maquiavel, o primeiro pensador que teve suficiente vigor intelectual para o identificar, definir e sobre ele construir uma doutrina política, é O Príncipe *a ilustração mais completa. Cumpria, portanto, evitar nesta tradução primeiro o emprego de um vocábulo, como "virtude", que em nossa língua tem sentido diferente, e segundo cuidar que a utilização de outras palavras não viesse a diminuir a unidade e o rigor especulativo do conceito maquiavélico. Com esse intuito, adotou-se o recurso de ir traduzindo* virtù *de acordo com a significação mais apropriada na contextura dos períodos, acrescentando porém entre chaves, para deixar bem claro que se trata sempre de um mesmo conceito, a palavra italiana e os adjetivo e advérbio dela derivados: "virtuoso", "virtuosamente".*

Para não dificultar a leitura da obra por meio de notas à margem, todas as vezes que pareceu necessário algum acréscimo ou explanação de caráter histórico destinados a esclarecer melhor a linguagem sumamente sintética de Maquiavel, foram tais acréscimos e explanações colocados também entre chaves.

As notas que aparecem ao pé das páginas, que constituem comentários de Napoleão Bonaparte, vieram pela primeira vez a lume em 1816, numa edição feita em Paris pelo abade Silvestre Guillon, que afirmava tê-los encontrado numa carruagem do imperador no dia 18 de junho de 1815, após a batalha de Monte São João, que foi o embate decisivo de Waterloo. Esses comentários classificaram-se em cinco grupos, conforme as épocas em que se presume tenham sido escritos. Tais épocas são indicadas entre parênteses depois de cada nota.

As notas que se referem a Napoleão registram os períodos em que ele era general, cônsul, primeiro-cônsul, imperador e desterrado na ilha de Elba.

As notas de Cristina da Suécia, ela as escreveu à margem de um exemplar da tradução francesa de O Príncipe, *feita por A. N. Amelot, Sieur de la Houssaye, e publicada em Amsterdã em 1683. Apareceram elas pela primeira vez em apêndice ao vol. II da obra de P. Villari* Niccolo Machiavelli e i suoi tempi.

A presente versão de O Príncipe *foi tirada do texto original italiano. Para as notas de Napoleão, tendo sido impossível, nas circunstâncias atuais, obtê-las no texto original francês, recorreu-se a uma das numerosas traduções espanholas existentes. Enfim as notas de Cristina da Suécia foram traduzidas do texto original publicado por Villari em sua obra citada, o qual dá o nome de "francês bastante sueco" à língua empregada pela rainha. De Cristina da Suécia traduziram-se apenas os comentários à margem do texto de Maquiavel, omitindo-se os que escreveu à margem do prefácio e das notas do tradutor francês.*

Nicolau Maquiavel ao magnífico Lourenço de Médicis

Os que desejam obter o favor de um príncipe costumam, por via de regra, apresentar-se-lhe com aquilo que mais caro lhes é ou julguem mais agradar a ele. Daí vermos amiúde serem os príncipes brindados com cavalos, armas, lhamas de ouro, pedras preciosas e outras dádivas semelhantes, dignas da sua grandeza. Querendo eu, pois, comparecer ante Vossa Magnificência com algum testemunho da minha submissão, não encontrei entre os meus haveres coisas que mais ame ou estime do que o conhecimento das ações dos grandes homens, aprendido graças a uma longa experiência dos fatos modernos e a um estudo incessante dos antigos;[1] *e tais conhecimentos, após os ter eu longa e diligentemente examinado, ponderado e, agora, resumido num pequeno volume, aqui lhos mando. Embora eu julgue esta obra indigna da vossa grandeza, espero que a acolherá benevolamente, considerando que maior presente não poderia eu ofertar-lhe senão o ensejo de, em mui breve tempo, entender tudo o que eu conheci em tantos anos e com tantas dificuldades e perigos. Tal obra não a enfeitei nem enchi de glosas amplas ou de palavras pomposas e esplendentes, nem de qualquer outro atrativo ou ornamento extrínseco, com os quais usam muitos ataviar e descrever as coisas;*[2] *porque eu quis que ela, só por si, pela variedade da matéria e a gravidade do assunto, se tornasse atraente. Espero, todavia, não se repute presunção o atrever-se um homem de condição baixa e humilde discorrer sobre os governos dos*

(1) As duas escolas dos grandes homens. (Cristina da Suécia)
(2) Como Tácito e Gibbon. (Napoleão general)

príncipes e inculcar-lhes regras. Assim como os que desenham paisagens se colocam nos vales para apreciar a natureza das montanhas;[3] *em lugares elevados e nas cumeadas dos montes para apreciar a dos vales;*[4] *da mesma forma, para bem conhecermos a índole dos povos é mister sermos príncipes, e para conhecermos bem a dos príncipes precisamos ser do povo.*[5] *Acolha, portanto, este pequeno presente com o mesmo espírito com que eu lho envio; pois, se com atenção o ler e considerar, reconhecerá nele o meu imenso desejo de que Vossa Magnificência alcance aquela magnitude que a boa sorte e as suas qualidades lhe pressagiam. E se Vossa Magnificência, do cimo da sua altura, lançar alguma vez os olhos para estes baixos lugares, verá quanto eu tenho sido injusta e constantemente vítima da adversidade.*

(3) É o contrário. (Cristina da Suécia)

(4) Assim comecei, e assim convém começar. Conhece-se melhor o fundo dos vales quando se está no cimo da montanha. (Napoleão primeiro-cônsul)

(5) Isso é falso – 1684. (Cristina da Suécia)

Capítulo I

De quantas espécies são os principados
e de que modo se adquirem

Todos os estados, todos os domínios que exerceram e exercem poder sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados. Os principados são ou hereditários, quando a estirpe do seu senhor desde longo tempo os rege, ou novos. Estes, ou são totalmente novos,[1] como foi o de Milão para Francisco Sforza, ou são como membros acrescidos ao estado hereditário do príncipe que os adquire, como é o reino de Nápoles para o rei da Espanha. Os domínios assim obtidos ou estão acostumados a viver sob o governo de um príncipe, ou habituados à liberdade, e ganham-se ou com as armas de outrem ou com as próprias, por obra da fortuna ou por virtude [*virtù*].

(1) Tal será o meu, se Deus me der vida. (Napoleão general)

Capítulo II

Os principados hereditários

Deixarei de lado o arrazoar acerca das repúblicas, porque em outra ocasião já longamente o fiz. Limitar-me-ei a tratar do principado,[1] a ir tecendo as tramas já mencionadas e a examinar como esses principados podem ser governados e mantidos.

Nos estados hereditários e acostumados a ver reinar a família do seu príncipe, há dificuldades muito menores para mantê-los, do que nos novos;[2] porque basta apenas conservar neles a ordem estabelecida por seus antepassados, e em seguida contemporizar com os acontecimentos.[3] Destarte, se o príncipe é de habilidade normal, manter-se-á sempre no seu estado, a menos que uma força extraordinária e muito superior venha a arrancar-lho das mãos;[4] e ainda neste caso tornará a recuperá-lo,

---

(1) De todas as coisas esta é a única boa, por mais que digam o contrário; mas, até nova ordem, preciso cantar no mesmo tom em que eles. (Napoleão general)

(2) Hei de evitá-las, tornando-me o decano dos demais soberanos da Europa. (Napoleão general)
– Sem dúvida. (Cristina da Suécia)

(3) Não é suficiente. (Cristina da Suécia)

(4) É difícil os príncipes hereditários serem destronados. (Cristina da Suécia)

seja qual foi o grau de poderio do usurpador.[5] Temos como exemplo, na Itália, o Duque de Ferrara, o qual não resistiu aos ataques dos venezianos [em 1484], nem aos do Papa Júlio [em 1510], por motivos outros que não o estar ele de há muito naquele domínio. Isto porque o príncipe natural tem menores razões e necessidade menor de vexar os seus súditos, e, por conseqüência, se vícios fora do comum não o tornam odioso,[6] é de admitir que seja benquisto pelos seus.[7] A antiguidade e continuação do domínio fizeram esquecer as origens da inovação que o trouxe; pois qualquer mudança deixa sempre pedras de espera para a realização de outra.[8]

---

(5) Tem razão. (Cristina da Suécia)
– Veremos. O que me favorece é que não o tirei dele, mas de um terceiro, que não passava de um lodaçal de republicanismo. O odioso da usurpação não recai sobre mim. Os forjadores de frases a meu soldo já de tal o persuadiram: *Ele só destronou a anarquia.* Os meus direitos ao trono de França não estão mal fundamentados na novela de Lemont... Quanto ao trono da Itália, terei uma dissertação da Montga... Isso é necessário para os italianos, que gostam de oradores. Para os franceses era suficiente um romance. O vulgo, que não lê, terá as homilias dos bispos e dos curas que eu criar, bem como um catecismo aprovado pelo núncio apostólico, e não poderá resistir a essa magia. Não falta coisa alguma, já que o Papa ungiu a minha testa imperial. Sob este aspecto devo parecer mais inamovível ainda do que qualquer Bourbon. (Napoleão imperador)

(6) Os vícios dos príncipes não são detestados. (Cristina da Suécia)

(7) Isso é verdade. (Cristina da Suécia)

(8) Quantas pedras de espera me deixam! Todos os demais estão ainda aí, e seria mister que não ficasse nem sequer um só para eu perder todas as esperanças. Voltarei a encontrar aí as minhas águias, os meus N., meus bustos, minhas estátuas e, quem sabe, até a carruagem imperial da minha coroação. Tudo isso fala incessantemente em meu favor aos olhos do povo e aviva a lembrança da minha pessoa. (Napoleão em Elba)

Capítulo III

Dos principados mistos

É porém no principado novo que estão as dificuldades. Em primeiro lugar, se ele não for inteiramente novo, mas uma espécie de membro que no seu conjunto se pode chamar quase misto,[1] as suas perturbações nascem de uma dificuldade natural, peculiar a todos os principados novos. É que os homens gostam de mudar de senhor, julgando melhorar,[2] e esta crença os induz a pegar em armas contra quem os governa: crença ilusória, pois mais tarde a experiência lhes mostra que pioraram. Isto por sua vez deriva da natural e comum necessidade de ofender aqueles de quem nos tornamos príncipe novo, com homem d'armas e muitos outros vexames que a nova aquisição exige.[3] Passamos, então, a ter por inimigos todos aqueles a quem prejudicamos ao ocupar o principado, e ao mesmo tempo não podemos conservar amigos os que lá nos puseram, porque, nem nos é lícito satisfazê-los pela forma que imaginaram, nem a nossa gratidão para com eles nos consente tratá-los com dureza.[4] E deve-se ter presente que, ainda quando disponhamos de

(1) Como há de ser o meu no Piemonte, na Toscana, em Roma, etc. (Napoleão cônsul)
(2) Os homens mudam sempre uma coisa em busca de outra que quase nunca encontram. (Cristina da Suécia)
(3) Pouco se me dá: o triunfo justifica. (Napoleão cônsul)
(4) Que tratantes! Dão-me a conhecer cruelmente esta verdade. Não conseguisse eu desembaraçar-me da tirania deles, sacrificar-me-iam. (Napoleão imperador)

exércitos fortíssimos, sempre nos é indispensável o favor dos habitantes de uma província para entrar nesta.

Por tais razões Luís XII de França ocupou rapidamente Milão e rapidamente o perdeu.[5] Para expulsá-lo bastaram, da primeira vez, as próprias forças de Ludovico o Mouro; porque os povos que lhe haviam aberto as portas, vendo malogradas as suas esperanças e aspirações,[6] não puderam suportar os inconvenientes do governo no novo príncipe.

Sem dúvida, reconquistando mais tarde os países que se insurgiram, só muito dificilmente o senhor os perde; a lembrança da sublevação remove-lhe as vacilações em assegurar a sua posse, permitindo-lhe castigar os culpados, desmascarar os suspeitos, fortalecer-se nas partes mais fracas.[7] Assim, se para fazer a França perder Milão bastou, na primeira vez, a ameaça de um duque Ludovico na fronteira, para lho fazer perder depois, pela segunda vez, foi preciso que o mundo inteiro se erguesse contra ela e que os seus exércitos fossem aniquilados ou expulsos da Itália.[8] E tal se deu pelas razões acima ditas.

Todavia, Milão foi-lhe arrebatado em ambas as vezes. Referimos já as causas gerais do ocorrido na primeira vez. Resta-nos dizer as do ocorrido na segunda, e ver os meios de que dispunha o rei da França e os de que alguém pode, em iguais condições, lançar mão para se manter no lugar conquistado melhor do que esse país o fez.[9]

Os estados que ao se adquirirem vão aumentar um estado antigo do adquirente, ou pertencem à mesma província e falam a mes-

---

(5) Não mo teriam tomado os austro-russos, em 1798, se eu lá houvesse permanecido. (Napoleão cônsul)

(6) Eu pelo menos não frustrara as esperanças dos que me tinham aberto as suas portas em 1796. (Napoleão cônsul)

(7) Foi ao que me dediquei ao recuperar esse país no ano de 1800. Pergunte-se ao príncipe Carlos se me saí bem da empresa. Não entendem nada disso, e para mim tudo corre segundo os meus desejos. (Napoleão imperador)

(8) Isso não acontecerá mais. (Napoleão cônsul)

(9) A este respeito sei mais do que Maquiavel. (Napoleão cônsul) Esses meios eles nem sequer os suspeitam; e aconselham-me outros contrários. Ótimo! (Napoleão em Elba)

ma língua, ou não. No primeiro caso, grande facilidade há em mantê-los, sobretudo se não estão habituados a viver livres,[10] e para os possuir com segurança basta ter extinguido a linhagem do príncipe que os dominava.[11] Quanto ao mais, não existindo aí diversidade de costumes, desde que lhe não modifiquemos as antigas condições, os seus habitantes permanecem tranqüilos, como se viu ter acontecido na Bretanha, na Borgonha, na Gasconha e na Normandia, que por tanto tempo ficaram com a França.[12] Mas, ainda quando haja neles alguma diferença de língua, semelhantes são, contudo, os costumes, e podem facilmente harmonizar-se entre si. Quem adquire tais territórios, desejando conservá-los, deve tomar em consideração duas coisas: uma, que a estirpe do seu antigo príncipe desapareça;[13] a outra, não alterar as suas leis, nem os seus impostos.[14] Assim, dentro de brevíssimo tempo formam um corpo só com o principado vizinho.[15] Mas quando se adquirem estados numa província de língua, costumes e instituições diversas, aí é que começam as dificuldades[16] e que se faz necessário ter fortuna propícia e grande indústria para conservá-los. Um dos melhores e mais eficazes meios de tornar mais segura e duradoura a posse seria, em tal caso, ir o adquirente neles residir. Haja vista o que fez o sultão com a Grécia, ao qual não teria sido possível reter o novo domínio, apesar de todas as medidas que tomou, se não houvesse ido lá residir.[17] É que,

---

(10) Ainda que estivessem, eu saberia dobrá-los. (Napoleão general)

(11) Não me esquecer disto em todas as partes onde eu estabelecer a minha dominação. (Napoleão general)

(12) A Bélgica, que não o está senão há pouco tempo, oferece, graças a mim, um belo exemplo disto. (Napoleão cônsul)

(13) Auxiliá-lo-ão. (Napoleão general)

(14) Ingenuidade de Maquiavel. Podia ele conhecer tão bem como eu todo o poder da força? Demonstrar-lhe-ei já o contrário no seu próprio país, na Toscana, assim como no Piemonte, em Parma, Roma, etc., etc. (Napoleão imperador)

(15) Tudo isso não está mal observado. (Cristina da Suécia)
– Conseguirei os mesmos resultados sem essas precauções ditadas pela fraqueza. (Napoleão imperador)

(16) Outra ingenuidade! A força! (Napoleão imperador)

(17) Suprirei essa lacuna por meio de vice-reis, ou reis, que não passarão de dependentes meus: nada farão, a não ser por minha ordem; sem o que, *destituídos!* (Napoleão

estando no principado, vimos nascer as desordens e podemos prontamente dar-lhes remédio; não estando, vimos a conhecê-las quando já tomaram vulto e não há mais como atalhá-las. Demais, a província neste caso não é pasto da cobiça dos funcionários governamentais:[18] os súditos ficam satisfeitos com poderem recorrer ao príncipe que lhes está próximo, e têm maior motivo para amá-lo,[19] se desejam ser bons, e de receá-lo, se desejam ser outra coisa. Por outro lado, qualquer país estrangeiro que pretendesse atacar esse estado passa a respeitá-lo mais. Eis por que, residindo no seu domínio, dificilmente acontece vir o príncipe e perdê-lo.[20]

O outro meio igualmente eficaz consiste em mandar colonizar algumas regiões que sejam como chaves do novo estado. Não se fazendo isto, será forçoso manter muita gente armada e infantes.[21] Não são muito dispendiosas as colônias. Com pequena ou nenhuma despesa, o príncipe manda os colonos para os lugares designados e aí os conserva, prejudicando somente aqueles de quem tira os campos para dá-los aos novos habitantes, que são uma partícula mínima do território conquistado. Os lesados, por ficarem dispersos e pobres, nunca poderão acarretar-lhe embaraços.[22] Os demais, não tendo, por um lado, motivos de queixa, se acalmam facilmente, e por outro lado, receosos de virem a sofrer o mesmo que aqueles, evitam suscitar as iras do novo senhor.[23] Em conclusão: essas colônias nada custam, são mais fiéis, prejudicam menos, e os prejudicados, reduzidos que foram à pobreza e dispersos, não estão, como já disse, em condições de criar dificuldades.[24]

---

imperador)

(18) Convém certamente que eles se enriqueçam, se, por outro lado, me servem a meu talante. (Napoleão cônsul)

(19) Temem-me; é quanto me basta. (Napoleão imperador)

(20) No que me diz respeito, é impossível. O terror do meu nome valerá aí pela minha presença. (Napoleão cônsul)

(21) *Ad abundantiam juris*. Faz-se uma coisa e outra. (Napoleão cônsul)

(22) É mister tomar cuidado com os que, embora nada tendo a perder, possuem coração. (Cristina da Suécia)
– Esta reflexão é muito boa. Aproveitar-me-ei dela. (Napoleão cônsul)

(23) É assim que os quero. (Napoleão cônsul)

(24) Realizarei tudo isso no Piemonte, ao incorporá-lo à França. Disporei ali, para as min-

Note-se que os homens devem ser lisonjeados ou suprimidos, pois se vingam das ofensas leves,[25] mas não podem fazê-lo das graves. Por conseguinte, a ofensa que se faz ao homem deve ser tal, que o impossibilite de tirar desagravo.[26]

Se em lugar de colônias tivermos tropas no novo território, não só gastaremos muito mais, visto exigir a sua manutenção o emprego de todas as rendas do novo estado,[27] de modo que a aquisição se torna passiva,[28] mas também aumentaremos o número de prejudicados, dada a necessidade de alojarmos tão grande cópia e homens d'armas nas residências particulares. O vexame dali resultante é sentido por todos os cidadãos, cada um dos quais se transforma em inimigo: o inimigo capaz de nos estorvar, pois está batido em sua própria casa.[29] Tudo isso demonstra, portanto, que os exércitos são tão inúteis, quanto úteis são as colônias.

Deve, outrossim, quem está numa província diferente da sua língua e costumes, tornar-se, conforme ficou dito, chefe e defensor dos vizinhos de menor tamanho e força, por todo o seu afinco em debilitar os mais poderosos,[30] e cuidar que, de modo nenhum, entre nela um estrangeiro tão poderoso como ele.[31] O ádvena intervirá todas as vezes que o

---

has colônias, dos bens confiscados antes de eu chegar e a que se convencionou chamar nacionais. (Napoleão general)

– Tudo isso não seria mau, se não fosse ímpio. (Cristina da Suécia)

(25) Não vejo senão fazê-las mais do que leves aos meus por espírito de bondade; nem por isso deixarão de se vingar delas em benefício meu. Conhece-se o a-bê-cê da arte de reinar, ignorando que desagradar um pouco é o mesmo que desagradar muito? (Napoleão em Elba)

(26) Não observei bem esta regra; porém, eles armam aqueles a quem ofendem, e estes ofendidos pertencem-me. (Napoleão em Elba)

(27) Não deixa de ter razão. (Cristina da Suécia)

(28) Façam-se bem pesados os impostos, a fim de que as rendas sejam bastante amplas para deixar sobras. (Napoleão cônsul)

(29) Os inimigos domésticos são inegavelmente mais perigosos. (Cristina da Suécia)

– Não os temo, quando os obrigo a ficar nela; e dela não sairão, pelo menos para se reunirem contra mim. (Napoleão cônsul)

(30) Tudo isso não está mal achado, e conheço muita gente que se deu bem por tê-lo posto em prática. (Cristina da Suécia)

(31) Não há para isso melhor meio do que arrancar-lhe o poder e ficar com os seus

chamarem os aí descontentes por desmedida ambição ou por temor.[32] Tal sucedeu com os romanos, cuja penetração na Grécia foi obra dos etólios, e que se introduziram nas demais províncias acudindo ao chamado dos habitantes delas.[33]

A realidade é esta: um estrangeiro poderoso, apenas entra numa província, recebe a adesão de todos os chefes desta menos influentes, impelidos pela inveja contra quem sobre eles exercia a preponderância.[34] No tocante a estes príncipes de menor poder, nenhum esforço lhe deve custar atraí-los para o seu lado, pois todos formam logo um conjunto só com o estado que ele conquistou.[35] Apenas, cumpre-lhe impedir que eles alcancem força e autoridade excessivas.[36] Feito isso, poderá facilmente, com as suas próprias forças e com apoio deles, abater os mais influentes e ficar assim árbitro absoluto da província.[37]

Quem não aprender bem estas noções cedo perderá tudo o que houver conquistado,[38] e, enquanto não o tiver perdido, esbarrará em obstáculos e tropeços sem conta.[39]

Os romanos, nas províncias que tomaram, seguiram à risca estas normas, estabelecendo umas colônias, amparado os menos influentes

---

despojos. Módena, Piacenza, Parma, Nápoles, Roma e Florença proporcionaram outros. (Napoleão cônsul)

(32) O mundo já não é assim. (Cristina da Suécia)
– A esse respeito espero a Áustria na Lombardia. (Napoleão cônsul)

(33) Como os suecos na Alemanha. (Cristina da Suécia)
– Os que podem ser chamados à Lombardia não são romanos. (Napoleão general)

(34) Isso ocorreu à Suécia na Alemanha. (Cristina da Suécia)
– Quanto auxílio encontraria a Áustria contra mim nas fracas potências atuais da Itália! (Napoleão general)

(35) Atraí-los! Não me daria a esse trabalho. Serão obrigados pela minha força a me obedecerem, especialmente dentro do plano da Confederação Romana. (Napoleão imperador)

(36) Isso não deixa de acontecer nunca. (Cristina da Suécia)

(37) É o que se faz amiúde. (Cristina da Suécia)
– Bom para consultar no que concerne aos meus projetos sobre a Itália e a Alemanha. (Napoleão general)

(38) Tem razão. (Cristina da Suécia)

(39) Nós, suecos, conhecemos bem isso. (Cristina da Suécia)
– Maquiavel admirar-se-ia da arte com que soube evitar-mos. (Napoleão imperador)

sem lhes aumentar a força, enfraquecendo os mais fortes e não deixando que nelas criasse raízes a fama dos estrangeiros poderosos.[40] Como exemplo, baste-me a província da Grécia. Aí os romanos favoreceram os acaianos e os etólios, debilitaram o reino dos macedônios e expulsaram Antíoco. [41] Todavia, nem jamais os méritos dos acaianos e dos etólios lograram que se lhes permitisse ampliar qualquer estado seu [42] nem a tentativa de persuasão de Filipe jamais os induziu a serem-lhe amigos sem humilhá-lo, nem o poderio de Antíoco pôde fazer com lhe consentissem manter algum estado naquela província.[43] É que os romanos procederam nesses casos como todos os príncipes avisados devem proceder: tomar em consideração não só os obstáculos presentes, mas também os futuros, e tratar deligentemente de obstar a estes.[44] Quem atalha os males com bastante antecedência pode, sem grande esforço, dar-lhes remédio; quem espera, porém, que eles se aproximem, debalde tentará debelá-los; a doença tornou-se incurável. E ocorre com esta o que os médicos dizem a respeito da tuberculose; isto é, ser ela no princípio fácil de curar e difícil de perceber, mas, se não foi percebida e tratada no início, torna-se, com o andar do tempo, fácil de perceber e difícil de curar.[45] O mesmo se dá com os negócios do estado. Quando (e isto só é concedido a um homem prudente) se consegue distinguir os males apenas começam a surgir, fácil é destruí-los;[46] quando, porém, tendo passado despercebidos, se desenvolvem até o ponto de serem visíveis de todos, já não há como combatê-los.[47] Por isto os romanos, pressentindo os futuros inconvenientes de certas situações, sempre lhes aplicaram remédio e nunca as deixaram seguir o seu curso para evitar uma guerra. Sabiam que uma guerra não se

(40) Cuida-se de desacreditá-los ali. (Napoleão cônsul)
(41) E por que não os restantes? (Napoleão cônsul)
(42) Isso não era suficiente: os filhos de Rômulo precisariam da minha escola. (Napoleão imperador)
(43) Foi o melhor que eles fizeram. (Napoleão cônsul)
(44) Tem razão. (Cristina da Suécia)
(45) Comparação admirável. (Cristina da Suécia)
– Ao escrever isso, Maquiavel devia estar enfermo de espírito, ou tinha acabado de ver o seu médico. (Napoleão imperador)
(46) Tudo consiste nessa previdência. (Cristina da Suécia)
(47) São verdades incontestáveis. (Cristina da Suécia)

evita, mas se protrai em benefício de outrem.[48] Decidiram, assim, fazer a guerra a Filipe e a Antíoco na Grécia para não serem obrigados a fazer-lha na Itália; e, podendo protelar uma e outra, não o quiseram. Nunca lhes agradou o dito que os sábios de nossos tempos repetem constantemente: *gozar o benefício do tempo;*[49] preferiram, ao contrário, o conselho da sua virtude [*virtù*] e prudência, pois o tempo impele tudo para a frente, e pode trazer consigo tanto o bem como o mal, e tanto o mal como o bem.[50]

Mas voltemos à França, e examinemos se alguma coisa ela fez das que acima dissemos. Reportar-me-ei a Luís XII e não a Carlos VIII, por ser ele quem, tendo mantido durante mais tempo possessões na Itália, melhor nos deixa ver os métodos de que usou. Verificaremos que ele se houve de maneira oposta à recomendável para conservar um território de língua e costumes diferentes dos daquele de onde vem o conquistador.[51] O rei Luís foi chamado à Itália pela ambição dos venezianos, que com a sua vinda quiseram ganhar metade do estado da Lombardia.[52] Eu não pretendo censurar a decisão tomada pelo soberano francês; pois, desejando ele começar a pôr pé na Itália, não tendo amigos nessa província e, ao contrário, vendo fechadas ante si todas as portas, dado o procedimento do rei Carlos VIII, foi constrangido a aceitar quantas amizades se lhe ofereciam.[53] Com este ato poderia ter colhido ótimos resultados, se

---

(48) Isso é bonito e verdadeiro. (Cristina da Suécia)
– Máxima importante, da qual preciso formar uma das regras principais do meu procedimento militar e político. (Napoleão general)

(49) Eis a política dos reis, a única de fato sólida. (Cristina da Suécia)
– São uns covardes, e se alguns conselheiros desse calibre se me apresentarem, eu os... (Napoleão cônsul)

(50) Verdade incontestável. (Cristina da Suécia)
– É necessário ter domínio sobre um e outro. (Napoleão general)

(51) Tornei ali obrigatório o uso da língua francesa, ao começar pelo Piemonte, a província mais próxima da França. Nada mais eficaz para introduzir os costumes de um povo em outro estrangeiro do que exigir que este fale a língua dele. (Napoleão general)

(52) Penso que ainda têm esse desejo. (Cristina da Suécia)

(53) Era-me bem mais fácil comprar os genoveses, que por especulação fiscal me deixaram entrar na Itália. (Napoleão general)

nos posteriores manejos não houvesse cometido erros. Uma vez de posse da Lombardia, logo reconquistou o rei para a França aquele prestígio que lhe tirara Carlos: Gênova cedeu, os florentinos fizeram-se-lhe amigos; o marquês de Mântua, o duque de Ferrara, os Bentivoglio [senhores de Bolonha], a senhora de Forli [Catarina Sforza], os senhores de Faenza, de Rimini, de Camerino, de Piombino, os habitantes de Luca, os de Pisa, os de Siena, cada qual partiu ao seu encontro para lhe captar a amizade.[54] Então, puderam os venezianos refletir quão temerários haviam sido:[55] para ganhar duas terras na Lombardia, tinham feito o rei senhor de dois terços da Itália.[56]

Houvesse ele observado as regras acima referidas e sabido conservar e defender os seus amigos, que, por serem em grande número fracos e terem medo, uns da Igreja[57] outros dos venezianos, estavam sempre necessitados do seu apoio, e sem dificuldade teria podido manter na Itália, não somente o seu prestígio, mas também, por meio desses amigos, a submissão dos poderosos ainda existentes aí.[58] Ele, porém, mal chegou a Milão, fez o inverso, auxiliando o Papa Alexandre VI para que este ocupasse Romanha. Não atendeu em que, com esta deliberação, enfraquecia o seu poder, desviando de si os que lhe eram fiéis e os que se haviam posto debaixo da sua proteção, bem como fortalecia a Igreja,[59] acrescentando tamanho poder temporal ao poder espiritual que tanta autoridade lhe dava já.[60] Cometido o primeiro erro, teve de prosseguir a mesma trilha; até que, para pôr termo à ambição de Alexandre[61] e impedi-lo de se converter em senhor da Toscana, foi compelido a vir à

(54) Já soube proporcionar igual honra a mim próprio, e não cometerei certamente os mesmos erros. (Napoleão general)

(55) Temerários ao extremo, sem dúvida. (Cristina da Suécia)

(56) Os lombardos, aos quais fingi dar a Valtellina e as regiões de Bérgamo, Mântua, Bréscia, etc., infundindo-lhes a mania republicana, já me prestaram o mesmo serviço. Uma vez dono do seu território, cedo terei o resto da Itália. (Napoleão general)

(57) Quem teme hoje o P.P.? (Cristina da Suécia)

(58) Não carecerei deles para conseguir esta vantagem. (Napoleão general)

(59) Erro imenso. (Napoleão general)

(60) É absolutamente preciso que eu embote os dois fios da sua faca. Luís XII não passava de um idiota. (Napoleão general)
– Está-se atualmente corrigindo esse erro, na França. (Cristina da Suécia)

(61) Valoroso P.P. (Cristina da Suécia)

Itália. Não lhe bastou ter ampliado os domínios da Igreja e perdido os amigos: fez mais; por querer o reino de Nápoles, dividiu-o com o rei da Espanha.[62] Em outras palavras: depois de ter chegado a ser o primeiro árbitro da Itália, partilhou a sua autoridade com um sócio, fazendo assim com que os ambiciosos daquela província e descontentes com ele tivessem a quem recorrer. Podendo deixar naquele reino um soberano que não passasse de um pensionista seu,[63] de lá o tirou para pôr em seu lugar outro capaz de expulsá-lo a ele.[64]

Querer conquistar é realmente coisa muito natural e comum,[65] e todas as vezes que o façam os homens que o podem, serão disso louvados e não condenados. Mas quando não podem e querem fazê-lo seja como for, aí há erro e cabe censura.[66] Se a França, pois, com as suas forças podia atacar Nápoles, devia fazê-lo; se não podia, não devia partilhá-lo. [67] E se a partilha que com os venezianos fez da Lombardia é desculpável por ter dado ensejo de penetrar na Itália, a de Nápoles merece repreensão, porque não se estribava naquela necessidade. [68]

Tinha, portanto, Luís cometido cinco erros: destruíra os mais fracos,[69] aumentara na Itália a força de um poderoso, colocara aí um estrangeiro poderosíssimo, não viera nela morar, não mandara para lá gente sua. Tais erros, por si sós, não chegariam, talvez, a ocasionar prejuízos à França enquanto ele vivesse. Cometeu, porém, um sexto, o de despojar os venezianos de seu estado.[70] Este ato, justificável e, até, necessário, desde que Luís não houvesse engrandecido a Igreja nem posto na Itália o rei da Espanha, era, como a realização de ambas estas coisas, absolutamente desaconselhado, visto importar na ruína dos que, por

---

(62) Fá-lo-ei também; mas essa partilha não me arrebatará a supremacia e o meu bom José não ma contestará. (Napoleão imperador)

(63) Como será o que eu ali puser. (Napoleão imperador)

(64) Esse rei tributário teria feito a mesma coisa. (Cristina da Suécia)
– Se me for preciso tirar dali o meu José, não deixarei de ter alguns receios quanto ao sucessor que lhe der. (Napoleão imperador)

(65) É coisa freqüente. (Cristina da Suécia)

(66) É coisa também freqüente. (Cristina da Suécia)
– Às minhas conquistas nada faltará. (Napoleão general)

(67) Isso é bem observado. (Cristina da Suécia)

(68) Cria-se a necessidade. (Napoleão general)

(69) Não seria erro, se não houvesse cometido os outros. (Napoleão general)

(70) O seu erro consistiu em não ter calculado bem o tempo para isso. (Napoleão general)

serem poderosos, teriam sempre obstado à intromissão dos outros na empresa da Lombardia. E teriam obstado, já porque não lhes convinha que alguém se apoderasse desta província sem eles próprios virem a ser dela senhores, já porque os outros nem haveriam de querer tirá-la da França para dá-la a eles, nem teriam ânimo de contender com ambos.[71]

Se alguém disser que o rei Luís cedeu a Alexandre a Romanha e à Espanha o reino [de Nápoles] para evitar uma guerra, respondo com as razões acima ditas, isto é, que ninguém deve jamais deixar surgir uma desordem para evitar uma guerra; porque não a evita, mas a difere com desvantagem própria.[72] E se outros alegaram a promessa que o rei fizera ao papa de tentar em benefício dele essa empresa, para obter a anulação do seu matrimônio [com Joana, irmã de Carlos VIII] e o chapéu de cardel para o arcebispo de Ruão, responde com o que mais adiante direi acerca das promessas dos príncipes e do modo como devam elas cumprir-se.[73]

O Rei Luís, perdeu a Lombardia por não ter seguido o exemplo de outros que tomaram províncias e quiseram conservá-las. Isto, aliás, não é coisa extraordinária, mas muito natural e comum. Sobre este assunto falei em Nantes com o cardeal de Ruão quando o duque Valentino [Duque de Valentinois], como era popularmente chamado César Bórgia, filho do Papa Alexandre, ocupava a Romanha. Dizendo-me o cardeal de Ruão que os italianos não entendiam de guerra, eu repliquei-lhe que os franceses não entendiam de estado, porque se dele entendessem não deixariam a Igreja tornar-se tão forte.[74] Viu-se por experiência que a grandeza desta e da Espanha na Itália foi obra da França, e que a ruína da França proveio de ambas.[75] Daí se infere uma

(71) O raciocínio é suficientemente bom para aquela época. (Napoleão imperador)

(72) Máxima admirável. (Cristina da Suécia)
– Ao primeiro sinal de descontentamento, declaro a guerra; esta rapidez de decisão, uma vez conhecida, torna prudentes os inimigos. (Napoleão general)

(73) Nisto reside a maior parte da política, e o meu lema é que a tal respeito nunca possuiremos o bastante. (Napoleão general)

(74) Não cometerão mais este erro. (Cristina da Suécia)
– Que mais era preciso para Roma anatematizar Maquiavel? (Napoleão general)

(75) Contudo, um príncipe católico nunca se pode tornar grande senão engrandecendo ao mesmo tempo a Igreja. (Cristina da Suécia)

regra geral, que nunca ou só raramente falha: quem é causa de que alguém se torne poderoso arruína-se a si mesmo;[76] porque para isso usou de habilidade ou de força, e ambas estas coisas são suspeitas a quem se tornou poderoso.[77]

– Hão de pagar-me isso bem caro. (Napoleão imperador)

(76) O que não farei nunca. (Napoleão general)

(77) Os inimigos não parecem receá-lo. (Napoleão general)

Capítulo IV

Por que motivo o reino de Dario, que foi ocupado por Alexandre, não se rebelou contra os sucessores do macedônio, após a morte deste[1]

Considerando as dificuldades existentes para guardar um território recém-conquistado, poderia alguém perguntar como se explicar que Alexandre Magno se tornasse dono da Ásia em poucos anos[2] e que, morrendo ele logo depois de a ter ocupado, em vez de se revoltarem essas regiões, conforme parecia razoável, fossem mantidas pelos sucessores do macedônio,[3] sem outras dificuldades senão as surgidas entre eles mesmos por motivo das suas ambições?[4] Respondo que os principados dos quais se tem memória foram governados de duas formas distintas: ou por um príncipe, de quem todos os demais são servidores que, como ministros por mercê e concessão sua, o ajudam a governar aquele reino; ou por um príncipe, e por barões cujos títulos no-

(1) Atenção a isto: não espero vir a reinar mais de trinta anos, e desejo ter filhos idôneos para me sucederem. (Napoleão imperador)

(2) Seis anos. (Cristina da Suécia)

(3) Continha-se somente o poder do nome de Alexandre. (Napoleão imperador)

(4) Carlos Magno mostrou-se mais avisado do que aquele louco do Alexandre, que pretendeu que os seus sucessores celebrassem as suas exéquias de armas em punho. (Napoleão imperador)

biliários derivam da sua ascendência e não da graça do senhor,[5] barões estes com estados e súditos próprios, que os reconhecem por amos e lhes votam natural afeição.[6] Nos estados da primeira categoria,[7] a suprema autoridade reúne-se na pessoa do príncipe, pois assim o entendem os habitantes de todas as províncias, os quais, embora possam obedecer a outros, o fazem por ser este ministro ou funcionário, e nenhuma estima particular lhe têm.[8] Os exemplos destas duas espécies de governo são, nos nossos tempos, o da Turquia e o da França. A monarquia turca é regida por um único chefe, de quem os outros são servidores, e este chefe, dividindo o reino em sandjaques, para aí manda diversos administradores e muda-os a seu alvedrio.[9] Na França, porém, ao lado do soberano há uma grande quantidade de senhores de antiga linhagem reconhecidos por seus súditos e por estes amados, e cujos privilégios não pode o rei destruir sem perigo para si próprio.[10]

Quem, pois, deitar as vistas para um e outro destes dois estados verificará que o turco é muito difícil de conquistar,[11] mas sumamente fácil de reter depois de conquistado.[12] As dificuldades para ocupá-lo consistem em não poder o conquistador ser chamado pelos príncipes desse

(5) Esses barões são quiméricos. Semelhantes estados são uma espécie de caos, como a Alemanha. (Cristina da Suécia)

(6) Antiguidades feudais que receio ver-me forçado a ressuscitar, se os meus generais continuarem a insistir nisso. (Napoleão imperador)

(7) Os estados regidos por um príncipe não têm outra forma de governo senão a monárquica, que é a melhor. (Cristina da Suécia)

(8) Excelente! Tudo farei por consegui-lo. (Napoleão imperador)

(9) São sempre respeitáveis os caprichos dos imperadores. Eles têm os seus motivos para concebê-los. (Napoleão imperador)

(10) Ao menos este tropeço eu não tenho, embora tenha outros equivalentes. (Napoleão imperador)
– Já não existe esta diferença entre a Turquia e a França. O governo francês é como o turco, mas em miniatura. (Cristina da Suécia)

(11) Conquistá-lo-á. (Cristina da Suécia)

(12) A primeira dificuldade é grande, mas a segunda não é absolutamente menor. (Cristina da Suécia)

reino, nem esperar seja a sua empresa facilitada pela rebelião deles.[13] E que, em primeiro lugar, sendo todos escravos do monarca, a ele presos por deveres de gratidão, mais difícil se torna corrompê-los; em segundo lugar, ainda quando seja possível corrompê-los, pouca utilidade resultará daí, visto não poderem eles, pelas razões expostas, arrastar consigo a população.[14] Quem ataca os turcos deve, por conseguinte, partir do princípio de que os vai encontrar unidos e de que lhe cumpre confiar antes nas suas próprias forças do que nas desordens alheias.[15] Mas uma vez que haja conseguido vencê-los e derrotá-los em campanha de forma irreparável,[16] nada mais terá que recear, salvo a estirpe do monarca. Faça-a desaparecer,[17] e o seu domínio será incontrastável. As restantes personagens carecem de influência junto do povo, e, como antes da vitória nada podia esperar delas, assim não deve, depois, o vencedor temê-las.[18]

O contrário sucede com os reinos governados como o de França.[19] Aí, fácil é o ádvena introduzir-se, captando as simpatias de algum barão local, pois nunca faltam descontentes: descontentes do tipo dos que desejam inovações.[20] Esses, pelos sobreditos motivos, podem abrir-lhe o caminho do estado e facilitar-lhe a vitória, a qual, porém, traz ao conquistador, se ele quer conservar a sua posse, infinitas dificuldades,[21] seja

---

(13) Há outras dificuldades não menores. (Cristina da Suécia)
– Descubramos meios extraordinários; porque é absolutamente necessário que o Império do Oriente volte a unir-se ao do Ocidente. (Napoleão imperador)

(14) Provera a Deus achar-me eu em França em situação parecida! (Napoleão primeiro-cônsul)

(15) Isso se chama falar como grande homem e eu subscrevo a sua opinião. (Cristina da Suécia)
– As minhas forças e o meu nome. (Napoleão imperador)

(16) Isso não ocorrerá facilmente. (Cristina da Suécia)

(17) Duvido que o império do mundo valha esse preço. (Cristina da Suécia)

(18) Porque não posso fazer mudar juntamente de lugar a Turquia e a França! (Napoleão imperador)

(19) Isso mudou. (Cristina da Suécia)

(20) Cortar-lhes-ei os braços e levantar-lhes-ei a tampa da cabeça. (Napoleão primeiro-cônsul)

(21) Ainda que a grande política possa não gostar de ouvi-lo, direi que, na minha opinião, a França é fácil de conquistar e não difícil de manter. (Cristina da Suécia)

nas relações com os que o auxiliaram, seja com os que foram oprimidos.[22] Não basta então extinguir a linhagem do príncipe.[23] Os barões que capitanearam as mudanças feitas permanecerão aí, e o conquistador, não os podendo satisfazer nem aniquilar,[24] perderá esse estado todas as vezes que se apresentar ocasião para isso.[25]

Se agora considerarmos a natureza do governo que regia o estado de Dario, achá-lo-emos semelhante ao do turco.[26] Por conseguinte, Alexandre teve primeiramente de atacar todo o reino persa e desabaratar-lhe os exércitos. Alcançada a vitória e morto Dario, nada mais obstou, pelas razões expostas, a que o guerreiro macedônio retivesse firmemente nas mãos aquele estado. E os seus sucessores, se houvessem ficado unidos, poderiam tê-lo gozado em paz, pois aí só rebentaram os tumultos por eles mesmos suscitados.

Quanto, porém, aos estados do tipo idêntico ao de França, impossível é conservá-los tão sossegadamente.[27] Daí nasceram as freqüentes rebeliões da Espanha, da França e da Grécia contra os romanos, pela quantidade mesma dos governos existentes nesses estados.[28] Enquanto nas populações subsistiu viva a memória dos antigos soberanos, difícil foi para os conquistadores firmar-se em tais territórios; mas depois que ela se apagou, a potência e estabilidade do domínio transformaram-nos em possuidores seguros.[29] Combatendo mais tarde entre si puderam outrossim os romanos arrastar, cada qual consigo, parte daquelas províncias, não só por força da autoridade que lá haviam granjeado, mas tam-

(22) Exemplos disso tenho eu visto de sobra. (Napoleão imperador)
(23) Seria uma grande obra. (Cristina da Suécia)
(24) Ambas as coisas são impraticáveis. (Cristina da Suécia)
– Havia-se começado tão bem no ano de 1793... (Napoleão imperador)
(25) Isso é perfeitamente certo. (Napoleão imperador)
(26) Dario, porém, não estava no mesmo nível de Alexandre como... (Napoleão primeiro-cônsul)
(27) Quanto a isto já providenciei, e mais hei de providenciar. (Napoleão imperador)
(28) Quem se resolvesse a estabelecer residência em França após a ter conquistado facilmente os dominaria. (Cristina da Suécia)
(29) No que me toca, possuo as mesmas vantagens. (Napoleão imperador)

bém porque, tendo-se extinguido a geração dos antigos senhores, elas não reconheciam por tais aos romanos. Atentos, pois, todos estes fatos, não é de admirar a facilidade com que Alexandre se manteve na Ásia[30] e os óbices que outros tiveram para conservar as próprias conquistas, qual aconteceu por exemplo com Pirro. E tal se deveu, não à pouca ou muita virtude [*virtù*] do vencedor, mas à diversidade do objeto da conquista.

(30) Faz-se aqui injustiça ao nosso Alexandre. (Cristina da Suécia)

Capítulo V

Como se devem governar as cidades ou principados que, antes de serem ocupados, se regiam por leis próprias

Quando se conquista um país acostumado a viver segundo as suas próprias leis e em liberdade, três maneiras há de proceder para conservá-lo: ou destruí-lo;[1] ou ir nele morar; ou deixá-lo viver com as suas leis,[2] exigindo-lhe um tributo e estabelecendo nele um governo de poucas pessoas que o mantenham fiel ao conquistador.[3] A última forma de proceder explica-se porque, primeiro, tal governo sabe que, sendo filho da vontade do príncipe, não pode subsistir sem a amizade e o poderio dele, e tudo fará por fortalecer-lhe a autoridade; segundo, porque, para reter uma cidade acostumada a viver livre, o melhor meio que tem um conquistador é, se não a quer destruir, servir-se dos habitantes dela.[4] Tomemos para exemplo os espartanos e os romanos. Os espartanos, uma vez donos de Atenas e Tebas, criaram nelas um governo de poucos; apesar disso, perderam-nas. Os romanos aniquilaram Cápua, Cartago e Numância, e não as perderam. Desejaram

(1) Isso de nada vale no século em que estamos. (Napoleão general)
(2) Mau ditame. A continuação é o melhor que existe aí. (Napoleão general)
(3) Nenhuma destas máximas é infalível. (Cristina da Suécia)
(4) Em Milão, uma junta executiva de três adeptos, assim como o meu triunvirato diretorial em Gênova. (Napoleão primeiro-cônsul)

conservar a Grécia quase como o fizeram os espartanos, deixando-a livre e com as suas próprias leis, e não lograram bom êxito. Em conseqüência, foram obrigados a destruir muitas cidades naquela província para não a perderem.

Na verdade, não há maneira segura de possuir um estado senão arruinando-o.[5] Quem se torna senhor de uma cidade habituada a viver livre, e não a destrói, pode estar certo de que por ela será destruído. Os seus habitantes encontram sempre, como incentivo à revolta, a idéia da liberdade e das antigas instituições, instituições que nunca se esquecem nem com o perpassar do tempo, nem com os benefícios acaso trazidos pelo conquistador. Por mais esforços que este empregue, se não lograr desunir ou dispersar os seus novos súditos, não lhes extirpará da memória aquela idéia, à qual se hão de socorrer em qualquer oportunidade, como fez Pisa após permanecer um século debaixo do jugo dos florentinos.[6]

Mas quando as cidades e as províncias estão afeitas a viver sob o governo de um príncipe e a linhagem deste se haja extinguido, o hábito, por um lado, da obediência, a falta do antigo senhor, por outro, impedem-lhes o porem-se de acordo entre si na escolha de um e o se acomodarem à liberdade.[7] São por isto mais tardias em pegar nas armas, e com mais facilidade pode um príncipe subjugá-las e assegurar a sua posse.[8]

Nas repúblicas, porém, há mais vida, maior ódio, mais desejo de vingança; não as deixa nem pode deixá-las repousar a lembrança da antiga liberdade.[9] Essas, o caminho mais seguro é arrasá-las[10] ou ir nelas morar.[11]

---

(5) É o meio pior e o mais cruel. (Cristina da Suécia)
– Mas isto pode fazer-se literalmente de muitos modos sem destruí-las. Mudando-lhes, contudo, a constituição. (Napoleão general)

(6) Gênova poderia dar-me alguma preocupação; porém, nada tenho a recear dos venezianos. (Napoleão primeiro-cônsul)

(7) As nações acostumadas à monarquia não podem adaptar-se a outra forma de governo. (Cristina da Suécia)

(8) Especialmente quando diz trazer liberdade e igualdade ao povo. (Napoleão general)

(9) Tudo morre neste mundo. (Cristina da Suécia)

(10) Reprimir e revolucionar são suficientes. (Napoleão general)

Capítulo VI

Dos principados novos que se conquistaram com as próprias armas e valor [*virtù*]

Ninguém se admire se, ao que vou dizer acerca dos estados de príncipe e instituições novas, eu aduzir exemplos célebres. Segundo os homens, quase sempre, as vias trilhadas por outros, procedendo em suas ações por imitação,[1] e não lhes sendo possível conservar-se perfeitamente dentro das raias representadas pela trajetória de outros, nem acrescentar algo às qualidades [*virtù*] daqueles a quem imitam, deve um indivíduo prudente enveredar sempre pelos caminhos palmilhados por grandes vultos e tomar como exemplo os que mais insignes foram, a fim de que, ainda quando não chegue a igualá-los, possa ao menos aproximar-se-lhes;[2] fazer, em suma, como os archeiros precavidos, os quais, achando demasiado longe o ponto que querem atingir e conhecendo o alcance do seu arco, fazem pontaria para um lugar muito mais alto que o visado,[3] não para a sua flecha ir a tamanha altura, mas para assim acertarem no verdadeiro alvo. [4]

---

(1) Poderei, por certo, às vezes, fazer-te mentir. (Napoleão general)

(2) A lição é boa. (Cristina da Suécia)
– Admitamos que seja certo. (Napoleão general)

(3) Bonita comparação. (Cristina da Suécia)

(4) Demonstrarei que, alvejando aparentemente mais baixo, se pode lá chegar com maior facilidade. (Napoleão general)

Devo, pois, dizer que nos principados inteiramente novos, onde haja um novo príncipe, se encontra dificuldade maior ou menor para mantê-los, conforme tenha mais ou menos predicados [*virtù*] aquele que os conquista.[5] E como o fato de passar alguém de particular a príncipe pressupõe valor [*virtù*] ou fortuna,[6] é de crer que uma ou outra dessas duas coisas atenue em parte muitas dificuldades. Apesar disso, quem menos confiou na fortuna, por mais tempo reteve a sua conquista.[7] Mais fácil ainda é a posse do novo estado quando o príncipe se vê constrangido, por não ter outros, a vir morar nele.[8]

Dos que por virtude [*virtù*], e não por fortuna, se converteram em príncipe,[9] os mais notáveis são Moisés, Ciro, Rômulo, Teseu e semelhantes. Embora não nos devamos alongar sobre Moisés, já que ele foi um mero executor do que Deus lhe ordenou,[10] devemos contudo admirá-lo por aquele dom que o tornava digno de falar com o Senhor. Atentando, porém, em Ciro e nos demais conquistadores ou fundadores de reinos, achá-los-emos todos extraordinários,[11] e os feitos que praticaram e as leis que criaram não se nos afigurarão diferentes das de Moisés, inspirado por tão grande mestre.[12] Outrossim, nas suas ações e vida nada indica houvessem recebido da fortuna outra coisa a não ser a oportunidade, da qual se aproveitaram pela forma que mais conveniente lhes pareceu.[13] Sem tal oportunidade o seu valor pessoal [*virtù*] ter-se-ia apagado, e sem ele a oportunidade teria vindo inutilmente.[14] Era, portanto, indispensável a Moisés encontrar no Egito o povo de Israel

(5) É no que consiste tudo. (Cristina da Suécia)
(6) Nem sempre. Algumas vezes é a maior desgraça. (Cristina da Suécia)
– O valor é mais necessário que a fortuna; ele é que a faz nascer. (Napoleão general)
(7) Não se deve confiar na fortuna, nem dela desesperar. (Cristina da Suécia)
(8) Essa constrição não é uma grande desgraça. (Cristina da Suécia)
(9) Isto me diz respeito. (Napoleão general)
(10) Sem dúvida merece admiração. (Cristina da Suécia)
– Não aspiro a tamanha altura: dispenso-a. (Napoleão general)
(11) Aumentarei essa lista. (Napoleão general)
(12) Nada há que não venha de Deus. (Cristina da Suécia)
(13) Já não é necessária; virá; estejamos prontos para colhê-la. (Napoleão general)
(14) Como isso é dito divinamente! (Cristina da Suécia)
– O valor antes de mais nada. (Napoleão general)

escravo e oprimido pelos egípcios, a fim de que este, para sair da escravidão,[15] se resolvesse a segui-lo. Cumpria que Rômulo não ficasse em Alba, e fosse exposto ao nascer, para poder tornar-se rei de Roma e fundador dessa pátria.[16] Era preciso que Ciro encontrasse os persas descontentes com o império dos medas, e os medas fracos e efeminados pela longa paz.[17] Teseu não poderia demonstrar a sua virtude [*virtù*], se não fosse achar os atenienses dispersos.[18] Tais oportunidades, pois, constituíram a fortuna desses grandes homens, e a virtude [*virtù*] deles fez com que as oportunidades fossem aproveitadas. Como corolário vieram as suas pátrias a ser célebres e felizes.[19]

Os que por meios semelhantes aos referidos se tornam príncipes adquirem o principado com dificuldade, mas com facilidade o mantêm. Esta dificuldade origina-se em parte das novas instituições e normas que os conquistadores são forçados a introduzir para fundar o próprio estado e a própria segurança.[20] Deve-se considerar, aliás, que não há nada mais difícil, perigoso e de resultado mais incerto do que começar a introduzir novas leis;[21] porque o introdutor tem como inimigos todos aqueles a quem aproveitam as antigas[22] e como frouxos defensores[23] quantos viriam a lucrar com as novas.[24] Tal frouxidão nasce conjuntamente do temor aos adversários que têm as leis a seu favor, e da incredulidade dos homens, pouco propensos a ter fé nas inovações en-

(15) É a condição e situação dos franceses. (Napoleão general)
(16) A minha loba benéfica tive-a em Brienne. Rômulo, serás eclipsado! (Napoleão general)
(17) Tolice! (Napoleão general)
(18) Pobre herói! (Napoleão general)
(19) Bastaria em nossos tempos essa partícula de sabedoria? (Napoleão general)
(20) Isso se consegue com alguma astúcia. (Napoleão primeiro-cônsul)
(21) Isso é verdade. (Cristina da Suécia)
– Pois não sabemos ter às nossas ordens alguns manequins legislativos? (Napoleão general)
(22) Saberei frustar-lhes as atividades. (Napoleão general)
(23) O homenzinho não sabia como se arranjam defensores entusiásticos, que fazem os outros desistir. (Napoleão primeiro-cônsul)
(24) Como tudo isso é bem dito! (Cristina da Suécia)

quanto não se firmam em longa experiência.[25] Por isso, sempre que os que são inimigos têm ensejo de assaltar o poder, o fazem com espírito de partido, os outros defendem sem entusiasmo o conquistador e este periclita junto com ele.[26] Importa-nos, pois, querendo esclarecer bem este ponto, examinar se tais inovadores se sustentam por si mesmos, ou se dependem de outros; isto é, se para realizarem a sua obra têm necessidade de pedir ou se podem constranger.[27] No primeiro caso, vêem os seus esforços sempre malogrados, e não levam a termo coisa alguma.[28] Quando, porém, só dependem de si mesmos e podem fazer-se obedecer, então raramente periclitam. Daí, terem todos os profetas armados vencido[29] e os desarmados ruído;[30] porque, além do que se disse, a natureza dos povos é inconstante, e fácil é persuadi-los de uma coisa, mas difícil mantê-los nessa persuasão.[31] Portanto, convém estarmos preparados para num momento dado lhes impor pela força a crença que já não têm.[32] Moisés, Ciro, Teseu e Rômulo não haveriam conseguido a longa observância das suas constituições, se estivessem desarmados,[33] como nos nossos tempos ocorreu ao frade Jerônimo Savonarola, o qual viu as suas leis derrocarem quando a multidão começou a nelas não mais acreditar e ele carecia de meios, quer para manter obedientes os que antes acreditavam, quer para inspirar a fé nos outros. Todos esses encontram

---

(25) Não deixam de ter razão. (Cristina da Suécia)
– Isso não acontece a não ser com os povos um tanto cultos e que conservam ainda alguma liberdade. (Napoleão primeiro-cônsul)

(26) Estou prevenido contra tudo isso. (Napoleão primeiro-cônsul)

(27) Como isso está bem dito! (Cristina da Suécia)

(28) Grande descoberta! Quem pode ser bastante covarde para dar semelhante demonstração de fraqueza? (Napoleão general)

(29) Os oráculos são então infalíveis. (Napoleão general)

(30) A força é a chave para que tudo tenha bom êxito. (Cristina da Suécia)
– Nada mais natural. (Napoleão general)

(31) Eles me têm hoje em dia, mormente depois do testemunho do Papa, na conta de um pio restaurador da religião e de enviado do Céu. (Napoleão primeiro-cônsul)

(32) Não é possível levar as pessoas a crerem à força; mas é possível obrigá-las a fingirem que acreditam, e isso basta. (Cristina da Suécia)
– Terei sempre meios para isso. (Napoleão primeiro-cônsul)

(33) É este o grande milagre da religião cristã. (Cristina da Suécia)

no seu caminho inúmeros obstáculos e perigos, e é-lhes mister superá-los com a virtude [*virtù*].[34] Mas uma vez que os superaram e que começam a ser venerados, então, tendo destruído os que lhes invejavam a condição de príncipe, ficam poderosos, seguros, honrados e felizes.[35]

A tão altos exemplos quero acrescentar um de menos importância, mas que guarda com eles certa proporção. É o exemplo de Hierão siracusano.[36] Este, de particular que era, converteu-se em príncipe de Siracusa, e, como os demais, também não conheceu da fortuna senão a oportunidade.[37] Estando oprimidos, os siracusanos elegeram-no para seu capitão, em cujo cargo mereceu tornar-se príncipe deles.[38] Foi por motivo da sua grande virtude [*virtù*], demonstrada quando ainda não era príncipe, que alguém escreveu a seu respeito: *quod nihil illi deerat ad regnandum praeter regnum* [para reinar nada lhe faltava a não ser o reino].[39] Hierão dissolveu a velha milícia, criou a nova, deixou as antigas amizades, contraiu outras,[40] e, tendo assim granjeado amigos e soldados fiéis, pôde sobre tal fundamento edificar tudo quanto quis. Destarte, conservou sem esforço o que muito lhe custara adquirir.[41]

---

(34) Isso não me embaraça. (Napoleão general)

(35) Ainda não penetrei bem este último ponto, e devo contentar-me com os outros três. (Napoleão imperador)
– É necessário saber triunfar da inveja, sem matar os invejosos. Seria prestar-lhes demasiada honra. (Cristina da Suécia)

(36) Nunca me saiu do pensamento, desde os estudos da minha meninice. Era de um país vizinho do meu, e eu pertenço, talvez, à mesma família. (Napoleão general)

(37) Já é dever-lhe muito. (Cristina da Suécia)

(38) Com alguma ajuda, sem dúvida. Oxalá tenha eu aqui a mesma sorte que ele. (Napoleão primeiro-cônsul)

(39) Minha mãe disse amiúde o mesmo de mim; amo-a por causa do seu prognóstico. (Napoleão imperador)

(40) Não o louvarei por isso. É ato digno conquistar novos amigos sem fazer injustiça aos velhos. (Cristina da Suécia)

(41) Nisso está a dificuldade. (Cristina da Suécia)
– É de bom augúrio. (Napoleão imperador)

Capítulo VII

Dos principados novos que se conquistam com as armas e a fortuna de outrem

Os que de particulares chegam à condição de príncipes impelidos unicamente pelo destino, com pouco esforço a alcançam,[1] mas com muito a retêm.[2] Nenhum obstáculo encontram no seu caminho, porque voam nas asas da fortuna. É depois de terem subido ao poder que vêem surgir as dificuldades.[3] Refiro-me aos que obtiveram algum estado ou por dinheiro ou por graça de outrem. Tal o caso do ocorrido na Grécia, nas cidades da Jônia e do Helesponto, onde Dario fez vários príncipes que as deviam conservar para maior glória e segurança dele;[4] assim como em Roma, onde meros cidadãos se converteram em imperadores, corrompendo soldados.[5] Esses dependem tão-só da vontade e da boa sorte, aliás muito inconstantes, de quem os guindou a essa altura e não sabem nem podem sustentar-

(1) Como todos que se deixam levar e nada sabem fazer sós. (Napoleão general)
(2) É impossível. (Napoleão em Elba)
(3) Tudo há de ser obstáculo para gente dessa espécie. (Napoleão em Elba)
(4) Dar estados a outrem pode contribuir para a própria glória; não, porém, para a própria segurança, que passará então a correr perigo. (Cristina da Suécia)
– Os aliados não tiveram outro alvo a não ser este. (Napoleão em Elba)
(5) Nem sempre eram corrompidos. (Cristina da Suécia)

se aí.[6] Não sabem, porque, salvo se forem homens de grande engenho e virtude [*virtù*], não é de crer que, após uma vida exclusivamente privada,[7] possuam aptidões para governar;[8] não podem, porque carecem de força em cuja dedicação e fidelidade lhes seja lícito confiar.[9] Demais, os estados rapidamente surgidos, como todas as outras coisas da natureza que nascem e crescem depressa, não podem ter raízes e as aderências necessárias para a sua consolidação. Extingui-los-á a primeira borrasca,[10] a menos que, como se disse acima, os seus fundadores sejam tão virtuosos [*virtuosi*],[11] que saibam imediatamente preparar-se para conservar o que a fortuna lhes concedeu a lancem depois alicerces idênticos aos que os demais príncipes construíram antes de tal se tornarem.[12]

Para exemplificar um e outro desses modos de alguém chegar a príncipe, isto é, por habilidade [*virtù*] ou por fortuna,[13] vou servir-me de dois exemplos tirados da história de nossos dias. São eles Francisco Sforza e César Bórgia. Francisco, com meios adequados e com a sua grande virtude [*virtù*],[14] de particular que era tornou-se duque de Milão,[15] e com pouco trabalho manteve a sua conquista penosamente alcançada. De outro lado César Borgia, a quem o vulgo chama duque de

---

(6) Há muitos outros que se acham no mesmo caso. (Napoleão em Elba)

(7) Como simples particular e longe dos estados onde se é enaltecido: é a mesma coisa. (Napoleão em Elba)

(8) É sem dúvida muito difícil. (Cristina da Suécia)

(9) É nisto que eu os espero. (Napoleão em Elba)

(10) Tudo isso é verdade. (Cristina da Suécia)
– Por mais sorte que haja tido ao nascer, quando uma pessoa viveu 23 anos de vida privada, como em família, longe de um povo cuja índole mudou quase por completo, e levada de repente até ele nas asas da fortuna e por mãos estrangeiras para governar, encontra um estado novo do tipo dos que menciona Maquiavel. Os antigos e convencionais prestígios morais interromperam-se demasiado longamente, e não podem existir de outra forma a não ser de nome. Este oráculo é mais seguro que o de Calchas. (Napoleão em Elba)

(11) É melhor dizer: bastante afortunados. Uma pessoa é mais hábil quando é afortunada. (Cristina da Suécia)

(12) Já havia lançado os meus antes de o ser. (Napoleão em Elba)

(13) O meu caso é o deles. (Napoleão em Elba)

(14) Habilidade e fortuna devem andar de acordo; em caso contrário, nada se fará de bom. (Cristina da Suécia)

(15) Com quem me pareço mais? Excelente agouro! (Napoleão primeiro-cônsul)

Valentino, conquistou o principado com a sorte do pai, e perdeu-o quando ela lhe faltou, não obstante ter empregado todos os meios imagináveis e feito tudo quanto um homem prudente e virtuoso devia fazer para se firmar nos estados que as armas e a boa estrela de outrem lhe haviam concedido.[16] A razão disto temo-la no acima referido: quem não constrói as bases antes poderia com grande talento [*virtù*] construí-las depois,[17] embora à custa de dificuldades para o construtor e perigo para o edifício.[18] Se, portanto, considerarmos todos os progressos do duque de Valentino, veremos ter ele construído muitas bases para o futuro poderio.[19] Que elas não lhe hajam sido úteis, derivou de incrível e extrema adversidade dos fados,[20] e não de culpa dele.

Quais foram essas bases, eis o que julgo dever explicar,[21] pois melhores preceitos não poderia eu fornecer a um príncipe do que o exemplo das ações de César Bórgia.

Para engrandecer o duque seu filho, esbarrava o Papa Alexandre VI em muitas dificuldades presentes e futuras. Em primeiro lugar, não sabia como fazê-lo senhor de algum estado fora dos pertencentes ao domínio papal, e tinha certeza de que, estando já Faenza e Rímini sob a proteção dos venezianos, nem estes nem o duque de Milão lhe consentiriam tirar um dos territórios da Igreja para dá-lo ao filho.[22] Além disso, os exércitos da Itália e, sobretudo, os de que poderia utilizar-se, via-os nas mãos de indivíduos pouco favoráveis à grandeza do Papa, e a soldo dos

---

(16) Este exemplo demonstra o que foi dito acima. (Cristina da Suécia)
– Amiúde bem. Algumas vez mal. (Napoleão general)

(17) Talento para reinar, é claro. O de outra espécie é uma tolice inútil. (Napoleão em Elba)

(18) Sem a fortuna não se faz nada de bom. (Cristina da Suécia)
– Principalmente se constroem às cegas, timidamente. (Napoleão em Elba)

(19) Melhor do que eu? É difícil. (Napoleão general)

(20) Tenho de queixar-me deles; mas corrigi-los-ei. (Napoleão em Elba)

(21) Sem dúvida eu desejaria que não o tivesse dito a ninguém senão a mim. Em todo caso, como não sabem ler, vem a ser a mesma coisa. (Napoleão general)

(22) Conseguirei eu triunfar de um obstáculo deste gênero para dar reinos ao meu José, ao meu Jerônimo?... Quanto a Luís, talvez sobre algum do qual eu não saiba o que fazer. (Napoleão imperador)
– Muita razão tinha eu de hesitar a este respeito. Mas que ingrato foi Joaquim! Que covarde e traidor!... Há de remir as suas culpas. (Napoleão em Elba)

Orsinis, Colonnas e seus cúmplices, razão por que não podia confiar neles. Era, portanto, necessário remover tal situação e desorganizar os estados italianos,[23] para poder assenhorear-se com segurança de uma parte deles.[24] Fácil lhe foi atingir este objetivo. Cuidavam então os venezianos, por motivos particulares,[25] de trazer novamente os franceses à Itália. Alexandre não os contrariou; ao invés, ajudou-os, anulando o velho casamento de Luís.[26] Veio, pois, o rei à Itália com o auxílio dos venezianos[27] e o consentimento do Papa, e nem bem chegara a Milão, já a este remetia tropas para a sua empresa na Romanha, empresa cujo bom êxito deveu Alexandre à fama do soberano francês. Assim, o duque conquistou a Romanha e bateu as tropas de Colonna. Quando, porém, pretendeu firmar-se nesse território e prosseguir avante, sentiu-se tolhido por duas considerações: o procedimento das suas próprias tropas, cuja fidelidade lhe parecia duvidosa, e a vontade da França. Em outros termos, temia que as tropas dos Orsinis, das quais lançara mão, se revoltassem contra ele e não só lhe impedissem ulteriores conquistas, mas o despojassem da já feita, e que a mesma coisa fizesse o rei.[28] Das suas suspeitas acerca das tropas dos Orsinis teve prova quando, depois de haver tomado Faenza, atacou Bolonha e as viu combater sem o menor entusiasmo. No tocante ao rei, percebeu-lhe as intenções quando, após conquistar o ducado de Urbino, assaltou a Toscana, e Luís o fez renunciar à empresa. Diante destes fatos o duque resolveu não permanecer

(23) O Alexandre de tiara não me reconheceria melhor do que o Alexandre de gorro. (Napoleão imperador)

(24) Uma parte! É pouquíssimo para mim. (Napoleão imperador)

(25) Soube dar origem a outras mais dignas de mim e do meu século, e que melhor correspondiam aos meus interesses. (Napoleão imperador)

(26) A experiência que já fiz, cedendo o ducado de Urbino para lograr a assinatura da concordata, persuade-me de que em Roma, como em outros lugares, hoje como outrora, uma das mãos lava a outra, e isto promete... (Napoleão primeiro-cônsul)

(27) Os genoveses abriram-me as portas da Itália com a louca esperança de que os seus fabulosos créditos na França seriam apagos integralmente: *Quid non cogit auri sacra fames*? Eles, pelo menos, terão sempre a minha simpatia, de preferência aos demais italianos. (Napoleão primeiro-cônsul)

(28) Caro me custou não ter tido igual desconfiança em relação aos meus favorecidos da Alemanha (Napoleão em Elba)

mais na dependência das armas e da boa sorte alheias.[29] Começou por enfraquecer os partidos dos Orsinis e dos Colonnas em Roma, arrebatando-lhes todos os aderentes fidalgos,[30] aos quais, para os captar, transformou em fidalgos seus, investiu em altos cargos e concedeu honrarias de acordo com as suas qualidades de mando e de governo. De tal forma se houve que em poucos meses todos eles tinham esquecido as antigas simpatias para se constituírem em partidários seus.[31] Depois disto, desfeita que fora já a facção dos Colonnas, aguardou a oportunidade para aniquilar os Orsinis.[32] Esta ofereceu-se-lhe favorável, e ele aproveitou-a às mil maravilhas. Havendo compreendido tarde demais que a grandeza do duque e da Igreja equivaleria à sua própria ruína, os Orsinis reuniram um congresso em Magione, na província de Perúgia. Daí nasceram a rebelião de Urbino e os tumultos da Romanha, além de infinitos perigos para o duque,[33] que os superou com o auxílio dos franceses.[34] Restaurada a sua autoridade, não quis fiar-se na França nem noutras forças que não fossem as próprias, para evitar o ter que pô-las à prova.[35] Achou melhor recorrer à astúcia. E soube dissimular as suas intenções[36] tão bem, que os Orsinis, por intermédio do senhor Paulo – cujas simpatias o duque se empenhou em granjear, dando-lhe dinheiro,

(29) Único procedimento acertado de todo o homem que possua espírito e coração. (Cristina da Suécia)
– Porque não tinha outro remédio! (Napoleão em Elba)

(30) Os meus Colonnas são realistas; os meus Orsinis, os jacobinos; e os meus fidalgos serão os chefes de uns e de outros. (Napoleão general)

(31) Eu já havia iniciado uma parte disso antes de chegar ao consulado, no qual me dou por feliz de ter completado essas operações todas. (Napoleão imperador)

(32) Encontrei-a no *senatus consulto* sobre a máquina infernal de Nivoso e na minha maquinação de Arena e Topino na ópera. (Napoleão primeiro-cônsul)

(33) Vi outros semelhantes... Pichegru, Mallet. De todos triunfei sem precisar de estrangeiros. (Napoleão imperador)

(34) Fi-lo sem carecer da ajuda de ninguém. (Napoleão imperador)

(35) A resolução que tomou era celerada e há meios nobres e seguros para não se ficar dependente dos outros. (Cristina da Suécia)

(36) *Qui nescit dissimulares nescit regnare.* Luís XI não o sabia bastante. Devia dizer: *Qui nescit fallere, nescit regnare.* (Napoleão imperador)

trajos, cavalos –, reconciliaram-se com ele e ingenuamente se deixaram atrair a Senigaglia[37] [onde o duque à traição os matou].

Tendo, pois, exterminado esses chefes, e convertido em amigos próprios os partidários deles,[38] senhor já de toda a Romanha juntamente com o ducado de Urbino, e príncipe benquisto por todos os habitantes daí, que começavam a fruir os benefícios resultantes do seu governo,[39] lançara o duque sólidos fundamentos para o seu poder.

Como esta parte da vida do filho de Alexandre merece estudo e servir de modelo a outros, não quero de modo algum omiti-la.[40]

Depois de se apossar da Romanha e verificar que ela estivera sob o mando de senhores impotentes, os quais tinham de preferência pilhado a governado os seus súditos,[41] e lhes haviam fornecido motivo antes para desunião do que para união,[42] a ponto de na província pulularem os roubos, as lutas e toda a espécie de desordem,[43] julgou o duque necessário, para pacificar e fazer obediente à sua vontade, dar-lhe um governo severo.[44] Assim, nela colocou como governante a Ramiro de Orco, homem cruel e expedito, a quem concedeu plenos poderes.[45] Este, em curto lapso de tempo, restabeleceu a paz e a harmonia entre o povo,[46] obtendo grande influência. Depois disto o duque, temendo

(37) O que mais formidável restava contra mim, entre os meus Colonnas e Orsinis, não teve melhor sorte. (Napoleão imperador)
(38) Creio ter feito muito bem uma coisa e outra. (Napoleão imperador)
(39) Acaso conhecera a França, há 20 anos a ordem de que goza hoje e que só o meu braço podia restabelecer? (Napoleão imperador)
(40) Ela é mil vezes mais proveitosa para os povos, do que odiosa para alguns fazedores de frases. (Napoleão imperador)
(41) Como os artífices de repúblicas francesas. (Napoleão primeiro-cônsul)
(42) Como na França republicana. (Napoleão primeiro-cônsul)
(43) Exatamente como na França antes de eu aí reinar. (Napoleão primeiro-cônsul)
(44) Pois não foi o que fiz? Havia necessidade de firmeza e rigor para conter a anarquia. (Napoleão imperador)
(45) F..., serás o meu Orco. (Napoleão primeiro-cônsul)
(46) Por isso eu não tinha precisão de ti. (Napoleão imperador)

viesse tão excessiva autoridade a tornar-se odiosa,[47] houve por bem criar na capital da província um tribunal civil, com ótimo presidente, onde todas as cidades tinham o seu representante.[48] Como sabia existir contra si um pouco de aversão, gerada pelas violências anteriores, para aplacar o espírito dos seus súditos e ganhar-lhes o afeto, quis mostrar que, se violência houvera perpetrado, não partira dele, mas do seu ministro.[49] Tomando isso por pretexto,[50] fez certa manhã cortar em dois pedaços o corpo de Ramiro e mandou expô-los na praça de Cesena enfiados num pau e com uma faca ensangüentada ao lado.[51] Este bárbaro espetáculo produziu no povo ao mesmo tempo satisfação e surpresa.[52]

Mas voltemos ao ponto de partida. Tendo-se armado segundo as suas necessidades e havendo suprimido a maioria das forças vizinhas capazes de se lhe oporem, estava o duque suficientemente poderoso e em parte imune dos perigos presentes. Faltava-lhe, para poder seguir nas suas conquistas, arredar o temor à França, cujo rei, já persuadido do seu erro, não toleraria decerto que ele continuasse a engrandecer-se. Começou por isso a buscar amizades novas e a tergiversar com esse país,[53] quando os franceses chegaram ao reino de Nápoles para atacar os espanhóis que assediavam Gaeta. A sua intenção era obter a aliança destes, o que cedo teria conseguido se Alexandre vivesse.[54]

Tal foi o seu procedimento nas conjunturas de então. Quanto às vindouras, porém, cumpria-lhe antes de mais nada pensar na possibilidade de que um novo papa não lhe fosse amigo e procurasse arrancar-lhe

---

(47) Por isso acabo com teu ministério e agrego-te à aposentadoria do meu senado. (Napoleão imperador)

(48) Hei de criar uma comissão senatorial da liberdade individual, que, contudo, só fará o que eu quiser. (Napoleão imperador)

(49) Ninguém está mais do que ele condenado pela opinião pública a ser o meu bode expiatório. (Napoleão imperador)

(50) Estou furioso por não poder fazê-lo cair em desgraça sem o inutilizar. (Napoleão imperador)

(51) Ação indigna. (Cristina da Suécia)
– Bons tempos aqueles em que se podiam aplicar desses castigos que o povo achasse meritórios. (Napoleão imperador)

(52) Mau preceito, satisfazer o povo sacrificando os ministros. (Cristina da Suécia)

(53) Muito bem feito. (Napoleão primeiro-cônsul)

(54) Esses malditos "ses" me fazem perder a paciência. (Napoleão primeiro-cônsul)

o que o pai lhe dera.[55] Quatro meios concebeu para prevenir essa hipótese.[56] A saber: primeiro, exterminar todos os descendentes dos senhores que subjugara, para tirar qualquer pretexto à eventual intervenção do papa;[57] segundo, prender a si todos os fidalgos de Roma, para, por meio deles, opor-se aos desígnios do Santo Padre; terceiro, fazer o maior número possível de partidários entre os cardeais do Sacro Colégio; quarto, chegar, antes da morte do papa Alexandre,[58] a tal grau de poderio, que pudesse por suas próprias forças resistir ao primeiro assalto, se este viesse.[59] Dos quatro objetivos tinha, ao morrer o papa seu pai, alcançado três e estava prestes a atingir o último. Vejamos. Dos senhores vencidos matou todos aqueles a quem conseguiu deitar a mão, e pouquíssimos escaparam;[60] os fidalgos romanos havia-os trazido para o seu lado;[61] e no Colégio numerosos eram os partidários seus. Com respeito a novas conquistas, projetara apossar-se da Toscana, já possuía Perúgia e Piombino e tomara Pisa sob a sua proteção. Quando os franceses não lhe inspirassem mais receio (e não lho deviam inspirar mais, pois tinham sido já despojados do reino de Nápoles pelos espanhóis e necessitavam, bem como estes, de ganhar a sua amizade),[62] atirar-se-ia contra Pisa. Depois, Lucca e Siena abrir-lhe-iam as portas, quer por medo, quer por ódio aos florentinos, os quais, a seu turno, não poderiam opor-se-lhe. Tivesse ele levado isto a cabo – e tê-lo-ia por certo levado no mesmo ano em que Alexandre morreu – a sua força e reputação chegariam a tal ponto, que lhe permitiriam sustentar-se por si mesmo, sem depender da fortuna e influência alheias,[63] mas tão-só

(55) É mister prever tais contratempos. (Napoleão primeiro-cônsul)
(56) Muito bem achados. (Napoleão primeiro-cônsul)
(57) Em podendo, não deixes de fazê-lo, e procura estar em condições de poder. (Napoleão primeiro-cônsul)
(58) Francisco II. (Napoleão imperador)
(59) O último era o mais seguro. (Cristina da Suécia)
(60) Não estou ainda tão adiantado como ele. (Napoleão imperador)
(61) Não pude executar até agora senão metade desta manobra. *Si voul tempo...* (Napoleão imperador)
(62) Supondo que eu tenha induzido a isto todos os príncipes da Alemanha, pensemos no meu famoso projeto do Norte. Acontecerá o mesmo com resultados que nenhum conquistador conheceu. (Napoelão imperador)
(63) Livre de qualquer condição análoga, irei muito mais longe. (Napoleão imperador)

do seu poder e talento [*virtù*].[64] Alexandre, porém, morreu cinco anos depois de ter o filho começado a brandir a espada. Deixou-o com um único Estado firme nas mãos, o da Romanha, e todos os demais vacilantes, no meio de dois potentíssimos exércitos, e mortalmente enfermo.[65] Não obstante possuía o duque tanta ferocidade e tanta virtude [*virtù*], sabia tão bem como se conquistam ou perdem os homens[66] e tão robustos eram os alicerces que em brevíssimo tempo lançara, que, se não tivesse tido contra si aqueles dois exércitos ou não houvesse caído doente, teria triunfado de todas as dificuldades.[67] Que os seus alicerces eram bons, demonstrou-se logo: a Romanha esperou por ele mais de um mês;[68] em Roma, apesar de quase moribundo, permaneceu em segurança;[69] embora os Baglionis, Vitellis e Orsinis fossem ter a Roma, não lograram induzir ninguém a atacá-lo. Se não pôde fazer papa a quem ele quis, impediu ao menos que o fosse quem ele não queria.[70] Mas se, ao morrer Alexandre, o duque não estivesse enfermo, tudo lhe teria sido fácil. Ele próprio me disse, durante a eleição do Papa Júlio II, que pensara no que podia acontecer morrendo-lhe o pai, e para tudo encontrara remédio. Só nunca lhe ocorrera a possibilidade de estar ele mesmo, por ocasião daquele falecimento, às portas da morte.[71]

---

(64) É o único segredo, e quando este não basta, nada basta. (Cristina da Suécia)
– Convém não conhecer outra dependência. (Napoleão imperador)

(65) Péssimo para ele. Cumpre não estar nunca enfermo e tornar-se invulnerável em tudo. (Napoleão imperador).

(66) Grandes qualidades. (Cristina da Suécia)

(67) Não duvido. (Cristina da Suécia)

(68) Como a França esperou por mim depois do meu desastre em Moscou. (Napoleão em Elba)

(69) Bem que, politicamente falando, estivesse quase moribundo em Smolensk, nada tive que recear dos meus. (Napoleão em Elba)

(70) Já é muito para um moribundo. (Cristina da Suécia)
– Quanto a isso, não tive dificuldades. A notícia do meu desembarque em Fréjus bastava para anular quaisquer escolhas que me houvessem sido contrárias. (Napoelão primeiro-cônsul)

(71) Afinal de contas, quando se quer reinar gloriosamente, mais vale, falando de um modo geral, não pensar nisso. Tal pensamento teria paralisado os meus projetos mais arrojados. (Napoleão imperador)

Analisados, pois, todos esses atos do Duque, não me é lícito condená-lo.[72] Creio antes, conforme disse, dever apresentá-lo como exemplo a quantos pela boa sorte ou com as armas alheias ascenderam ao poder.[73] É que, tendo ele tamanho valor e tamanha ambição, não lhe era possível proceder de forma diversa.[74] O não se haverem cumprido os seus intentos, deve-se tão-só à brevidade da existência de Alexandre e à sua própria doença.[75] Quem, por conseguinte, em seu novo principado[76] acha necessário precaver-se contra os inimigos, granjear amigos, vencer pela força ou pela fraude, tornar-se amado e temido pelos povos, fazer-se respeitar e seguir pelos soldados, eliminar os que podem ou devem prejudicá-lo, substituir as antigas instituições por outras novas, ser severo e benquisto, magnânimo e liberal, dissolver a milícia infiel, criar uma nova, conservar as amizades dos reis e dos príncipes de maneira que eles tenham de favorecê-lo de bom grado ou combatê-lo com receio,[77] não encontrará exemplos mais recentes do que as ações de César Bórgia.[78]

Só uma censura cabe ao Duque. É a de ter concordado com a eleição de Júlio II para Papa. Foi uma escolha má,[79] efetivamente. Não lhe era facultado eleger um a seu talante;[80] estando, porém, em condições

---

(72) A sua malvadez e crueldade; o resto era admirável. (Cristina da Suécia)

(73) São bem ignorantes os escritorezinhos que disseram tê-lo ele indicado a todos os príncipes, inclusive aos que não estão nem podem estar no mesmo caso. Não conheço outro em toda a Europa, salvo eu, a quem este modelo pudesse convir. (Napoleão imperador)

(74) Não há glória nem riqueza dignas de serem adquiridas ao preço de crimes e nunca ninguém é grande ou feliz por este preço. Os maus governantes tiram benefícios da sua malvadez. (Cristina da Suécia)

– O que de análogo fiz era-me imposto como uma necessidade da minha situação e, por conseguinte, como um dever. (Napoleão imperador)

(75) Os meus reveses dependem de causas semelhantes, contra as quais nada podia fazer a minha inteligência. (Napoleão em Elba)

(76) É justamente disso que eu preciso. (Napoleão general)

(77) Tudo isso se faz melhor por meio da virtude do que do crime. (Cristina da Suécia)

(78) Julgo ser eu um exemplo, não apenas mais recente, senão também mais perfeito e sublime. (Napoleão imperador)

(79) Estava com a cabeça debilitada pela enfermidade. (Napoleão imperador)

(80) Tê-lo-ia deposto logo, se fosse eleito contra o meu gosto. (Napoleão primeiro-cônsul)

de obstar à eleição de um que não lhe convinha,[81] nunca devera permitir que cingisse a tiara qualquer dos cardeais por ele ofendidos antes ou dos que, uma vez pontífices, haveriam de olhá-lo com temor.[82] Na verdade, os homens ofendem por medo ou por ódio. Os que ele ofendera eram, entre outros, o titular de São Pedro em Víncula [isto é, Júlio della Rovere, que se tornou Papa Júlio II], o de Colonna, o de São Jorge e Ascânio.[83] Todos os demais, uma vez assentados no sólio, deviam temê-lo,[84] exceto o de Ruão e os espanhóis: estes por afinidades e obrigações,[85] aquele pelo poderio resultante da lua ligação com o reino de França. Portanto, o Duque devera, antes de mais nada, fazer papa a um espanhol ou, não podendo, consentir que fosse eleito o Cardeal de Ruão.

Nunca o titular de São Pedro em Víncula. Quem julga que nas grandes personagens os favores recentes dissipem da memória as antigas injúrias,[86] engana-se.[87] Errou, pois, o duque nessa eleição, causa última da sua ruína.

---

(81) Maquiavel engana-se. (Cristina da Suécia)

(82) Todos, menos o que foi eleito, sabiam ou previam que tinham de me recear. (Napoleão primeiro-cônsul)
– É sobretudo na eleição dos papas que Deus zomba da prudência humana. (Cristina da Suécia)

(83) Já passou o tempo em que o seu ressentimento podia atemorizar-me. (Napoleão imperador)

(84) Bastou o meu nome para fazê-los tremer; e obrigá-los-ei a vir como cordeiros até junto do meu trono. (Napoleão primeiro-cônsul)

(85) Que belo motivo para confiar nessa gente! Maquiavel tinha muito boa-fé. (Napoleão imperador)

(86) Parecem esquecer quando a paixão deles o quer; mas não nos devemos fiar nisso. (Napoleão imperador)

(87) Máxima verdadeira. (Cristina da Suécia)

Capítulo VIII

Dos que chegaram ao principado por meio de crimes

Havendo ainda dois meios de chegar um simples cidadão ao principado, para os quais não contribui inteiramente a fortuna ou a virtude [*virtù*], não me parece conveniente omiti-los, embora de um deles pudesse discorrer mais largamente caso fosse república o estado onde tal ocorre.[1] Esses meios são a prática de ações celeradas e nefandas[2] ou o favor dos outros concidadãos.[3] Quanto ao primeiro dos meios esclarecê-lo-ei com dois exemplos, um antigo, o outro moderno, sem descer a outras minúcias, pois, julgo eu, quem precisar dele não terá senão que imitar ditos exemplos.[4]

O siciliano Agatocles, de condição não só particular mas baixa e abjeta, tornou-se rei de Siracusa.[5] Filho de um oleiro, em todas as fases

(1) Dispenso-o. (Napoleão general)

(2) A expressão é sobremaneira condenatória. Que importância tem o caminho, desde que se chegue? Maquiavel comete um erro ao querer fazer o papel de moralista em semelhante assunto. (Napoleão general)

(3) Pode em qualquer tempo simular que o teve. (Napoleão general)

(4) Discrição de moralista, muito intempestiva em matéria de estudo. (Napoleão general)

(5) Esse, vizinho meu, como Hierão, e de época mais próxima do que ele, estará também na genealogia dos meus ascendentes. (Napoleão general)

da sua vida cometeu perversidades.[6] Apesar disso, acompanhou-as com tanto vigor [*virtù*] corporal e de ânimo[7] que, depois de entrar na milícia, chegou, subindo os postos desta, a ser pretor de Siracusa.[8] Em tal cargo decidiu empunhar o cetro, bem como conservá-lo pela violência sem dar satisfações a quem quer que fosse.[9] Tendo posto a par deste seu desígnio Amílcar, o cartaginês, que à testa dos seus exércitos se achava na Sicília[10] reuniu certa manhã o povo e o senado de Siracusa, como se houvesse necessidade de resolver questões de interesse do estado, e a um sinal combinado mandou matar por seus soldados todos os senadores e os mais ricos cidadãos. Uma vez eliminada essa gente, ocupou e manteve o poder sem nenhuma oposição civil.[11] Embora fosse em duas ocasiões vencido pelos cartagineses, e na última delas sitiado, não somente pôde defender a sua cidade, mas também, deixando parte das suas tropas em defesa dela, com as demais atacou a África, e em curto lapso de tempo libertou Siracusa do assédio e pôs os cartagineses em tais apuros que eles tiveram necessidade de se entender com ele, deixando-lhe a Sicília[12] e dando-se por satisfeitos com a posse da África.

Quem pois, examinar as ações e a virtude [*virtù*] desse, nada ou pouco verá em que a fortuna haja intervindo; porque, como acima disse, não foi com a ajuda alheia mas à custa de mil esforços e perigos que ele

(6) A constância nestas coisas é o indício mais seguro do meu gênio resoluto e ousado. (Napoleão general)

(7) Raramente alguém é malvado se tem inteligência e coração. (Cristina da Suécia) – De ânimo, sobretudo, que é o essencial. (Napoleão general)

(8) Chegarei a isso. (Napoleão general)

(9) Concedam-me o consulado por dez anos; não tardarei a obtê-lo como vitalício, e veremos! (Napoleão general)

(10) Prescindo de tal auxílio, embora necessite de outros. Mas estes são fáceis de obter. (Napoleão general)

(11) Veja-se o meu 18 de Brumário e os seus efeitos! Tem a vantagem de ser um recurso mais amplo, sem nenhum desses crimes. (Napoleão primeiro-cônsul)

(12) Consegui muito mais. Agátocles é um simples anão comparado comigo. (Napoleão imperador)

galgou os vários postos da milícia[13] e alcançou a suprema autoridade, onde se manteve por meio de corajosas e arriscadas decisões.[14] Não se pode, é verdade, chamar virtude [*virtù*] matar os próprios concidadãos, trair os amigos, faltar à palavra dada, não ter piedade nem religião, procedimentos esses que talvez abram as portas do poder, mas não as da glória.[15] Se, todavia, considerássemos a virtude [*virtù*] de Agatocles em arrostar e vencer os perigos e a sua força de ânimo em suportar e dominar a adversidade,[16] nenhuma razão acharíamos para o julgar inferior a qualquer dos chefes mais famosos.[17] Contudo, a sua fereza e atroz desumanidade, e os seus infinitos crimes impedem-nos de colocá-lo entre os homens ilustres.[18] Não é lícito, portanto, atribuir à boa sorte ou à virtude [*virtù*] o que ele conseguiu sem uma coisa nem outra.[19]

Nos nossos tempos, debaixo do pontificado de Alexandre VI, Oliverotto de Fermo,[20] órfão desde tenra idade, foi criado por um seu tio materno, de nome João Fogliani, e durante os primeiros anos da mocidade adestrado na arte militar sob o comando de Paulo Vitelli para, com os ensinamentos deste, alcançar algum posto importante da milícia.[21] Morrendo Paulo, ficou ele sob o comando de Vitellozzo, irmão do primeiro e, como possuía grande talento e espírito valo-

---

(13) Com o mesmo custo galguei-os eu. (Napoleão imperador)
(14) Já fiz as minhas experiências nesta matéria. (Napoleão imperador)
(15) Preocupações pueris, isso tudo! A glória acompanha sempre o bom êxito, seja qual for a maneira como o alcancemos. (Napoleão imperador)
– Isso está bem dito e é muito verdadeiro. (Cristina da Suécia)
(16) Triunfou dela melhor do que eu? (Napoleão imperador)
(17) Tenham a bondade de excetuar-me. (Napoleão imperador)
– Tudo está bem dito. (Cristina da Suécia)
(18) Outra vez, moral! Esse bom homem do Maquiavel carecia de audácia. (Napoleão imperador)
(19) Eu tinha a meu favor a cooperação de ambas. (Napoleão imperador)
– Ao contrário; todos esses crimes não impediram que ele tivesse virtude e fortuna. Nada se faz sem elas. (Cristina da Suécia)
(20) Que personagem astuta! Fez-me conceber excelentes idéias desde a minha meninice. (Napoleão general)
(21) Vaubois, foste o meu Vitelli. Sei mostrar-me reconhecido quando chega a oportunidade. (Napoleão general)

roso, tornou-se dentre em breve o principal homem da sua milícia. Achando, porém, coisa humilhante estar ao serviço de outrem, concebeu o projeto de se apoderar de Ferme com a aprovação de Vitellozzo e a ajuda de alguns habitantes desta cidade aos quais era mais cara a escravidão do que a liberdade de sua pátria.[22] À vista disso, escreveu ao tio, dizendo-lhe que, como tinha estado vários anos fora de casa, queria ir visitá-lo, assim como à sua cidade, e conhecer o estado do seu patrimônio. Acrescentava não se ter empenhado noutra coisa durante a sua ausência senão na conquista de honrarias, e para mostrar aos seus compatriotas que não se esforçava em vão, desejava apresentar-se com a máxima pompa e acompanhado de cem cavaleiros amigos e servidores seus.[23] Pedia-lhe, enfim, que mandasse os habitantes da cidade recebê-lo com todas as honras, o que seria uma distinção dirigida tanto a ele, Oliverotto, como ao próprio tio, na qualidade de seu primeiro mestre. Nada esqueceu João para satisfazer aos desejos do sobrinho, tendo-o feito acolher com toda a cortesia e amabilidade pela população de Fermo, em cujas casas se foi alojar o séquito dele. Alguns dias se passaram. Oliverotto então, depois de preparar tudo o que era necessário para o seu premeditado crime, ofereceu um banquete solene ao tio e a todos os principais vultos de Fermo.[24] Consumidas as iguarias e terminados os passatempos de uso em tais ocasiões, começou propositadamente a falar de certos assuntos sérios, referindo-se à grandeza do Papa Alexandre e de seu filho César, às empresas de ambos. Entabulou assim com os seus convidados uma conversação, no meio da qual se levantou de repente e, declarando não ser conveniente falar em tais assuntos senão em lugar mais reservado, retirou-se para um quarto, aonde o acompanharam João e os demais hóspedes. Nem sequer chegaram estes a sentar-se, quando dos esconderijos do aposento saíram soldados, que mataram João e todos os demais.[25] Praticado o homicídio, Oliverotto

(22) Reflexo de republicano. (Napoleão general)

(23) Que esperto! Há, em toda esta história de Oliverotto, muitas coisas que saberei aproveitar no momento oportuno. (Napoleão general)

(24) Isso assemelhava-se ao famoso banquete da igreja de Saint-Sulpice, que, ao regressar da Itália, após Frutidor, mandei os deputados oferecerem-me; mas a pêra ainda não estava madura. (Napoleão primeiro-cônsul)

(25) Ação indigna e malvada. (Cristina da Suécia)

montou a cavalo, atravessou a cidade e assediou o palácio do primeiro magistrado. Ninguém aí ousou resistir-lhe: todos tiveram de obedecer a ele, constituindo um governo do qual ele se fez chefe.[26] Após matar todos os que, por estarem descontentes, podiam prejudicá-lo,[27] consolidou a sua autoridade, criando novas leis civis[28] e militares[29] e assim, durante o ano em que governou,[30] além de desfrutar de segurança na cidade de Fermo, passou, também, a ser temido por todos os seus vizinhos. A sua derrocada teria sido tão difícil como a de Agatocles, se não se houvesse ele deixado enganar por César Bórgia quando este, em Sinigaglia, como se disse no anterior capítulo, agarrou os Orsinis e Vitellis, e também a ele, um ano após a perpetração do parricídio,[31] estrangulando-o junto com Vitellozzo,[32] seu mestre em virtude [*virtù*] e façanhas criminosas.[33]

Talvez pareça estranho que Agatocles e outros semelhantes a ele, após um sem-número de traições e crueldades, conseguissem viver por longo tempo em segurança na sua pátria e defender-se dos inimigos externos, sem que seus súditos conspirassem contra eles, enquanto outros, procedendo de igual forma, não puderam conservar o estado nem em tempos de guerra, nem sequer em tempos de paz. Por mim, creio ser

(26) Aperfeiçoei bastante esta manobra no dia 18 de Brumário, e principalmente no dia seguinte ao de Saint-Cloud. (Napoleão primeiro-cônsul)

(27) Bastava-me, no momento, assustá-los, dispersá-los e fazê-los fugir. Era necessário sustentar o que eu mandara dizer solenemente a Barras: que não me agradava ver correr sangue. (Napoleão primeiro-cônsul)

(28) Portanto, que concluam logo esse Código Civil, ao qual quero dar o meu nome! (Napoleão primeiro-cônsul)

(29) Isso dependia inteiramente de mim, e providenciei tudo de forma cômoda e aos poucos. (Napoleão primeiro-cônsul)

(30) Tolo, que deixa tirarem-lhe a vida junto com a soberania. (Napoleão em Elba)

(31) Com tal palavra de reprovação, finge Maquiavel transformar tudo isso num crime. Pobre coitado! (Napoleão primeiro-cônsul)

(32) Que horror! Deus pune o malvado por meio do malvado. (Cristina da Suécia)

(33) A gente bonachã dirá que Oliverotto bem o merecia e que Bórgia fora o instrumento de um justo castigo. Lastimo-o, no entanto, por Oliverotto. Esse fato não seria de bom agouro para mim se houvesse no mundo outro César Bórgia além de mim. (Napoleão imperador)

isto conseqüência do bom ou mau emprego que se faz das crueldades.[34] Bem empregadas podem-se chamar, se é lícito dizer bem do mal, às que alguém pratica de uma só vez[35] por necessidade de segurança,[36] sem nelas depois insistir,[37] mas antes transformando-as o mais possível em proveito para os súditos.[38] Mal empregadas são as que, embora pouco numerosas no começo, se multiplicam em vez de se extinguirem com o correr do tempo.[39] Os que adotam o primeiro modo de proceder podem, como Agatocles, com o auxílio de Deus e dos homens, prevenir as situações perigosas. Quanto aos outros, é impossível que se mantenham.[40] Daí se infere que, ao deitar a mão a um estado, deve o conquistador refletir nas ofensas que precisa de fazer, e fazê-las todas de uma vez[41] para não ter de renová-las todos os dias e poder, não as renovando, tranqüilizar os cidadãos, bem como, beneficiando-os, ganhá-los para a sua causa. Quem por timidez[42] ou maus conselhos[43] procede de maneira diferente, parece estar sempre de espada em punho[44] e nunca poderá ter confiança nos seus súditos, já que estes, a seu turno, pela força mesma das contínuas e sempre recentes injúrias, igualmente nen-

(34) Isso não está mal dito. (Cristina da Suécia)

(35) Se tivessem começado assim, como Carlos II e muitos outros, a minha causa estaria perdida. Todos esperavam por isso; ninguém o teria censurado; em breve o povo não haveria pensado mais no caso e ter-me-ia esquecido. (Napoleão em Elba)

(36) Por sorte, isso é o que menos os preocupa. (Napoleão em Elba)

(37) Se insistem por muito tempo nessas operações, acabarão prejudicando-se a si próprios. Quando a lembrança da ação que se deve castigar envelheceu, quem a pune não parecerá mais do que um homem genialmente cruel, porque aquilo que torna o castigo justo estará esquecido. (Napoleão em Elba)

(38) Era fácil. (Napoleão em Elba)

(39) Este método, o único que resta aos ministros, forçosamente ser-me-á favorável. (Napoleão em Elba)
– Há sem dúvida, males que só podem ser curados por meio de sangue e de fogo; em política, como em cirurgia, os cirurgiões piedosos não saram as feridas; matam o enfermo. (Cristina da Suécia)

(40) Não tardaremos a ter outra prova disso. (Napoleão em Elba)

(41) A conclusão é justa, e o preceito excelente. (Napoleão em Elba)

(42) Tudo quanto se faz por timidez é malfeito. (Cristina da Suécia)

(43) Uma e outra causa de ruína estão ao seu lado; a segunda está quase toda à minha disposição. (Napoleão em Elba)

(44) Quando lho permitem. (Napoleão em Elba)

huma poderão ter nele. As injúrias devem, pois, fazer-se todas de uma só vez, para que, durando menos, ofendam menos[45] e os benefícios aos poucos, para durarem mais.[46] Cumpre, outrossim, a um príncipe manter com os seus súditos relações tais, que nenhum acontecimento bom ou mau faça variá-las.[47] Se assim não for, quando os tempos adversos trouxerem a necessidade imprevista, ele não terá mais tempo para praticar o mal,[48] e o bem que fizer de nada servirá,[49] porque será considerado como uma imposição das circunstâncias e ninguém lho agradecerá.[50]

---

(45) Os que, tendo tomado muito tarde pelo caminho das injúrias, começam a fazê-las timidamente, e aos mais fracos, suscitam o protesto e a revolta dos mais fortes. Que isso nos sirva de guia. (Napoleão em Elba)

(46) Engana-se. É mister fazer-se temer e amar. Toda a questão reside aí. (Cristina da Suécia)
– Quando os distribuímos a mãos cheias, recebe-os muita gente que é indigna deles, e os outros não os agradecem. (Napoleão em Elba)

(47) Punir e recompensar bem; o que significa punir lastimando e recompensar regozijando-se. (Cristina da Suécia)
– Como se a gente fosse catavento! (Napoleão em Elba)

(48) Podemos sempre vingar-nos. (Cristina da Suécia)
– Tentá-lo-ão. (Napoleão em Elba)

(49) E então, por mais que se dê e prometa, de nada valerá, porque o povo permanece naturalmente insensível diante de quem cai por motivo de falta de previsão e longanimidade. (Napoleão em Elba)

(50) Os homens dificilmente esquecem as ofensas, mas facilmente esquecem os benefícios. (Cristina da Suécia)

Capítulo IX

Do principado civil

Tratemos agora do outro aspecto da questão, isto é, vejamos o que ocorre quando um cidadão torna-se príncipe de sua pátria, não por meio de crime ou de outra intolerável violência,[1] mas com a ajuda dos seus compatriotas. O principado assim constituído podemo-lo chamar civil, e para alguém chegar a governá-lo não precisa de ter ou exclusivamente virtude [*virtù*] ou exclusivamente fortuna, mas, antes, uma astúcia afortunada.[2] Pois bem, a ajuda nesse caso é prestada pelo povo ou pelos próceres locais.[3] É que em qualquer cidade se encontram estas duas forças contrárias, uma das quais provém de não desejar o povo ser dominado nem oprimido pelos grandes, e a outra de quererem os grandes dominar e oprimir o povo. Destas tendências opostas surge nas cidades, ou o principado ou a liberdade ou a anarquia.

---

(1) É o que eu queria; mas é difícil. (Napoleão general)

(2) Engana-se. (Cristina da Suécia)
– Este recurso não se acha, sem dúvida, fora do meu alcance e já me serviu com bom resultado. (Napoleão general)

(3) Com freqüência por ambos. (Cristina da Suécia)
– Trataremos de reunir, ao menos, as aparências de uma dupla ajuda. (Napoleão general)

O principado origina-se da vontade do povo ou da dos grandes, conforme a oportunidade se apresente a uma ou a outra dessas duas categorias de indivíduos: os grandes, certos de não poderem resistir ao povo,[4] começam a dar força a um de seus pares,[5] fazem-no príncipe,[6] para, à sombra dele, terem ensejo de dar largas aos seus apetites; o povo, por sua vez, vendo que não pode fazer frente aos grandes, procede pela mesma forma em relação a um deles para que esse o proteja com a sua autoridade.[7]

Quem chega à condição de príncipe com o auxílio dos magnatas conserva-a com maiores dificuldades do que quem chega com o auxílio do vulgo,[8] porque no seu cargo está rodeado de muitos que se julgam da sua iguala,[9] e aos quais, por isso, não pode manejar a seu talante. Aquele, porém, que sobe ao poder com o favor popular[10] não encontra em torno de si ninguém ou quase ninguém que não esteja disposto a obedecer-lhe.[11] Demais, não se pode honestamente satisfazer os poderosos sem lesar os outros,[12] mas pode-se fazer isso em relação aos pequenos,[13] porque o intento dos pequenos é mais

(4) É a situação do partido diretorial; recorramos a ele para aumentar a minha consideração aos olhos do povo. (Napoleão general)
(5) Ver-se-ão arrasados. (Napoleão general)
(6) Aceito esse vaticínio. (Napoleão general)
(7) Fá-lo-emos trabalhar em tal sentido, para que, por um motivo totalmente oposto, dirija-se ao mesmo fim que os diretoriais. (Napoleão general)
(8) Simularei tê-lo conseguido só por ele e para ele. (Napoleão general)
(9) Sempre me embaraçam terrivelmente. (Napoleão em Elba)
(10) Não logrei persuadir que me achava neste caso. Depois do meu regresso, procurarei trabalhar melhor para isso. (Napoleão em Elba)
(11) No entanto, eu os havia atraído até este ponto. (Napoleão em Elba)
(12) Os meus eram insaciáveis. Esses homens, oriundos de uma revolução, nunca se dão por satisfeitos. Fizeram-na só para enriquecer, e a cobiça cresce-lhes com o que adquirem. Se antecipadamente se põem ao lado do partido que vai triunfar e o favorecem, é apenas para obter os seus favores. Depois, destruirão aquele a quem elevaram, quando ele não tiver mais nada para dar-lhes, porque continuarão a querer receber. Haverá sempre o maior perigo em nos servirmos de tais partidários. Mas, como dispensá-los? Especialmente eu, que careço de outro apoio! Ah, se eu tivesse o título de sucessão ao trono, esses homens não poderiam vender-me nem prejudicar-me! (Napoleão em Elba)
(13) Os homens nunca se satisfazem. (Cristina da Suécia)

honesto que o dos grandes;[14] enquanto estes desejam oprimir, aqueles não querem ser oprimidos. Acresce ainda que diante de um povo hostil jamais um príncipe poderá sentir-se em segurança, por serem os inimigos demasiado numerosos. O inverso acontece com os grandes, pelo motivo mesmo de serem poucos.[15] De uma plebe adversa, o máximo que um príncipe pode esperar é ser por ela abandonado. Dos magnatas, porém, deve recear não só o abandono, senão também a revolta. É que eles, sendo mais perspicazes e astutos, ao pressentirem a tempestade, têm sempre tempo de se pôr a salvo, lisonjeando aquele que julgam venha a triunfar.[16] Por outro lado, o príncipe é obrigado a viver sempre com o mesmo povo; mas pode muito bem prescindir dos poderosos do momento, dada a faculdade que tem de fazer outros novos e desfazê-los todos os dias, de tirar-lhes ou dar-lhes autoridade conforme as suas próprias conveniências.[17]

Para melhor esclarecer esta parte, direi que temos de considerar os poderosos sob dois aspectos principais: ou procedem de forma que por suas ações ficam completamente ligados ao destino do príncipe, ou não. Os primeiros, desde que não sejam rapaces,[18] devemo-los honrar e amar.[19] Quanto aos segundos, cumpre-nos distinguir: há os que assim procedem por pusilanimidade e defeito natural de ânimo,[20] e neste caso devemos servir-nos deles, sobretudo quando são bons conselheiros,

---

(14) É do que se pode duvidar. (Cristina da Suécia)

(15) A questão se resume em ser o mais forte e o mais acautelado. (Cristina da Suécia)

(16) Parece incrível não tenha eu previsto que estes ambiciosos, sempre prontos a se anteciparem ao curso da fortuna, me abandonariam e, até, me entregariam ao inimigo, desde que eu caísse na adversidade! Farão a mesma coisa a meu favor, contra ele, enquanto me virem em situação firme, mas sempre dispostos a se recolocarem contra mim oportunamente, se o meu poder se mostrar vacilante. Por que não pude eu formar novos grandes homens? (Napoleão em Elba)

(17) Isso não é muito fácil, ou, pelo menos, não tanto quanto eu desejaria. Tentei fazê-lo a respeito de... e de F...; por causa disso, tornaram-se ainda mais perigosos. O primeiro entregou-me aos meus inimigos; o segundo, de quem preciso, conservou-se em situação dúbia, mas hei de trazê-lo para o meu lado de uma ou de outra forma. (Napoleão em Elba)
– Não raciocina mal de todo. (Cristina da Suécia)

(18) Não tenho quase nenhum desta espécie. (Napoleão imperador)

(19) Palavras muito úteis. (Cristina da Suécia)

(20) O bom conselheiro nunca é tímido. (Cristina da Suécia)

para que nos queiram bem na prosperidade e não tenhamos de receá-los na adversidade;[21] mas há também os que, não ligando o seu destino ao do príncipe, o fazem por cálculo e por ambição,[22] sinal de que pensam mais em si do que nele.[23] Contra estes, o príncipe que se acautele. Tema-os como se fossem inimigos declarados, porque no infortúnio contribuirão sempre para causar-lhe a ruína.[24]

Quem, portanto, se tornar príncipe com o favor do povo deve conservá-lo seu amigo; e isto não lhe será difícil, já que o povo só deseja estar livre da opressão. Mas quem chegar a essa altura com o bafejo dos poderosos, e contra a vontade do povo, busque, antes de mais nada, captar as simpatias deste, o que lhe será fácil quando o puser sob a sua proteção.[25] Os homens, quando recebem o bem de quem julgavam receber o mal,[26] mais agradecidos se mostram ao benfeitor. Por isso, o príncipe que protege o seu povo torna-o mais afeiçoado a si do que se tivesse chegado ao poder com o favor dele.[27] Muitos modos existem de granjear tal afeto. Contudo, variam tanto de povo para povo que não é possível estabelecer-lhe regra segura, e sobre eles guardarei silêncio. Limitar-me-ei a dizer que a um príncipe é forçoso ter a amizade do seu povo.[28] Sem ela, não encontrará salvação na hora da desdita.[29]

Nabis, príncipe dos espartanos, agüentou o assédio de toda a Grécia e de um exército romano cheio de vitórias, defendendo contra eles a sua pátria e o seu estado, e, para tanto, bastou-lhe, ao chegar o momento do perigo, manter vigilância sobre poucos indivíduos. Isto teria sido

---

(21) Isso não está mal dito. (Cristina da Suécia)
– Não sofro de semelhante mal. (Napoleão imperador)

(22) Assim é a maioria dos meus. (Napoleão imperador)

(23) Só um tolo duvidará disso. (Cristina da Suécia)

(24) Não conhecera bem esta verdade; o êxito fez-ma compreender com dureza. Poderei aproveitar-me dela no futuro? (Napoleão em Elba)

(25) Procurarei fazê-lo. (Napoleão general)

(26) Preciso, não obstante, de fortes contribuições e de numerosos soldados. (Napoleão general)

(27) Deve-se geralmente ser bondoso com todos e só fazer o mal por necessidade evidente. (Cristina da Suécia)

(28) Era este o meu ponto fraco. (Napoleão general)

(29) Mau recurso. (Cristina da Suécia)
– Deram-no a conhecer cruelmente. (Napoleão cônsul)

insuficiente, caso o povo lhe fosse inimigo. Se alguém pretender refutar esta minha opinião citando aquele mau provérbio, segundo o qual *quem constrói sobre o povo, constrói sobre lama,*[30] eu responderei que tal provérbio só é verdadeiro quando um simples cidadão julga poder estribar-se no povo e espera ser por ele salvo quando se vê oprimido pelos inimigos ou pelos magistrados. Em tal eventualidade, é muito comum esse indivíduo enganar-se, como aconteceu em Roma aos Gracos e em Florença a Jorge Scali. Quando, ao contrário, quem se arrima no povo é um príncipe capaz de comandar, um homem resoluto, que não se atemoriza ante a desventura e sabe com o seu valor e as suas leis incutir coragem em todos, nunca será por ele enganado e verá ter construído sobre fundamentos sólidos.[31]

Por via de regra, o governo de um desses estados começa a vacilar quando da ordem civil passa à monarquia absoluta.[32] O príncipe aí, exercendo a soberania de modo direto ou por meio de magistrados, encontra-se, no último caso, em situação mais débil e perigosa.[33] Depende destes funcionários, os quais, sobretudo nos momentos de adversidade, podem facilmente retirar-lhe o poder, colocando-se contra ele ou a ele desobedecendo.[34] Nos momentos de perigo já não tem o príncipe tempo para assumir autoridade absoluta, porque os cidadãos e os súditos, acostumados a receber as ordens dos magistrados, não estão propensos em tais circunstâncias a obedecer às dele.[35] Nas situações duvidosas faltar-lhe-ão sempre, pois, indivíduos que lhe inspirem confiança.[36] O príncipe não pode, com efeito, estribar-se no que vê em tempos

(30) Bem dito. (Cristina da Suécia)
– Sim, positivamente, quando o povo não passa de lama. (Napoleão general)

(31) Grandes palavras e belo raciocínio. (Cristina da Suécia)
– De tudo isso, faltou-me só a vantagem de ser amado pelo povo, e não obstante... Mas fazer-se amar na situação em que eu me encontrava, com as necessidades que tinha, era muito difícil. (Napoleão general)

(32) Isso depende das circunstâncias, e só é verdade quando somos os mais fortes e o queremos ser. (Cristina da Suécia)

(33) Raciocina bastante bem. (Cristina da Suécia)

(34) Veremos como isto acontece. (Napoleão em Elba)

(35) Conto com isso. (Napoleão em Elba)

(36) Ninguém deve confiar senão em si mesmo. (Cristina da Suécia)
– Onde os encontrará? (Napoleão em Elba)

tranqüilos, quando os cidadãos precisam do estado: aí todos se mostram pressurosos, todos prometem e, estando a morte longe, querem morrer por ele.[37] A maioria, porém, desaparece ao chegar a tempestade, justamente quando o estado precisa dos cidadãos. O risco desta experiência consiste, sobretudo, em não a podermos fazer senão uma vez.[38] Por isso, um príncipe avisado deve proceder de tal forma que os seus súditos tenham sempre necessidade do estado e dele.[39] Assim, nunca deixarão de lhe ser fiéis.[40]

(37) Belas palavras. (Cristina da Suécia)
– Não o vislumbram nestes protestos de amizade e cartas de felicitações que o tranqüilizam. Não sabem, pois, ainda como isto acontece! (Napoleão em Elba)

(38) Boa máxima. (Cristina da Suécia)
– Se eu saísse bem do apuro na primeira vez, desforrar-me-ia com vantagem enquanto pudesse, por mim ou por outro. (Napoleão em Elba)

(39) Nunca se pensa bastante nesta verdade. (Napoleão em Elba)

(40) Neste mundo todos dependemos uns dos outros. Raramente é indispensável fiarmo-nos em alguém, mas amiúde é indispensável fingir que nos fiamos. (Cristina da Suécia)

Capítulo X

Como se devem medir as forças de todos os principados

Ao examinar esses principados, cumpre não esquecer outra consideração; isto é, saber se um príncipe pode, em caso de agressão, defender sozinho[1] o seu estado ou se deve recorrer sempre à ajuda alheia.[2] Esclareçamos bem este ponto. Entendo estarem no primeiro caso os príncipes que têm homens e dinheiro suficientes para organizar um bom exército e dar batalha a quem quer que os venha atacar,[3] e no segundo os que não estão em condições de afrontar o inimigo em campanha, sendo forçados a refugiar-se dentro dos muros da sua cidade e a defender estes.[4] Falamos já dos que estão no primeiro caso, e mais adiante acrescentaremos o que ainda for oportuno. Aos do segundo caso, só nos cumpre aconselhá-los a abastecerem e fortificarem

(1) Como a França por meio das conscrições, embargos, etc. (Napoleão general)

(2) Desgraçados os que precisam dos outros. (Cristina da Suécia)
– Isto não vale nada. (Napoleão general)

(3) É só o que importa. (Cristina da Suécia)
– Com maior razão quando podem atacar e amedrontar os outros. (Napoleão general)

(4) Quando isso acontece, estamos perdidos. (Cristina da Suécia)
– Coisa bem triste! Não a desejaria para mim. (Napoleão general)

a sua cidade, sem se preocuparem com os campos.[5] Quem quer que haja feito isto e tenha procedido para com os seus súditos em conformidade do que dissemos nos antecedentes capítulos e do que ainda diremos nos seguintes será sempre atacado com grande temor. Nem pode ser de outro modo. Os homens repugnam às empresas onde vejam dificuldades, e não é possível achar fácil o ataque a uma cidade cujo chefe a protegeu bem e não é odiado pelo povo.[6] As cidades da Alemanha são libérrimas e têm ao seu redor poucas terras que lhes pertençam. Obedecem ao imperador quando lhes agrada e não receiam nem esse poderoso nem os demais vizinhos,[7] porque estão muito bem fortificadas e sabem que a sua expugnação há de forçosamente parecer sumamente demorada e difícil.[8] Todas, de fato, têm fossos e muros apropriados, suficiente artilharia, e guardam sempre nos depósitos públicos bebidas, comida e combustível para um ano.[9] Além disso, com o fim de poderem alimentar a plebe, sem prejuízo do erário público, têm sempre trabalho para dar-lhe, durante um ano, nas obras que são o nervo e a vida da cidade. Por último, dão grande valor aos exercícios militares, cuja prática mantêm viva por meio de inúmeros regulamentos.[10]

Um príncipe, pois, que tenha a sua cidade fortificada e viva em boas relações com os súditos, dificilmente será atacado. Todavia, se o for, acabará o atacante por retirar-se humilhado. É que as coisas terrenas são tão mudáveis que só raramente pode alguém permanecer um ano ocioso com exércitos diante de uma cidade, a sitiá-la.[11] Talvez me objetem

---

(5) Isto não me concerne. (Napoleão general)

(6) Achei-me, contudo, em tal caso; mas aproveitarei a primeira ocasião para fortificar a minha capital, sem que adivinhem o verdadeiro motivo disso. (Napoleão em Elba)

(7) Isso mudou muito. (Cristina da Suécia)

(8) Isso é bom para os tempos idos. Demais, não se trata aqui de atacantes franceses. (Napoleão general)

(9) Elas são venais. (Cristina da Suécia)

(10) De que serviram, na Alemanha e na Suíça, estas precauções contra o nosso entusiasmo? (Napoleão primeiro-cônsul)

(11) Que praça-forte resistirá tanto tempo se for atacada e não receber socorros? (Cristina da Suécia)
– Não costumo ficar rondando durante um ano, ociosamente, debaixo dos muros alheios. (Napoleão primeiro-cônsul)

que o povo, se possuir propriedades fora dos muros e as vir arder, ficará impaciente, e o seu interesse e o prolongamento do assédio lhe farão esquecer o príncipe. A isto respondo que um príncipe poderoso e destemido triunfará sempre de todas essas dificuldades, ora dando aos súditos a esperança de que o mal não durará muito, ora assustando-os com as crueldades do inimigo, ora tomando hábeis medidas de segurança contra os mais turbulentos.[12] Além disso, é de supor que o inimigo, ao chegar, ou seja, quando os ânimos dos cidadãos estão ainda ardorosos e inclinados à defesa, ateie fogo às terras, devastando-as. Por este motivo, o príncipe deve ter tanto menos receio quanto, depois de algum tempo, ao esfriarem os ânimos, já os prejuízos foram feitos, os males recebidos e nenhum remédio há mais. Então, como é da índole dos homens sentirem-se gratos quer pelos benefícios que fazem quer pelos que recebem,[13] o fato de que as suas casas tenham sido queimadas e as suas propriedades destruídas para a defesa do príncipe[14] leva o povo a achar que este lhe deve ser reconhecido, e mais estreitamente se une a ele.

Em conclusão, não será difícil a um príncipe avisado manter firme o espírito dos seus governados no começo e durante o assédio, desde que não lhes falte com que viver nem com que se defenderem.[15]

(12) O meio mais eficaz ou, melhor, único, é contê-los a todos empregando o terror; tiranizai-os, e eles não se insurgirão nem ousarão respirar. (Napoleão imperador)
(13) Não deixa de ter razão. (Cristina da Suécia)
(14) Seja ou não assim, pouco me importa. Não preciso disso. (Napoleão imperador)
(15) Com que se defenderem, que é o essencial. (Napoleão imperador)

Capítulo XI

Dos principados eclesiásticos

Agora só nos resta falar dos principados eclesiásticos. Nesses, todas as dificuldades consistem em adquirir-lhes a posse; porque, para isso, cumpre ter virtude [*virtù*] ou boa sorte. Para conservá-los, porém, nem de uma nem de outra coisa se necessita. As antigas instituições religiosas que lhes servem de base são tão sólidas e de tal natureza, que permitem aos príncipes manterem-se no poder seja qual for o modo como procedam e vivam.[1] Os chefes destes principados são os únicos que têm estados e não os defendem, que têm súditos e não os governam.[2] Os seus estados, embora indefesos, ninguém lhos tira, e os seus súditos, conquanto livres da tutela governamental, não se preocupam com isso, nem buscam ou podem subtrair-se à soberania deles.[3] Tais principados são, pois, os únicos seguros e felizes.[4] Mas, sendo eles regidos por causas superiores, impenetráveis à mente humana, deixarei

(1) Ah, se eu pudesse, em França, tornar-me o augusto e sumo pontífice da religião! (Napoleão general)

(2) Neste ponto, todos os príncipes de hoje são eclesiásticos. (Cristina da Suécia)

(3) Toda a Itália se encontra nessa situação, bem como grande parte da Europa. (Cristina da Suécia)

(4) Poderá alguém ser mais desditoso do que os povos do estado eclesiástico sob Inocêncio XI? (Cristina da Suécia)

de fazer-lhes referências. Seria mister de homem presunçoso e temerário o discorrer sobre estados instituídos e sustentados por Deus.[5]

Contudo, se me perguntassem como se explica que a Igreja, tão desprezada, antes de Alexandre,[6] pelos potentados italianos e, até por qualquer barão ou senhor, ainda o mais insignificante, possua agora tal grau de poderio no domínio temporal,[7] que faz tremer um rei de França,[8] chegando a ponto de o expulsar da Itália, e que arruína os venezianos;[9] se me perguntassem isto, eu julgaria conveniente recordar as razões do fato, embora elas sejam conhecidas.[10]

Antes de Carlos [VIII], rei de França, invadir a Itália, esta província achava-se debaixo do domínio do papa, dos venezianos, do rei de Nápoles, do duque de Milão e dos florentinos.[11] Cada um desses potentados tinha de evitar, primeiro, que um estrangeiro viesse com os seus exércitos à Itália,[12] segundo que qualquer dos outros se engrandecesse territorialmente.[13] Os que a tal respeito causavam maiores apreensões eram o papa e os venezianos. Para refrear os venezianos necessitava-se da união de todos os demais, como ocorreu na defesa de Ferrara; e para conter o papa utilizavam-se, os restantes, dos fidalgos de Roma,[14] os quais, por estarem divididos em duas facções, os partidários dos Orsinis e os dos Colonnas, viviam de armas em punho uns contra os outros aos próprios olhos do pontífice, enfraquecendo-o e conservando-o impotente.[15] Malgrado aparecesse de vez em quando um papa corajoso,

---

(5) Esta ironia, por certo, merecia todos os raios espirituais do poder temporal do Vaticano. (Napoleão general)
– Tem razão. (Cristina da Suécia)

(6) Digam lá o que quiserem, Alexandre VI foi um grande papa. (Cristina da Suécia)

(7) Hoje ninguém mais teme nem o poder temporal nem o espiritual. (Cristina da Suécia)

(8) Esse tempo passou. (Cristina da Suécia)

(9) Poder-se-ia fazer isso outra vez; bastaria querê-lo. (Cristina da Suécia)

(10) Julgas mal os interesses da tua reputação, e a corte de Roma não te perdoará essa história indiscreta. (Napoleão general)

(11) Donos em número excessivo. (Cristina da Suécia)

(12) Esse cuidado era bem justificado. (Cristina da Suécia)

(13) Isto, com o correr do tempo, não era possível. (Cristina da Suécia)

(14) Hoje em dia só se utilizam dele mesmo. (Cristina da Suécia)

(15) Que não diria atualmente Maquiavel se ainda vivesse! (Cristina da Suécia)
– Reflexões judiciosas... dignas de serem ponderadas. (Napoleão general)

como foi Sisto [IV], o seu saber e fortuna não lograram, todavia, livrá-lo de tais tropeços. O curto espaço de dez anos, tantos quantos eram em média os do pontificado, dificilmente consentia a um papa desembaraçar-se por completo de uma das facções.[16] Se um, por exemplo, chegava quase a destruir os partidários dos Colonnas, sucedia-lhe outro, inimigo dos Orsinis, que fazia ressurgir os Colonnas, sem ter tempo suficiente de aniquilar os Orsinis. Daí resultava ser a autoridade temporal do papa pouco temida na Itália.[17] Subiu depois ao sólio Alexandre VI, que mostrou, melhor que qualquer dos seus predecessores, quanto pode um papa fazer-se temer por meio da força e do dinheiro.[18] A sua intenção não era aumentar o poder eclesiástico, mas o do filho. Todavia, o que fez redundou no engrandecimento da Igreja,[19] a qual herdou o fruto das suas diligências após a morte dele e do duque. Sucedeu-lhe o Papa Júlio [II], e encontrou a Igreja poderosa, dona que era de toda a Romanha e anulada que fora em Roma pelas perseguições de Alexandre a força de todas as facções.[20] Achou, também, o caminho aberto para arranjar dinheiro, coisa jamais ocorrida antes de Alexandre.[21] Tudo isto Júlio não só conservou, mas ainda ampliou. Propôs-se conquistar Bolonha, eliminar os venezianos e expulsar os franceses da Itália;[22] empresas estas que, todas, foram coroadas de bom êxito, e com tanto mais glória para ele quanto tudo o que fez foi para engrandecer a Igreja[23] e não a um particular. Deixou, outrossim, as facções dos Orsinis e dos Colonnas na situação em que as encontrara;[24] e, embora houvesse

(16) Raciocina bem. (Cristina da Suécia)
(17) É duvidoso que tenha sido mais desprezada do que atualmente. (Cristina da Suécia)
– Eu também pouco a temo. (Napoleão general)
(18) O que não pode fazer um papa engenhoso com dinheiro e armas? (Cristina da Suécia)
– A seu tempo e em seu país. (Napoleão general)
(19) Realizou, sem dúvida, grandes coisas com instrumentos e meios detestáveis. (Cristina da Suécia)
(20) Teria gostado de fazer o mesmo na França. (Napoleão general)
(21) É no que não acredito. (Cristina da Suécia)
(22) Valoroso papa! (Cristina da Suécia)
– Eis o que se chama proceder como grande homem. (Napoleão general)
(23) É este o verdadeiro dever dos papas. (Cristina da Suécia)
(24) De todas as coisas é a única que me convém fazer na França. (Napoleão primeiro-cônsul)

entre eles algum chefe perigoso, permaneceram ambas submissas, porque de uma parte receavam a grandeza da Igreja[25] e de outra não tinham entre os seus membros nenhum cardeal, origem das lutas entre elas. Estas facções, na verdade, nunca ficarão quietas, enquanto tiverem no seu meio cardeais,[26] pois são estes que em Roma e fora dela mantêm os partidos de cuja defesa os barões de uma e outra família são obrigados a cuidar. Da ambição dos prelados nascem, assim, as discórdias e as lutas entre os barões.[27]

O domínio papal era, por conseguinte, sobremaneira forte quando Sua Santidade Leão [X] cingiu a tiara. E é de esperar que, assim como Alexandre e Júlio o tornaram grande com as armas, o novo pontífice o tornará grandíssimo e venerando com a bondade e as suas outras infinitas virtudes [*virtù*].[28]

(25) É o que importa. (Cristina da Suécia)
(26) Não seria nada mau ter eu ali cardeais que devessem a mim o seu chapéu encarnado. (Napoleão primeiro-cônsul)
(27) Valer-me-ei dela para o triunfo da minha. (Napoleão primeiro-cônsul)
(28) É o essencial. (Cristina da Suécia)

Capítulo XII

Dos soldados mercenários e das espécies de milícias

Já falei circunstanciadamente de todas as espécies de principados de que me propusera tratar; examinei, ao menos em parte, as causas de uns terem prosperado e outros não, e mostrei os modos pelos quais muitos buscaram adquiri-los e conservá-los. Assim, resta-me agora falar genericamente dos meios de ataque e defesa que pode empregar cada um dos referidos principados.

Dissemos, já antes, que a um príncipe é necessário ter sólidos alicerces, porque, se não, fatalmente ruirá. Os principais alicerces de qualquer estado, seja ele novo, velho ou misto, consistem nas boas leis e nos bons exércitos. E como não pode haver boas leis onde não há bons exércitos, e onde há bons exércitos é forçoso haver boas leis, eu deixarei de lado o assunto relativo às leis para falar dos exércitos.[1]

As tropas com que um príncipe defende o seu estado são ou próprias ou mercenárias ou auxiliares ou, ainda, mistas. As mercenárias e

(1) Por que, pois, aquele visionário do Montesquieu falou de Maquiavel em seu capítulo "Dos legisladores"? (Napoleão primeiro-cônsul)

auxiliares são inúteis e perigosas.[2] Se alguém toma por sustentáculo as tropas mercenárias, nunca terá tranqüilidade nem segurança, porque elas são desunidas, ambiciosas, sem disciplina, infiéis, corajosas diante dos amigos, covardes diante dos inimigos e sem temor de Deus. Com semelhantes tropas, um príncipe só poderá evitar a própria ruína enquanto puder evitar um ataque contra. si. Será pilhado por elas em tempo de paz, e pelo inimigo em tempo de guerra. A causa disso é que tais tropas não têm outro sentimento nem outro motivo que as faça lutar a não ser um pequeno estipêndio, e este não basta para lhes incutir a vontade de morrer por quem lho paga. Querem ser soldados do seu patrão quando ele não faz a guerra; mas, ao romper esta, querem fugir ou desligar-se do seu compromisso.[3]

Pouco me custaria demonstrar a verdade disso. Aí está o caso da Itália atual, cuja ruína deriva exclusivamente de se ter ela apoiado durante muitos anos nos soldados mercenários. Estes trouxeram, na verdade, algumas vantagens a um ou outro chefe, e pareciam valorosos enquanto combatiam entre si. Apenas, porém, veio um estrangeiro, mostraram logo o que realmente eram. Daí ter podido Carlos VIII tomar a Itália com o giz [isto é, sem luta, na frase atribuída a Alexandre VI]. Havia quem reputasse causa de tal fato os nossos pecados, e tinha razão. Os pecados, todavia, não eram os que ele supunha, mas aqueles a que me estou referindo. E como eram pecados de príncipes, esses também pagaram por eles.[4]

Desejo tornar ainda mais patentes os males que o emprego dessas tropas acarreta. Os capitães mercenários ou são homens de valor ou não. Se o são, ninguém pode confiar neles, pois sempre aspirarão à grandeza própria, seja oprimindo, para isto, o príncipe que lhes paga o

(2) Quando não se tem tropas próprias ou quando as mercenárias e auxiliares são mais numerosas, é evidente. (Napoleão general)

(3) Excetuo, porém, os suíços. (Napoleão em Elba)

(4) No tempo do autor, qualquer erro, fosse político, fosse moral, chamava-se pecado, e ninguém era mais indulgente com os erros dos estadistas do que o são hoje em dia os jansenistas com os pecados do vulgo. (Napoleão general)

soldo, seja oprimindo outros, fora das intenções dele.[5] Mas se o capitão não é valoroso [*virtuoso*],[6] leva em geral o príncipe à ruína. E se objetarem que quem quer que tenha as armas na mão fará o mesmo, seja ele mercenário ou não, responderei demonstrando a necessidade de um príncipe ou de uma república se utilizar de exércitos próprios. O príncipe deve pôr-se à testa deles e exercer ele próprio o ofício de comandante.[7] A República deve incumbir disso um dos seus cidadãos, e depois substituí-lo, se ele não revelar qualidades militares, ou fizer leis que o inibam de exorbitar da sua autoridade no caso contrário.[8]

A experiência ensina que somente os príncipes e repúblicas com exércitos próprios alcançaram progressos extraordinários; ao passo que as armas mercenárias só trazem prejuízo.[9] Além disto, é mais difícil uma república com exércitos próprios cair sob o jugo de um cidadão seu,[10] do que com tropas alheias.

Roma e Esparta viveram armadas e livres por muitos séculos. Os suíços são armadíssimos e libérrimos. Os cartagineses confiaram a sua defesa a soldados mercenários, e viram-se quase submetidos por eles ao fim da primeira guerra púnica, malgrado tivessem por chefes compatriotas seus. Filipe de Macedônia acabou por tirar a liberdade aos tebanos, de quem havia recebido o cargo de capitão das suas tropas após a morte de Epaminondas. Os milaneses, uma vez falecido o duque Filipe [Maria Visconti], assoldadaram Francisco Sforza para combater contra os venezianos, e este, após derrotar o inimigo em Caravaggio, uniu-se a ele para

(5) Exércitos formados por um predecessor inimigo, e que só estão realmente a nosso serviço a troco de pagamento, não passam de mercenários. (Napoleão em Elba)
(6) Eles o têm entre os seus partidários. (Napoleão em Elba)
(7) Sei-o; eles deveriam sabê-lo. Mas pode-o ele? (Napoleão em Elba)
(8) Não há decreto nem ordem que possa estorvá-los. Não se faz a lei, mas é ele quem a dita. (Napoleão general)
(9) Deve-se esperar por isto, quando não se dispõe senão de mercenários. (Napoleão general)
(10) Mas no fim pode cair. (Napoleão general)

tiranizar os seus patrões.[11] [Muzio] Sforza, seu pai, abandonou repentinamente a Rainha Joana de Nápoles, a cujo soldo estava; de modo que ela, para não perder o reino, foi obrigada a atirar-se nos braços do rei de Aragão.[12] Se os venezianos e florentinos em anos passados dilataram os seus domínios com tropas deste jaez, sem que os capitães delas se fizessem a si mesmos príncipes dos dois estados, mas, ao contrário, os defendessem,[13] foi, de uma parte, porque os florentinos tiveram o bafejo da sorte, e de outra parte porque dos capitães mais valentes [*virtuosi*], uns não saíram vencedores,[14] outros encontraram oposições,[15] e ainda outros volveram a sua cobiça para outras bandas.[16] Entre os primeiros está João Aucut [o chefe inglês, de tropas mercenárias, John Hawkwood]. Este, justamente por falta de triunfos, não nos deixou ver até onde ia a sua fidelidade; mas é fácil prever que, se os houvera conseguido, teria feito dos florentinos o que bem quisesse. Sforza esbarrou sempre na oposição dos Bracceschi [as tropas mercenárias de Andrea Braccio de Montone], e um e outro mutuamente se vigiavam.[17] Francisco[18] voltou as suas miras para a Lombardia, e Braccio para a Igreja e o reino de Nápoles.

---

(11) Pode-se fazer o mesmo com tropas que somente recebem soldo do Estado. Trata-se de infundir nelas o espírito próprio das tropas mercenárias, e isto é fácil quando se tem à disposição o orçamento militar, dadas as contribuições que ele proporciona. A facilidade é ainda maior quando alguém se encontra com as suas tropas em países longínquos onde elas não podem receber outras influências a não ser a do seu general. Que isto nos sirva de norma de proceder. (Napoleão general)

(12) Sejam quais forem os braços onde nos atiremos, ainda quando realizem o nosso principal desejo, acabarão por fazer-nos mais mal que bem. (Napoleão em Elba)

(13) Quase não teve outro título senão o de homem honrado, aquele famoso Bartolomeu Colleoni que, com tantas oportunidades para se tornar rei de Veneza, não o quis. Que tolice haver aconselhado, já moribundo, os venezianos a nunca deixarem nas mãos de outrem tanto poder militar com o que tinham conferido a ele! (Napoleão general)

(14) É com isto que convém principiar. (Napoleão general)

(15) Veremos depois se há oposições insuperáveis. (Napoleão general)

(16) Importante é ver o que promete mais. (Napoleão general)

(17) Era mister saber destruí-los. (Napoleão general)

(18) Sublime! É o melhor modelo. (Napoleão general)

Vamos, porém, ao que sucedeu não há muito tempo.[19] Os florentinos fizeram seu capitão a Paulo Vitelli, homem prudentíssimo, que de condição modesta tornara-se figura de grande fama. Se este houvesse tomado Pisa, evidentemente nada mais restaria aos florentinos senão apoiá-lo e obedecer-lhe, para evitar que ele passasse ao serviço do inimigo, colocando-os em situação irremediável.[20]

Examinando os feitos dos venezianos, veremos terem eles procedido segura e gloriosamente enquanto fizeram a guerra com a sua própria gente. Deu-se isto durante o tempo em que, limitando as suas ações à esfera marítima, seguiam com os seus gentis-homens e plebe armada os ditames da virtude [*virtù*].[21] Mas assim que começaram a combater em terra, puseram de lado essa virtude e adotaram os costumes existentes na Itália. No princípio das suas conquistas terrestres, como não possuíam domínio muito extenso e gozavam de grande renome, pouco receio tinham dos seus capitães. Quando, porém, ampliaram o território, o que ocorreu foi por obra de [Francisco, conde de] Carmagnola, então caíram em si. Conhecendo o alto valor [*virtù*] deste homem e vendo-o combater com pouco entusiasmo após terem vencido sob o seu comando o duque de Milão, compreenderam não lhes ser possível vencer com ele.[22] Todavia, não querendo nem podendo despedi-lo para não perderem o que haviam conquistado, tiveram de se livrar dele, matando-o.[23] Seguiram-se, como capitães, Bartolomeu de Bérgamo [Colleoni], Ruperto de São Severino, o conde Gitigliono e outros. Esses não inspiravam receio pelas vitórias, mas pelas derrotas: haja vista a batalha de Vailate [ou de Aquadello], onde num só dia os veneziados perderam o que tão penosamente tinham conquistado em oitocentos anos.[24] Na

(19) Porque não pudeste servir-me! (Napoleão primeiro-cônsul)
(20) O diretório murmurará e decretará o que lhe aprouver; eu, porém, continuarei sendo o que sou; e haverá mister, em verdade, que o meu exército me obedeça. (Napoleão general)
(21) Eis o grande benefício das conscrições. (Napoleão primeiro-cônsul)
(22) Eu teria compreendido muito mais depressa. (Napoleão imperador)
(23) É realmente o meio seguro. Devia eu tê-lo feito com mais freqüência do que o fiz. Duas vezes não bastavam; tudo me pode acontecer por não o ter feito pelo menos três vezes. (Napoleão imperador)
(24) Tanto pior para eles; e ainda não viram tudo. (Napoleão general)

verdade, destas armas nascem apenas conquistas vagarosas, tardias e insignificantes, e perdas repentinas e fabulosas.

E já que estes exemplos me levaram a falar da Itália, a qual desde muitos anos é governada pelas tropas mercenárias, quero destas falar partindo de época mais remota, para, conhecida a origem e os progressos delas, melhor se poder corrigir o erro.[25]

No tempo em que o imperador [do Santo Império romano-germânico] começou a ser expulso da Itália[26] e o papa a adquirir enorme autoridade do domínio temporal, este país subdividiu-se em numerosos estados.[27] Isso ocorreu porque as populações de muitas das grandes cidades se revoltaram contra os nobres, que antes, ajudados pelo imperador, as mantinham oprimidas, e o papa favoreceu-as para ganhar autoridade do domínio temporal.[28] De algumas dessas cidades os próprios habitantes se tornaram príncipes.[29] Veio assim a Itália a ficar inteiramente nas mãos da Igreja e de algumas repúblicas.[30] Como os novos governantes eram ou padres ou cidadãos não afeitos ao conhecimento das armas, uns e outros se puseram a assoldadar capitães mercenários. O primeiro que deu fama a tal tipo de milícia foi Alberico de Conio, natural da Romanha. Da escola deste descenderam, entre outros, Braccio e Sforza, que no seu tempo foram os árbitros da Itália. Depois vieram todos os demais, que até os nossos dias comandaram tais milícias.[31] E o resultado das suas qualidades militares [*virtù*] foi Carlos [VIII] invadir a Itália, Luís [XII] depredá-la, Fernando [o Católico] violá-la e os suíços vituperarem-na.[32] O método por eles adotado consistiu, antes de mais nada, em privar a infantaria de todo o valor, para aumentarem o próprio. Assim fizeram

(25) Digressão supérflua para mim. (Napoleão general)
(26) Restabelecerei ali o império. (Napoleão general)
(27) A divisão desaparecerá. (Napoleão general)
(28) Gregório VII, sobretudo, foi habilíssimo em tal matéria. (Napoleão general)
(29) Farei essas três forças atuarem simultaneamente para o meu exclusivo benefício. (Napoleão general)
(30) Tudo isso mudará. (Napoleão primeiro-cônsul)
(31) Pobres chefes de foragidos! (Napoleão general)
(32) A esses faço-os tremer, depois de ter feito, eu sozinho, tanto quanto estes três monarcas juntos; e isso contra exércitos muito mais formidáveis. (Napoleão primeiro-cônsul)

porque, não possuindo estado seu e vivendo da indústria da guerra, não podiam ganhar renome com poucos infantes, nem estavam em condições de sustentar muitos.[33] Limitaram-se à cavalaria, pois uns poucos cavaleiros lhes proporcionavam honrarias, sem os obrigar a grandes despesas. As coisas chegaram a ponto que, num exército de vinte mil soldados, nem sequer dois mil eram infantes.[34] Demais, tinham usado todos os meios para tirar a si mesmos e aos seus subordinados as fadigas e o medo, deixando de se matarem nos combates corpo-a-corpo, mas fazendo prisioneiros sem prêmio de captura.[35] À noite os soldados acampados nas cidades não atacavam os das terras, e estes por sua vez abstinham-se de atacar aqueles. Não faziam ao redor do acampamento paliçadas nem fossos, assim como não acampavam durante o inverno. Tudo isto, permitido pelos seus regulamentos militares, haviam-no eles imaginado para evitar, como se disse, a fadiga e os perigos.[36] Desta maneira levaram a Itália à escravidão e à vergonha.[37]

(33) Miserável! Lastimoso! (Napoleão general)
(34) Carece de sentido comum. E os elogiam! (Napoleão general)
(35) Covardia! Idiotice! Apunhalar, fazer em pedaços, estraçalhar, destruir, aterrar... (Napoleão general)
(36) Quando é possível, cumpre fazer o contrário, para ter boas tropas. (Napoleão general)
(37) Tinha forçosamente de acontecer. (Napoleão general)

Capítulo XIII

Das tropas auxiliares, mistas e próprias

As tropas auxiliares, o outro tipo de armas inúteis, são as que um príncipe pede emprestadas a outro poderoso para o virem ajudar e defender.[1] Assim fez em tempos recentes o Papa Júlio II, o qual, após os tristes resultados colhidos com as tropas mercenárias na empresa de Ferrara, decidiu-se pelas auxiliares e obteve a ajuda dos exércitos do rei Fernando de Espanha. Semelhantes tropas podem ser úteis e boas para os seus chefes,[2] mas são sempre perniciosas a quem as chama, porque, se forem derrotadas, ele também o será, e se vitoriosas, tê-lo-ão à sua mercê.[3] Embora não faltem na história antiga exemplos disto,[4] eu quero deter-me nesse de Júlio II. Se a resolução por este papa adotada, de se entregar completamente nas mãos de um forasteiro para tomar Ferrara, não lhe foi funesta, deve-o à sua boa fortuna, que fez nascer

(1) Inúteis! É um termo forte demais. Devemos imaginar o meio de incutir-lhes a idéia de uma incorporação nas nossas tropas, por meio de estratagema de uma confederação ou de união com o grande império. (Napoleão primeiro-cônsul)

(2) É o que me basta. (Napoleão, primeiro-cônsul)

(3) O meu sistema de aliança deve prevenir estes dois inconvenientes. (Napoleão primeiro-cônsul)

(4) Eu, que devia confirmá-la, vi-me na realidade destinado a desmenti-la. (Napoleão em Elba)

uma terceira solução.[5] De fato, tendo sido as suas tropas auxiliares derrotadas em Ravena, entraram em campo os suíços que, contra a expectativa dos demais e dele próprio, arrebataram a vitória aos vencedores. Isso o livrou de cair prisioneiro dos inimigos ou das suas próprias tropas: daqueles, por terem fugido; destas, porque não tinham sido elas quem conquistara a vitória.[6]

Vejamos outros exemplos. Achando-se inteiramente desarmados, os florentinos levaram consigo dez mil franceses para tomar Pisa, decisão que lhes acarretou maiores perigos do que os experimentados em qualquer outra época da sua história. O imperador de Constantinopla, para se opor aos seus vizinhos, colocou na Grécia dez mil turcos, os quais, acabada a guerra, não quiseram mais ir-se embora,[7] vindo isto, assim, a constituir o princípio de escravidão da Grécia debaixo dos infiéis.[8]

Por conseguinte, só quem não quer vencer[9] pode pensar em servir-se de tais tropas muito mais perigosas do que as mercenárias. É que, pelo fato de estarem unidas e de obedecerem a outrem, elas nos trazem inevitavelmente a ruína. Já as mercenárias, não constituindo um corpo só e tendo sido, além disso, procuradas e pagas por quem as emprega, precisam, após a vitória, de mais tempo e oportunidade para se volverem contra ele; e o próprio chefe que, por incumbência do príncipe, as comanda, não pode adquirir logo autoridade suficiente para o prejudicar. Em suma, nas tropas mercenárias o mais perigoso é a corvadia, nas auxiliares o valor [*virtù*].[10]

Todos os príncipes ajuizados sempre evitaram tropas desta espécie, recorrendo às próprias e preferindo perder com estas a vencer com as alheias. Nunca se lhes afigurou verdadeiro triunfo o conquistado com

(5) Essas terceiras soluções não causarão senão pesados contratempos à minha boa fortuna. (Napoleão em Elba)
(6) Isso é que se chama ser afortunado e vencer como papa. (Napoleão general)
(7) Por certo faremos o mesmo na Itália, onde só entramos expulsando os coligados. (Napoleão general)
(8) Nisso a Itália teve mais sorte. (Napoleão imperador)
(9) Tolo! Poderá haver outros dessa força? (Napoleão imperador)
(10) Sublime e muito profundo. (Napoleão imperador)

as armas de outrem. A este respeito, jamais vacilarei[11] em mencionar César Bórgia e as suas ações. O duque entrou na Romanha com tropas auxiliares compostas de franceses, e com elas tomou Imola e Forli.[12] Mas em seguida, não reputando seguras tais tropas e achando que corria menos riscos com as mercenárias, assoldadou os Orsinis e os Vitellis. Mais tarde, porém, como verificasse que a lealdade destas era igualmente duvidosa, dissolveu-as e passou a fazer uso das próprias.[13] Para bem aquilatarmos as conseqüências do emprego de uma ou outra dessas armas, basta-me comparar a autoridade desfrutada pelo duque enquanto teve os Orsinis e Vitellis ao seu serviço com a quem granjeou, ao se apoiar nos seus próprios soldados e em si mesmo. Veremos ter sido esta muito superior à precedente e haver chegado ao mais alto grau quando todos se capacitaram de que ele era inteiramente senhor dos seus exércitos.

Eu não queria afastar-me dos exemplos italianos e recentes; todavia, sou obrigado a lembrar Hierão de Siracusa, do qual já antes falei.[14] Este, conforme disse, depois de escolhido pelos siracusanos para chefe dos exércitos, compreendeu logo que aquela milícia mercenária de pouco lhe valeria, justamente pelas qualidades dos seus comandantes, do mesmo tipo dos nossos italianos; e parecendo-lhe que não era possível nem conservá-los nem despedi-los, mandou matar todos.[15] Depois disso fez a guerra com as armas próprias e não com as alheias.[16]

Quero ainda lembrar uma passagem do Velho Testamento, bem apropositada.[17] Oferecendo-se Davi a Saul para ir combater contra Golias,

(11) Por que vacilar? Porque não apreciavas os seus dotes morais, odiados por muitos tolos. Mas que relação tem isto com a política? (Napoleão general)
(12) O que é que não se toma com essas tropas? Mas quanto a conservá-lo, não sei. (Napoleão general)
(13) Sempre estas, de preferência a quaisquer outras. (Napoleão general)
(14) Maquiavel lisonjeia-me, recordando outra vez este herói da minha genealogia. (Napoleão general)
(15) Feliz por tê-lo podido fazer e mais ainda por tê-lo feito. (Napoleão imperador)
(16) É sempre mau dividir com outrem, por dever, qualquer parcela de glória ou de poder adquiridos. (Napoleão general)
(17) A escolha deste exemplo é uma ingenuidade. (Napoleão general)

provocador filisteu, Saul, para lhe dar coragem, armou-o com as suas próprias armas. Davi, porém, mal as empunhou, restituiu-lhas, dizendo que elas lhe impediam o livre uso das suas forças, razão pela qual preferia ir ao encontro do inimigo com a sua funda e a sua faca.

A realidade é que as armas alheias ou nos caem das mãos ou pesam sobre os nossos ombros ou nos apertam.

Carlos VII, pai de Luís XI, depois de ter com a sua fortuna e virtude [*virtù*] libertado a França dos ingleses, compreendeu esta necessidade de se armar com armas próprias,[18] e ordenou em seu reino a criação de milícias de cavalaria e infantaria. Mais tarde o rei Luís, seu filho, dissolveu a de infantaria e começou a assoldadar os suíços.[19] Este erro, repetido por outros, é, como se vê agora, origem dos perigos que ameaçam aquele reino. De feito, com a extinção da infantaria e com a força dada aos suíços, Luís humilhou as suas próprias armas, pois colocou na dependência das tropas alheias a sua cavalaria, a qual, habituando-se a travar batalha ao lado dos suíços, acabou por persuadir-se de que não pode vencer sem eles.[20] Daí serem os franceses maus soldados diante dos suíços, e sem os suíços não saberem pelejar contra os outros.

Os exércitos da França eram, como se viu, mistos, isto é, em parte mercenários e em parte próprios; exércitos esses que em conjunto são muito melhores que os simplesmente mercenários ou os simplesmente auxiliares, mas muito inferiores aos próprios.[21] Se as instituições militares de Carlos tivessem sido conservadas e ampliadas, o reino de França seria invencível.[22] Os homens, porém, são pouco prudentes e começam certas coisas aparentemente promissoras

(18) Necessitam de tempo e de experiências funestas para compreender o que lhes é indispensável. (Napoleão em Elba)

(19) Tolo! Nem sempre, porém. Via as coisas a seu modo. Olhava para a França como para um prado que podia ceifar todos os anos, tão rente como quisesse. Teve também o seu homem de Saint-Jean d'Angeli e houve-se muito bem na questão de Odet. (Napoleão primeiro-cônsul)

(20) Que diferença! Não há um único soldado meu que não se julgue capaz de vencer sozinho. (Napoleão imperador)

(21) Em grandíssima parte. (Napoleão general)

(22) É invencível; porque lhe dei outras ainda melhores. (Napoleão imperador)

sem darem tento da peçonha que nelas se encerra, tal como já disse ao falar das febres da tuberculose. Quem num principado só conhece os males quando eles surdiram à superfície, não é verdadeiramente sábio; e só a poucos é dado sê-lo.[23] Se procurarmos o germe da queda do Império Romano, achá-lo-emos no assalariamento dos godos para o serviço das armas. Desde que isso começou, começaram também a debilitar-se as forças desse império,[24] adquirindo os outros todos aquele vigor [*virtù*] que ele perdia.

Do exposto concluo que, sem possuir exércitos próprios, nenhum principado está seguro[25] e, ao contrário, fica dependente de destino, por não ter quem o defenda na adversidade. Recordemos aqui que a opinião e sentença dos homens atilados sempre foi *quod nihil sit tam infirmum aut instabile, quam fama potentiae nun sua vi nixa* [que nada há tão débil e instável como a fama do poder que não assenta na força própria].

As armas próprias são as formadas ou por súditos ou por servidores do príncipe. Todas as outras são mercenárias ou auxiliares. Será fácil achar a maneira de as constituir,[26] em se refletindo nos exemplos que citei e observando como procederam Filipe, pai de Alexandre Magno, e muitas repúblicas e príncipes. Deixarei que esse procedimento fale por si mesmo.[27]

(23) Ainda neste século de tantas luzes... (Napoleão em Elba)
(24) O mesmo pensei eu, lendo pela primeira vez, quando menino, a história dessa decadência. (Napoleão general)
(25) Os vossos não são vossos, porém meus. (Napoleão em Elba)
(26) Não para eles. Ou, pelo menos, não tão cedo. (Napoleão em Elba)
(27) Está bem. O meu procedimento, porém, talvez fale ainda melhor. (Napoleão primeiro-cônsul)

Capítulo XIV

Dos deveres de um príncipe no tocante à milícia

Do precedente capítulo se deduz que um príncipe não deve ter outro fito ou outro pensamento, nem cultivar outra arte, a não ser a da guerra, juntamente com as regras e a disciplina que ela requer;[1] porque só esta arte se espera de quem manda, e é tão útil que, além de conservar no poder os príncipes de nascimento, com freqüência eleva a tal altura simples cidadãos.[2] Em contraste, os príncipes que cuidaram mais das delícias da vida do que das armas perderam os seus estados.[3] E como o desprezo da arte da guerra determina esta perda, assim o estar nela bem adestrado determina aquela ascensão.

Francisco Sforza, pelo fato de possuir bons exércitos, de particular tornou-se duque de Milão,[4] e seus filhos, por desejarem fugir às fadigas e aos incômodos das armas, de duques tornaram-se par-

(1) Dizem que vou pegar da pena para escrever as minhas "Memórias". Escrever, eu? Tomar-me-iam por néscio. Já é bastante que meu irmão Luciano faça versos. Entreter-se com mais puerilidades é renunciar ao cetro. (Napoleão imperador)
(2) Demonstrarei uma coisa e outra. (Napoleão imperador)
(3) É inevitável. (Napoleão em Elba)
(4) E eu então!... (Napoleão em Elba)

ticulares.[5] Entre as causas do mal resultante de se estar desarmado inclui-se o desprezo que isto suscita, desprezo[6] que é uma das vergonhas de que um príncipe se deve resguardar, como veremos mais adiante. Um príncipe armado não pode comparar-se com um desarmado. Diz-nos a razão que quem está armado obedece com relutância a quem o não está,[7] e que o desarmado não se encontra seguro entre servidores armados.[8] O desdém de uns e a desconfiança dos outros impedem qualquer cooperação proveitosa.[9] Por isso um príncipe que não entenda de milícia, além de outras infelicidades já mencionadas, tem a de não ser estimado por seus soldados nem poder fiar-se neles.[10] Como conseqüência, ao regente de um principado cumpre dedicar-se com afinco aos misteres da guerra, sobretudo em tempos de paz. Pode-se fazer de duas maneiras: pelas ações e pelo estudo. Pelas ações, conservando os seus exércitos bem disciplinados e adestrados, entregando-se às caçadas, com as quais acostumará o corpo às fadigas e, ao mesmo tempo, aprenderá a conhecer a natureza dos lugares, os pontos onde nascem as serras e onde se abrem os vales; vendo como se apresentam as regiões de planícies, e esforçando-se por reter na memória o curso dos rios e a configuração dos pântanos.[11] Tais conhecimentos dão-lhe uma noção mais perfeita do território do seu estado e permitem-lhe organizar melhor a defesa dele. Outrossim o príncipe, mediante o conhecimento e a freqüentação desses lugares, fará prontamente idéia de como há de ser a natureza de outras regiões que precise de estudar. É que, como as colinas, os vales, as planícies, os rios, os pântanos existentes, por exemplo, na Toscana, têm certa semelhança com os de outras regiões, o conhecimento dos lugares de uma região

(5) Como eles ficarão dentro em breve. (Napoleão em Elba)
(6) A espada e as dragonas por si sós não o evitam, se não há mais alguma coisa. (Napoleão imperador)
(7) Pois não o estais vendo? (Napoleão em Elba)
(8) E eles pensam que o estão! (Napoleão em Elba)
(9) Ainda que eu não me intrometesse nisso. (Napoleão em Elba)
(10) Que segredo lhes revelas, Maquiavel! Mas eles não te lêem nem te lerão nunca! (Napoleão em Elba)
(11) Aproveitei-me dos conselhos. (Napoleão imperador)

facilita o conhecimento dos de outra.[12] Ao príncipe não possuidor desta ciência prática faltará o predicado indispensável a todo o cabo de guerra; porque ela é quem ensina a achar o inimigo, a tomar os alojamentos, a dirigir os exércitos e regular as marchas, a apossar-se do terreno mais vantajoso.[13]

Filipômenes, príncipe dos acaianos, entre os demais louvores que mereceu aos escritores, tem o de não haver pensado noutra coisa em tempos de paz senão nos modos de fazer a guerra.[14] Quando andava pelas campinas com os amigos, detinha-se freqüentemente a refletir com eles. Se os inimigos estivessem em cima daquela colina, e nós nos encontrássemos aqui, qual dos dois teria vantagem? Como poderíamos ir atacá-los mantendo as tropas ordenadas? Se nos quiséssemos retirar, como deveríamos proceder? Se fossem eles que se retirassem, qual a melhor forma de lhes seguirmos no encalço?[15] E enquanto caminhava, ia-lhes apresentando todas as conjunturas em que se pode achar um exército: ouvia-lhes os pareceres, dizia o seu, ajuntando as razões. Assim, mercê dessa constante reflexão sobre a arte da guerra, ficou habilitado a resolver qualquer situação que durante as campanhas se lhe deparasse.[16]

Quanto, porém, ao estudo, deve o príncipe ler a História,[17] meditar nas ações dos homens ilustres, examinar como se portaram nas guerras, investigar as causas das suas vitórias e derrotas, para fugir destas e obter aquelas. Releva-lhe, sobretudo, escolher entre os mais celebrados heróis da Antiguidade um modelo, cujas façanhas lhe estejam sempre vivas na memória,[18] fazendo, destarte, como se diz terem feito Alexandre Magno com respeito a Aquiles, César com

(12) Acrescentem-se a isto boas cartas topográficas. (Napoleão general)
(13) Utilizei bem os teus conselhos? (Napoleão general)
(14) Nela penso até dormindo... se é que alguma vez durmo. (Napoleão general)
(15) Quantas vezes fiz eu o mesmo desde a minha mocidade! (Napoleão imperador)
(16) Nunca se prevêem todas; porém, ainda que não seja fácil, acaba-se encontrando de súbito o remédio. (Napoleão general)
(17) Desgraçado o estadista que não a lê! (Napoleão em Elba)
(18) Por que não escolher mais de um, que porventura seja superior a todos os outros? Gostei de Carlos Magno, mas César, Átila, Tamerlão não são para desprezar. (Napoleão general)

respeito a Alexandre, e Cipião [o Africano] com respeito a Ciro. Quem quer que leia a vida de Ciro, escrita por Xenofonte, reconhece, lendo depois a de Cipião, quanto este se cobriu de glória por haver imitado aquele e quanto seguiu, na castidade, no trato afável, na clemência e generosidade, tudo o que de Ciro escreveu Xenofonte.[19]

São estas as regras que a um príncipe avisado convém observar. Em vez de permanecer ocioso durante os anos de paz, deve esforçar-se por acumular cabedais que lhe sejam úteis no infortúnio, a fim de, em mudando a sorte, estar preparado para resistir-lhe aos golpes.

(19) Observação tola. (Napoleão general)

Capítulo XV

Das coisas pelas quais os homens, e mormente os príncipes, são louvados ou censurados

Resta-nos agora ver de que forma deve um príncipe proceder para com os amigos e súditos. Como não ignoro terem muitos escrito a esse respeito, receio que, ao fazê-lo também, me tachem de presunçoso, por eu divergir, especialmente nesta matéria, das opiniões dos outros.[1] Em todo o caso, sendo minha intenção escrever coisa útil para quem saiba entendê-la, julguei mais conveniente ir atrás da verdade efetiva[2] do que das aparências,[3] como fizeram muitos imaginando repúblicas e principados que nunca se viram nem existiram[4]. Entre como se vive e como se devia viver há tamanha diferença, que aquele que despreza o que se faz pelo que se deveria fazer aprende antes a trabalhar em prol da sua ruína do que da sua conservação. Na verdade,

(1) Primeira advertência necessária para se compreender bem Maquiavel. (Napoleão primeiro-cônsul)

(2) Ver sempre as coisas como são. (Napoleão primeiro-cônsul)

(3) As fantasias de Platão valem, na prática, quase tanto como as de Jean-Jacques Rousseau. (Napoleão primeiro-cônsul)

(4) É a esse respeito que os estadistas julgam os visionários da moral e da filosofia. (Napoleão primeiro-cônsul)

quem num mundo cheio de perversos pretende seguir em tudo os ditames da bondade, caminha para a própria perdição.[5] Daí se infere que o príncipe desejoso de manter-se no poder tem de aprender os meios de não ser bom e a fazer uso ou não deles, conforme as necessidades.[6]

Deixando, pois, de lado as coisas imaginárias para só falar das verdadeiras, tenho a dizer que o julgamento dos homens, sobretudo dos príncipes, pela sua mais elevada condição, se faz de acordo com algumas dessas qualidades que lhes valem ou censura ou louvor. A um chamam liberal, a outro mesquinho (empregando o termo no sentido toscano, porque, na língua nossa, avarento é também o que deseja enriquecer por meio de rapina, e mesquinho unicamente o que evita em demasia gastar os seus haveres), a um reputam-no dadivoso, a outro rapace, a este cruel, àquele piedoso, a estroutro desleal, àqueloutro fiel, a um efeminado e pusilânime, a outro feroz e destemido, a um modesto, a outro soberbo, a um lascivo, a outro casto, a um íntegro, a outro astuto, a um inflexível, a outro brando, a um austero, a outro leviano, a um religioso, a outro ímpio, e assim por diante.[7] Todos hão de achar, bem sei, que seria muito louvável possuísse um príncipe, dentre as qualidades mencionadas, somente as boas.[8] Não sendo, porém, possível tê-las todas nem observá-las integralmente, porque não o permitem as condições humanas, cumpre-lhe ser bastante cauteloso para saber furtar-se à vergonha das que lhe ocasionariam a perda do estado e, em certos casos, também à daquelas que não lha ocasionariam,[9] embora estas menos receio lhe devam inspirar.[10] Releva, outrossim, que não tema incorrer no opróbrio dos defeitos mencionados, se tal for indispensável para salvar o estado. É que, ponderando bem, encontrará algo com aparências de virtude [*virtù*], cuja adoção lhe trará a ruína, e algo com aparência de defeito, que o conduzirá a uma situação de segurança e de bem-estar.

---

(5) Se nem todos são maus, os que não possuem tais recursos e atividade que é como se todos o fossem. Os mais perversos são, em geral, os que ao nosso lado afetam ser os melhores. (Napoleão imperador)

(6) Digam o que quiserem. O essencial é a gente manter-se e conservar a boa ordem do estado. (Napoleão primeiro-cônsul)

(7) Escolhei, se puderdes. (Napoleão primeiro-cônsul)

(8) Sim, como Luís XVI. Mas acaba-se também perdendo o reino e a cabeça. (Napoleão imperador)

(9) Conselho de moralista. (Napoleão imperador)

(10) Quanto a isto, pouco se me dá o "que dirão". (Napoleão imperador)

Capítulo XVI

Da prodigalidade e da parcimônia

Comecemos, pois, pelas primeiras dentre as qualidades referidas. Direi que seria bom passar por liberal. Contudo, a liberalidade exercida sem que se tire fama de liberal prejudica-nos, porquanto, se dela usamos com sabedoria [*virtuosamente*], como convém, não a tornaremos conhecida,[1] e não impedirá que nos atribuam o vício contrário. Efetivamente, quem deseja ter entre os homens a fama de liberal não deve omitir nenhuma espécie de suntuosidade; e um príncipe que proceder desta forma consumirá todas as suas posses, vendo-se no fim obrigado, se quiser conservar essa fama, a sobrecarregar o povo de impostos, a fiscalizar bem a cobrança, a empregar, em suma, todos os meios úteis à obtenção de dinheiro. Isso começará por torná-lo odioso aos olhos dos súditos,[2] e, como ficou pobre, perderá a estima de todos. Destarte, após ter lesado muitas pessoas para dar largas à sua prodigalidade, com a qual só beneficiou poucas, ver-se-á em apuros ao menor embaraço[3] e o seu

(1) És também muito evangélico. De que valeria ser liberal, se não fosse para satisfazer o interesse e a vaidade? (Napoleão primeiro-cônsul)

(2) Isso me diz respeito até certo ponto; mas recobrarei a estima com façanhas enganadoras. (Napoleão imperador)

(3) Irei em busca de dinheiro em todos os países estrangeiros. (Napoleão imperador)

domínio correrá perigo.[4] Se, caindo então em si, quiser emenda a mão, será acoimado de sovina.[5]

Por conseguinte, já que não pode, sem prejuízo próprio, entregar-se à liberalidade de forma notória, um príncipe sábio pouca importância deve dar ao epíteto de sovina. Com o correr do tempo, e à medida que por meio de parcimônia ele for deixando patente que as suas receitas lhe bastam, será tido cada vez mais na conta de dadivoso, podendo assim defender-se de quem lhe faz guerra, bem como atirar-se a empresas, sem onerar o povo.[6] Desta maneira parecerá de fato liberal aos olhos de todos aqueles de quem nada tira, que são numerosíssimos, enquanto apenas aqueles a quem não dá, que são poucos, lhe imputarão a qualidade de miserável.[7]

Nos nossos tempos, só vimos fazerem grandes coisas os que passaram por avarento. Os demais foram personagens sem relevo. Tendo-se valido da nomeada de liberal para subir ao sólio,[8] o Papa Júlio II absteve-se, depois, de alimentar essa fama, porque desejava preparar-se para atacar o rei de França. Por meio de economia pôde fazer muitas guerras sem lançar um imposto extraordinário sobre os seus súditos.[9] O atual rei de Espanha [Fernando, o Católico], se gozasse da reputação de generoso não teria realizado vitoriosamente tantas empresas.[10]

Um príncipe, portanto, que queira fugir à necessidade de roubar os súditos e ter sempre com que se defender, que não deseje tornar-se pobre e desprezado, nem ser compelido à rapacidade, mantenha-se indiferente às acusações de sovina, pois a avareza é um dos defei-

---

(4) Ave de mau agouro, espero que nisto tenhas mentido! (Napoleão imperador)
(5) A mim pouco me inquietaria. (Napoleão imperador)
(6) Espírito medroso! (Napoleão imperador)
(7) Pobre coitado! (Napoleão imperador)
(8) A palavra "liberal", entendida metafisicamente, serviu-me quase que da mesma forma. As expressões "idéias liberais", "modo de pensar liberal", que pelo menos não arruínam e aformoseiam os ideólogos, são, contudo, de minha invenção. Ideado por mim, este talismã aproveitará à minha causa e falará sempre a favor do meu reinado, ainda que em poder dos que me destronaram. (Napoleão em Elba)
(9) Idéia mesquinha. (Napoleão imperador)
(10) Tolice. (Napoleão imperador)

tos que o fazem reinar.[11] Mas, objetar-me-ão, César com a liberalidade chegou ao império,[12] e muitos outros, por terem sido e passado por liberais, alcançaram posições altíssimas. A isso responderei: ou já somos príncipes ou estamos a caminho de o ser. No primeiro caso, tal liberalidade é nociva; no segundo, todavia, convém-nos sermos tomados por liberais.[13] César era um dos que aspiravam ao principado de Roma; mas se tivesse vivido após o haver alcançado e continuasse a exceder-se nas despesas, teria destruído aquele império. E se alguém replicasse: – muitos foram os príncipes que tinham fama de liberalíssimos e que com os exércitos fizeram grandes coisas,[14] – responderia: o príncipe gasta o dinheiro seu e dos súditos, ou de outrem. No primeiro caso cumpre-lhe ser parcimonioso; no segundo, não deve omitir a menor munificência.[15] O príncipe que comanda os seus exércitos, que se nutre de presas de guerra, de saques e de prêmios de resgate e maneja dinheiro alheio precisa de ser liberal, pois, sem isso, os seus soldados não o seguirão.[16] Daquilo que não é nosso ou dos nossos súditos, bem podemos ser generosos doadores, como eram Ciro, César e Alexandre;[17] porque gastar o alheio não diminui, antes aumenta a reputação.[18] Só gastar o próprio é que prejudica. Nada se consome tão depressa como a liberalidade. Cada vez que a praticamos, reduzimos a possibilidade de praticá-la depois, tornando-nos pobres e desprezíveis[19] ou, para escapar à pobreza, rapaces e odiosos.[20] Ora, as principais coisas de que um príncipe se deve resguardar são o desprezo e o ódio. E, conduzindo a

(11) Não é este defeito com que eu mais contaria. (Napoleão imperador)
(12) Os meus generais sabem o que lhes dei antes e aonde teria que chegar para lhes conferir ducados e bastões de marechal. (Napoleão imperador)
(13) Fui liberal em atos e palavras. Quantos tolos a gente não consegue iludir com o falso ouropel das idéias liberais! (Napoleão primeiro-cônsul)
(14) Hás de julgar-me. (Napoleão primeiro-cônsul)
(15) Quem o fez melhor do que eu? (Napoleão imperador)
(16) Eis a razão por que consenti nos saques e pilhagens. Dava-lhes tudo quanto podiam tomar; daí o seu imutável apego à minha pessoa. (Napoleão em Elba)
(17) E eu. (Napoleão imperador)
(18) Que serve para aumentar a outra. (Napoleão imperador)
(19) Quando não se conhecem outros meios para sustentá-la. (Napoleão imperador)
(20) Isso, a bem dizer, não me inquieta. (Napoleão imperador)

liberalidade tanto a um como a outro, é mais sábio deixar-se passar por avarento, o que importa uma vergonha sem ódio, do que, para ganhar fama de liberal, ser compelido a arrostar a de rapace, que traz uma vergonha com ódio.[21]

(21) No final das contas, pouco me importa. Terei sempre a estima e o amor dos meus soldados..., dos meus senadores, prefeitos etc. (Napoleão imperador)

Capítulo XVII

Da crueldade e da clemência, e sobre se é melhor ser amado ou temido

Passemos a tratar das demais qualidade mencionadas. Todo princípe deve desejar que o achem clemente e não cruel. Todavia, cumpre-lhe evitar o mau emprego dessa clemência.[1] César Borgia era reputado cruel; não obstante, a sua crueldade pusera a Romanha nos eixos, dera-lhe unidade, trouxera-lhe a paz e a fé.[2] Se tivermos presentes esses resultados, veremos ter ele sido mais piedoso do que o povo florentino, que, para fugir à fama de truculento, deixou destruir Pistóia. Daí resulta que um príncipe não se deve afligir se, por motivo da violência com que procura manter os seus súditos unidos e fiéis, ganhar reputação de sanguinário.[3] De fato, com pouquíssimos exemplos de severidade será mais indulgente do que aqueles que, por excessiva piedade, deixam pulular as desordens, causas de mortes e de rapinas; pois, enquanto estas costu-

(1) Isso ocorre sempre quando alguém chega com grandes pretensões à glória da clemência. (Napoleão em Elba)

(2) Não cesseis de clamar que esse Bórgia era um monstro do qual cumpre desviar os olhos; não cesseis, para que não aprendam com ele aquilo que poderia estragar-me os planos. (Napoleão em Elba)

(3) Evita dizer-lho. Eles, de resto, não parecem inclinados a compreender-te. (Napoleão em Elba)

mam ofender uma sociedade inteira, as execuções ordenadas pelo príncipe ofendem apenas um particular.[4]

O príncipe novo é, entre todos os outros, o que menos pode evitar a fama de cruel,[5] por serem os estados recém-constituídos cheios de perigos. Daí Virgílio afirmar, pela boca do Dido, para desculpar a desumanidade desta: [6]

Res dura et regni novitas me talia cogunt
Moliri, et late fines custode tueri.

["A difícil empresa e a novidade do reino me obrigam proceder assim e a conservar bem vigiado o país." *Eneida*, livro I.]

Isso, contudo, não deve impedir que um tal príncipe seja cauteloso no formar as suas opiniões e no traduzi-las em atos, e que não se alarme sozinho, levado pela própria imaginação.[7] Incumbe-lhe proceder sem excessos, para que a demasiada confiança não o torne imprudente e a demasiada desconfiança intolerável.[8] Daqui nasce uma questão: é melhor ser amado ou temido?[9] Na minha opinião, conviria ser ambas as coisas. Dada, porém, a dificuldade de preencher alguém esse duplo requisito, o mais vantajoso é ser temido.[10] Assim no-lo faz concluir a própria natureza dos homens. Estes são geralmente ingratos, volúveis, simuladores, covardes ante os perigos, ávidos de lucro.[11] Nos tempos de bonança, e enquanto lhes fazemos o bem, estão todos, como já tive ocasião de dizer, ao nosso lado, oferecem-nos o sangue, os haveres, a vida, os filhos;[12] mas quando a tormenta se aproxima, revoltam-se. Então o príncipe que se apoiou inteiramente nas palavras deles,[13] achando-se

(4) Convém-me que todos fiquem ofendidos, ainda quando não seja senão com a impunidade de alguns. (Napoleão em Elba)
(5) São novos; o estado é novo para eles; só desejam ser clementes. (Napoleão em Elba)
(6) Felizmente, porém, Virgílio não é o poeta mais apreciado. (Napoleão em Elba)
(7) É fácil de dizer. (Napoleão primeiro-cônsul)
(8) Perfeito! Sublime! (Napoleão primeiro-cônsul)
(9) Para mim não é uma questão. (Napoleão primeiro-cônsul)
(10) Não preciso senão de um. (Napoleão primeiro-cônsul)
(11) Os que diziam serem bons todos os homens queriam iludir os príncipes. (Napoleão primeiro-cônsul).
(12) Conta com isso. (Napoleão em Elba)
(13) Que bom bilhete tem La Châtre! (Napoleão em Elba)

desprovido de outro qualquer amparo, rui por terra. Nem pode deixar de ser assim. As amizades que se obtêm com favores e não com magnanimidade e a nobreza de alma[14] são indubitavelmente merecidas, mas de nada valem nos tempos adversos. Os homens, além disso, têm menos receio de ofender alguém que se faça amar do que alguém que se faça temer.[15] É que o amor se mantém por meio de vínculo de dever, e este vínculo os homens o rompem, levados pela sua índole perversa, sempre que de tal lhes resulte proveito. Já o temor é mantido por medo ao castigo, e este medo jamais abandona os indivíduos.[16]

O príncipe deve, todavia, fazer-se temer de modo que, se não conquista o amor, evite o ódio;[17] pois, ser temido e não odiado podem muito bem associar-se. Basta para isso que se abstenha de deitar mão dos haveres e às mulheres dos seus súditos.[18] Se lhe for necessário tirar a vida a alguém, não deve fazê-lo sem justa e causa manifesta.[19] Em qualquer caso, porém, evite apoderar-se dos bens dos súditos,[20] porque os homens mais facilmente esquecem a morte do pai do que a perda dos haveres.[21] Acresce que para se apossar do alheio nunca faltam pretextos,[22] e o príncipe que comece a viver da rapina encontrá-los-á sempre; ao passo que motivos para tirar a vida são mais raros e diminuem cada vez mais.[23]

Quando, porém, um príncipe está com os seus exércitos em campanha e tem de dirigir grande quantidade de soldados, então é absolutamente necessário não se preocupar com a reputação de cruel, pois que

---

(14) É mister, porém, saber em que consiste ela num príncipe de estado tão difícil de governar. (Napoleão em Elba)
(15) Crêem justamente o contrário. (Napoleão em Elba)
(16) É preciso castigá-lo continuamente. (Napoleão primeiro-cônsul)
(17) Isto é sumamente difícil. (Napoleão imperador)
(18) Já é restringir muito as prerrogativas dos príncipes. (Napoleão imperador)
(19) Quando não os temos reais, fabricamo-los. Para as minhas importantes providências governativas tenho homens mais sábios do que Gabriel Mandé. (Napoleão primeiro-cônsul).
(20) É a única mistificação pérfida que me fez a sua carta. (Napoleão em Elba)
(21) Observação profunda, que ainda não me havia ocorrido. (Napoleão em Elba)
(22) Esta facilidade em achar pretextos é uma das vantagens da minha autoridade. (Napoleão primeiro-cônsul)
(23) Ignorante! Não sabia que os engendramos. (Napoleão primeiro-cônsul)

sem ela jamais se conseguiu manter um exército unido e propenso à luta.[24] Na vida de Aníbal é digno de menção o fato de que, tendo ele levado um exército numerosíssimo, constituído das mais diversas raças, a combater em terras estranhas,[25] nunca surgisse, quer na boa quer na má sorte, a mínima desavença entre elas ou a menor revolta contra o seu chefe.[26] Isto só foi possível porque a extrema crueldade do cartaginês, aliada aos seus muitos predicados [virtù], o tornou venerado e temido pelas tropas, efeito que não teriam podido produzir por si sós as suas outras qualidades [*virtù*].[27] É certo que alguns escritores superficiais admiram de um lado as ações de Aníbal, e de outro condenam a principal origem delas.[28] Todavia, para demonstrar a verdade daquela minha asserção, sirva o exemplo de Cipião, homem de méritos excepcionais tanto para os seus tempos como para quaisquer outros da História,[29] cujos exércitos se insurgiram na Espanha contra ele por causa unicamente de sua excessiva clemência, a qual dera aos seus soldados mais liberdade do que a conveniente à disciplina militar.[30] Isto lhe valeu no senado as censuras de Fábio Máximo, que o chamou corruptor da milícia romana. Após terem sido os lócrios destruídos por um enviado de Cipião, este não se vingou, nem puniu a insolência daquele enviado, porque se deixou levar pela sua natureza indulgente. Tanto que alguém, querendo descupá-lo perante o senado, declarou ser ele um desses homens que mais sabiam evitar erros próprios do que corrigir os alheios.[31] Semelhante natureza teria, com o tempo, embaciado a glória de Cipião, se ele houvesse persistido em governar com ela. Como, porém, ele viveu sob a

(24) Principiei por aí com o fim de fazer marchar para a Itália o exército cujo comando me foi conferido em 1796. (Napoleão general)
(25) O meu não apresentava menos elementos de discórdia e de rebelião quando o fiz entrar na Itália. (Napoleão general)
(26) Outro tanto se pode dizer do meu. (Napoleão general)
(27) Sem dúvida alguma. (Napoleão general)
(28) Assim nos julgam sempre. (Napoleão general)
(29) Admiração sobremaneira tola. (Napoleão general)
(30) Ninguém deve dá-la senão quando isso lhe traz proveito. (Napoleão general)
(31) Mais vale a segunda qualidade do que a primeira. (Napoleão general)

autoridade do senado, esse predicado nocivo permaneceu oculto e converteu-se em motivo de glória.[32]

Voltando à questão de ser temido ou amado, concluo que, visto depender o amor dos homens da vontade deles mesmos e o seu temor da vontade do príncipe, deve este, se é sábio, estribar-se no que depende dele[33] e não no que depende de outros, procurando apenas, como já disse, evitar o ódio.[34]

(32) Glória extravagante, na verdade! (Napoleão general)
(33) É sempre o meio mais seguro. (Napoleão primeiro-cônsul)
(34) A não ser que isso dê muito trabalho e crie grandes tropeços. (Napoleão primeiro-cônsul)

Capítulo XVIII

De que maneira os príncipes devem cumprir as suas promessas

Todos compreendem como é digno de encômios um príncipe quando cumpre a sua palavra e vive com integridade e não com astúcia.[1] No entanto, a experiência de nossos dias mostra haverem realizado grandes coisas[2] os príncipes que, pouco caso fazendo da palavra dada e sabendo com astúcia iludir os homens,[3] acabaram triunfando dos que tinham por norma de proceder a lealdade.

Saiba-se que existem dois modos de combater: um com as leis, outro com a força. O primeiro é próprio do homem,[4] o segundo dos animais. Não sendo, porém, muitas vezes suficiente o primeiro, convém recorrer ao segundo.[5] Por conseguinte, a um príncipe é mister saber comportar-se como homem e como animal. Isto ensinaram veladamente os

---

(1) Admirando até este ponto a lealdade, a honradez, a sinceridade, Maquiavel nem parece estadista. (Napoleão general)

(2) Os grandes exemplos obrigam-no a falar conforme o meu modo de dar outros semelhantes. (Napoleão general)

(3) Arte que ainda se pode aperfeiçoar. (Napoleão general)

(4) Os tolos estão neste mundo para nos servirmos deles. (Napoleão general)

(5) É o melhor, considerado que só temos de tratar com animais. (Napoleão primeiro-cônsul)

autores da Antiguidade, ao escreverem que Aquiles e muitos outros príncipes daquela era foram confiados ao centauro Quíron para que os educasse e criasse.[6] Esta parábola não significa senão que é necessário ter-se por preceptor um ser meio homem e meio animal; ou, por outras palavras, que a um príncipe incumbe saber usar dessas duas naturezas, nenhuma das quais subsiste sem a outra.

Tendo, portanto, necessidade de proceder como animal, deve um príncipe adotar a índole ao mesmo tempo do leão e da raposa; porque o leão não sabe fugir das armadilhas e a raposa não sabe defender-se dos lobos. Assim cumpre ser raposa para conhecer as armadilhas e leão para amedrontar os lobos.[7] Quem se contenta de ser leão demonstra não conhecer o assunto.[8]

Um príncipe sábio não pode, pois, nem deve manter-se fiel às suas promessas quando, extinta a causa que o levou a fazê-las, o cumprimento delas lhe traz prejuízo.[9] Este preceito não seria bom se os homens fossem todos bons.[10] Como, porém, são maus[11] e, por isso mesmo, faltariam à palavra que acaso nos dessem, nada impede venhamos nós a faltar também à nossa.[12] Razões legítimas para encobrir esta inobservância, tê-las-á sempre o príncipe, e de sobra.[13] Disto se poderiam dar infinitos exemplos modernos para mostrar quantos tratados de paz, quantas promessas se tornaram nulas e sem valor unicamente pela deslealdade dos príncipes.[14] O que dentre estes melhor soube imitar a raposa, mais proveito tirou. Mas é preciso saber mascarar bem esta índole

(6) Explicação que ninguém soube dar antes de Maquiavel. (Napoleão general)
(7) Tudo isso está muito certo quando aplicado à política pela forma como o faz Maquiavel. (Napoleão general)
(8) O modelo, contudo, é admirável. (Napoleão general)
(9) Não há outro partido a tomar. (Napoleão general)
(10) Pública retratação de moralista. (Napoleão general)
(11) Isto basta para não confiar, mas não serve de desculpa aos que são como o resto: malvados e falsos. (Cristina da Suécia)
(12) *Par pari refertur.* (Napoleão general)
(13) Tenho para isto homens de talento. (Napoleão imperador)
(14) Em geral, há nisso para os vassalos mais benefício do que escândalo. (Napoleão imperador)

astuciosa, e ser grande dissimulador.[15] Os homens são tão simplórios e obedecem de tal forma às necessidades presentes, que aquele que engana encontrará sempre quem se deixe enganar.[16]

Dos exemplos recentes, um existe sobre o qual não quero guardar silêncio. Alexandre VI durante a sua vida só fez enganar os homens, só pensou nos meios de os induzir em erro, e sempre achou oportunidades para isso.[17] Nunca houve quem com maior eficácia e mais solenes juramentos soubesse afirmar uma coisa e que menos a observasse do que ele. Apesar disso, as suas tramóias sempre surtiram efeito, porque ele conhecia bem aquele aspecto da humanidade.[18]

Não é necessário a um príncipe ter todas as qualidades mencionadas, mas é indispensável que pareça tê-las. Direi, até, que, se as possuir, o uso constante delas resultará em detrimento seu, e que, ao contrário, se não as possuir, mas afetar possuí-las, colherá benefícios.[19] Daí a conveniência de parecer clemente, leal, humano, religioso, íntegro e, ainda de ser tudo isso,[20] contanto que, em caso de necessidade, saiba tornar-se inverso. Tenha-se presente que sendo freqüentemente forçoso, para manter um estado, quebrar a palavra empenhada e infringir os preceitos da caridade, da clemência, da religião,[21] não pode um príncipe, máxime, um príncipe novo, respeitar tudo quanto dá aos homens a reputação de bons. Por isso, é mister que ele tenha um espírito pronto a se adaptar às variações das circunstâncias e da fortuna e, como disse

(15) Os mais hábeis não são capazes de superar-me. O papa poderá dar disso testemunho. (Napoleão primeiro-cônsul)

(16) Mentes atrevidamente. O mundo está constituído por tolos. Entre a multidão, essencialmente crédula, contar-se-ão pouquíssimos indivíduos céticos, e estes mesmos não ousarão confessar que o são. (Napoleão primeiro-cônsul)

(17) Não faltam. (Napoleão primeiro-cônsul)

(18) Que homem terrível! Se não honrou o sólio, pelo menos estendeu os seus domínios, e a Santa Sé muito lhe deve. Soou a hora do contraponto. (Napoleão imperador)

(19) Os tolos que julgarem ser este um conselho para todos não sabem a enorme diferença que há entre um príncipe e os vassalos. (Napoleão imperador)

(20) Nos tempos de hoje vale mais parecer honrado do que sê-lo realmente. (Napoleão imperador)

(21) Maquiavel é severo. (Napoleão primeiro-cônsul)

antes, a manter-se tanto quanto possível no caminho do bem,[22] mas pronto igualmente a enveredar pelo do mal, quando for necessário.

Um príncipe deve ser extremamente cuidadoso em só pronunciar palavras bem repassadas das cinco qualidades referidas, para que todos, ouvindo-o e vendo-o, o creiam a personificação da clemência, da lealdade, da brandura, da retidão e da religiosidade.[23] Nada há que mais devamos dar a impressão de possuir do que esta última.[24] Os homens em geral formam as opiniões guiando-se antes pela vista do que pelo tato; pois todos sabem ver, mas poucos sentir. Cada qual vê o que parecemos ser; poucos sentem o que realmente somos.[25] E estes poucos não ousam opor-se à opinião dos muitos que, atrás de si, têm a defendê-los a majestade do poder.[26] Quando não há possibilidade de alterar o curso das ações dos homens e, sobretudo, dos príncipes, procura-se distinguir sempre o fim a que elas tendem.

Busque, pois, um príncipe triunfar das dificuldades e manter o estado, que os meios para isso nunca deixarão de ser julgados honrosos, e todos os aplaudirão. Na verdade o vulgo sempre se deixa seduzir pelas aparências e pelos resultados.[27] Ora, no mundo não existe senão vulgo, já que as poucas inteligências esclarecidas só têm influência quando à multidão falta um arrimo onde se apoiar.[28] Há nos nossos tempos um príncipe, cujo nome prefiro omitir [alusão a Fernando o Católico], que só faz pregar a paz e o respeito à palavra dada. Todavia, é inimigo decidido de uma e outra coisa, e já teria perdido a autoridade e o estado, se houvera seguido os seus próprios conselhos.

---

(22) Caso tenha um. (Napoleão primeiro-cônsul)

(23) Isto também é exigir muito. A coisa não é tão fácil. Faz-se o que é possível. (Napoleão primeiro-cônsul)

(24) Bom conselho para o tempo dele. (Napoleão primeiro-cônsul)

(25) Não se pode fingir por muito tempo o que se não é. (Cristina da Suécia)
– Ah! Ainda que eles o sentissem... (Napoleão primeiro-cônsul)

(26) Justamente nisso confio eu. (Napoleão primeiro-cônsul)

(27) Triunfai sempre, pouco importa como, e nunca deixareis de ter razão. (Napoleão imperador)

(28) Fatal, mil vezes fatal a retirada de Moscou! (Napoleão em Elba)

Capítulo XIX

Como se deve evitar o desprezo e o ódio

Tendo falado já das qualidades mais importantes dentre as que mencionei, quero examinar sucintamente as outras. Começarei por dizer que o príncipe deve em geral abster-se de praticar o que quer que o torne malquisto ou desprezível.[1] Assim fazendo, cumprirá a sua missão e eliminará o risco porventura resultante dos seus outros defeitos.[2]

O que acima de tudo acarreta ódio ao príncipe é, como disse, ser ele rapace, é usurpar os bens e as mulheres dos súditos. Como a maioria dos homens vive contente enquanto ninguém lhes toca nos haveres e na honra, o príncipe que de tal se abstiver[3] só terá de arrostar a ambição de poucos, e esta ele reprimirá facilmente e de muitos modos.[4] No desprezo incorre quando os seus governados o julgam inconstante, leviano, pusilânime, irresoluto. Ponha o máximo cuidado em preservar-se de semelhante reputação, muito perigosa, e proceder de forma que as suas ações se revistam de grandeza, coragem, austeridade e vigor.[5]

---

(1) Não preciso de recear menosprezo. Realizei grandes coisas e de bom ou mau grado admirar-me-ão. Quanto ao ódio, hei de opor-lhes vigorosos contrapesos. (Napoleão primeiro-cônsul)

(2) Isto me é necessário. (Napoleão primeiro-cônsul)

(3) *Modus est in rebus.* (Napoleão primeiro-cônsul)

(4) Não é tão fácil assim. (Napoleão imperador)

(5) De que vale esse cuidado, se não o tomamos logo no início? (Napoleão em Elba)

No tocante aos assuntos particulares dos súditos, cumpre-lhe dar às suas decisões o caráter de irrevogáveis.[6] É-lhes mister, também, incutir no ânimo do povo uma tal opinião a respeito da sua pessoa, que ninguém tenha o pensamento de o enganar ou embair.[7] Isto lhe trará grande autoridade, e esta autoridade, por sua vez, se estiver acompanhada da veneração e amor dos súditos, fará com que dificilmente alguém conspire contra ele ou venha a atacá-lo.[8]

Dois perigos, com efeito, devem merecer a atenção de um príncipe: o perigo interior, nascido dos súditos, e o externo, oriundo dos potentados estrangeiros. Destes se defenderá por meio das boas armas, assim como por meio de bons aliados, os quais nunca lhe faltarão, desde que possua aquelas.[9] Permanecendo inalterada a situação exterior, igualmente permanecerá a interior, salvo se já estiver perturbada por alguma conspiração.[10] Mas ainda quando surjam complicações exteriores, se o príncipe for homem previdente, se tiver sempre vivido em conformidade com as regras por mim explicadas, e não perder o ânimo, resistirá vantajosamente a toda acometida, tal como eu já disse que fez Nabis, o tirano de Esparta. No concernente, porém, aos súditos, há que temer-lhes as conspirações, mesmo em plena situação de tranqüilidade exterior. Desse perigo estará, todavia, livre o príncipe que houver sabido, como acima disse, evitar o ódio e o desdém do povo e lhe tiver captado a amizade.[11]

Num Estado onde o príncipe não é malquisto e desprezado pela maioria dos cidadãos, dificilmente podem medrar as conspirações. E o motivo é este: quem prepara uma rebelião afaga sempre a esperança de, com a morte do príncipe, satisfazer o povo.[12] Mas quando lhe parece

---

(6) Essencial para tirar toda a esperança de perdão aos conspiradores; sem o que perecerás. (Napoleão primeiro-cônsul)

(7) Tem-se muito mais do que o pensamento: tem-se a esperança e a facilidade, com a certeza do triunfo. (Napoleão em Elba)

(8) Há sempre valentões que não o estimam. (Napoleão em Elba)

(9) Disso dei provas admiráveis, e o meu casamento é a sua mais alta expressão. (Napoleão imperador)

(10) Esmaguei as que se tramaram. (Napoleão imperador)

(11) Tolice. (Napoleão imperador)

(12) Não me diz respeito. (Napoleão primeiro-cônsul)

que, em vez de o contentar, irá irritá-lo, não tem coragem para levar por diante os seus intentos, em vista das inúmeras dificuldades que se opõem a todos os conspiradores.[13] Ensina-nos a experiência terem sido muitas as conspirações urdidas; poucas, porém, as coroadas de bom êxito. Nada mais natural. Quem conspira não pode, nem fazê-lo sozinho, nem escolher para asseclas senão os que se lhe afiguram descontentes.[14] Ora, manifestar o seu propósito a um descontente[15] equivale a ministrar-lhe razões para ficar contente, a fornecer-lhe oportunidade para que, denunciando-o, obtenha grandes recompensas. O indivíduo posto, assim, a par da trama, vendo os lucros de uma parte[16] e os perigos da outra,[17] só não trairá o conjurado se lhe votar extraordinária amizade ou se for inimigo ferrenho do príncipe. Para resumir tudo, direi que do lado do conspirador não há senão riscos, suspeitas, temor ao castigo, que o fazem vacilar, ao passo que do lado do príncipe há a majestade do poder, as leis, os amigos, a organização do estado, que o defendem.[18] Junte-se a isto a simpatia popular, e facilmente se concluirá pela impossibilidade de existir alguém tão temerário que pretenda conspirar.[19] É que ao receio de não vencer na empresa, comum a todo conjurado, se associa no caso presente o receio de, após a vitória, não ter onde se apoiar, pela razão mesma da inimizade que lhe vota o povo.[20]

Sobre tal matéria muitos exemplos poderia eu dar.[21] Baste-me, porém, um, ainda vivo na memória de nossos pais.

---

(13) Tranqüilizas-me. (Napoleão primeiro-cônsul)
(14) Atira-se-lhe nos braços um suposto descontente; e, depois, atribui-se tudo à Providência. (Napoleão primeiro-cônsul)
(15) Especialmente se o comprei antes. (Napoleão primeiro-cônsul)
(16) Pode contar com boas gratificações. (Napoleão primeiro-cônsul)
(17) De um lado só perigos; do outro, só vantagens. (Napoleão primeiro-cônsul)
(18) Quanto a isso, as minhas precauções chegam ao mais alto grau de eficácia. (Napoleão imperador)
(19) Ficam sempre, de certo, bastantes êmulos; mas a polícia se encarregará deles. (Napoleão imperador)
(20) O povo! Não é ele ingrato e não se coloca sempre ao lado de quem vence, sobretudo quando este o deslumbra? (Napoleão imperador)
(21) O espírito efeminado da nossa época não permite que eles se renovem. (Napoleão primeiro-cônsul)

Aníbal Bentivoglio, príncipe de Bolonha, avô do atual Aníbal, foi assassinado pelos Canneschi, que contra ele conspiravam. Da sua família só ficou vivo João, nessa época ainda criança. Logo após o homicídio, o povo revoltou-se e matou todos os Canneschis. Proveio isto das simpatias populares de que a casa dos Bentivoglios então gozava em Bolonha. Tão grandes eram essas simpatias que os bolonheses, sabendo não restar na cidade, após a morte de Aníbal, ninguém daquela família capaz de reger o estado e tendo notícia de que em Florença existia um descendente dos Bentivoglios, até então julgado filho de um ferreiro, foram buscá-lo e lhe entregaram o governo da cidade, no qual ele permaneceu até que João chegou à idade apropriada para exercer o governo.[22]

De tudo isso concluo que um príncipe pouco importância deve dar às conspirações quando tem a estima do povo,[23] mas que não pode deixar de recear tudo de todos,[24] quando este lhe é inimigo e o odeia.

Os estados bem organizados e os príncipes sábios puseram sempre a máxima diligência em não fazer desesperar os grandes[25] e em satisfazer o povo[26], nisso consistindo uma das mais importantes tarefas de um príncipe. Entre os reinos bem organizados e bem dirigidos dos nossos tempos há o de França e nele se encontram muitas instituições excelentes das quais dependem a liberdade e a segurança do rei, sendo a principal delas o parlamento com a sua ampla autoridade.[27] O organizador desse reino, conhecendo por um lado a ambição e a insolência dos poderosos e julgando ser necessário um freio para os conter, e sabendo por outro lado que a aversão do povo aos grandes tem por causa o

(22) Fossem eles capazes de ir fazer coisas semelhantes em Viena, já que não o foram de me vir buscar *camus et non!* (Napoleão em Elba)

(23) Aqui Maquiavel esquece ter ele mesmo dito que os homens são maus. (Napoleão imperador)

(24) O sono afasta-se de mim. (Napoleão imperador)

(25) Mas os grandes que me vi obrigado a fazer irritam-se quando por um momento deixo de enriquecê-los. (Napoleão imperador)

(26) Não é possível aplacar esses ambiciosos sem descontentar o povo. (Napoleão imperador)

(27) Tens razão de admirar-te disto; mas era mister dissolvê-lo para conseguir a destruição do trono dos Bourbons, sem o que, afinal de contas, não teria podido erguer-se o meu. Farei o mesmo estatuto o mais cedo possível. (Napoleão imperador)

medo, não quis deixar o remédio desse duplo mal a cargo exclusivo do rei. Entendeu que o soberano poderia, no desempenho de tal função, vir a incorrer no desagrado dos poderosos se favorecesse o povo, e no do povo se os favorecidos fossem aqueles. Criou por isso um terceiro poder, o qual, sem responsabilidade para o rei, ficava incumbido de punir os grandes e de favorecer os pequenos.[28] Não poderia haver organização melhor e mais sábia do que esta, nem tão eficaz para a segurança do rei e do reino. Daí se pode deduzir esta conseqüência digna de menção: os príncipes devem atribuir a outrem a imposição de castigos, e tomar a seu cargo a distribuição de benefícios.[29] Concluo mais uma vez que a um príncipe é necessário estimar os grandes, mas sem provocar a inimizade do povo.

Talvez muita gente, depois de meditar na vida e na morte de vários imperadores romanos, ache errônea esta minha opinião, visto que alguns dentre eles, apesar de terem vivido dignamente e patenteado grande valor [*virtù*], perderam o império ou foram assassinados por compatriotas seus. Como desejo rebater estas objeções, falarei dos méritos de alguns imperadores, mostrando que as causas da sua queda não são diferentes das por mim apontadas, e aproveitarei o ensejo para fazer considerações acerca de fatos notáveis da história daquela era.[30]

Limitar-me-ei a passar revista a todos os imperadores que se sucederam no império desde Marco, o filósofo [isto é, Marco Aurélio], até Maximino. Foram eles Marco, seu filho Cômodo, Pertinax, [Dídio] Juliano, [Séptimo] Severo, seu filho Antonino Caracala, Macrino, Heliogábalo, Alexandre [Severo] e Maximino. Releva notar antes de mais nada que os imperadores da antiga Roma tinham não só de fazer frente à ambição dos grandes e à insolência do povo, como acontece nos demais principados, mas também de lutar com a cobiça e a crueldade dos soldados. Isto era tão árduo que deu causa à ruína de muitos deles. Não é fácil,[31] de feito, contentar simultaneamente os soldados e o povo. Ao pas-

(28) Admirável. (Napoleão imperador)

(29) No atual estado tocam-lhe a ele todos os assuntos que exigem rigor, e os seus ministros reservam para si próprios a concessão de todas as graças. Às mil maravilhas. (Napoleão em Elba)

(30) Que a gente lê como se fosse uma simples novela. (Napoleão primeiro-cônsul)

(31) Bem sei. (Napoleão imperador)

so que este tinha horror à intranqüilidade e por isso amava os imperadores sem ambições guerreiras,[32] os soldados gostavam dos imperadores de espírito belicoso e que se mostrassem arrogantes, desumanos e rapaces para com os povos submetidos, porque assim podiam ter soldo dobrado, bem como saciar a própria avidez e ferocidade.[33] Daí resultava virem sempre a cair os imperadores que, por natureza ou educação, careçam de força bastante para refrear uns e outros.[34] A maior parte deles, e principalmente os que ascendiam ao império como homens novos, ante a dificuldade de conciliar estas duas opostas tendências, preferiam satisfazer os soldados,[35] pouco se importando com prejudicar o povo. Nem outra forma de proceder lhes restava.[36] Já que um príncipe não pode evitar totalmente o ódio dos súditos,[37] deve pelo menos fugir ao das organizações mais poderosas.[38] Por isso os imperadores que, sendo novos, tinham necessidade de apoios extraordinários, favoreciam antes os soldados do que o povo; e, ainda assim, retiravam ou não benefícios desse procedimento, conforme a autoridade que lograssem alcançar sobre eles.[39]

Pelas razões acima expostas aconteceu que dos três imperadores, Marco, Pertinax e Alexandre, todos de vida modesta, amantes da justiça, inimigos da crueldade, humanos e benignos,[40] só o primeiro viveu e

---

(32) A minha situação é difícil. E não se deve imputar ambição guerreira a mim, mas aos meus soldados e generais, que a transformam em gênero de primeira necessidade. Matar-me-iam se os deixasse mais de dois anos sem lhes apresentar a isca de uma guerra. (Napoleão imperador)

(33) A isso me obrigam idênticos motivos. Os soldados são iguais em toda a parte, quando se depende deles. (Napoleão imperador)

(34) Logrei conter ambos; mas ainda não é suficiente. (Napoleão imperador)

(35) Não há necessidade de me fazer desentendido; todavia, sob todos os aspectos, acho-me no mesmo caso. (Napoleão imperador)

(36) É esta a minha desculpa aos olhos da posteridade. (Napoleão imperador)

(37) Eis uma grande verdade. (Napoleão imperador)

(38) É sempre o exército, quando tem tantos soldados como o meu. (Napoleão imperador)

(39) Hei de fazer tudo para consegui-lo. Assim me vejo forçado. (Napoleão imperador)

(40) Virtudes intempestivas, nesse caso. É digno de compaixão quem não sabe aplicar as virtudes de acordo com as circunstâncias. (Napoleão imperador)

morreu amado. Os outros dois tiveram triste fim.[41] É que Marco chegou ao império por direito hereditário e não tinha de agradecê-lo nem aos soldados nem ao povo.[42] Demais, possuindo muitas virtudes [*virtù*], que o tornavam digno de respeito, manteve sempre, enquanto viveu, tanto uma como outra daquelas duas categorias de indivíduos dentro dos limites devidos, e nunca suscitou aversão nem menosprezo.[43] Pertinax, porém, foi feito imperador contra a vontade dos soldados, os quais, habituados como estavam a viver licenciosamente sob Cômodo, não podiam tolerar aquela vida honesta a que o novo senhor pretendia reduzi-los.[44] Daí passarem a odiá-lo,[45]a esse ódio se acrescentou o desprezo por ele ser velho,[46] e acabarem tirando-lhe a vida logo no início do seu governo. Deve-se aqui notar que o ódio é resultado quer das obras boas quer das más. Por isso, como disse antes, um príncipe é muitas vezes obrigado, para se conservar no governo, a não ser bom.[47] Tal se dá quando o grupo do qual julga ter necessidade para se manter, seja ele constituído de povo, de soldados ou de próceres, é corrupto. Convém-lhe então adaptar-se aos seus caprichos,[48] e nesse caso as boas voltam-se contra ele.[49]

Mas passemos a Alexandre. Este foi tão bondoso que entre outros mereceu o seguinte elogio: nos quatorze anos do seu reinado não mandou matar ninguém sem julgamento. Apesar disso, tendo fama de homem efeminado[50] e de simples títere nas mãos de sua mãe,[51] caiu no desprezo geral e foi morto por seus soldados.

---

(41) Nem podia ser de outro modo. Eu tê-lo-ia previsto. (Napoleão imperador)
(42) Este destino está reservado somente a meu filho. (Napoleão imperador)
(43) Se me fosse dado ressuscitar para suceder a meu filho, seria adorado. (Napoleão imperador)
(44) É natural que assim seja. (Napoleão em Elba)
(45) É inevitável. (Napoleão em Elba)
(46) Não me diz respeito. (Napoleão em Elba)
(47) E eles não sabem deixar de o ser. (Napoleão em Elba)
(48) É, certamente, o que desejam fazer; mas corrompem e desconhecem a força dos seus partidários. (Napoleão em Elba)
(49) Não podem deixar de acontecer-lhes isso. (Napoleão em Elba)
(50) Quem é sempre bom não pode evitar essa reputação. (Napoleão em Elba)
(51) Pior ainda quando alguém é obrigado a sê-lo nas mãos de ministros ineptos e antipatizados. (Napoleão imperador)

Se, em contraposição, observarmos agora Cômodo, Severo, Caracala e Maximino, achá-los-emos dotados de um singular espírito de crueldade e de rapina. Esses, para satisfazerem os soldados, não impediram nenhuma espécie de ofensa que se pudesse praticar contra o povo, e todos, com exceção de Severo, tiveram fim desditoso. Severo, com os seus dotes [*virtù*] extraordinários,[52] embora mantivesse o povo oprimido, pôde, conservando a amizade das tropas, reinar sempre venturosamente. É que esses dotes [*virtù*] o faziam tão admirável aos olhos dos soldados e do povo que este permaneceu, de certo modo, pasmo e amedrontado, e aqueles, reverentes e satisfeitos.[53] Tendo sido as suas ações especialmente notáveis num príncipe novo, quero mostrar de maneira breve como ele soube empregar bem as qualidades da raposa e do leão, cujas naturezas, conforme disse antes, deve um príncipe imitar.[54]

Severo, quando veio a conhecer a covardia do imperador Juliano, persuadiu o seu exército, do qual era comandante na Esclavônia [a antiga Ilíria], da necessidade de ir a Roma vingar a morte de Pertinax, assassinado pelos guardas pretorianos.[55] Com tal pretexto, e sem dar mostras de aspirar ao império, dirigiu-se a Roma à testa das tropas e entrou na Itália antes ainda que aí soubessem da sua partida.[56] Chegando a Roma, matou Juliano[57] e foi pelo Senado, presa do medo, eleito imperador.[58] Depois disso, restava a Severo vencer dois obstáculos para se assenhorear de todo o estado: um na Ásia, onde Nigro, chefe dos exércitos asiáticos, se fizera aclamar imperador; o outro no Ocidente, onde se encontrava Albino, também preten-

(52) Modelo sublime que não cessei de contemplar! (Napoleão imperador)
(53) O respeito e a admiração fazem-nos proceder como se o estivessem. (Napoleão imperador)
(54) Disso estive eu sempre convencido. (Napoleão imperador)
(55) Eu quis imitar este rasgo em Frutidor de 1797, quando dizia aos meus soldados da Itália que o corpo legislativo assassinara a liberdade republicana em França; mas para aí não pude conduzi-los nem eu mesmo ir. O tiro saiu errado então; porém, não depois. (Napoleão imperador)
(56) Exatamente como o meu regresso do Egito. (Napoleão imperador)
(57) O meu Dídio era pura e simplesmente o Diretório, e para destruí-lo bastava dissolvê-lo. (Napoleão imperador)
(58) Nomearam-me chefe de todas as tropas reunidas em Paris e arredores e, por isso, árbitro de ambos os conselhos. (Napoleão imperador)

dente ao império.[59] Julgando perigoso mostrar-se inimigo de ambos, decidiu atacar Nigro e iludir Albino.[60] Escreveu a este declarando-lhe que fora eleito imperador pelo Senado e que desejava partilhar com ele tal dignidade. Com esse intuito, deu-lhe o título de César e, por meio de deliberação do Senado, associou-o a si.[61] Albino acreditou piamente em tudo. Mas, depois de ter vencido e matado Nigro e de haver restabelecido a tranqüilidade no Oriente, Severo volveu a Roma e apresentou queixa ao Senado, dizendo que Albino, pouco reconhecido pelos benefícios recebidos dele, buscara matá-lo traiçoeiramente, sendo por tal motivo necessário ir castigá-lo. Foi, assim, combater contra ele na França, e tirou-lhe o estado e a vida.[62]

Quem, pois, examinar detidamente as ações de Severo, achá-lo-á um ferocíssimo leão[63] e uma astutíssima raposa; verá que ele foi temido e respeitado por todos e que não atraiu a animosidade do exército. Do ódio que as suas rapinas poderiam suscitar nos povos, preservou-o a sua enorme autoridade.[64] Assim, a ninguém deverá surpreender tenha ele podido conservar tão vasto império.

Mas também seu filho Antonino Caracala foi um homem dotado em parte de excelentes qualidades, que faziam o povo admirá-lo e os soldados gostarem dele. O seu temperamento militar, a resistência a to-

---

(59) Os meus Nigros e Albinos não passavam, respectivamente, de Barras e Sieyès. Não eram formidáveis. Nenhum deles procedia por conta própria, e eu queria que se diferençassem nos seus intentos. O primeiro almejava a restauração do rei, e o segundo a subida ao trono do eleitor de Brunswick. Mas o meu desejo era diferente, e Séptimo, no meu lugar, não se teria havido melhor. (Napoleão imperador)

(60) Bastava-me remover o meu Nigro e era-me fácil enganar o meu Albino. (Napoleão imperador)

(61) Assim fiz nomear Sieyès, para colega meu na comissão consular. Roger-Ducos, que também aceitei por membro dela, só podia ser um contrapeso ao meu dispor. (Napoleão imperador)

(62) Não precisava de tão amplas manobras para me desembaraçar de Sieyès. Mais astuto do que ele, consegui-o facilmente na minha junta de 22 de Frimário, onde eu mesmo arranjei a constituição que me fez Primeiro-Cônsul e afastou os dois colegas, mandando-os para o meu senado. (Napoleão imperador)

(63) Não me censurarão por não o ter sido, nem por sombra, em tal conjuntura. (Napoleão imperador)

(64) A minha não pode ser maior por agora, e hei de sustentá-la. (Napoleão imperador)

das as fadigas, o desprezo das delícias da mesa e das comodidades da existência granjearam-lhe sobretudo o amor do exército.[65] Todavia, a índole sanguinária que mais tarde revelou, ao exterminar parcialmente a população de Roma e toda a de Alexandria, crimes esses precedidos já de outras muitas mortes, acendeu contra ele o ódio de todo o mundo[66] e começou a torná-lo temido até dos que o cercavam acabando por fazê-lo perecer às mãos de um centurião, no meio do seu próprio exército. A este respeito cumpre notar que semelhantes homicídios, filhos da deliberação de um ânimo resoluto e obstinado, não os pode um príncipe evitar: quem quer que não receie morrer tem sempre a possibilidade de matá-lo. Contudo, por serem eles raríssimos,[67] não deve um príncipe temê-los muito. Importa-lhe, apenas, tomar cuidado em não ofender gravemente nenhum dos seus servidores,[68] como fez Caracala, o qual matara ignominiosamente um irmão do referido centurião e, embora ameaçando todos os dias também a este, conservou-o na guarda pretoriana, decisão temerária[69] que o levou à ruína.

Tratemos agora de Cômodo,[70] ao qual era muito fácil manter o império, já que o tinha obtido por direito hereditário como filho de Marco. Bastar-lhe-ia seguir o exemplo do pai para satisfazer os cidadãos e os soldados. Sendo, porém, de natureza cruel e bestial, a fim de poder exercer a sua rapacidade sobre os povos do império, preferiu agradar ao exército consentindo-lhe toda a sorte de abusos. Por outro lado, com a prática de um sem-número de atos indignos da majestade imperial, inclusive freqüentemente descidas às arenas nos circos para lutar com os gladiadores, aviltou-se perante os soldados. O ódio de

(65) Aproveitarei todas as oportunidades para lhe conquistar o amor por esse meio. (Napoleão imperador)
(66) Pouco hábil. (Napoleão imperador)
(67) Jamais ocorrem quando o príncipe impõe respeito com grande e genial integridade. (Napoleão imperador)
(68) Quando os tivermos ofendido, deveremos removê-los, transferi-los, desterrá-los, honrosamente ou não. (Napoleão imperador)
(69) Tolo, estúpido, embrutecido. (Napoleão imperador)
(70) Dá pena. Não merece que eu detenha, um instante sequer, o meu olhar nele. (Napoleão imperador)

uns e o menoscabo dos outros, engendrando conspirações contra ele, armaram o braço que havia de matá-lo.[71]

Resta-nos falar das qualidades de Maximino. Foi, este, um homem extremamente belicoso. Elevado ao império por algumas legiões desgostosas com a frouxidão de Alexandre, ao qual já me referi, não pôde aí manter-se durante muito tempo. É que duas coisas o tornaram malquisto, desprezado:[72] uma, a sua origem humilde[73] [ninguém ignorava ter ele sido pastor de ovelhas na Trácia, motivo suficiente para o diminuir aos olhos de todos]; a outra, a reputação de homem crudelíssimo que lhe deram as atrocidades cometidas em seu nome pelos prefeitos de Roma e de outros lugares do império,[74] logo após o início do seu governo, quando retardou o dia de entrar naquela cidade e de tomar posse da sede imperial. Da indignação e do ódio que então passaram a lavrar pelo país, nasceram primeiro a rebelião da África, depois a do Senado com o apoio do povo, generalizando-se por fim em toda a Itália as conspirações contra ele. Para remate, o seu próprio exército, acampado diante de Aquiléia, encontrando dificuldades na expugnação daquela cidade, desgostoso com as suas crueldades e temendo-o agora menos por vê-lo cercado de tantos inimigos, trucidou-o.[75]

Não quero deter-me sobre Heliogábalo nem sobre Macrino e Juliano, os quais, por serem totalmente vis, durante pouquíssimo tempo governaram. Todavia, para concluir esta exposição direi que aos príncipes dos nossos tempos não se apresenta esta dificuldade de terem de contentar exageradamente as suas tropas.[76] Embora devam ter para com elas certa consideração, isso não lhes traz embaraços, já que nenhum desses príncipes possui exércitos vinculados aos governos e à administração das províncias[77] como eram os do império romano. Se naquela

(71) Era justo. Não é possível ser mais indigno de reinar. (Napoleão imperador)
(72) Ser desprezado é o pior de todos os males. (Napoleão imperador)
(73) Nunca faltam meios para ocultar isso. (Napoleão imperador)
(74) Por que não as desaprova depois, mandando castigá-los? (Napoleão imperador)
(75) É digno disto quem deixa as coisas chegarem a tal extremo. (Napoleão imperador)
(76) Realmente, não me causa dificuldades. (Napoleão imperador)
(77) Tratemos de mudar com freqüência as guarnições. (Napoleão imperador)

época convinha satisfazer antes os soldados do que o povo, agora, porém, excetuado o caso dos soberanos da Turquia e do Egito, é mais necessário aos príncipes satisfazerem o povo do que os soldados porque a força do povo excede a dos soldados.[78]

Excetuo o imperador dos turcos, por ter ele sempre em armas doze mil infantes e quinze mil cavaleiros, sobre os quais repousam a segurança e o poder de seu reino,[79] e cuja amizade deve conservar acima de tudo.[80] O mesmo sucede no Egito. Aqui a força preponderante constituem-na os soldados, convindo assim ao príncipe desse reino ser deles amigo sem se preocupar com o povo.[81] É bom notar que o estado do soberano egípcio difere de todos os demais e se parece com o pontificado cristão, ao qual não se pode chamar nem principado hereditário, nem principado novo.[82] Não lhe cabe a denominação de hereditário, porque não são os filhos do príncipe que herdam o poder e ficam sendo os senhores, mas aquele sobre quem recai o voto dos incumbidos de elegê-lo.[83] Tampouco se lhe pode aplicar o nome de principado novo, pois que, sendo um estado de organização antiga, está livre dos estorvos inerentes aos principados novos. Efetivamente, embora o príncipe seja novo, as leis fundamentais são antigas e constituídas para o receberem como se ele fora senhor hereditário.[84]

Mas voltando ao anterior assunto, e refletindo em tudo quanto neste capítulo eu disse, qualquer um verá terem sido o ódio e o desprezo a causa da ruína dos imperadores mencionados, e compreenderá a razão por que, procedendo uns de um modo e outros de modo oposto, quer

---

(78) O meu interesse exige que entre uns e outros haja certo equilíbrio, sem maior inclinação para um lado do que para o outro. (Napoleão primeiro-cônsul)

(79) A minha guarda imperial pode, sendo necessário, fazer o papel de janízaros. (Napoleão imperador)

(80) O mesmo devo eu fazer. (Napoleão imperador)

(81) Quer nos preocupemos, quer não, precisamos possuir uma guarda forte, com a qual possamos contar, ainda quando haja desertores entre as outras por demais ligadas ao povo. (Napoleão imperador)

(82) A comparação é curiosa, mas verdadeira aos olhos de todo pensador político. (Napoleão imperador)

(83) Os cardeais criam, efetivamente, o governo temporal de Roma, assim como os próceres do Egito criavam o seu príncipe. (Napoleão imperador)

(84) Sê-lo assim é a melhor sorte que se pode ter. (Napoleão imperador)

entre estes quer entre aqueles, houve desgraçados e venturosos. Para Pertinax e Alexandre, que eram príncipes novos, foi inútil e prejudicial quererem imitar Marco, elevado ao império por direito de sucessão.[85] Foi igualmente nocivo para Caracala, Cômodo e Maximino o pretenderem copiar Severo, pois careciam de virtude [*virtù*] suficiente para lhe seguir as pegadas. Por conseguinte, um príncipe novo não pode imitar as ações de Marco, nem lhe é indispensável imitar as de Severo.[86] Deve, isto sim, tomar deste último as que lhe foram necessárias para fundar o seu poder, e do primeiro as convenientes e gloriosas para manter um predomínio já consolidado.[87]

(85) Há alguma coisa boa em cada um desses modelos; é mister saber escolher. Só os tolos podem restringir-se a um único e imitá-lo em tudo. (Napoleão imperador)

(86) Quem será capaz de imitar as minhas? (Napoleão imperador)

(87) Conclusão perfeita; todavia, ainda não posso renunciar aos processos de Severo. (Napoleão imperador)

Capítulo XX

Sobre a utilidade ou não das fortalezas e de outros meios freqüentemente usados pelos príncipes

Alguns príncipes, para manterem com segurança o estado, desarmaram os súditos; alguns trataram de fomentar divisões nos territórios conquistados; outros favoreceram os próprios inimigos; outros preferiram captar a amizade dos suspeitos no início do seu governo; uns construíram fortalezas; outros desmantelaram as existentes.[1] Se bem não seja possível estabelecer regra a respeito, sem antes examinar os estados onde se deve adotar qualquer das sobreditas resoluções, falarei, contudo, do assunto da maneira mais ampla que ele consente.[2]

Jamais aconteceu que um príncipe novo desarmasse os seus súditos. Ao contrário: quando os encontrou desarmado, sempre os armou.[3]

---

(1) Um mesmo príncipe pode ver-se compelido a fazer isso tudo no decurso do seu reinado, conforme a época e as circunstâncias. (Napoleão imperador)

(2) Fala, que eu me encarregarei das conseqüências práticas. (Napoleão imperador)

(3) Assim procederam os hábeis defensores da Revolução. Fazendo-se príncipes da França transformaram os estados gerais por meio de uma assembléia nacional e armaram logo todo o povo, para formarem um exército nacional em seu próprio benefício. Por que conservam as guardas urbanas e comunais o título de nacionais, que hoje não mais lhes quadra? Cada uma delas porventura monta guarda à nação inteira? É forçoso que o percam, mas gradualmente. Não passam nem devem passar de guardas urbanas ou provinciais. Assim o exigem a boa ordem e o são juízo. (Napoleão imperador)

Assim fazendo, tornava suas tais armas, conquistava a fidelidade dos suspeitos e convertia em partidários os que apenas se mostravam submissos. Sendo, porém, impossível armar todos os cidadãos, cumpre-nos favorecer os que armamos, para podermos viver mais tranqüilos em relação aos outros.[4] A diversidade de tratamento gera a gratidão dos primeiros, sem concomitantemente nos malquistar com os outros, que atribuirão essa diversidade ao fato de terem maiores méritos os que mais obrigações têm e maiores perigos correm. Se, ao invés, privarmos os cidadãos das suas armas, ofendê-los-emos, mostrando que não confiamos neles por os julgarmos ou covardes ou poucos leais,[5] e isto nos fará incidir-lhes no ódio. Como, por outro lado, não podemos ficar desarmados, lançamos mão da milícia mercenária, cujas qualidades disse já serem más.[6] Boas, todavia, que fossem não bastariam para nos defender dos inimigos poderosos e dos súditos suspeitos.[7]

Eis por que um príncipe novo em um estado novo tratou sempre de organizar o exército.[8] Exemplos disto há-os de sobra na História.

Quando, porém, um príncipe adquire um estado novo, que se vem agregar ao que já possuía antes, então deve desarmar os novos súditos,

(4) Os grandes forjadores da Revolução Francesa queriam, realmente, armar só o povo. Os poucos nobres que eles deixaram se introduzissem na sua guarda nacional não lhes causavam receio. Sabiam muito bem que não tardariam em expulsá-los, e o povo, julgando-se o único favorecido, só a eles pertenceu. (Napoleão imperador)

(5) Que resultado obterão dando este difícil passo, com tantos corpos de guardas nacionais, que não lhes obedecem? (Napoleão em Elba)

(6) Não há mais tropas desta espécie. (Napoleão em Elba)

(7) Duvido que os aliados que estão na França possam impedir isso. Demais, em breve se irão embora. (Napoleão em Elba)

(8) Neste momento não o podem fazer, embora fosse urgente. Conservam, porém, o meu, para o qual eu sou tudo. (Napoleão em Elba)

com exceção dos que o auxiliaram na conquista.[9] E quanto a esses mesmos, deve, com o correr do tempo e o surgir das oportunidades, enfraquecer-lhes o ânimo belicoso e reduzi-los à inércia.[10] Procedendo, em suma, de modo que todas as armas fiquem no poder exclusivo dos seus próprios soldados, isto é, dos que o serviam no antigo estado.[11]

Nossos antepassados, e especialmente os que gozavam de fama de homens sábios, tinham o costume de dizer que era necessário conservar Pistóia por meio das facções e Pisa por meio das fortalezas. Partindo desse princípio, alimentavam as discórdias em qualquer terra onde mandassem, com o intuito de mais facilmente as subjugarem. Não creio, porém, que o mesmo se possa aconselhar hoje em dia. As discórdias não trazem a meu ver utilidade a ninguém.[12] Pelo contrário, contribuem para que as cidades onde elas imperam se percam ao aproximar do inimigo, porque o partido mais fraco aderirá sempre às forças externas, e o outro não poderá resistir-lhes. Os venezianos, movidos, penso eu, pelas razões referidas favoreciam a existência dos partidos guelfos e gibelinos nas cidades sob o seu próprio domínio e, embora nunca os deixassem chegar à luta armada, açulavam essas forças opostas, para que os cidadãos, absorvidos nas suas desavenças, não se unissem contra eles.[13] Disto,

(9) Não me esqueci disso na Itália. (Napoleão primeiro-cônsul)

(10) Vi-os com prazer tomarem horror ao serviço, e estava convencido de que, passado o 1º de fevereiro, se cansariam dele. (Napoleão primeiro-cônsul)

(11) O melhor é não colocar, para guarda do país conquistado, senão regimentos de cuja fidelidade esteja seguro. (Napoleão primeiro-cônsul)

(12) Este raciocínio não se deve tomar ao pé da letra, porque nos tempos de Maquiavel os cidadãos eram também soldados, no caso de se verificar algum ataque à sua cidade. Hoje, para defender uma cidade atacada, já ninguém conta com os cidadãos, mas com as boas tropas que nela hajam sido colocadas. Penso, pois, como os antigos florentinos, que é bom manter facções de qualquer gênero nas cidades e províncias, a fim de ir ocupá-las quando se mostrem turbulentas; mas com a condição, é claro, de que nenhuma delas me combata. (Napoleão primeiro-cônsul)

(13) Estratagema de que freqüentemente fiz uso com bom resultado. Às vezes atiro no meio deles algumas sementes de discórdias particulares, quando quero desviar-lhes a atenção dos negócios do estado, ou quando preparo em segredo alguma lei extraordinária. (Napoleão imperador)

como se viu, nenhum lucro lhes proveio: apenas foram derrotados em Vailate, um daqueles partidos se encheu de coragem e lhes tirou o estado. O emprego de semelhantes recursos por parte de um príncipe é sinal de fraqueza.[14] Num principado forte nunca se devem permitir tais divisões, que são úteis em anos de paz, visto facilitarem o manejo dos súditos,[15] mais que revelam a sua falácia em chegando a guerra. Sem dúvida, os príncipes tornam-se grandes quando superam os obstáculos e oposições que se lhes deparam.[16] Por isso o destino, quando quer engrandecer qualquer deles, sobretudo um novo, o qual precisa, mais do que os hereditários, de alcançar nomeada, cria-lhe inimigos e impele-os contra ele para lhe dar oportunidade de vencê-los e, por esta escada que eles lhe oferecem,[17] subir ainda mais alto. Daí entenderem muitos que um príncipe sábio deve, quando se lhe apresente para isso ocasião oportuna, instigar com astúcia alguma inimizade contra si, a fim de que, destruindo-a, aumente a sua própria glória.[18]

Os príncipes, sobretudo os que são novos no estado, encontraram homens mais fiéis e úteis entre os que no início do seu governo eram julgados suspeitos, do que entre os que, em igual época, lhe inspiravam confiança.[19] Pandolfo Petrucci, príncipe de Siena, governava o seu estado de preferência com os cidadãos anteriormente julgados suspeitos. Não é possível, todavia, falar sobre este assunto de maneira geral, porque ele varia conforme os casos.[20] Limitar-me-ei a dizer que, se os homens tidos por adversários no início de um principado forem dos que carecem de apoio para continuar na oposição, em qualquer momento

(14) Às vezes, quem sabe, é também sinal de prudência e habilidade. (Napoleão imperador)
(15) Em tempo de guerra é mister distraí-los de outra maneira para os contentar. (Napoleão imperador)
(16) Podia alguém superá-las melhor do que eu as superei? (Napoleão imperador)
(17) Quantas escadas me ofereceram! Aproveitei-as bem. (Napoleão imperador)
(18) Maquiavel deve estar contente com os benefícios que tirei desse conselho. (Napoleão imperador)
(19) Isso pode ser verdade quanto a outros; porém, no que a mim se refere, quase o não é. (Napoleão imperador)
(20) Ainda bem. (Napoleão imperador)

poderá o príncipe trazê-los facilmente para o seu lado.[21] E tanto mais eles sentirão a necessidade de o servir fielmente quanto sabem ser-lhes imprescindível desfazer com atos a má opinião que deles se formara.[22] Assim, o príncipe tira mais vantagens desses do que daqueles que, servindo-o com a segurança de quem se julga acima de qualquer suspeita,[23] não lhe cuidam dos interesses.

Dada a relevância da matéria, quero lembrar a todo o príncipe conduzido ao governo de um novo estado pelo favor dos cidadãos desse estado, que reflita bem no intuito que os levou a auxiliá-lo. Se não houver sido por simpatia natural para com ele, mas tão-só por descontentamento com a situação anterior, muito lhe custará conservá-los amigos, em virtude de nunca poder contentá-los.[24] Depois de bem averiguar as causas disso, utilizando-se dos exemplos tirados da história antiga e moderna, concluirá ser-lhe muito mais fácil granjear a amizade daqueles que estavam satisfeitos com o governo anterior[25] e que portanto eram seus inimigos, do que conservar a dos que, por estarem descontentes,[26] se fizeram seus amigos e o auxiliaram na conquista.[27]

Para melhor se manterem nos respectivos estados, os príncipes têm seguido o hábito de construir fortalezas que sirvam de freio a quem

(21) Tal como ganhei certos nobres que, por ambição ou falta de dinheiro, precisavam de empregos, e os emigrados, aos quais voltei a abrir as portas da França e restituí os bens... (Napoleão imperador)

(22) O que não fizeram comigo para esse fim? (Napoleão imperador)

(23) É necessário saber perturbar tal segurança quando se desconfia que afrouxam; e, ainda quando não haja motivo para desconfiar, algumas violências intempestivas surtem sempre bom efeito. (Napoleão imperador)

(24) Quiseram-me somente para que os enchesse de bens, e, como são insaciáveis, quereriam da mesma forma a outro príncipe que me substituísse, para que também os enchesse. A alma deles é o tonel das Danaides, e a ambição o abrute de Prometeu. (Napoleão imperador)

(25) Tais são os realistas moderados. (Napoleão imperador)

(26) Por ambição frustrada. (Napoleão imperador)

(27) Reflexão de alto valor. (Napoleão imperador)

quer que pretenda atacá-los[28] e de refúgio a si próprios na primeira acometida.[29] Eu louvo este modo de proceder, pois ele é usado *ab antiquo*. Viu-se, porém, nos nossos tempos, Nicolau Vitelli arrasar duas fortalezas em Cittá di Castello para reter a cidade. E Guido Ubaldo, duque de Urbino, regressando aos seus domínios, de onde fora expulso por César Bórgia, demoliu completamente todas as fortalezas daquela província e achou que sem elas mais dificilmente lhe tirariam outra vez o estado.[30] Os Bentivoglios, de regresso a Bolonha, procederam da mesma forma. As fortalezas são, por conseguinte, úteis ou não conforme os tempos e, se de um lado trazem benefícios, de outro prejudicam. Sobre tal assunto pode-se dizer que a ereção de fortalezas é útil quando o príncipe receia mais os seus súditos do que os forasteiros,[31] e prejudicial no caso contrário. À casa dos Sforzas deu e dará mais dissabores o castelo de Milão, edificado por Francisco Sforza, do que qualquer desordem naquele estado. Mas a melhor fortaleza consiste em evitar o ódio dos súditos.[32] Contra esse as fortalezas de nada valerão,[33] porque a um povo amotinado nunca faltam pessoas adventícias que o auxiliem.[34] Em nossa época nenhum exemplo vimos de fortalezas salvarem príncipes, exceção feita da condessa de Forli [Catarina Sforza]. Esta, quando lhe morreu o esposo, o conde Jerônimo, conseguiu por meio do seu castelo escapar à sanha do povo e esperar ajuda de Milão,

(28) Assim se construiu a Bastilha, no reinado de Carlos o Sábio, para manter quietos os parisienses, e o Castelo Trombeta, de Bordéus, no de Carlos VIII, para fazer o mesmo em relação aos bordeleses. Não percamos isso de vista. (Napoleão imperador)

(29) Na primeira ocasião mandarei construir uma nas alturas de Montmartre, para impor respeito aos parisienses. Não tive, porém, nenhuma, quando eles me entregaram covardemente aos aliados! O Castelo Trombeta contará os traidores do Garona. (Napoleão em Elba)

(30) Destruirei todas as da Itália, com exceção das de Mântua e de Alexandria, que hei de fortificar o mais que puder. (Napoleão general)

(31) Quando se receia igualmente uns e outros, convém erguê-las em todos os pontos fracos. (Napoleão em Elba)

(32) Se, porém, nos odeiam, o mal que nos causam é freqüentemente superior ao que porventura nos faça uma centena de amigos. (Napoleão em Elba)

(33) Não o creio. (Napoleão em Elba)

(34) Naquela época. Hoje o caso é outro. (Napoleão em Elba)

com a qual reconquistou o poder.[35] A conjuntura do momento não permitia que o ádvena fosse dar auxílio aos insurgentes.[36] Mais tarde, porém, quando César Bórgia a atacou e o povo, que lhe era inimigo, se aliou ao estrangeiro, também a ela de nada serviram as fortalezas.[37] Tanto numa como noutra ocasião, teria sido para a condessa mais vantajoso não ser odiada pelo seu povo do que possuir fortalezas.[38]

À vista de todas estas considerações, eu tanto aplaudirei quem erguer fortalezas como quem não as erguer; mas condenarei quem quer que, confiado nelas, julgue de pouca importância incorrer no desagrado popular.[39]

(35) Isto, por certo, é bastante para justificar as fortalezas. (Napoleão em Elba)
(36) Não tinha um exército igual ao meu. (Napoleão em Elba)
(37) Se tinha apenas isso para se defender, acredito perfeitamente. (Napoleão em Elba)
(38) Não ser odiado pelo povo? Volta sempre a esta puerilidade. As fortalezas equivalem, sem dúvida alguma, ao amor do povo. (Napoleão em Elba)
(39) Podes aplaudir-me desde já. (Napoleão em Elba)

Capítulo XXI

Como deve portar-se um príncipe para ser estimado

Nada faz estimar tanto um príncipe quanto as grandes empresas[1] e as ações raras e esplêncidas. Temos em nossos dias Fernando de Aragão, atualmente rei da Espanha, a quem podemos quase chamar príncipe novo[2] pois de soberano sem importância chegou, por fama e por glória, a primeiro rei da cristandade.[3] Se considerarmos os seus feitos, achá-los-emos todos magníficos e alguns até extraordinários.[4] Nos primeiros anos de reinado assaltou Granada,[5] e isso constituiu o ponto de partida da sua grandeza. Nenhuns obstáculos encontrou a princípio nesse cometimento. Manteve ocupados nele os fidalgos de Castela, que destarte não tinham tempo para cogitar de modificações na esfera dos negócios interiores e iam caindo gradualmente debaixo do seu domínio, sem darem por isso.[6] Com dinheiro da Igreja e do povo pôde o monarca sustentar os exércitos e com o prolongamento da cam-

(1) Com elas me elevei e unicamente com elas me posso manter. Se não me lançasse em outras novas que sobrepujassem as anteriores, decairia. (Napoleão imperador)
(2) Há-os de muitas espécies. (Napoleão em Elba)
(3) Chegarei a ser outro tanto. (Napoleão em Elba)
(4) Não mais do que os meus. (Napoleão imperador)
(5) Farei o mesmo com a Espanha. (Napoleão primeiro-cônsul)
(6) A minha situação quando acometi a Espanha diversifica muito da sua e não me permitia alcançar triunfos iguais. Demais, eu podia prescindir deles. (Napoleão imperador)

panha criou as bases da sua milícia, que tanta glória lhe propiciou mais tarde.[7] Além disso, continuando a servir-se da religião, para empreender conquistas de maior vulto, atirou-se à guerra contra os marranos,[8] expulsando-os do reino e despojando-os seus bens; façanha esta, admirável e rara, como nenhuma outra. Com a mesma capa de religiosidade acometeu a África, levou a cabo a invasão da Itália e, recentemente, atacou a França. Concebeu e realizou sempre grandes coisas, que traziam constantemente presa a atenção dos súditos e os mantinham suspensos e admirados.[9] Todas estas proezas vieram uma como corolário da outra,[10] em sucessão quase ininterrupta que não dava tempo aos homens para se entregarem a maquinações contra ele.[11]

É útil a um príncipe fazer-se notar pela prática de atos extraordinários no seu próprio estado,[12] iguais aos narrados sobre Bernabó [Visconti] de Milão. Assim, quando alguém realizar algo fora do comum em benefício ou em prejuízo dos cidadãos, cumpre-lhe saber premiá-lo[13] ou puni-lo[14] fazendo grande ruído. Deve um príncipe es-

---

(7) Fernando foi mais feliz do que eu ou teve oportunidades mas favoráveis. Mandar meu irmão (ah, que irmão!) não era porventura o mesmo que ir eu próprio? (Napoleão imperador)

(8) A minha devoção à concordata não me permitia mais do que expulsar os sacerdotes que se haviam mostrado e continuavam a mostrar-se ainda avessos ao cumprimento das promessas e juramentos. Dóceis e jesuíticos era como eu os queria. De quando em quando maltratarei os "padres da fé". Fesch protegê-los-á e eles o farão papa! (Napoleão primeiro-cônsul)

(9) Manter embasbacados os povos sob o meu domínio, dando-lhes continuamente motivo para falarem das minhas vitórias, ou dos meus projetos engrandecidos pelo gênio da ambição, não pode deixar de ser-me de grande utilidade. (Napoleão primeiro-cônsul)

(10) A isso me dediquei de maneira especial nos meus tratados de paz, mandando inserir sempre alguma cláusula suscetível de gerar pretexto de uma nova guerra imediata. (Napoleão imperador)

(11) É alvo meu na rápida sucessão das minhas empresas. (Napoleão imperador)

(12) Convém, que essas coisas deslumbrem com o fausto e que não estejam inteiramente despidas de algumas aparências de utilidade pública. (Napoleão imperador)

(13) A instituição dos meus prêmios decenais. (Napoleão imperador)

(14) Nesta matéria nada mais se pode inventar. (Napoleão imperador)

forçar-se por revestir as suas ações do que quer que lhe dê fama de homem insigne.[15]

Também se torna estimado quando sabe ser verdadeiro amigo ou verdadeiro inimigo, isto é, quando abertamente se declara a favor de alguém ou contra outrem.[16] Esta resolução é sempre a mais vantajosa do que permanecer neutro.[17] Direi porquê. Se dois poderosos vizinhos de um príncipe tomam as armas um contra o outro, ou eles são de força tal que o vencedor possa causar-lhe apreensões, ou não.[18] Em qualquer desses casos, a única forma útil de proceder é intervir no conflito ao lado de um dos antagonistas.[19] No primeiro caso, se ficar impassível, acabará tornando-se presa de vitorioso,[20] com grande prazer do vencido,[21] e não terá ninguém que o socorra ou lhe dê asilo. Nem outra coisa é de esperar. Quem vence não quer amigos duvidosos que não o auxiliem nas horas más, e quem perde não dá guarida ao que não quis de armas na mão participar de seus riscos.[22] Antíoco, chamado à Grécia pelos etólios para expulsar de lá os romanos, mandou emissários aos acaianos, amigos de Roma, com a incumbência de induzi-los a permanecerem afastados da luta, ao mesmo tempo que os romanos procuravam levá-los a empunharem armas em seu próprio favor. Veio o assunto a ser objeto de deliberação no conselho dos acaianos, e quando os emissários de Antíoco buscavam inculcar-lhes à idéia da neutralidade, o representante de Roma interveio, declarando: *Quod autem isti dicunt non interpondi vos bello, nihil magis alienum rebus vetris est;*[23] *sine gratia, sine dignitate, praemium victoris eritis.* [Nada há mais

(15) Compreendo-te e adapto-me aos teus conselhos. (Napoleão imperador)
(16) Salvo fazermos, depois, exatamente o contrário. (Napoleão primeiro-cônsul)
(17) Indício da maior fraqueza em armas e talento. (Napoleão primeiro-cônsul)
(18) Seja; não receio nenhum em particular, e mantê-los-ei divididos até que os possa reunir todos a mim. (Napoleão primeiro-cônsul)
(19) Não há outra coisa a fazer. (Napoleão imperador)
(20) Assim como os neutros das alianças anteriores foram presas de mim. (Napoleão imperador)
(21) Disso me aproveito sempre à custa deles. (Napoleão imperador)
(22) Boa reflexão para os outros e sobretudo para os que nunca tiveram bastante bom senso para fazê-la. (Napoleão imperador)
(23) Hei de levar os príncipes da Alemanha a falarem assim, quando se tratar da minha famosa expedição à Rússia. Farei com que os outros marchem sem isso. (Napoleão imperador)

contrário aos vossos interesses do que isto que vos dizem, de não intervir na guerra; sereis, sem mercê e sem honra, o prêmio do vencedor.] Em situações como essa ocorrerá sempre a mesma coisa: quem não é nosso amigo nos aconselhará a neutralidade; quem o é pedirá que tais nos declaremos abertamente, empunhando as armas. Os príncipes irresolutos, para fugirem aos perigos presentes, seguem as mais das vezes o caminho da neutralidade, e as mais das vezes causam assim a sua própria perdição.[24] Mas quando um príncipe se declara abertamente a favor de um dos adversários, se aquele ao qual se uniu triunfar, ainda que seja poderoso e o príncipe fique à sua mercê, terá sempre obrigações para com ele por vínculos de afeto. A torpeza dos homens jamais chega a ponto de levá-los a cometer a ingratidão de subjugar quem os auxiliou.[25] Por outro lado as vitórias não são nunca tão decisivas que permitam ao vencedor pôr de lado todos os escrúpulos e, sobretudo, calcar aos pés as normas da justiça.[26] Mas, se ao contrário, o aliado do príncipe cair vencido, não deixará este de lhe dar abrigo e, em podendo, a ajuda. Assim, fica o príncipe ligado a uma potência que pode ressurgir.[27] No segundo caso, quando nenhum dos contendores é suficientemente poderoso para havermos de recear o vencedor, mais conveniente nos será intervir na guerra. É que, assim fazendo, contribuiremos para a ruína de um com o auxílio daquele que, fora ele sábio, deveria salvá-lo.[28] A vitória do nosso aliado será então inevitável, por força de ajuda que lhe damos, e o colocará à nossa mercê.[29]

---

(24) Mostraram-se débeis e por isso mesmo não podiam escapar à perdição. (Napoleão imperador)

(25) Valiam, pois, os homens de então mais do que os de agora, em que semelhantes considerações não têm cabimento nem se fazem? O nosso século das luzes dilatou maravilhosamente a esfera da ciência política. (Napoleão imperador)

(26) Cada qual a entende a seu modo. (Napoleão imperador)

(27) Bom para os principelhos. (Napoleão imperador)

(28) A Rússia não viu isso quando abandonou a Áustria às minhas armas. Verei melhor quando se tratar de investir contra Rússia. A Áustria e a Prússia, por mais interessadas que estejam na conservação dela, podem deixar-se arrastar por mim. (Napoleão imperador)

(29) Todos eles chegarão a isso. (Napoleão imperador)

Não nos esqueçamos de que um príncipe nunca se deve coligar com outro mais poderoso do que ele para atacar um terceiro, salvo quando o fez compelido pela necessidade,[30] como acima disse; porque, se vencer, ficará entregue ao capricho do seu aliado,[31] e isso é um mal que cumpre evitar na medida do possível.[32] Os venezianos uniram-se à França para combater o duque de Milão, e essa aliança, de que podiam ter-se abstido, foi a causa da sua perdição.[33] Mas se as circunstâncias impuseram um ato de tal ordem, como ocorreu aos florentinos quando os exércitos do papa e da Espanha foram atacar a Lombardia, então o príncipe deve levá-lo a efeito pelos motivos já mencionados.

Não se julgue possa um estado tomar sempre partido de resultados seguros.[34] Ao contrário, é de bom alvitre tê-los todos na conta de duvidosos, porque está na ordem natural das coisas que ninguém consegue esquivar-se a um inconveniente, sem incorrer em outro.[35] A prudência consiste em saber examinar bem a natureza dos inconvenientes, e aceitar como bom o menos mau.

A um príncipe incumbe, também, mostrar-se amante da virtude e honrar os homens que sobressaiam em cada arte.[36] É, ainda, dever seu incutir nos súditos a idéia de que poderão exercer em paz os respectivos ofícios, seja no comércio, seja na agricultura, seja ainda em outro qualquer ramo da atividade humana, para não virem a abster-se, ou de aformosear as suas propriedades com medo que lhas tirem, ou de estabelecerem qualquer gênero de comércio, temendo os impostos.[37] O procedimento sábio de um governante para com os indivíduos dedicados a estes negócios ou para com os que inventem maneiras de multiplicar os recursos da cidade ou do estado[38] é o de premiá-los.

---

(30) Quando me convier farei com que eles sintam essa necessidade. (Napoleão imperador)
(31) Hão de ficar. (Napoleão imperador)
(32) Não é necessário que eles possam evitá-lo. (Napoleão imperador)
(33) Exemplo bem reles! (Napoleão primeiro-cônsul)
(34) Mas podemos contar com a nossa boa sorte. (Napoleão primeiro-cônsul)
(35) Sempre os há mais graves de um lado que do outro. (Napoleão primeiro-cônsul)
(36) Multiplicas as patentes de invenção. (Napoleão primeiro-cônsul)
(37) Os impostos jamais assustam a cobiça mercantil. (Napoleão primeiro-cônsul)
(38) Alguém porventura já conseguiu multiplicá-los tanto quanto eu? (Napoleão imperador)

Outras obrigações de um príncipe são a de distrair o povo com festas durante certas épocas do ano, a de ter na devida conta[39] os grêmios ou as corporações em que se divide a cidade,[40] comparecendo não raro às suas reuniões,[41] e a de dar exemplos de bondade e munificência, embora mantendo sempre, por ser ela imprescindível, a majestade do seu cargo.

(39) É, de certo, suficiente mostrar-se nas reuniões teatrais. (Napoleão primeiro-cônsul)

(40) O povo gosta muito disso. (Napoleão primeiro-cônsul)

(41) Nessa matéria é bom ser moderado. (Napoleão primeiro-cônsul)

Capítulo XXII

Os secretários do príncipe

Para um príncipe não é de pouca importância saber escolher os seus ministros, os quais são bons ou não conforme a sabedoria de que ele usou na escolha.[1] A primeira opinião que formamos de um príncipe e da sua inteligência estriba-se na qualidade dos homens que o circundam.[2] Quando estes são capazes e fiéis,[3] podemo-lo reputar sagaz, porque soube conhecer-lhes as capacidades e mantê-los fiéis a si.[4] Mas quando não o são, o fato mesmo de haver ele errado na escolha[5] justifica plenamente que o tenhamos em má conta.

Não havia ninguém que, conhecendo Antônio de Venafro como ministro de Pandolfo Petrucci, príncipe de Siena, não julgass e Pandolfo

(1) Mas esta sabedoria deve adaptar-se bem às circunstâncias. Às vezes o mais difamado é o que melhor se recomenda para ministro. (Napoleão primeiro-cônsul)

(2) Que teriam pensado de mim se houvesse tomado para ministros e conselheiros vários amigos notórios dos Bourbons, condecorados com as suas cruzes de São Luís e cobertos de favores por aqueles que eu substituía e que ambicionavam suplantar-me? (Napoleão imperador)

(3) Pode encontrar-se tudo isto mais facilmente num indivíduo desacreditado do que naquele cuja reputação cheira como bálsamo. (Napoleão primeiro-cônsul)

(4) Nisso reside a dificuldade, e nisso encontrarão a sua ruína. (Napoleão em Elba)

(5) Não sabe evitá-lo quem não conhece os homens e se deixa guiar por outrem nas suas escolhas. (Napoleão em Elba)

homem de grande valor, por ter aquele auxiliar.[6] Existem, com efeito, três espécies de cérebros: o primeiro tem idéias próprias;[7] o segundo não as tem, mas sabe compreender as de outrem;[8] e o terceiro não tem próprias nem sabe compreeender as alheias.[9] O primeiro é excelente, o segundo, bom, o terceiro, inútil.[10] Se, portanto, Pandolfo não se achava no primeiro caso, era mister que estivesse no segundo; porque, quando um príncipe, embora não possua gênio inventivo, tem suficiente discernimento para ver entre as obras do seu ministro quais as más e quais as boas, exaltando estas e corrigindo aquelas, leva o ministro a persuadir-se de que não pode enganá-lo e, por conseguinte, a conservar-se-lhe fiel.

Há um meio infalível para conhecermos um ministro. Se virmos que ele pensa mais em si do que em nós e que em todas as ações anda em busca do seu próprio interesse, poderemos estar certos de que ele é mau ministro e deveremos olhá-lo com desconfiança.[11] Quem gere os negócios de um príncipe nunca deve pensar em si mesmo, mas nele,[12] nem lembrar-lhe outras coisas que não sejam as pertencentes ao estado.[13] Por outra parte, o Príncipe, para fortalecer o sentimento de lealdade do seu servidor, deve honrá-lo, enriquecê-lo, dar-lhe honorários e cargos, torná-lo agradecido, a fim de que se convença de que não pode prescindir do príncipe, que tenha honrarias e riquezas suficientes para não desejar mais[14] e, pelos cargos que exerce, encare com receio quaisquer

(6) Vede as suas escolhas e julgai. (Napoleão em Elba)
(7) Dou preferência a estes. (Napoleão primeiro-cônsul)
(8) Não desprezo esse, desde que dê mostras de grande superioridade intelectual. (Napoleão primeiro-cônsul)
(9) São uns estúpidos e uns animais. Maquiavel esqueceu os espíritos rotineiros acorrentados aos seus métodos. (Napoleão primeiro-cônsul)
(10) Os quartos perdem-se julgando soberbamente que fazem o melhor. (Napoleão em Elba)
(11) É tratar de fazer tudo para que não possa pensar em seus interesses senão ocupando-se dos nossos. (Napoleão primeiro-cônsul)
(12) Não é possível; é querer demais. Se, porém, pensar mais em si do que em mim, percebê-lo-ei a tempo e *via via*. (Napoleão primeiro-cônsul)
(13) Como sabem ocultar os seus interesses atrás dos do meu reinado! (Napoleão imperador)
(14) Quando não é como os meus, que perderam toda a vergonha. Há mais honradez no meu reino da Itália. (Napoleão imperador)

mudanças.[15] Quando assim procedem, tanto o príncipe como o ministro podem confiar um no outro.[16] Quando procedem de maneira diferente, as conseqüências serão prejudiciais para um e para outro.[17]

(15) Embusteiros! Aprenderam agora a tornar-se importantes em todos os governos, ainda os mais diversos e opostos. (Napoleão em Elba)

(16) Bom para outras épocas e para lugares diferentes da França. (Napoleão imperador)

(17) Quem teria crido que o lesado fosse eu? Hei de prestar atenção a isso. (Napoleão em Elba)

Capítulo XXIII

Como evitar os aduladores

Não quero omitir num assunto importante um erro em que dificilmente deixam de incorrer os príncipes, se não são prudentíssimos e não sabem escolher bem os seus auxiliares. Refiro-me ao erro de darem ouvidos aos aduladores, que povoam todas as cortes.[1] É que os homens são de tal modo acessíveis à lisonja e tão facilmente se deixam por ela enganar, que só com dificuldades se defendem dessa praga; e quando procuram fazê-lo, correm o risco de cair no desprezo.[2] O melhor abrigo contra a lisonja consiste em levar os homens a compreenderem que não nos ofendem quando nos dizem a verdade.[3] Sucede, todavia, que, se todos falam sem rebuços,[4] nos faltam ao devido respeito. Por conseguinte, a um príncipe avisado cumpre ater-se a um terceiro meio: escolher em seu estado homens sábios, e só a estes dar o direito de lhe dizerem a verdade, a qual, ainda assim, deverá versar unicamente sobre assuntos em que ele os interrogue, e não acerca de outros.[5] Por sua parte, porém, deve perguntar-lhes

(1) São necessários. Um príncipe precisa do incenso deles; mas não deve deixar-se desvanecer, e isso é difícil. (Napoleão imperador)

(2) Se não me louvassem com ponderação, o povo me julgaria inferior a um homem vulgar. (Napoleão imperador)

(3) Concordo com isso. Mas hão de querer dizer-ma? (Napoleão primeiro-cônsul)

(4) Já é demais permiti-lo a dois ou três. (Napoleão primeiro-cônsul)

(5) A esses mesmos deve-se também proibir que abram a boca quando não forem interrogados. (Napoleão primeiro-cônsul)

tudo[6] e ouvir-lhes as opiniões, para depois decidir sozinho e segundo o seu modo de ver.[7] No trato com estes conselheiros incumbe-lhe mostrar que tanto mais os estimará quanto mais sinceros forem para com ele. Fora desses, porém, não queira ouvir ninguém. Tome as suas deliberações e execute-as com firmeza.[8] Quem assim não procede, ou acaba deixando-se guiar pelos aduladores ou muda a toda a hora de procedimento, dada a variedade das opiniões que ouve, e, por fim, perde a menor parcela de autoridade.[9]

A esse respeito, quero citar um exemplo de nossos dias. Frei Lucas [Rinaldi], um dos cortesãos de Maximiliano, atual imperador, referindo-se a Sua Majestade, disse que ele tinha o hábito de não pedir conselhos a ninguém e que, sem embargo, não fazia coisa alguma a seu gosto.[10] Isto resultava de proceder ele de maneira contrária à supra-referida. Efetivamente, o imperador é homem reservado, não comunica a ninguém os seus desígnios, não ouve o parecer de quem quer que seja a respeito deles. Mas ao pô-los em execução torna-os conhecidos, e as opiniões em contrário dos seus áulicos[11] levam-no logo a abandoná-los.[12] Daí destruir Maximiliano em um dia o que ele mesmo fez no anterior; não se saber nunca o que pretende fazer, nem poder ninguém confiar nas suas decisões.[13]

---

(6) É muito. (Napoleão primeiro-cônsul)

(7) Não me descuidei disso, e estou-me dando muito bem. (Napoleão imperador)

(8) Isso eu nunca deixo de fazer. (Napoleão imperador)

(9) Acrescente-se a força das circunstâncias atuais que tornam esses dois perigos ainda mais difíceis de evitar, e vereis aonde arrastam os aduladores. (Napoleão em Elba)

(10) Teve boas idéias, sobretudo quando quis ser colega e igual do pontífice, até em matéria de religião, e com este escopo tomou o título de *pontifex maximus*. Mas não possuía a minha perseverança genial. Contentou-se de dizer que, "se fosse Deus e tivesse dois filhos, o primeiro seria Deus e o segundo rei de França". Quanto a mim, todo-poderoso na Europa, farei com que meu filho, se ficar sendo o único, tenha sozinho a soberania da Santa Sé junto com a do império. (Napoleão imperador)

(11) Desgraçado de quem o imaginasse. (Napoleão imperador)

(12) Bela imaginação numa cabeça fraca. (Napoleão imperador)

(13) Não somos realmente auxiliados senão quando as pessoas por quem desejamos sê-lo sabem que somos invariáveis. (Napoleão imperador)

Um príncipe, portanto, deve sempre aconselhar-se mas quando ele próprio, e não outrem, o julgue conveniente. É bom, até, que tire de todos a idéia de o quererem aconselhar sobre coisas que não pergunte.[14] Não deixe, porém, de interrogar com abundância, e depois ouvir pacientemente a verdade acerca do que perguntou, mostrando-se ofendido quando perceber que alguém, por medo, não foi sincero com ele.[15]

Quem supõe que os príncipes tidos por homens avisados não devem tal forma a si próprios, mas às boas sugestões dos seus conselheiros, engana-se.[16] Assim no-lo diz esta regra geral, que jamais falha: nenhum príncipe pouco prudente pode ser bem aconselhado, salvo entregando-se a um conselheiro só e de grande talento, que o guie em tudo.[17] Neste caso, talvez ele venha a ser bem dirigido; mas em breve tempo perderá o estado, porque o seu guia não tardará em tirar-lhe. Se, porém, se aconselhar com vários indivíduos, um príncipe de pouco descortino[18] estará sempre diante de alvitres contraditórios e não saberá por si mesmo harmonizá-los. Cada um dos conselheiros cuidará apenas da própria conveniência, sem que ele seja capaz de percebê-lo e, por conseguinte, de corrigi-los.[19] E conselheiros de outra espécie não é possível encontrar, porque os homens, quando não são compelidos a ser bons por alguma necessidade, sempre hão de ser maus.[20] Daí se conclui que os bons conselhos, venham de quem vierem, nascem forçosamente da sabedoria do príncipe, e não que a sabedoria do príncipe nasça dos bons conselhos.[21]

---

(14) Soube fazer perder completamente a vontade disso. (Napoleão imperador)

(15) Maquiavel é muito exigente. Sei melhor do que ele o que convém na minha situação. (Napoleão imperador)

(16) A opinião está firmada. Sabe-se que posso dizer como Luís XI: "O meu verdadeiro conselho está na minha cabeça". (Napoleão imperador)

(17) Sede um Luís XIII em nossos dias e vereis bem cedo que Armand fará como Pepino. (Napoleão imperador)

(18) Não deve, nesse caso, carregar-se com o peso de outrem. (Napoleão imperador)

(19) Isto a gente verifica. (Napoleão em Elba)

(20) Verdade irrefragável, que basta para levar os ministros e cortesãos a afastarem do príncipe toda leitura de Maquiavel. (Napoleão em Elba)

(21) Onde está a cabeça reinante capaz disso? Numa ilhota do Mediterrâneo. (Napoleão em Elba)

Capítulo XXIV

Por que motivo os príncipes da Itália perderam os seus estados [1]

Um príncipe novo que siga com prudência as normas anteriormente descritas gozará de autoridade igual à de um príncipe antigo, e terá mais segurança e firmeza em seu estado do que se aí já estivesse desde muito tempo.[2] É que, sendo as ações de tal príncipe objeto de muito maior atenção do que as de um de origem dinástica, se elas forem julgadas de valor [*virtuose*], granjeiam-lhe simpatias cujo número e vigor excedem os das que ele teria se fosse de antiga linhagem.[3] Os homens olham mais para as coisas presentes do que para as passadas;[4] quando acham aquelas boas, dão-se por satisfeitos, e se o príncipe não for malquisto por outras faltas,[5] estarão sempre prontos para o defender.[6] Assim, ele desfrutará da dupla glória de ter dado início a um principado

(1) É o capítulo mais curioso. (Napoleão em Elba)
(2) Eu mesmo fiz a experiência. (Napoleão imperador)
(3) O apego que me tem a maioria dos seus nobres prova que já quase os esqueceram. (Napoleão imperador)
(4) Especialmente quando são emigrados a quem se restituíram os seus bens ou fidalgotes pobres aos quais se deu riqueza. E também os ricos me agradecem por tê-los ajudado a aumentarem os seus tesouros. (Napoleão imperador)
(5) Lançar-me-ão em rosto uma dessas faltas para justificar o terem-me virado as costas. (Napoleão em Elba)
(6) Estou fazendo essa feliz experiência. (Napoleão imperador)

novo e de o haver ilustrado e fortalecido com boas leis, boas armas, bons amigos e bons exemplos,[7] ao passo que o príncipe de sangue experimentará a dupla vergonha de, malgrado sua condição, haver perdido o principado por tal falta de sabedoria.[8]

Se observarmos os atos dos príncipes que na Itália perderam os seus estados em nossos dias, como sejam o rei de Nápoles, o duque de Milão e outros, verificaremos em primeiro lugar terem eles cometido o mesmo erro no tocante aos exércitos, conforme já fartamente expliquei; depois, veremos que alguns deles tiveram contra si o ódio popular,[9] ou, embora benquistos do povo, não souberam defender-se dos grandes.[10] Sem estes erros não se perdem os estados possuidores de recursos suficientes para levantar um exército.[11]

Filipe de Macedônia, não o pai de Alexandre Magno, mas o que foi vencido por Tito Quíncio, tinha um estado pequeno em comparação com a grandeza de Roma e da Grécia, que o atacaram. Não obstante, sendo guerreiro e, além disso, sabendo como conservar a fidelidade do povo sem se descuidar dos poderosos, sustentou durante muitos anos a guerra contra elas,[12] e se no fim perdeu o domínio de algumas cidades, ficou todavia com o seu reino.[13]

Por conseguinte, esses príncipes italianos que, depois de terem permanecido longo tempo nos respectivos estados, vieram a perdê-los, não acusem disto a fortuna, mas a sua própria inaptidão. Como nas épocas de paz não tinham pensado na eventual mudança de situação [e é erro próprio dos homens não se preocuparem com a tempestade nas épocas de

(7) Não me falta nenhuma dessas glórias. (Napoleão imperador)
(8) Isso me interessa. (Napoleão imperador)
(9) Ter a inimizade de uma só das partes deve bastar. (Napoleão em Elba)
(10) Isso não é possível com os que o rodeiam. (Napoleão em Elba)
(11) Sim, mas no caso em que possa dispor deles... (Napoleão em Elba)
(12) Do mesmo modo, assumirei melhor atitude no que concerne à confederação, caso ela se renove. (Napoleão em Elba)
(13) Ainda que aceitasse a cessão já feita dos países conquistados por mim e me restringisse às fronteiras estabelecidas, continuaria sempre a ser imperador dos franceses. (Napoleão em Elba)

bonança],[14]ao verem chegar a adversidade, trataram de fugir em vez de se defenderem,[15]esperando que o povo, cansado da insolvência dos vencedores, lhes pediria que voltassem.[16] Ora, tal maneira de proceder é boa quando não há outras; em as havendo, porém, é de mau aviso optar por ela. A esperança de que alguém mais tarde o reporá no cargo constitui por si só fraco argumento para um príncipe se deixar destituir; porque, ou isso não acontece ou, se acontece, é sempre em condições precárias, quais se podem esperar de uma defesa vil, como aquela, que dele não dependeu.[17] Somente dão resultados bons, seguros, duradouros as defesas que dependem de nós e do nosso valor [*virtù*].[18]

(14) Veja-se como isso acontece: os favoritos pavoneiam-se no meio das manifestações deles e recearíam digerir mal se dessem guarida à menor inquietação. Ainda supondo que tornassem a ver-me, não quereriam acreditar na possibilidade do meu regresso. A sua natural disposição presta-se muito para os meus estratagemas narcóticos. (Napoleão em Elba)

(15) Não terão mais ensejo para fazê-lo. (Napoleão em Elba)

(16) Responderei como um príncipe que se tornou moderado, humano, sábio. (Napoleão em Elba)

(17) Terão eles outra? É possível que os desamparem ao me verem; e, por outro lado, resguardar-me-ei deles. (Napoleão em Elba)

(18) Nunca fiz conta senão destas... e tê-las-ei! (Napoleão em Elba)

Capítulo XXV

A influência da fortuna sobre as coisas humanas e o modo como devemos contrastá-la quando ela nos é adversa

Não ignoro ser crença antiga e atual de que a fortuna e Deus governam as coisas deste mundo, e de que nada pode contra isso a sabedoria dos homens.[1] Por conseqüência, seria razoável não desperdiçar esforços, mas deixar-se guiar pela sorte. Esta opinião acha-se mais difundida hoje em dia, em virtude das mudanças que, escapando por completo ao entendimento humano, se operaram e continuam a operar ainda.[2] Foi após refletir no assunto algumas vezes que eu também me inclinei em parte a concordar com essa opinião. Todavia, para que não se anule o nosso livre-arbítrio, eu, admitindo embora que a fortuna seja dona da metade das nossas ações, creio que, ainda assim, ela nos deixa senhores da outra metade ou pouco menos.[3] Comparo a fortuna a um daqueles rios que, quando se enfurecem[4], inundam as planícies, derribam

(1) Sistema dos preguiçosos e dos fracos. Com engenho e atividade podemos dominar a fortuna mais adversa. (Napoleão em Elba)

(2) Acaso as teria ele visto maiores e mais numerosas do que as que engendrei e que posso ainda produzir. (Napoleão em Elba)

(3) Santo Agostinho não falou melhor acerca do livre-arbítrio. O meu domou a Europa e a natureza. (Napoleão imperador)

(4) A minha fortuna sou eu mesmo. (Napoleão imperador)

árvores e casas, arrastam terra de um ponto para pô-lo em outro: diante deles não há quem não fuja, quem não ceda ao seu ímpeto, sem meio algum de lhe obstar. Mas, apesar de ser isso inevitável, nada impediria que os homens, nas épocas tranqüilas, construíssem diques e cais,[5] de modo que as águas, ao transbordarem do seu leito, corressem por estes canais ou, ao menos, viessem com fúria atenuada, produzindo menores estragos.[6] Fato análogo sucede com a fortuna,[7] a qual demonstra todo o seu poderio quando não encontra ânimo [*virtù*] preparado para resistir-lhes e, portanto, volve os seus ímpetos para os pontos onde não foram feitos diques para contê-la. Se observarmos a Itália, origem e teatro de tais mudanças, veremos ser ela uma campina sem diques e sem nenhuma proteção. Houvera sido ela protegida por valor [*virtù*] conveniente,[8] como a Alemanha, a Espanha e a França, e essa enxurrada [a invasão estrangeira] ou não lhe teria trazido as grandes mudanças que trouxe[9] ou nem sequer a teria alcançado.[10] Creio que isto é suficiente para demonstrar, em tese, a possibilidade de nos opormos à fortuna.[11]

Como desejo, porém, ser mais minucioso, chamarei a atenção para o fato assaz comum de um príncipe prosperar hoje e ruir amanhã, sem que a índole ou o proceder se lhe hajam modificado.[12] Na minha opinião, tal se deve às causas já longamente explanadas ao referir-se aos príncipes que se estribam totalmente na fortuna, os quais, disse eu então, caem quando esta varia.[13] Creio ainda que será venturoso aquele cujo procedimento se adaptar à natureza dos tempos, e que, ao contrário, será desditoso aquele cujas ações estiverem em discordância com

(5) A minha perícia na matéria não lhes deixou margem para fazê-los. (Napoleão imperador)
(6) Não há de ser minha estrela que míngue até esse ponto. (Napoleão imperador)
(7) Como seria a dos meus inimigos. (Napoleão imperador)
(8) Sê-lo-á. (Napoleão general)
(9) Verás muitas coisas. (Napoleão general)
(10) Se hoje me visses lá e conhecesses os meus planos!... (Napoleão general)
(11) Apesar da tua discrição, adivinho-te o pensamento e aproveitá-lo-ei. (Napoleão general)
(12) Pobres formalistas! (Napoleão imperador)
(13) É mister adaptarmo-nos às suas variações, sem confiar inteiramente nela, embora afetando estarmos seguros do êxito. (Napoleão primeiro-cônsul)

ela.[14] Vemos, efetivamente, que os homens, em demanda de glória e riqueza, procedem de formas diversas: uns, usando de cautela, outros, de ímpeto; uns, por meio da violência, outros, por meio da astúcia; um, com paciência, outro, com sofreguidão. Sem embargo, todos eles podem vir a alcançar a meta das suas ambições.[15] Vemos outrossim, de dois cautelosos, só um chegar ao seu desígnio, e, por outra parte, dois conseguirem bom êxito com duas distintas maneiras de proceder, cautelosamente um, arrebatadamente o outro. Tudo isto não é senão fruto da harmonia ou desarmonia entre a natureza dos tempos e a feição dos atos de cada um desses indivíduos.[16] Daí deriva o que eu disse: dois homens, portando-se diferentemente um do outro, obtêm o mesmo resultado; dois, procedendo de maneiras idênticas, chegam a resultados diversos: ao triunfo um e a fracasso o outro. Nascem também daí as variações do êxito; se um príncipe reveste as suas ações de cautela e paciência e tais ações se ajustam às circunstâncias e aos tempos, ele terá bom êxito, mas se ditas circunstâncias e tempos mudarem, fracassará, porque não modifica o seu modo de proceder. Não existe, porém, homem tão avisado que saiba adapta-se ao variar dos tempos, ou porque não pode contrariar as suas tendências naturais,[17] ou porque, tendo prosperado trilhando um caminho, nada o convence a dele se desviar.[18] Assim, o homem cauteloso, quando chega a ocasião de dar ímpeto às suas ações,[19] não o sabe fazer, e por isso cai. Se os homens mudassem de caráter conforme os tempos e as circunstâncias, a sua fortuna não mudaria.

---

(14) Nunca a minha boa sorte esteve mais em desacordo com a minha situação. (Napoleão em Elba)

(15) Contanto que sigamos as nossas inclinações e não sejamos intempestivos. (Napoleão primeiro-cônsul)

(16) Variar conforme as circunstâncias e as épocas, sem nada perder do próprio vigor, é a coisa mais difícil do mundo e a que mais perseverança requer. Ver-se-á em breve a força e a flexibilidade da minha. (Napoleão em Elba)

(17) É difícil, mas hei de consegui-lo. (Napoleão em Elba)

(18) Mostrar-se bom durante o reinado só porque se mostrou antes, quando pretendia chegar ao trono, é o mais ruinoso dos métodos. (Napoleão em Elba)

(19) Espero fazê-lo com absoluta confiança na minha boa sorte. (Napoleão em Elba)

O Papa Júlio II foi arrojado em todas as suas ações,[20] e encontrou os tempos e as circunstâncias tão acordes com o seu modo de proceder, que sempre obteve resultados felizes. Atentemos na sua primeira empresa, contra Bolonha, quando ainda vivia João Bentivoglio. Os venezianos eram contrários a ela, como também o eram o rei de Espanha e a França, que se concertavam a respeito do assunto. Apesar disso, levado por seu temperamento arrebatado, iniciou a expedição, pondo-se pessoalmente à frente das tropas.[21] Tal decisão fez os espanhóis e os venezianos ficarem paralisados: estes por medo, aqueles pelo desejo que acalentaram de recuperar todo o reino de Nápoles. Ao mesmo tempo, o Rei de França colocou-se ao seu lado, pois tendo visto a expedição iniciada e desejando captar a amizade do Papa para abater os venezianos,[22] julgou não lhe ser possível negar o auxílio das suas tropas sem ofender abertamente. Obteve, portanto, Júlio II com a sua decisão impetuosa aquilo que jamais outro papa houvera alcançado com toda a prudência humana.[23] Se ele, com efeito, tivesse resolvido só partir de Roma após o remate de todas as negociações, como faria outro qualquer pontífice,[24] nunca teria triunfado. O rei de França teria achado desculpas de sobra para lhe negar auxílio e os outros lhe haveriam feito mil ameaças.[25] Quero, porém, omitir as suas demais ações, todas semelhantes a esta, e todas coroadas de bom êxito, porque a brevidade da sua vida[26] não lhe

(20) Felizmente já não há papas como esse, que atirou ao Tibre as chaves de São Pedro para utilizar somente a espada de São Paulo. (Napoleão general)

(21) Servi-me dessa tática, não por eu ser arrebatado, como ele, mas por cálculo e de acordo com a oportunidade. (Napoleão imperador)

(22) Inventarei algo semelhante no que diz respeito aos aliados, conforme o curso da sua política. (Napoleão em Elba)

(23) As imprudências são, muitas vezes, necessárias; mas convém calculá-las. (Napoleão em Elba)

(24) Quantos reis, não pertencentes ao clero, procedem com essa cautela vagarosa e tola! (Napoleão em Elba)

(25) Se não puder me esquivar de tudo isso, autorizo a que me julguei indigno de reinar. (Napoleão em Elba)

(26) Contudo, é maravilhoso poder durante dez anos continuar com bom resultado e o mesmo método. Maquiavel deveria ter dito que Júlio II sabia distrair com pactos de amizade as potências que desejava surpreender. (Napoleão primeiro-cônsul)

permitiu conhecer o fracasso. Se tivessem chegado tempos que demandassem ações cautelosas, haveria chegado também a sua ruína, pois ele não se teria afastado daquele modo de proceder a que o impelia a sua própria natureza.[27]

Concluo, por conseguinte, que os homens prosperam quando a sua imutável maneira de proceder e as variações da fortuna se harmonizam e caem quando as coisas divergem. Julgo, todavia, que é preferível ser arrebatado a cauteloso,[28] porque a fortuna é mulher e convém, se a queremos subjugar, batê-la e humilhá-la. A experiência ensina que ela se deixa mais facilmente vencer pelos indivíduos impetuosos do que pelos frios. Como mulher que é, ama os jovens, porque são menos cautelosos, mais arrojados e sabem dominá-la com mais audácia.[29]

(27) Quando esse procedimento nos traz sempre bons frutos e está de acordo com a nossa índole, temos motivos fortes para não desprezar, embora misturando-lhe um pouco de estúpida moderação diplomática. (Napoleão imperador)

(28) Realmente. As repetidas experiências feitas afastam qualquer dúvida a este respeito. (Napoleão em Elba)

(29) Comprovei-o muitas vezes, e se fosse menos jovem já não contaria com ela. Devo apressar-me. (Napoleão em Elba)

Capítulo XXVI

Exortação a libertar a Itália dos bárbaros[1]

Depois de haver refletido em tudo o que se disse nos anteriores capítulos; após ter perguntado a mim mesmo se os tempos atuais da Itália são de molde a permitir que um novo príncipe adquira nela celebridade e se homem sábio e virtuoso poderá encontrar aqui matéria suscetível de tomar nova forma que constitua motivo de glória para ele e um benefício para a totalidade dos italianos, [2] concluí que talvez nunca tenha existido outra época tão propícia à vinda de um novo príncipe como a de hoje.[3] Se, conforme eu disse, para se conhecer a virtude de Moisés, a grandeza de ânimo de Ciro e a excelência de Teseu era necessário, respectivamente, que o povo de Israel fosse escravo no Egito,

---

(1) Maquiavel falava como romano e pensava sempre nos franceses. Para mim, ao contrário, os bárbaros que devem ser expulsos da Itália são a Áustria, a Espanha, o papa, etc., etc. (Napoleão general)

(2) Projeto esplêndido, cuja execução estava reservada a mim. Com italianos efeminados como os de hoje, teria sido impossível; mas sendo eu italiano, posso fazê-lo com franceses sob as minhas ordens, dos quais os Italianos aprenderão o valor militar. (Napoleão general)

(3) Os tempos atuais são muito mais propícios ainda, visto que, ao ser ali repelida a Revolução, operaram-se profundos abalos políticos e uma grande agitação nos espíritos. (Napoleão general)

que os persas estivessem oprimidos pelos medas e que entre os atenienses lavrasse a desunião, assim, no presente, para se conhecer o valor [*virtù*] de um espírito italiano era preciso que a Itália descesse ao extremo de hoje, que fosse mais escrava do que os hebreus, mais oprimida que os persas, mais desunida que os atenienses, sem chefe, sem ordem, vencida, despojada, dilacerada, invadida, e que tivesse vencida, e que tivesse suportado toda a espécie de vexames.[4] Embora um ou outro de seus homens haja revelado indícios de gênio, deixando supor que Deus o destinará à missão de o redimir,[5] viu-se depois que no ponto culminante das suas ações sofreu o repúdio da fortuna. Destarte, tendo ficado como que sem vida, ela espera quem venha curar-lhe as feridas e pôr um paradeiro à pilhagem dos lombardos, às espoliações e tributos do reino de Nápoles e da Toscana e a sare de todas as chagas já de muito gangrenadas.[6] Veja-se como roga ao Senhor que lhe mande alguém capaz de a salvar dessas crueldades e insolências bárbaras;[7] como está ainda inteiramente pronta a seguir uma bandeira, desde que alguém a desfralde! E a quem poderia ela no momento presente confiar melhor a realização das suas esperanças, do que a vossa ilustre Casa,[8] com os seus méritos [*virtù*] e fortuna, com as graças de Deus e da Igreja, à qual deu um príncipe [o Papa Leão X, da casa dos Médicis]? Quem, mais do que ela, indicado para se colocar à frente dessa obra de redenção?[9] Isso não será difícil se os lembrardes da vida e das ações dos príncipes que mencionei.[10] Posto esses homens fossem extraordinários, nem por isso deixaram de ser homens,[11] e nenhum deles teve oportunidades tão boas como a que agora se apresenta, pois as suas empresas não foram mais justas nem mais fáceis do que esta, nem Deus foi para com eles mais benevolente

---

(4) Convém tornar a pô-la na mesma situação, para a restabelecer depois sob único cetro. (Napoleão cônsul)
(5) Não tanto como eu, por certo. (Napoleão general)
(6) Eis-me aqui. Mas antes de a salvar para mim, é mister que eu lhe cauterize as feridas com ferro e com fogo. (Napoleão general)
(7) A mando desses mesmos bárbaros ouvirei os teus rogos. (Napoleão general)
(8) Ter-se-iam realizado se eu houvesse feito parte dela então. (Napoleão general)
(9) Para empreendê-la, sim, porém para realizá-la. Falta-lhe capacidade para fazer mais do que fez. (Napoleão general)
(10) Mas para imitá-los bem é preciso ter a força deles. (Napoleão general)
(11) Meu raciocínio: há homens e homens. (Napoleão general)

do que o é para convosco. De grande justiça reveste-se o caso atual: *"justum enim est bellum quibus necessarium, et pia arma ubi nulla nisi in armis spes est"*. [É sempre justa a guerra quando necessária, e piedosas as armas quando não há esperança a não ser nas armas.] Favorabilíssimo é o ânimo existente, e quando esse existe e se inspira nos exemplos que para isso vos propus, não pode haver grandes dificuldades.[12] Outrossim, vêem-se, no caso, ocorrer fatos extraordinários, sem precedentes, filhos da vontade de Deus: as águas do mar separaram-se, uma nuvem indicou o caminho, da pedra jorrou água, choveu maná; [13] e tudo concorre para a vossa grandeza. O resto pertence a vós fazê-lo.[14] O Todo-Poderoso não quer fazer tudo para não nos tirar o livre-arbítrio e a parte de glória que nos cabe.[15]

Não vos admirei que nenhum dos italianos por mim referidos tenha sido capaz de fazer o que da vossa ilustre Casa se pode esperar, nem que, depois de tantas revoluções e de tantos manejos bélicos, pareça ter-se extinguido na Itália a virtude militar. A razão deste fato está em que as antigas instituições [militares] do país não eram boas e ninguém soube fundar novas.[16] Nada contribui tanto para a glória de um homem que surja no horizonte quanto as novas leis e instituições que ele venha a criar.[17] Quando elas são grandiosas e sólidas, tornam-no digno do mais alto respeito e admiração. Ora, não falta na Itália matéria adaptável às

(12) Há uma dose de verdade nisso tudo; porém, o que vejo com maior clareza é o ardor extremo que Maquiavel emprega para pleitear tal solução. (Napoleão general)

(13) Outros tantos milagres que se renovaram a meu favor de modo mais positivo do que a favor de Lourenço. (Napoleão primeiro-cônsul)

(14) Assim há de ser. (Napoleão primeiro-cônsul)

(15) Vê-se que Maquiavel queria ter o seu quinhão. Concedo-lhe porque me tem sido útil com as suas advertências. (Napoleão imperador)

(16) Com as minhas, tão gloriosamente experimentadas na França e que eles experimentarão por sua vez, o triunfo é inevitável. (Napoleão primeiro-cônsul)

(17) A tática que emprega é invenção minha, e diante dos seus efeitos renderam-se todos os poderosos da Europa. (Napoleão imperador)

mais variadas formas que um artífice lhe queira dar.[18] A virtude que escassear nos chefes, supri-la-ão os subalternos. Observai os duelos e as lutas de grupos, e vereis até que ponto chega a força, a destreza e o talento dos italianos. E todavia, quando a luta é de exércitos, esses dotes desaparecem. Tudo isso tem por causa a fraqueza dos chefes: os capazes não se sujeitam a obedecer; todos se julgam capazes, e até hoje nenhum houve cujo valor [*virtù*] e fortuna fossem bastantes para compelir os demais a dobrarem a cerviz.[19] Daí provém que de tão longo decurso de tempo, em tantas guerras feitas nos últimos vinte anos, todas as vezes que o exército se compunha inteiramente de italianos, só fracassos se tenham verificado. Disso dão testemunho, primeiro, o Taro, e depois Alexandria, Cápua, Gênova, Vailate, Bolonha e Mestre.

Se vossa ilustre Casa quiser, portanto, seguir o exemplo dos homens insignes que redimiram as suas províncias, cumpre-lhe antes de mais nada ter, como verdadeiro alicerce de qualquer empresa, exércitos seus; porque não se encontram soldados mais fiéis, mais sinceros e eficientes do que os italianos. E se individualmente são bons, melhores ainda serão quando, todos juntos, se virem comandados, distinguidos e sustentados pelo seu príncipe. [20] É necessário, por conseguinte, apresentar essas armas para poder, com valor [*virtù*] italiano, defender-se dos estrangeiros.[21] Posto que as infantarias suíça e espanhola tenham fama de temíveis, ambas possuem falhas, motivo pelo qual uma terceira espécie de tropas poderia, não apenas resistir-lhes, mas também vencê-las.[22] Com efeito, os espanhóis fraquejam diante da cavalaria e os suíços têm medo dos infantes quando estes os acometem com ímpeto igual ao seu.

---

(18) Isso é sempre um motivo de alento. (Napoleão general)

(19) Somente ao século XVIII estava reservado produzir tal homem. (Napoleão general)

(20) O que não farei eu quando dispuser como seu príncipe de um exército italiano incorporado em outro francês! (Napoleão general)

(21) Maquiavel fala apenas em defender-se dos estrangeiros. Eu aspiro a conquistá-los e torná-los súditos meus. (Napoleão general)

(22) Conceito ridículo que a pólvora fez esquecer. Esses pretensos mestres da arte militar não passavam de criancinhas. (Napoleão general)

Daí se origina o fato, que a experiência já demonstrou e ainda demonstrará, de não poderem os espanhóis arrostar a cavalaria francesa e de serem os suíços esmagados pela infantaria espanhola. É verdade que deste último caso não houve até agora prova cabal. Contudo, tivemos um parcial na batalha de Ravena, quando a infantaria espanhola lutou com as tropas alemãs, que empregam um método de combate igual ao das suíças. Os espanhóis, valendo-se da sua agilidade e dos seus broquéis, insinuaram-se por entre os piques dos alemães e atacaram-nos livremente, sem que os seus adversários pudessem defender-se; e tê-los-iam matado todos se a cavalaria não houvesse investido contra eles. Conhecidas, pois, as falhas de uma e de outra dessas infantarias, pode-se organizar uma de novo tipo, apta a resistir à cavalaria e não receosa dos infantes. Bastará para tanto criar novas espécies de armas e novas maneiras de combater.[23] É isto que dá prestígio e grandeza a um príncipe novo.[24] É portanto essencial aproveitar esta ocasião, para que a Itália veja, após tanto tempo, aparecer o seu redentor.[25] Nem sei exprimir com quanto amor, com quanta sede de vingança e fé obstinada, com quanta ternura e quantas lágrimas ele seria acolhido em todas as províncias que tanto padeceram com aquelas inundações estrangeiras. Que portas se fechariam diante dele? Que povos lhe recusariam obediência? Que inveja ousaria opor-se-lhe? Qual o italiano capaz de negar a sua homenagem?[26] A todos repugna este bárbaro domínio. Abrace, pois, a vossa ilustre Casa esta causa, com aquele espírito e aquela esperança com que se abraçam as empresas justas, para que debaixo das suas insígnias se nobilite esta pátria [27] e sob os seus auspícios se cumpra o dito de Petrarca:

(23) Já aprontei tudo. (Napoleão general)

(24) A minha tática, cujo segredo os meus inimigos ignoram, proporcionar-mas-á de forma muito superior à que teria sido possível a Lourenço. (Napoleão general)

(25) A Itália ouviu-o, finalmente, em mim. (Napoleão imperador)

(26) Todas essas predições se verificaram. Até os habitantes da Cidade Eterna se vangloriam de estar sob o meu cetro. (Napoleão imperador)

(27) Poderá nobilitar-se ainda mais, se isso não importar em risco para mim. (Napoleão imperador)

Virtù contro a furore
Prendera l'arme; e fia il combatter corto,
Chè l' antico valore
Negl'italici cuor non è ancor morto.[28]

[A virtude empunhará as armas contra a fúria; e a luta será breve, porque o antigo valor ainda não se extinguiu nos corações italianos. Petrarca, *Cancioneiro*, parte I, CXXVIII (canção XVI), versos 93 a 96.]

(28) Hoje, graças a mim, revive quase por completo. Todavia, não deixarei que se reúnam em uma só nação, porque isso equivaleria à destruição da França, da Alemanha e da Europa inteira. (Napoleão imperador)

ERASMO DE ROTERDÃ

A Educação de um Príncipe Cristão

Tradução de

Vanira Tavares de Sousa

Erasmo, de Holbein o Moço. Louvre, Paris

Erasmo

Teólogo e filósofo holandês, Desidério Erasmo nasceu em Roterdã, em outubro de 1469 e faleceu em Basiléia, em 1536.

Filho ilegítimo de um padre, ficou conhecido como Erasmo de Roterdã.

Ordenado padre em 1492, deixou o convento e, na Universidade de Paris, depois em Oxford, Inglaterra, e, finalmente, em Basiléia, formou seu ideal de humanismo cristão.

Suas principais obras foram Manual do Cristão Militante *(1504),* Adágios Reunidos *(1500),* Diálogos *(1518),* Elogio da Loucura *(1509).*

Esse texto de Erasmo foi escrito somente três anos depois de O Príncipe*, de Maquiavel. Respondiam ambos -- anotam os comentadores -- à instabilidade política do tempo, mas em perspectivas opostas. Enquanto o florentino pretendia orientar o príncipe que alcançara o poder ou aconselhá-lo a como se manter nele, vê-se, em Erasmo, um cândido reconhecimento para com as monarquias hereditárias.*

Erasmo

Teólogo e filósofo holandês, Desidério Erasmo nasceu em Roterdã, em outubro de 1469 e faleceu em Basiléia, em 1536.

Filho ilegítimo de um padre, ficou conhecido como Erasmo de Roterdã.

Ordenado padre em 1492, deixou o convento e, na Universidade de Paris, depois em Oxford, Inglaterra, e, finalmente, em Basiléia, formou seu ideal de humanismo cristão.

Suas principais obras foram Manual do Cristão Militante *(1504),* Adágios Reunidos *(1500),* Diálogos *(1518),* Elogio da Loucura *(1509).*

Esse texto de Erasmo foi escrito somente três anos depois de O Príncipe*, de Maquiavel. Respondiam ambos -- anotam os comentadores -- à instabilidade política do tempo, mas em perspectivas opostas. Enquanto o florentino pretendia orientar o príncipe que alcançara o poder ou aconselhá-lo a como se manter nele, vê-se, em Erasmo, um cândido reconhecimento para com as monarquias hereditárias.*

. . . . . .

SUMÁRIO

Introdução
pág. 271

A educação de um príncipe cristão
pág. 295

1 – O nascimento e a formação de um príncipe cristão
pág. 299

2 – O príncipe deve evitar os aduladores
pág. 356

3 – A arte da paz
pág. 369

4 – Receita e tributação
pág. 379

5 – A generosidade no príncipe
pág. 384

6 – A promulgação ou emenda de leis
pág. 387

7 – Os magistrados e seus deveres
pág. 402

8 – Tratados
pág. 406

9 – As alianças matrimoniais dos príncipes
pág. 409

10 – O trabalho dos príncipes em tempo de paz
pág. 413

11 – Começar a guerra
pág. 418

Introdução

A Educação de um Príncipe Cristão, *de Erasmo, e* O Príncipe, *de Maquiavel, foram escritos com uma diferença de três anos um do outro (em 1516 e 1513, respectivamente).*[1] *Ao compor seus tratados sobre a melhor forma de preparar o governante para um governo eficaz, ambos estavam reagindo à instabilidade política da época, e ao 'pânico moral' (segundo a caracterização de um historiador) provocado por um período de aspirações dinásticas e ambições territoriais elevadas por parte das famílias reinantes mais poderosas da Europa (os Médicis na Itália, os Valois na França e os Habsburgos na Espanha, Alemanha e nos Países Baixos). Reagindo à retomada do poder em Florença, em 1512, pela família Médicis (deposta pelos franceses em 1494), Maquiavel dedicou-se a definir as qualidades da virtuosidade do príncipe que irão garantir sua capacidade de manter o controle sobre o estado de que ele se apoderou. Os preceitos por ele formulados para tal, baseados na ameaça de punição por má conduta, o compromisso com o expansionismo territorial e a disposição de manter o controle político pela força, destinam-se a manter os súditos do príncipe em um constante estado de insegurança: 'é mais seguro ser temido do que amado', por exemplo, ou 'o príncipe deve ter como único pensamento ou objeto a guerra e suas leis e disciplina'.*[2]

(1) Entretanto, O Príncipe de Maquiavel só foi publicado em 1532.

(2) Ver Charles B. Schmitt, Quentin Skinner e Eckhard Kessler (eds.), *The Cambridge History of Renaissance Philosophy* (Cambridge: Cambridge University Press, 1988), 430-4; Brian P. Copenhaver e Charles B. Schmitt, *Renaissance Philosophy* (Oxford: Oxford University Press, 1992), 278-84.

O fato de as respostas dos dois pensadores a um problema compartilhado por ambos na realpolitik *serem tão radicalmente diferentes é uma dessas ironias perenes da criatividade intelectual humana. Em* A Educação de um Príncipe Cristão, *Erasmo toma exatamente o ponto de vista oposto. Enquanto Maquiavel se dedica a ensinar ao governante que tomou o poder a melhor maneira de mantê-lo, Erasmo é sincero em seu compromisso com as monarquias hereditárias da Europa, e direto em sua afirmação de que o custo da perturbação da ordem existente, em termos da discórdia e da desintegração social subseqüentes, é demasiado elevado para ser levado em consideração. Somente a tirania pura e simples justifica o confronto por parte dos súditos do governante. O problema que se coloca Erasmo em* A Educação de um Príncipe Cristão, *dado o seu compromisso com o* status quo, *e o seu apoio ao mesmo, é de que forma assegurar que as pessoas nascidas para governar sejam educadas para governar com justiça e benevolência, e que o governo do príncipe nunca degenere em opressão.*

'O príncipe simplesmente não pode existir sem o estado e, na verdade, é o estado que aceita o príncipe, e não o contrário. O que faz do príncipe um grande homem, senão o consentimento de seus súditos?[3] *É o consentimento formal dos súditos de um príncipe, segundo Erasmo, que lhe dá o direito de exercer autoridade sobre eles. Um príncipe nascido de uma linhagem hereditária pode presumir esse consentimento; um príncipe que obtém seu título mediante o casamento deve ativamente buscar esse consentimento, da mesma forma que o príncipe que obtém um território mediante a ação militar e a conquista. Em cada um desses casos, o príncipe deve fazer o firme compromisso de agir no melhor interesse de seus súditos.*

A insistência de Erasmo na necessidade de conduta virtuosa em todas as situações por parte do príncipe decorre diretamente desse modelo consensual de governo legal. Um conjunto de súditos decide submeter-se ao governo de um príncipe sob a condição estrita de que as ações deste serão dirigidas ao bem comum daqueles. Em sua carta-dedicatória ao Príncipe Carlos (mais tarde, o Imperador Habsburgo Carlos V), Erasmo apresenta a proposição de que (seguindo o filósofo político grego Xenofonte) 'há algo que vai além da natureza humana, algo completamente divino, no governo absoluto sobre súditos livres e dispostos'. O consentimento livre e disposto justifica e sustenta o governo do príncipe cristão. Daí decorre que ele precisa ser educado de forma a reconhecer e buscar o que é moralmente bom em todas as coisas, a fim de ser capaz de tomar decisões corretamente em nome de seu povo.

---

(3) ECP, ??? (ASD IV- I, 212).

Como documento estratégico do pensamento político, portanto, A Educação de um Príncipe Cristão *tem muito mais em comum com um outro tratado de idéias políticas publicado em 1516, a* Utopia,[4] *de Thomas Morus, do que com O* Príncipe, *de Maquiavel. Ambos os autores estão dispostos a restringir a liberdade individual em favor de uma comunidade estável e ordeira.*[5] *Ambos crêem que um estado cujo domínio tenha sido formulado com base em preceitos humanistas liberais, derivados dos clássicos, impostos a súditos dispostos, será justo e benevolente, estável e duradouro. Isto significa, entretanto, que os indivíduos não têm o direito de fazer objeções às conseqüências da ordem social que lhes sejam pessoalmente desvantajosas. Finalmente, ambos os autores mostram uma aversão marcante à violência e à tributação elevada e arbitrária.*[6]

É notório que Erasmo foi um pacifista durante toda a vida, com uma profunda aversão pessoal aos tipos de conflitos partidários locais alarmantes em que freqüentemente se via próximo a ser envolvido, enquanto cruzava a Europa como autor peripatético em busca de uma base estável a partir da qual conduzir e disseminar seus conhecimentos. A Educação de um Príncipe Cristão *inclui um apelo férvido pela 'paz universal' (embora ele próprio argumentasse que a inclusão, no tratado, de uma seção intitulada 'Começar a guerra' provava que ocasionalmente ele podia tolerar a ação militar em uma causa justa).*[7] *O compromisso de Erasmo com um ambiente social e político que apóie e alimente o pensamento investigador individual levou-o inequivocamente a advogar a paz a qualquer preço. Onde as crenças sectárias ou os compromissos político-partidários interpõem barreiras -- barreiras que atingem seu extremo em épocas de verdadeiras hostilidades militares -- o indivíduo é necessariamente impedido de entreter ou desenvolver idéias com liberdade e sem constrangimentos. Na seção intitulada 'Começar a guerra', Erasmo argumenta que o príncipe 'nunca é mais hesitante ou mais circunspecto do que quando se trata de iniciar uma guerra; outras iniciativas têm suas diferentes desvantagens, mas a guerra sempre provoca a destruição de tudo o que é bom'.*

---

(4) A Utopia faz parte da série Cambridge Texts (editada por George M. Logan e Robert M. Adams). e xxvi.

(5) Ver Logan e Adams (eds.), Utopia, xii

(6) Como informam Logan e Adams, entretanto, Morus é mais inclinado do que Erasmo a aceitar a guerra (e algumas táticas bastante imorais) no interesse da comunidade (*Utopia,* xxvi).

(7) Sobre o pacifismo de Erasmo, ver Ross Dealy, 'The dynamics of Erasmus' thought on war', Erasmus of Rotterdam Society Yearbook 4 (1984), 53-67.

Às vésperas da Reforma, é bastante comovente a relutância de Erasmo em considerar até mesmo o antagonismo intelectual como algo diferente de um impedimento ao livre desenvolvimento das idéias -- uma indicação antecipada de que na década de 1520 ele iria se recusar a reconhecer o papel que suas próprias revisões do Novo Testamento tinham desempenhado no pensamento radical de Lutero, quanto mais tomar posição publicamente contra ou a favor do reformador.[8] *Ou ainda, poderíamos considerar que a opinião claramente formulada de Erasmo de que, no interesse da estabilidade política e da harmonia cívica, a lealdade ao príncipe estabelecido, nativo do local, tem prioridade sobre todos os demais compromissos, predeterminou sua atitude com relação a Lutero. Assim que as denúncias de Lutero acerca da luxúria e da corrupção da Igreja Católica começaram a provocar perturbações e desordens civis, Erasmo foi obrigado a se dissociar do movimento da Reforma, apesar de sua evidente simpatia por algumas das críticas evidentes lançadas contra as práticas da Igreja. Em abril de 1522, Erasmo escreveu ao capelão de Carlos V:*

Nosso novo Papa [Adriano VI], com sua douta sabedoria e judiciosa integridade, e, ao mesmo tempo, um espírito em nosso imperador que parece acima do humano, estimulam em mim grandes esperanças de que essa praga [luteranismo] poderá ser arrancada de tal forma que nunca mais possa nascer de novo. Isto pode ser feito se

---

(8) A visão padrão do relacionamento de Erasmo com a Reforma Luterana é encontrada na introdução de E. Rummel a *The Erasmus Reader* (Toronto: University of Toronto Press, 1990): 'Em meados da década de 20, as suspeitas de que Erasmo era simpatizante de Lutero e disseminador de opiniões não-ortodoxas consolidaram-se em uma percepção geral. Erasmo tornou-se alvo de sátiras populares, tais como "Erasmo pôs o ovo que Lutero chocou" e "Ou Erasmo se luteraniza ou Lutero se erasmiza." Não surpreende que suas obras tenham sido investigadas pela Igreja. Em 1527, o Inquisidor-Geral espanhol convocou uma conferência para examinar os escritos de Erasmo. Embora as reuniões tenham sido adiadas devido a uma epidemia da peste, o processo logo veio ao conhecimento do público, e Erasmo se sentiu na obrigação de defender sua ortodoxia em uma apologia. A prestigiosa Faculdade de Teologia de Paris também examinou as obras de Erasmo e condenou diversas passagens como escandalosas e não-ortodoxas. Quando suas conclusões foram publicadas em 1531, Erasmo mais uma vez foi obrigado a justificar seus escritos. Em 1552, após a morte de Erasmo, os teólogos de Louvain juntaram-se aos seus colegas da Sorbonne em condenar passagens das obras de Erasmo como errôneas, escandalosas e heréticas. Ironicamente, Erasmo também foi atacado pelos protestantes. Profundamente desapontados por Erasmo não ter se juntado a eles, os protestantes lançaram numerosos ataques contra ele.' (9)

forem cortadas as raízes de onde essa praga floresce novamente com tanta freqüência, uma das quais é o ódio à cúria romana (cuja ganância e tirania já estavam além do suportável), e também muita legislação de origem puramente humana, que se pensava constituir um ônus para a liberdade do povo cristão. Tudo isso pode ser facilmente reparado, sem puxar o mundo pelas orelhas, mediante a autoridade do imperador e a integridade do novo Papa. Eu mesmo nada sou, mas dando o melhor de mim não deixo, e não deixarei, de cumprir meu dever. Somente faça com que o imperador, em sua benignidade, disponha para que meu salário seja permanente e garanta que minha reputação seja mantida a salvo do rancor de determinados inimigos; eu cuidarei para que ele não se arrependa de fazer de mim um conselheiro.[9]

Neste caso, e na torrente de cartas de afirmação de lealdade ao imperador, despachadas por Erasmo durante esse período, essa lealdade é constantemente expressa nos termos manifestos em A Educação de um Príncipe Cristão: *a tirania dos regimes papais anteriores dava aos cristãos o direito de se rebelarem contra o governo injusto; com o Papa benevolente atual, tal rebelião é inadmissível. O governo justo de Carlos V obriga seus súditos a serem fiéis à Igreja Católica, cuja causa Carlos defende com vigor.*

Há mais um ponto de contato entre as opiniões expressas por Erasmo em A Educação de um Príncipe Cristão *e sua atitude subseqüente em face do fermento religioso e político produzido por Martinho Lutero e seus seguidores. Antes de se tornar Papa, Adriano VI havia sido preceptor do jovem Príncipe Carlos -- cargo a que o próprio Erasmo possivelmente aspirava em 1504, mas que Adriano ganhou em 1507. Em Carlos V e no Papa Adriano VI, portanto, a Europa tinha, pelo menos na opinião de Erasmo, a concretização das esperanças manifestas nos preceitos contidos em seu tratado de 1516 de 'conselhos aos príncipes'. Carlos V era um príncipe cristão, educado de acordo com os princípios e valores humanistas sob a orientação do preceptor pessoal que agora reinava como representante de Deus na Terra -- um Aristóteles para o Alexandre de Carlos, ou um Xenofonte para o Ciro de Carlos. A tentativa de minar tal parceria, como estava fazendo Lutero, poderia, na opinião de Erasmo, ser compreendida somente como uma rebelião ilegítima e uma heresia.*[10]

---

(9) CWE 9, 61 [ep. 1273].

(10) Acerca de Adriano VI e Erasmo, ver Allen 1, 380.

A Educação de um Príncipe Cristão *é apresentada sob a forma de uma série de preceitos ou aforismos (resumos compactos e de fácil memorização acerca dos principais elementos de instrução) dirigidos ao governante esclarecido. Sua 'cristandade' é substancialmente uma questão de atitude altamente moral quanto à liderança e ao domínio da lei. No corpo do texto, os precedentes em que Erasmo baseia seus argumentos são extraídos igualmente de fontes pagãs e cristãs. Ele faz um grande passeio, com um conhecimento de virtuose acerca das obras políticas da Antiguidade, freqüentemente citando de memória. O tom é didático -- o jovem príncipe é incentivado pelo exemplo do professor humanista a mergulhar nas obras do passado (pagãs e sagradas), para desenvolver uma visão e hábitos de reflexão que irão transformá-lo no líder virtuoso de um povo obediente e agradecido.*

Erasmo começa com as características de moderação e de temperamento equilibrado, que devem ser buscadas quando uma comunidade decide eleger seu governante. Entretanto, ele dedica a maior parte da longa seção de abertura aos preceitos que irão proporcionar, ao indivíduo destinado a reinar em virtude de seu nascimento, a forma adequada como governante. Acima de tudo, é a educação humanista que faz um bom príncipe. O povo pode não ser capaz de escolher seu príncipe, mas pelo menos está em posição de garantir que ele venha a governar de forma justa quando escolhe quem vai prepará-lo para o cargo: 'Quando não houver poder para escolher o príncipe, o homem que irá educar o futuro príncipe deve ser escolhido com igual cuidado'; 'Para produzir um bom príncipe, estas sementes e outras sementes semelhantes devem ser lançadas desde o início pelos pais, pelas amas e pelo preceptor na jovem mente do garoto; e deixar que ele as absorva voluntariamente, e não à força. Pois esta é a forma de educar um príncipe destinado a governar súditos livres e dispostos.'

Segue-se uma longa seção de aforismos acerca de como educar o futuro governante. Aqui, bem como ao longo de todo o tratado, Erasmo se movimenta sagazmente entre preceitos que, em sua opinião, devem ser observados na supervisão da educação de um jovem príncipe aos cuidados de alguém, e preceitos formulados para o príncipe maduro que busca se modelar para o governo correto. Este último tipo de preceito constantemente pressiona o príncipe a encarar o domínio sobre um determinado território como uma oportunidade de servir a seu povo: 'Quando assumes o cargo de príncipe, não consideres quanta honra te está sendo conferida, mas sim quanta responsabilidade e quanta ansiedade estás tomando sobre ti. Não leves em conta somente a renda e as receitas, mas também os trabalhos que terás; e não penses que acabas de obter uma oportunidade de pilhar, mas sim de servir.'

Acima de tudo, o príncipe (e as pessoas que preparam o futuro príncipe) deve evitar o peso da tirania. Para tal, ele deve evitar todos os atos de agressão, e trabalhar constantemente pelo bem comum, e não para a vantagem pessoal: 'Quem quer que deseje conferir a si mesmo o título de príncipe e queira escapar do nome odioso de tirano, deve fazer por merecê-lo mediante iniciativas benevolentes e não mediante o medo e as ameaças.' O príncipe cristão e seu povo vivem em um estado de dívida mútua e de serviços mútuos.

Esta importantíssima seção geral do tratado é seguida de uma série de seções que incorporam conselhos mais diretamente pragmáticos, com base em obras moralizadoras como os ensaios de Plutarco (algumas das quais foram incluídas na primeira edição impressa do texto). O príncipe deve aprender a distinguir entre os lisonjeiros e os amigos, visto que os conselhos das pessoas ao seu redor são indispensáveis para o bom governo. As lisonjas a um príncipe não consistem apenas nas coisas que lhe são ditas pelas pessoas ao seu redor. Incluem estátuas, pinturas e obras literárias produzidas em sua honra, e ainda os títulos honoríficos como 'Magnífico', usados formalmente para tratar com o príncipe. 'Portanto, o garoto deve ser previamente instruído a tirar partido daqueles títulos que é forçado a ouvir. Quando ele ouve 'Pai de Seu País', que ele reflita que não há título dado a um príncipe que descreva mais corretamente o que é ser um bom príncipe do que 'Pai de Seu País'; conseqüentemente, ele deve agir de forma tal que seja considerado digno desse título. Se ele pensar dessa forma, isto terá sido um lembrete; se não, terá sido adulação.'

A seção seguinte destina-se a ensinar ao príncipe as habilidades necessárias para preservar a paz em seus domínios. Isto leva diretamente a uma seção sobre tributação, visto que o ressentimento decorrente da elevação dos impostos, como observa Erasmo, é uma causa importante da instabilidade política. Aqui Erasmo demonstra seu preconceito pessoal contra a tributação como tal, e não o conhecimento de questões fiscais. Ele chega à conclusão inevitável de que a maior parte da tributação será desnecessária se o príncipe simplesmente cortar os gastos de seu estilo de vida pessoal: 'A melhor forma de aumentar o valor da renda do príncipe é a redução de seus gastos regulares, e mesmo em seu caso faz sentido o provérbio segundo o qual a parcimônia é uma grande fonte de receita. Porém, se for inevitável instituir algum imposto, e os interesses do povo exigirem tal ação, então o ônus deve recair sobre os produtos estrangeiros e importados que não sejam exatamente necessidades da vida, mas sim refinamentos de luxo e prazer, e cujo uso esteja limitado aos ricos.' Segue-se uma breve seção sobre a conveniência de o príncipe ser de temperamento modestamente generoso.

Assim como Platão, Erasmo acredita que o bom governo é uma combinação de um bom príncipe e boas leis. As duas seções seguintes de A Educação de um Príncipe Cristão *são dedicadas, portanto, à devida promulgação de legislação por determinação do príncipe, e à escolha de magistrados para controlar sua devida aplicação. Tipicamente, Erasmo deseja minimizar o volume de interferência na vida dos súditos, e está basicamente interessado em que as leis de um país estejam em conformidade com princípios gerais de eqüidade: 'É melhor ter o mínimo de leis possível; estas devem ser tão justas quanto possível e promover o interesse público; devem, ainda, ser tão familiares quanto possível para o povo.'*

As duas seções seguintes tratam da feitura de tratados e da formação de alianças matrimoniais -- os dois principais métodos disponíveis para o príncipe para assegurar a paz e a estabilidade com os territórios vizinhos. Entretanto, Erasmo pesarosamente observa (com base na experiência recente na Europa) que as alianças matrimoniais têm mais probabilidade de piorar a sorte dos súditos do príncipe ao lhes impor um príncipe hereditário originário de linhagem estrangeira. Segue-se uma breve discussão das formas em que o príncipe deve conduzir seus assuntos, de maneira modesta e sem ostentação, em tempo de paz.

Na seção de encerramento do tratado, Erasmo volta à obrigação do príncipe de manter a paz e evitar a guerra exceto como último recurso. A guerra sempre traz miséria para os súditos do príncipe, de modo que, no interesse de seu povo, a principal preocupação do príncipe deve ser a de evitá-la. 'Embora o príncipe nunca tome qualquer decisão apressadamente, nunca é mais hesitante ou mais circunspecto do que quando se trata de iniciar uma guerra; outras iniciativas têm suas diferentes desvantagens, mas a guerra sempre provoca a destruição de tudo o que é bom, e a maré da guerra se enche de tudo o que há de pior; além disso, não há mal que persista de forma tão obstinada.' Quando a guerra for inevitável, ela deve ser conduzida da forma mais limitada possível, e com a maior economia e rapidez possíveis. Erasmo encaminha seus leitores aos diversos pontos -- em seus Adágios, *no* Panegírico *e na* Questão da Paz, *recém-concluída -- de suas próprias obras publicadas em que exprime seu próprio compromisso com o pacifismo.*

A importância de A Educação de um Príncipe Cristão, *de Erasmo, para o pensamento político subseqüente encontra-se tanto nessa forte ênfase na conduta virtuosa como espinha dorsal da sociedade organizada, como na influência contínua que seu argumento vigorosamente objetivo em defesa dessa posição vem tendo sobre os escritos políticos até os nossos dias. Sua defesa cuidadosamente elaborada do governo por consentimento exerceu uma influência importante sobre o que se escreveu, no final do*

século XVI e início do século XVII, sobre os direitos dos súditos a resistir ao governo imposto -- especialmente os debates nos Países-Baixos acerca da resistência legítima ao governo, imposto pelos Habsburgos, de Filipe II, filho e herdeiro de Carlos. Ecos de Erasmo são encontrados, por exemplo, no tratado anônimo Defesa da Liberdade contra os Tiranos (Vindiciae, contra Tyrannos), *bastante conhecido, publicado em Basiléia em 1579.*[11]

Erasmo nasceu em Gouda, Holanda, por volta de 1469, filho ilegítimo de um padre católico -- a incerteza em que deliberadamente envolveu sua data de nascimento permitiu-lhe camuflar a questão de seu pai ter pertencido ou não às ordens sacerdotais quando ele foi concebido.[12] *Após a morte de seu pai, foi colocado por seu tutor no mosteiro agostiniano de Steyn; Erasmo tornou-se padre em 1492. Em 1493, deixou o mosteiro para trabalhar como secretário do Bispo de Cambrai, que havia sido indicado para cardeal, e preparava-se para viajar a Roma. Como o bispo não obteve a colocação, Erasmo teve permissão para viajar para Paris para estudar teologia naquela universidade. Nunca voltou para seu mosteiro, e em 1517 obteve a dispensa papal que lhe permitiu viver no mundo como padre secular.*

Em 1501, Erasmo voltou para a Holanda em busca de proteção, estabelecendo-se em Louvain em 1502. Foi ali que conheceu Paludanus (Jean Desmarez), mediante quem obteve a incumbência de escrever uma oração celebrando a volta do Arquiduque Filipe em 1503. Entretanto, não havia perspectivas de um patrocínio adequado na Holanda e, após um período na Itália, Erasmo decidiu tentar a sorte na Inglaterra, onde a ascensão do intelectual e talentoso Henrique VIII em 1509 criava expectativas de progressos para humanistas como o próprio Erasmo. Na Inglaterra, tornou-se amigo íntimo de um círculo de estudiosos do grego e do latim que incluía Thomas Morus, John Colet e Cuthbert Tunstall. Seu Elogio da Loucura [Moriae encomium], *publicado em*

(11) Sobre esta obra de grande influência, ver G. Garnett (ed.), Vindiciae, contra tyrannos, or concerning the Legitimate Power of a Prince over the People, and of the People over a Prince (Cambridge: Cambridge University Press, 1994).

(12) Quanto ao relato de sua vida feito pelo próprio Erasmo (escrito em 1524), ver 'Brief outline of his life', em Rummel, Erasmus Reader, 15-20.

1512, foi escrito como cumprimento literário para seu amigo Morus, muito admirado. Morus respondeu à altura com a Utopia, que Erasmo publicou por ele em Louvain, e para a qual solicitou uma coleção de cartas prefaciais a importantes personalidades intelectuais e políticas do continente, o que contribuiu para o sucesso da pequena sátira de Morus.

Em 1514, Erasmo deixou a Inglaterra e voltou à Holanda. Em 1515, estabeleceu-se em Basiléia, onde Froben publicou sua obra Adágios, *ampliada e revisada, e sua edição das* Cartas *de São Jerônimo. Foi em Basiléia que escreveu* A Educação de um Príncipe Cristão, *incentivado por Jean le Sauvage, que era presidente do Conselho de Flandres quando se conheceram, mas que logo se tornou Grande Chanceler da Borgonha. Foi por intermédio de Sauvage que Erasmo obteve sua nomeação como Conselheiro do Príncipe Carlos, de 16 anos de idade. A nomeação era de caráter honorário, mas proporcionava uma prebenda atraente (que, infelizmente, Carlos raramente pagava).*

A tradução revisada de Erasmo para o Novo Testamento também foi publicada em 1516, e marcou o início de sua notoriedade religiosa na Europa. A nomeação de Erasmo para conselheiro de Carlos exigia que ele residisse próximo a Bruxelas, e ele escolheu morar em Louvain (o centro de saber mais próximo). A Faculdade de Teologia de Louvain era particularmente conservadora e, entre 1517 e 1521, Erasmo foi obrigado a defender suas revisões do Novo Testamento diante da enorme hostilidade local (liderada pelo teólogo Martin Dorp). Lutero usou o Novum instrumentum *como base para suas críticas dos ensinamentos católicos ortodoxos acerca das escrituras, e Erasmo viu-se associado aos reformadores. Naturalmente dado à cautela e a evitar os confrontos, logo distanciou-se do movimento luterano, embora nunca tenha se manifestado abertamente contra o mesmo. Continuou a publicar paráfrases bíblicas, comentários teológicos e traduções dos Padres da Igreja. Foi condenado pela ortodoxia católica, e suas obras foram proibidas na Espanha durante a maior parte do século XVI.*

Ao final de 1521, sob pressão crescente dos teólogos de Louvain, Erasmo mudou-se novamente para Basiléia, de mentalidade mais liberal, onde permaneceu até 1529. Quando Basiléia se declarou protestante e as agitações religiosas recomeçaram, ele se refugiou na católica Freiburg im Breisgau. Voltou a Basiléia (a cidade que havia passado a considerar seu lar) quando a ordem foi restabelecida em 1536, e lá morreu alguns meses mais tarde, em 12 de julho daquele ano. Até o dia de sua morte ele defendeu publicamente a restauração da unidade da Igreja. Todavia, o Concílio de

Trento de 1559 colocou Erasmo na primeira categoria de hereges, e incluiu todas as suas obras no índex de livros proibidos.

A Educação de um Príncipe Cristão, *de Erasmo, foi publicada pela Froben Press, em Basiléia, em maio de 1516, e dedicada ao Príncipe Carlos por ocasião de sua ascensão ao trono de Aragão.*[13] *Erasmo havia sido nomeado para o conselho de Carlos alguns meses antes. Ele se recorda de que apresentou uma cópia com dedicatória a Carlos em agradecimento pela honra; o texto é oferecido como primeira peça de 'conselho intelectual', e como ato de gratidão e homenagem.*[14] *A obra teve dez edições durante a vida de Erasmo, e foi traduzida para diversas línguas vernáculas.*

A folha de rosto da primeira edição de A Educação de um Príncipe Cristão *descreve-a como 'destilada nos preceitos mais fortificantes' -- uma obra destinada a instruir e sustentar moralmente o príncipe a quem era endereçada. Porém, isto não é tudo. A mesma folha de rosto anuncia o fato de que o volume contém 'diversas outras obras extremamente importantes'. Nelas incluem-se pseudo-Isócrates acerca da monarquia, e Plutarco, acerca da importância dos filósofos para os príncipes*[15] *-- textos antigos com quem*

---

(13) Carlos havia sucedido ao pai como Arquiduque da Borgonha (governante da maior parte dos Países-Baixos) em 1506. Tornou-se rei de Aragão quando seu avô Ferdinando II morreu em 1516. Estritamente falando, ele só herdou a Castela por ocasião da morte de sua mãe Joana, em 1555 (ela a havia herdado de Isabel em 1504); contudo, Joana ('a Louca') foi considerada inapta a reinar e renunciou a seus direitos em favor do filho. Efetivamente, portanto, a ocasião para o tratado de Erasmo era a ascensão de Carlos ao trono de uma Espanha unificada. Em 1519, ele sucedeu ao avô Maximiliano como imperador Habsburgo (embora tecnicamente o cargo fosse eletivo, e Carlos tivesse que disputá-lo com outros concorrentes, inclusive o rei francês Francisco I; com base em um imenso empréstimo em dinheiro por parte dos banqueiros alemães Fugger, Carlos ofereceu incentivos financeiros a um número suficiente de eleitores para garantir uma vitória confortável).

(14) Allen 1, 44, cit. Tracy, Politics, 52: 'Pouco depois de sua volta de Antuérpia, ele recebeu uma carta de Sauvage, datada de 8 de julho ... Sauvage lhe conferia "imediatamente" um canonicato em Courtrai. Nem seria isso o que ele esperaria "com esperança certa da generosidade de sua majestade católica (Príncipe Carlos), meu senhor." Erasmo, que não era de entendimento lento, chegou a Bruxelas por volta de 10 de julho. Foi presumivelmente nessa ocasião que fez a dedicatória em um exemplar de *A Educação de um Príncipe Cristão* para Carlos.'

(15) Ver ASD IV-2, 106-7.

A Educação de um Príncipe Cristão, *de Erasmo, tem dívidas óbvias em termos de conteúdo e expressão.*[16] *Porém, a escolha mais surpreendente para inclusão é uma reimpressão do* Panegírico *de Erasmo ao Arquiduque Filipe (Filipe, o Belo), filho de Maximiliano, em sua volta da Espanha para os Países-Baixos, um discurso escrito apressadamente por solicitação do Orador Público Jean Desmarez (Paludanus)*[17] *no final de 1503, apresentado pessoalmente por Erasmo, e impresso em 1504.*

Os especialistas em Erasmo sempre tiveram a tendência a depreciar o Panegírico *para Filipe como uma peça de bajulação lamentável, uma oração de baixa qualidade escrita quando o autor estava em busca de patrocínio e de uma renda regular.*[18] *Filipe certamente deu a Erasmo uma quantia significativa como gratificação pelo seu esforço,*[19] *e pode ter-lhe oferecido um cargo na educação de seus filhos (incluindo o Príncipe Carlos, de 3 anos de idade).*[20] *Na edição de 1516, Erasmo adi-*

---

(16) Ver notas ao texto.

(17) Jean Desmarez, ou Paludanus (falecido em 1525), era de Cassel, perto de St. Omer. Além de ocupar a função de Orador Público na Universidade de Louvain, era cônego da Igreja de São Pedro. Tornou-se primeiro-secretário, ou Escriba, da Universidade em dezembro de 1504. Hospedou Erasmo diversas vezes, e Erasmo sempre falava dele com carinho. Uma carta de Paludanus a Peter Gilles e alguns versos por ele escritos foram incluídos na primeira edição da Utopia de Morus, que foi impressa em Louvain em 1516, e divulgada por Erasmo. Paludanus proporciona, assim, mais uma conexão entre as impressões de 1516 de *A Educação de um Príncipe Cristão* e a *Utopia*.

(18) Ver, por exemplo, CWE 27, xvii: 'O problema, como observa Otto Herding em sua introdução à edição ASD, é saber por que Erasmo se recusou a permitir que o Panegyricus fosse relegado ao esquecimento após a morte de Filipe em 1506.'

(19) 'Para um clérigo da ordem de Santo Agostinho, uma libra como gratificação, que Sua Excelência ofereceu pelo esforço e pelo trabalho que ele teve em compor um belo livro em louvor de Sua Excelência, relativo a sua viagem à Espanha, e que lhe foi apresentado em 9 de janeiro de 1504' (Allen I, 396).

(20) ' "Pois (segundo ouvi falar) vós [sc. Filipe] já estais pesquisando com o fim de escolher em toda a terra-natal um homem douto em moral e em letras, a cujo seio vós possais confiar vossos filhos, ainda de tenra idade, para que sejam instruídos nas disciplinas dignas de um príncipe." Esta passagem poderia ser entendida como uma publicidade da disponibilidade do autor para o cargo. Se cogitou, em 1504, de se envolver Erasmo na educação dos filhos de Filipe, isto poderia explicar a assimilação do *Panegírico* à *Educação de um Príncipe Cristão.*' (Tracy, *Politics*, 18-19)

cionou uma frase à carta-prefácio do Panegírico, sugerindo que havia declinado uma oferta importante de emprego por ocasião de sua apresentação.[21]

Na verdade, o Panegírico *está muito bem colocado ao lado de* A Educação de um Príncipe Cristão, *particularmente se levarmos em conta a cuidadosa contextualização feita por Erasmo para esse último tratado em sua carta-prefácio àquele trabalho. Erasmo insiste (como também o faz no* Panegírico*) em que o príncipe a quem se dirige -- um príncipe à altura de Alexandre, o Grande, em termos de probidade moral e de sabedoria -- já exemplifica plenamente os preceitos por ele codificados:*

'Tais são tua boa natureza, tua honestidade de pensamento e tua habilidade, tal é a formação que tiveste com os professores mais bem-preparados, e sobretudo tantos são os exemplos que encontras ao teu redor por parte de teus ancestrais, que todos nós esperamos com confiança ver Carlos um dia realizar o que o mundo ultimamente esperava de teu pai Filipe; tampouco teria ele desapontado as expectativas do público se a morte não o houvesse colhido antes do tempo. Assim, embora soubesse que Vossa Alteza não tinha qualquer necessidade dos conselhos de um homem, muito menos dos meus, tive a idéia de estabelecer o ideal do príncipe perfeito para o bem geral, mas com o teu nome, de modo que os que são educados para governar grandes impérios possam aprender os princípios de governo por intermédio de ti e tomar-te como exemplo.' [22]

Carlos é um exemplo de como os preceitos do bom governo explicitados em A Educação de um Príncipe Cristão *devem ser aplicados; seu pai Filipe, segundo o* Panegírico *de Erasmo, também mostrou aos príncipes como governar bem. Assim, os preceitos do tratado são oferecidos como princípios subjacentes ao governo exemplar de dois poderosos príncipes Habsburgos em cujo reino vive o próprio Erasmo.*

O Panegírico *não é a única obra reimpressa, como parte do volume contendo a primeira edição de* A Educação de um Príncipe Cristão, *a atrair a atenção para o fato de que o gênero 'conselho aos príncipes' está pragmaticamente ligado ao projeto prático de encontrar um mecenas generoso e constante. O volume se abre com uma tradução de Erasmo, do grego para o latim, dos 'Preceitos relativos à administração*

---

(21) Tracy, Politics, 18: 'A carta-dedicatória do *Panegírico* contém uma declaração segundo a qual o arquiduque, ao pagar Erasmo por seu trabalho ao escrever a oração, "ofereceu muito se eu desejasse me juntar a sua *entourage* na corte." Esta frase foi adicionada em 1516, quando o *Panegírico* foi republicado em conjunto com *A Educação de um Príncipe Cristão*.

(22) ECP????.

do reino, dirigidos ao Rei Nicocles', de Isócrates; e A Educação de um Príncipe Cristão *e o* Panegírico *são seguidos da tradução latina de Erasmo para 'Como fazer a distinção entre os bajuladores e os amigos', de Plutarco, descrita na folha de rosto do volume como 'dirigida a Sua Alteza Serena, Henrique VIII, Rei da Inglaterra'. A seguir, encontram-se duas outras obras curtas de Plutarco: 'O aprendizado é necessário para o príncipe'* [In principe requiri doctrinam] *e 'Com os príncipes deve-se discutir especialmente de maneira filosófica'* [Cum principibus maxime philosophum debere disputare]. *Este pequeno grupo de textos didáticos, todos oferecendo conselhos práticos ao príncipe, contém uma carta-prefácio a Henrique VIII, exortando-o a escolher seus amigos com cuidado; e há também uma carta breve ao Cardeal Wolsey, instando-o a dar bons conselhos ao rei inglês.*[23] *Toda a coleção de textos diz respeito ao papel fundamental dos homens cultos na prestação de conselhos aos príncipes. Cada dedicatória enfatiza a relevância direta dos textos introduzidos para com as atividades práticas do governo nos territórios dos respectivos príncipes a quem elas são dirigidas.*

Conseqüentemente, a primeira publicação de A Educação de um Príncipe Cristão, *de Erasmo, associa de forma clara e firme a atividade de treinamento do príncipe aos próprios príncipes e às necessidades pragmáticas de seus regimes. Em outras palavras, a obra não é apresentada como uma obra idealista e teórica, mas como um manual para a prática. Enquanto as reflexões de Thomas Morus acerca do estado bem-administrado em sua* Utopia *são cuidadosamente distanciadas da vida contemporânea e apresentadas em um 'lugar inexistente', os preceitos de Erasmo para os príncipes são vigorosamente ligados ao propósito do momento -- a sustentação de um regime benevolente, para o bem do povo, particularmente nos Países-Baixos, sob o domínio do Príncipe Carlos, governante da Borgonha e Castela e (desde a morte de seu avô Ferdinando em 1516) ocupante do trono de Aragão.*

Entretanto, pode-se argumentar que a descrição exageradamente lisonjeira que Erasmo pinta de Filipe, o Belo, em uma prosa eloqüente que freqüentemente chega ao absurdo, está bem distante da descrição bem temperada e ponderada do governo do príncipe em A Educação de um Príncipe Cristão. *Porém, isso significa perder de vista o objetivo de Erasmo, de que o bom príncipe sabe como*

(23) Todas essas cartas haviam aparecido pela primeira vez na primeira edição imprensa dos textos latinizados de Plutarco (Froben, 1514).

ignorar a bajulação e concentrar-se na substância de qualquer discurso a ele dirigido por seus conselheiros. 'Não será pouco para tua reputação', escreve Erasmo em sua dedicatória a Carlos, 'que Carlos foi um príncipe a quem um homem não precisava hesitar em oferecer a descrição de um príncipe cristão verdadeiro e correto, sem qualquer bajulação, sabendo que ele iria graciosamente aceitá-lo como um príncipe já excelente, ou sabiamente imitá-lo como um jovem sempre em busca do auto-aprimoramento'.[24] *De forma similar, em sua dedicatória ao* Panegírico, *dirigida a Nicholas Ruistre,*[25] *Erasmo insiste em que mesmo dentro da forma genericamente lisonjeira do* Panegírico, *podem ser oferecidas instruções acerca da conduta geral do príncipe, vinculando-se as proposições teóricas ao exemplo específico do príncipe em questão:*

'Minha preferência pela expressão franca fez-me sentir uma certa aversão por todo esse tipo de texto, a que a frase de Platão "a quarta subdivisão da bajulação" parece especialmente aplicável... Porém, certamente não há outro método tão eficaz para corrigir os príncipes quanto dar-lhes o exemplo de um bom príncipe como modelo, com o pretexto de pronunciar um panegírico, desde que lhe sejam concedidas virtudes e removidos os vícios de modo a deixar claro que estamos oferecendo estímulo para as primeiras e desestímulo para os últimos.' [26]

As duas obras oferecem, assim, dois exercícios, em dois modos retóricos distintos, demonstrando como um conselheiro sábio (o próprio Erasmo) pode dar instruções úteis a jovens príncipes sobre o governo correto.

Tomando-se o volume em sua integridade, portanto, a primeira publicação de A Educação de um Príncipe Cristão *apresenta um manifesto acerca do papel fundamental de um 'filósofo' (ou educador profissional) na administração de um estado adequadamente gerenciado. Em 1516, o destinatário do volume, o Príncipe Carlos, já havia realmente reconhecido esse papel em Erasmo, ao torná-lo um dos seus conselheiros. Ao republicar a oração em louvor do pai de Carlos, com a conseqüente insistência no papel fundamental desempenhado pela educação na administração de Filipe nos Países-Baixos, Erasmo ofereceu mais um cumprimento público a seu novo*

---

(24) ECP ???.

(25) Nicholas Ruistre de Luxemburgo (c. 1442-1509) cresceu na Corte da Borgonha e serviu a quatro Duques da Borgonha em seqüência – Filipe, o Bom; Carlos, o Temerário; Maximiliano; e Filipe, o Belo – em cargos administrativos elevados. Tornou-se chanceler da Universidade de Louvaim em 1487, e bispo de Arras em 1501.

(26) CWE 27,7.

empregador. Sabemos que o cumprimento foi oferecido, mediante uma carta de Carlos a Erasmo no início de abril de 1522, na ocasião em que Erasmo lhe dedicava mais uma obra, sua paráfrase do Evangelho de Mateus:

'De nossa parte, lembramo-nos de como vossos muitos dotes intelectuais respeitáveis foram demonstrados, em parte a Sua Majestade, nosso pai de ilustre memória, e em parte a nós. A ele oferecestes vosso Panegírico, *e a nós vossa* Educação de um Príncipe Cristão, *não apenas para a elevação de nosso nome, mas também em grande benefício para a posteridade. Portanto, acreditamos ser parte de nosso dever real demonstrar-vos toda a gratidão que a ocasião nos enseja, pois somos levados a crer que é uma grande felicidade para o homem de gênio encontrar no príncipe alguém que admire suas grandes qualidades. Nesse ínterim, faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para promover vossas atividades religiosas e o empreendimento honorável e valioso a que vos dedicais atualmente, e haveremos de incentivar qualquer iniciativa vossa que chegue a nosso conhecimento em honra de Cristo e para a salvação de todo o povo cristão.*[27]

Nessa ocasião, Carlos responde ao cumprimento a seu pai e a si mesmo como príncipes cristãos, assumindo precisamente o papel (apoio ao 'homem de gênio' que manifesta sua lealdade) defendido por Erasmo.

Todavia, logo no início de 1517, ficou claro que Carlos não pretendia realmente tornar o cargo de Erasmo algo mais que marginal e honorário. Em outras palavras, embora Carlos estivesse contente de declarar Erasmo seu mentor humanístico, não se comprometeria com um salário ou uma pensão substancial e regular. Em 1517, portanto, em seus esforços de encontrar um mecenas mais generoso, Erasmo voltou a fazer uso do volume de A Educação de um Príncipe Cristão, *de 1516. O episódio proporciona-nos uma idéia clara da função política que os volumes de 'conselho aos príncipes' poderiam desempenhar para seus autores -- a de literalmente fazer propaganda das competências do autor, na esperança de lhe angariar um emprego como conselheiro ou secretário no governo de um príncipe poderoso.*[28]

---

(27) CWE 9, 51-2 [ep. 1270]. Foi provavelmente a confirmação da relação entre súdito intelectual e príncipe cristão oferecida por Carlos nessa carta que provocou a enxurrada de cartas que Erasmo enviou nas semanas seguintes aos conselheiros espirituais e seculares do imperador, reiterando seu compromisso com Carlos, e com a Sagrada Igreja Católica, cuja causa Carlos havia se encarregado de defender.

(28) Além das obras de Erasmo e de Maquiavel neste gênero, o estudioso francês Guillaume Budé escreveu uma obra para o rei francês Francisco I em 1519.

Em setembro de 1517, Erasmo enviou a Henrique VIII uma cópia com iluminuras a mão, do volume de 1516 de Froben.[29] *No início daquele ano, ele havia sido cordialmente recebido tanto por Henrique como por Wolsey, em uma visita à Inglaterra -- embora este último não fosse 'geralmente uma pessoa de boa natureza ou afável'.*[30] *Segundo seu próprio relato, Erasmo foi levado a crer que se viesse a se estabelecer definitivamente na Inglaterra, iria receber patrocínio do rei sob a forma de uma residência e uma prebenda de cerca de 100 libras por ano.*[31] *Entretanto, quando a oferta foi colocada no papel por Wolsey, a prebenda havia sido reduzido para apenas 20 libras. Erasmo continuou a negociar, mas aparentemente a oferta acabou não se concretizando.*[32]

Nesse ínterim, em agosto de 1517, morreu Ammonius, o secretário latino de Henrique VIII, criando uma vaga importante para um especialista no governo do rei.[33] *Foi nesse momento que Erasmo enviou a Henrique VIII o exemplar especialmente preparado de* A Educação de um Príncipe Cristão.[34] *Em uma carta cuidadosamente elaborada, Erasmo justificava a escolha dessa obra específica, e discretamente apresentava seu pedido de emprego. Henrique era um rei incomum pelo fato de que, apesar de sua inteligência excepcional, apreciava 'as conversações familiares de homens sábios e cultos' (exatamente como Plutarco aconselhava). 'Acima de tudo, em meio a todas as atividades do reino e, de fato, de todo o mundo, raramente se passa um dia em que V. Majestade não devote uma parcela de seu tempo à leitura de livros, desfrutando da companhia dos filósofos do passado, que não lisonjeiam os homens e, especialmente, de livros que quando folheados o tornam um homem melhor*

---

(29) Para o relato completo deste episódio, ver Cecil H. Clough, 'Erasmus and the pursuit of English royal patronage in 1517 and 1518', Erasmus of Rotterdam Society Yearbook 1 (1981), 126-40.

(30) Carta de Erasmo a seu amigo Willibald Pirckheimer (Allen III, 116-19, ep. 694).

(31) Clough, 'Royal patronage', 130.

(32) Para verificar que a oferta nunca foi confirmada, ver a nota em CWE 5, 165 (linha 11).

(33) Andrew Ammonius de Lucca (c. 1478-1517) veio da Itália para a Inglaterra por volta de 1504, em busca de uma vaga de secretário de prestígio. Em 1509, estava a serviço de Lord Mountjoy, como secretário latino. Tornou-se secretário latino de Henrique VIII em 1511, e obteve uma série de recompensas importantes por seus serviços (inclusive promoção eclesiástica, e o cargo de coletor local de impostos para tributos papais). Morreu antes de completar 40 anos, da doença da transpiração.

(34) Além da iluminura, o exemplar continha uma folha de velino com as armas de Henrique VIII. Ver CWE 5, 110.

e mais sensato, e um melhor rei.'[35] *Em outras palavras, a conduta de Henrique exemplificava com perfeição os conselhos acerca do governo do príncipe, oferecidos por Isócrates e Plutarco nos elementos contidos no volume presenteado.*

A seguir, Erasmo chama a atenção do rei para a especial utilidade, para este, das obras individuais constantes do volume de A Educação de um Príncipe Cristão, *de Froben. As orações de Plutarco republicadas como parte do volume já continham dedicatórias a Henrique VIII e a Wolsey, recomendando seu uso no aconselhamento. Evidentemente, Henrique VIII observou isso e levou a sério o fato de essas palavras lhe serem dirigidas: por solicitação de Henrique, Sir Thomas Elyot subseqüentemente as traduziu do latim para o inglês. O panegírico para Filipe da Borgonha, 'cuja memória sei que para vós é sagrada, sabendo que quando ele era um jovem e vós um garoto, vós o amastes como a um irmão, e vosso excelente pai o havia tomado como filho adotivo, e não somente de nome', também era (sugeria Erasmo) de especial importância sentimental para Henrique.*[36] A Educação de um Príncipe Cristão *(continua Erasmo) foi dedicada ao Príncipe Carlos quando Erasmo passou a fazer parte do círculo de conselheiros de Carlos: 'Quanto a esta oferta, acreditei que seria correto responder ao chamado do dever desde o início, em lugar de oferecer conselhos sobre esta ou aquela questão de forma a expor as fontes de todos os bons conselhos a um príncipe dotado de grandes qualidades naturais, mas ainda jovem.'*[37] *Como conselheiro de seu príncipe, portanto, Erasmo representa seu papel como o de um educador geral, e não o de oferecer decisões políticas sobre questões individuais.*

Visto que Carlos havia recentemente negociado um empréstimo financeiro substancial com Henrique VIII, e estava, portanto, a ele ligado por obrigação de príncipe, o momento era propício para que Erasmo oferecesse ao rei inglês um 'memorial de dois monarcas tão caros a vós', que ao mesmo tempo exemplificava perfeitamente, em seus preceitos, o regime liberal do próprio Henrique.[38] *Erasmo encerra lembrando*

---

(35) CWE 5, 109 [ep. 657].

(36) CWE 5, 112. Em sua viagem dos Países-Baixos para a Espanha em janeiro de 1506, Filipe e sua esposa Joana foram levados por um vento forte para a costa inglesa. Henrique VIII aproveitou a oportunidade para formar uma ligação pessoal com o jovem Habsburgo, e seu filho de 15 anos fez amizade com este. Por ocasião da morte de Filipe, Erasmo escreveu uma carta de condolências para Henrique (Allen ep. 204).

(37) CWE 5, 112.

(38) Ibid. Acerca do empréstimo, e do conseqüente realinhamento de Carlos com os ingleses (em oposição aos franceses), ver Clough, 'Royal patronage', 136.

ao rei inglês que 'na última vez em que estive em vosso país, vós me convidastes em termos tão generosos' -- que este volume-presente sirva como uma renovação (ele deixa implícito) daquelas promessas de generosidade.

Erasmo não obteve o cargo de Ammonius como secretário latino de Henrique VIII. Em seu lugar, o cargo foi para o assistente de Ammonius, Peter Vannes, que era o candidato preferido de Wolsey. Entretanto, o episódio serve de paradigma para as possibilidades políticas que Erasmo entrevia com este volume. Uma gratificação de 20 libras da parte do rei chegou a Erasmo em meados de abril de 1518 -- triste recompensa, em se tratando de Erasmo, mas de qualquer forma uma indicação de que Henrique VIII havia reconhecido os talentos de Erasmo como conselheiro, conforme apresentados no volume-presente, e poderia mais tarde oferecer-lhe um emprego mais seguro.[39] *No final das contas, entretanto, Erasmo nunca conseguiu assegurar o tipo de nomeação real com que sonhava, junto a um dos seus príncipes mecenas em potencial -- possivelmente, os termos por ele exigidos nunca eram bem o que esses príncipes estavam preparados para oferecer.*

Curiosamente, é essa relação estreita entre um tratado de 'conselhos aos príncipes' e um pedido de emprego justamente como tal conselheiro que constitui a conexão mais forte entre o tratado de Erasmo e o de Maquiavel. O Príncipe *de Maquiavel foi originalmente dedicado a Giuliano de Médicis, que havia assumido o poder em Florença quando a República ruiu em 1512.*[40] *'A oferta de um presente é um costume freqüente das pessoas que buscam o favor de um príncipe', escreve Maquiavel; 'Eu também gostaria de me recomendar a Vossa Magnificência com uma indicação de minha prontidão em servi-lo.'* [41] *Aparentemente, nas primeiras décadas do século XVI, os manuais de 'conselhos aos príncipes' eram vistos, pelas pessoas que esperavam obter empregos nos corredores do poder, como o tipo de portfólio de realizações pessoais na área de idéias políticas que poderia garantir um emprego público.*

---

(39) Clough, 'Royal patronage', 140. Quando Erasmo respondeu, agradecendo profusamente a Henrique por seu presente, também aceitou uma 'função' (um tanto nebulosa) na Inglaterra, que prometeu assumir no prazo de quatro meses.

(40) Giuliano morreu em 1516, portanto Maquiavel escreveu uma nova dedicatória para Lourenço de Médicis, por ocasião da primeira edição impressa do Príncipe.

(41) Citado em Harry R. Burke, 'Audience and intention in Machiavelli's "The Prince and Erasmus' 'Education of a Christian Prince', *Erasmus of Rotterdam Society Yearbook 4* (1984), 84.

Cronologia da vida e da obra de Erasmo

Data	Dados biográficos	*Grande obra publicada*
1469 (?)	Erasmo nasceu em 27 de outubro	
1478-83(?)	Freqüenta a escola dos Irmãos da Vida em Comum, em Deventer	
1483-6	Freqüenta a escola de Hertogenbosch	
1486	Ingressa no mosteiro agostiniano de Steyn	
1492	Ordenado padre em 25 de abril	
1492/3	Secretário de Henrique de Bergen, Bispo de Cambrai	
1495-9	Estuda teologia no Colégio Montaigu em Paris	
1499	Primeira visita à Inglaterra: conhece Morus e Colet	
1500-2	Estuda em Paris (visita Orléans e os Países-Baixos) *Adágios* (primeira versão)	
1502-4	Primeira estada em Louvain	*Manual do Cristão Militante / Panegírico*
1504-5	Terceira estada em Paris	
1505-6	Segunda visita à Inglaterra, hospeda-se na casa de Thomas Morus	*Epigramas* (com Morus)
1506-9	Viaja pela Itália, hospedando-se com o editor Aldo Manunzio em Veneza, 1507-8	*Adágios* (segunda versão)
1509-14	Terceira estada na Inglaterra, leciona em Cambridge, 1511-14 (visita Paris em 1511)	*O Elogio da Loucura / De copia / Sobre o Método Correto de Estudar*
1514-16	Primeira visita a Basiléia; muda-se para a tipografia de Froben; visita a Inglaterra em 1515; visita os Países-Baixos em 1516, nomeado conselheiro de Carlos V; supervisiona a impressão da *Utopia* de Morus	*O Novo Testamento / A Educação de um Príncipe Cristão*
1517	Visita Pieter Gilles em Antuérpia; visita a Inglaterra; dispensa papal	*Questão da Paz*

1517-21	Segunda estada em Louvain, passa a fazer parte da Faculdade de Teologia. Visita Basiléia em 1518; Calais em 1520 (audiência com Henrique VIII); Colônia em 1520	*Colóquios* (primeira versão)
1521-9	Muda-se para Basiléia no final de 1521	*Paráfrases / Sobre o Livre-Arbítrio / Ciceroniano / On Writing Letters / Método da Verdadeira Teologia / Antibárbaros*
1524	Controvérsia com Lutero	
1529	Basiléia torna-se protestante; Erasmo muda-se para a católica Freiburg	*Da Educação das Crianças*
1535	Volta a Basiléia Fisher e Morus executados na Inglaterra	
1536	Morte de Erasmo em 12 de julho	
1540		*Opera omnia*

Outras leituras

Erasmo *Collected Works of Erasmus* (Toronto: University of Toronto Press, 1974 - continua)

Augustijn, C. *Erasmus: His Life, Works and Influence* (Toronto: University of Toronto Press, 1992)

Bainton, R. H. *Erasmus of Christendom* (New York: Scribner, 1969)

Bietenholz, P. G. e T. B. Deutscher (eds.) *Contemporaries of Erasmus*: *A Biographical Register of the Renaissance and Reformation*, 3 vols. (Toronto: University of Toronto Press, 1985-7)

Burke, H. R. 'Audience and intention in Machiavelli's *The Prince* and Erasmus' *Education of a Christian Prince*', *Erasmus of Rotterdam Society Yearbook 4* (1984), 84-93

Clough, C. H. 'Erasmus and the pursuit of English royal patronage in 1517 and 1518', *Erasmus of Rotterdam Society Yearbook 1* (1981), 126-40

Copenhaver, B. P. e C. B. Schmitt (eds.) *Renaissance Philosophy* (Oxford: Oxford University Press, 1992)

Ijsewijn, J. 'Humanism in the Low Countries', in *Renaissance Humanism: Foundations, Forms and Legacy*, 3 vols. ed. A. Rabil, Jr (Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1988) 11, 156-215

Jardine, L. *Erasmus, Man of Letters*: *The Construction of Charisma in Print* (Princeton: Princeton University Press, 1993)

Logan, G. M. e R. B. Adams (eds.) Thomas More: *Utopia*, Cambridge Texts in the History of Political Thought (Cambridge: Cambridge University Press, 1989)

McConica, J. K. *English Humanists and Reformation Politics under Henry VIII and Edward VI* (Oxford: Clarendon Press, 1965)

Phillips, M. M. *Erasmus and the Northern Renaissance* (Londres: English Universities Press, 1949)

The 'Adages' of Erasmus: A Study with Translations (Cambridge: Cambridge University Press, 1964)

Preserved Smith *A Key to the Colloquies of Erasmus* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1927)

Rabil, A., Jr *Renaissance Humanism: Foundations, Forms and Legacy*, 3 vols. (Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1988)

Rummel, E. *The Erasmus Reader* (Toronto: University of Toronto Press, 1990)

Schmitt, C. B., Q. Skinner e E. Kessler (eds.) *The Cambridge History of Renaissance Philosophy* (Cambridge: Cambridge University Press, 1988)

Spitz, L. 'Humanism and the Protestant Reformation', in *Renaissance Humanism*: *Foundations, Forms and Legacy*, 3 vols. ed. A. Rabil, Jr (Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1988) II, 380-411

Tracy, J. D. *The Politics of Erasmus: A Pacifist Intellectual and his Political Milieu* (Toronto: University of Toronto Press, 1978)

Abreviaturas

Allen	*Opus epistolarum Desiderii Erasmi Roterodami*, ed. P. S. Allen, 12 vols. (Oxford, 1906-58)
ASD	*Opera omnia Desiderii Erasmi Roterodami (*Amsterdam, 1969-)
CWE	*Collected Works of Erasmus* (Toronto, 1974 -)
ECP	*The Education of a Christian Prince*

A educação de um príncipe cristão

Para o Ilustríssimo Príncipe Carlos,
neto do invencível Imperador Maximiliano,
de Desiderius Erasmus de Roterdã

A sabedoria em si mesma é uma coisa maravilhosa, ó Carlos, o maior dos príncipes – e nenhum tipo de sabedoria é classificada por Aristóteles como mais excelente do que a que ensina como ser um príncipe benevolente; pois Xenofonte, em seu *Oeconomicus* considerava corretamente que há algo que vai além da natureza humana, algo completamente divino, no governo absoluto sobre súditos livres e dispostos.[1] Esta é naturalmente a sabedoria que deve ser tão desejada pelos príncipes, o único presente que o jovem Salomão, altamente inteligente, suplicou, desprezando tudo o mais, e desejou ter continuamente assentada ao lado de seu trono real. Esta é aquela bela e virtuosa Sunamita, em cujos braços Davi, sábio pai de um sábio filho, encontrava seu único prazer. É ela que diz em *Provérbios:* 'Por mim governam os príncipes e os nobres; sim, todos os juízes da Terra.' Sempre que os reis a convidam para seus conselhos e expulsam aqueles maus conselheiros – a ambição, a ira, a ganância e a lisonja – a comunidade floresce em todas as formas

(1) *Oeconomicus* 21.12. O tratado do antigo autor grego Xenofonte acerca da administração doméstica era amplamente utilizado no século XVII.

e, sabendo que deve sua felicidade à sabedoria de seu príncipe, diz com justificada satisfação: 'Todas as boas coisas vieram-me juntamente com ela.' E da mesma forma, em nenhuma situação é Platão mais meticuloso do que na educação dos guardiães da república, que para ele deveriam ultrapassar todos os demais não em riquezas e jóias e vestidos e ancestrais e servos, mas somente em sabedoria, afirmando que uma comunidade só pode ser feliz quando os filósofos tomam o leme, ou quando aqueles a cuja sorte o governo foi confiado abraçam a filosofia – não aquela filosofia, digo eu, que discute os elementos e a matéria primitiva e o movimento e o infinito, mas aquela que liberta a mente das falsas opiniões da multidão e dos desejos errados e demonstra os princípios do governo correto mediante referência ao exemplo estabelecido pelos poderes eternos.[2] Acredito que algo desta espécie deve ter passado pela mente de Homero quando Mercúrio arma Ulisses contra a feitiçaria de Circe com a erva chamada *moly*.[3] E Plutarco tem boas razões para crer que nenhum homem presta ao estado maior serviço que aquele que equipa a mente de um príncipe (que deve examinar os interesses de todos os homens) com os princípios mais elevados, dignos de um príncipe; e que ninguém, por outro lado, provoca um desastre tão pavoroso nos negócios dos homens mortais do que aquele que corrompe o coração do príncipe com opiniões ou desejos errôneos, exatamente como um homem poderia colocar veneno mortal na fonte pública de onde todos os homens retiram água.[4] Um comentário muito famoso de Alexandre, o Grande, aponta na mesma direção; ele saiu de uma conversação com Diógenes, o Cínico, cheio de admiração por sua sublime mente filosófica, inabalável, invencível e superior a todas as coisas mortais, e disse: 'Se eu não fosse Alexandre, desejaria ser Diógenes';[5] de fato, quanto mais violentas as tempestades que devam ser enfrentadas pelo grande poder, mais deve ele desejar ter a mente de um Diógenes, que poderá estar à altura da imensa carga de acontecimentos.

Tu, porém, nobre Príncipe Carlos, és mais abençoado do que Alexandre, e irás, assim esperamos, ultrapassá-lo igualmente também em sa-

(2) Ver Platão, *A República*, 6.503.
(3) Ver Homero, *Odisséia* 10.302-6.
(4) Plutarco, *Moralia* 778 D.
(5) Plutarco, *Moralia* 782 A; *Life of Alexander* 14.

bedoria. Ele, por seu turno, havia se apoderado de um imenso império, mas não sem derramamento de sangue, e tampouco estava esse império destinado a perdurar. Tu nasceste para um império esplêndido e estás destinado a herdar um império ainda maior, de modo que, enquanto ele teve que empreender grandes esforços em invasões, tu terás talvez que trabalhar para assegurar que possas voluntariamente entregar parte de teus domínios, em lugar de te apoderares de mais. Tu deves a Deus o fato de teu império ter vindo a ti sem derramamento de sangue, e que ninguém tenha sofrido por ele; tua sabedoria deve agora garantir que o preserves sem derramamento de sangue e em paz. E tais são tua boa natureza, tua honestidade de pensamento e tua habilidade, tal é a formação que tiveste com os professores mais bem-preparados, e sobretudo tantos são os exemplos que encontras ao teu redor por parte de teus ancestrais, que todos nós esperamos com confiança ver Carlos um dia realizar o que o mundo ultimamente esperava de teu pai Filipe;[6] tampouco teria ele desapontado as expectativas do público se a morte não o houvesse colhido antes do tempo. Assim, embora eu soubesse que Vossa Alteza não tinha qualquer necessidade dos conselhos de um homem, muito menos dos meus, tive a idéia de estabelecer o ideal do príncipe perfeito para o bem geral, mas com o teu nome, de modo que aqueles que são educados para governar grandes impérios possam aprender os princípios de governo por intermédio de ti e tomar-te como exemplo. Isto serve a um duplo propósito: com o teu nome, esta obra útil irá penetrar em todos os locais, e mediante esses primeiros frutos eu, que já sou teu servo, posso apresentar-te algum tipo de testemunho de minha devoção a ti.

Tomei a obra de Isócrates sobre os princípios de governo e a traduzi para o latim, e em concorrência com ele adicionei a minha própria, organizando-a como se fossem aforismos para a conveniência do leitor, mas com diferenças consideráveis em comparação com o que Isócrates escreveu.[7] Pois ele era um sofista instruindo algum rei de pouca importância ou algum tirano, e ambos eram pagãos; eu sou um

(6) Filipe, o Belo, a quem era dirigido o *Panegírico* de Erasmo. Havia morrido em 1506.

(7) O volume originalmente publicado incluiu a tradução de Erasmo dos preceitos de Isócrates para o latim.

teólogo dirigindo-me a um príncipe renomado e correto, ambos de nós sendo cristãos. Se eu estivesse escrevendo para um príncipe mais velho, algumas pessoas poderiam talvez suspeitar de adulação ou de impertinência de minha parte. Na realidade, este pequeno livro é dedicado a um príncipe que, por maiores que sejam as esperanças que inspire, ainda é muito jovem e foi investido recentemente no governo,[8] e, assim, ainda não teve oportunidade de fazer muito do que em outros príncipes é razão para elogio ou acusação. Conseqüentemente, estou livre de ambas as suspeitas, e não se pode considerar que eu tenha tido qualquer propósito que não o bem comum, que deve ser o único objetivo tanto dos reis como de seus amigos e servos. Dentre as incontáveis honrarias que diante de Deus teu mérito te proporcionará, não será pouco para tua reputação que Carlos foi um príncipe a quem um homem não precisava hesitar em oferecer a descrição de um príncipe cristão verdadeiro e correto, sem qualquer bajulação, sabendo que ele iria graciosamente aceitá-lo como um príncipe já excelente, ou sabiamente imitá-lo como um jovem sempre em busca do auto-aprimoramento. Adeus. [Basiléia, por volta de março de 1516]

(8) Carlos havia sido investido no governo dos Países-Baixos em 5 de janeiro de 1515.

1 -- O nascimento e a formação de um príncipe cristão

Onde existe a prática de escolher o príncipe por meio do voto, é bastante inadequado conferir aos ancestrais, à aparência física ou à altura (um método muito insensato utilizado, segundo lemos, por alguns bárbaros) a mesma importância que à calma e equanimidade de temperamento e a uma disposição sóbria, desprovida de precipitação: o príncipe não deve ser excitável a ponto de correr o perigo de, com a súbita ascensão ao poder, vir a tornar-se um tirano e recusar-se a aceitar advertências ou conselhos, e tampouco, por outro lado, deve ser flexível a ponto de deixar-se levar por este ou por aquele caminho pela opinião de qualquer pessoa ou de todos. Sua experiência e idade devem também ser levadas em consideração, pois ele não deve ser nem tão velho que corra o risco da senilidade, nem tão imaturo que venha a ser transportado por seus próprios sentimentos. Talvez se deva levar em conta também seu estado de saúde, para que não se tenha que procurar um novo príncipe logo a seguir, o que significaria uma carga para o estado.[9]

A bordo de um navio, não entregamos o timão para quem tiver os ancestrais mais nobres do grupo, a maior riqueza, ou a melhor aparência, mas sim para quem for mais habilidoso em pilotagem, mais alerta e mais

(9) Neste ponto, logo de início, Erasmo estipula que o príncipe que não nasceu para governar deve ser eleito pela população como a pessoa mais adequada para dirigir os negócios do estado. Segue-se que a adequação para governar será uma questão de temperamento e de competência moral e intelectual; a linhagem ('ancestrais') não é um critério.

confiável. Da mesma forma, um reino está em melhores mãos quando confiado a alguém que seja melhor dotado do que os demais em termos das qualidades de um rei: a saber, um sentido de justiça, controle pessoal, visão e preocupação com o bem-estar do público.

As árvores genealógicas, o ouro e as jóias são tão relevantes para se governar um estado quanto são importantes para um capitão marítimo na pilotagem de seu navio.[10]

Ao escolher um príncipe, o povo deve ter o mesmo objetivo que o príncipe em sua administração, que é evidentemente o bem-estar do povo, independentemente de todos os sentimentos pessoais.

Quanto mais difícil for modificar a pessoa escolhida, mais cuidado será preciso ter ao fazer a escolha, para que a precipitação de um momento não venha a causar infortúnios duradouros. Porém, quando o príncipe chegar ao governo por direito de nascimento, e não por eleição, que era o costume entre alguns povos bárbaros no passado (segundo Aristóteles), e também é prática em quase toda parte atualmente, então a principal esperança de se obter um bom príncipe reside em sua educação adequada, que deve ser administrada com extrema atenção, de modo que o que foi perdido com o direito ao voto seja compensado pelo cuidado dispensado a sua formação. Da mesma forma, a mente do futuro príncipe terá de ser preenchida imediatamente, desde o berço (como se diz), com pensamentos saudáveis enquanto ela ainda está aberta e incipiente. E a partir de então, as sementes da moralidade devem ser semeadas no solo virgem de sua alma infante para que, com a idade e a experiência, possam gradualmente germinar e amadurecer e, quando estiverem estabelecidas, possam nele fixar raízes por toda a sua vida. Pois nada deixa uma marca tão profunda e indelével como o que é impresso naqueles primeiros anos. E se o que absorvemos nessa época

(10) O tom irônico que Erasmo adota para comentários como este, acerca da irrelevância de símbolos de riqueza e de posição para o bom governo, fazem lembrar a *Utopia* de Thomas Morus, que foi publicada no mesmo ano.

é de grande importância para todos nós, é de muito maior importância para o príncipe.[11]

Quando não houver poder para escolher o príncipe, o homem que deverá educar o futuro príncipe deve ser escolhido com igual cuidado.

Para que o príncipe nasça com um bom caráter, é preciso fazer preces aos deuses; porém, fora essa possibilidade, temos, de certa forma, o poder de prevenir a degeneração em uma pessoa que nasceu boa, e de melhorar, mediante treinamento, uma pessoa que não nasceu muito boa.

No passado, havia o costume de erigir estátuas, arcos e placas para quem havia bem-servido o estado. Porém, ninguém é mais merecedor de tais honras do que as pessoas que trabalharam muito e de forma conscienciosa na tarefa de educar adequadamente o príncipe e deram atenção muito mais ao que beneficiaria seu país do que a seus próprios benefícios pessoais.

Um país deve tudo a um bom príncipe; mas deve o próprio príncipe à pessoa cujo conselho correto tenha feito dele o que é.

Nenhuma outra época é tão adequada para modelar e melhorar o príncipe do que quando ele ainda não compreende que é o príncipe. Portanto, essa época deverá ser cuidadosamente utilizada, para que não só seja ele mantido a salvo de influências maléficas durante tal período, como também seja imbuído de alguns princípios positivamente bons.

Visto que quaisquer pais de bom senso fazem grandes esforços para formar um filho que deverá herdar apenas uns poucos campos, então como estamos certos em empreender esforços e atenções consideráveis na formação de uma pessoa que está sendo colocada não sobre uma simples cabana, mas sobre tantos povos, tantos países, e até mesmo sobre o mundo, seja como um homem bom, para grande benefício de todos, seja como um mau homem, para ruína geral!

---

(11) Caso o príncipe tenha nascido para governar, por descendência hereditária (e Erasmo observa que esta é a prática 'em quase todas as partes atualmente'), sua adequação para governar depende inteiramente de ele ser corretamente educado para agir no melhor interesse de seus súditos (visto que estes não o escolheram ativamente como indivíduo). Essa educação deve logicamente começar desde o nascimento.

Governar bem é coisa fina e gloriosa, mas não é menos meritório assegurar que seu sucessor não lhe seja inferior: melhor dizendo, a principal responsabilidade de um bom príncipe é esta, de se certificar de que não haja um mau príncipe.[12]

Conduze teu próprio governo como se estivesses buscando assegurar que nenhum sucessor esteja a tua altura, mas todo o tempo prepara teus filhos para seu futuro reinado como se estivesses assegurando que um homem melhor irá de fato suceder-te.

Não há tributo mais belo para um príncipe excelente do que quando ele lega ao estado uma pessoa em comparação com quem ele pareça pouco melhor que a média, e sua glória não pode ser mais verdadeiramente luminosa do que ao ser assim eclipsada.

É um tributo imensamente deplorável quando a ascensão de um soberano inferior transforma seu predecessor, que era intolerável enquanto vivia, em uma pessoa cuja integridade e bondade fazem tristemente falta.

O príncipe bom e sábio deve sempre ter em mente, ao cuidar da formação de seus filhos, que quem nasce para o estado deve ser formado para o estado, e não para agradar a seus próprios sentimentos; o que existe para o benefício do público sempre tem precedência sobre os sentimentos privados de um pai.

Não importa quantas estátuas ele possa ter erigido, e quanto ele tenha laborado nas construções que erigiu, o príncipe não pode deixar monumento mais belo a suas boas qualidades que um filho que em todos os aspectos é da mesma linhagem, e que recria a excelência de seu pai em suas próprias ações excelentes. Não morre quem deixa uma imagem viva de si mesmo.

Para tal tarefa, portanto, deve ele escolher dentre sua grande variedade de súditos (ou de fato recrutar em outro lugar) homens de integridade, pureza e dignidade; homens que foram ensinados pela longa experiência prática e não apenas por máximas triviais; homens cuja idade lhes

(12) Um dos deveres do príncipe cristão é o de educar seu herdeiro.

angariará respeito, cujas vidas ilibadas lhes garantirão obediência, e cujas maneiras agradáveis e amenas atrairão afeição e boa vontade.[13] Isto é para que a jovem e tenra mente não venha a ser magoada pela dureza de seus professores e assim começar a odiar a virtude antes de compreendê-la, nem, por outro lado, degenerar de forma indevida após ser mimada pela indulgência excessiva de um preceptor.

Como em toda educação, e portanto especialmente na do príncipe, a moderação deve ser exercida de forma tal que embora o preceptor reprima severamente a frivolidade da juventude, a maneira afável com que o faz tempera e abranda a severidade de seu controle.

O educador do futuro príncipe deve, como define elegantemente Sêneca, ser um homem que sabe como repreender sem dar margem a excessos, e como elogiar sem dar lugar a bajulações; que o príncipe o respeite por sua vida disciplinada e, ao mesmo tempo, goste dele por suas maneiras agradáveis.[14]

Alguns príncipes investigam com muito cuidado quem deve ser encarregado dos cuidados com um cavalo ou uma ave ou um cão especial, mas não vêem qualquer importância na pessoa a quem confiam o treinamento de um filho, e este é com muita freqüência entregue às mãos do tipo de professores que nenhum cidadão comum, dotado de um pouco de inteligência, haveria de querer para seus filhos. Porém, qual é a sentido de se gerar um filho para governar se não cuidamos de treiná-lo para o governo?

---

(13) Erasmo propõe aqui que a escolha do tutor do herdeiro de uma monarquia hereditária é uma questão de suma importância. A nomeação de Erasmo como conselheiro do Príncipe Carlos pouco antes da publicação de *A Educação de um Príncipe Cristão* tinha supostamente uma certa característica de atividade educacional (como informa Erasmo em sua carta-dedicatória a Henrique VIII, anexa a sua tradução de uma pequena obra de Plutarco, publicada no mesmo volume). Uma passagem do *Panegírico* sugere que Erasmo deve ter esperado obter o cargo de tutor do herdeiro de Filipe em 1504 (Carlos tinha então apenas três anos de idade): 'Já há algum tempo (acredito eu), vós estais examinando vossos muitos súditos, em busca de um homem testado e experimentado no comportamento pessoal e nos conhecimentos humanos, a cujo cuidado amoroso possais entregar esses lactentes ainda tenros para que ele os eduque nas disciplinas que são dignas de um príncipe.' (*Panegírico*, ????.)

(14) Ver Sêneca, *Epistulae morales* ('*Moral letters*') 52, 'Sobre a escolha de professores'.

O menino nascido para o trono não deve ser simplesmente entregue a qualquer pessoa que se queira, até mesmo no caso de suas amas, mas a mulheres de caráter irrepreensível que tenham sido preparadas e instruídas para a tarefa; tampouco deve ele se associar a companheiros não-selecionados, mas a garotos de caráter bom e respeitável que tenham sido formados e treinados nas fórmulas de cortesia e decência. Será preciso manter longe de seus olhos e ouvidos a multidão costumeira de jovens que só buscam o divertimento, os ébrios, as pessoas de linguagem obscena e especialmente os bajuladores, enquanto seu desenvolvimento moral ainda não estiver firmemente estabelecido.[15]

Visto que, na maioria das vezes, a natureza do homem se inclina para o mal, e, além disso, nenhuma natureza é tão abençoada no nascimento que não possa ser corrompida pelo treinamento perverso, como se pode esperar algo que não seja o mal da parte de um príncipe que, qualquer que fosse sua natureza ao nascer (e uma boa linhagem não garante uma mente tanto quanto garante um reino),[16] é submetido desde o berço às idéias mais estúpidas e passa sua infância na companhia de mulheres ignorantes e sua juventude junto a prostitutas, companheiros degenerados, os bajuladores mais desavergonhados, bufões, desocupados de rua, beberrões, jogadores e pessoas que só buscam o prazer, todos tão tolos quanto inúteis. Nessa companhia ele só ouve, só aprende e só absorve o prazer, o divertimento, o orgulho, a arrogância, a ganância, a irascibilidade e a fanfarronice; e ao sair dessa escola, ele será imediatamente instalado no timão do reino.

Dado que de todas as habilidades, as mais elevadas são as mais difíceis, nenhuma é mais fina ou mais difícil que a de governar bem; por que, então, somente para esta habilidade não vemos a necessidade de treinamento, mas cremos que o direito de nascimento é suficiente?

---

(15) A influência perniciosa dos bajuladores também é assunto de uma pequena obra de Plutarco, 'Sobre como fazer a distinção entre os bajuladores e os amigos', publicada por Froben com a primeira edição de *A Educação de um Príncipe Cristão* de Erasmo, em 1516.

(16) Este adágio poderia ser usado como lema para todo o tratado de Erasmo. Dadas as monarquias hereditárias, uma educação cristã sistemática é essencial.

Se, quando garotos, tudo o que eles fizeram foi brincar de tiranos, em que (pergunto-vos) laborarão quando adultos, exceto na tirania?[17]

Há poucas possibilidades até mesmo de se esperar que todos os homens sejam bons; mas não é difícil escolher dentre tantos milhares deles um ou dois que se sobressaiam em virtude e sabedoria, por intermédio dos quais em breve muitos outros possam ser tornados bons. Durante sua juventude, o príncipe deve, durante bastante tempo, depositar pouca confiança em sua idade, em parte devido a sua inexperiência, e em parte devido a seu espírito impetuoso, e deve ter o cuidado de só tratar de qualquer coisa de grande importância com o aconselhamento de conselheiros sábios, especialmente dos mais idosos, cuja companhia ele deve cultivar, para que a impetuosidade da juventude possa ser temperada com o respeito pelos mais velhos.

Que a pessoa que ocupar a função de educar o príncipe reflita constantemente sobre isto, que o trabalho que ela está fazendo não é de modo algum comum: é, a um só tempo, o maior e o mais perigoso de todos. E que, antes de mais nada, ela o assuma com um espírito digno da tarefa, considerando não quantos benefícios ela pode extrair dali, mas de que forma pode devolver ao país, que está confiando suas esperanças à boa fé daquela, um príncipe benevolente.

Mantém em mente, tu que és o preceptor, quanto deves ao teu país, que a ti confiou a consumação de sua felicidade. Está em tuas mãos preferir proporcionar a teu país alguém que será uma influência benigna ou afligi-lo com a destruição causada por uma peste mortal.

Portanto, o homem em cujos braços o estado entregou seu filho seria sábio em observar primeiramente que inclinações o garoto já tem naquele momento, pois mesmo nessa idade já é possível reconhecer por determinados sinais se ele tem mais tendência à arrogância e a ataques de raiva, ou à ambição e à sede de fama, ou aos prazeres da carne, ao jogo e à busca de riquezas, ou à vingança e à guerra, ou à impulsividade e à tirania. Então, naqueles pontos onde ele sentir que o garoto é inclinado a praticar o erro, que ele fortaleça especialmente a jovem mente com

(17) A tirania – isto é, o governo autoritário e impiedoso, sem o consentimento dos governados – é a forma extrema de governo contra a qual é dirigida toda *A Educação de um Príncipe Cristão*.

preceitos saudáveis e princípios relevantes e tente guiar sua natureza, enquanto ainda suscetível, em uma direção diferente. Novamente, nos pontos em que se observar que a natureza do garoto tem as disposições corretas, ou, pelo menos, aquelas falhas que são facilmente direcionadas para o bom uso (a ambição e a prodigalidade são talvez os melhores exemplos disso), que ele se concentre ainda mais nessas qualidades positivas e as cultive ativamente.

Contudo, não é suficiente apenas dispensar-lhe o tipo de máximas que o desviam das coisas más e o conduzem às boas. Não, elas devem ser fixadas em sua mente, inculcadas e reforçadas. E elas devem ser mantidas frescas na memória, por todos os meios: às vezes mediante uma máxima moral, às vezes mediante uma parábola, às vezes mediante uma analogia, às vezes mediante um exemplo vivo, um epigrama, ou um provérbio;[18] elas devem ser esculpidas em anéis, pintadas em quadros, inscritas em prêmios e apresentadas em qualquer outra forma que uma criança de sua idade aprecie, para que estejam sempre diante de sua mente mesmo quando ele esteja fazendo alguma outra coisa.[19]

Os exemplos oferecidos por homens famosos inspiram vividamente a imaginação de um jovem nobre, mas as idéias de que essa mente está imbuída têm importância igualmente elevada, pois elas são a fonte a partir da qual se desenvolve todo o caráter de sua vida. Conseqüentemente, se for um garoto não-tutelado que tivermos ao nosso encargo, temos que fazer o maior esforço de levá-lo a beber, desde o início, das fontes mais puras e saudáveis e protegê-lo antecipadamente, como se por meio de um antídoto, contra o veneno representado pelo que pensam as pessoas comuns. Porém, se ocorrer de ele já ter sido de alguma forma contaminado por opiniões populares, então teremos de tomar o maior cuidado para delas libertá-lo gradualmente e implantar opiniões saudáveis em lugar daquelas doentias que foram erradicadas. Pois, como afirma Aristo em Sêneca, é infrutífero mostrar a um louco como ele deve falar, ou tratar das coisas, ou se conduzir na companhia

(18) O projeto dos *Adágios* do próprio Erasmo é o de reunir a coleção mais completa possível de máximas facilmente memorizáveis para orientar uma vida correta.

(19) Em outro tratado educacional, *De ratione studii* (CWE 24, 671), Erasmo propõe inscrições em objetos-presentes como uma boa forma de tornar memorizáveis os conselhos morais.

de outrem ou sozinho, a menos que primeiro o livremos da doença subjacente.[20] É igualmente infrutífero oferecer conselhos acerca dos princípios de governo sem previamente libertar a mente do príncipe daquelas opiniões populares que são simultaneamente mais difundidas e, ainda assim, mais falaciosas.

Não há razão para que o preceptor retire ou perca sua confiança se por acaso encontrar um espírito selvagem e intratável em seu aluno. Pois, dado que não há animal selvagem que seja tão feroz e bárbaro que não possa ser controlado pela atenção persistente de um treinador, por que deveria ele pensar que algum espírito humano é tão incorrigivelmente bruto que não venha a reagir a uma educação meticulosa? Da mesma forma, ele não tem razões para pensar em desistir se seu aluno apresentar uma natureza mais afortunada. Pois, quanto mais rico for o solo por natureza, mais rapidamente ele é invadido e ocupado por gramíneas e ervas inúteis, a menos que o agricultor esteja alerta. O mesmo ocorre com o caráter de um homem: quanto mais promissor, nobre e correto ele for, mais está à mercê de muitos vícios vergonhosos se não for nutrido por ensinamentos saudáveis.

Geralmente empregamos os maiores cuidados em reforçar as praias que sejam batidas pelas águas de forma mais insistente. Ora, existem inúmeras coisas que podem desviar a mente do príncipe de seu devido curso: uma grande boa sorte, riqueza material abundante, os prazeres da luxúria extravagante, liberdade de fazer o que prefere, os precedentes de governantes famosos mas tolos, as próprias marés e tempestades das questões humanas, e (acima de tudo) a adulação disfarçada de sinceridade e de franqueza. Por esta razão, o príncipe deve ser cuidadosamente preparado contra tudo isso mediante os melhores princípios e tomando como modelos príncipes louváveis.

Da mesma forma que alguém que envenena a fonte pública, de onde todos bebem, merece a punição mais severa, também uma pessoa que implanta, na mente de um príncipe, idéias pervertidas, que eventualmente constituirão a ruína de um grande número de pessoas, é o homem mais malévolo.

---

(20) Sêneca, *Epistulae morales* 94.17.

Visto que alguém que desvaloriza a moeda do príncipe é punido com a morte, quanto mais merecedor de tal punição é a pessoa que corrompe sua mente?

O professor deve dar início a suas obrigações imediatamente, de modo a semear as sementes da conduta correta enquanto a compreensão do príncipe ainda é sensível, enquanto sua mente está o mais distanciada possível de todos os vícios e suficientemente elástica para tomar qualquer forma que lhe dêem as mãos que a moldam. A sabedoria tem seu período de infância, da mesma forma que a piedade. O objetivo do professor é sempre o mesmo, mas ele deve usar métodos diferentes em momentos diferentes. Enquanto o aluno ainda for uma criança pequena, ele pode introduzir em histórias interessantes, fábulas divertidas e parábolas inteligentes as idéias que irá ensinar diretamente quando o garoto for mais velho.

Quando o pequeno estudante houver se divertido ouvindo a fábula de Esopo sobre o leão que, por sua vez, é salvo pelos bons ofícios do camundongo, ou da pomba protegida pela engenhosidade da formiga, e quando houver dado boas gargalhadas, então o professor deve explicar: a fábula aplica-se ao príncipe, dizendo-lhe que nunca menospreze ninguém, mas tente assiduamente conquistar, pela gentileza, o coração até mesmo da mais humilde das pessoas comuns, pois ninguém é tão fraco que não possa em algum momento ser um amigo que possa ajudar-te, ou um inimigo que possa prejudicar-te, não importa quão poderoso sejas.

Quando ele houver terminado de se divertir com a águia, rainha das aves, que foi quase totalmente destruída pelo mais vil dos insetos, o besouro, o professor deve novamente indicar o significado: nem mesmo o príncipe mais poderoso pode dar-se ao luxo de provocar ou desconsiderar até mesmo o mais humilde inimigo. Freqüentemente, quem não consegue prejudicar fisicamente, pode fazê-lo pela astúcia.[21]

---

(21) No programa humanista de educação, que Erasmo subscrevia, a educação literária da criança começava com a leitura (e a seguir a imitação) das *Fábulas* de Esopo. Erasmo adicionou um longo tratamento da fábula da águia e do besouro à edição de 1515 de seus *Adágios:* 'Scarabeus aquilam quaerit'. Erasmo, *Adágios* III.vii.I.

Quando ele houver aprendido com prazer a história de Faêton, o professor deve mostrar que ele representa um príncipe que se apoderou das rédeas do governo no entusiasmo obstinado da juventude, mas sem o apoio da sabedoria, e trouxe a ruína para si próprio e para todo o mundo.

Quando ele houver recontado a história do Ciclope, cujo olho foi furado por Ulisses, o professor deve dizer que, em conclusão, o príncipe que tem grande força física, mas não mental, é como Polifemo.[22]

Quem ainda não se alegrou em ouvir como as abelhas e as formigas se governam? Quando a mente infantil do príncipe houver digerido esses deliciosos bocados, então seu preceptor deve enfatizar todos os elementos que sejam relevantes do ponto de vista educacional, como, por exemplo, que o rei nunca voa para muito longe, pois suas asas são demasiado pequenas em proporção ao seu corpo, e que só ele não tem ferrão. Daí extrai-se a lição de que é tarefa de um bom príncipe sempre confinar suas atividades aos limites de seus domínios, e que a clemência deve ser a qualidade pela qual ele seja particularmente elogiado. O mesmo procedimento deve ser adotado daí em diante. Este tratado não se destina a oferecer uma longa lista de exemplos, mas simplesmente a indicar os princípios e a direção geral.

Quando o assunto parecer muito pesado, o preceptor deve suavizá-lo e atenuá-lo com um estilo agradável de discurso. O professor deve fazer seus elogios na presença de outras pessoas, mas com sinceridade e com fundamentos válidos. Suas repreensões devem ser feitas em particular, e de forma tal que a severidade de sua admoestação seja amenizada por um toque de amabilidade de maneiras. Isto deve ser especialmente observado quando o príncipe for um pouco mais velho.

O que deve ser profundamente implantado e antes de tudo o mais na mente do príncipe é a melhor compreensão possível de Cristo; ele deve estar constantemente absorvendo seus ensinamentos, reunidos de alguma forma conveniente, retirada das próprias fontes originais, da qual o ensinamento é absorvido de forma não apenas mais pura, mas tam-

(22) Ver Homero, *Odisséia* 9.

bém mais eficaz. Que ele fique convencido disto, de que o que Cristo ensina se aplica ao príncipe mais do que a qualquer pessoa.[23]

Uma grande parcela das massas é levada por opiniões falsas, da mesma forma que aquelas pessoas amarradas dentro da caverna de Platão, que consideravam as sombras vazias das coisas como se fossem as próprias coisas.[24] Porém, é papel do bom príncipe não se deixar impressionar pelas coisas que as pessoas comuns consideram de grande importância, mas, sim, pesar todas as coisas, examinando se são boas ou más. Contudo, nada é verdadeiramente ruim, exceto quando envolto em depravação, e nada é realmente bom, exceto quando associado ao valor moral.

Portanto, o preceptor deve primeiro certificar-se de que seu aluno ame e honre a virtude como a mais bela das coisas, a maior fonte de felicidade, e especialmente adequada a um príncipe, e que ele deteste a depravação e dela fuja como sendo a mais pavorosa e desprezível das coisas.

Caso o garoto que está destinado ao trono venha a adotar o hábito de considerar a riqueza como algo de valor excepcional, a ser obtida por quaisquer meios possíveis, deve aprender que as verdadeiras honras não são aquelas comumente aclamadas como tais; a verdadeira honra é conseqüência espontânea da virtude e da ação correta, e quanto menos procurada, mais ela brilha.

Os prazeres das pessoas comuns estão tão abaixo de um príncipe, especialmente de um príncipe cristão, que dificilmente são dignos da própria humanidade. Que seja demonstrado que há um outro tipo de prazer, que irá durar, puro e imutável, por toda a vida de um homem.

Ensina ao jovem príncipe que a nobreza, as estátuas, as máscaras de cera, as árvores genealógicas e toda a pompa heráldica que leva as pessoas comuns a se incharem de orgulho pueril, são apenas gestos vazios, exceto na medida em que tenham sido conseqüência de atos honoráveis.

---

(23) É surpreendente que esta seja a primeira menção à instrução cristã, em oposição à instrução pagã e moral.

(24) Platão, *República* 7.514-18.

O prestígio de um príncipe, sua grandeza e sua dignidade régia não devem ser estabelecidas e conservadas mediante demonstrações ruidosas de posição privilegiada, mas mediante a sabedoria, a integridade e a ação correta.

A morte não deve ser temida, nem devemos lamentar a de outrem, salvo se foi uma morte desonrosa. Pois o homem que viveu mais tempo não é o mais afortunado, mas sim aquele cuja vida teve maior mérito; a duração da vida deve ser medida não pelo número de anos, mas pelo número de ações corretas. Não é quanto tempo ele vive, mas quão bem, que tem influência sobre a felicidade de um homem. Certamente a virtude é sua própria grande recompensa. O bom príncipe tem a obrigação de cuidar do bem-estar de seu povo, até mesmo à custa de sua própria vida, se preciso for. Porém, quando o príncipe perde sua vida em tal causa, ele não morre realmente. Todas aquelas coisas a que as pessoas comuns se apegam como fonte de prazer, ou respeitam como excelentes, ou adotam como úteis devem ser avaliadas pelo critério único de seu valor moral. Por outro lado, todas as coisas que as pessoas comuns evitam como desagradáveis, ou desprezam como vis, ou evitam como perniciosas não devem ser evitadas, salvo se realmente tiverem implicações vergonhosas.

Esses princípios devem ser fixados na mente do futuro príncipe e gravados em seu jovem e tenro coração como as leis mais sagradas e imutáveis. Que ele ouça muitas pessoas sendo elogiadas por obedecerem a esses princípios e outras sendo repreendidas por não fazê-lo, de modo que se acostume, já nesse estágio, a esperar o elogio como resultado das boas ações, e a detestar a desgraça que resulta do que é verdadeiramente ruim.

Entretanto, neste ponto, algum cortesão idiota, que é ao mesmo tempo mais estúpido e mais desorientado do que já o foi qualquer mulher, irá protestar: ‘Estás criando um filósofo para nós, não um príncipe. ‘Estou realmente criando um príncipe’, respondo, ‘apesar de que haverias de preferir um vadio como tu mesmo para príncipe. Se o homem não for um filósofo, não pode ser príncipe, e sim um tirano. Não há nada melhor que um bom príncipe, mas o tirano é uma besta tão bizarra que não há nada tão destrutivo, nada mais odioso para todos.

'Não creias que era uma tese mal-considerada de Platão, elogiado pelos homens mais louváveis, a de que o estado será finalmente abençoado se e quando os governantes começarem a estudar filosofia, ou quando os filósofos ocuparem o governo.[25] Além disso, deves compreender que "filósofo" não significa uma pessoa que é hábil em dialética ou ciências, mas alguém que rejeita a aparência ilusória e corajosamente procura e segue o que é verdadeiro e bom. Ser filósofo é, na prática, o mesmo que ser cristão; somente a terminologia é diferente.[26]

O que poderia ser mais tolo do que julgar o príncipe por proezas tais como: dançar graciosamente, jogar dados com habilidade, beber com liberalidade, considerar-se mais importante que os outros, saquear o povo em escala real, e fazer todas as demais coisas que me envergonho de mencionar, mas que algumas pessoas não se envergonham de praticar?

O verdadeiro príncipe deve evitar as opiniões e interesses degradantes das pessoas comuns, na mesma medida em que a classe comum de príncipes tem o cuidado de evitar o modo de vestir e o estilo de vida das classes inferiores. A única coisa que ele deveria considerar degradante, vil e indecorosa para si mesmo seria pensar como as pessoas comuns, que nunca estão satisfeitas com as melhores coisas.

Considerai, peço-vos, como é ridículo ser tão superior a todo mundo pelo fato de que estais ornamentado com jóias, ouro, a púrpura real, um séquito de cortesãos, o restante dos enfeites físicos, imagens de cera, e estátuas, e riquezas que evidentemente não são vossas, e, apesar disso, no que se refere às riquezas verdadeiras do espírito, ser considerado inferior a muitos dentre a escória do povo.[27]

O que mais faz o príncipe, quando expõe jóias, ouro, a púrpura real, e todo o restante de suas pompas privilegiadas aos olhos de seus súditos, exceto ensiná-los a invejar e a admirar aquilo que dá origem à

---

(25) Platão, *República* 5.473 C-D e 6.499 B-C.

(26) Neste ponto, Erasmo reúne o ensinamento pagão, Aristóteles, Xenofonte, Sêneca e outros, segundo o qual, com o fim de reconhecer a verdade e buscá-la, o soberano deve ser filósofo, e sua própria educação de príncipe cristão, que ele considera como também filosófica: 'somente a terminologia é diferente'.

(27) Outro eco do menoscabo pelos sinais materiais de status na *Utopia* de Morus.

lama imunda de quase todos os crimes que são puníveis pela própria legislação do príncipe?

Em outras pessoas, a frugalidade e um modo de vida simples podem sempre ser maldosamente interpretados como devidos à pobreza ou à parcimônia, mas em um príncipe, essas mesmas qualidades são clara evidência de moderação, visto que ele usa frugalmente os recursos ilimitados que possui.

Como pode ser correto esse mesmo homem incitar a criminalidade e a seguir punir os atos criminosos? E não seria muito ignominioso permitir-se a si próprio o que ele proíbe aos demais?

Se queres mostrar que és um príncipe excelente, certifica-te de que ninguém te exceda nas necessárias qualidades de sabedoria, magnanimidade, reserva e integridade. Se queres competir com outros príncipes, não te consideres superior a eles se te apossares de parte de seus domínios ou se aniquilares suas tropas, mas somente se houveres sido menos corrupto que eles, menos ganancioso, menos arrogante, menos irascível e menos impulsivo.

Podemos dar por certo que a nobreza mais elevada é conveniente ao príncipe. Como, entretanto, existem três tipos de nobreza – a primeira derivada da virtude e das boas ações, a segunda proveniente de se ter recebido o melhor treinamento, e a terceira conforme julgada a partir dos retratos dos ancestrais e das árvores genealógicas ou da riqueza – considerai quão inadequado é para um príncipe orgulhar-se deste terceiro e mais baixo tipo de nobreza, tão baixo que não é tipo algum a menos que tenha se originado da virtude, em detrimento daquele tipo mais elevado, tão mais elevado que somente ele pode, estritamente falando, ser realmente considerado como nobreza.

Se estás ansioso pelo reconhecimento da fama, não faças exibições de estátuas ou retratos, pois se realmente há algo neles a ser louvado, isto se deve ao artista cujo talento e esforço eles representam; é muito melhor criar em vosso caráter um monumento à virtude.[28]

Se tudo o mais falhar, as próprias pompas de tua alta posição podem servir para lembrar-te de teu dever. O que significa a unção,

(28) Uma resposta característica de Erasmo para o florescimento das artes plásticas na Europa, nas cortes dos príncipes.

senão uma grande indulgência e uma reserva civilizada por parte do príncipe, visto que a crueldade tende a acompanhar o grande poder? O que significa o ouro, senão uma sabedoria incomparável; e o que significa o brilho faiscante das gemas, senão virtudes extraordinárias, tão diversas quanto possível da classe comum? O que significa a rica e cálida púrpura, senão a essência do amor pelo estado? E por que o cetro, senão como marca de um espírito que se apodera da justiça e que não se deixa desviar do correto por nenhuma distração tentadora? Porém, se alguém conspicuamente carece dessas qualidades, então para ele esses símbolos não são ornamentos, mas, sim, repreensões aos seus defeitos.

Se tudo o que constitui um rei é uma corrente, um cetro, roupagens de púrpura real e um séquito de servidores, o que afinal impede os atores de um drama, que vêm ao palco ornamentados com toda a pompa do estado, de serem considerados como verdadeiros reis?

Quereis saber o que distingue um verdadeiro rei do ator? É o espírito que é correto para um príncipe: ser como um pai para o estado. É com este entendimento que o povo lhe jurou fidelidade.[29]

A coroa, o cetro, as vestimentas reais, a corrente e o talim são, todos eles, sinais ou símbolos das boas qualidades de um príncipe; em um mau príncipe, eles são os estigmas do vício.

Quanto mais pobre o caráter do príncipe, mais alerta deves estar para que ele não se transforme no tipo sobre o qual lemos como tendo sido freqüente no passado – e seria se não houvesse nenhum atualmente! Se lhes retirares os ornamentos reais e os desnudares, destituindo-os dos bens que adquiriram, nada encontrarás exceto um habilidoso jogador de dados, um bebedor freqüente, um impiedoso destruidor da decência, o enganador mais astuto, um saqueador insaciável, um homem coberto de perjúrio, sacrilégio, traição e todos os tipos de crime.

Sempre que pensares em ti mesmo como um príncipe, lembra-te sempre do fato de que és um príncipe *cristão*! Deves ser tão diferente até

(29) Segundo Erasmo, somente se o povo houver explicitamente jurado fidelidade ao seu príncipe, tem este o direito de governá-los. Somente se eles crerem que ele irá se comportar perante eles 'como um pai' (ou seja, no interesse de suas 'famílias', não no dele próprio), haverão eles de prestar tal juramento. É o juramento de fidelidade, e não as insígnias do cargo, que confere titularidade para governar.

mesmo dos príncipes pagãos nobres como o cristão é diferente de um pagão.

Não creias, na verdade, que a vida de um cristão praticante seja despreocupada e elegante, salvo, é claro, se não deres qualquer importância ao juramento que, juntamente com todos os demais, prestaste no momento de teu batismo: que renuncias de uma vez por todas a todas as coisas que agradam a Satanás e desagradam a Cristo. O que quer que conflite com os ensinamentos do Evangelho lhe desagrada.

Compartilhas os sacramentos cristãos com os demais, e recusas compartilhar também os ensinamentos? Tendo prestado o juramento a Cristo, irás te desviar para o comportamento de Júlio, ou de Alexandre, o Grande? Esperas a mesma recompensa que os demais, e no entanto, pensas que seus preceitos não se aplicam a ti?

Porém, por outro lado, não creias que Cristo se fundamenta em meras cerimônias, isto é, em preceitos que não são mais devidamente observados, e na instituição da Igreja. Quem é o verdadeiro cristão? Não simplesmente alguém que é batizado ou confirmado ou que vai à missa: na verdade, é alguém que abraçou a Cristo nas profundezas de seu coração e que manifesta isso ao agir com um espírito cristão.

Guarda-te de pensamentos íntimos tais como: 'Por que estás me passando esta lição? Não sou um simples súdito; não sou sacerdote; não sou monge.' Em vez disso, pensa da seguinte forma: 'Sou cristão e príncipe.' O verdadeiro cristão deve manter-se bem distante de toda depravação, e compete ao príncipe exceder a todos em caráter irrepreensível e em sabedoria. Obrigas teus súditos a conhecer e a obedecer às tuas leis; portanto, com muito mais rigor deverias exigir de ti mesmo o conhecimento e a obediência às leis de Cristo que é rei sobre ti!

Julgas que seja um crime infame, para o qual não há punição suficientemente severa, que alguém que tenha jurado fidelidade ao rei se revolte contra ele. Com que fundamentos, então, tu te exoneras e tratas com leviandade as inúmeras vezes em que já violaste as leis de Cristo, a quem tu mesmo juraste fidelidade em teu batismo, com cuja causa te identificaste, e mediante cujos sacramentos estás preso e comprometido?

Se tudo isso foi feito com a maior seriedade, por que tratá-lo como um jogo? Porém, se for apenas um jogo, por que glorificamos o nome de Cristo? Existe apenas uma morte para todos, tanto para mendigos

como para reis. Entretanto, o julgamento após a morte não é o mesmo para todos: ninguém é tratado com maior dureza, portanto, do que aqueles que foram poderosos.

Não creias que hás cumprido plenamente teu dever com Cristo se enviaste uma frota contra os turcos, ou construíste um santuário ou um pequeno mosteiro em algum lugar.[30] Nenhuma outra realização te permitirá melhor obter o favor de Deus do que se te mostrares um príncipe benéfico para teu povo.

Guarda-te contra a falsidade dos aduladores, que declaram que os preceitos deste tipo não se aplicam aos príncipes, mas somente àquela classe que chamam de eclesiásticos. Admitamos, o príncipe não é sacerdote e, portanto, não consagra o corpo de Cristo; tampouco é bispo e, portanto, não prega ao povo acerca dos mistérios da cristandade, nem administra os sacramentos; ele não faz sua profissão na Ordem de São Benedito e, portanto, não usa o capelo. Contudo, mais do que tudo isso, ele é cristão. A ordem em que fez sua profissão não é a de Francisco, mas a do próprio Cristo, e dele recebeu o manto branco. O príncipe deve lutar juntamente com outros cristãos se espera receber recompensas igualmente grandes. Toma, tu também, tua cruz, ou então Cristo não te reconhecerá. 'Qual é, então, a minha cruz?', podes perguntar. Dir-te-ei. Se seguires o que é certo, não praticares violência contra ninguém, não extorquires de ninguém, não venderes cargos públicos, e não fores corrompido por suborno, então, certamente o teu tesouro será muito menor do que poderia ser. Porém, desconsidera o empobrecimento de teu tesouro, desde que estejas demonstrando lucros na justiça. Novamente, se te esforçares para levar em consideração os interesses do estado sob todas as formas, estarás levando uma vida de ansiedade, privando teu jovem espírito de seus prazeres, e te desgastando com noites maldormidas e com trabalho. Esquece isso, e desfruta a consciência de que estás certo. Da mesma forma, se escolheres tolerar as injúrias, em lugar de vingá-las com grandes custos para o estado, é provável que teu império seja reduzido em certa medida. Suporta isso, e considera que hás

(30) Um comentário sobre as ações 'símbolos' dos príncipes e papas do período. Em 1502, Luís XII, da França, e o Estado de Veneza haviam despachado uma expedição desse tipo.

obtido um ganho enorme ao provocar danos a um número menor de pessoas do que de outro modo poderias ter causado. Será que teus sentimentos pessoais como homem (tais como a ira provocada por insultos, o amor pela esposa, o ódio ao inimigo, a vergonha) te incitam a fazer o que não é correto, e o que não traz vantagem para o estado? Deixa ser vencedor teu interesse pelo que é honrado, e permite que tua preocupação com o bem-estar público subjugue tuas emoções pesoais. Finalmente, se não puderes defender teu reino sem violar a justiça, sem um grande derramamento de sangue humano, ou sem grandes danos à causa da religião, então será melhor abdicar e render-se às realidades da situação. Se não puderes proteger os bens de teus súditos sem perigo para tua própria vida, coloca a segurança do povo adiante da tua. Porém, quando estiveres agindo desta forma, que é a de um verdadeiro príncipe cristão, haverá provavelmente aquelas pessoas que te chamarão de tolo, e, de modo algum, de príncipe. Mantém-te firme em tua resolução e prefere ser um homem justo a ser um príncipe injusto. Podes ver que mesmo os maiores reis não estão livres de cruzes se quiserem seguir o caminho correto em todos os momentos, como devem fazer.

Com as pessoas comuns, são feitas concessões aos jovens e aos idosos: um erro é tolerado nos primeiros; o lazer e o descanso são concedidos aos últimos. Porém, o homem que assume os deveres do príncipe não é livre para ser um jovem nem um velho, pois está administrando os negócios de todas as pessoas. Ele não pode cometer um erro sem uma grande perda para muitas pessoas; não pode afrouxar seus deveres sem os desastres mais terríveis.

Os antigos diziam que o tipo de sabedoria que é adquirida pela experiência é infeliz, pois cada pessoa a alcança mediante seu próprio infortúnio. Esta sabedoria deve, portanto, ser mantida bem longe do príncipe, pois, visto que ela chega muito tarde, depende de todo o povo sofrer grandes infortúnios.

Se Africano estava certo em dizer que 'Não pensei' não é uma expressão adequada para nenhum homem sábio, quanto mais inadequada é ela para um príncipe, quando ela não apenas lhe custa caro, mas também custa demasiado caro para o estado?[31] Uma guerra, uma vez começada por im-

(31) Ver Valerius Maximo, 7.2.2. Erasmo destaca este trecho (desssa fonte) em seu *Apophthegms.*

pulso por um jovem príncipe sem nenhuma experiência militar, pode durar vinte anos. Que vasta maré de infortúnios decorre daí! Em algum momento, quando já é demasiado tarde, ele volta à razão e diz, 'Não pensei.' Em outro momento, por sua própria inclinação ou pela solicitação insistente de algumas pessoas, ele nomeia autoridades públicas que destroem o funcionamento ordeiro de todo o estado. Depois de algum tempo, ele vê seu erro e diz, 'Não pensei.' Este tipo de sabedoria é demasiado dispendiosa para o estado, se tudo o mais tiver de ser comprado por esse mesmo preço elevado.[32]

Dessa forma, a mente do príncipe será educada desde o início por princípios e idéias estabelecidas, de forma tal que ele extrairá seus conhecimentos da teoria, e não da prática. No que ultrapassar isto, a experiência prática que sua juventude lhe nega será suprida por aquela dos homens mais velhos.

Não penses que podes fazer qualquer coisa que preferires, como as mulheres tolas e os aduladores têm o hábito de tagarelar ao ouvido dos príncipes. Treina-te de forma tal que nada que não seja permissível te agrade, e lembra-te que o que está muito bem para os cidadãos particulares não é necessariamente adequado para ti. O que constitui um erro em outras pessoas é um crime no príncipe.

Quanto mais outras pessoas te permitirem, menos deves permitir-te a ti mesmo, e quanto mais as pessoas te favorecerem, mais rígido deves ser contigo mesmo. Mesmo quando todos te aplaudem, deves ser teu crítico mais severo.

Tua vida é aberta à vista: não podes esconder. O fato é que ou és um homem bom, para grande benefício de todos, ou um mau homem, causando grande desastre para todos.

Quanto mais honras te forem concedidas por todas as pessoas, com mais vigor deves lutar para não seres indigno delas. Da mesma forma que jamais se prestarão as honras ou a gratidão adequadas a um bom príncipe, assim também nenhuma punição é suficiente para o que merece um mau príncipe.

---

(32) Guerra, que para Erasmo é a último infortúnio que ocorre a qualquer estado, é regularmente representada por ele como uma conseqüência direta do descuido ou negligência por parte do príncipe.

Da mesma forma que não existe nada mais benéfico na vida do que um monarca sábio e bom, assim também, por outro lado, não pode existir calamidade maior do que um monarca néscio ou perverso.

A corrupção de um mau príncipe espalha-se mais rápida e amplamente do que o contágio de qualquer peste. Inversamente, não há modo mais rápido e mais eficaz de melhorar as morais públicas do que o príncipe levar uma vida irrepreensível.

Não há nada que as pessoas comuns imitem com maior prazer do que o que vêem seu príncipe fazer. Com um jogador, predomina a jogatina; com um brigão, todos se entregam a brigas; com um glutão, eles chafurdam na extravagância; com um sibarita, tornam-se promíscuos; com um homem cruel, levantam suspeitas e falsas acusações uns contra os outros. Vira as páginas da História e sempre encontrarás a moralidade de uma época refletindo a vida de seu príncipe.

Nenhum cometa, nenhum poder profético afeta o progresso dos negócios humanos da mesma forma que a vida do príncipe aprisiona e transforma as atitudes morais e o caráter de seus súditos.

A diligência e os padrões morais dos padres e bispos são reconhecidamente um fator importante neste caso, mas nem se aproximam daqueles dos príncipes. Os homens estão mais preparados para criticar os clérigos quanto estes são maus, do que para emulá-los quando são bons. Assim, os monges que são realmente pios não estimulam as pessoas a seguir seus exemplos porque parecem estar unicamente praticando o que pregam, ao passo que se não o fizerem, todas as pessoas ficarão terrivelmente chocadas. Porém, não há ninguém que não sinta a ânsia de ser como seu príncipe![33]

Exatamente por essa razão, o príncipe deve tomar um cuidado especial para não incorrer em mau procedimento, para que não leve inúmeras pessoas ao erro mediante seu exemplo; e pela mesma razão, ele preferirá devotar-se a estabelecer um bom exemplo, para que um número muito maior de pessoas melhores possa daí resultar.

Um príncipe beneficente, como disse Plutarco com todos os seus conhecimentos, é uma espécie de semelhança viva de Deus, que é simul-

---

(33) Esta seqüência de pensamentos relativos ao relacionamento integral entre a conduta do príncipe e aquela de seu povo também informa o *Panegírico.*

taneamente bom e poderoso. Sua bondade faz com queira ajudar a todos; seu poder faz com que seja capaz de fazê-lo.[34]

Em contraste, uma praga malfazeja de um príncipe apresenta a imagem do Diabo, que combina grande poder com a maior malevolência. Quaisquer recursos que possua, ele os dedica inteiramente à destruição da raça humana. Não era Nero exatamente este tipo de espírito malévolo no mundo? E Calígula, e Heliogábalo?[35] Eles não somente foram pragas para o mundo durante suas vidas, mas também sua própria memória está aberta à maldição geral por parte da humanidade.

Quando tu que és príncipe, príncipe cristão, ouves e lês que és a semelhança de Deus e de seu vigário, não te inches de orgulho por esse motivo, mas, em vez disso, faze com que este fato te torne ainda mais preocupado em estar à altura desse teu maravilhoso arquétipo; e lembra-te de que, embora seja difícil segui-lo, não segui-lo é um pecado.

A teologia cristã atribui três qualidades principais a Deus: poder total, sabedoria total e bondade total. Deves dominar estas três coisas da melhor forma possível. O poder sem a bondade é a tirania consumada, e sem a sabedoria ele é destruição, não governo. Em primeiro lugar, portanto, visto que a fortuna te deu poder, toma a tarefa de adquirir para ti mesmo o maior estoque possível de sabedoria, para que tu, dentre todos os homens, possas melhor ser capaz de decidir pelo quê se deve lutar e o quê deve ser evitado; e para que, subseqüentemente, possas tentar prover para todos da melhor forma possível, pois esta é a alçada da bondade. Faze com que teu poder te sirva para este fim, que possas ser de tanto auxílio quanto queres ser; de fato, deves desejar alcançar mais do que realmente podes. Por outro lado, quanto mais danos fores capaz de causar, menos deves desejar fazê-lo.

Deus é amado por todos os homens bons. Somente os maus o temem, e mesmo então é o tipo de medo de ser objeto de violência que qualquer pessoa tem. Da mesma forma, um bom príncipe não deve ser objeto de temor para ninguém, exceto para os malfeitores e criminosos, mas novamente, de forma tal que mesmo estes retenham alguma esperança de

---

(34) Plutarco, *Moralia* 780 E.

(35) Os três imperadores romanos geralmente usados pelos autores da Renascença para tipificar o governo mau e tirânico.

clemência, se eles forem simplesmente capazes de se reformar. Por outro lado, o Príncipe das Trevas não é amado por ninguém e é temido por todos, especialmente pelas boas pessoas, pois as más estão ao seu lado. Da mesma forma, o tirano é imensamente odiado por todos os homens bons, e ninguém está mais próximo dele do que as piores pessoas.[36]

Isto era claramente compreendido por São Dênis, que dividia o mundo em três hierarquias: o que é Deus nas graduações do Céu, deve ser o bispo na Igreja e o príncipe no Estado.[37] Ele é supremo em bondade, e toda a sua bondade flui dele para os demais homens como de uma fonte. Portanto, seria evidentemente bastante absurdo se a maior proporção de todos os infortúnios do estado decorressem daquele que deveria ser a fonte de bondade.

O povo é obstinado por natureza, e os magistrados são facilmente corrompidos pela avareza ou ambição. O caráter irrepreensível do príncipe continua a ser, por assim dizer, a âncora grande do navio do estado.[38] Se ele, também, for vencido por desejos depravados e idéias tolas, que esperança resta para esse navio?

Assim como Deus é universalmente benévolo e não precisa dos serviços de ninguém nem solicita quaisquer favores, também é tarefa do príncipe que é verdadeiramente grande (pelo fato de que ele reflete a imagem do Príncipe Eterno) conquistar a boa vontade de todas as pessoas gratuitamente e sem necessidade de recompensa ou glória.

Da mesma forma como Deus colocou nos céus uma bela semelhança de si mesmo, o sol, também estabeleceu entre os homens uma imagem tangível e viva de si mesmo, o rei. Porém, nada é mais comunal do que o sol, que concede sua luz aos demais corpos celestes. Da mesma forma, o príncipe deve estar prontamente acessível às necessidades de seu povo, e ter sua própria luz pessoal de sabedoria em si

(36) Para Erasmo, não há características redentoras para o tirano - isto é, alguém que governa sem consentimento.

(37) Dionísio, o Aeropagita, *On the Ecclesistical Hierarchy*; Erasmo cita de memória, de forma inexata.

(38) *Adágios* 1.1.24: 'Sacram ancoram solvere'.

mesmo, de forma a que, mesmo que todas as demais pessoas estejam de alguma forma cegas, ainda assim sua própria visão nunca falha.

Embora Deus não seja influenciado por quaisquer emoções, ele ordena o mundo com elevadíssimo discernimento. Seguindo seu exemplo em todas as ações, o príncipe deve desconsiderar as reações emocionais e usar somente a razão e o bom senso.

Nada é mais elevado do que Deus e, semelhantemente, o príncipe deve se manter o mais afastado possível das preocupações vulgares e das emoções sórdidas das pessoas comuns.

Da mesma forma que ninguém vê Deus, embora ele esteja regulando todas as coisas, mas apenas o sente quando afetado por Sua Benignidade, também a terra natal do príncipe não deve sentir seus poderes a não ser ao receber algum auxílio por intermédio de sua sabedoria e bondade. Ao contrário, a mão do tirano não é sentida em nenhum lugar exceto quando causa infortúnios a todos.

Quando o sol está mais alto no zodíaco, então seu movimento é mais lento; da mesma forma em teu caso, quanto mais alto a fortuna te levar, mais indulgente e menos severo deves ser.

A verdadeira generosidade é demonstrada não na intolerância ao insulto mais insignificante ou no ressentimento perante um império maior que o teu, mas, sim, no desprezo a qualquer ação indigna do príncipe.

Toda escravidão é deplorável e desonrosa, mas a forma de escravidão mais deplorável e desonrosa é a de ser escravo do vício e dos desejos ignominiosos. O que há de mais abjeto e infame, pergunto-te, do que quando aquele que reivindica o domínio sobre os homens livres, é ele próprio escravo da concupiscência, ganância, ambição, e de todos os demais integrantes daquele bando de mestres indecentes?

Dado que, dentre os pagãos, houve alguns que preferiram se matar a preservar seu poder com grande desperdício de vidas (isto é, que colocaram o bem-estar do estado acima de suas próprias vidas), não seria absurdo que um príncipe cristão se preocupasse com seus prazeres e desejos ignóbeis, com grande prejuízo para o estado?

Quando assumes o cargo de príncipe, não consideres quanta honra te está sendo conferida, mas sim quanta responsabilidade e quanta ansiedade estás tomando sobre ti. Não leves em conta somente a renda e

as receitas, mas também os trabalhos que terás; e não penses que acabas de obter uma oportunidade de pilhar, mas sim de servir.

De acordo com Platão, somente alguém que tenha assumido o cargo com relutância e não sem persuasão está apto a ser governante.[39] Pois, qualquer pessoa que cobice o cargo de príncipe deve necessariamente ser um tolo que não percebe quão extenuante e perigosa é a tarefa de desempenhar adequadamente os deveres do governante; ou, então, deve ser um homem tão mau que planeja fazer uso do poder real em seu próprio benefício, e não em benefício do estado; ou, ainda, um homem tão irresponsável que absolutamente não reflete sobre a responsabilidade que está tomando sobre si. Para ser apto a governar, um homem deve ser ao mesmo tempo responsável, bom e sábio.

Cuidado para não te considerares tanto mais afortunado quanto mais extensos forem os domínios sobre os quais passas a reinar. Lembra-te que estás assim assumindo cuidados e responsabilidades maiores e que terás que te dedicar cada vez menos a teus lazeres e prazeres.

Somente quem se dedica ao estado, e não quem dedica o estado a si próprio, merece o título de 'príncipe'. Pois, se alguém governa da forma que lhe é mais conveniente e avalia todas as coisas pela forma como elas afetam sua própria conveniência, então não importa que títulos ele tenha: na prática, é certamente um tirano, não um príncipe. Assim como não há título mais honroso do que o de 'príncipe', também não há termo mais detestado e maldito por todos os motivos do que o de 'tirano'.

A mesma diferença existente entre um príncipe e um tirano é encontrada entre um pai benevolente e um senhor cruel. O primeiro está disposto a dar até sua própria vida por seus filhos; o segundo pensa unicamente em seu próprio proveito, ou conduz sua vida como melhor lhe apraz, sem levar em consideração o bem-estar de seu povo.

Não te satisfaças em ser chamado 'rei' ou 'príncipe', pois mesmo Phalaris e Dionísio, aquelas pragas da Terra, tiveram esses títulos, antes pesa em tua própria mente o que és. Se Sêneca estava correto no que disse, a diferença entre um tirano e um rei está em suas ações, não em seu título.

---

(39) Platão, *República*, 1.347 D, e 7.520 D-521 B.

De forma sucinta, Aristóteles, em sua *Política*, diferencia um príncipe de um tirano com o critério de que o último está preocupado com seus próprios interesses, e o primeiro, com o estado.[40] Independentemente da questão acerca da qual o príncipe esteja deliberando, ele sempre tem em mente se ela traz benefícios para todos os súditos; o tirano examina se ela serve a seus próprios propósitos. O príncipe está principalmente preocupado com as necessidades de seus súditos, mesmo quando dedicado a seus assuntos pessoais. Por outro lado, se o tirano algum dia faz o bem a seus súditos, ele tira proveito disso da mesma forma.

Aqueles que dirigem sua atenção ao seu povo somente na medida em que isto redunde em proveito pessoal estão tratando seus súditos no mesmo nível em que as pessoas comuns tratam seus cavalos e asnos. Pois os últimos realmente cuidam de seus animais, mas medem sua atenção pela vantagem que isso lhes traga. Porém, aqueles que espoliam o povo em sua ganância, e os torturam com sua crueldade ou os expõem a todos os tipos de perigos para satisfazer sua ambição estão conferindo aos cidadãos livres um *status* mais baixo do que o que as pessoas comuns dão ao gado que compram ou o que o gladiador-mestre concede aos gladiadores que possui.

O preceptor do príncipe deverá certificar-se de que o ódio às próprias palavras 'despotismo' e 'tirania' seja implantado no futuro príncipe mediante diatribes freqüentes contra aqueles nomes que são uma abominação para toda a raça humana – Phalaris, Mezentius, Dionísio de Siracusa, Nero, Calígula e Domiciano, que queriam ser chamados 'Deus' e 'Senhor'.

Por outro lado, quaisquer exemplos de bons príncipes que constituam um forte contraste com a imagem de um tirano devem ser zelosamente mencionados com elogios e louvores freqüentes. Então, faze com que ele forme como se fosse um quadro de cada tipo, rei e tirano, e que os imprima da forma mais nítida possível no olho da mente, de forma que o príncipe tenha cada vez mais entusiasmo pelo primeiro e rechace o segundo com cada vez mais presteza.

---

(40) Aristóteles, *Política*, 3.5.1 e 4.8.3.

Portanto, faze com que o professor descreva uma espécie de criatura celestial, mais parecido com uma divindade do que com um mortal, com todas as virtudes; nascido para o bem comum, enviado de fato pelos poderes para aliviar a condição humana mediante a atenção e o cuidado para com todos; para quem nada é mais importante ou mais caro do que o estado; que tem mais do que uma disposição paternal para com todas as pessoas; que considera a vida de cada pessoa mais preciosa do que a sua própria; que trabalha e luta dia e noite unicamente para que as condições sejam as melhores possíveis para todas as pessoas; em quem estejam disponíveis as recompensas para todos os homens bons, e o perdão para os maus se estes simplesmente corrigirem seus caminhos, pois ele deseja tão intensamente fazer o bem ao seu povo, de sua livre vontade, que, se necessário, não hesitaria em promover seu bem-estar com grande risco para si mesmo; que considera que sua própria riqueza consiste no bem-estar de seu país; que está sempre vigilante para que todas as demais pessoas possam dormir profundamente; que não descansa para que seu país tenha a chance de viver em paz; que se atormenta com constantes ansiedades para que seus súditos possam desfrutar de paz de espírito. Que a felicidade de todo o povo dependa da qualidade moral desse homem; que o preceptor assinale isto como o retrato do verdadeiro príncipe!

Por outro lado, que ele lance diante dos olhos de seu aluno uma besta terrível e repugnante: composta por um dragão, um lobo, um leão, uma víbora, um urso e monstros semelhantes; com centenas de olhos por todo o corpo, dentes em todas as partes, pavorosa de todos os ângulos e com garras recurvadas; com uma fome que nunca se satisfaz, cevada em vísceras humanas e intoxicada de sangue humano; uma ameaça infatigável aos destinos e às vidas de todos os homens, perigosa para todos, especialmente para os bons, uma espécie de maldição funesta sobre todo o mundo, que toda pessoa que tem os interesses do estado no coração amaldiçoa e detesta; intolerável em sua monstruosidade e, ainda assim, incapaz de ser eliminada sem grande destruição para o mundo, porque sua malevolência é sustentada por forças armadas e pela riqueza. Este é o retrato de um tirano, a menos que algo ainda mais odioso possa ser descrito. Cláudio e Calígula foram este tipo de monstro; e também, como foram representados

nas histórias dos poetas, foram Busiris, Penteu e Midas. Todos esses nomes são agora objeto de ódio de toda a raça humana.[41]

O objetivo do tirano é o de dar vazão a suas fantasias, quaisquer que sejam; o do rei, por sua vez, é o de seguir o que é correto e honrado. Para o tirano, a recompensa é a riqueza; para o rei, é a honra que decorre da virtude. O tirano governa mediante o medo, o engano e a astúcia malfazeja; o rei, mediante a sabedoria, a integridade e a boa vontade. O tirano exerce o poder para si mesmo; o rei, para o estado. O tirano guarda sua segurança com um bando de servidores estrangeiros e bandoleiros contratados, o rei considera-se suficientemente seguro em sua boa vontade para com seus súditos e na boa vontade destes para com ele. Os cidadãos que se distinguem por suas qualidades morais, bom senso e prestígio são objeto de suspeita e desconfiança por parte do tirano, ao passo que o rei os toma como seus ajudadores e amigos. O tirano se satisfaz com tolos aos quais se impõe, ou com homens perversos que ele emprega para o mal, na proteção de sua posição tirânica, ou com aduladores de quem ele ouve o que gosta de ouvir. Ao contrário, para o rei, todo homem sábio, mediante cujo bom conselho ele pode ser ajudado, é bem-vindo; quanto melhor é cada homem, mais ele o valoriza, porque pode confiar em sua lealdade, com segurança; ele gosta dos amigos que falam com franqueza, pois sua companhia o aperfeiçoa. Tanto os reis como os tiranos têm muitas mãos e muitos olhos, mas essas partes são muito diferentes. O tirano age de forma a concentrar a riqueza de seus súditos nas mãos de poucos, precisamente das pessoas mais malvadas, e a alimentar seu próprio poder diminuindo a força de seus súditos; o rei considera que seu maior patrimônio é a riqueza de seus súditos. O tirano faz com que todas as pessoas estejam debaixo do seu controle, seja nos termos da lei, seja mediante informantes; o rei tem prazer na liberdade de seu povo. O tirano luta para ser temido; o rei, para ser amado. Nada é visto pelo tirano com maior suspeita do que a

(41) Erasmo adota uma estratégia de educação moral e tradicional - que o professor deve 'pintar' retoricamente duas alternativas extremas, e apresentar uma via de ação como inequivocamente desejável e louvável, ao passo que sua oposta é repulsiva e deve ser evitada. A seguir, ele próprio passa a adotar precisamente esta estratégia. Esta passagem assemelha-se fortemente à discussão de Erasmo acerca da tirania em seu adágio 'Scarabeus aquilam quaerit' (*Adágios* III.vii.I).

cooperação entre os homens bons e entre as cidades, mas isto é algo em que os bons príncipes encontram especial regozijo. Os tiranos têm prazer em estimular conflitos e disputas partidárias entre seus súditos, e alimentam e fomentam cuidadosamente as animosidades que porventura surgirem, explorando indevidamente estas situações para reforçar sua tirania. Porém, o rei tem o maior interesse em promover a harmonia entre seus súditos e em solucionar imediatamente as dissensões que venham a surgir entre eles – o que não é surpresa, pois ele crê que elas são uma doença gravíssima no estado. Quando o tirano vê que os negócios do estado estão florescendo, ele provoca uma guerra, após inventar algum pretexto ou mesmo convidar a presença do inimigo, de modo a assim reduzir a força de seu próprio povo. Em contraste, o rei faz tudo e permite tudo que venha a conduzir à paz contínua em seu país, pois compreende que a guerra é a fonte primordial de todas as espécies de infortúnios do estado. O tirano estabelece leis, constituições, editos, tratados e todas as coisas sagradas e profanas para sua própria proteção, ou então distorce-as para tal fim. O rei julga todas estas coisas pelo seu valor para o estado.

A tirania tem muitas características e métodos desta ordem, e Aristóteles discorreu longamente sobre elas em sua *Política*, mas resume-as em três categorias. Em primeiro lugar, diz ele, o tirano está preocupado em certificar-se de que seus súditos nem desejem nem ousem se levantar contra seu domínio tirânico; em segundo lugar, que eles não confiem uns nos outros; e em terceiro, que não tenham quaisquer meios de agir para mudar o sistema.[42] Ele alcança seu primeiro objetivo ao fazer tudo para impedir que seus súditos desenvolvam qualquer espírito ou qualquer sabedoria que seja, e ao mantê-los escravizados e acostumados a um *status* degradado ou vulneráveis a informantes ou debilitados pela auto-indulgência. Pois ele sabe que os espíritos nobres e confiantes não toleram o despotismo com resignação. Ele alcança o segundo objetivo ao provocar a dissensão e o ódio mútuo entre seus súditos, de modo que se acusem mutuamente e ele próprio se torne, nesse meio tempo, mais poderoso como resultado dos transtornos de seu povo. O terceiro objetivo é alcançado ao fazer uso de todos os meios para reduzir a ri-

(42) Aristóteles, *Política* 5.9.8.

queza e o prestígio de qualquer de seus súditos, e especialmente dos homens bons; e nenhuma pessoa sensata se inclinaria a resistir-lhe nesse aspecto, pois não acreditaria que tivesse esperança de êxito.

O príncipe deve manter-se o mais distante possível de todas essas considerações; de fato, deve *take his stand poles apart from them*, como diz o provérbio,[43] especialmente quando ele é um príncipe cristão. Se Aristóteles, que era pagão e também filósofo (e não tão sagrado quanto culto, mesmo pelos padrões da época), pintou tal retrato, quanto mais é isto necessário para alguém que seja representante de Cristo?

As contrapartidas do rei e do tirano podem ser encontradas até mesmo entre os próprios animais irracionais. A abelha-rainha tem o maior compartimento, mas ele fica no centro, como se no lugar mais seguro para o rei. E, de fato, ela não tem nada a fazer, mas é quem supervisiona o trabalho das outras. Se ela faltar, todo o enxame se desintegra. Além disso, a rainha tem uma aparência inconfundível, sendo diferente dos demais tanto no tamanho como no brilho do seu corpo. Porém, uma característica, como disse Sêneca, distingue com absoluta certeza a rainha das demais abelhas: embora as abelhas sejam criaturas muito zangadas, de forma tal que deixam seu ferrão no ferimento, só a rainha não tem ferrão.[44] A natureza não quis que ela fosse feroz e procurasse uma vingança que lhe custaria tão caro, e privou-a de uma arma, tornando sua cólera ineficaz. Este é um exemplo importante para os reis poderosos.

Ora, se estiveres procurando o que corresponde ao tirano, pensa no leão, no urso, no lobo, ou na águia, que vivem da mutilação e da pilhagem, e, visto que percebem que são vulneráveis ao ódio de todos e que todos buscam emboscá-los, confinam-se em penhascos íngremes ou escondem-se em cavernas e desertos – exceto que o tirano ultrapassa até mesmo essas criaturas em selvageria. Cobras semelhantes a dragões, leopardos, leões e as demais criaturas que são condenadas por crueldade selvagem abstêm-se, pelo menos, de atacar sua própria espécie, e há segurança na similaridade de natureza entre os animais selvagens.

(43) *Adágios* 1.x.45: 'E diametro opposita'.
(44) Sêneca, *De clementia* 1.19.3 (parafraseado).

Porém, o tirano, um homem, direciona sua ferocidade animal contra os homens e, embora seja ele próprio um cidadão, contra os cidadãos.

De fato, até mesmo nas Sagradas Escrituras, Deus pintou um retrato do déspota com estas palavras: 'Este será o costume do rei que houver de reinar sobre vós: ele tomará os vossos filhos, e os empregará para os seus carros, e para seus cavaleiros, para que corram adiante dos seus carros. E os porá por príncipes de milhares e por cinqüentenários; e para que lavrem a sua lavoura, e seguem a sua sega, e façam as suas armas de guerra e os petrechos de seus carros. E tomará as vossas filhas para perfumistas, cozinheiras, e padeiras. E tomará o melhor das vossas terras, e das vossas vinhas, e dos vossos olivais, e os dará aos seus criados. E as vossas sementes, e as vossas vinhas dizimará, para dar aos seus eunucos e aos seus criados. Também os vossos criados, e as vossas criadas, e os vossos melhores mancebos, e os vossos jumentos tomará, e os empregará no seu trabalho. Dizimará o vosso rebanho, e vós lhe servireis de criados. Então naquele dia clamareis por causa do vosso rei, que vós houverdes escolhido; mas o Senhor não vos ouvirá naquele dia.'[45] E que ninguém fique perturbado pelo fato de ele chamar a este homem rei, e não tirano, visto que o título de 'rei' era no passado tão odiado quanto o de 'tirano'. E, vendo que nada é mais benéfico do que um bom rei, por que teria Deus, com ira, determinado que tal retrato fosse apresentado ao povo, aparentemente com o fim de dissuadi-lo de procurar um rei? Ele disse, com o mesmo estado de espírito, que o poder dos reis era o poder dos tiranos. Além disso, o próprio Samuel tinha governado como um verdadeiro rei, administrando os negócios do povo por tantos anos em santidade e pureza. Porém, eles, não compreendendo sua boa sorte, estavam exigindo um rei no modelo pagão, que governasse de forma arrogante e violenta. E, entretanto, quantos exemplos desse retrato dos males já temos visto nos tempos atuais, até mesmo em alguns príncipes cristãos, para grande infortúnio de todo o mundo?

Vou apresentar-te agora um retrato do bom príncipe, que o próprio Deus desenhou no livro de Deuteronômio, da seguinte forma: 'Porás sobre ti um rei, porém não multiplicará para si cavalos, nem fará

(45) I Samuel 8, 11-18.

voltar o povo ao Egito, para multiplicar cavalos. Tampouco para si multiplicará mulheres, para que o seu coração se não desvie: nem prata nem ouro multiplicará muito para si. Será também que, quando se assentar sobre o trono do seu reino, então escreverá para si um traslado desta lei num livro, do que está diante dos sacerdotes levitas. E o terá consigo, e nele lerá todos os dias da sua vida; para que aprenda a temer ao Senhor seu Deus, para guardar todas as palavras desta lei, e estes estatutos, para fazê-los. Para que o seu coração não se levante sobre os seus irmãos, e não se aparte do mandamento, nem para a direita nem para a esquerda; para que prolongue os dias no seu reino, ele e seus filhos no meio de Israel.'[46] Se um rei hebreu é instruído a estudar um conjunto de leis que proporcionam somente esboços e imagens da justiça, quanto mais apropriado é para um príncipe cristão observar e seguir os ensinamentos do Evangelho? Se Deus não quer que o rei judaico seja elevado acima de seu povo, e que os chame de servos, e não de irmãos, quanto menos deve um rei cristão fazê-lo com cristãos, que o próprio Cristo chamou de seus irmãos, embora seja ele Rei sobre todos os príncipes?

Vê agora como Ezequiel descreveu o tirano. 'Os seus príncipes no meio dela', diz ele, 'são como lobos que arrebatam a presa, para derramarem o sangue.'[47] Platão chama os príncipes de guardiães do estado, pois eles são para a nação o que os cães pastores são para o rebanho; porém, se os cães pastores se transformarem em lobos, que esperança há para o rebanho?[48]

Em outra parte, ele chama de leão o príncipe cruel e voraz, e em outro ponto ele ataca os pastores que cuidam de si mesmos, mas se descuidam do rebanho, pensando nos príncipes que exercem o poder para seus próprios fins.[49] E disse Paulo, referindo-se a Nero, 'E fiquei livre da boca do leão.'[50] E vejamos como o sábio Salomão descreveu o tirano com praticamente o mesmo sentimento; disse ele, 'Como leão bramidor e urso faminto, assim é o ímpio que domina sobre um povo pobre.' E novamente, em outro local, 'Quando o ímpio domina, o povo suspira',

(46) *Deuteronômio* 17, 16-20.
(47) Ezequiel 22, 27.
(48) Platão, *República* 3.416 A-B.
(49) Platão, *República* 9.588-90.
(50) 2 Timóteo 4, 17.

como se tivessem sido tomados como escravos. E ainda, em outra parte, 'Quando os ímpios sobem, os homens se escondem.'[51]

O que dizer da passagem de Isaías em que o Senhor se ofende com as más ações do povo e os ameaça com as seguintes palavras 'E dar-lhes-ei mancebos por príncipes, e crianças governarão sobre eles';[52] não está ele afirmando claramente que nenhum desastre pode ser mais amargo para um país do que ter um príncipe tolo e ímpio?

Porém, por que persistimos nesta disposição, quando o próprio Cristo, que é o único Príncipe e Senhor de todos, fez uma distinção muito clara entre os príncipes cristãos e pagãos? 'Bem sabeis', diz ele, 'que pelos príncipes dos gentios são estes dominados, e que os grandes exercem autoridade sobre eles. Não será assim entre vós.' Se os príncipes pagãos tendem a dominar, a dominação não é a forma correta de governo para um cristão. Pois, o que quereria ele dizer com 'Não será assim entre vós',[53] senão que uma prática diferente deve ser obtida entre os cristãos, no meio dos quais o cargo de príncipe significa o controle ordeiro, não o poder imperial, e o reinado significa a supervisão útil, não a tirania?

Tampouco deve o príncipe se confortar com o pensamento, 'Estas coisas aplicam-se aos bispos, não a mim.' Elas realmente se aplicam a ti; se, é claro, tu fores cristão! Se não o fores, elas não se aplicam a ti de modo algum. Tampouco deves indignar-te se talvez tiveres visto diversos bispos que estão longe deste ideal. Que eles analisem o que estão fazendo, e que tu te concentres no que é certo para ti. Não te consideres um bom príncipe se, em comparação com os demais, pareças ser menos ruim. E não penses que te é permitido fazer tudo que os príncipes geralmente fazem. Disciplina-te de acordo com a regra da honra, e julga-te por ela; e se não sobrar ninguém para ser ultrapassado por ti, então compete contigo mesmo, visto que a competição mais fina de todas, e verdadeiramente digna de um príncipe invencível, é a de lutar diariamente para melhorar-se a si mesmo.

---

(51) *Provérbios* 28, 15; 29, 2; 28, 28.
(52) Isaías 3, 4.
(53) Mateus 20, 25-6.

Se o nome do despotismo é vil, ou melhor, se seus objetivos o são, não se tornarão mais honrados se muitos homens os tiverem em comum; na medida em que os valores morais são propriedade das próprias ações, o número de pessoas é irrelevante.

Sêneca escreveu com sabedoria que os reis que têm o espírito de ladrões e de piratas devem ser colocados na mesma classe que os ladrões e os piratas. Pois é somente isto, o espírito, que distingue o rei do tirano, não seu título.[54]

Em sua *Política*, Aristóteles conta-nos que em algumas oligarquias havia o costume segundo o qual a pessoa prestes a assumir um cargo prestava um juramento preestabelecido, da seguinte forma: 'Perseguirei o povo com ódio e lutarei vigorosamente para que se lhes vá mal.'[55] Porém, o príncipe que está prestes a assumir o cargo presta um juramento muito diferente a seu povo, e, mesmo assim, ouvimos falar de alguns que tratam seu povo como se houvessem jurado conforme aquele uso bárbaro, que haveriam, por todas as formas, de ser inimigos dos negócios de seu povo.

Evidentemente, sentimos cheiro de tirania quando, sempre que as coisas vão bem para o príncipe, elas pioram para o povo, e se a boa sorte de um deriva da desgraça do outro; o mesmo ocorre quando um chefe de família procura tornar-se mais rico e mais poderoso às custas da miséria de sua família.

Quem quer que deseje conferir a si mesmo o título de príncipe e queira escapar do nome odioso de tirano deve fazer por merecê-lo mediante iniciativas benevolentes, e não mediante o medo e as ameaças. Pois não há significado algum em alguém ser chamado de príncipe por bajuladores ou por vítimas da opressão, ou ser chamado de pai da nação se houver sido de fato um tirano, ou até mesmo ser adorado durante sua própria vida se a posteridade discordar. Podes observar com que ódio a posteridade registra os malefícios de reis outrora temidos, que ninguém ousava ofender nem mesmo com um meneio de cabeça enquanto eram vivos, e podes ver com que presteza até mesmo seus nomes são detestados.

---

(54) Sêneca, *De beneficiis* 2.18.6.
(55) Aristóteles, *Política* 5.7.19.

O bom príncipe deve ter a mesma atitude quanto aos seus súditos que um bom patriarca tem quanto a sua família; pois, o que mais é um reino do que uma grande família, e o que é um rei senão o pai de muitas e muitas pessoas?[56] Pois ele está colocado acima deles e, no entanto, ele é da mesma espécie: um homem governando homens, um homem livre governando homens livres e não animais selvagens, como colocou corretamente Aristóteles. O que é de fato o que os poetas antigos também parecem ter tido em mente quando assim designaram Júpiter, a quem atribuíam o domínio sobre todo o mundo e todos os deuses (em seu modo de falar), com as palavras 'pai dos deuses e dos homens'. E nós, que aprendemos de nosso professor Cristo, igualmente chamamos Deus, que é indubitavelmente o Príncipe sobre todos os demais, pelo nome de 'Pai'.

Todavia, o que poderia ser mais repulsivo e amaldiçoado do que a expressão com que Aquiles (creio eu), em Homero, designa o príncipe que governa para si mesmo e não para seu povo: 'um rei que consome seus súditos'.[57] Pois ele não encontrou nada mais ofensivo para dizer, em sua cólera, contra alguém que julgava indigno de governar, do que dizer que ele devorava seu próprio povo. E quando esse mesmo Homero usa o termo 'rei', por respeito à honra, ele geralmente o chama de 'pastor do povo'. Há uma grande diferença entre um pastor e um predador. Portanto, com que fundamentos ilusórios podem as pessoas apropriar-se do título de 'príncipe' para si mesmas se elas escolhem, em sua massa de súditos, alguns poucos malvados, que fazem uso de pretextos astuciosamente escolhidos e desculpas freqüentemente modificadas, para drenar tanto a força como a riqueza do povo e a seguir convertê-la para seu próprio benefício? Ou se elas desperdiçam corruptamente na busca de prazeres ou consomem em guerras cruéis o que extorquiram impiedosamente? E qualquer pessoa que consiga agir como vilão endurecido nesta área é tida em alta consideração. É como se o príncipe fosse inimigo de seu povo, não pai, e o melhor ministro do príncipe fosse o homem que contrariasse de forma mais eficaz o bem-estar do povo.

---

(56) Um princípio fundamental do pensamento político de Erasmo, e largamente adotado na literatura homilética.

(57) Homero, *Ilíada* 1.231. Erasmo usa esta e a citação seguinte de Homero no *Panegírico* e no adágio 'Scarabeus aquilam quaerit'.

Da mesma forma que o patriarca pensa que qualquer lucro obtido por qualquer membro da família representa um aumento de sua própria fortuna, assim também aquele que é realmente dotado de espírito de príncipe acredita que os bens que seus súditos possuam em qualquer parte integram sua própria riqueza; pois estes lhe são tão devotados e dedicados que não fogem de nada, nem mesmo de entregar suas vidas, e não apenas seu dinheiro, por seu príncipe.[58]

Vale a pena observar os adjetivos usados por Julius Pollux para classificar reis e tiranos diante do imperador Cômodo, de quem foi preceptor na infância. Pois após colocar o rei logo abaixo dos deuses, como sendo próximo deles e muito semelhante aos mesmos, ele diz o seguinte (embora o latim não traduza adequadamente as palavras porque lhe faltam as qualidades especiais do grego, vou apresentar a seguinte versão, de qualquer forma, para que essas palavras possam ser compreendidas): 'Elogia um rei nos seguintes termos: pai, compassivo, calmo, brando, previdente, imparcial, humano, magnânimo, franco, desdenhoso da riqueza, não-governado por suas emoções, com autocontrole, com controle de seus prazeres, racional, de julgamento aguçado, perceptivo, cauteloso, prestador de bons conselhos, justo, contido, atento tanto às questões sagradas como às humanas, estável, resoluto, confiável, que pensa em grande escala, de mente independente, diligente, um homem de realizações, preocupado com o povo que governa, protetor, pronto a ajudar, lento em buscar a vingança, decidido, constante, impassível, defensor da justiça, sempre atento ao que se diz do príncipe como forma de manter o equilíbrio, acessível, agradável na companhia das demais pessoas, amável com quem deseja falar com ele, encantador, aberto a opiniões, interessado nas pessoas sujeitas ao seu governo, afetuoso com seus soldados, vigoroso ao fazer a guerra, mas não provocador de lutas, amante da paz, pacificador, mantenedor da paz, apto a melhorar a moralidade pública, alguém que saiba ser comandante e príncipe e estabelecer leis benéficas, nascido para merecer a boa vontade e com uma presença semelhante à de um deus. E há muitas qualidades além destas que poderiam ser descritas, mas para as quais não há palavras ou frases ade-

(58) Erasmo repetidamente usa este tipo de analogia entre a conduta do pai como chefe de família, e a do príncipe como chefe de estado.

quadas.' Até o momento, estivemos expondo a visão de Pollux. Ora, se um professor pagão delineou tal príncipe para os pagãos, quanto mais santo deve ser o plano esboçado para um príncipe cristão?

Vejamos agora as cores que ele usou para retratar o tirano. O sentido da passagem é aproximadamente o seguinte: 'Criticarás o mau príncipe da seguinte forma: despótico, cruel, bárbaro, violento, ávido pelo que não lhe pertence, voraz por dinheiro, nas palavras de Platão, sôfrego por riquezas, ganancioso, e como disse Homero, consumindo seus súditos, soberbo, orgulhoso, inacessível, de mau gênio, desagradável de se conhecer, descortês com as demais pessoas, desagradável na conversação, irritável, assustador, tempestuoso, escravo de seus desejos, descomedido, desregrado, grosseiro, indelicado, injusto, irrefletido, iníquo, imoral, estúpido, superficial, volúvel, facilmente influenciado, enfadonho, insensível, governado por seus sentimentos, intolerante às críticas, ofensivo, belicoso, opressivo, problemático, intratável, insuportável.'[59]

Visto que Deus está muito distante de uma pessoa tão despótica, é evidentemente verdadeiro que o que ele mais detesta é a maldição de um rei; e visto que não há animal selvagem mais prejudicial do que o tirano, é indiscutível que nada é mais detestável para a humanidade em geral do que um mau príncipe. Porém, quem haveria até mesmo de desejar viver odiado e amaldiçoado por Deus e pelos homens? Assim, quando Otávio Augusto percebeu que havia contínuas conspirações contra ele, de forma que quando uma era reprimida outra surgia em seu lugar, considerou que sua vida não valia tanto que ele devesse preservar sua segurança ao custo de tanto derramamento de sangue entre o povo, visto que todos o odiavam.

Assim também um reino governado de forma decente e benevolente é não apenas mais pacífico e agradável, mas também mais estável e duradouro; isto pode facilmente ser observado na história antiga. Nenhum tirano foi tão bem defendido que tenha permanecido no poder por muito tempo, e sempre que o governo de um país degenerava em tirania, isto claramente apressava sua queda.

---

(59) Julius Pollux, *Onomasticon* 1.40-2. No texto de Erasmo, estas citações são feitas primeiro em grego, a seguir traduzidas para o latim.

Quem é temido por todos deve ele próprio temer a muitos, e aquele cuja morte é desejada pela maioria do povo não pode estar seguro.

No passado, as honras da divindade eram conferidas a quem houvesse bem governado; porém, havia uma lei sobre os tiranos, que atualmente se aplica a lobos e ursos, segundo a qual seria paga uma recompensa, a partir dos recursos públicos, a quem eliminasse um inimigo público.

Nos tempos antigos, os reis eram indicados, mediante consenso popular, simplesmente em virtude de suas qualidades excepcionais, que eram chamadas de heróicas para sugerir que eram mais que humanas e próximas às divinas. Portanto, que os príncipes se lembrem de suas origens, com a compreensão de que não são príncipes de modo algum se lhes faltar o que originalmente os tornou príncipes.

Embora haja muitas formas de estado, há um consenso geral entre os filósofos de que a forma mais saudável é a monarquia; o que não surpreende, pois, por analogia com a divindade, quando a totalidade das coisas está em poder de uma só pessoa, então realmente, na medida em que ela é, neste aspecto, a imagem de Deus, sobrepuja a todas as demais pessoas em sabedoria e bondade, e, sendo bastante independente, concentra-se exclusivamente em ajudar o estado. Qualquer coisa diferente disso teria que ser o pior tipo de estado, pois estaria em conflito com aquele que é o melhor.

Se ocorrer de teu príncipe ser dotado de todas as virtudes, então a monarquia pura e simples é o ideal. Porém, como isso provavelmente nunca acontecerá, embora seja um belo ideal para se nutrir, se o que for apresentado for nada mais que um homem comum (no estado de coisas atual), então a monarquia seria preferivelmente controlada e diluída com uma mistura de aristocracia e democracia para impedi-la de transformar-se em tirania; e da mesma forma que os elementos se contrabalançam mutuamente, assim também que o estado seja estabilizado com um controle similar. Pois, se o príncipe for bem dotado para o estado, ele concluirá que, em tal sistema, seu poder não fica restrito, mas sim sustentado. Porém, se ele não o for, faz-se ainda mais necessário, para moderar e reduzir a violência de um homem.

Embora existam muitas formas de autoridade (do homem sobre os animais, do senhor sobre os escravos, do pai sobre os filhos, do marido

sobre a mulher), Aristóteles declara que a autoridade do rei é a mais excelente de todas, e a considera particularmente divina por parecer ser algo mais que mortal.[60] Se, portanto, é divino governar como um rei, segue-se que ser tirano deve significar desempenhar a parte daquele que é o oposto de Deus.

Um escravo é preferível a outro, como diz o provérbio, da mesma forma que um senhor é mais poderoso que outro, uma arte mais distinta que outra, ou um serviço melhor que outro. Porém, o príncipe deve destacar-se na melhor forma de sabedoria, qual seja, uma compreensão de como administrar o estado com justiça.

A tarefa do senhor é a de dar ordens, a do servo, de obedecer a elas. O tirano dá as ordens que lhe comprazem, o príncipe, as que julgar melhor para o estado. Que tipo de ordens, então, dará alguém que não sabe o que é melhor? Ou então alguém que confunde o pior com o melhor quando obscurecido pela ignorância ou pela emoção?

Da mesma forma que a tarefa dos olhos é ver, a dos ouvidos é ouvir, e a das narinas é cheirar, assim também a tarefa do príncipe é a de atentar para os interesses do povo. Porém, a sabedoria é o único meio pelo qual ele pode atentar para esses interesses, de modo que se o príncipe não a detém, ele enxergará esses interesses com a mesma visão que um olho cego.

Em seu *Oeconomicus*, Xenofonte escreve que é algo divino, e não humano, governar homens livres, com seu consentimento.[61] Pois, exercer o governo sobre animais irracionais, ou sobre pessoas escravizadas pela força, é desprezível. Porém, o homem é um animal semelhante a Deus, e duas vezes livre: uma vez pela natureza, e novamente por suas próprias leis. Da mesma forma, um sinal da virtude divina mais elevada e mais evidente se vê quando o rei modera seu governo de forma tal que o povo o recebe como um benefício, e não como escravização.

Cuidado para não considerares como tuas somente aquelas pessoas cujo trabalho empregas em tuas cozinhas, em tuas caçadas, ou em serviços domésticos, visto que, com freqüência, ninguém te pertence menos que elas; mas pense em todo o conjunto de teus súditos como

(60) Aristóteles, *Política* 4.2.2.
(61) Xenofonte, *Oeconomicus* 21.12.

pertencendo a ti de forma igual. E se alguém tiver de ser escolhido dentre todos eles, certifica-te de colocar como teu associado mais próximo e mais íntimo um homem que tenha o caráter mais elevado, e que tenha o maior amor pelo país e pelo estado. Quando visitares tuas cidades, não penses contigo mesmo desta forma: 'Sou o senhor de todas estas pessoas; elas estão à minha disposição; posso fazer o que quiser com elas.' Porém, se quiseres pensar nisso como deve o bom príncipe, faze-o nos seguintes termos: 'Todas estas coisas foram-me confiadas, e devo, portanto, manter uma cuidadosa vigilância sobre elas, para que possa devolvê-las em melhores condições do que quando as recebi.'

Quando observares a multidão incontável de teus súditos, evita pensar: 'Olha quantos servos tenho.' É melhor que penses: 'Tantos milhares de pessoas dependem de minha vigilância; a mim somente elas confiaram a proteção de si mesmas e de seus bens; elas me consideram como um pai, posso ser útil a tantos milhares se eu me estabelecer como um bom príncipe para elas, mas se for um mau príncipe, posso prejudicar a muitas mais. Não devo, então, envidar os maiores esforços para não ser mau, e para não prejudicar tantos seres humanos?'

Lembra-te sempre que as palavras 'domínio', 'autoridade imperial', 'reino', 'majestade', e 'poder' são termos pagãos, não cristãos; a 'autoridade imperial' dos cristãos nada mais é que a administração, o benefício e a proteção.[62]

Porém, se essas palavras ainda são de teu agrado, lembra-te de como os próprios filósofos pagãos as entendiam e explicavam: que a autoridade do príncipe sobre um povo é a mesma da mente sobre o corpo. A mente tem controle sobre o corpo porque ela é mais sábia que o corpo, mas seu controle é exercido para grande benefício do corpo, e não dela mesma, e a felicidade do corpo consiste no predomínio da mente.

O que é o coração no corpo vivente é o príncipe no estado. Como ele é a fonte do sangue e dos espíritos vitais, ele dá vida a todo o corpo,

---

(62) Neste caso, Erasmo está seguindo uma tênue trilha entre a instrução moral e o comentário político, visto que todos esses termos estavam associados ao governo do imperador Habsburgo, Maximiliano, de cujo império Carlos tomaria posse em 1519.

mas se ele for danificado, debilita todas as partes do corpo. Da mesma forma que esse órgão no corpo vivente é o último de todos a ser afetado pela enfermidade e é reputado como retendo os últimos vestígios de vida, assim também o príncipe deve permanecer completamente não-contaminado por qualquer marca de insensatez se este tipo de enfermidade atacar seu povo.[63]

Da mesma forma que no homem a parte mais importante, que, é claro, é a mente, detém o controle, e dentro da mente, por sua vez, a parte mais elevada, denominada razão, detém o governo, e o que predomina sobre toda a criação é o mais elevado de todos, denominado Deus, assim também quem quer que, por assim dizer, ocupe a posição de mando no grande corpo do estado deve sobrepujar os demais em integridade, sabedoria e vigilância. E o príncipe deve ser tão superior aos seus funcionários no que se refere a essas qualidades quanto o é às pessoas comuns.

Se houver algum mal na mente, ele surge devido ao contato com o corpo, que está à mercê das emoções; e qualquer que seja o bem que o corpo detenha, ele deriva da mente, como de uma fonte. E da mesma forma que seria paradoxal e contrário à natureza se as influências prejudiciais se espalhassem da mente para o corpo, e se o bem-estar do corpo fosse contaminado por enfermidade da mente, assim também seria absolutamente grotesco se as guerras, insurreições, conduta corrupta, legislação imoral, funcionários corruptos e outras pragas deste tipo sobre o estado devessem se originar dos próprios príncipes, quando sua sabedoria é que deveria ter controlado tal inquietação surgida da insensatez das pessoas comuns. Entretanto, freqüentemente vemos estados florescentes, que tendo sido bem estabelecidos pelos esforços do povo, são arruinados pelas práticas incorretas de seus príncipes.[64]

Como é anticristão regozijar-se com o título de 'senhor' quando muitos soberanos que eram estranhos a Cristo o evitaram e se recusaram, por medo do ressentimento, a serem mencionados como o que eles, em

(63) Outro conjunto de analogias fundamentais para Erasmo, em que o príncipe é o coração dentro do corpo orgânico do corpo político.

(64) Na extensa analogia que Erasmo faz do estado como corpo político, as hostilidades e a insurreição são tipicamente doenças e desintegrações do corpo.

sua ambição, realmente queriam ser. Porém, será que o mesmo príncipe cristão julgará correto para si mesmo ser chamado de 'Magnífico'?[65]

Apesar de ter usurpado o cargo imperial mediante atos criminosos, Otávio Augusto considerava ofensivo ser chamado de 'senhor'; e quando um ator usava este estilo diante de todas as pessoas, sua expressão facial e seus comentários o desautorizavam como se fosse um termo de repreensão aos tiranos. Será que o príncipe cristão não irá demonstrar a mesma humildade que o pagão?

Se fores o senhor de todo o teu povo, segue-se que eles devem ser teus escravos; neste caso, deves tomar cuidado para que, como diz o antigo provérbio, não tenhas em cada escravo um inimigo.

Visto que a natureza criou todos os homens livres e que a escravidão foi imposta sobre a natureza (fato esse que até mesmo as leis dos pagãos reconhecem), considera quão inadequado é para um cristão tornar-se senhor de seus irmãos cristãos, os quais as leis não designaram como escravos e que Cristo resgatou de toda escravidão. Paulo é testemunha disso quando chama Onésimo, que havia nascido escravo, de irmão de seu antigo senhor Filemon assim que foi batizado.[66]

Quanto escárnio seria considerar como escravos aqueles que Cristo resgatou com o mesmo sangue que te resgatou, a quem ele concedeu a mesma liberdade que a ti, e que convidou para herdar a imortalidade juntamente contigo, e impor o peso da escravidão a quem tem o mesmo Senhor e Príncipe que tens em Jesus Cristo! Visto que os cristãos têm somente um Senhor, por que aqueles que desempenham suas funções preferem copiar o padrão de comportamento de qualquer pessoa exceto daquele único que deve ser emulado em todas as coisas? É perfeitamente adequado copiar de outras pessoas qualquer aspecto virtuoso que porventura detenham em sua composição, mas nele está o modelo perfeito de toda a virtude e sabedoria. De fato, isto parece ser uma idéia tola, mas somente para os não-crentes: para nós, se formos verdadeiros crentes, ele é a benignidade de Deus e a sabedoria de Deus.

---

(65) "Magnífico" era o título adotado por diversos príncipes europeus, inclusive, evidentemente, Lourenço de Médicis, da família Médici de Florença.

(66) *Colossenses* 4, 9.

Eu não desejaria que, neste ponto, pensasses contigo mesmo, 'Mas isso é servir, não é governar.' Longe disso: é o tipo mais excelente de governo – salvo, talvez, se considerares Deus como um servo porque ele não recebe qualquer retribuição por regular este universo, em que todas as coisas desfrutam de sua boa vontade e nenhuma recompensa lhe é paga; salvo se te parece que a mente é serva porque ela é tão assídua em cuidar do bem-estar do corpo, embora não tenha necessidade dele; salvo se o olho for considerado servo das demais partes do corpo porque vigia por todos eles.

Bem poderias ver as coisas da seguinte forma: se, ao praticar a arte de Circe, alguém transformasse em porcos e asnos todas as pessoas que chamas de súditos, não irias dizer que teu império fora desvalorizado? Creio que irias. E, entretanto, podes exercer maior controle sobre porcos e asnos do que sobre homens, pois podes conduzi-los para onde preferires ou dividi-los ou até mesmo abatê-los. Conseqüentemente, quem transformar cidadãos livres em escravos terá desvalorizado seu império. Quanto mais prestigioso for o que estiver sujeito ao teu domínio, mais magnífico e glorioso será teu reinado. Portanto, quem protege a liberdade e a dignidade dos súditos contribui para tua grandeza régia.

Para evitar governar súditos submetidos a constrangimento, o próprio Deus conferiu tanto aos anjos quanto aos homens o livre-arbítrio, de modo a tornar seu poder mais esplêndido e majestoso. E que homem terá uma opinião elevada de si mesmo com base no fato de que governa um povo mantido submisso pelo medo, como um rebanho de gado?

Não ignores que o que se diz nos Evangelhos ou nos escritos apostólicos acerca da necessidade de suportar os senhores, obedecer às autoridades, prestar honra ao rei e pagar impostos deve ser entendida como se referindo aos príncipes pagãos, pois naquela época ainda não havia príncipes cristãos. A orientação é a de obedecer às autoridades não-cristãs, para que não ocorra qualquer perturbação da ordem civil, desde que elas tão-somente se mantenham dentro de sua jurisdição e não dêem ordens que ofendam a Deus. O príncipe pagão exige ser honrado; Paulo diz que a honra lhe deve ser concedida. Ele institui um imposto; Paulo quer que o imposto seja pago. Ele cobra um tributo; Paulo os instrui a pagar o tributo. Pois o homem cristão não é de forma alguma diminuído por estas coisas, e esses soberanos detêm algum tipo de poder legítimo e não devem ser provocados a cada vez que

surge uma ocasião. Porém, o que diz Paulo a seguir sobre os cristãos? 'Não deveis', diz ele, 'ter quaisquer dívidas entre vós, salvo o de amardes uns aos outros.' De outra forma, teríamos que dizer que Cristo realmente devia um tributo a César, simplesmente porque está registrado que ele pagou uma didracma.[67]

No Evangelho, quando astuciosamente questionado se um povo que se considerava dedicado a Deus devia pagar tributos a César, Cristo pediu que lhe fosse mostrada uma moeda; e quando ela lhe foi mostrada, não deu sinais de reconhecê-la, mas inquiriu, como se não o soubesse, de quem tinha a imagem e a inscrição. Quando recebeu a resposta de que eram de César, respondeu ambiguamente àqueles que estavam tentando apanhá-lo: 'Dai pois a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus.'[68] Assim, a um só tempo ele se esquivou da armadilha do inquiridor e aproveitou a ocasião para exortar a devoção a Deus, a quem devemos tudo. Além disso, era como se dissesse: 'Cabe a vós cuidar do que deveis a César, com quem nada tenho; considerai antes o que deveis a Deus, cujo trabalho (e não o de César) estou executando.'

Espero que neste ponto este tipo de pensamento não venha a ocorrer a ninguém: 'Por que, então, retiras do príncipe seus próprios direitos e atribuis mais ao pagão do que ao cristão?' Mas não é o que estou fazendo; eu defendo os direitos do príncipe cristão. É direito do príncipe pagão oprimir seu povo pelo medo, forçá-lo a fazer tarefas humilhantes, expropriá-lo, saquear seus bens e finalmente torná-lo mártir: isto é direito de um príncipe pagão. Não queres que o príncipe cristão tenha esses mesmos direitos, não é verdade? Ou será que seu poder legítimo parecerá reduzido se essas coisas lhe forem negadas?

A autoridade não está perdida para quem governa de forma cristã; porém, ele a mantém de outras formas, e realmente de forma muito mais gloriosa e firme. Conseguirás perceber que é assim a partir das seguintes considerações. Em primeiro lugar, as pessoas que oprimes com servidão não são realmente tuas porque é necessária a concordância geral para fazer um príncipe. Porém, em última análise, os que verdadei-

(67) *Romanos* 13, 1-8.
(68) Mateus 22, 16-22.

ramente te pertencem são os que te obedecem voluntariamente e de seu próprio consentimento. A seguir, quando teus súditos são forçados mediante o medo, não possuis nem mesmo metade deles: seus corpos estão em teu poder, mas seu espírito está distante de ti. Entretanto, quando a caridade cristã mantém unidos o príncipe e o povo, então todas as coisas são tuas sempre que a ocasião o exigir. Pois o bom príncipe não faz exigências, salvo quando os interesses do país o exigem. Novamente, quando existe dominação e não boa vontade, não importa quanto o príncipe exija, ele inevitavelmente terá menos do que quando tudo é dele. Obtém o máximo quem nada exige, mas sim impõe respeito.

Além disso, a honra demonstrada ao tirano não é realmente honra, mas sim adulação ou fingimento; não é obediência, mas servidão; tampouco a magnificência que ele demonstra é genuína, mas sim arrogância; ele não possui qualquer autoridade, mas sim força. Porém, quem age como príncipe cristão tem todas estas coisas em sua forma verdadeira. Quem não exige respeito recebe mais respeito que qualquer outra pessoa; a ninguém se obedece com mais boa vontade do que a quem não exige obediência; não há ninguém a quem o povo despeje sua riqueza com mais prontidão do que a quem eles acreditem que irá dedicá-la ao benefício público e devolvê-la com juros.

Há um intercâmbio mútuo entre o príncipe e o povo. O povo deve-te seu tributo, deve-te obediência e respeito; porém, tu, por tua vez, deves ao povo um príncipe bom e vigilante. Quando cobras um imposto, que é como se devido por teu povo, certifica-te primeiramente de verificar se cumpriste a obrigação de teu cargo para com ele.

Aristóteles diz que a essência do domínio consiste não em possuir escravos, mas sim em usá-los.[69] Entretanto, o cargo de príncipe depende muito menos de títulos e estátuas e da coleta de receitas do que da consideração para com o povo.

Visto que o estado é uma espécie de corpo composto de diferentes partes, dentre as quais está o próprio príncipe (mesmo que ele seja excepcional), será importante manter um equilíbrio que seja para o bem de todos, e que não resulte em um ou outro se tornar roliço e vigoroso, enquanto os demais são enfraquecidos. Pois se o príncipe se regozijar e

(69) Aristóteles, *Política* 1.2.23.

prosperar com os infortúnios do estado, ele não é nem parte do estado nem príncipe, mas sim um ladrão.

Aristóteles apresentou a idéia de que o escravo é uma parte viva de seu senhor, se realmente este for um verdadeiro senhor.[70] Há pelo menos um relacionamento amigável entre a parte e o todo e algumas vantagens mútuas. Se isto é verdadeiro entre um senhor e um escravo comprado em leilão, por assim dizer, quanto mais deve ser entre uma população cristã e um príncipe cristão?[71]

Se os pensamentos e as ações de um príncipe estão voltados exclusivamente para extorquir a maior quantidade de dinheiro possível do povo, amealhar a maior receita possível com suas leis e vender cargos na magistratura e no governo pela melhor oferta, então, pergunto-te, deve ele ser chamado de príncipe, e não de mercador, ou, como eu o chamaria com maior exatidão, um ladrão?

Quando Creso, após a captura de sua cidade, viu que os soldados de Ciro corriam em todas as direções com grande tumulto, perguntou o que estavam fazendo. Quando Ciro replicou que estavam fazendo o que geralmente faz um exército vitorioso, saqueando os bens do povo, ele lhe disse: 'O que é isto que ouço? Já não são tuas estas coisas, visto que me conquistaste? Então por que teus homens saqueiam tuas próprias coisas?' Ciro caiu em si e fez com que os soldados parassem com a pilhagem.[72] O príncipe deve sempre ter em mente este mesmo ponto: estas coisas que estão sendo extorquidas são minhas, este povo que está sendo desapropriado e oprimido é meu, e quaisquer males que eu lhes fizer, faço-os a mim mesmo.

Certifica-te de governar de forma tal que possas facilmente apresentar uma justificativa para o que fizeste; e se ninguém a exigir, estás ainda mais obrigado a exigi-la de ti mesmo. Pois chegará a hora, e muito em breve, em que a justificativa será exigida de ti por aquele para quem não fará qualquer diferença que tenhas sido príncipe, exceto que quanto maior o poder que te foi confiado, mais rígido será o juiz com quem te

---

(70) Aristóteles, *Política* 1.2.20.

(71) Quando Erasmo cita um argumento da *Política* de Aristóteles, tende a continuar argumentando que se assim é para Aristóteles, quanto mais deve ser no caso de um príncipe cristão.

(72) Heródoto 1.88.

defrontarás. Mesmo que somente tu sejas monarca de todo o mundo, este é um juiz de quem não conseguirás fugir e que não conseguirás enganar ou intimidar ou corromper.

Uma vez que te tenhas dedicado ao estado, não tens mais a liberdade de viver à tua própria maneira: deves manter e cultivar o papel que assumiste.

Ninguém entra em uma competição olímpica sem primeiro ponderar o que exigem as regras dessa competição. E não se queixa que o sol o incomoda, ou a poeira ou a transpiração ou qualquer coisa deste tipo, porque todas estas coisas fazem parte das próprias condições do evento. Da mesma maneira, alguém que se decide a governar deve primeiramente ponderar em sua mente quais são as exigências do cargo de príncipe. Deve levar em consideração os interesses das outras pessoas e desconsiderar os seus próprios; deve manter-se vigilante para que os demais possam dormir; deve trabalhar para que os demais possam desfrutar do lazer. Deve mostrar a mais elevada integridade de caráter, embora nos demais seja suficiente a decência normal. Sua mente deve ser esvaziada de todo sentimento pessoal, e enquanto estiver ocupado com os negócios públicos, não deve pensar em nada que não seja o povo. Deve fazer o bem mesmo a quem for ingrato, mesmo a quem não compreender, e mesmo a quem lhe resistir. Se estas coisas não são do teu agrado, por que assumes o ofício de governar? Ou por que não repassas para outra pessoa o que a sorte te legou? E se isto não for possível, pelo menos delega uma certa autoridade executiva a alguém que tenha as qualidades que tu mesmo deverias ter demonstrado.[73]

Foi dito de forma muito sábia, por um dos gregos sábios, que o que é excelente também é difícil.[74] Conseqüentemente, deve ser lembrado que demonstrar que se é um bom príncipe é realmente de longe a coisa mais excelente de todas, mas é ao mesmo tempo a mais difícil de todas. Também não deves de modo algum ficar perturbado se nos tempos atuais vês alguns príncipes vivendo de forma tal que parece que ser pai de família é mais duro do que ser príncipe, e que há algum sentido no provérbio que diz que a pessoa nasce rei ou bufão, não se torna.[75]

---

(73) Uma comparação característica em que Erasmo conclui retoricamente que o cargo de príncipe determina que, a menos que um homem esteja na plenitude de suas capacidades, instruído e treinado ao máximo, é uma insensatez aspirar a governar um estado.

(74) *Adágios* 11.i.12. Ver Plutarco, *Moralia* 6 C, e Platão, *República* 4.435 C e 6.497 D.

Portanto, visto que todos os demais homens se esforçam para estudar previamente a habilidade que desejam praticar, quanto mais atento deve ser o príncipe em aprender antecipadamente os princípios de governo? E, de fato, o êxito nas demais habilidades depende principalmente de quatro fatores: aptidão natural, instrução, demonstração e prática. Platão procura um temperamento suave e tranqüilo no príncipe. Pois embora ele admita que as pessoas joviais e excitáveis sejam adequadas para o treinamento, nega que sejam apropriadas para administrar um estado.[76] Há alguns defeitos de temperamento que podem ser corrigidos por meio da educação e de uma atenção especial, mas podemos nos deparar com uma natureza que seja tão descuidada, ou tão selvagem e truculenta que tentar treiná-la seria um desperdício de esforço. A natureza de Nero era tão corrupta que nem mesmo o pio professor Sêneca conseguiu impedi-lo de se tornar um soberano pestífero.

A instrução deve ser implantada, como já disse, desde o início, e deve ser digna de um verdadeiro príncipe, e ainda inequívoca, que explica por que Platão queria que seus tutores chegassem à dialética em um estágio posterior, pois a apresentação de argumentos para ambos os lados de uma questão torna menos seguros os julgamentos sobre certo e errado.[77] O modelo de governo deve ser copiado especialmente do próprio Deus, e de Cristo que é a um só tempo Deus e homem, cujos ensinamentos também serão a principal fonte de instrução. A prática, que é a última parte, é bem mais arriscada no caso do príncipe: pois embora não haja grandes conseqüências se alguém que esteja se preparando para se tornar um bom tocador de alaúde estraga alguns alaúdes, seria realmente uma questão grave se o estado tivesse que sofrer enquanto o príncipe aprende a administrá-lo. Evidentemente, portanto, façam com que ele se habitue a isto desde a infância, assistindo a reuniões de consulta, indo a tribunais, estando presente na posse de magistrados e ouvindo as exigências dos reis; porém, tudo isso deve ser feito após as instruções acerca dos princípios pertinentes, para que ele possa fazer uma melhor avaliação. Que ele realmente nada decida sem a confirmação da

(75) *Adágios* 1.iii.1.
(76) Platão, *República* 6.503 C-D e 8.547-8.
(77) Platão, *República* 7.539 A-B.

opinião de muitas outras pessoas, até que sua idade e experiência tornem seu próprio julgamento mais confiável.

Se Homero estava certo em dizer que o príncipe não pode esperar desfrutar de uma noite inteira de sono, quando tantos milhares de pessoas e uma carga tão grande de negócios lhe foram confiados,[78] e se a figura similar de Enéias feita por Virgílio está corretamente desenhada,[79] então onde é que o príncipe encontra tempo livre, pergunto-te, para desperdiçar dias inteiros e seguidos e, de fato, a maior parte de sua vida, no jogo, na dança, na caça, no ócio e em outras trivialidades ainda mais banais que estas?

O estado está sendo minado por rivalidades partidárias e castigado por guerras, a roubalheira se dissemina, as pessoas comuns estão sendo reduzidas à inanição e ao patíbulo pela extorsão desenfreada, os fracos estão oprimidos pela injustiça daqueles que ocupam as altas posições, e os magistrados corruptos fazem o que lhes apraz, e não o que diz a lei; e em meio a tudo isso, o príncipe está jogando dados como se estivesse de férias?

O homem ao leme não pode ser um dorminhoco, portanto, pode o príncipe continuar roncando em tais condições perigosas? Nenhum mar passa por tempestades tão bravias quanto as constantemente experimentadas por todo reino. E o príncipe deve, portanto, sempre estar em guarda para não se desviar da rota de alguma forma, pois ele não pode incorrer em erro sem provocar desgraça para milhares.

O tamanho do navio, o valor da carga ou o número de passageiros não são a fonte de maior orgulho, mas sim de maior vigilância para um bom capitão de navio. Portanto, quanto mais súditos tem um bom rei, mais alerta ele deve ser, e não mais arrogante.

Se analisares como é grande o reino que defendes, sempre haverá algo a fazer; e se formares o hábito de encontrar prazer no bem-estar do povo, nunca ficarás sem uma fonte de prazer, de modo que então não haverá espaço para enfado ocioso que venha a distrair o bom príncipe com divertimentos impróprios. O príncipe deve especialmente observar o que foi estabelecido pelos homens mais sábios, ou seja, escolher o

(78) Homero, *Ilíada* 2.24-5.
(79) Virgílio, *Eneida* 1.305.

modo de vida que seja o melhor, não o mais atraente, pois, ao final, a familiaridade geralmente também torna atraente o que é o melhor.

Se o artista deriva prazer de uma bela pintura que tenha feito, e se o agricultor, o hortelão e o artesão apreciam seus trabalhos respectivos, nada deveria ser mais prazeroso para o príncipe do que inspecionar um estado que tenha sido aprimorado e tornado mais próspero pelos próprios esforços dele.

Embora não se possa negar que ser um bom príncipe é um peso, ser um mau príncipe é um peso muito maior. As coisas naturais e razoáveis dão muito menos trabalho que as simulações e fraudes.

Se realmente és um príncipe, será uma surpresa se não sentires um grande ardor de satisfação quando pensares contigo mesmo: 'Fui sábio ao evitar aquela guerra, foi uma boa coisa reprimir aquela rebelião com o menor derramamento possível de sangue e, ao aprovar aquele homem como magistrado, agi no melhor interesse do estado e de minha reputação.' E, de fato, este prazer é digno de um príncipe cristão; deves proporcionar a ti mesmo a matéria-prima para tal em teus atos diários de bondade e deixar os demais pequenos divertimentos vulgares para a plebe desprezível.

Todos elogiam Salomão porque quando ele estava em posição de pedir o que desejasse, e teria recebido imediatamente o que quer que pedisse, não pediu riquezas enormes, nem o domínio do mundo inteiro, nem a destruição de seus inimigos, nem fama e glória excepcionais, nem prazeres, mas sim sabedoria; e não foi simplesmente uma sabedoria qualquer, mas aquela que lhe permitiria governar com credibilidade o reino a ele confiado.[80] Midas, por sua vez, é por todos condenado porque valorizava o ouro acima de tudo. E por que deveria haver um julgamento para a História e outro para a vida real? Queremos felicidade para o príncipe, vitória, exaltação, vida longa e saúde; porém, se realmente somos devotados ao príncipe, por que não lhe desejamos a única coisa que Salomão desejou? E para evitar que seu pedido parecesse tolo, Deus elogiou sua sabedoria por essas razões. Por que deveríamos considerar a única coisa que é relevante para algo como sendo a menos relevante? E, entretanto, há muitas pessoas que acreditam que a única coisa

(80) *I Reis* 3, 5-12.

que obstrui a função do governo é a existência de um príncipe sábio. Dizem eles que a força de seu caráter é dissipada e ele se torna demasiado cauteloso. Porém, eles estão falando de temeridade, não de coragem; não ter medo porque não se tem bom senso não é ter personalidade forte, mas sim ser estúpido. A bravura no príncipe deve ser extraída de outras fontes, pois por esse padrão, os homens jovens são muito valentes, mas as pessoas enfurecidas o são muito mais. Uma sensação de medo é útil quando indica o perigo e ensina a pessoa a evitá-lo, e quando desvia uma pessoa de um modo de vida vergonhoso e corrupto.

Alguém que vigia sozinho por todas as pessoas tem de estar especialmente alerta, e alguém que cuida sozinho dos interesses de todas as pessoas tem de ser especialmente sábio. O que é Deus para o universo, o que é o sol para o mundo, e o que é o olho para o corpo, isto deve ser o príncipe para o estado.

Os homens sábios dos tempos antigos, que tinham o hábito de usar hieróglifos e representar a importância das coisas com um símbolo similar à vida, costumavam representar a imagem de um rei da seguinte forma: desenhavam um olho e adicionavam um cetro, significando a integridade da vida e uma mente que não se desvia, por nenhuma razão, do que é correto, e que é equipada com bom senso e com a maior das vigilâncias.[81]

Outros costumavam reproduzir o cetro real da seguinte forma: no topo, colocava-se uma cegonha, símbolo da dedicação ao dever, e embaixo, um hipopótamo, animal selvagem e perigoso.[82] Isto era para significar, como podes ver, que, se em algum momento as emoções turbulentas como a ira, o desejo de vingança, a ganância ou a violência estiverem assolando o príncipe, então a devoção a seu país vence e suprime esses sentimentos. A arrogância é incentivada quando se tira partido da boa sorte e quando se obtém sucesso material, mas o amor ao país deve ser mais forte que tais coisas.

Segundo Plutarco, os tebanos, nos tempos antigos, costumavam ter entre suas imagens sagradas algumas estátuas sentadas, sem mãos, e a principal delas também não tinha olhos. Ele nos diz que a razão para elas estarem sentadas é que os magistrados e juízes devem ter um temperamento calmo, que não seja atiçado por quaisquer emoções. Sugere

(81) Plutarco, *Moralia* 354 F e 371 E. Ver também *Adágios* 11.i.1.
(82) Plutarco, *Moralia* 962 E.

que elas não têm mãos porque devem ser irrepreensíveis e inatingíveis para qualquer suborno corruptor. Além disso, o fato de que a principal estátua também não tenha olhos significa que o rei é tão impermeável a ser induzido à desonestidade mediante o suborno que ele não é nem mesmo afetado pela consideração à aparência da pessoa, e absorve informações somente com seus ouvidos.[83]

Neste mesmo estado de espírito, que o príncipe aprenda a desenvolver um interesse filosófico pelas próprias insígnias com que é adornado. O que significa a unção dos reis senão brandura de espírito? O que significa a coroa em sua cabeça senão uma sabedoria suprema entre pessoas inumeráveis? A corrente entrelaçada posta ao redor de seu pescoço representa a combinação harmoniosa de todas as virtudes; as jóias que resplandecem com brilho multicolor e beleza significam a perfeição da virtude e que todo tipo de bem deve sobressair no príncipe; as vestimentas de púrpura ardente significam sua intensa afeição por seus súditos; suas condecorações oficiais indicam que ele irá igualar ou sobrepujar as realizações de seus ancestrais. A espada carregada a sua frente significa que sob sua proteção o país deverá estar a salvo, tanto de inimigos externos como de crimes internos.[84]

A primeira obrigação do bom príncipe é a de ter as melhores intenções possíveis; a seguinte é a de estar atento a formas de evitar ou eliminar males, e, por outro lado, de obter, aumentar e reforçar o que é bom. Talvez seja suficiente para uma pessoa comum ser bem-intencionada, pois ela é guiada pela lei e os magistrados prescrevem o que deve ser feito. Porém, no príncipe, não é suficiente ser bem-intencionado e ter as melhores intenções, a menos que estas sejam acompanhadas da sabedoria, que demonstra por que meios ele poderá atingir o que deseja.

Quão pouca diferença existe entre uma estátua de mármore inscrita com o nome de Creso ou Ciro, e soberbamente ornamentada com coroa e cetro, e um príncipe que não tem coração! A única diferença é que o olhar vazio da primeira não causa danos a ninguém, ao passo que a insensibilidade do segundo é muito prejudicial ao estado.

---

(83) Plutarco, *Moralia* 355 A. Este exemplo, juntamente com o cetro e o olho acima, também é encontrado no adágio 'Scarabeus aquilam quaerit' (111.vii.1).

(84) Esses significados simbólicos para as insígnias reais eram freqüentemente invocados nas descrições de coroações reais até o século XX. Toda esta seção é fortemente influenciada pela *Moralia*, de Plutarco.

Não te julgues pelas qualidades de tua estatura ou por tua posição afortunada, mas pelas qualidades da mente, e mede-te não pelos elogios de outras pessoas, mas por tuas próprias ações.

Como tu és o príncipe, assegura-te de permitir somente os cumprimentos que sejam dignos de um príncipe. Se alguém descrever tua aparência em termos elogiosos, reflete que este tipo de elogio é para uma mulher. Se alguém admirar tua eloqüência, lembra-te que isso é elogio para os sofistas e oradores. Se alguém enaltecer tua força e capacidades físicas, lembra-te que é dessa forma que são elogiados os atletas, não os príncipes. Se alguém elogiar tua alta estatura, pensa contigo mesmo, 'Ele estaria correto em me felicitar por isto se fosse necessário apanhar algum objeto em um lugar alto.' Quando alguém exaltar tua saúde, certifica-te de pensar que esta é a forma como são elogiados os homens de negócios. Considera que ainda não ouviste nada apropriado para um príncipe enquanto estiveres ouvindo fanfarrices desse tipo. Que louvor, então, é adequado para os príncipes? Bem, certamente se ele tiver olhos atrás assim como na frente, e puder olhar para a frente e para trás, como diz Homero; isto é, se ele souber o máximo que é possível, olhando para trás, para o que já aconteceu, e para a frente, para o futuro, e então, se ele usar tudo o que souber para o bem de seu país e não para o seu próprio bem.[85] E, ainda assim, não há outra forma de aumentar sua sabedoria para si mesmo do que usando-a para seu país.

Supõe que alguém elogie um médico nos seguintes termos: 'Ele é vistoso e musculoso, tem boas relações familiares, é abastado, hábil nos dados, excelente dançarino, canta maravilhosamente e joga bola com destreza'; não pensarias imediatamente, 'O que tem isso a ver com o fato de ser médico?' E quando ouvires essas mesmas coisas de louvadores, reflete mais ainda, 'O que tem isso a ver com o fato de ser príncipe?'

Há três requisitos principais em um médico: em primeiro lugar, ele deve ser hábil nas artes curativas e estar familiarizado com os recursos do corpo, os poderes das doenças e o tratamento a ser usado para cada enfermidade; segundo, deve ser sincero e não fixar seu olho em nada que não seja a saúde do paciente, pois muitos são levados pela ambição

(85) Homero, *Ilíada* 1.343 e 3.109.

ou pelo dinheiro, ao ponto de administrarem veneno em lugar de remédio; em terceiro lugar, deve prestar uma atenção cuidadosa e fazer os esforços necessários. Porém, essas coisas são de importância muito maior para o príncipe.

Finalmente, o que Aristóteles, um pagão, exige do príncipe em sua *Política*?[86] A beleza de Nereu? A força de Milo? A estatura de Maximino? A riqueza de Tântalo? Não, nenhuma delas. O quê, então? Ele espera a integridade mais elevada e mais completa, embora esteja contente com um padrão moderado nas pessoas comuns.

Se puderes ser, ao mesmo tempo, um príncipe e um bom homem, estarás desempenhando um serviço magnífico; porém, se não puderes, abandona a função de príncipe, em lugar de te tornares um mau homem por causa disso. É bem possível encontrar um bom homem que não se tornaria um bom príncipe, mas não se pode ser um bom príncipe sem ser, ao mesmo tempo, um bom homem. Contudo, os padrões de alguns príncipes chegaram atualmente ao ponto em que esses dois papéis, de bom homem e de príncipe, parecem ter entrado em conflito, e considera-se evidentemente tolo e ridículo falar de um bom homem e de um príncipe no mesmo discurso.

Não conseguirás ser rei se a razão não reinar sobre ti; isto é, a menos que empregues o bom senso e o julgamento equilibrado, e não os desejos pessoais em todas as coisas. Tampouco podes governar outras pessoas se tu mesmo não houveres previamente obedecido ao que é correto.

Que aquela divisa mais que tirânica, 'Eu desejo isto, exijo aquilo, que a minha vontade seja a razão', esteja bem distante da mente do príncipe.[87] E muito mais aquela que já foi alvo da condenação geral da humanidade, 'Que eles me odeiem, desde que me temam.'[88] Seguir um impulso emocional é a marca do tirano e, de fato, da mulher, e o medo é um protetor muito ruim em qualquer tempo.

Que o princípio constante do príncipe seja o de não prejudicar a ninguém, de ser útil a todas as pessoas, especialmente ao seu próprio

(86) Aristóteles, *Política* 3.11.12 e 1.5.7.
(87) Juvenal, *Sátiras* 6.223.
(88) Ver *Adágios* de Erasmo 11.ix.62.

povo, e de tolerar as faltas que ocorram ou corrigi-las de acordo com sua avaliação do que é apropriado para o bem comum. Qualquer pessoa que não tenha essa atitude para com o estado é um tirano, não um príncipe.

Se alguém te chamasse não de príncipe, mas de tirano e de ladrão, não ficarias enraivecido e lançarias terrível punição contra tal pessoa? E com razão, pois é um insulto terrível, e que não deve ser tolerado em nenhuma circunstância. Porém, eu gostaria que considerasses o seguinte ponto: que maior insulto pode ser dirigido contra si mesmo do que alguém escolher ser o tipo de homem que está sendo acusado de ser? Pois é uma questão muito mais grave ser ladrão do que ser chamado de ladrão, e é mais brutal violentar uma jovem do que ser acusado de violação.

Para que sejas bem-falado, a conduta mais adequada a seguir é a de te mostrares como o tipo de pessoa de que desejas que as pessoas te chamem. Não é elogio genuíno o que é extraído por intimidação ou ofertado por aduladores, e é prejudicial à reputação do príncipe se sua proteção depender do silêncio induzido por ameaças. Embora tua própria época possa se manter calada no momento, a posteridade certamente falará. Será que já houve algum tirano tão medonho que tenha conseguido selar os lábios de absolutamente todo mundo?

O príncipe cristão deve tomar um cuidado especial em um ponto que Sêneca debateu com sabedoria. Entre aqueles que são chamados reis, encontram-se alguns que, mesmo em comparação com Phalaris, Dionísio e Polícrates (cujos próprios nomes tornaram-se objeto de repugnância em todos os séculos), não merecem ser chamados nem mesmo de tiranos. Pois a questão não é em que caminho estás, mas em que direção estás indo: aquele que busca o bem comum é um rei; aquele que busca seu próprio bem é um tirano. E, entretanto, que nome devemos dar àqueles que constroem seu próprio patrimônio às custas de seu país, e que são na verdade ladrões, embora sejam príncipes no nome (mas falsos)?[89]

Em suas leis, Platão proíbe que qualquer pessoa diga que Deus é a fonte de qualquer mal, pois por natureza, ele é bom e benigno.[90] Porém,

(89) Sêneca, *De clementia* 1.12.1.
(90) Platão, *República* 2.380 B-C.

o príncipe é uma espécie de representação de Deus, se ele for um verdadeiro príncipe. Até que ponto, portanto, os governantes deixam de alcançar este ideal se agem de forma tal que quaisquer males que surjam no estado derivem de seus próprios defeitos?

Não dês atenção se algum bajulador vier a objetar neste ponto, dizendo que isto equivale a reduzir o príncipe à condição de soldado raso. De maneira alguma: quem deseja permitir que o príncipe aja de forma vergonhosa é que o está reduzindo à condição de soldado raso. Pois o que mais estaria reduzindo o príncipe à condição de soldado raso senão o fato de ele ser transformado no mesmo tipo de pessoa que o homem comum, para que ele esteja à mercê da ira, do desejo, da ambição, da ganância e da insensatez? Seria realmente infame e intolerável se o que não fosse permitido a Deus não fosse permitido ao príncipe? Deus não pede que lhe seja permitido usufruir de prazeres de forma que possa ignorar o que ditam os bons princípios: se Ele assim o fizesse, então não seria Deus. Conseqüentemente, alguém que queira permitir tal coisa ao príncipe, quando isto conflita com a natureza e os princípios do que é ser príncipe, está, em última análise, privando-o do *status* de príncipe e tornando-o apenas mais um no meio das pessoas comuns. O príncipe não deve se envergonhar de obedecer ao que é bom e correto, pois o próprio Deus lhe obedece; tampouco deve ele se considerar um príncipe menos importante se envidar todo esforço para se aproximar da imagem do príncipe mais elevado de todos.

Para produzir um bom príncipe, estas e outras sementes similares devem ser lançadas desde o início pelos pais, pelas amas e pelo preceptor, na jovem mente do garoto; e deixar que ele as absorva voluntariamente, e não à força. Pois esta é a forma de educar um príncipe que está destinado a governar súditos livres e dispostos. Que ele aprenda a amar a bondade, a se afastar da depravação e a fugir das influências corruptas por pura decência, não por medo. E embora uma certa esperança de desenvolver um bom príncipe resida no comportamento modificado e no controle dos sentimentos, a esperança principal reside nas convicções corretas. Pois, às vezes, até mesmo uma má consciência controla o mau comportamento, e a maturidade ou a repreensão corrigem as inclinações degradadas. Porém, quando existe a convicção de que alguma coisa absolutamente desonrosa tem seus méritos e que alguma coisa mais do que tirânica é uma qualidade extraordinária no prín-

cipe (ou seja, quando estão contaminadas as fontes de onde fluem todas as ações da vida), então o remédio é muito difícil. Conseqüentemente, o educador deve preocupar-se primária e especialmente, como já foi dito, com este ponto: erradicar da mente de seu pupilo quaisquer idéias ignominiosas e vulgares que porventura tenham se instalado, e implantar aquelas que sejam saudáveis e dignas do príncipe cristão.[91]

(91) O programa que Erasmo vem de formular é deliberadamente apresentado de modo a poder ser adequadamente adotado para a educação de qualquer garoto cujo futuro inclua governar a vida de outras pessoas, isto é, qualquer garoto de uma família de elite.

2 -- O príncipe deve evitar os aduladores

O príncipe deve evitar os aduladores; mas isto não pode ser realizado se os aduladores não forem mantidos à distância por todos os meios possíveis, pois o bem-estar dos grandes príncipes é extremamente vulnerável a esta praga específica. A inocência juvenil em si mesma está particularmente exposta a esse mal, em parte por causa da inclinação natural a se alegrar com os elogios, mais do que com a verdade, e em parte por causa da inexperiência: quanto menos o príncipe suspeitar das artimanhas, menos ele sabe acerca da tomada de precauções.[92]

E caso alguém pense que isto pode ser ignorado como um infortúnio trivial, deve se dar conta que os impérios mais florescentes dos maiores reis foram derrotados pela língua do adulador. Em nenhum lugar lemos acerca de um estado oprimido pela tirania implacável sem um adulador que desempenhe um papel fundamental na tragédia.

A menos que eu esteja enganado, eis o que Diógenes tinha em mente quando replicou à pergunta 'Qual é o animal mais perigoso de todos?': 'Se te referes a animais selvagens', disse ele, 'o tirano; se falas

---

(92) Esta seção trata de conselheiros junto aos príncipes – o tipo de função para o qual Erasmo acabava de ser nomeado por Carlos quando escreveu *A Educação de um Príncipe Cristão*. Neste capítulo, Erasmo faz extensos empréstimos do ensaio de Plutarco sobre 'Como distinguir entre o amigo e o adulador', que ele havia traduzido e dedicado ao rei inglês Henrique VIII, e que foi reimpresso com a primeira edição de *A Educação de um Príncipe Cristão.*

de animais domesticados, o adulador.'[93] Esta praga tem um certo veneno atraente, mas age tão rapidamente que assim que os príncipes que governam o mundo são por ela transtornados, deixam-se transformar em brinquedos dos aduladores mais vis e ser enganados por eles; esses homenzinhos repugnantemente depravados, e às vezes até mesmo escravos, foram senhores dos senhores do mundo.

Em primeiro lugar, portanto, será necessário certificar-se de que se contratem amas que sejam ou completamente imunes a tal doença ou no mínimo tenham a menor suscetibilidade possível à mesma. Pois exatamente o seu sexo tende a torná-las especialmente vulneráveis a este mal; novamente, a maioria das amas adota as tendências emocionais das mães, a maioria das quais freqüentemente estraga o caráter de seus filhos mediante a indulgência excessiva. De fato, todo este grupo deveria ser mantido o mais longe possível do príncipe, visto que herdaram mais ou menos em sua natureza as duas grandes falhas da insensatez e da adulação.[94]

A preocupação seguinte será a de proporcionar-lhe companheiros bem-educados (embora eles também venham a precisar de um certo treinamento por parte do preceptor, para tal fim) para serem seus amigos, mas não seus aduladores, e para criar uma atmosfera de conversação civilizada sem jamais utilizar o fingimento ou as mentiras para angariar favores. Quanto à escolha do preceptor, já falei sobre o assunto.

A questão dos criados do príncipe também não é insignificante, pois eles freqüentemente o auxiliam a satisfazer suas predileções, seja em virtude de estupidez seja na esperança de que algum tipo de recompensa lhes será concedida. Será, portanto, necessário preencher essas funções, na medida do possível, com homens que sejam prudentes e honestos, e, mais ainda, impedi-los, por meio de advertências e ameaças, de serem demasiado permissivos, e, ainda, fazer uso de recompensas para induzi-los a desempenhar escrupulosamente sua função. Esta causa será de fato enormemente promovida se qualquer pessoa que tenha sido apanhada

---

(93) Plutarco, *Moralia* 61 C (na verdade, foi Bias, e não Diógenes, que fez tal observação). 'A não ser que eu esteja enganado' faz crer que, neste caso como em outros, Erasmo estava citando de memória.

(94) Isto é virtualmente tudo o que Erasmo tem a dizer sobre o papel da mulher na criação do futuro príncipe.

prestando incentivo e subserviência ignóbil, de forma a impelir a mente do príncipe rumo a coisas que estejam abaixo da dignidade de um príncipe, for castigada em público, como exemplo para os outros (até mesmo com a morte, se a natureza de seu crime assim o exigir). Visto que temos a pena de morte (e isto além de todas as leis dos antigos) para o ladrão que rouba um pouquinho de dinheiro que encontrou, não deverá parecer cruel a ninguém se a pena capital for invocada para alguém que tenha tentado corromper a melhor e mais preciosa coisa que um país possui. Porém, a novidade da idéia poderá impedir sua aceitação, embora o imperador Alexandre tenha ordenado que um vendedor de promessas vazias chamado Turinus fosse amarrado a uma estaca e defumado até à morte por troncos verdes colocados para queimar aos seus pés. Nesse caso, poderia ser possível construir um exemplo artificialmente, encontrando um homem que já tenha sido condenado por algum outro delito capital e fazendo anunciar que ele foi executado por contaminar a mente do futuro príncipe com a praga da adulação.

Se, ao estabelecer a pena, alguém deva levar em conta o dano causado, então a praga do adulador causa mais prejuízos ao estado por corromper e contaminar aqueles primeiros anos do príncipe com as idéias de um tirano do que o faz alguém que rouba o tesouro público. Qualquer pessoa que tenha desvalorizado a moeda do príncipe é castigado com punições engenhosamente planejadas, ao passo que parece haver quase uma recompensa para quem desvaloriza a mente do príncipe.

Se tão-somente o dito de Carneades fosse menos verdadeiro, pelo menos entre nós, cristãos: ele disse que os filhos reais não conseguiam aprender nada corretamente exceto a cavalgar, porque em todas as demais coisas todas as pessoas lhes faziam as vontades e os adulavam, mas, visto que um simples cavalo não sabe se está sendo montado por um nobre ou por um plebeu, por um rico ou por um pobre, por um príncipe ou por uma pessoa comum, ele derruba de suas costas qualquer pessoa que o monte de forma incompetente.[95] Porém, é fato, como vemos com excessiva freqüência, que não somente as amas, os companheiros e os criados bajulam os filhos do príncipe, mas até mesmo o

(95) Plutarco, *Moralia* 58 F. Ver também Erasmo, *Apophthegms.*

próprio preceptor a quem foi confiada a tarefa de formar o caráter do garoto conduz suas atividades com o objetivo não de produzir um príncipe melhor, mas sim de sair ele próprio mais rico. Com muita freqüência, até mesmo aqueles que pregam sobre assuntos religiosos falam de forma insinuante, buscando o favor do príncipe e de sua corte, ou, se tiverem alguma crítica a fazer, formulam-na de tal forma que ela se torna a maior lisonja. Não digo isto porque acredite que o uso de linguagem incitante para invectivar a vida dos príncipes deva ser incentivada, mas porque eu gostaria que os pregadores promovessem um exemplo positivo de um bom príncipe sem injúrias, e que não aprovassem no príncipe cristão, por conivência obsequiosa, o que os pagãos já condenaram nos príncipes pagãos. As autoridades do estado não lhe oferecem conselhos francos, e os conselheiros não falam com ele com um coração suficientemente aberto. Pois, visto que os nobres têm interesses rivais entre eles mesmos, todos eles competem uns com os outros ao cortejar a aprovação do príncipe, seja para eliminar um oponente, seja para evitar fornecer a um inimigo uma vara para suas próprias costas. Os padres são aduladores e os médicos são homens do sim. Atualmente é costume em todas as partes ouvir elogios puros, de oradores vindos do exterior. Costumava haver um ponto de apoio, mas até mesmo este se tornou agora pouco confiável: refiro-me, evidentemente, àqueles que as pessoas comuns chamam de 'confessores reais'. Se eles fossem sinceros e prudentes, certamente seriam capazes de oferecer ao príncipe conselhos amigáveis e sinceros naquela privacidade suprema que eles apreciam. E, entretanto, ocorre freqüentemente que enquanto cada um está buscando seus próprios interesses, os meios de servir ao bem comum são negligenciados. De fato, um prejuízo menor é provocado por poetas e oradores, que a este ponto já estão todos bem versados na prática de tomar a medida para o louvor ao príncipe a partir dos méritos deste, e não a partir da própria inspiração daqueles. Muito mais danosas são pessoas como os mágicos e adivinhadores, que prometem aos reis vida longa, vitória, triunfos, prazeres e reinos, e então ameaçam os demais com a morte súbita, a desgraça, a miséria e o exílio, explorando, nesse processo, a esperança e o medo, os dois principais tiranos da vida humana. Os astrólogos, que predizem o futuro a partir das estrelas, pertencem a essa mesma classe, mas

este não é o lugar para discutir se a ciência deles é genuína. Certamente, entretanto, o poder que eles atualmente possuem sobre as pessoas comuns representa um grande problema para a humanidade.[96]

Porém, os aduladores mais perniciosos que existem são aqueles que operam com aparente franqueza, mas que de alguma forma notável conseguem incentivar a pessoa ao mesmo tempo que parecem refreá-la, e elogiá-la ao mesmo tempo que parecem criticá-la. Plutarco retratou-os maravilhosamente em um breve ensaio intitulado 'Como distinguir um amigo de um adulador'.[97]

Ora, existem duas fases na vida que são especialmente vulneráveis à adulação: a infância, devido à inexperiência, e a velhice, devido à debilitação mental. A loucura, entretanto, surge em qualquer idade e sempre traz consigo o amor-próprio. E Platão estava certo em advertir que o tipo mais perigoso de adulação ocorre quando alguém é seu próprio adulador e, como resultado, prontamente se expõe a outras pessoas que estão fazendo o mesmo, visto que ele mesmo o fez por vontade própria.

Há uma certa adulação implícita em retratos, estátuas e inscrições.[98] Assim, Apelles lisonjeava Alexandre, o Grande, com um retrato em que ele brandia um raio; e Otávio apreciava ser pintado à semelhança de Apolo. O mesmo vale para aquelas imensas estátuas de 'colossos', maiores do que o tamanho natural, que se costumava erigir para os imperadores no passado. Um ponto que pode parecer trivial para algumas pessoas, mas que, entretanto, tem uma importância considerável aqui, é que os artistas devem representar o príncipe com as roupagens e maneiras que sejam mais dignas de um príncipe distinto e sábio. E é preferível retratá-lo envolvido em algum aspecto dos negócios do estado do que desocupado: por exemplo, Alexandre tocando a orelha com uma das mãos enquanto assiste a um julgamento, ou Dario segurando uma romã, ou Cipião devolvendo a um jovem sua noiva intocada e rejeitando o ouro que lhe é oferecido por este. É correto que os salões dos príncipes sejam decorados com belos retratos deste tipo, e não aqueles que estimulam a devassidão, a arrogância ou a tirania.

---

(96) Ver ainda Erasmo, *Panegírico*. Morus também desaprova os astrólogos no segundo livro da *Utopia*. Esta seção do tratado de Erasmo é a que mais se aproxima da sátira social da pequena obra de Morus.

(97) Publicado com a primeira edição de *A Educação de um Príncipe Cristão.*

(98) Outra crítica velada ao mecenato artístico dos príncipes do Renascimento.

Ora, no que se refere a títulos honorários, eu mesmo não negaria ao príncipe seu tributo de respeito, mas preferiria que eles fossem de forma tal que lembrassem ao príncipe seu ofício, de alguma maneira: isto é, eu preferiria que ele fosse chamado de O Mais Honorável, O Mais Irrepreensível, O Mais Sábio, O Mais Misericordioso, O Mais Benigno, O Mais Prudente, O Mais Vigilante, O Mais Moderado, O Mais Patriota; em lugar de O Famoso, O Invencível, O Triunfante, O Sempre Augusto, sem falar nas 'Altezas', 'Majestades Sagradas', 'Divindades', e outros títulos mais lisonjeiros que estes. Aprovo o costume atual de honrar o pontífice romano com o título de 'Sua Santidade', porque, ao ouvi-lo, ele é lembrado continuamente da forma como deve se sobressair e qual é sua qualidade mais excelente: não é ter uma grande riqueza ou um vasto império, mas ser preeminente em santidade.[99]

Porém, se é inevitável que o príncipe venha a ouvir este tipo de título algumas vezes, mesmo contra sua vontade, não deve, entretanto, esconder seus sentimentos sobre o que viria a lhe ser de maior prazer. Diz-se que Alexandre Severo devotava tal aversão a todos os aduladores que, se alguém o saudava de forma demasiado obsequiosa ou inclinava a cabeça de forma demasiado humilde, ele imediatamente denunciava o homem ruidosamente e o mandava embora; e se a posição ou cargo do homem o protegiam da denúncia em alta voz, ele era censurado com um semblante austero.

Portanto, o garoto deve ser previamente instruído a tirar partido daqueles títulos que é forçado a ouvir. Quando ouve 'Pai de Seu País', que ele reflita que não há título dado a um príncipe que descreva mais corretamente o que é ser um bom príncipe do que 'Pai de Seu País'; conseqüentemente, deve agir de forma tal que seja considerado digno desse título. Se ele pensar dessa forma, isto terá sido um lembrete; se não, terá sido adulação.

---

(99) Com este último comentário, Erasmo cuidadosamente evita a crítica direta ao supremo pontífice, embora muitos dos demais títulos que ele cita também fossem aplicados a papas como Leão X, que exercia tanto o domínio secular como o sagrado na Europa. Erasmo dedicou seu *Novum instrumentum* (seu controvertido texto revisado do Novo Testamento, publicado em 1516) a Leão X, de quem ele esperava que lhe proporcionasse proteção eclesiástica e patrocínio.

Quando ele é chamado de 'Invencível', que reflita quão absurdo é chamar de invencível um homem que é subjugado pela ira, escravo da luxúria a cada dia, e prisioneiro da ambição, que o leva e conduz para onde ela prefere. Ele deve considerar um homem verdadeiramente invencível somente quando este não se rende a qualquer emoção e não pode ser desviado do que é correto por quaisquer circunstâncias.

Quando é qualificado de 'Sereno', que lhe venha à memória que é obrigação do príncipe manter todas as coisas pacíficas e harmoniosas. Contudo, se alguém perturbar e confundir a ordem das coisas por meio de revoltas e sublevações de guerra, seja por ambição seja por cólera, o título de 'Sereno' não constitui ornamento para ele, mas sim atira-lhe seu crime em rosto.

Quando é chamado de 'Famoso', que ele reflita que nenhum louvor é válido, salvo aquele que deriva da integridade e das boas ações. Pois se ninguém for pervertido pelo desejo, corrompido pela ganância ou aviltado pela ambição, então o título de 'Famoso' nada é senão um aviso, se ele estiver se extraviando inadvertidamente, ou uma condenação, se ele souber que está praticando o erro.

Quando ele ouve os nomes de seus territórios, que ele não fique imediatamente inchado de orgulho por ser o senhor de negócios tão grandes, mas sim que reflita sobre quão grande é a multidão para quem ele deve ser um bom príncipe.[100]

Se alguém o tratar por 'Vossa Alteza', 'Vossa Majestade', 'Divino', ele se lembrará que isto é válido somente para alguém que governe seus domínios de acordo com o exemplo de Deus, com uma espécie de magnanimidade celestial.

Quando ouve elogios solenes, que ele não aceite ou aprove imediatamente tal elogio dele mesmo, mas se ele ainda não for uma pessoa como aquela ali descrita, que ele a considere como uma admoestação e que trabalhe energicamente em prol do objetivo de algum dia estar à altura desse elogio. Se ele já for tal pessoa, deve batalhar para se aprimorar.

---

(100) Um comentário dirigido especificamente a Carlos, cujos territórios se estendiam por toda a Europa.

Decerto, até mesmo as próprias leis terão que ser colocadas sob suspeita, pois mesmo elas às vezes são coniventes com o príncipe; e isto não é surpresa, porque elas foram organizadas ou instituídas por aqueles que estavam sob o controle dos reis ou imperadores. Quando eles dizem que o príncipe está acima da lei, quando eles se submetem a ele e quando lhe conferem jurisdição sobre todas as coisas, ele deve tomar cuidado para não ter imediatamente a idéia de que lhe é permitido fazer o que quer que lhe agrade. Ao bom príncipe, podes, com segurança, permitir tudo; ao mediano, não tudo; ao mau, nada.

Demetrius Phalereus sagazmente recomenda ao príncipe que leia livros, porque muito freqüentemente ele poderá aprender aí o que seus amigos não teriam ousado trazer à sua atenção.[101] Porém, nesta questão, ele deve ser equipado antecipadamente com um antídoto, por assim dizer, nos seguintes termos: 'Este autor que estás lendo é pagão, e tu és um leitor cristão; embora ele tenha muitas coisas excelentes a dizer, não retrata com muita precisão o ideal do príncipe cristão, e deves tomar cuidado para não acreditar que qualquer coisa que encontras em algum ponto deve ser diretamente imitado, mas sim, deves comparar todas as coisas com o padrão de Cristo.'

Porém, de fato, primeiramente vem a seleção de autores, pois é de grande importância saber quais livros o garoto lê e absorve em primeiro lugar. As más conversações corrompem a mente, e as más leituras não o fazem menos. Pois aquelas cartas silenciosas são transformadas em conduta e em sentimentos, especialmente se já tomaram conta da mente que é propensa a algum defeito; por exemplo, bastará pouco para incitar à tirania um garoto naturalmente selvagem e violento se, sem estar equipado com um antídoto, ele ler sobre Aquiles, ou Alexandre, o Grande, ou Xerxes, ou Júlio César.

Entretanto, atualmente vemos muitas pessoas desfrutando das histórias de Artur e de Lancelote e de outras lendas deste gênero, que são não somente tirânicas, mas também completamente iletradas, tolas e recheadas de crendices, de modo que seria mais aconselhável que alguém

(101) Plutarco, *Moralia* 189 D. Ver também Erasmo, *Apophthegms*.

despendesse seu tempo de leitura com comédias ou com os mitos dos poetas, e não com esse tipo de disparate.[102]

Todavia, se algum preceptor quiser meu conselho, logo que o garoto tiver um certo domínio da língua, o primeiro deve lhe apresentar os provérbios de Salomão, *Eclesiastes* e o *Livro da Sabedoria*, não de forma a que o mocinho seja atormentado pelos notórios quatro sentidos nas mãos de um intérprete espúrio, mas de forma que lhe seja mostrado de maneira breve e conveniente o que quer que seja relevante para o ofício de um bom príncipe.[103] Em primeiro lugar, deve ser inculcado o gosto pelo autor e por seu trabalho. 'Estás destinado à realeza', pode dizer a pessoa. 'Este autor ensina a arte de ser rei. Tu és o filho do rei e és o futuro rei; irás ouvir o que o mais sábio de todos os reis ensina a seu próprio filho, que ele está preparando para suceder ao trono.' Em seguida, os Evangelhos; e aqui, é muito importante de que forma estimulas na mente do garoto o amor ao autor e à obra. Pois uma grande parte irá depender da engenhosidade e da fluência do intérprete em comunicar com concisão, clareza, convicção, e mesmo de forma excitante, não tudo, mas aquelas coisas que são particularmente relevantes para a função do príncipe e que servem para livrar sua mente das atitudes perigosas dos príncipes comuns. Em terceiro lugar, os *Apophthegms* de Plutarco e a seguir sua *Moralia*; pois não encontrarás nada mais saudável do que estas, e eu preferiria que suas *Vidas* fossem recomendadas no lugar daquelas de qualquer outra pessoa. Eu confiaria prontamente a Sêneca a posição seguinte após Plutarco, pois seus escritos excitam e inspiram o leitor, de uma forma maravilhosa, a cultivar a integridade e a elevar seu espírito acima das preocupações mundanas, especialmente em sua repetida denúncia da tirania. Um bom número de excertos perfeitamente dignos de atenção podem ser extraídos da *Política* de Aristóteles e dos *Ofícios* de Cícero, mas, em minha opinião, Platão tem a

---

(102) A opinião negativa de Erasmo acerca de romances era compartilhada por muitos outros educadores humanistas. Em virtude de sua educação na Corte da Borgonha, o Príncipe Carlos estava provavelmente mais familiarizado com os romances de Artur e de Lancelote do que com os clássicos gregos e latinos que seus preceptores estavam lendo com seus pupilos na Itália e em outras partes.

(103) Em outras palavras, o jovem príncipe deve ler as Escrituras por seu sentido e pela sabedoria que elas contêm, e não como um teólogo, analisando o texto para argumentação teológica.

mensagem mais pura sobre este assunto, e Cícero o seguiu em certa medida em seu livro *Leis* (pois sua *República* está perdida). Ora, eu certamente não negaria que uma sabedoria considerável pode ser recolhida ao se ler os historiadores, mas também irás absorver as idéias mais destrutivas desses mesmos autores, a menos que estejas acautelado e leias seletivamente. Certifica-te de não seres enganado pelos nomes dos escritores e líderes celebrados pelo consenso das eras. Tanto Heródoto como Xenofonte eram pagãos e freqüentemente descrevem uma péssima imagem do príncipe, mesmo se ao fazê-lo estivessem escrevendo história, seja ao contar uma história agradável seja ao fazer o retrato de um líder extraordinário. Muito do que escrevem Sallust e Livy é realmente admirável e, eu acrescentaria, todo o seu conteúdo é especializado, mas eles não aprovam tudo o que narram, e aprovam algumas coisas que não deveriam de forma alguma ser aprovadas por um príncipe cristão. Quando ouvires acerca de Aquiles, Xerxes, Ciro, Dario ou Júlio, não fiques de maneira alguma subjugado pelo enorme prestígio de seus nomes; estás ouvindo acerca de grandes bandidos violentos, pois é assim que Sêneca se refere a eles diversas vezes.[104]

Entretanto, se encontrares alguma coisa nas ações desses homens que seja digna do bom príncipe, terás o cuidado de resgatá-la como um jóia de um monte de estrume. Pois nenhum tirano jamais foi tão completamente censurável que não tenha se envolvido em algumas coisas, dentre todas elas, que possa pelo menos ser enquadrada como uma demonstração de virtude, embora não fossem produtos da virtude. Há muitas coisas nas cartas de Phalaris que parecem bastante dignas de qualquer bom rei, e a forma com que ele fez que no caso de Perillus, que era o arquiteto da crueldade, o feitiço se voltasse contra o feiticeiro, é uma lição suficientemente boa sobre a realeza.[105] Alexandre era vio-

---

(104) Desta vez, Erasmo realmente insiste em que a instrução do príncipe deve começar com o Antigo e o Novo Testamentos. A lista de obras pagãs com que ele continua são aquelas das quais ele faz citações mais freqüentemente ao longo do tratado. É particularmente surpreendente que as obras de Plutarco encabecem a lista, seguidas de Sêneca. Ambas são pilares da teoria moral e política de Erasmo. A *Política* de Aristóteles vem um pouco depois, juntamente com outra obra favorita de Erasmo (e de outros humanistas), *Ofícios*, de Cícero.

(105) As cartas de Phalaris constituem outra obra muito elogiada pelos moralistas humanistas.

lento de muitas maneiras, mas estava correto em não tocar as mulheres que havia capturado de Dario, e estava correto em ordenar que uma mulher fosse devolvida a sua casa quando descobria que ela era casada. Logo, essas passagens terão que ser selecionadas em muitas outras obras; exemplos retirados de pagãos e de homens desprezíveis também podem ser intensamente inspiradores. Se um tirano e não-cristão foi capaz de demonstrar tal controle, e se um conquistador jovem demonstrou essa atitude honorável para com as mulheres do inimigo, qual deveria ser minha atitude como príncipe cristão para com as minhas mulheres? Se uma simples garota teve tanto espírito, o que deve ser esperado de um homem? Se algo foi condenado pelos pagãos em um príncipe pagão, com que veemência devo lutar para evitar tal coisa visto que professo a religião de Cristo!

Além disso, creio que já indiquei freqüentemente como acumular exemplos mediante expansão em meu livro *De copia*.[106] Contudo, até mesmo os exemplos de vício podem ser usados para o bem: a energia e a generosidade de Júlio César, que ele prostituiu em favor de sua ambição, poderias muito bem devotar aos interesses de teu país, e a clemência que ele simulava com o fim de vencer e manter a posição de tirano poderia ser por ti utilizada com toda a sinceridade para conquistar a afeição de teus súditos para ti mesmo.

De fato, os exemplos dos piores príncipes constituem às vezes um incentivo mais eficaz à virtude do que aqueles dos melhores soberanos ou de soberanos medianos. Pois qualquer pessoa seria dissuadida da ganância pela história do imposto de Vespasiano sobre a urina e por sua declaração (não menos repugnante do que os fatos) de que 'o dinheiro cheira bem, não importa de onde venha'; e o mesmo vale para aquela frase detestável de Nero com a qual ele costumava instruir seus funcionários: 'Vós sabeis o que quero, e certificai-vos de que ninguém re-

(106) *De copia*, de Erasmo (publicado em 1512), foi provavelmente sua obra secular mais famosa e mais lida. Seu objetivo declarado é o de treinar estudantes na eloqüência latina, proporcionando-lhes um vasto material literário acerca de uma ampla gama de tópicos morais. É significativo que Erasmo se refira a ela aqui, como se a atividade de tornar os estudantes fluentes em latim elegante também seja uma atividade de preparação moral e política para uma vida de responsabilidades.

tenha nada.' Dessa forma, tu serás capaz de transformar qualquer coisa encontrada nos historiadores em exemplo de conduta apropriada.

Para teus comandantes, certifica-te de escolher os melhores dentre a imensa multidão de exemplos, tais como Aristides, Epaminondas, Otávio, Trajano, Antonino Pio, Alexandre Mammeas. Entretanto, não haverias de desejar emulá-los em sua totalidade, mas de selecionar para ti mesmo o melhor do que eles têm de melhor; inversamente, há características que evitarias até mesmo em Davi e Salomão, dois reis que foram enaltecidos por Deus.

Por outro lado, que loucura seria maior do que a de um homem que, tendo recebido os sacramentos cristãos, se modelasse em Alexandre, Júlio César ou Xerxes, cujas vidas foram criticadas até pelos autores pagãos (ou aqueles dentre eles que tinham um certo grau de bom senso)? Da mesma forma como seria uma desgraça absoluta ser suplantado por eles em qualquer de suas boas ações, assim também seria pura insanidade o príncipe cristão desejar copiá-los completamente.

O príncipe deve ser previamente advertido a não acreditar que deve imitar diretamente nem mesmo o que lê nas Escrituras. Ele deve aprender que as batalhas e as carnificinas dos hebreus, bem como sua bárbara crueldade para com seus inimigos, devem ser interpretadas alegoricamente; de outra forma, constituem leitura perniciosa. Há uma vasta diferença entre o que era permitido àquele povo de acordo com os padrões da época, e o que foi estabelecido para o conjunto abençoado dos cristãos.[107]

Sempre que o príncipe tomar em suas mãos um livro, que ele o faça não com o propósito de divertimento, mas para que possa dessa leitura se levantar como um homem melhor.[108] Qualquer pessoa que lute energicamente para se aprimorar a si próprio logo descobre como fazê-lo. Uma parte considerável da bondade consiste no desejo de alcançá-la: por exemplo, alguém que reconheça em si mesmo a doença da ambição, ou da truculência, ou da luxúria, que odeia o que vê, e que abre um livro

(107) Neste ponto, Erasmo adverte que as lições do Velho Testamento não devem ser tomadas tão literalmente quanto as do Novo Testamento.

(108) Uma formulação clássica da suposição humanista de que o aprendizado necessariamente aprimora a pessoa que aprende.

buscando o remédio para sua enfermidade prontamente descobre de que forma a atribulação pode ser afugentada ou mitigada.

Ninguém diz a verdade de forma mais honesta, ou mais favorável, ou mais sincera do que os livros; porém, o príncipe deve habituar seus amigos a saber que encontrarão favor ao oferecer conselhos francos. De fato, aqueles que fazem companhia ao príncipe têm a incumbência de aconselhá-lo de maneira oportuna, favorável e amigável, mas será bom perdoar aquelas pessoas cujo conselho seja apresentado de forma desajeitada, para que nenhum precedente venha a dissuadir de cumprir sua obrigação aquelas pessoas que o aconselhariam corretamente.

Em uma tempestade violenta, até mesmo o marinheiro mais habilidoso aceita o conselho de outra pessoa; porém, um reino nunca fica sem sua tempestade. Quem poderia adequadamente louvar o bom senso social que Filipe da Macedônia demonstrou, quando concedeu a liberdade ao homem que secretamente o avisou de que ele parecia indecente ao sentar-se com o capote arregaçado até os joelhos?[109] O que ele fez a respeito de uma questão trivial, o príncipe deve fazer muito mais em questões que sejam arriscadas para o país, tais como a realização de visitas ao estrangeiro, a revisão das leis, a assinatura de tratados e a declaração de guerra.

(109) Plutarco, *Moralia* 178 C-D. Ver ainda Erasmo, *Apophthegms.*

3 -- A arte da paz

Embora os autores antigos dividissem a teoria completa da ciência de governar em dois conjuntos de habilidades, as da paz e as da guerra, nossa preocupação primordial e fundamental deve ser a de treinar o príncipe nas habilidades relevantes para a administração sábia em tempo de paz, porque com elas ele deve lutar ao máximo com o seguinte objetivo: que os dispositivos da guerra nunca venham a ser necessários.[110]

Realmente, neste ponto, parece necessário que o príncipe aprenda acima de tudo a conhecer seu reino, e tal realização será alcançada de forma mais eficaz por três coisas: o estudo da geografia, o estudo da história e visitas freqüentes a cidades e territórios. Portanto, que ele tenha um cuidado especial em se familiarizar com a localização de territórios e cidades, sua história, caráter natural, instituições, costumes, leis, registros e direitos. Ninguém pode curar o corpo se não o compreender; ninguém cultiva adequadamente um campo que não conhece. É verdade que o tirano também estuda essas coisas detalhadamente, mas é no motivo, e não na ação, que o bom príncipe difere: o médico investiga o funcionamento do corpo para que possa ajudá-lo de forma mais

(110) Ver também a *Utopia*, de Morus, livro 1. Erasmo acreditava ardentemente que o aprendizado humano e os valores civilizados somente podiam florescer em tempo de paz.

expedita; o envenenador também o estuda, mas para poder matar com mais certeza.[111]

A lição seguinte é a de amar o país que governa e de ter para com ele a mesma atitude que tem o bom agricultor para com a terra que herdou, ou que tem um homem bom para com sua família, e preocupar-se especialmente em entregar a quem quer que lhe suceda um aperfeiçoamento daquilo que ele próprio recebeu. Se houver filhos, que o príncipe, como pai, seja guiado por seu dever para com eles; se não houver, que seu dever para com seu país seja seu guia, e que seu patriotismo, como uma tocha, o inspire continuamente a manter viva sua afeição para com seus súditos. Que ele pense em seu reino como semelhante a um grande corpo do qual ele é uma parte vital, e que as pessoas que confiaram seus destinos e sua segurança à boa fé de um indivíduo mereçam uma consideração benevolente. Que ele freqüentemente tenha em mente o exemplo daqueles que consideraram o bem-estar de seus cidadãos como mais precioso do que suas próprias vidas e, finalmente, que ele considere que é impossível para um príncipe prejudicar o estado sem prejudicar-se a si próprio.

Em seguida, ele, por sua vez, envidará todo tipo de esforço para conquistar a afeição do povo, mas de forma tal que sua autoridade entre eles não seja de maneira alguma diminuída. De fato, existem aqueles que são suficientemente tolos para tentar conquistar a boa vontade para si mesmos mediante encantamentos e anéis mágicos, ao passo que não há palavra mágica mais eficaz do que a própria virtude, e nada mais desejável, e, visto que é um bem verdadeiro e que não tem fim, ela conquista para um homem a verdadeira e infinita boa vontade. Uma segunda 'poção' é a de um homem demonstrar amor para com os demais se ele deseja, em troca, ser amado, de modo que ele vincula a si seus cidadãos da mesma forma que Deus atrai para si todo o mundo, ao merecer deles o bem.

Quem corteja as afeições das pessoas comuns mediante donativos, banquetes e uma indulgência vergonhosa também está recebendo uma orientação errônea, visto que estas coisas conquistam uma certa popularidade, e não a boa vontade, e é realmente uma popularidade insincera

(111) O conselho deste parágrafo é particularmente dirigido aos Habsburgos.

e efêmera. Entrementes, a brutal avidez do populacho é alimentada, e eles passam a acreditar, quando tal avidez já adquiriu proporções imensas (que é o que acontece) que nada é suficiente, e se tornam incontroláveis se suas exigências egoístas não forem inteiramente atendidas. Isto significa tornar o teu povo corrupto, não leal. E por tais meios, as mesmas coisas tendem a ocorrer com o príncipe no meio do seu povo que as que ocorrem com os maridos tolos, que obtêm de suas mulheres, com adulação, presentes e subserviência, o amor que deveriam conquistar por suas boas qualidades e comportamento correto. Pois o que finalmente acontece é que eles não são amados e têm esposas exigentes e ingovernáveis, em lugar de esposas frugais e ordeiras; em vez de esposas obedientes, estorvos lamentosos. Ora, como geralmente ocorre com aquelas mulheres que tentam, por meio de drogas, forçar seus maridos a amá-las, elas obtêm maníacos, em lugar de homens racionais.

Em primeiro lugar, a esposa deve aprender as maneiras e qualidades que demonstram que um marido é digno de ser amado, e em seguida ele deve procurar se tornar o tipo de pessoa que pode corretamente ser amado. Da mesma forma, as pessoas devem desenvolver o gosto pelo que há de melhor e o príncipe deve mostrar que ele é o melhor. Aquelas pessoas cujo amor foi corretamente julgado desde o início amam por longo tempo.

Portanto, o príncipe que deseja ser amado por seu povo deve primeiramente mostrar-se como uma pessoa que merece ser amada; em seguida, será uma vantagem considerável adotar uma política mediante a qual ele possa se insinuar com mais certeza nos corações de todos. O príncipe deve fazer isto em primeiro lugar, de modo que as melhores pessoas tenham para com ele uma atitude absolutamente favorável, e para que ele seja aprovado por aqueles que são aprovados por todas as pessoas; ele deve ter essas pessoas como seus companheiros mais próximos, incluí-los em seus conselhos, condecorá-los com honrarias, permitir que eles tenham a maior influência possível sobre ele. Desta forma, logo ocorrerá que todas as pessoas terão a opinião mais elevada acerca do príncipe, que é a fonte de toda a boa vontade. Já conheci príncipes que não eram particularmente ruins em si mesmos, mas que se depararam com a hostilidade do público pela simples razão de que permitiam demasiada liberdade a pessoas tidas em baixo conceito pelo povo em geral, e este julgava o caráter dos príncipes a partir do comportamento desses homens.

De minha parte, prefiro que o príncipe nasça e seja criado no meio do povo que ele irá governar, pois o respeito mútuo se desenvolve e se consolida melhor quando a boa vontade emerge de uma fonte natural.[112] As pessoas comuns recuam diante do desconhecido e o detestam, mesmo quando ele é bom; e, inversamente, os males que são familiares são às vezes prezados. Esta recomendação irá trazer duas vantagens, pois não apenas o príncipe estará melhor disposto para com seu povo e o considerará ainda mais como seu povo, mas também o povo irá apoiá-lo de forma mais sincera e o reconhecerá mais prontamente como seu príncipe. Eis por que eu me oponho à aliança atualmente aceita entre príncipes e países estrangeiros, e especialmente quando são distantes.[113] Os laços de raça e de pátria e um certo instinto, por assim dizer, comum a ambos os lados, têm um grande poder de promover a boa vontade. Uma boa parte disto desaparece necessariamente quando os casamentos mistos contaminam esse sentimento intrínseco e inato de companheirismo. Porém, onde a natureza já lançou as bases de uma afeição mútua, será proveitoso aumentá-la e fortalecê-la repetidamente de outras formas. Onde ela estiver ausente, no entanto, deve ser feito um esforço mais intenso de assegurar que a boa vontade seja reforçada pela prestação mútua de serviços e por uma conduta digna de aprovação. Porém, assim como no casamento, quando a esposa inicialmente se submete ao seu marido, e o homem, em certa medida, cede e se adapta a sua mulher, até que os laços de afeição sejam gradualmente fortalecidos à medida que eles se conhecem mutuamente, assim também o mesmo deveria ocorrer quando o príncipe é adotado de um outro país. Mitrídates aprendeu as línguas de todos os países que governava, que, segundo se conta, chegavam a vinte e duas.[114] Em seu trato com outros povos, Alexandre, o Grande, começava por conhecer seus cos-

(112) Ver os extravagantes protestos de amor e de lealdade a Filipe, expressos por Erasmo no *Panegírico.*

(113) A política de poder na Europa durante todo o século XVI dependia de alianças frágeis entre os governantes dos principais territórios - em especial os Habsburgos, Tudors e Valois.

(114) Carlos falava poucas das línguas vernáculas dos territórios que governava. Adotou o espanhol como língua oficial de sua corte

tumes e modos de vida e desta forma caía no agrado deles. Alcibíades tinha esta mesma característica louvável.

Nada reduz mais a afeição das pessoas para com seu príncipe do que quando ele aprecia viajar para o exterior, porque parece que elas estão sendo negligenciadas por aquele que elas desejariam que se preocupasse especialmente com elas. Neste caso, elas consideram perdida a receita fiscal que delas é arrecadada, porque ela é despendida em outro lugar; e elas não a consideram como sendo dada ao príncipe, mas como sendo lançada fora como pilhagem para estrangeiros. Por esta razão, não há nada mais prejudicial e danoso ao país, ou mais perigoso para o príncipe, do que as excursões em terras distantes, especialmente as prolongadas. Pois foi isso, na opinião geral, que nos privou de Filipe[115] e atormentou seu reino tanto quanto a guerra já demorada com os Geldenlanders.[116]

Da mesma forma que a abelha-rainha está no centro, circundada pelas operárias e não voa simplesmente para qualquer lugar, e da mesma forma que o coração está embutido no corpo, assim também o príncipe deve sempre estar ativamente envolvido com seu povo.

De acordo com a *Política* de Aristóteles, há duas coisas que contribuem especialmente para minar o governo – o ódio e o desrespeito:[117] a boa vontade é o oposto do ódio; a autoridade é o oposto do desrespeito. Será, portanto, tarefa do príncipe manter-se sempre atento a formas de cultivar o primeiro e evitar o último. O ódio é incitado pela brutalidade, pela violência, pelos insultos, pelo mau humor e pela ganância; e é mais fácil provocá-lo do que aplacá-lo uma vez que tenha sido despertado. Logo, o bom príncipe deve tomar todas as precauções contra perder o favor dos seus súditos por qualquer razão. Crê-me, o homem que é privado da boa vontade do povo fica despojado de uma grande parcela de proteção. Por outro lado, a boa vontade é fomentada,

---

(115) Filipe, o Belo, pai de Carlos, que havia morrido prematuramente em 1506. O *Panegírico* de Erasmo foi escrito para o retorno de Filipe após uma ausência de dois anos dos Países-Baixos, visitando a França, Espanha e Alemanha; Erasmo o apresentou pessoalmente diante dele em janeiro de 1504.

(116) Karl van Egmond, Duque de Gelderland, que havia estado em guerra intermitente com os Habsburgos desde 1492. Ver Tracy, *Política*, 12-13.

(117) Aristóteles, *Política* 5.8.8.

de modo geral, por aquelas qualidades de que menos dispõe o tirano: clemência, afabilidade, justiça, cortesia, compaixão. A benevolência incentiva as pessoas ao serviço público, especialmente se elas já perceberam que há uma recompensa real para quem tem mérito perante o estado. A clemência convida a virar a página quem tem a consciência pesada, enquanto que para aqueles que estão tentando expiar as faltas de sua vida passada mediante um comportamento reformado, ela oferece esperança de perdão, e proporciona, ao mesmo tempo, uma imagem atraente da natureza humana até mesmo a quem tem a conduta mais impecável. Em todo lugar, a cortesia gera a afeição, ou pelo menos aplaca o ódio, e para o povo, ela é de longe a qualidade mais aceitável em um grande príncipe.

O desrespeito é especialmente gerado pela busca do prazer, pela auto-indulgência, pela embriaguez, pelos festins, pela jogatina, pela companhia de tolos e de parasitas, e também pela estupidez e pela negligência. E o respeito é alcançado por qualidades opostas: o bom senso, a honestidade, o controle, a sobriedade e a vigilância. Portanto, o príncipe que realmente deseja crescer em autoridade com seu povo deve colocar estas coisas em seu coração.

Porém, algumas pessoas têm a idéia absurda de que o caminho para serem valorizadas por seus súditos é o de se apresentarem com o maior alarido, pompa e extravagância possíveis; pois quem tem em alta consideração um príncipe coberto de ouro e jóias quando todos sabem que ele pode ter tudo quanto quiser? E em todo caso, o que está ele mostrando, senão o infortúnio de seus próprios cidadãos que estão alimentando sua extravagância às custas deles? Enfim, o que está ele ensinando a seu povo desta forma senão as origens de todas as malfeitorias?

O bom príncipe deve ser educado e deve viver de forma tal que as demais pessoas, tanto nobres quando plebéias, possam tomar a vida dele como modelo de economia e moderação.

Em casa, ele deve conduzir-se de forma tal que ninguém o apanhe desocupado; fora de casa, ninguém deve ver o príncipe a menos que ele esteja executando algum serviço público o tempo todo.

A natureza do príncipe é reconhecida com mais certeza pelo que diz do que pelo que veste: qualquer coisa apanhada dos lábios do prín-

cipe é espalhada por toda parte. Ele deve continuamente tomar o maior cuidado para que o que diz tenha sabor de integridade e constitua evidência de um pensamento digno de um bom príncipe.

Tampouco devem ser ignorados os conselhos de Aristóteles a este respeito, segundo os quais o príncipe que deseja escapar do ódio de seu povo e desenvolver a boa vontade deste irá delegar a outros as tarefas de que o povo guarda rancor, e irá executar pessoalmente aquelas que sejam bem-recebidas.[118] Por este meio, uma boa parte do ressentimento será desviado para aqueles que estão administrando aquele negócio, especialmente se a populaça guarda tal ressentimento por outros motivos e, além disso, uma gratidão sem reservas irá caber somente ao príncipe em suas ações beneficentes.

Eu acrescentaria também que a gratidão por um favor concedido é duplicada quando ele é concedido rapidamente, com entusiasmo e sem ser solicitado, e com palavras gentis de louvor; e que quando algo tem que ser recusado, isto deve ser feito de forma calma e gentil. Se for necessário dar alguma punição, a pena prescrita pela lei deve ser de alguma forma reduzida, e a sentença deve ser executada de modo que o príncipe dê a impressão de ter sido forçado a tal contra sua vontade.

E não é suficiente que o príncipe mostre ao estado que seu próprio caráter pessoal é idôneo e irrepreensível: ele deve igualmente lutar para que, na medida do possível, toda a sua corte (nobres, amigos, conselheiros, magistrados) seja como ele. Eles são agentes do príncipe, e o ódio provocado por seus defeitos repercute contra o próprio príncipe. Porém, vão dizer que isto é muito difícil. Será muito simples, se ele tiver o cuidado de selecionar as melhores pessoas para sua corte, e se ele houver se certificado de que essas pessoas entenderam que o príncipe fica mais satisfeito com aquelas coisas que melhor atendem ao interesse do povo. De outra forma, ocorre freqüentemente que se o príncipe não conhece as ações dessas pessoas, ou é até mesmo conivente com elas, o mais malévolo pode impor uma tirania ao povo em nome do príncipe, e enquanto essas pessoas pareçam estar executando os negócios do príncipe, podem prestar um imenso desserviço ao seu nome.

---

(118) Aristóteles, *Política* 5.9.16.

De certa maneira, a situação é mais aceitável para o estado quando o próprio príncipe é ruim do que quando seus amigos o são: de uma forma ou de outra, suportamos um único tirano. Pois o povo consegue facilmente satisfazer a ganância de um homem: os desejos de um homem são gratificados a um custo não muito grande, e é possível satisfazer a ferocidade de um homem. Porém, satisfazer todo um séqüito de tiranos é uma carga muito pesada.

O príncipe deve evitar toda inovação, na medida do possível: pois mesmo que algo seja mudado para melhor, uma nova situação ainda é perturbadora em si mesma.[119] Nem a estrutura do estado, nem as atividades públicas costumeiras da cidade, nem as leis de há muito estabelecidas podem ser modificadas sem revoltas. Conseqüentemente, se alguma coisa for do tipo que possa ser tolerado, não há necessidade de mudança; o certo será suportá-la ou conduzir suavemente a prática no sentido do aprimoramento. Por outro lado, se alguma coisa for tal que não possa ser tolerada, terá que ser corrigida – mas de forma sutil e gradual.

O objetivo geral que a pessoa no poder estabelece para si mesma é de grande importância, pois se sua escolha de objetivo for errônea, então ela percorrerá todo um caminho errado. A intenção final do bom príncipe deve, portanto, ser não apenas a de manter o bem-estar atual do estado, mas também de transmiti-lo em uma condição mais florescente do que aquela em que ele o recebeu.

Entretanto, visto que as boas coisas são de três tipos (falando em termos peripatéticos), a saber, espiritual, físico e externo, ele terá que ter cuidado para não as levar em conta na ordem inversa e julgar o bem-estar do estado principalmente por estas últimas coisas 'externas'.[120] Pois as coisas externas não devem ser julgadas por nenhum critério

(119) Apesar do compromisso de Erasmo com a novidade na aprendizagem, ele é fundamentalmente um defensor do *status quo* nos assuntos sociais e políticos. Conseqüentemente, apesar de sua simpatia pelos argumentos intelectuais, e a crítica da conduta do clero, que levou Lutero a desafiar a Igreja Católica e sua hierarquia, Erasmo insistia em que não era necessário nada mais do que modestas reformas internas da prática corrente, e recusava-se a emprestar seu nome para apoiar os reformadores luteranos.

(120) Aristóteles, *Nicomachean Ethics* 1.8.2 e *Política* 7.1.2.

senão o de sua relevância para o bem-estar espiritual e físico. Ou seja, esta deve ser a única forma pela qual ele avalie a felicidade de seu povo: não pelo fato de que ele mantenha seu povo em grande riqueza ou em ótima saúde, mas sim por sua honestidade e moderação; pela ausência de ganância, agressividade, contenda; e pela presença da maior harmonia possível.

Ele deve ainda tomar cuidado no seguinte ponto, o de não ser enganado pela falsa aplicação de belas palavras. De fato, esta é a fonte de onde praticamente todos os males do mundo derivam e evoluem. Pois não se trata de felicidade verdadeira quando um povo se entrega ao fausto, nem se trata de verdadeira liberdade quando as pessoas podem fazer o que preferirem. Tampouco há servidão em viver de acordo com o que é prescrito por leis justas, nem existe um estado pacífico quando as pessoas se submetem a todos os caprichos do príncipe, mas sim quando a obediência é prestada às boas leis e a um príncipe cujas sábias deliberações sejam coerentes com as exigências da lei. E o fato de todos terem as mesmas recompensas, os mesmos direitos e o mesmo *status* não significa igualdade para todos; na verdade, isto freqüentemente resulta em extrema desigualdade.

O príncipe que está para assumir o cargo deve manter em mente o seguinte fato, em particular, que a principal esperança para o estado baseia-se no treinamento apropriado de suas crianças – algo que Xenofonte sabiamente ensinou em sua *Ciropédia*.[121] Pois em uma idade muito jovem elas são suscetíveis a qualquer treinamento que desejares. Conseqüentemente, deve ser tomado o máximo cuidado com as escolas públicas e privadas e com a educação das garotas, de modo que elas fiquem imediatamente aos cuidados dos melhores e mais confiáveis professores, onde venham a absorver tanto os princípios cristãos como também uma literatura que seja de qualidade sólida e que conduza ao bem-estar do estado. Desta forma, verificar-se-á que não há verdadeiramente necessidade de muitas leis ou sanções, porque os cidadãos seguem o caminho correto por iniciativa própria.

O poder da educação é tal, como escreveu Platão, que um homem que tenha sido corretamente educado emerge como uma espécie de

(121) Xenofonte, *Ciropédia* 1.2.2-8.

criatura divina, ao passo que a educação imperfeita, por outro lado, o reduz a um horrível monstro.[122] E nada tem maior importância para o príncipe do que ele ter os melhores cidadãos possíveis.

Deverão, portanto, ser envidados os maiores esforços para habituá-los, desde o início, ao que há de melhor, pois qualquer música soa doce às pessoas que se acostumaram a ela. E nada é mais difícil do que subtrair alguém a um comportamento que já lançou raízes em seu caráter, em virtude do costume habitual. Porém, nenhuma destas coisas parecerá excepcionalmente difícil se o próprio príncipe buscar a excelência.

A marca do tirano, na verdade uma manobra ardilosa, é a de tratar as pessoas em geral da forma que os treinadores de animais costumeiramente tratam um animal selvagem, pois sua primeira preocupação é a de observar o que o acalma ou o atiça, e a seguir eles o provocam ou apaziguam conforme sua própria conveniência, como observou Platão energicamente. Pois isto não é levar em consideração os sentimentos populares, mas sim insultá-los.

Entretanto, se as pessoas são obstinadas e resistem ao que é para seu próprio benefício, então terás que acompanhá-las por ora e gradualmente conquistá-las para teus planos, ou fazê-lo mediante alguma estratégia habilidosa ou alguma manobra benigna. Da mesma forma, quando se bebe vinho, este se rende à pessoa que bebe, de início, até que passa a saturar suas veias por graus e se apodera de toda a pessoa.

E se, ocasionalmente, o torvelinho dos negócios e a disposição do povo obstruem os planos do príncipe de alguma forma, e o compelem a se adaptar aos tempos, ainda assim ele não deve capitular enquanto puder suportar a pressão, e o que não houver conseguido de uma forma, deve tentar conseguir por outra maneira.

(122) Platão, *Leis* 6.766 A.

4 -- *Receita e tributação*

Se explorarmos a história dos antigos, descobriremos que muitas revoltas foram ocasionadas pela tributação excessiva.[123] Conseqüentemente, o bom príncipe deverá tomar cuidado para que os sentimentos da população sejam incitados o menos possível por esse motivo. Deve governar sem custos para o povo, se puder, pois a posição do príncipe é demasiado nobre para ser comercializada com decência. E o bom príncipe tem em sua posse o que quer que possuam seus súditos afetuosos.

Houve muitos pagãos que nada levaram de volta para casa exceto a glória derivada dos bons serviços que prestaram ao estado. Houve um ou dois, tais como Fábio Máximo e Antonino Pio, que rejeitaram também a glória. Quanto mais deve um príncipe cristão ficar contente com o conhecimento de que fez o que é correto, especialmente visto que ele está a serviço de alguém que não deixa de recompensar abundantemente as ações corretas?

---

(123) Tanto Morus, em sua *Utopia*, como Erasmo aqui nesta obra tinham opiniões fortes sobre a tributação injusta – um tema inteiramente atual, visto que as taxações e os impostos sobre os súditos eram a fonte da maior parte das receitas dos príncipes, desde as taxações seculares cobradas sob a forma de tarifas aduaneiras, impostos individuais, monopólios, etc., até às indulgências e taxas da Igreja cobradas internacionalmente em nome do Papa. Acerca dos impostos excepcionalmente elevados, em vigor nos Países-Baixos à época em que Erasmo estava escrevendo, ver Tracy, *Política*, 37-8 e 77-8.

Há alguns agentes de príncipes cuja única preocupação é a de extorquir ao máximo a população, com um pretexto após outro, na crença de que estão adequadamente servindo aos interesses de seus príncipes, como se estes fossem inimigos de seu povo. Porém, qualquer pessoa que escolhe prestar atenção a tais homens deve compreender que ele está muito longe do título de 'príncipe'.

Na verdade, seus esforços e deliberações deveriam ser dirigidos para o seguinte fim, que se deve exigir o mínimo possível do povo. A forma mais bem-vinda de aumentar receita seria a de que o príncipe abolisse os gastos supérfluos, dispersasse os funcionários em excesso, evitasse as guerras e as viagens ao estrangeiro (que são muito semelhantes às guerras), controlasse a avidez da burocracia e desse mais atenção à administração justa de seu território do que a sua expansão.[124]

De outra forma, se ele avaliar a tributação de acordo com sua ganância ou ambições, que controle ou limites existirão ao final? Pois a avareza não tem limites, aguilhoando e pressionando continuamente o que estiver em andamento até, como diz o antigo provérbio,[125] que a última palha quebre as costas do camelo e a revolução finalmente estoure quando a paciência das pessoas estiver esgotada – situação esta que já pôs fim a impérios que em certo momento haviam sido altamente prósperos.[126]

Logo, se a necessidade exigir a imposição de uma certa tributação sobre o povo, então a tarefa do bom príncipe é a de fazê-lo de forma que a menor opressão possível recaia sobre os pobres. Pois talvez seja

---

(124) Esses comentários são críticas ligeiramente veladas às políticas de tributação de Maximiliano, o imperador Habsburgo, cujo império Carlos iria herdar em 1519. As 'viagens ao estrangeiro' podem ser uma alusão à concessão de um imenso subsídio, por parte dos Estados Gerais dos Países-Baixos, ao Príncipe Carlos, em fevereiro de 1516, para sua projetada viagem à Espanha; ver Tracy, *Política*, 82. Ver ainda os comentários de Erasmo sobre as viagens infortunadas de Filipe, pai de Carlos, à Inglaterra e à Espanha, no adágio 'Spartam nactus es, hanc orna' (II.V.I).

(125) *Adágios* I.V.67.

(126) Tipicamente, a discussão de Erasmo acerca da tributação é moral – preocupada em evitar a opressão excessiva e em preservar a boa vontade do povo – sem levar em conta argumentos econômicos.

de boa política convocar os ricos à austeridade, mas reduzir os pobres à pobreza e à servidão é, a um só tempo, cruel e muito arriscado.

Quando ele estiver pensando em aumentar seu séquito, quando estiver ansioso para fazer um casamento brilhante para sua neta ou irmã, ou elevar todos os seus filhos ao seu próprio *status*, ou exibir suas posses a outros países durante viagens ao estrangeiro, então o soberano consciencioso deve continuamente lembrar-se de quanto é cruel o fato de que, por tais razões, tantos milhares de homens com suas esposas e filhos devam estar morrendo à míngua em casa, endividando-se e sendo conduzidos ao completo desespero.[127] Pois essas pessoas que extraem dos pobres o que basicamente dissipam com mulheres e jogos não contariam em meu julgamento sequer como homens, sem falar como príncipes. Entretanto, eles realmente existem (ou, pelo menos, é o que se diz), e acreditam que têm mesmo o direito de se comportar dessa forma.

De fato, o príncipe deve pesar a seguinte consideração posterior: a de que é impossível chegar a abolir uma medida, uma vez que ela tenha sido adotada para solucionar uma situação temporária, se parecer que ela traga vantagens financeiras para o príncipe ou para a nobreza. Quando a necessidade de um imposto houver se encerrado, não só deve o encargo sobre o povo ser aliviado, mas também, na medida do possível, suas despesas durante o período anterior devem ser reembolsadas como forma de compensação. Da mesma forma, alguém que tenha uma boa disposição para com seu povo terá o cuidado de não estabelecer um precedente insidioso, pois se ele tiver prazer nos infortúnios de seu povo ou negligenciar os interesses deste, então ele não constituiu um príncipe, não importa qual título tenha.

Entrementes, deve ser tomado cuidado para que as discrepâncias em termos de riqueza não sejam excessivas: não é que eu queira que alguém seja privado de seus bens mediante o uso da força, mas algum sistema deve ser engendrado para evitar que a riqueza de muitos seja alocada para os poucos. Platão, por sua vez, não quer que seus cidadãos sejam ricos demais nem particularmente pobres, visto que o homem pobre não tem condições de fazer uma contribuição social, enquanto que o

(127) Esta passagem deve ser entendida como um comentário direto acerca das atividades de Maximiliano.

homem rico não tem interesse em fazê-lo usando seus próprios talentos.[128]

Por que será que os príncipes muito freqüentemente nem mesmo ficam ricos com impostos desse tipo? Qualquer pessoa que queira entender isto pode refletir sobre como nossos ancestrais recebiam menos de seus súditos, e ainda assim eram muito mais generosos e todas as coisas lhes eram proporcionadas de forma muito mais profusa; a razão é que a melhor parte da receita escorre atualmente por entre os dedos desses coletores e recebedores, mencionados acima, e somente uma minúscula parcela chega ao próprio príncipe.[129]

O bom príncipe irá, portanto, instituir o mínimo de impostos possível sobre aquelas coisas cujo uso é compartilhado também pelas classes mais pobres do povo, tais como milho, pão, cerveja, vinho, roupas e todas as demais coisas sem as quais a vida humana não pode ser levada adiante.[130] Porém, atualmente, estas coisas recebem um encargo muito pesado, e de várias maneiras: em primeiro lugar, devido aos impostos muito pesados cobrados pelos agentes da receita (e que o povo chama de *assizes*), a seguir às tarifas de importação, que têm até mesmo seus próprios agentes, e finalmente aos monopólios. Para que o príncipe possa obter como retorno um rendimento muito pequeno dessas fontes, as pessoas mais pobres são espoliadas por estas despesas.

A melhor forma, portanto, de aumentar o valor da renda do príncipe, como já foi dito, é a redução de seus custos regulares, e mesmo em seu caso, faz sentido o provérbio segundo o qual a parcimônia é uma grande fonte de receita. Porém, se for inevitável instituir algum imposto, e os interesses do povo exigirem tal ação, então o ônus deve recair sobre os produtos estrangeiros e importados que não sejam exatamente necessidades da vida, mas sim refinamentos de luxo e prazer, e cujo uso esteja limitado

---

(128) Platão, *República* 4.421 D; ver também Aristóteles, *Política* 4.9.4-5. Diferentemente de Morus, Erasmo não sugere que a abolição da propriedade privada possa ser um modo eficaz de evitar os diferentes grupos de riqueza diferencial.

(129) Outra observação atual acerca da riqueza fenomenal que estava sendo acumulada pelas casas bancárias mercantis como os Fuggers, alemães, que coletavam impostos em nome de papas e príncipes.

(130) Para uma denúncia mais detalhada de tais impostos, ver o adágio 'A mortuo tributum exigere' (I.ix.12).

aos ricos, tais como algodão, seda, tecidos tingidos, pimenta, especiarias, ungüentos, jóias e qualquer coisa deste tipo. Pois desta forma, a inconveniência será sentida somente por aqueles que têm a boa sorte de ser capazes de suportá-la; e as despesas não os tornarão desprivilegiados, mas talvez os tornem menos extravagantes, de modo que o que perdem em dinheiro se torne bom para eles em termos de benefício moral.[131]

Na cunhagem de moeda, o bom príncipe irá demonstrar a confiabilidade que deve tanto a Deus como ao povo, e não permitirá a si mesmo fazer coisas pelas quais ele castiga outras pessoas de forma duríssima. O povo é geralmente roubado de quatro maneiras neste negócio, como vimos por muito tempo após a morte de Carlos,[132] quando uma espécie de anarquia prolongada, mais perigosa do que a tirania, castigou teu reino: em primeiro lugar, quando o material para a cunhagem era contaminado por algum tipo de liga; em segundo, quando ele está abaixo do peso; em terceiro, quando é reduzido mediante o recorte à volta de toda a borda; e por último, quando é constantemente desvalorizado e revalorizado sempre que pareça ser vantajoso para o tesouro real.[133]

---

(131) Semelhantemente à maioria dos pensadores liberais acerca da tributação naquela época (incluindo Morus), Erasmo advoga aqui a instituição de tributo sobre produtos de luxo importados, e não sobre produtos de primeira necessidade e bens fabricados no país.

(132) Carlos, o Temerário, Duque da Borgonha, e bisavô do Príncipe Carlos. Quanto à péssima opinião de Erasmo sobre ele, ver o adágio 'Spartam nactus es, hanc orna' (II.v.I). Carlos morreu em batalha em 1477, sem deixar herdeiro masculino. Isto levou a uma prolongada batalha pela herança entre a França e a casa da Áustria, bem como às revoltas econômicas subseqüentes (desvalorização e revalorização da moeda para financiar campanhas militares).

(133) Erasmo e Morus também estão de acordo acerca dos efeitos negativos da manipulação do valor da moeda por parte do príncipe e de sua administração. Ver *Utopia* I.

5 -- *A generosidade no príncipe*

Se a gentileza e a generosidade são a glória especial dos bons príncipes, como podem determinadas pessoas reivindicar o título de príncipe quando toda a sua política é direcionada para a promoção de seus próprios interesses a expensas de todas as demais pessoas? O príncipe habilidoso e vigilante irá, portanto, buscar modos de ajudar a todos, e isto não significa simplesmente distribuir presentes. Ele irá auxiliar a alguns mediante sua liberalidade e levantar outros mediante seu apoio; irá usar sua autoridade para restaurar aqueles que estejam subjugados, e seu conselho para ajudar os demais. De fato, tenderá a considerar como desperdiçado qualquer dia em que não tenha usado seu poder para o bem, para ajudar alguém.

Todavia, a generosidade do príncipe não deve ser distribuída de forma descuidada. Algumas pessoas extorquem impiedosamente dos bons cidadãos o que dissipam com bufões, informantes e com aqueles que servem aos seus prazeres. O estado deve estar consciente de que o príncipe irá mais freqüentemente demonstrar benevolência para com aqueles que trabalham mais arduamente pelo bem comum. A generosidade deve ser a recompensa da virtude, não o resultado de um capricho.

O príncipe deve tentar especialmente praticar o tipo de generosidade que não inclua nenhuma desvantagem, ou pelo menos nenhum dano, a nenhuma pessoa. Roubar um grupo para enriquecer a outro, arruinar alguns para fazer progredir outros: longe de serem serviços, tais

ações são desserviços em dobro, particularmente se o que foi retirado de homens dignos for entregue a indignos.

Não é sem razão que os mitos dos poetas nos falam de como os deuses nunca visitavam um lugar sem conceder algum grande benefício a quem os recebia. Porém, se, com a aproximação de seu príncipe, seus cidadãos escondem todos os móveis elegantes, trancam a chave suas filhas bonitas, enviam seus filhos jovens para longe, ocultam sua riqueza e fazem tudo o que podem para se tornarem imperceptíveis: não fica evidente o que eles pensam dele, visto que agem exatamente como se estivesse se aproximando um inimigo ou ladrão? Visto que à chegada do príncipe, eles temem por todas as coisas que o príncipe teria o dever de proteger contra a ameaça de traição ou violência? Eles temem a traição por parte de outrem, mas também temem a violência por parte dele: um homem queixa-se de que foi espancado; outro, de que sua filha foi raptada; outro, de que sua mulher foi estuprada, e ainda um outro, de que algum pagamento insignificante foi retido. Que diferença, realmente, entre a chegada desse príncipe e aquelas descrições dos deuses! Quanto mais próspera uma cidade, mais ela suspeita do príncipe, e, por ocasião da chegada do príncipe, todos os elementos mais desconceituados acorrem, enquanto que todos os melhores e mais sábios cidadãos ficam em guarda e se mantêm à distância; mesmo que nada digam, suas ações proclamam sua opinião acerca do príncipe. Alguém pode responder a isto: 'Não posso manter o controle das atividades de todos os meus seguidores; estou fazendo o melhor que posso.' Faze com que teus seguidores compreendam que realmente desejas esta conduta, e ficarei muito surpreso se isto não os mantiver sob controle. Ao final, convencerás o povo de que tais crimes são cometidos contra tua vontade somente se não permitires que fiquem sem punição.

Talvez fosse suficiente para um príncipe pagão ser generoso para com seus próprios cidadãos, mas meramente justo para com os estrangeiros. Porém, a marca do príncipe cristão é a de não considerar ninguém como estrangeiro, exceto aqueles que são estrangeiros aos sacramentos de Cristo, e de evitar provocar até mesmo estes causando-lhes mal. É evidente que ele deve cumprir suas obrigações primeiramente para com seus cidadãos, mas quanto aos demais, na medida do possível, deve ajudar a todos os homens.

Embora o príncipe deva ter a preocupação constante de proteger de danos todas as pessoas, ainda assim, como sugere Platão, ele deve

fazer esforços mais diligentes para impedir que sucedam danos aos visitantes do que a seus próprios cidadãos, porque os visitantes, privados do apoio dos amigos e dos parentes, estão mais expostos ao perigo; por esta razão, acreditava-se que eles estavam sob a proteção de Júpiter, e foi dado a este o nome de *Xenios.*

6 -- A promulgação ou emenda de leis

O principal método para se tornar próspera uma cidade ou um reino é o de ter as melhores leis, com o melhor príncipe; a situação mais feliz ocorre quando o príncipe é obedecido por todos e ele próprio obedece às leis, desde que estas se conformem aos ideais de justiça e honra e não tenham qualquer outro objetivo que o de promover os interesses de todos.[134]

O príncipe bom, sábio e correto é simplesmente uma espécie de corporificação da lei.[135] Portanto, ele não economizará esforços para promulgar as melhores leis possíveis, as mais benéficas para o estado, e não um grande número delas. Um número muito pequeno de leis será suficiente em um estado bem ordenado, com um bom príncipe e magistrados honestos, e se as coisas forem diferentes, nenhuma quantidade de leis será suficiente. Quando um médico incompetente experimenta um remédio após o outro, seus pacientes tendem a sofrer.

Ao se promulgar leis, deve ser tomado um cuidado especial para garantir que elas não tenham traços de lucros para o subsídio pessoal do

---

(134) O estado ideal de coisas, segundo Erasmo, é aquele em que exista uma perfeita identidade entre a ordem que o príncipe defende, aquela que seja a melhor para o povo como um todo, e a lei local.

(135) Ver Aristóteles, *Política* 3.8.2, Cícero, *Leis* 3.1.2, e Plutarco, *Moralia* 780 C-E. Este é um argumento crucial para a teoria de educação de Erasmo para o príncipe cristão. Ele torna o príncipe eticamente sinônimo de lei local.

príncipe, ou de um tratamento especial para a nobreza; todas as coisas devem estar relacionadas a um padrão ideal de honra e ao interesse público, e isto deve ser definido não pela opinião da plebe, mas de acordo com os preceitos de sabedoria, que devem estar sempre presentes nos conselhos dos príncipes; em outras palavras, como também concordam os pagãos, não haverá lei verdadeira a menos que seja justa, eqüitativa e conducente ao bem comum. Tampouco alguma coisa se torna lei simplesmente porque o príncipe assim o decidiu, salvo se a decisão for aquela de um príncipe sábio e bom, que não irá se decidir por algo que não seja honrado e no melhor interesse do estado. Se os padrões pelos quais as malfeitorias devem ser julgadas são eles próprios distorcidos, o único resultado será o de que até mesmo as coisas que eram justas serão pervertidas por leis deste tipo.

Platão também exige o mínimo de leis possível, especialmente acerca de assuntos menos importantes, como contratos, transações de negócios e tributação.[136] Pois, diz ele, o estado não se torna saudável mediante um grande número de leis, da mesma forma que um homem não se torna saudável em virtude de um grande número de medicamentos. Onde o príncipe é imparcial e os magistrados fazem seu trabalho, não há necessidade de muitas leis; onde as coisas são de outra forma, o uso excessivo de leis irá levar o estado à perdição, e a desonestidade desses homens irá desviar para outros fins até mesmo as leis devidamente promulgadas.

O sistema tirânico de Dionísio de Siracusa tem sido censurado, com razão; ele promulgou um grande número de leis, empilhando-as umas sobre as outras, mas conta-se que ele permitia que seu povo as ignorasse, e desta forma, fazia com que todos ficassem em dívida com ele. Isso não era fazer leis, mas sim montar armadilhas.

Epitades também foi merecidamente condenado por promulgar uma lei segundo a qual um homem era livre para deixar sua propriedade para qualquer pessoa que preferisse; porém, ele só fez isso para poder deserdar seu próprio filho, que ele detestava. A princípio, o povo não

(136) Platão, *República* 4.425 C-E. A *Utopia* de Morus também tem poucas leis, evitando, dessa forma, a proliferação de interpretações da lei que embaraça a administração.

percebeu o que estava por trás do estratagema, mas ao final, a questão levou o estado à beira do desastre.

O príncipe deve promover o tipo de lei que não apenas determina a punição para o culpado, mas também dissuade os homens de infringir a lei. É, portanto, um engano acreditar que as leis devam se restringir à forma mais concisa possível de palavras, de maneira que elas meramente dêem ordens, e não instruções; ao contrário, elas devem se preocupar em dissuadir os homens de violar a lei muito mais pela racionalidade do que pelas punições. Desta forma, Sêneca discorda da opinião de Platão neste caso, mas ao fazê-lo, demonstra mais ousadia do que sabedoria.[137]

Novamente, Platão não permite que os jovens debatam a eqüidade de uma lei, embora o permita aos mais velhos, com moderação.[138] Entretanto, se não é papel do povo manifestar opiniões indevidas acerca das leis do príncipe, é dever do príncipe assegurar que suas leis sejam aceitáveis para todos os homens bons, lembrando-se de que até mesmo os homens mais humildes têm um certo bom senso. Antonino Pio tem sido elogiado porque nunca propôs coisa alguma sem tentar justificá-la perante todos, por meio de éditos em que dava suas razões para julgá-la útil para o Estado.

Em seu *Oeconomicus*, Xenofonte sagazmente demonstrou que todas as demais criaturas podem ser induzidas a obedecer por duas coisas em particular: incentivos, tais como alimentos, se forem do tipo inferior, ou mimos, se forem mais nobres, como um cavalo; ou pancadas, se forem teimosas, como o asno. Porém, visto que o homem é a mais nobre das criaturas, é simplesmente adequado que ele deva ser induzido a obedecer à lei mediante recompensas, e não coagido mediante ameaças e punições.[139]

Portanto, a lei deve não apenas estipular as penas para os malfeitores, mas também oferecer recompensas para incentivar a prestação de serviço ao estado. Sabemos que os antigos tinham muitas leis deste tipo:

---

(137) Sêneca, *Epistulae morales* 94.38; na verdade, Sêneca está citando a desaprovação de Posidônio quanto à opinião de Platão – o próprio Sêneca concorda claramente com Platão.

(138) Platão, *Leis* 1.634 D-E.

(139) Xenofonte, *Oeconomicus* 13.6-10.

qualquer pessoa que houvesse se distinguido na batalha podia esperar receber uma recompensa, e se viesse a morrer, seus filhos eram educados a expensas do governo; qualquer pessoa que houvesse resgatado um cidadão, atirado um inimigo para fora das muralhas, ou ajudado o estado com conselhos sólidos tinha direito a uma recompensa.

É claro que o melhor tipo de cidadão sempre irá seguir a melhor conduta, mesmo que nenhuma recompensa seja oferecida, mas esses incentivos são úteis para inspirar as pessoas menos educadas a procurar seguir uma conduta honrada.

Os homens de caráter nobre são mais interessados na honra; os de caráter mais baixo são também atraídos pelo dinheiro. Assim, uma lei irá fazer uso de todos estes métodos para influenciar os homens: honra e desgraça, lucros e prejuízos. Finalmente, os homens de temperamento completamente servil, ou mesmo brutal, devem ser domados com correntes e chicotes.

Os cidadãos devem se familiarizar com este senso de honra e de desgraça desde a infância, para que saibam que as recompensas são concedidas por boa conduta, e não por riqueza ou amizades.

Em resumo, o príncipe vigilante deve dirigir seus melhores esforços, não simplesmente no sentido de punir o crime, mas de olhar para além dele e fazer todo o possível para garantir que, antes de mais nada, nenhum crime digno de punição seja cometido.[140]

O médico que previne a doença e a mantém distante é melhor do que aquele que a elimina com medicamentos assim que ela se estabelece. Da mesma forma, é muito melhor assegurar que nenhum crime seja cometido do que puni-lo quando já houver sido perpetrado. Isto será alcançado se o príncipe puder destruir, quando possível, ou pelo menos controlar e reduzir qualquer coisa que tenha observado como possível fonte de conduta criminosa.

Em primeiro lugar, como já dissemos, a vasta maioria dos crimes flui, como se de uma fonte de lama, de idéias pervertidas acerca do estado das coisas. Teu primeiro objetivo deve, portanto, ser o de ter cidadãos em quem os melhores princípios tenham sido implantados, e teu

(140) Neste caso, como em toda esta seção, Morus e Erasmo têm praticamente a mesma opinião.

segundo objetivo, o de que os magistrados devam ser não apenas sábios, mas também não corrompidos.

Platão corretamente adverte que todas as demais coisas devem ser tentadas, que tudo, como se diz, deve ser experimentado, antes que a pena suprema seja invocada.[141] Para persuadir os homens a não infringir a lei, deves primeiro fazer uso de argumentos racionais, a seguir, como forma de dissuasão, o temor da vingança divina contra os criminosos, e adicionalmente, ameaças de punição. Se estas forem ineficazes, deves recorrer à punição, mas de um tipo comparativamente leve, mais para curar a doença do que para matar o paciente. Se nada disso obtiver êxito, então, por fim, a lei deve relutantemente remover o criminoso, como um membro incurável, sem esperanças, para impedir que a infecção se dissemine para a parte saudável.

Um médico hábil e confiável não recorrerá à amputação ou à cauterização se puder curar a doença com compressas ou uma dose de medicamento, e nunca irá recorrer a eles exceto se compelido pela enfermidade a fazê-lo. Da mesma forma, o príncipe irá tentar todos os demais remédios antes de recorrer à pena capital, lembrando-se que o estado é um corpo; ninguém corta fora um membro se a saúde deste puder ser de alguma outra forma recuperada.

Ao aplicar o tratamento, o médico escrupuloso concentra-se em eliminar a doença com o mínimo de perigo para seu paciente; similarmente, ao formular suas leis, o bom príncipe irá levar em consideração somente o interesse público e buscar corrigir os males do povo com o mínimo de desconforto.

Um grande número de crimes derivam particularmente do fato de que em todo país as riquezas são apreciadas e a pobreza é desprezada. O príncipe irá, portanto, lutar para assegurar que seus súditos sejam respeitados pela boa conduta e pelo bom caráter, e não pela riqueza, e ele deve aplicar tal coisa primeiramente a si mesmo e a sua corte. Se o povo observar que o príncipe ostenta sua riqueza, se observar que em sua corte os homens mais ricos são os mais admirados e que o caminho para a magistratura, para as honras e para os cargos públicos está aberto ao

(141) Platão, *Leis* 9.862 E.

dinheiro, então, evidentemente, tudo isso irá incitar as pessoas comuns a adquirir riqueza de um modo ou de outro.

Ora, em termos mais gerais, muitas das armadilhas que existem em todo estado são o resultado da ociosidade, que todas as pessoas buscam de diferentes maneiras. Quando os homens adquirem o gosto por ela, voltam-se para os caminhos do mal se lhes faltarem os meios de proporcionarem a si mesmos essa ociosidade. O príncipe vigilante irá, portanto, assegurar-se de ter o mínimo de ociosos possível entre seus súditos, seja fazendo-os trabalhar seja banindo-os do estado.

Platão acredita que todos os mendigos devem ser expulsos de sua república. Porém, se houver homens alquebrados pela doença ou pela idade avançada, sem família que deles cuide, devem ser entregues aos cuidados de instituições mantidas pelo estado para os idosos e enfermos.[142] O homem que está em boa saúde e satisfeito com o pouco não terá necessidade de mendigar.

Os habitantes de Marselha negaram a entrada a alguns padres que, com o propósito de viverem na ociosidade e no luxo sob o pretexto da religião, costumavam exibir certas relíquias sagradas pelas ruas de cidade em cidade. Talvez também fosse vantajoso para o estado limitar o número de mosteiros. Pois a vida monástica também é um tipo de ociosidade, especialmente para aqueles cujas vidas têm sido tudo, menos irrepreensíveis, e que agora desperdiçam suas vidas letárgicas na inatividade. Minhas observações acerca dos mosteiros também se aplicam aos colégios.[143]

Neste tópico, incluo também os cobradores de impostos, mascates, agiotas, corretores, alcoviteiros, administradores de propriedades, guarda-caças, todo o conjunto de agentes e assistentes que algumas pessoas mantêm puramente para fins de ostentação. Quando homens como esses não conseguem atender às exigências da extravagância, a acompanhante do ócio, resvalam para os caminhos malfazejos.

---

(142) Platão, *Leis* 11.936 C.

(143) Neste caso, Erasmo faz uma crítica aguda de duas instituições com as quais ele tinha pessoalmente experiência prática. Sempre que desvia sua atenção dos preceitos morais para a crítica social, suas opiniões ficam muito próximas daquelas expressas em linguagem similar na *Utopia* de Morus (11.128, 35 sqq).

As atividades militares também são uma forma muito ativa de ócio, e a mais perigosa delas, visto que causa a destruição total de todas as coisas que valem a pena e abre uma cloaca de tudo o que é mau. E assim, se o príncipe banir de seus domínios todos esses viveiros de crime, haverá muito menos a ser punido por suas leis.

Logo, as ocupações úteis devem ser mantidas em alta estima e, devo acrescentar, a ociosidade ineficaz não deve ser acolhida sob o nome de nobreza. Não desejaria eu privar de suas honras aquelas pessoas de nascimento nobre, se elas mantiverem os padrões de seus antepassados e se distinguirem naquelas atividades que originalmente criaram a aristocracia. Porém, quando vemos tantos deles atualmente entregues à ociosidade, enfraquecidos pela devassidão, destituídos de qualquer talento útil – abstenho-me de descrever suas atividades mais revoltantes – por que cargas d'água deveria este tipo de pessoa ser tratada melhor do que um sapateiro ou agricultor? Em tempos passados, a aristocracia era isenta de tarefas mais servis, para que não perdessem tempo, mas que aprendessem aquelas habilidades que ajudam no governo do estado.

Portanto, os cidadãos ricos ou nobres não devem ser censurados por instruir seus filhos em alguma ocupação sedentária; por um lado, os jovens preocupados com seus estudos irão se manter longe de muitas tentações, e por outro, mesmo que eles não tenham necessidade de suas habilidades, pelo menos não prejudicam ninguém. Entretanto, visto que as questões humanas são objeto dos caprichos da fortuna, se surgir a necessidade, então a habilidade irá encontrar sua recompensa, não somente em qualquer terra, como diz o provérbio, mas também em qualquer posição na vida.[144]

Os antigos, reconhecendo que muitos problemas decorrem da vida extravagante e luxuosa, contrabalançavam-nos mediante leis suntuárias e inspetores nomeados para controlar os gastos excessivos com banquetes, roupas ou edifícios. Se alguém acredita que há rudeza em impedir que um homem use ou abuse de seus próprios bens conforme preferir, deve refletir que há muito mais rudeza em permitir que os padrões sociais se deteriorem, por meio do estilo de vida luxuoso, ao

(144) *Adágios* 1.vii.33: 'Artem quaevis alit terra'.

ponto de que seja necessária a pena capital, e que há menos rudeza em ser compelido a viver frugalmente do que em ser levado à perdição por intermédio do vício.

Não há nada mais prejudicial do que os magistrados começarem a extrair lucros da condenação de cidadãos. Quem irá se esforçar para manter a criminalidade em seu nível mínimo, se for de seu interesse que haja o maior número possível de criminosos?

É apropriado, e era costume entre os antigos, que o dinheiro proveniente das multas vá primeiramente para a parte lesada, uma certa parcela vá para os recursos públicos e, no caso dos crimes mais abomináveis, algo seja destinado também ao informante. Porém, o grau de abominação deve ser decidido, não pelos sentimentos pessoais de qualquer homem, mas de acordo com os danos ou benefícios para o estado.

O propósito fundamental da lei deve ser o de proteger a todos, ricos ou pobres, nobres ou humildes, servos ou livres, autoridades públicas ou cidadãos comuns. Entretanto, deve inclinar-se mais no sentido de ajudar os elementos mais fracos, porque a posição dos homens humildes os expõe mais facilmente ao perigo. A indulgência da lei deve compensar os privilégios que lhes são negados por sua posição na vida. Deve, portanto, haver uma punição mais severa para um crime contra um homem pobre do que para os crimes contra os ricos, para um funcionário corrupto do que para um criminoso comum, e para um nobre perverso do que para um cidadão humilde.[145]

Segundo Platão, há dois tipos de pena. Quanto à primeira, deve ser tomado cuidado para que a punição não seja demasiado severa para o crime, e, por esta razão, a pena suprema não deve ser invocada levianamente; tampouco deve a gravidade do crime ser medida por nossa ganância, mas sim de forma justa e honrada. Por que será que, contrariamente às leis de todos os antigos, o roubo simples é geralmente punido com a morte, ao passo que o adultério permanece virtualmente impune? Será que todas as pessoas valorizam excessivamente o dinheiro, e logo sua perda é julgada, não com base nos fatos, mas sim em motivos

(145) A posição de Erasmo acerca desta lei é mais a de um moralista do que a de um político.

emocionais? Todavia, aqui não é o lugar certo para discutir por que os adúlteros, para quem as leis costumavam ser muito rígidas, são tratados de forma menos severa atualmente.

O outro tipo de pena, que Platão chama de exemplar, deve ser invocado com muita parcimônia; deve funcionar como um elemento dissuasivo para as demais pessoas, mais por sua raridade do que pelo pavor que causa. Pois não há nada tão horripilante que a familiaridade não torne objeto de desdém, nem há nada tão danoso quanto permitir que os súditos de alguém se habituem a uma punição.[146]

Da mesma forma que novos remédios não devem ser experimentados em uma doença se os antigos puderem curá-la, assim também não devem ser promulgadas novas leis se as antigas puderem proporcionar um meio de tratar os males do estado.

Se as leis inúteis não puderem ser revogadas sem grandes transtornos, deve-se permitir que caduquem gradualmente ou então que sejam emendadas. É perigoso alterar leis sem a devida consideração, mas também é necessário adaptar a lei às circunstâncias atuais do estado, da mesma forma que o tratamento é adaptado para se adequar ao estado do paciente: algumas leis, devidamente apropriadas quando promulgadas, são revogadas de forma ainda mais apropriada.

Muitas leis já foram adotadas de maneira perfeitamente justificável, mas empregadas das piores maneiras possíveis em virtude da corrupção de funcionários; não há nada mais pernicioso do que uma boa lei desviada para propósitos malévolos. O príncipe não deve ser dissuadido, por alguma perda de receita, de eliminar ou emendar tais leis, pois não se obtém lucro da perda da honra, especialmente sabendo-se que a revogação deste tipo de lei será muito aplaudida. O príncipe também não deve ser enganado pelo fato de que as leis deste tipo vêm surgindo em quase toda parte, e estão agora firmemente estabelecidas pelo longo costume; essencialmente, a justiça não é uma questão de simples números, e quanto mais profundas forem as raízes de uma prática malévola, mais radical deve ser sua extirpação.

(146) Platão, *Leis* 9.854.

Eis aqui alguns exemplos. Em alguns lugares, existe a prática de o prefeito tomar posse, em nome do rei, da propriedade deixada por alguém que morreu no exterior. Isto foi adotado, muito acertadamente, para impedir que a propriedade de um viajante fosse reivindicada por pessoas que não tivessem qualquer direito a ela; ela permanecia nas mãos do prefeito por um curto período de tempo, até que os verdadeiros herdeiros aparecessem. Contudo, atualmente o costume está pervertido, muito injustamente, de modo que, aparecendo o herdeiro ou não, a propriedade do viajante passa a integrar o tesouro do príncipe.

Uma lei foi corretamente adotada para permitir que os bens encontrados em posse de um ladrão no momento de sua prisão fossem apreendidos pelo príncipe ou por um funcionário em seu nome; obviamente, o objetivo era o de impedir que os bens ficassem com a pessoa errada mediante algum estratagema, se todas as pessoas tivessem o direito de reivindicá-los. Assim que a propriedade ficava definida, os bens eram entregues a quem de direito. Porém, agora, qualquer coisa encontrada na posse de um ladrão é considerada por alguns príncipes como sua, como se fizesse parte de seu patrimônio. Eles estão bem conscientes de que tal prática é vergonhosamente injusta, mas a motivação do lucro supera as intenções honradas.

No passado, foi uma boa idéia colocar funcionários nas fronteiras dos estados, para supervisionar as importações e exportações, para assegurar, evidentemente, que os mercadores e viajantes pudessem ir e vir livres do medo de bandidos. Se algo era roubado, cada príncipe assegurava, dentro das fronteiras dos seus domínios, que os mercadores não sofressem qualquer prejuízo e que o ladrão não ficasse impune; mais tarde, talvez como cortesia, os mercadores começaram a pagar uma pequena taxa. Porém, atualmente, o viajante é detido a cada volta do caminho por essas tarifas aduaneiras, os visitantes são assediados, os mercadores são espoliados, e não se fala mais em protegê-los, embora os pedágios aumentem diariamente. Desta forma, o propósito para o qual a instituição foi inicialmente criada já foi totalmente descaracterizado, e o que era uma prática

saudável quando adotada transformou-se em completa tirania por culpa daqueles que a administram.[147]

No passado, foi estabelecido que os bens lançados na praia, provenientes do naufrágio de um navio, deviam ser guardados pelo *prefeito marítimo*, não para que passassem a pertencer a este ou ao príncipe, mas para que se evitasse que as pessoas erradas deles se apossassem; iriam finalmente tornar-se propriedade pública se não houvesse sobrevivente com direito legítimo aos mesmos. Entretanto, atualmente, em alguns lugares, qualquer coisa que caia no mar, não importa como, é tomado para si pelo prefeito, que é mais impiedoso do que o próprio mar; pois qualquer coisa que a tempestade tenha permitido sobrar para os infelizes sobreviventes, é arrebatada por ele como se ele fosse uma segunda tempestade.[148]

Podes ver, portanto, como tudo está errado. O ladrão é punido por se apoderar da propriedade de outrem; mas o magistrado, designado para prevenir o roubo, faz o mesmo, e o dono legítimo é roubado duas vezes pelo próprio homem encarregado de livrá-lo de tal perda. Os mercadores também são muito assediados e roubados por quem é designado especificamente para impedir que os viajantes sejam assediados e roubados. Os bens são negados a seu dono legítimo pelo próprio homem designado pela lei para impedir que caiam em mãos erradas. Em muitas terras, existe um grande número de instituições similares, não menos injustas do que a própria injustiça. Porém, não é meu objetivo neste tratado censurar algum estado em particular, visto que estas coisas são comuns em praticamente todos eles – e são condenadas por todos eles; listei-os para fins de instrução. Pode ser verdade que algumas delas não possam ser abolidas sem uma grande perturbação, mas com sua

---

(147) Diversos desses exemplos de prática legal que anteriormente tinham um objetivo justo, mas que agora são usados para extorquir receitas para a coroa, são casos em que Erasmo, com seu estilo de vida itinerante, estava diretamente interessado. Ele corria o risco de morrer fora de sua terra natal, e corria o risco de não conseguir recuperar bens que lhe fossem roubados (ele perdeu dinheiro e bens em diversas ocasiões). Quanto à experiência desventurada de Erasmo nas mãos da alfândega inglesa em Dover, ver ep. 119 (e ver o adágio 'A mortuo tributum exigere' (1.ix.12)).

(148) Neste caso, Erasmo pode ter em mente um incidente escandaloso deste tipo, ocorrido nos Países-Baixos em 1516. Ver Preserved Smith, *Colloquies*, 18-20.

abolição o príncipe irá angariar aprovação e – algo mais importante do que qualquer ganho financeiro – uma boa reputação.

Assim como o príncipe, a lei deve, mais do que qualquer outra coisa, ser acessível e justa para com todos; de outra forma, como afirmou inteligentemente o filósofo grego, as leis serão nada mais que teias de aranhas, que podem ser facilmente rompidas pelos pássaros devido ao seu tamanho, e em que somente as moscas ficarão presas.[149]

Assim como o príncipe, a lei deve sempre estar mais inclinada a perdoar que a punir, seja porque ela tem uma certa brandura implícita, seja porque ela é o reflexo dos caminhos de Deus, lento para chegar à ira e à vingança, seja, ainda, porque um homem libertado indevidamente pode ser reconvocado para punição, mas um homem condenado injustamente não pode ser ajudado; mesmo que ele ainda esteja vivo, quem pode estabelecer o preço do sofrimento de outro homem?[150]

Lemos que, no passado, havia uma espécie de homem, tiranos, não príncipes – e a conduta do príncipe cristão deve ser completamente diferente – para quem a medida de um crime era o prejuízo causado a seus interesses pessoais; logo, eles acreditavam que constituía um mero furto trivial despojar um pobre de seus bens e condená-lo, juntamente com sua mulher e seus filhos, à escravidão e à mendicância, ao passo que se tratava de um roubo seriíssimo, merecedor da punição mais rigorosa, sonegar até mesmo umas poucas moedas à *Bolsa Privada* ou à algum funcionário voraz. Novamente, eles iriam clamar lesa-majestade se alguém murmurasse contra um príncipe, mesmo se este fosse mau, ou falasse de forma um tanto livre de algum magistrado pestilento. Porém, Adriano, um imperador pagão, normalmente não incluído entre os bons príncipes, nunca aceitou uma acusação de lesa-majestade,[151] e nem mesmo o implacável Nero dava muita importância a acusações deste tipo. Conta-

(149) Ver *Adágios* 1.iv.47.

(150) A insistência de Erasmo de que a lei é em tudo moralmente tão exemplar como o príncipe deriva diretamente de sua declaração de que o bom príncipe e suas leis são uma só coisa.

(151) O crime de *maiestas minuta* – 'traição' – era originalmente um crime contra a majestade do povo romano; à época do Império, seu alcance foi ampliado para levar em conta a existência do príncipe.

se que ainda um outro, que ignorava completamente acusações desse tipo, disse o seguinte: 'Em um estado livre, as línguas também devem ser livres."

Segue-se que o bom príncipe não perdoará nenhum crime com mais facilidade e disposição do que aquele que prejudica seus interesses pessoais: quem achará mais fácil negligenciar tais coisas do que o príncipe? Quanto mais fácil for a vingança, mais ela irá parecer odiosa e imprópria, dado que a vingança é a marca de um espírito fraco e ignóbil, e nada é menos apropriado para o príncipe, cujo espírito deve ser elevado e magnânimo.

Não é suficiente para o príncipe manter-se distante do crime, exceto se ele também se mantiver livre de qualquer suspeita ou mancha de crime. Por esta razão, ele irá considerar não somente os méritos do homem que cometeu um crime contra ele, mas também de que forma outros homens irão julgar o príncipe, e, às vezes, preocupado com sua honra, irá demonstrar misericórdia em um caso não merecedor, e irá perdoar um homem indigno de perdão para salvaguardar sua reputação.

Que ninguém imediatamente reclame que este conselho dá pouca importância à majestade do príncipe, a qual o estado deve manter sacrossanta e inviolada, fazendo disso sua principal tarefa. Ao contrário, não há melhor salvaguarda para sua grandeza do que o povo saber que ele é tão vigilante que nada lhe escapa, tão sábio que compreende quais são as verdadeiras fontes da majestade do príncipe, e tão indulgente que somente irá vingar alguma ofensa contra si mesmo se o interesse público assim o exigir. O perdão concedido a Cina tornou a majestade de Augusto César mais gloriosa e mais segura, enquanto tantas execuções não tinham tido qualquer efeito.

A lesa-majestade ocorre somente quando um homem degrada aquelas qualidades que tornam o príncipe realmente grande; se sua grandeza residir na excelência de sua mente e na prosperidade que sua sabedoria traz para o seu povo, então qualquer pessoa que prejudique tal coisa deve ser acusada de lesa-majestade. É um grande erro, e uma idéia completamente errônea da verdadeira majestade do príncipe, supor que esta possa ser aumentada se a lei e as liberdades públicas forem pouco respeitadas, como se o príncipe e o estado fossem duas entidades separadas. Se for necessário fazer uma comparação entre coisas que a

natureza uniu, o rei não deve se comparar a nenhum de seus súditos, mas sim a todo o corpo do estado: então ele irá compreender que este último, incluindo tantos homens e mulheres ilustres, vale muito mais do que o cabeça sozinho,[152] o príncipe. Um estado, mesmo que lhe falte um príncipe, ainda será um estado. Vastos impérios já floresceram sem um príncipe, tais como Roma e Atenas com a democracia. Porém, o príncipe simplesmente não pode existir sem o estado, e, na verdade, é o estado que aceita o príncipe, e não o contrário. O que faz do príncipe um grande homem, senão o consentimento de seus súditos?[153] Por outro lado, se um homem alcança a grandeza por intermédio da benevolência, ou seja, por suas virtudes, ele ainda será um grande homem mesmo quando privado de seu poder.

É óbvio, portanto, que aqueles que medem a honra do príncipe por padrões indignos da grandeza de um príncipe estão completamente errados em seu julgamento. Chamam de traidor (uma palavra que eles consideram a mais repugnante de todas) um homem que, mediante conselhos livremente dados, chama seu príncipe para caminhos melhores quando ele se desvia e põe em risco sua honra, sua segurança e o bem-estar de seu país. Porém, um homem que corrompe o príncipe com idéias ignóbeis e o lança em uma sucessão de prazeres sórdidos, festas, jogatinas e indignidades semelhantes: certamente tal homem não está preservando a honra do príncipe? Chamam de lealdade o ato de animar um príncipe tolo com constante adulação, e de traição o ato de se opor a suas iniciativas ignominiosas. Porém, ninguém é menos amigo do príncipe do que um homem que o ilude e o desencaminha mediante uma bajulação infame, que o envolve em guerras, aconselha-o a saquear o povo, ensina-lhe as artes do tirano, e leva-o a ser odiado por todas as pessoas decentes; isto é a verdadeira traição e merece muito mais que uma punição moderada.

---

(152) Mais uma vez, Erasmo insiste que o príncipe tem por obrigação obedecer àquelas leis que beneficiam todo o seu povo, em lugar de promulgar leis em seu próprio benefício.

(153) Uma clara declaração do ponto de vista fundamental de Erasmo. O príncipe não é necessário para o estado, que pode estabelecer o domínio da lei em nome de seu povo mediante o governo republicano democrático. O governo de um príncipe depende da concordância de seus súditos em serem assim governados.

Platão exige que os 'guardiães da lei', isto é, aqueles designados para fiscalizar o cumprimento das leis, sejam os homens menos corruptíveis de todos.[154] O bom príncipe deve agir mais severamente contra aqueles que administram a lei de forma corrupta do que contra qualquer outra pessoa, pois o próprio príncipe é o chefe dos 'guardiães da lei'.

Resumindo: é melhor ter o mínimo de leis possível; estas devem ser tão justas quanto possível e promover o interesse público; devem, ainda, ser tão familiares quanto possível para o povo: eis porque os antigos as exibiam em placas e tabuletas nos lugares públicos, para que todos as vissem. É uma infâmia observar que certos homens utilizam as leis como uma teia de aranha, com a intenção evidente de enredar o maior número possível de pessoas, não no interesse do estado, mas simplesmente para apanhar a presa. Finalmente, as leis devem ser formuladas em termos claros, com o mínimo de complicações, de modo que haja pouca necessidade daquela espécie voraz que se autodenomina advogados e defensores; de fato, antigamente essa profissão era a reserva dos melhores homens da sociedade, acarretando pouco lucro, mas muita honra; entretanto, atualmente, o motivo do lucro vem corrompendo-a, da mesma forma que corrompe a tudo.

Platão diz que não há inimigo mais perigoso para o estado do que o homem que sujeita as leis à excentricidade humana, ao passo que os melhores príncipes irão deter a autoridade suprema.[155]

(154) Platão, *Leis* 6.755 A.
(155) Platão, *Leis* 3.690.

7 -- Os magistrados[156] *e seus deveres*

O príncipe deve exigir de seus funcionários os mesmos padrões de integridade que ele próprio exibe, ou muito próximos deles. Ele não deve considerar suficiente ter simplesmente nomeado magistrados; a forma de sua nomeação é da maior importância, e ele deve certificar-se de que eles executem escrupulosamente as tarefas de que são encarregados.

Aristóteles fez a observação importante e judiciosa de que é inútil estabelecer boas leis se não há ninguém para fazer o esforço de sustentar o que foi tão corretamente estabelecido; de fato, às vezes ocorre que as leis mais bem estabelecidas provocam a total ruína do estado em virtude da negligência dos magistrados.[157]

Embora os magistrados não devam ser escolhidos por sua riqueza, árvore genealógica, ou idade, mas sim por sua sabedoria e integridade, ainda assim é melhor nomear homens mais velhos para este tipo de cargo, de que depende o bem-estar do estado, não somente porque os homens idosos já adquiriram prudência com a experiência, e são mais temperados em seus apetites, mas também porque seus anos avançados, na opinião do povo, lhes conferem uma espécie de autoridade. Por tal

---

(156) Erasmo chama de 'magistrado' qualquer alto administrador do governo ou autoridade do estado, e não simplesmente as autoridades legais.

(157) Aristóteles, *Política* 4.6.3.

razão, Platão proíbe a nomeação de homens de menos de cinqüenta e mais de setenta anos como guardiães da lei.[158] Ele não aceitava um padre com menos de sessenta anos. Da mesma forma que existe um determinado ponto na vida em que o homem atinge a maturidade, assim também existe um certo declínio na vida que exige a aposentadoria e o abandono de todas as obrigações.

Uma dança musicada constitui um elegante espetáculo desde que seja apresentada com ordem e harmonia, mas torna-se ridícula se os gestos e as vozes ficarem confusos; similarmente, um reino ou uma cidade é uma instituição excelente se a cada pessoa for designado um lugar e cada uma desempenhar sua função adequada, isto é, se o príncipe agir como príncipe, os magistrados fizerem sua parte e o povo obedecer a boas leis e a magistrados justos. Todavia, onde o príncipe age em seu próprio interesse e os magistrados simplesmente espoliam o povo, onde o povo não obedece a leis decentes, mas sim adula o príncipe e os magistrados, não importa o que façam – ali reinará a mais pavorosa confusão.

A primeira e principal preocupação do príncipe deve ser a de servir ao estado com o melhor de suas capacidades: o maior serviço que ele pode prestar ao estado é o de assegurar que a magistratura e suas atribuições sejam confiadas a homens absolutamente retos, absolutamente devotados ao bem comum.

O que é um príncipe senão um médico para o estado? Porém, não é suficiente para o médico ter assistentes capacitados; ele próprio deve ser o mais capacitado e cuidadoso de todos. Similarmente, não é suficiente que o príncipe tenha magistrados virtuosos; ele próprio deve ser o mais virtuoso de todos, visto que é ele que os escolhe e corrige.

As partes da mente não são todas iguais: algumas dão instruções, outras as executam, enquanto o corpo não faz mais que executar instruções. Da mesma forma o príncipe, a parte mais elevada do estado, deve ter o maior discernimento, e estar inteiramente livre de todas as paixões vulgares. Ao seu lado, ficam os magistrados, em parte executando e em parte dando instruções; eles obedecem ao príncipe, mas comandam o povo.

---

(158) Platão, *Leis* 6.755 A.

Logo, a felicidade do estado depende particularmente de seus magistrados serem nomeados de forma imparcial e desempenharem suas funções de forma imparcial. Portanto, deve haver disposições contra a má administração, assim como os antigos as tinham contra a extorsão. Finalmente, se forem condenados, contra eles devem ser decretadas as mais rigorosas punições.

Eles serão nomeados de forma imparcial se o príncipe designar, não o arrematador, o lobista mais impudente, seus parentes mais próximos, ou aqueles peritos em auxiliá-lo a satisfazer seu caráter, suas paixões e seus desejos, mas sim aqueles mais retos de caráter e melhor preparados para desempenhar as tarefas designadas.

De outra forma, se o príncipe meramente vende as nomeações pelo melhor preço que puder conseguir, que mais pode ele esperar, exceto que seus nomeados irão revendê-las, compensando suas próprias despesas o mais que puderem e explorando seus cargos, visto que os adquiriram por intermédio de uma transação comercial?[159] Esta prática não deve ser considerada menos perigosa para o estado só porque, em virtude do longo e infame uso, angariou aceitabilidade em diversas nações, visto que era reprovada até mesmo pelos pagãos, e as leis dos Césares estabeleciam que aqueles que presidem os tribunais devem receber o incentivo de um salário principesco, de modo que não tenham qualquer desculpa para a corrupção.

No passado, a acusação de haver proferido um veredicto corrupto era tratada com muita seriedade; porém, com que fundamento pode um príncipe punir um juiz por receber propina com vistas a proferir ou reter um veredicto, se o próprio príncipe houver vendido o emprego de proferir sentenças e houver, na verdade, sido o primeiro a iniciar o juiz nos caminhos da corrupção? Que o príncipe trate os magistrados como gostaria que eles tratassem o povo.

Em sua *Política*, Aristóteles sabiamente observa que, acima de tudo, deve-se tomar cuidado para que os magistrados não ganhem dinheiro com suas atribuições; de outra forma, ocorrem duas desvantagens: em primeiro lugar, isto significa que a magistratura será visada, ou devo

(159) A venda de cargos era uma fonte de receita para o estado na maioria dos países europeus.

dizer atacada e oprimida, pelos homens mais ávidos e corruptos, e, em segundo lugar, as pessoas irão sofrer o golpe duplo de serem excluídas de cargos e roubadas em seu dinheiro.[160]

(160) Aristóteles, *Política* 5.7.9.

8 -- Tratados

Ao firmar tratados, como em tudo o mais, o bom príncipe irá buscar somente o interesse público. De outra forma, se eles forem elaborados em benefício dos príncipes a expensas do povo, devem ser chamados de conspirações, não de tratados. Quem que aja desta forma divide um povo em dois, a nobreza e a plebe, e um deles lucra somente com a perda do outro; porém, onde isto ocorre, não há estado.[161]

Existe um contrato absolutamente obrigatório e sagrado entre todos os príncipes cristãos, simplesmente pelo fato de que eles são cristãos. Qual é, então, a utilidade de se negociar tratados diariamente, como se todos fossem inimigos de todos, como se os contratos humanos conseguissem obter o que Cristo não consegue?[162] Quando a negociação é feita por meio de uma grande quantidade de papéis, isto sugere que existe pouca confiança, e freqüentemente vemos que um grande número de litígios resulta das próprias coisas que deveriam prevenir tais litígios.

---

(161) Morus era tão cético quanto Erasmo no que se refere aos benefícios dos tratados para o estado. Diferentemente de Erasmo, ele tinha uma larga experiência pessoal na negociação de tais tratados.

(162) Erasmo certamente estava consciente de que esta visão simplista da boa fé e da confiança inevitáveis entre príncipes cristãos estava em contradição direta com as manobras políticas contemporâneas entre as grandes potências – que incluíam negociações secretas entre príncipes cristãos e otomanos muçulmanos.

Quando existe confiança mútua e as transações são feitas entre homens honestos, não há qualquer necessidade destes papeizinhos mesquinhos, mas quando as transações são feitas entre homens desonestos e indignos de confiança, os papeizinhos vêm, na verdade, proporcionar matéria-prima para os tribunais. Similarmente, a amizade irá existir entre os príncipes bons e maus mesmo se não houver nenhum tratado entre eles, mas a guerra surgirá entre os príncipes bons e maus em virtude dos próprios tratados destinados a evitar a guerra, quando um deles se queixar de que uma ou outra das inúmeras cláusulas não tenha sido observada. Supõe-se que os tratados sejam feitos para pôr fim à guerra, mas atualmente um acordo para começar uma guerra é chamado de tratado. As alianças deste tipo são simplesmente estratagemas de guerra, e à medida que os eventos se desenrolam, os tratados os acompanham.

A boa fé dos príncipes no cumprimento de seus acordos deve ser tal que uma simples promessa de sua parte será mais sagrada do que qualquer juramento de outros homens. Que vergonhoso é, então, deixar de cumprir as condições de um tratado solene, jurado por todas aquelas coisas que os cristãos consideram mais sagradas! Entretanto, todos os dias vemos isto se tornar costumeiro: não vou dizer de quem é a falha, mas certamente isto não ocorreria se não houvesse falha da parte de alguém.

Se, aparentemente, alguma cláusula de um tratado não foi observada, isto não deve ser imediatamente considerado como evidência de que o tratado como um todo é nulo, porque irá significar que foi encontrado um pretexto para romper relações de amizade. Ao contrário, grandes esforços devem ser envidados para reparar a falha com o menor dano possível; de fato, algumas vezes, a melhor atitude é a de tolerar algo deste tipo, visto que mesmo um entendimento entre cidadãos individuais não irá se sustentar por muito tempo se eles tomarem tudo, por assim dizer, de forma excessivamente literal.[163] Não sigas imediatamente o curso ditado pela ira, mas sim aquele sugerido pelo interesse público.

O príncipe bom e sábio irá tentar estar em paz com todas as nações, mas particularmente com seus vizinhos, que podem causar muito dano se forem hostis, e muito bem se forem amigáveis; nenhum estado consegue

(163) *Adágios* 11.iv.13, 'Ad vivum resecare'.

sobreviver por muito tempo sem boas relações com eles. Além disso, é fácil o estabelecimento e a manutenção de amizade entre aqueles que estão ligados por uma língua comum, pela proximidade de suas terras e por similaridades de temperamento e caráter.[164] Determinadas nações são tão diferentes umas das outras em todos os aspectos que seria aconselhável evitar qualquer contato com elas, em lugar de estabelecer ligação com elas mesmo que mediante o mais vinculante dos tratados. Outras são tão distantes que mesmo que estejam bem dispostas, não conseguem ajudar. Finalmente, há outras que são tão caprichosas, tão insolentes, e infringem os tratados de forma tão habitual que, mesmo se forem vizinhas, são inúteis como amigas. Com este tipo, o melhor plano não é nem o de hostilizá-las com a guerra aberta, nem o de estar ligado a elas mediante tratados muito vinculantes ou alianças matrimoniais, porque a guerra é sempre desastrosa, e a amizade de determinadas pessoas não é muito melhor que a guerra.

Um elemento do governo sábio será, portanto, um conhecimento do caráter e do temperamento de todas as raças, recolhido, em parte, em livros, e em parte, nos relatos dos homens sábios e bastante viajados; não imagines que, com Ulisses, tenhas que viajar por todas as terras e todos os mares. Para além disso, poderá não ser fácil estabelecer regras rígidas e inalteráveis. Alguém poderá dizer, como regra geral, que não é aconselhável estabelecer aliança muito estreita com aqueles, tais como os gentios, que são separados de nós por uma diferença de religião, e não devemos nem incentivar, nem rejeitar aqueles que estão separados de nós por obstáculos naturais, como barreiras de montanhas ou mares, ou aqueles que estão totalmente separados de nós por vastas distâncias. Há muitos exemplos disso, mas um será suficiente por todos, visto que está mais à mão: o reino da França é de longe e em todos os aspectos o mais próspero de todos, mas teria sido ainda mais próspero se houvesse evitado invadir a Itália.[165]

---

(164) No adágio, 'Spartam nactus es, hanc orna' (11.v.1), Erasmo cita o exemplo da impossibilidade de uma aliança duradoura entre os espanhóis e os alemães. Visto que o Príncipe Carlos se candidatou a herdar ambos os territórios, o exemplo é omitido aqui.

(165) No adágio 'Spartum nactus es, hanc orna' (11.v.1), Erasmo deplora os esforços dos reis franceses Carlos VIII e Luís XII de invadir a Itália, que estavam ocorrendo desde 1494.

9 -- *As alianças matrimoniais dos príncipes*

Em minha opinião, seria extremamente benéfico ao estado se as alianças matrimoniais dos príncipes ficassem confinadas às fronteiras de seu reino; se elas tiverem que se estender para além das fronteiras, eles deveriam se unir somente a vizinhos próximos e, ainda assim, somente àqueles mais adequados para um pacto de amizade.[166] Porém, dirá o povo, é impróprio que a filha de um rei seja unida a alguém que não seja um rei ou filho de rei. Entretanto, o melhoramento da família de uma pessoa sempre que possível é uma ambição para os cidadãos comuns, e o príncipe deve ser tão diferente deles quanto possível. O que importa se a filha de um príncipe se casa com um homem menos poderoso que ele, se for para maior bem de todos? O príncipe irá angariar maior honra ao desconsiderar o nível no casamento de sua irmã do que ao colocar o capricho de uma simples mulher à frente do interesse público.

Em certa medida, o casamento de príncipes é um assunto privado, mas devemos reconhecer que, às vezes, todo o curso dos acontecimentos pode vir a depender quase inteiramente deste único ponto, de forma

(166) Outra das opiniões de Erasmo que vai diretamente contra a prática contemporânea. As alianças matrimoniais eram a base do vasto Império Habsburgo, e envolviam casamentos entre famílias separadas por vastas distâncias, em que o casal não compartilhava a língua, os costumes ou a afeição.

que o que ocorreu há muito tempo com os gregos e troianos acerca de Helena freqüentemente ocorre conosco. Se se deseja fazer uma escolha digna de um príncipe, a mulher a ser escolhida deve se distinguir de suas companheiras por sua honestidade, modéstia e prudência, que virá a ser uma esposa obediente para o melhor dos príncipes e lhe dará filhos dignos tanto dos pais como de seu país. Qualquer que seja sua parentela, ela será suficientemente nobre se for uma boa esposa para um bom príncipe.

Há um consenso geral segundo o qual nada é tão benéfico para todos quanto o príncipe amar calorosamente o seu povo e ser igualmente por ele amado. Nesta área, uma pátria comum, características similares de corpo e de mente e uma espécie de aura nacional derivada de alguma afinidade secreta de temperamento são de enorme importância, mas a maior parte disso está fadada a desaparecer se for perturbada pelo tipo errado de matrimônio. É bem pouco provável que os filhos nascidos de tal casamento sejam aceitos de todo o coração pelo país, ou que sejam sinceramente devotados ao país.[167]

Entretanto, a opinião geral é a de que tais casamentos são como férreas correntes de concórdia entre os estados, embora a experiência tenha mostrado que as maiores perturbações nos negócios humanos surjam daí; por exemplo, alega-se que algum artigo do contrato de casamento foi negligenciado, ou a noiva é levada de volta em virtude de algum insulto que ela tenha supostamente recebido, ou o príncipe muda de idéia, renuncia a sua primeira escolha e toma uma outra jovem por mulher, ou a insatisfação surge de alguma outra forma. Porém, o que significa isto para o estado? Se as alianças matrimoniais entre príncipes pudessem garantir a paz no mundo, eu ficaria feliz em ver a todos eles

(167) Comentário estreitamento relacionado com a própria experiência de Erasmo nos Países-Baixos. Maximiliano adquiriu os Países-Baixos por seu casamento com Mary, filha única do último duque. O povo dos Países-Baixos permaneceu-lhe hostil, mas abraçou entusiasticamente seu filho, Filipe, o Belo (destinatário do *Panegírico* de Erasmo), como seu soberano nativo. Após sua morte prematura, em 1506, o povo dos Países-Baixos manifestou esperança semelhante para com seu filho, Carlos, e é a essa esperança que são dirigidos os comentários de Erasmo sobre os príncipes aceitáveis. O próprio Carlos havia sido prometido a Claude, da França, em 1501, a seguir a Mary Tudor, em 1507, e finalmente casou-se com Isabel, de Portugal.

unidos por centenas de alianças matrimoniais. Entretanto, será que o casamento impediu James, rei dos escoceses, de invadir a Inglaterra há alguns anos?[168] Às vezes também ocorre que, após muitos anos de perturbações causadas pela guerra, após inúmeras calamidades, a disputa é finalmente conciliada mediante um casamento arranjado, mas somente quando ambas as partes já estão exaustas de seus infortúnios.

Os príncipes devem dispor-se a estabelecer uma paz perpétua entre si e a fazer planos comuns para tal.[169] Mesmo que um casamento acarrete a paz, ela certamente não pode ser perpétua. Quando uma das partes morre, a corrente de concórdia é quebrada. Porém, se a paz fosse baseada em verdadeiros princípios, ela seria estável e duradoura. Alguém irá objetar que a geração de filhos irá perpetuar uma aliança. Todavia, por que, então, as guerras ocorrem com mais freqüência entre aqueles que são parentes próximos? Não é o nascimento de filhos, particularmente, que causa mudanças de governante, quando o direito de governar é transferido de um lugar para outro, ou quando algum território é tomado de um estado e dado a outro; as maiores perturbações geralmente derivam desse tipo de coisa.

Logo, esses dispositivos não têm êxito na prevenção de guerras, tendo êxito somente em tornar as guerras mais freqüentes e mais assustadoras. Pois se os reinos forem ligados entre si por meio de casamentos, sempre que um príncipe houver sido ofendido, ele irá convocar os demais, invocando as leis do parentesco, de forma que por alguma ofensa trivial, a melhor parte da cristandade será imediatamente levada às armas, e o ressentimento de um homem será aplacado por um imenso derramamento de sangue cristão. Abster-me-ei, com boas razões, de apresentar exemplos, para evitar ofender alguém.[170]

---

(168) Em 1503, James IV da Escócia (1488-1513) casou-se com Margaret Tudor, filha do Rei Henrique VII da Inglaterra. Nas hostilidades anglo-francesas declaradas em 1513, no entanto, ele ficou do lado dos franceses contra seu cunhado Henrique VIII, combatendo as forças inglesas na Batalha de Flodden.

(169) Erasmo era um dos que defendiam esforços diplomáticos europeus com vistas a uma 'paz perpétua', para que a Europa cristã pudesse consolidar suas forças contra os blocos de potências não-cristãs (particularmente as otomanas) do leste.

(170) O avô de Carlos, Maximiliano, era famoso por estes tipos de jogos de poder dinástico.

Resumindo, as fortunas dos príncipes podem ser melhoradas mediante alianças deste tipo, mas as fortunas do povo sofrem e são diminuídas. O bom príncipe, no entanto, deve considerar que seus próprios negócios só estão prosperando se isto for coerente com os interesses do estado. Não irei discutir o fato de que isto não é maneira de alguém tratar suas filhas – enviá-las para longe, às vezes para regiões remotas, a homens completamente diferentes em língua, aparência, caráter e mentalidade, como se elas estivessem sendo enviadas para o exílio – quando elas ficariam muito mais felizes em viver em sua própria terra, mesmo que com menos pompa.

Entretanto, posso ver que este costume está demasiadamente estabelecido para que eu possa esperar que seja extirpado; porém, achei que seria correto manifestar minha opinião, só para o caso de as coisas se mostrarem ao contrário das minhas expectativas.[171]

(171) Uma declaração surpreendentemente franca de Erasmo acerca do desagrado que ele e outros moralistas devotavam ao tráfico de mulheres pertencentes a dinastias, que era utilizado no início do século XVI (particularmente pelos Habsburgos) para fortalecer suas reivindicações de títulos territoriais.

10 -- O trabalho dos príncipes em tempo de paz

Portanto, para o príncipe que é educado na doutrina de Cristo e nos preceitos da sabedoria, nada será considerado mais precioso que a felicidade de seu povo: de fato, para ele, nenhuma outra coisa será considerada preciosa, e ele deve amá-los e estimá-los como constituindo um só corpo com ele mesmo. Ele irá devotar todos os seus pensamentos, todas as suas ações, todas as suas energias para um único propósito, o de governar a província a ele confiada de forma tal que, no dia de seu ajuste de contas, ele satisfaça a Cristo e deixe uma memória honrada de si mesmo entre os mortais.

Mesmo se ele estiver em casa ou em um refúgio, o príncipe deve imitar o honrado Cipião, que costumava dizer que nunca estava tão acompanhado quanto ao estar sozinho, e nunca tão ocupado quanto ao ter tempo livre; pois sempre que estava livre dos negócios do estado, dedicava-se a refletir sobre a segurança ou a dignidade do estado.[172] O príncipe deve imitar Enéias, de Virgílio, que o excelente poeta freqüentemente retratava revolvendo em sua mente, durante a noite, enquanto os demais dormiam, alguma forma de ajudar seu povo.[173] Além disso, existe este pensamento de Homero, que deveria ser inscrito em todas as paredes do palácio, mas principalmente no coração do príncipe; o sen-

(172) Cícero, *De officiis* 3.1, e Plutarco, *Moralia* 196 B. Ver ainda Erasmo, *Apophthegms.*
(173) Virgílio, *Eneida* 1.305.

tido dos versos, mais ou menos, é o seguinte: 'O homem a quem foram confiados uma nação e seus graves negócios não deve esperar usufruir de uma noite inteira de sono.'[174] Ora, se ele estiver em público, deve sempre contribuir com alguma coisa para a prosperidade comum; em outras palavras, ele jamais deve deixar de ser o príncipe.

É melhor para o príncipe dedicar-se a deveres públicos do que passar sua vida escondido da vista das pessoas. Porém, sempre que sair, deve ter o cuidado de que sua face, sua maneira de se portar e, acima de tudo, seu discurso sejam de forma tal que estabeleçam um exemplo para seu povo, tendo em mente que tudo o que ele disser ou fizer será visto por todos e conhecido por todos. Os homens sábios criticaram o costume dos reis persas que passavam suas vidas escondidos em seus palácios. Eles cortejavam a estima de seus súditos simplesmente nunca aparecendo em público e muito raramente permitindo às pessoas o acesso a eles. Costumavam desperdiçar o restante de seu tempo com jogos ou loucas aventuras militares, como se o príncipe nobre não tivesse nada a fazer em tempo de paz, quando, na verdade, há todo um conjunto de boas obras a sua disposição, se ele simplesmente pensar como um príncipe.

Algumas pessoas atualmente acreditam que não é muito régio envolver-se em deveres públicos, quando, na verdade, esta é a única ocupação digna de um rei. Da mesma forma, alguns bispos consideram que a instrução do povo, a única ocupação digna de um bispo, é o último de seus deveres e, por alguma estranha razão, delegam a outrem os deveres especiais de um bispo como se fossem indignos dele e reclamam para si todos os assuntos mais mundanos. Entretanto, Mitrídates, um rei enobrecido tanto por seu saber como por seu império, não se envergonhava de dispensar a justiça ao seu povo a partir de seus próprios lábios, sem qualquer intérprete; lemos que ele aprendeu perfeitamente vinte e duas línguas para tal fim.[175] Além disso, Filipe da Macedônia acreditava que não constituía nenhuma desonra para um rei sentar-se e ouvir as causas todos os dias, e conta-se que seu filho Alexandre, o Grande, embora

(174) Homero, *Ilíada* 2.24-5.

(175) Mais uma vez, Erasmo cita, com evidente aprovação, a competência do príncipe nas línguas vernáculas de seus territórios.

ambicioso até à loucura, em outros aspectos, tinha o costume de cobrir uma orelha com sua mão enquanto ouvia as causas, dizendo que a estava mantendo livre para a outra parte.[176]

O fato de que alguns príncipes não tomam parte nesses deveres pode ser explicado por sua educação perversa. Como diz o antigo provérbio, todo homem gosta de praticar a habilidade que aprendeu, mas evita aquelas para as quais sabe que não tem aptidão.[177] Se um homem passou os primeiros anos de sua vida entre bajuladores e mulheres, jogando, dançando e caçando, corrompido primeiramente por idéias perversas e, a seguir, pela devassidão, como se pode esperar que mais tarde ele venha a apreciar o cumprimento de deveres cujo desempenho exige uma consideração extremamente cuidadosa?

Homero diz que um príncipe não tem tempo para dormir a noite toda;[178] porém, este tipo tem somente um objetivo, o de enganar o tédio de sua vida ao buscar constantemente novos prazeres, como se o príncipe não tivesse absolutamente mais nada para fazer. Como pode um príncipe, com seus vastos domínios, não encontrar nada para fazer, quando um chefe de família se mantém suficientemente ocupado com apenas uma casa?[179]

Há costumes ruins a serem compensados por boas leis, leis corrompidas a serem emendadas e leis ruins a serem revogadas, magistrados honestos a serem procurados e magistrados corruptos a serem punidos ou controlados. O príncipe precisa encontrar formas de aliviar o peso das classes mais fracas, livrar seus domínios do roubo e do crime com o mínimo possível de derramamento de sangue, e estabelecer e assegurar uma concórdia duradoura no meio de seu povo. Há outras tarefas, menos urgentes, mas não indignas de um príncipe, não importa quão grande ele seja: ele pode inspecionar suas cidades, desde que seu objetivo seja o de verificar de que forma elas podem ser melhoradas; pode fortificar aquelas que sejam vulneráveis, melhorá-las com edifícios

(176) Plutarco, *Vida de Alexandre* 42.2.
(177) *Adágios* 11.ii.82.
(178) Homero, *Ilíada* 2.24-5.
(179) Este é um bom exemplo de como a extensão da analogia de Erasmo, do príncipe como pai de seu povo, permite-lhe fazer com que pareça simples e evidente que o príncipe deva se comportar de acordo com os valores morais quotidianos.

públicos, tais como pontes, colunatas, igrejas, aterros e aquedutos, e sanear locais afetados por pestes, seja mediante a reconstrução, seja mediante a drenagem de pântanos. Ele pode desviar rios cujo curso seja inconveniente e deixar o mar avançar ou empurrá-lo para longe de acordo com as necessidades da cidade.[180] Pode assegurar que os campos abandonados sejam cultivados para aumentar a oferta de alimentos, e pode determinar que os que estejam produzindo colheitas inúteis sejam usados de forma diferente, por exemplo, proibindo os vinhedos cujo vinho não vale a pena e onde se pode plantar milho. Há milhares de tarefas similares, cuja supervisão é um trabalho admirável para o príncipe, e até mesmo agradável para o bom príncipe, de modo que ele nunca sentirá a necessidade, gerada pela inatividade, de buscar a guerra ou desperdiçar a noite na jogatina.

Em seus atos públicos, por exemplo, na construção de edifícios públicos ou nos jogos, ou na recepção de embaixadas, se afetarem o bem-estar público, o príncipe deve apresentar um certo esplendor, mas sem ostentação ou extravagância. Em sua vida privada, ele será mais frugal e controlado, em parte para evitar parecer que vive a expensas do povo, e em parte para evitar ensinar aos seus súditos a extravagância, mãe de muitos males.

Houve um erro, pelo que vejo, em que caíram muitos dos antigos – e desejo que não haja nenhum dos nossos contemporâneos fazendo o mesmo – qual seja, que eles dirigiram todos os seus esforços não para melhorar o reino, mas para aumentá-lo; podemos ver que freqüentemente ocorria que, ao se esforçarem para ampliar seu poder, eles perdiam até mesmo o que já possuíam. Não é sem razão que as palavras de Teopompo vêm sendo muito elogiadas; ele disse que não estava interessado no tamanho do reino que deixava para seus filhos, mas somente no quanto seu reino estava melhor e mais seguro.[181] Parece-me que aquele provérbio lacônico, 'Tu tomaste Esparta, agora melhora-a', poderia ser inscrito nas armas de todo príncipe.[182]

---

(180) Leonardo da Vinci foi contratado por Lodovico Sforza como engenheiro em um projeto de desvio de um rio.

(181) Plutarco, *Moralia* 779 E; e ver Erasmo, *Apophthegms.*

(182) Ver o longo estudo de 'Spartam nactus es, hanc orna', que Erasmo adicionou às edições de 1515 de seus *Adágios* (11.v.1).

O bom príncipe estará plenamente convencido de que ele não pode ter tarefa mais digna do que a de aumentar a prosperidade do reino que o destino lhe entregou, e de melhorá-lo de todas as formas. A conduta do General Epaminondas é elogiada pelos homens de saber; quando ele foi nomeado, em virtude da inveja, para um cargo inferior, objeto de desprezo público, desempenhou suas atribuições tão bem que tal cargo passou a ser visto como um dos ofícios mais honrados e os maiores homens o disputavam; assim, ele mostrou que não é o cargo que traz honra ao homem, mas sim o homem ao cargo.

Segue-se que se, como estamos tentando demonstrar, o príncipe concede uma atenção especial às coisas que fortalecem e enobrecem o estado, ele irá, dessa forma, expulsar e manter distantes as coisas que enfraquecem o estado. Tudo isso será grandemente auxiliado pelo exemplo, pela sabedoria e vigilância do bom príncipe, integridade dos magistrados e das autoridades, devoção dos padres, escolha dos mestre-escolas, leis justas e dedicação à busca da virtude. Portanto, o bom príncipe deve devotar toda a sua atenção a aumentar e defender estas coisas. Porém, o estado é prejudicado por seus opostos, que podem ser eliminados com mais facilidade se tentarmos primeiramente eliminar as raízes e fontes de onde sabemos que elas procedem. A filosofia do príncipe cristão inclui um tratamento cauteloso e inteligente de coisas desse gênero. É inteiramente adequado para os príncipes cristãos conspirar, no bom sentido, e fazer planos em comum, contra coisas como essas.

Se os corpos celestes forem perturbados mesmo que seja por um curto momento, ou desviados de suas verdadeiras órbitas, isto acarreta graves perigos para o mundo, como se depreende dos eclipses do Sol e da Lua. Da mesma forma, se os grandes príncipes se desviarem do caminho da honra, ou pecarem mediante a ambição, ira ou estultícia, imediatamente causam enormes problemas em todo o mundo. Nenhum eclipse jamais atormentou a humanidade de forma tão grave quanto o conflito entre o Papa Júlio e o Rei Luís da França, que vimos de testemunhar e lamentar recentemente.[183]

---

(183) Erasmo refere-se aqui às hostilidades entre o belicoso Papa Júlio II e o Rei Luís XII da França.

11 -- Começar a guerra

Embora o príncipe nunca tome qualquer decisão apressadamente, nunca é mais hesitante ou mais circunspecto do que quando se trata de iniciar uma guerra; outras iniciativas têm suas diversas desvantagens, mas a guerra sempre provoca a destruição de tudo o que é bom, e a maré da guerra se enche de tudo o que há de pior; além disso, não há mal que persista de forma tão obstinada. A guerra engendra a guerra; de uma guerra pequena nasce uma maior, de uma, nascem duas; uma guerra que começa como um jogo torna-se sangrenta e alarmante; a praga da guerra, irrompendo em um lugar, contamina também os vizinhos e, de fato, até mesmo quem está distante do cenário.[184]

O bom príncipe jamais irá começar uma guerra a menos que, depois que todas as demais possibilidades houverem sido tentadas, ela não possa ser de forma alguma evitada. Se todos nós estivéssemos de acordo a este respeito, dificilmente haveria uma guerra entre os homens. Ao final, se uma coisa tão perniciosa não puder ser evitada, a primeira preocupação do príncipe deve ser a de lutar com o mínimo possível de

(184) Erasmo trata esse tópico com maior profundidade no adágio de 1515, 'Dulce bellum inexpertis' (*Adágios* IV.i.1). Há paralelos estreitos entre os dois estudos. Novamente, suas opiniões coincidem com aquelas expressas por Morus na *Utopia* II.

danos aos seus súditos, com o menor derramamento de sangue possível, e encerrá-la o mais rapidamente possível.

O verdadeiro príncipe cristão irá primeiramente ponderar quanta diferença existe entre o homem, criatura nascida para a paz e para a boa vontade, e os animais e bestas selvagens, nascidos para a pilhagem e a guerra, e, além disso, quanta diferença existe entre um homem e um cristão. Ele deve, então, considerar, quão desejável, quão honrosa, quão salutar é a paz; por outro lado, quão calamitosa e quão malévola é a guerra, e como até mesmo a guerra mais justa acarreta uma seqüência de males – se realmente alguma guerra pode ser chamada de justa. Finalmente, colocando de lado toda a emoção, ele deve aplicar a razão ao problema, estimando o custo real da guerra e decidindo se o objetivo que procura alcançar com a mesma vale tamanho esforço, mesmo que ele esteja certo da vitória, que nem sempre favorece nem mesmo a melhor das causas. Deves pesar as ansiedades, os custos, os perigos, as longas e difíceis preparações. Deves convocar uma turba bárbara, composta dos piores patifes, e, se quiseres ser considerado mais homem que o príncipe rival, tens que bajular esses mercenários e com eles condescender, mesmo depois de ter-lhes pago, embora não exista uma classe de homens mais abjeta e realmente mais execrável. Nada é mais precioso para o bom príncipe do que o seu povo ser tão virtuoso quanto possível. Porém, poderia existir uma ameaça maior e mais imediata à moralidade do que a guerra? Acima de tudo, o príncipe deve orar fervorosamente para ver seus súditos seguros e prósperos sob todas as formas. Entretanto, enquanto ele está aprendendo a fazer a guerra, é compelido a expor jovens rapazes a todos os tipos de perigos, a produzir incontáveis órfãos e viúvas e a deixar sem filhos tantas pessoas idosas, e a reduzir inúmeras outras pessoas à mendicância e à miséria, freqüentemente em uma única hora.

O mundo terá pago um preço excessivamente elevado para tornar sábios os príncipes, se eles insistirem em aprender, por meio da experiência, como é horrível a guerra, para que, quando forem velhos, possam dizer: 'Nunca pensei que a guerra pudesse ser tão perniciosa.' Porém, Deus imortal! que sofrimento incalculável já custou ao mundo inteiro ensinar-te este truísmo! Um dia o príncipe irá compreender que não havia sentido em ampliar as fronteiras de seu reino, e que o que parecia um empreendimento lucrativo resultou em uma perda terrível

para ele; porém, antes disso, muitos milhares de homens terão sido assassinados ou mutilados. Estas coisas teriam sido melhor aprendidas nos livros, a partir das reminiscências de homens idosos, ou das tribulações de vizinhos. Há muitos anos este ou aquele príncipe tem estado lutando por este ou aquele reino: como suas perdas são maiores que seus ganhos!

O bom príncipe irá tratar destas questões de modo que elas fiquem solucionadas de uma vez por todas. Uma política adotada por impulso irá parecer satisfatória enquanto estiveres dominado por tal impulso; uma política adotada com a devida reflexão, e que te satisfaça como homem jovem, irá satisfazer-te também como idoso. Isto jamais é tão relevante quando ao se iniciar uma guerra.

Platão chama isto de sedição, não de guerra, quando um grego luta contra um grego, e adverte que, se isto vier a acontecer, a guerra deve ser conduzida com a máxima reserva.[185] Que palavra acreditamos, então, que deva ser usada quando um cristão desembainha a espada contra outro cristão, visto que eles estão ligados um ao outro por tantos laços? Que devemos dizer quando as guerras mais cruéis, prolongadas ano após ano, são iniciadas por algum pretexto escasso, alguma disputa privada, uma ambição insensata ou imatura?

Alguns príncipes enganam a si próprios da seguinte maneira: 'Algumas guerras são inteiramente justas, e tenho uma causa justa para começar uma.' Em primeiro lugar, abster-me-ei de julgar se alguma guerra é inteiramente justa; porém, onde existe alguém que não considere justa sua causa? No meio de tantas mudanças e transformações nos assuntos humanos, em meio à formulação e à quebra de tantos acordos e tratados, como poderia alguém não encontrar um pretexto, quando qualquer tipo de pretexto é suficiente para começar uma guerra?

Pode-se argumentar que as leis papais não condenam a guerra. Santo Agostinho também aprova-a em alguma parte.[186] Novamente, São Bernardo enaltece alguns soldados. Absolutamente verdadeiro, mas o próprio Cristo, e Pedro, e Paulo, sempre ensinam o contrário. Por que a autoridade deles tem menos peso que aquela de Santo Agostinho ou São Bernardo? Santo Agostinho não desaprova a guerra em uma ou

(185) Platão, *República* 5.470 C-D.
(186) Santo Agostinho, *Cidade de Deus* 4.15 e 19.7.

outra passagem, mas toda a filosofia de Cristo faz objeções à guerra. Os Apóstolos não a aprovam em nenhuma parte e, quanto àqueles santos doutores que supostamente aprovam a guerra em uma ou outra passagem, quantas passagens existem em que eles a condenam e amaldiçoam? Por que ignoramos tudo isso e nos agarramos àqueles trechinhos que apóiam nossa malevolência? De fato, qualquer pessoa que examine a matéria com mais atenção irá descobrir que nenhum deles aprova o tipo de guerra que é geralmente empreendida nos dias de hoje.

Determinadas artes, tais como a astrologia e o que chamamos de alquimia, foram proibidas por lei porque eram muito próximas da fraude e eram geralmente administradas mediante artifícios, mesmo se fosse possível que um homem as praticasse honestamente. Isto seria muito mais justificável no caso de guerras, mesmo que algumas delas fossem justas – embora com o mundo no estado atual, não tenho certeza de que se possa encontrar alguma guerra desse tipo, isto é, uma guerra não causada por ambição, ira, arrogância, luxúria ou ganância. Ocorre freqüentemente que os líderes dos homens, mais extravagantes do que lhes permitem seus recursos privados, irão aproveitar a oportunidade de provocar uma guerra com o objetivo de dar um impulso às suas próprias finanças, mesmo que seja mediante a pilhagem de seu próprio povo. Isto é às vezes efetuado por príncipes em conluio uns com os outros, por algum pretexto fraudulento, com o fim de enfraquecer o povo e fortalecer sua própria posição a expensas do estado. Por essas razões, o bom príncipe cristão deve suspeitar de todas as guerras, mesmo que justas.

Algumas pessoas irão evidentemente protestar que não podem abandonar seus direitos. Em primeiro lugar, esses 'direitos', se adquiridos mediante o casamento, são, em grande medida, assunto particular do príncipe; como seria injusto, ao defender tais direitos, inflingir enormes danos ao povo, e saquear todo o reino, levando-o à iminência da calamidade, enquanto procura obter uma pequena adição a suas próprias posses. Por que deveria toda a população ser afetada quando um príncipe ofende a outro em alguma questão insignificante, e, de fato, pessoal, referente a um casamento ou algo similar?

O bom príncipe utiliza o interesse público como medida de comparação em todas as áreas, pois, de outra forma, ele não é príncipe. Tem

os mesmos direitos sobre os homens que sobre o gado. O governo depende, em grande medida, do consentimento do povo, que, antes de mais nada, foi o que criou os reis. Se surge alguma disputa entre os príncipes, por que eles não procuram a arbitragem? Há uma abundância de bispos, abades, estudiosos, dezenas de magistrados probos cujo veredicto iria solucionar a questão de forma mais satisfatória que toda esta carnificina, pilhagem e calamidade universal.[187]

Em primeiro lugar, o príncipe cristão deve suspeitar de seus 'direitos', e, em seguida, se eles estiverem indubitavelmente estabelecidos, deve perguntar a si mesmo se eles devem ser vindicados com grande prejuízo para o mundo inteiro. Os homens sábios preferem, às vezes, perder uma causa a lutar por ela, porque vêem que, ao fazê-lo, o custo será menor. Acredito que o imperador iria preferir desistir, em lugar de lutar pelos direitos à antiga monarquia que lhe foram conferidos pelos juristas em seus escritos.

Entretanto, dirão as pessoas, se ninguém defender seus direitos, será que alguma coisa estará segura? O príncipe deve defender seus direitos por todos os meios, se for para o bem do estado, desde que seus direitos não custem demasiado caro aos seus súditos. Afinal, alguma coisa é segura atualmente, quando todas as pessoas defendem seus direitos nos mínimos detalhes? Assistimos a guerras causando guerras, guerras seguindo-se a guerras, e não vemos limite ou fim para tais perturbações. É perfeitamente claro que nada se alcança com esses métodos, portanto, outros remédios devem ser experimentados. Mesmo entre os melhores amigos, o relacionamento não irá durar muito sem um certo intercâmbio. O marido freqüentemente dá pouca importância a alguma falha de sua mulher para evitar a perturbação da harmonia. O que pode a guerra produzir, senão a guerra? Porém, a consideração engendra a consideração, e a justiça, a justiça.

O príncipe religioso e compassivo será também influenciado pela visão de que a maior parte de todos os grandes males acarretados por

(187) Como conseqüência direta da opinião de Erasmo de que o príncipe governa por consentimento, segue-se que a arbitragem é a solução mais apropriada para os litígios acerca dos 'direitos' dos príncipes do que as hostilidades militares.

toda guerra recai sobre pessoas que não têm qualquer vínculo com a guerra, que menos merecem sofrer com tais calamidades.

Quando o príncipe houver feito seus cálculos e chegado ao total de todas essas desditas (se elas realmente puderem algum dia ser estimadas), então ele deve dizer a si mesmo: 'Será que eu, somente, sou a causa de tamanho infortúnio? Será que tanto sangue humano, tantas viúvas, tantos lares aflitos, tantos idosos destituídos de seus filhos, tantas pessoas imerecidamente levadas à pobreza, a ruína total da moralidade, da lei e da religião: será que a culpa de tudo isto me será atribuída? Devo expiar tudo isto diante de Cristo?'

O príncipe não pode se vingar de seu inimigo sem primeiramente iniciar hostilidades contra seus próprios súditos. O povo terá que ser saqueado, o soldado (não sem razão chamado de 'ímpio', por Virgílio) terá que ser convocado. Os cidadãos terão que ser expulsos de lugares onde estão habituados a desfrutar de seus bens; os cidadãos terão de ser aprisionados para que o inimigo possa ser aprisionado. Com demasiada freqüência, ocorre que cometemos atrocidades piores contra nossos próprios cidadãos que contra o inimigo.

É mais difícil, e muito mais admirável, construir uma bela cidade que demolir uma cidade. Observamos, entretanto, que as cidades mais prósperas são construídas pelos cidadãos individuais, homens simples, mas são demolidas pela fúria dos príncipes. Com excessiva freqüência, temos mais trabalho e despesas para demolir uma cidade do que seria necessário para construir uma nova cidade, e fazemos guerras com tamanha extravagância, a tais custos, e com tal entusiasmo e diligência, que a paz poderia ter sido preservada com um décimo de tudo isso.

O bom príncipe deve sempre buscar o tipo de glória que não envolve derramamento de sangue nem danos a ninguém. Mesmo que uma guerra termine muito bem, só pode haver sucesso para um dos lados, e para o outro fica a ruína. Freqüentemente, o vitorioso também lamenta uma vitória obtida a preço tão elevado.

Se não é a religião que nos orienta, nem os infortúnios do mundo, pelo menos a honra do nome cristão deveria nos orientar. O que imaginamos que os turcos e sarracenos dizem sobre nós, quando vêem que há centenas de anos os príncipes cristãos têm sido totalmente incapazes de

concordar entre si? Que a paz nunca dura, apesar de todos os tratados? Que não há limites para o derramamento de sangue? E que há menos sublevações entre os pagãos do que entre aqueles que pregam a perfeita concórdia segundo a doutrina de Cristo?

Como é transitória, breve e frágil a vida do homem, e como está sujeita aos infortúnios, assaltada que é por uma multidão de enfermidades e acidentes, edifícios que desmoronam, naufrágios, terremotos, relâmpagos! Não precisamos adicionar a guerra a nossas calamidades, e ainda assim ela causa mais infortúnios que todas as outras.

Costumava ser tarefa dos pregadores a de eliminar todos os sentimentos hostis dos corações das pessoas comuns. Hoje, o inglês geralmente odeia o francês, pela única razão de que ele é francês. O escocês, simplesmente por ser escocês, odeia o inglês, o italiano odeia o alemão, o suábio odeia o suíço, etc; uma província odeia outra província, uma cidade odeia outra cidade. Por que esses rótulos ridículos conseguem nos separar de forma mais eficiente do que o nome de Cristo, comum a todos nós, consegue nos reconciliar?

Mesmo que concordemos que algumas guerras sejam justas, ainda assim, visto que observamos que toda a humanidade é atormentada por tal loucura, o papel dos sacerdotes sábios deveria ser o de orientar a mente do povo e dos príncipes para outras coisas. Hoje, freqüentemente os vemos como os próprios ativistas das guerras. Os bispos não se envergonham de freqüentar os acampamentos militares; a cruz está lá, o corpo de Cristo está lá, os sacramentos divinos se misturam a essa atividade mais que diabólica, e os símbolos da perfeita caridade são introduzidos nesses conflitos sangrentos. O que é ainda mais absurdo é que Cristo está presente nos dois lados, como se estivesse guerreando contra si mesmo. Não basta que a guerra seja permitida entre os cristãos; a ela deve também ser conferida a suprema honra.

Se nos ensinamentos de Cristo não se encontram sempre nem em todas as partes ataques à guerra, se meus oponentes puderem encontrar uma passagem aprovando a guerra, então vamos lutar como cristãos. Aos hebreus era permitido fazer a guerra, mas com a permissão de Deus. Por outro lado, nosso oráculo, que ecoa repetidamente nas páginas do Evangelho, faz objeções à guerra – e, entretanto, fazemos a guerra com um entusiasmo muito mais selvagem que os hebreus. Davi

era amado por Deus por suas outras virtudes, e, ainda assim, foi proibido de construir seu templo pela simples razão de que era um homem de sangue, isto é, um guerreiro – Deus escolheu o pacífico Salomão para essa tarefa. Se tais coisas ocorriam entre os judeus, o que será de nós, os cristãos? Eles tinham somente a sombra de Salomão, nós temos o verdadeiro Salomão, Cristo, o amante da paz, que harmoniza todas as coisas nos Céus e na Terra.

Entretanto, não creio, tampouco, que a guerra contra os turcos deva ser apressadamente empreendida, lembrando, em primeiro lugar, que o reino de Cristo foi criado, disseminado e assegurado por meios muito diferentes. Talvez ele não devesse ser defendido por outros meios que não aqueles que o criaram e disseminaram. Além disso, podemos ver que as guerras deste tipo são freqüentemente transformadas em desculpa para espoliar o povo cristão – e, então, nada mais foi feito. Se foram feitas pela fé, isto foi incrementado e acentuado pelo sofrimento dos mártires, não pela força militar; se a batalha se deu pelo poder, riquezas e posses, devemos constantemente considerar se tal curso não está demasiado desprovido de cristianismo. De fato, a julgar pelo povo que faz este tipo de guerra atualmente, é mais provável que nos tornemos turcos, e não que nossos esforços nos transformem em cristãos. Vamos primeiramente nos certificar de sermos verdadeiros cristãos e, em seguida, se parecer conveniente, vamos atacar os turcos.

Contudo, já escrevi muito, em outros lugares, sobre os males da guerra, e aqui não é o lugar para repeti-los. Eu simplesmente exortaria os príncipes que usam o nome de cristãos a deixar de lado todas as reivindicações fraudulentas e pretextos espúrios e a se aplicarem, com seriedade e de todo o coração, a pôr um fim a esta tradicional e terrível mania de guerra entre os cristãos, e a estabelecer a paz e a harmonia entre aqueles que estão unidos por tantos interesses comuns. Para tal, eles devem exercitar seus talentos, utilizar seus recursos, elaborar planos comuns e empregar todas as forças. É desta forma que aqueles cuja ambição é a de serem considerados grandes irão provar sua grandeza. Qualquer pessoa que consiga tal coisa terá realizado um feito muito mais deslumbrante do que se houvesse subjugado toda a África pela força das armas. Isto tampouco se provará demasiado difícil de alcançar, se cada um de nós cessar de insistir em sua própria causa, se colocarmos de lado

nossos sentimentos pessoais e trabalharmos em prol de uma causa comum, se nosso guia for Cristo, não o mundo. Atualmente, enquanto cada homem busca somente seu próprio interesse, enquanto os papas e bispos estão preocupados com o poder e a riqueza, enquanto os príncipes se tornam negligentes devido à ambição ou a ira, e enquanto todas as demais pessoas consideram vantajoso submeter-se a eles, estamos todos nos dirigindo precipitadamente para a tempestade, tendo como guia a loucura. Porém, se agíssemos com um propósito comum em nossos assuntos comuns, até mesmo nossos negócios privados iriam prosperar. Neste momento, mesmo as coisas pelas quais estamos lutando estão destruídas.

Não tenho qualquer dúvida, ó Príncipe ilustríssimo, de que estás de inteiro acordo comigo, por teu nascimento e por tua formação nas mãos dos homens mais retos e de melhor estirpe. Quanto ao demais, rogo a Cristo, perfeito e supremo, que continue a favorecer teus nobres empreendimentos. Ele deixou um reino sem mancha de sangue, e gostaria que permanecesse imaculado. Ele se regozija em ser chamado de Príncipe da Paz; que ele venha a fazer o mesmo por ti, que tua benignidade e sabedoria possam finalmente nos libertar destas guerras insanas. Até mesmo a memória das agitações do passado irá nos recomendar a paz, e os infortúnios dos dias passados irão tornar duplamente bem-vindos teus bons feitos.

CERVANTES

Conselhos de D. Quixote a Sancho Pança

Cervantes, de Juan Jáuregui y Aguilar. Real Academia de Belas Artes de San Fernando, Madrid
The Bettmann Archive

CERVANTES

Conselhos de D. Quixote a Sancho Pança

Cervantes

Miguel Cervantes Saavedra nasceu em Alcalá de Henares, em 9 de outubro de 1547 e morreu em Madri, em 23 de abril de 1616.

Serviu, a partir de 1569, como soldado na Itália, participando da batalha naval de Lepanto, contra os turcos, sendo ferido gravemente. Foi, em 1575, ao participar de expedição contra Túnis, feito prisioneiro por um corsário árabe, sofrendo cinco anos de cativeiro.

Nomeado, na Espanha, coletor de impostos, publicou, em 1605, o romance El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de La Mancha, *que lhe deu renome mundial.*

No livro, o companheiro de D. Quixote, Sancho Pança, é nomeado, por zombaria, governador da ilha de Concusión e, segundo os comentadores, "desempenha as suas funções com um senso de realismo prático que termina por conquistar a admiração dos próprios zombadores".

. . . . . .

SUMÁRIO

Capítulo XLII
Dos conselhos que deu Dom Quixote a
Sancho Pança, antes de ele ir governar a ilha,
com outras coisas bem consideradas
pág. 431

Capítulo XLIII
Dos segundos conselhos que deu Dom Quixote a Sancho Pança
pág. 436

Capítulo XLII

Dos conselhos que deu Dom Quixote a
Sancho Pança, antes de ele ir governar a ilha,
com outras coisas bem consideradas

Com o feliz e gracioso sucesso da aventura da Dolorida, ficaram tão satisfeitos os duques, que determinaram continuar as burlas; e assim, tendo dado a traça e as ordens que os seus criados haviam de observar com Sancho no governo da ilha prometida, no dia imediato ao do vôo de Clavilenho, disse o duque que já os seus insulanos o estavam esperando como às águas de maio. Sancho humilhou-se-lhe e disse:

Desde que desci do céu, e desde que vi a Terra lá dessas alturas, e me pareceu tão pequena, esfriou em parte o desejo grande que eu tinha de ser governador; porque, digam-me: que grandeza é mandar num grão de mostarda, ou que dignidade ou que império é governar em meia dúzia de homens do tamanho de avelãs, que me pareceu que em toda ela não havia mais? Se Vossa Senhoria fosse servido de me dar uma pequena parte do céu, ainda que não o fosse de mais de meia légua, tomá-la-ia de melhor vontade que a maior ilha do mundo.

– Amigo Sancho respondeu o duque –, eu não posso dar a ninguém uma parte do céu, nem ainda que seja do tamanho de uma unha,

que só para Deus está reservado o conceder essas graças e mercês; dou-vos o que vos posso dar, que é uma ilha bem feita e bem direita, redonda e bem proporcionada, e muito fértil e abundante, onde, se souberdes ter manha, podeis com as riquezas da terra granjear as do céu.

– Ora bem – respondeu Sancho –, venha de lá essa ilha, que eu procurarei ser um governador de tal ordem , que vá direitinho para o céu, apesar de todos os velhacos deste mundo; e isto não é cobiça que eu tenha, mas porque desejo provar o que será isto de governador.

– Em provando uma vez, Sancho – disse o duque –, não haveis de querer outra coisa, porque é realmente agradável mandar e ser obedecido. Com certeza, quando vosso amo chegar a ser imperador, o que não tardará sem dúvida, pelo modo como vejo que as suas coisas se encaminham, não lhe arrancarão facilmente o império, e há de sempre lamentar o tempo em que o não teve.

– Senhor – redargüiu Sancho –, imagino que é bom mandar, ainda que seja um rebanho de gado.

– Convosco me enterrem, Sancho – respondeu o duque –; vejo que de tudo sabeis, e espero que sejais um governador de mão cheia, e fiquemos por aqui; e lembrai-vos que amanhã haveis de ir para o governo da ilha, e esta tarde vos arranjarão o trajo conveniente que haveis de levar, e todas as coisas necessárias para a vossa partida.

– Vistam-me como quiserem – redargüiu Sancho –, que, de qualquer modo que eu for vestido, sempre serei Sancho Pança.

– É verdade – tornou o duque –; mas os trajos devem acomodar-se ao ofício e dignidade que se professa; que não seria bonito que um jurisconsulto se vestisse como um soldado, nem um soldado como um sacerdote. Vós, Sancho, ireis vestido, em parte como letrado e em parte como capitão, porque na ilha que vos dou, tão necessárias são as armas como as letras.

– Letras! – respondeu Sancho – poucas tenho, porque até nem sei o á-bê-cê; mas basta-me ter sempre o Christus[1] na memória, para ser bom governador. Em quanto a armas, hei de manejar as que me derem, até cair ao chão, e Deus me proteja.

---

(1) A cartilha das primeiras letras. Alusão à cruz da página de rosto que precedia o alfabeto.

– Com tão boa memória – tornou o duque –, não poderá Sancho errar em coisa alguma.

Nisto, chegou Dom Quixote, e, sabendo o que se passava e a rapidez com que Sancho tinha de partir para o seu governo, com licença do duque tomou-o pela mão e levou-o para o seu quarto, com tenção de lhe aconselhar o modo como havia de proceder nesse ofício. Entrando, pois, no seu aposento, fechou a porta, e obrigou Sancho a sentar-se ao pé dele, e disse-lhe com voz pausada:

– Infinitas graças dou ao Céu, Sancho amigo, de que antes de eu ter topado alguma boa fortuna, te viesse a receber e encontrar a prosperidade; eu que confiava na minha boa sorte para te pagar os teus serviços, vejo-me ainda muito atrasado, e tu, antes de tempo, e contra a lei das suposições razoáveis, vês os teus desejos premiados. Outros, importunam, apoquentam, suplicam, madrugam, rogam, porfiam, e não alcançaram o que pretendem, e chega outro, e, sem saber como, nem como não, acha-se com o cargo e o ofício que muitos pretenderam: e aqui vem a propósito o dizer-te que há boa e má fortuna nas pretensões. Tu, que sem dúvida és um rústico, sem madrugares nem te tresnoitares, e sem fazeres diligência alguma, só com o alento que te bafejou da cavalaria andante, sem mais nem mais te vês governador de uma ilha. Tudo isto digo, Sancho, para que não atribua aos teus merecimentos a mercê recebida, e para que dês graças ao Céu, que suavemente dispõe as coisas, e em seguida darás graças também à grandeza que em si encerra a profissão da cavalaria andante. Disposto, pois, o coração a acreditar o que te disse, atende, filho, a este teu Catão[2], que quer aconselhar-te para teres um norte e um guia que te encaminhe e te leve a salvamento neste mar proceloso em que te vais engolfar, que os ofícios e grandes cargos não são outra coisa senão um golfão profundo de confusões.

"Primeiramente, filho, hás de temer a Deus, porque no temor de Deus está a sabedoria, e, sendo sábio, em nada poderás errar.

"Em segundo lugar, põe os olhos em quem és, procurando conhecer-te a ti mesmo, que é o conhecimento mais difícil que se pode imaginar. De conhecer-te resultará o não inchares como a rã, que se quis

(2) Dionísio Catão, autor dos livros de aforismos *Ditischa Catonis*, muito usado nas escolas.

igualar ao boi: que, se isto fizeres virá a ser feios pés da roda da tua loucura a consideração de teres guardado porcos na tua terra."

– Isso é verdade – respondeu Sancho –, mas foi quando era pequeno; depois homenzinho, o que eu guardei foram gansos; mas isto parece-me que não faz nada ao caso, que nem todos os que governam vêm de famílias reais.

– É verdade – replicou D. Quixote –; e por isso, os que não são de origem nobre devem acompanhar a gravidade do cargo que exercitam com uma branda suavidade, que, ligada com a prudência, os livre da murmuração maliciosa, a que nenhum estado escapa.

"Faze gala da humildade da tua linhagem, Sancho, e não tenhas desprezo em dizer que és filho de lavradores, porque, vendo que te não corres por isso, ninguém to poderá lançar em rosto; ufana-te mais em seres humilde virtuoso que pecador soberbo. Inumeráveis são os que, nascidos de baixa estirpe, subiram à suma dignidade pontifícia e imperatória, e podia dar-te tantos exemplos que te fatigaria. Repara, Sancho, que, se te ufanares de praticar atos virtuosos, não há motivo para ter inveja aos príncipes e senhores, porque o sangue se herda e a virtude adquire-se, e a virtude por si só vale o que não vale o sangue.

"Sendo isto assim, se acaso te for ver, quando estiveres na tua ilha, algum dos teus parentes, não o afrontes nem o desdenhes, mas, pelo contrário, acolhe-o e agasalha-o, e festeja-o, que satisfarás com isso o Céu, que gosta que ninguém se despreze pelo que ele fez, e corresponderás ao que deves à bem concertada natureza. Se levares tua mulher contigo (porque não é bem que os que governam por muito tempo estejam sem as suas mulheres), ensina-a, doutrina-a e desbasta-lhe a natural rudeza, porque tudo que ganha um governador discreto, perde-o muitas vezes uma mulher rústica e tola.

"Se, por acaso, enviuvares, e com o cargo melhorares de consorte, não a tomes tal que te sirva de anzol e de isca, porque em verdade te digo que de tudo o que a mulher do juiz receber há de dar conta o marido na residência universal, com que pagará pelo quádruplo na morte o que ilegitimamente recebeu em vida.

"Nunca interpretes arbitrariamente a lei, como costumam fazer os ignorantes que têm presunção de agudos.

"Achem em ti mais compaixão as lágrimas do pobre, mas não mais justiça do que as queixas dos ricos.

"Procura descobrir a verdade por entre as promessas e dádivas do rico, como por entre os soluços e importunidades do pobre.

"Quando se puder atender à eqüidade, não carregues com todo o rigor da lei no delinqüente, que não é melhor a fama do juiz rigoroso que do compassivo.

"Se dobrares a vara da justiça, que não seja ao menos com o peso das dádivas, mas sim com o da misericórdia.

"Quando te suceder julgar algum pleito de inimigo teu, esquece-te da injúria e lembra-te da verdade do caso.

"Não te cegue paixão própria em causa alheia, que os erros que cometeres a maior parte das vezes serão sem remédio, e, se o tiverem, será à custa do teu crédito e até da tua fazenda.

"Se alguma mulher formosa te vier pedir justiça, desvia os olhos das suas lágrimas e os ouvidos dos seus soluços, e considera com pausa a substância do que pede, se não queres que se afogue a tua razão no seu pranto e a tua bondade nos seus suspiros.

"A quem hás de castigar com obras, não trates mal com palavras, pois bem basta ao desditoso a pena do suplício, sem o acrescentamento das injúrias.

"Ao culpado que cair debaixo da tua jurisdição, considera-o como um mísero, sujeito às condições da nossa depravada natureza, e em tudo quanto estiver da tua parte, sem agravar a justiça, mostra-te piedoso e clemente, porque ainda que são iguais todos os atributos de Deus, mais resplandece e triunfa aos nossos olhos o da misericórdia que o da justiça.

"Se estes preceitos e estas regras seguires, Sancho, serão longos os teus dias, eterna a tua fama, grandes os teus prêmios, indizível a tua felicidade; casarás teus filhos como quiseres, terão títulos eles e os teus netos, viverás em paz e no beneplácito das gentes, e aos últimos passos da vida te alcançará a morte em velhice madura e suave, e fechar-te-ão os olhos as meigas e delicadas mãos de teus trinetos. O que até aqui te disse são documentos que devem adornar tua alma: escuta agora os que hão de servir para adorno do corpo."

Capítulo XLIII

Dos segundos conselhos que deu
Dom Quixote a Sancho Pança

Quem ouvisse o passado discurso de Dom Quixote decerto o consideraria pessoa mui assisada e acordata. Mas, como muitas vezes se tem observado no decurso desta grande história, só disparatava no que dizia respeito à cavalaria, e em tudo o mais mostrava ter claro e desenfadado entendimento, de maneira que a cada passo as suas obras lhe desacreditavam o juízo e o juízo lhe condenava as obras; mas neste segundos conselhos que deu a Sancho, manifestou grande donaire e ostentou a sua discrição e a sua loucura em todo o seu brilho, Sancho escutava-o atentíssimamente e procurava conservar na memória os seus conselhos, como quem tencionava segui-los e aproveitá-los no seu governo. Prosseguiu, pois, Dom Quixote, e disse:

– Pelo que toca ao modo como hás de governar a tua pessoa e a tua casa, Sancho, primeiro te recomendo que sejas asseado e que cortes as unhas, sem as deixar crescer como fazem alguns, a quem a sua ignorância persuadiu que as unhas grandes lhe alindam as mãos, como se essas excrescências que eles deixavam de cortar fossem unhas, sendo apenas garras de milhafre: abuso porco e extraordinário. Não andes, Sancho, desapertado, que o fato descomposto de desmazelado ânimo dá

indícios, a não ser que essa negligência seja prova de grande dissimulação, como se julgou de Júlio César.

"Toma discretamente o pulso ao que pode render o teu ofício, e se chegar para dares libré aos teus criados, dá-lha honesta e proveitosa, antes do que vistosa e bizarra, e reparte-a pelos criados e pelos pobres; quero dizer que, se hás de vestir seis pajens, veste só três, e veste também três pobres, e assim terás pajens para o céu e para a terra: e este novo modo de dar libré não o entendem os vaidosos.

"Não comas alhos, nem cebolas, para que o hálito não denuncie a vilania dos teus hábitos.

"Anda devagar, fala com pausa, mas não de forma que pareça que te escutas a ti mesmo, porque toda a afetação é má.

"Janta pouco e ceia menos, que a saúde de todo ocorpo se forja na oficina do estômago.

"Sê moderado no beber, considerando que o vinho em excesso nem guarda segredos, nem cumpre promessas.

"Toma cuidado em não comer a dois carrilhos e a não eructar diante de ninguém."

– Isso de eructar é que eu não entendo – interrompeu Sancho.

– Eructar, Sancho, quer dizer arrotar, e este é dos vocábulos mais torpes que tem a nossa língua, apesar de ser muito significativo, e então a gente delicada apelou para o latim, e ao arrotar chama eructar; e ainda que alguns não entendam estes termos, pouco importa, que o uso os irá introduzindo com o tempo, de forma que facilmente se compreendam; e isto é enriquecer a língua, sobre a qual têm poder o vulgo e o uso.

– Em verdade, senhor – disse Sancho –, um dos conselhos que hei de levar bem de memória é o de não arrotar, por ser uma coisa que faço muito a miúdo.

– Eructar, Sancho, e não arrotar – observou D. Quixote.

– Pois seja eructar, e assim direi daqui por diante.

– Também, Sancho, não metas a cada instante nas tuas falas uma caterva de rifões como costumas, que ainda que os rifões são sentenças breves, muitas vezes os trazes tanto pelos cabelos, que mais parecem disparates do que sentenças.

– A isso é que só Deus pode dar remédio – respondeu Sancho –, porque sei mais rifões que um livro, e acodem-me à boca juntos tantos quando falo, que bulham uns com os outros para sair, e a língua vai deitando para fora os primeiros que encontra, ainda que venham muito a pêlo; mas terei conta daqui por diante em dizer só os que convierem à gravidade do meu cargo, que em casa cheia depressa se guisa a ceia, e quem parte não baralha, e a salvo está quem repica os sinos, e para dar e para ter muito siso é mister...

– Assim, Sancho, disse D. Quixote –, insere, enfia, encaixa rifões, que ninguém te vai à mão; minha mãe a castigar-me e eu a desmandar-me. Eu a dizer-te que não digas muitos rifões e tu a golfar uma ladainha deles, que entram no que estamos falando como Pilatos no Credo. Olha, Sancho, eu não te digo que seja mau um rifão trazido a propósito; mas enfiar uma súcia de rifões a trouxe-mouxe torna a conversão decorada e baixa.

"Quando montares a cavalo, não deites o corpo para trás, nem leves as pernas tesas, estiradas e desviadas da barriga do cavalo, nem te desmanches tanto que pareça que vais no ruço, que o montar a cavalo a uns vais cavaleiros e a outros cavalariços.

"Seja moderado no dormir; quem não madruga com o sol não goza o dia; e repara, Sancho, que a diligência é mãe da boa ventura, e a preguiça, sua contrária, nunca chegou ao termo que pode um bom desejo.

"Este último conselho que te vou dar agora, ainda que não sirva para adorno do corpo, quero que o tenhas muito na memória; não te será de menos proveito, suponho, que os que até aqui te hei dado, e é: que nunca disputes em linhagens, pelo menos comparando-as entre si, pois por força, nas que se comparam, uma há de ser a melhor, e serás aborrecido por aquele a quem abateres, e não serás premiado pelo que exaltares.

"O teu fato deve ter calça inteira, gibão largo, capa, e nunca bragas, que não ficam bem, nem aos cavaleiros, nem aos governadores.

"Por agora isto me ofereceu aconselhar-te, Sancho; correrão os tempos, e, conforme o ensejo, assim te irei dando instruções, contanto que tenhas cuidado de me avisar do estrago em que te achares."

– Senhor – respondeu Sancho –, bem vejo que tudo quanto Vossa Mercê me disse são coisas boas e proveitosas, mas de que me servem

elas, se de nenhuma me lembro? É verdade que não me esqueço de não deixar crescer as unhas e de casar logo que se ofereça ocasião, mas lá me de todos esses badulaques e enredos e trapalhadas, lembro-me tanto como das nuvens do ano passado; e então, será mister que Vossa Mercê me dê tudo isso por escrito, que, apesar de não saber ler nem escrever, dou o papel ao meu professor, para que mos meta na cabeça e mos recorde sempre que for necessário ao meu bom governo.

– Ai! – respondeu D. Quixote – que mal me fica aos governadores não saberem ler nem escrever, porque o não saber um homem ler indica uma de duas coisas: ou que teve nascimento humilde e baixo, ou que foi travesso e tão mau, que lhe não pôde entrar na cabeça o bom costume nem a boa doutrina. Essa é uma grande falta e, assim, desejaria que ao menos aprendesse assinar.

– Assinar o meu nome sei eu – respondeu Sancho –; quando fui bedel na minha terra aprendi a fazer letras semelhantes às marcas dos fardos, e diziam que era o meu nome; tanto mais que fingirei que tendo tolhida a mão direita, e farei com que outro assine por mim, que para tudo há remédio, menos para a morte, e tendo eu a faca e o queijo na mão, é o que basta; além disso, quem tem o pai alcaide... e eu ainda sou mais que alcaide, porque sou governador, e metam-se comigo e verão: podem vir buscar lã e voltar tosquiados; e mais vale quem Deus ajuda que quem muito madruga; e as tolices dos ricos passam por sentenças no mundo; e sendo eu rico, e governador e liberal, como tenciono ser, não haverá falta que pareça; nada, quem se faz mel as moscas o comem; tanto tens, tanto vales, dizia minha avó; e com teu amo não jogues pêras.

– Maldito sejas, Sancho! – acudiu Dom Quixote. – Sessenta mil satanases te levem a ti e aos teus rifões; há uma hora que os está enfiando uns nos outros, e cada um que proferes é um apunhalada que me dás. Eu te asseguro que esses rifões ainda te hão de levar à forca ; por eles te hão de tirar o governo os teus vassalos. Dize-me aonde os vais tu buscar, ignorante? E como é que os aplicas, mentecapto? Que eu, para achar um só e aplicá-lo a propósito, suo e trabalho como se cavasse.

– Por Deus, senhor meu amo – tornou Sancho Pança –, Vossa Mercê, também zanga-se com bem pouca coisa. Quem diabo se aflige por eu servir meus cabedais, que não tenho outros senão rifões e mais rifões? E agora,

vinham-me à idéia quatro, que caíam mesmo como a sopa no mel, mas que não digo, porque ao bom silêncio chamam Sancho.(3)

– Pois lá essa, Sancho, não és tu – tornou Dom Quixote –; não só não és o silêncio acertado, mas és a palração e a teima dispararadas: e, com tudo isso, sempre queria saber que rifões eram esses que te acudiam à idéia, e que vinham tanto a propósito, porque eu de nenhum me lembro.

– São excelentes – disse Sancho. – "Não te metas entre a bigorna e o martelo", "Há duas coisas que não têm resposta: ide-vos de minha casa, e o que quereis de minha mulher?"; "Se o cântaro bate na pedra, quem fica de mal é o cântaro"; e tudo vem a propósito. Não se metam com o governo, que é o mesmo que meter-se uma pessoa entre a bigorna e o martelo, ao que o governador diz não se deve replicar, como se não replica ao: "Ide-vos de minha casa, e o que quereis de minha mulher?" E o cântaro é fácil de perceber. Assim, é necessário que quem vê um argueiro nos olhos dos outros veja a trave nos seus, para que se não diga dele: "Disse a caldeira à sertã, tira-te lá não me enfarrusques", e Vossa Mercê sempre ouviu dizer que mais sabe o tolo no seu que o avisado no alheio.

– Isso não, Sancho – respondeu Dom Quixote –, o tolo nada sabe, nem no seu, nem no alheio, porque no cimento da tolice não assenta nenhum edifício discreto; e deixemos isto, Sancho, que, se mal governares, será tua a culpa, e minha a vergonha; mas consolo-me, que fiz o que devia, aconselhando-te com a verdade e a discrição que pude: com isto cumpro a minha obrigação e a minha promessa; Deus te guie, Sancho, e te governo, no teu governo, e me tire a mim do escrúpulo que me fica, de que hás de ferrar com a ilha em pantana, o que eu evitaria, dizendo ao duque quem tu és, e dizendo-lhe que toda essa gordura que tens não é senão um costal de malícias e de provérbios.

– Senhor – redargüiu Sancho –, se Vossa Mercê entende que não sou capaz para este governo, já o largo, que eu queero mais a uma unha da minha alma do que a todo o meu corpo; e tão bem me sustentarei Sancho a seco com o pão e cebolas, como governador com perdizes e capões; e, além disso, enquanto se dorme todos são iguais: os grandes e

(3) " Ao bom silêncio chamam santo", diz o rifão.

os pequenos, os pobres e os ricos; e repare, senhor meu amo, que quem me meteu nisto de governar foi Vossa Mercê, que eu lá de governos de ilhas nunca entendi nada; e, se, acaso se persuade que por ser governador me há de levar o Diabo, antes quero ir Sancho para o Céu do que governador para o Inferno.

– Por Deus, Sancho – acudiu Dom Quixote –; só por essas últimas palavras que disseste, entendo que mereces ser governador de mil ilhas; boa índole tens, sem a qual não há ciência que valha; encomenda-te a Deus e procura não errar na primeira intenção; quero dizer, que tenhas sempre firme propósito de acertar em todos os negócios que te aparecerem, porque o céu favorece os bons desejos; e vamos jantar, que creio que esses senhores nos esperam.

MAZARINO

Breviário dos Políticos

Tradução do francês de

Roberto Aurélio Lustosa da Costa

Cardeal Mazarin, de Philippe de Champaigne. Musée Condé, Chantilly

MAZARINO
Breviário dos Políticos

Cardeal Mazarino

Giulio Raimondo Mazzarino, ou Jules Mazarin, nasceu em Pescina, Itália, em 14 de julho de 1602.

Aluno dos jesuítas, em Roma, estudou Direito em Alcalá e Madri, na Espanha e, de volta a Roma, em 1624, ingressa no serviço militar do Papa.

Nomeado, pela Santa Sé, vice-legado em Avignon, em 1634, e núncio em Paris, em 1635-6, Richelieu o convoca para o serviço de Luís XIII. Em 1639 alcança a cidadania francesa e, por influência de Richelieu, torna-se cardeal.

Com a morte de Richelieu, Mazarino o sucede, como primeiro-ministro.

Quando morreu em 1661, teria ele, segundo seus biógrafos, concretizado grande parte dos objetivos propostos por Richelieu: a modernização do estado, a restauração do absolutismo, a subjugação da nobreza, a derrota dos Habsburgos e o restabelecimento dos Pirineus e do Reno como as fronteiras naturais da França.

Para Roberto Aurélio Lustosa da Costa, tradutor deste Breviário dos Políticos, *sucedem-se, no texto, "momentos de melancolia, cinismo e indiferença, quanto a qualquer valor de ordem moral, só importando a busca perseverante e incansável do poder e de sua sustentação e manutenção".*

. . . . . .

SUMÁRIO

Princípios fundamentais
pág. 447

Primeira Parte
Conhece-te a ti mesmo
pág. 448

Segunda Parte
Ações dos homens em sociedade
pág. 455

Princípios fundamentais

Temos hoje dois grandes princípios, como também os teve a mais antiga e pura filosofia.

Diziam os antigos: "Tolera e te abstém."

Dizemos nós: "Simula e dissimula"; ou ainda: "Conhece-te a ti mesmo e conhecerás os outros" (o que, salvo erro, é a mesma coisa).

Examinaremos, pois, este último princípio em primeiro lugar. Voltaremos em uma segunda parte ao primeiro princípio, a propósito das diferentes ações humanas. E como as ações humanas só se regem pelo acaso, esta exposição se fará sem nenhum plano sistemático.

Primeira Parte

Conhece-te a ti mesmo

É s tu sujeito à cólera, ao medo, à audácia ou a qualquer paixão?

Quais são os teus defeitos de caráter? Quais os teus erros de comportamento, na igreja, à mesa, durante a conversação, no jogo e em todas as outras atividades, em particular as sociais?

Examina-te fisicamente. Tens tu o olho insolente, o joelho ou a nuca muito rígidos, a fronte enrugada, os lábios muito delicados, o andar muito rápido ou muito lento?

Têm as pessoas que freqüentas boa reputação? São elas ricas e judiciosas?

Em quais ocasiões és tu suscetível de perderes o controle ou de cometeres erros de linguagem ou de conduta? Quando bebes? Durante uma refeição? Quando jogas? Ou quando és atingido pela desgraça? Ou naqueles momentos em que, como diz Tácito, "as almas dos mortais são vulneráveis"?

Não terás teus hábitos em lugares suspeitos, vulgares ou mal-afamados, indignos de ti?

Aprende a vigiar todas as tuas ações e não relaxes jamais na vigilância. Eis a que te prepara a leitura deste livro; isto é: a refletir sem cessar sobre o lugar onde estás, as circunstâncias em que te encontras, sobre tua classe e sobre a classe daqueles com quem tens trato.

Anota cada um dos teus defeitos e vigia-te, em conseqüência.

É bom, cada vez que se comete uma falta, impor-se uma provação.

Se amargas alguma ofensa de alguém, silencia: não faças nada que traia tua cólera. Durante todo o tempo em que as circunstâncias tornarem inútil qualquer manifestação de animosidade de tua parte, não procures te vingar, mas finge não te teres ressentido; e espera tua hora.

Que tua fisionomia nunca exprima nada, nem o mínimo sentimento, senão uma perpétua afabilidade. E não sorrias ao primeiro que chegar e que te transmita algum calor.

Deves ter informações sobre todo mundo, sem entretanto comunicares teus segredos a ninguém, mas espionarás os segredos dos outros.

Não digas nada, não faças nada que choque o decoro, ao menos em público, mesmo se tu o fazes naturalmente e sem maldade, porque os outros te levarão a mal.

Mantém atitude reservada sempre, observando tudo com o olhar. Mas, atenção para que tua curiosidade não ultrapasse as barreiras dos teus cílios.

Eis, ao que me parece, como se conduzem os homens prudentes e hábeis o bastante para se verem ao abrigo de preocupações.

Conhece os outros

A doença, a embriaguez, as brincadeiras, os jogos, o dinheiro e as viagens, todas as situações em que as almas se distendem e se abrem – onde as feras se deixam atrair para fora do covil – são a ocasião de recolher numerosas informações. O desgosto também, sobretudo quando uma injustiça é a sua causa. É preciso aproveitar a situação e freqüentar, então, aqueles sobre os quais procuras te informar.

Também é útil freqüentar seus amigos, seus filhos, seus pajens, seus familiares e seus servidores, pois eles se deixam corromper por pequenos presentes e dão numerosas informações.

Se suspeitas que alguém tem uma opinião qualquer em mente, sustenta ao longo de uma conversação ponto de vista adverso. Se o ponto de vista que apresentaste se opuser ao da pessoa em questão, por mais desconfiada que seja, ela, para não se descobrir ao defender o seu ponto de vista, ou ao fazer alguma objeção, trairá o pensamento, mostrando que não tem a mesma opinião que defendes.

Eis como conhecer os vícios de alguém: conduz a conversação para os vícios mais correntes, e em particular para aqueles que teu amigo provavelmente tem. Ele não terá palavras suficientemente duras para denunciar e condenar um vício que ele mesmo sofre. É por isso que freqüentemente os pregadores denunciam com a maior violência os vícios que os afligem pessoalmente.

Consulta alguém sobre um assunto e volta a ver esse alguém alguns dias depois, quando deves retomar o mesmo assunto. Se na primeira vez ele te induziu a erro, na segunda vez sua opinião será diferente. Pois a Divina Providência quis que nós estejamos sempre dispostos a esquecer nossas mentiras.

Finge estar informado sobre determinado assunto e aborda-o na presença de alguém que julgues estar perfeitamente a par do caso em questão. Ele se trairá ao retificar teus ditos.

Para conheceres alguém, olha quem esse alguém freqüenta, etc.

Louva um tal que vive uma aflição, consola-o, pois é nestas circunstâncias que se deixa escapar os pensamentos mais secretos e os mais bem guardados.

Conduz os homens sem que se dêem conta a te relatarem suas vidas. Para isso, finge contar a tua. Eles te dirão como enganaram os outros, o que te servirá para interpretares seu comportamento presente. Mas cuida bem para nada dizeres da tua vida.

Eis como verificar os conhecimentos de alguém: tu lhe submeterás um epigrama. Se ele o elogia excessivamente, sobretudo se os versos não valem grande coisa, é um poeta medíocre. Do mesmo modo, saberá se ele é um fino gourmet fazendo-o apreciar pratos, etc. Poderás assim passar em revista todos os seus dons.

Pode ser útil em uma reunião divertir-se fazendo como se estivessem julgando um assunto. Cada um, por seu turno, mostrará seu valor e suas qualidades particulares. Pois nas brincadeiras se mistura sempre um fundo de verdade.

Tu poderás até mesmo, na ocasião oportuna, imitar os médicos, misturando à comida de alguém um desses filtros que lhe despertem a verve e o tornem loquaz.

O sinal da maldade em um homem é que ele se contradiz facilmente. Um homem desse gênero pode ir até o roubo.

Aqueles que se estendem ruidosamente em dizeres generosos sobre si mesmos não chegam a ser temíveis.

Os extravagantes são gente de cara azeda e triste, discorrem muito e em voz baixa. Eles têm as unhas muito curtas e exibem mortificações que não correspondem a nenhum sentimento religioso.

Tu reconhecerás um novo-rico, saído da mendicância, por ele não pensar em outra coisa a não ser em comer e em se vestir.

Os que se dedicam ao vinho e a Vênus têm grande dificuldade para guardar um segredo. Uns são escravos da amante, outros têm tendência a falar a torto e a direito.

Eis como desmascarar os mentirosos e os gabolas que te contam suas viagens, expedições e campanhas, e que se atribuem centenas de proezas, pretendendo haver passado anos e anos em tal ou qual lugar. Faz as contas de tudo o que eles relatarem, soma os anos e, em seguida, quando a ocasião se apresentar, pergunta-lhes quando começaram suas aventurosas carreiras, quando retornaram delas e, finalmente, qual a idade deles. Verás então que nada coincide. Podes também interrogá-los sobre uma cidade imaginária cujo nome inventaste; pergunta-lhes então quantos palácios existem lá, ou sobre o famoso castelo que a domina. A menos que, fingindo conhecer tudo de suas vidas, tu os felicites por terem escapado de um tal ou qual perigo, também imaginário.

Reconhecerás a moralidade e a piedade de um homem pela harmonia de sua vida, por sua falta de ambição e seu desdém das honrarias. Nele não há modéstia fingida nem controle de si. Ele não afeta falar com voz doce, nem exibe mortificações exteriores, quase não comendo e bebendo, etc.

Homens de temperamento melancólico ou flegmático declaram-se abertamente sem ambição e sem orgulho. E, de fato, pode-se ofendê-los e eles se reconciliam imediatamente com o ofensor.

O homem astuto é freqüentemente reconhecido por sua doçura fingida, o nariz curvo e o olhar cortante.

Para julgares a sabedoria e a inteligência de alguém, pede-lhe conselho sobre um negócio. Verás assim se ele tem espírito de decisão.

Não confies em homem que promete com facilidade: é um mentiroso e um velhaco.

Julgarás a capacidade de um homem para guardar um segredo se ele não te revelar, pretextando tua amizade, os segredos de um outro. Tu lhe enviarás um homem de tua confiança, que lhe fará confidências, ou tentará fazê-lo falar sobre os segredos que lhe contaste. Observa que ordinariamente as pessoas chegam mais facilmente à confidência com as mulheres ou os rapazes de quem se está enamorado e também com os Grandes e os Príncipes de quem se é o humilde amigo. Se alguém te revela os segredos de um outro, não faças a esse alguém qualquer confidência, pois ele se conduzirá provavelmente junto a um ente querido do mesmo modo como se conduziu comigo.

É bom, de vez em quando, interceptares as cartas de teus súditos, lê-las atentamente e remetê-las em seguida.

Aqueles que são dotados de uma elegância muito refinada são afeminados e destituídos de probidade moral.

Os verdadeiros soldados não portam armas muito enfeitadas. Os verdadeiros artistas não têm ferramentas muito sofisticadas, a não ser que os desculpem sua extrema juventude. Os verdadeiros sábios não passam o tempo em divertimentos e a brilhar em sociedade.

Eis como desmascarar um adulador: finge haver cometido uma ação visivelmente inqualificável e fala-lhe a respeito como se estivesses relatando uma proeza; se ele te felicita, é um adulador, pois ele poderia pelo menos se calar.

Para reconheceres um falso amigo, tu lhe enviarás um homem de tua confiança, o qual, de acordo com tuas instruções, anunciar-lhe-á que estás à beira de uma catástrofe, e que os atos que sustentavam tua posição se revelaram juridicamente sem valor. Se ele escutar teu mensageiro com indiferença, risca-o do rol de tuas amizades. Em seguida envia-lhe alguém de tua parte para lhe pedir ajuda e conselhos, e vê como ele reage. Uma vez sua virtude posta à prova, finge não crer em tudo o que te contaram a respeito dele.

Reconhecerás os incultos por atribuírem brilho excessivo a qualquer coisa: à decoração da casa e à escolha do mobiliário. Eles riem às gargalhadas quando alguém comete uma falta gramatical só para comunicar que se aperceberam do erro.

Desconfia dos homens pequenos, pois eles são teimosos e presunçosos.

Eis como pôr à prova o bom entendimento entre teus amigos: ataca ou elogia um deles na presença do outro. Sua reação, seu silêncio, ou sua frieza, serão eloqüentes.

Durante uma reunião, submeterás aos presentes casos de difícil solução. Pergunta-lhes como, na opinião de cada um, pode-se sair de uma determinada situação delicada. De acordo com as respostas, julgarás o caráter de cada um e suas respectivas capacidades intelectuais. Podes também solicitar sugestões para enganar certos tipos de pessoas. Se lanças o tema das perseguições, aquele que mais tiver a dizer sobre o assunto será o que mais perseguido foi.

Os mentirosos, na sua maioria, formam covas no rosto quando riem.

Nada terás a temer de gente muito preocupada com a aparência.

Obterás sempre muitas informações dos jovens e velhos senis acerca de qualquer assunto.

O velhaco manifesta-se ora a favor ora contra o mesmo assunto, dependendo das circunstâncias.

Os que sabem muitas línguas muitas vezes são destituídos de bom senso, pois uma memória sobrecarregada sufoca a inteligência.

Se um vicioso subitamente se torna virtuoso, desconfia dele.

Se temes que alguém repita a outros o que lhe dizes, fala em sua presença de coisas tuas absolutamente pessoais que nunca revelaste a ninguém. Se essas declarações forem divulgadas, saberás quem te traiu.

A certos homens que gostam de contar seus sonhos faz que conversem sobre seu assunto favorito e faz-lhes todo tipo de pergunta. Tu surpreenderás os segredos de sua alma. Se, por exemplo, alguém pretende te amar, na primeira ocasião interroga-o sobre seus sonhos; se esse alguém não sonha nunca contigo, é porque não te ama.

Sonda os sentimentos do outro a teu respeito mostrando-te afetuoso, ou fingindo, ao contrário, hostilidade.

Não mostres que tens a experiência do vício nem fales com excessivo ardor dos defeitos dos outros, pois irão suspeitar que tens esses mesmos defeitos.

Se um delator te traz acusações contra alguém, finge que já estás a par de tudo e que sabes muito mais sobre o assunto que o próprio autor

da denúncia. Verás então o delator reunir detalhes e mais detalhes e te confiar novas acusações que, de outro modo, ele não te teria revelado.

Os que falam de modo afetado e que pontuam sistematicamente as frases com tossidelas são efeminados e entregam-se a Vênus. O mesmo se pode dizer daqueles que usam cabelos frisados, andam embonecados e só querem atrair as atenções e lançam olhares cobiçosos sobre os rapazes e moças na flor da idade.

Os hipócritas estão sempre dispostos a propagar novidades e aprovam sistematicamente o que fazes. Eles representam para ti a comédia da amizade. Porém, se diante de ti eles estraçalham os outros, toma cuidado porque eles não tardarão a fazer a mesma coisa contigo.

Eis como escolher um homem capaz de guardar um segredo: confia algo a um primeiro homem sob o selo do sigilo. Faze a mesma coisa com um segundo homem. Em seguida põe um terceiro a par dessa trama, o qual deverá, durante uma conversação com os dois outros, fazer alusão ao segredo que tu lhe confiaste. Poderás então julgar o caráter deles e ver qual o que te trairá primeiro. Toma como secretário aquele que guardar silêncio no momento em que se evidenciar que todos três estão de posse do mesmo segredo.

Para conheceres os projetos de alguém, suborna uma pessoa de quem ele esteja enamorado e por seu intermédio terás acesso a seus pensamentos mais secretos.

Segunda Parte

Ações dos homens em sociedade

Ao tomar este caminho, seguirei ao acaso, sem seguir um plano.

Obter o favor dos outros

Vê quais os interesses do teu amigo e dá-lhe presentes em função de seu caráter. Oferece-lhe obras de matemática, *A Comunicação dos Segredos da Natureza*, os livros de Mizauld, etc.

Vai vê-lo com freqüência, consulta-o, faz uso de suas opiniões. Mas não te reveles jamais diante dele, pois se ele vier a se tornar teu inimigo saberá como te dominar. Não lhe peças nada que a ele repugne te dar, tal como tudo aquilo que diz respeito ao teu e ao meu bem.

Por ocasião de festas solenes, no aniversário dele, em razão de uma cura, felicita-o com algumas frases curtas porém bem torneadas. Fala-lhe freqüentemente das virtudes dele, jamais dos vícios. Confia-lhe tua intimidade, sussurra-lhe ao ouvido elogios que lhe fazem, sobretudo os vindos de seus superiores.

Não lhe mostres os vícios dele, nem lhe reveles vícios que lhe são imputados, não importando como ele te peça para fazê-lo. E, se ele insistir demais, recusa-te a acreditar que tais comentários existam, a não ser de forma absolutamente anódina. Ou então cita-lhe vícios que ele próprio, em outra oportunidade, reconheceu possuir. Esse gênero de

verdades deixa sempre um ressaibo amargo, seja qual for a maneira que empregues para apresentá-las, sobretudo quando são ditas com pleno conhecimento de causa.

Não deixes jamais o Mestre te ordenar um crime. No primeiro momento, talvez ele te seja grato, mas em seguida verá em ti um juiz. Pensar-se-á que és capaz de cometer contra o Mestre aquilo que te resignaste a fazer contra um outro. De qualquer forma, passarás por seres um homem cuja virtude e fidelidade se compram. Senão, o melhor a fazer será receber a recompensa do teu crime e desaparecer imediatamente.

Escreve uma carta elogiosa sobre um terceiro, deixa-a extraviar-se e ser interceptada, de modo a cair nas mãos da pessoa em causa.

Há pessoas cujo prazer é agradar a uma outra. Basta saber portanto o que agrada ou desagrada a esta última. Tu a chamarás "meu irmão" mesmo que se trate de um teu inferior e serás o primeiro a prestar-lhe homenagem, desde que ele ao menos tenha origem honrada.

Não cumules alguém daquilo de que gosta a ponto de enfastiá-lo. Deve-se sugerir muito mais do que dar, entretendo assim o desejo. Age do mesmo modo quanto ao jogo, às conversações, etc.

Não deves pedir em empréstimo coisa alguma a um amigo, pois se ele não estiver em condições de pôr à tua disposição o objeto que diz a todo mundo lhe pertencer, ele te odiará. E mesmo que, a contragosto, ele venha a atender teu pedido, ou ainda, se ele recupera seu bem em mau estado, em qualquer caso te guardará rancor.

Não compres nada a um amigo: se o preço for muito alto, serás o lesado; se não for suficiente, o lesado será o teu amigo.

Envia-lhe freqüentemente tuas saudações através de terceiros ou de cartas enviadas a terceiros. Escreve-lhe com constância. Não defendas nunca uma opinião contrária à dele, nem o contradigas. E se tiveres a audácia de o fazer, dá-lhe a possibilidade de te convencer e de te fazer mudar de opinião, fingindo então teres adotado o ponto de vista dele.

Não hesites em dar-lhe freqüentemente seus títulos e estejas sempre disposto a segui-lo em seus empreendimentos, mesmo que não devam realizar-se. Mas não procures agradar ninguém adotando seus vícios, nem adotes atitudes em desacordo com a tua posição. Um

eclesiástico, por exemplo, deverá evitar chistes grosseiros, bebedeiras, palhaçadas, etc., pois, se momentaneamente essas atitudes podem agradar, não deixam de suscitar o desprezo e o sarcasmo. Mais tarde podem até provocar ódios tenazes. Se te convém eventualmente deixar a senda da virtude, faze-o sem no entanto te engajares nos caminhos do vício.

Se queres te aproximar de alguém, começa identificando quem em sua corte conta com sua simpatia, quem urde as intrigas, quem detém o privilégio da zombaria. Procura conquistar o favor desses homens por todos os meios: eles te serão bem úteis no futuro. Poderás particularmente recorrer a seus conselhos para fazer avançar teus negócios, posto que pessoas dessa espécie irão agir para que seus aconselhamentos conduzam ao êxito. Se queres vingar-te de alguém, torna-o suspeito aos olhos do Príncipe, e faz do teu ódio uma causa dele também.

Trata bem seus servidores mais humildes; caso contrário, pouco a pouco eles te arruinarão no espírito de teu amigo. Pensa nisso nos banquetes ou quando fores convidado à residência do Príncipe. Finge dar-lhes confiança e confidencia-lhes segredos pretensamente importantes. Manifesta que tens em grande conta o serviço do teu amigo. Mas se tratas os domésticos com excessiva familiaridade, eles te desprezarão, e se com eles te exaltares, te odiarão. Trata-os com brandura e distância, e eles te respeitarão.

Sê benevolente, afetuoso e amável com as pessoas bem nascidas: recusa provas de humildade ou sinais de submissão excessiva, como te beijar os pés. Mas exclui desse número os avaros: eles têm um temperamento servil.

Se procuras conquistar o favor dos homens do povo, promete vantagens materiais a cada um pessoalmente, pois é isso que os toca e não a honra ou a glória.

Se és convidado à mesa de um inferior, aceita; não faz nenhuma crítica, usa de delicada polidez com cada um, mas conserva tua gravidade, mantendo-te calmo e distendido quando falares.

Evita te apropriares de algo qualquer que lhes pertença sem seu consentimento.

Sê compassivo, reconforta-os e reparte teus favores entre seus diferentes partidos.

Se deves criticá-los, não ataques nem sua sabedoria nem sua competência. Louva-lhe os planos, a excelência de seus objetivos, etc., mas adverte-os dos aborrecimentos que os aguardam, o custo do empreendimento, etc.

Faz de ti o defensor das liberdades populares.

Observa o amigo de quem queres obter o favor: tem ele uma paixão? As armas? A ciência? A clemência? A verdade?

Só em caso excepcional intercederás por alguém, pois tudo que obtiveres para um outro é como se o tivesses pedido para ti mesmo. Guarda intacto para teu uso o favor do Príncipe.

Não divulgues a ninguém os segredos que alguém te contou, pois perderás sua estima. Se te pedem para cometeres um crime, ganha tempo e encontra um pretexto para te esquivares: simula uma doença, alega que te roubaram os cavalos, etc.

Trata como amigos os servidores daquele cuja amizade pretendes granjear e compra-os se precisares que traiam o Mestre deles.

Seja qual for o modo pelo qual hajas obtido o favor de alguém, do mesmo modo tu o conservarás. Se o conseguiste prestando inúmeros serviços, será necessário administrar o favor alcançado e, para não perdê-lo, deverás entretê-lo através de novos serviços.

Conhecer os amigos do outro

Elogia alguém na presença de outro. Se este último ficar em silêncio, é porque não é amigo do primeiro. Assim como procurar levar a conversa para outro assunto, responder com desdém, procurar temperar teu elogio, dizer-se mal-informado, ou, enfim, começar a elogiar outras pessoas.

Podes também fazer alusão a uma de suas proezas, proeza bem conhecida de teu interlocutor, e verás se ele procura valorizar ou não o feito. Talvez ele venha a dizer que o homem em questão teve sorte, que a Divina Providência é excessivamente pródiga de seus favores, e exaltará proezas ainda mais notáveis realizadas por outras pessoas. Ele pretenderá ainda que teu homem nada mais fez que seguir os conselhos de um outro.

Ou, ainda, envia-lhe uma carta na qual te dizes recomendado por aquele de quem supões que ele é amigo, para pedir-lhe que te confie um segredo; verás então claramente seus sentimentos. Saúda-o da parte deste suposto amigo ou dize-lhe que recebeste más notícias a respeito do amigo, e observa a reação dele.

Obter estima e renome

Não estejas nunca certo de que alguém não irá te trair, se em sua presença te houveres conduzido ou falado com excessiva liberdade e de modo por demais grosseiro. Em tais circunstâncias, não confies nem em um doméstico nem em um pajem. De um caso particular eles farão generalizações a partir das quais formarão opinião a teu respeito.

Jamais esperes que em caso de dúvida serás beneficiado; podes estar certo de que ocorrerá justamente o contrário. Também não deves te negligenciar em público, mesmo que haja apenas uma testemunha. Não contes como, em outros tempos, foste difamado ou perseguido injustamente, porque haverá sempre alguém para retomar essas infâmias. Neste caso não deves te prevalecer da máxima de Bernard: "Perdoa a intenção se não puderes perdoar a ação", e dizeres que se pecou acidentalmente, por irreflexão ou então que se provocou voluntariamente o mal para te submeteres a uma prova face à tentação.

Deixa-te levar à confidência junto a palradores impenitentes e confia-lhes em segredo, fazendo-os jurar que não falarão a ninguém, que tua influência é muito grande junto a certos poderosos, e que com outros manténs assídua correspondência, etc. Depois, sem que ninguém veja, redige cartas a esses poderosos, assina-as e mostra-as a esses palradores. Tu as queimarás em seguida. Inventarás respostas às quais farás alusão como que por inadvertência.

Em situações dessa espécie, há o risco de que aquilo que eles entenderam confusamente e compreenderam mal veicularão de modo igualmente confuso. Por isso é preciso que leias essas cartas em voz alta e de modo inteligível.

Afirma abertamente que jamais fizeste mal a ninguém, que esta é a única razão que te faz esperar a coroa real e citarás exemplos que terás inventado para a circunstância.

Cada vez que apareceres em público – e que isso se dê com a menor freqüência possível – conduz-te de modo irrepreensível, pois um só erro tem freqüentemente arruinado uma reputação de forma definitiva.

Não te lances jamais em vários negócios ao mesmo tempo, pois não há glória em se multiplicar empreendimentos, basta levar a bom termo com brilho um só deles. Falo por experiência própria.

Convém confiar nos impulsivos, nos poderosos e nos parentes. É uma confiança depositada adequadamente.

Finge humildade, ingenuidade, familiaridade, bom humor. Cumprimenta, agradece, sê disponível mesmo com quem nada fez por merecê-lo.

Em teus começos não poupes nem tua reflexão nem teus esforços, e não empreendas nada sem teres a certeza do sucesso: *Qualiter prima taliter omnia*. Mas, uma vez teu renome consolidado, até os teus erros servirão a tua glória.

Se estás assoberbado por um assunto que é incumbência de teu cargo, recusa absolutamente qualquer outra tarefa que possa distrair parte de tua atenção. Pois fica certo de que será notada a menor falha nos deveres de teu cargo, e, apesar da amplidão e da importância de tudo que tiveres concluído, apesar da massa de preocupações que te houverem esmagado, ela será atribuída a essa tarefa suplementar.

Quando te engajares em uma tarefa, não tomes como associado alguém mais competente e mais experiente que tu no assunto. Se deves visitar alguém, não te faças acompanhar de outrem que com esse alguém esteja em melhores termos que tu mesmo.

Escreve os episódios gloriosos de tua casa sem te preocupares com os ciumentos que te criticarão nesse momento. Pois os escritos, sejam verídicos ou condescendentes, terão para o leitor do futuro toda a aparência da verdade, enquanto as palavras morrem com aqueles que as pronunciam, ou até antes.

Eis como obter reputação de sábio. Compila em um só volume todos os conhecimentos históricos possíveis e, a cada mês, lê e relê esse livro em teus momentos de lazer. Assim terás na cabeça uma visão global da história universal para, em caso de necessidade, poderes demonstrar teus conhecimentos.

Prepara de antemão uma série de fórmulas para responder, saudar, tomar a palavra, e de modo geral fazer face ao imprevisto.

Alguns se rebaixam ao extremo para se engrandecerem, a fim, por exemplo, de parecerem dever suas distinções somente à fortuna e não ao esforço, ao gênio e não a seus trabalhos. Comprazem-se em se depreciarem, em se aviltarem ao ponto de passarem por fracos e indecisos. Não aceites esse comportamento, a não ser da parte dos homens comprometidos com a religião.

Guarda sempre forças de reserva para que não se possa avaliar os limites de tua capacidade.

Lá onde puderes utilizar domésticos para agir, intervir ou punir, não o faças tu mesmo, reserva-te para tarefas maiores.

Não te envolvas em discussões em que se confrontam opiniões diferentes, salvo se estiveres certo de teres razão e o puderes provar.

Se deres uma festa, convida os teus servidores, porque a plebe é loquaz e essa gente faz e desfaz reputações. É preciso encher-lhes os olhos, para que não saiam bisbilhotando tudo. Pela mesma razão, trata com familiaridade o cabeleireiro e a cortesã.

Gerir o tempo consagrado aos negócios

Desobriga-te dos negócios de menor importância, entregando-os a outros segundo um critério restrito que não deverás em nenhuma hipótese transgredir. Se um negócio tem pouca importância, dispensa-lhe pouco tempo. Não gastes nunca além do tempo necessário para resolveres corretamente as coisas.

Se um assunto te enfastia, não insistas nele, mas revigora-te com algum divertimento honrado, faz exercícios. Tu o resolverás mais tarde ao mesmo tempo que outros, rapidamente, e sem te cansares. Ou ao menos passa a um outro assunto que possas resolver facilmente.

Fraciona em várias partes os assuntos que demandariam vários dias de trabalho e resolve-as uma por uma. Abandona os assuntos que, sem proporcionar nem glória nem dinheiro, demandam muitos esforços.

Não te responsabilizes, para agradar alguém, por assunto que de nada te servem, mas que te tomarão muito tempo.

Não trates jamais pessoalmente com os artesãos, não te ocupes nem de economia, nem de jardins, nem de construções, pois tudo isso exige trabalho considerável e terás preocupações constantes.

Adquirir gravidade

Busca ocupações conforme teu nível. Se és um prelado, não te envolvas com a guerra; se és nobre, com quiromancia; se és religioso, com medicina; se és clérigo, não te batas em duelo.

Não faças promessas facilmente, não concedas permissões com liberalidade. Sê difícil de agradar, lento a dar tua opinião. Mas, uma vez que tenhas dado tua opinião, não a mudes.

Não encares teu interlocutor, não torças o nariz, nem o coces, e evita transmitir uma expressão de enfado. Sê sóbrio nos gestos, mantém a cabeça reta, o verbo sentencioso. Caminha a passos medidos e guarda atitude decorosa.

Não confesses a ninguém tuas tendências, tuas mágoas, teus temores. Não trates pessoalmente de assuntos medíocres. Deixa teus servidores se ocuparem deles e evita discuti-los.

Que ninguém assista a teu despertar, teu deitar, tuas refeições.

Terás poucos amigos, vê-los-ás raramente, por temor que percam o senso do respeito que te devem. Escolhe sempre o lugar de tuas entrevistas.

Evita toda mudança radical de teus hábitos, mesmo que seja para melhorá-los. Faze o mesmo no que concerne ao luxo de tua indumentária ou ao fausto do teu trem de vida.

Pratica a censura e o louvor em exagero mas mede o teu julgamento segundo seu objeto, senão tombarás em uma circunspecção exagerada e excessiva.

Só excepcionalmente deverás exprimir sentimentos muito vivos, como a alegria, a surpresa, etc. Mesmo na intimidade, com os amigos, dá mostras de recato. Assim, também, mesmo quando te sentires em ambiente de total confiança, não te queixes de ninguém, não acuses ninguém.

Não edites leis, ou faze-o o menos possível. Não te deixes levar facilmente pela cólera, pois se em seguida te acalmares com a mesma facilidade, passarás por homem frívolo. Se deves falar em público, pronuncia um discurso adrede preparado e escrito.

Ler, escrever

Se deves escrever em um lugar muito freqüentado, coloca diante de ti, em posição vertical, uma folha escrita, como se a estivesses copiando. Que ela fique bem visível a todos. Coloca deitadas as folhas nas quais realmente escreveres e recobre-as, deixando visível apenas uma linha de uma página na qual terás efetivamente recopiado algumas linhas, e que todos que por ali passarem poderão ler. As folhas já escritas, esconde-as sob um livro ou sob outra folha, ou ainda coloca-as atrás da folha posta em posição vertical.

Se alguém te surpreende lendo, vira imediatamente várias páginas de uma vez, para que não adivinhe qual o objeto de teu interesse. Mas é preferível ter diante de ti uma pilha de livros, de modo que quem te espionar não saberá qual deles estás lendo. Se alguém se aproxima enquanto lês ou escreves uma carta, alguém aos olhos de quem essas atividades possam te tornar suspeito, imediatamente, de modo a parecer que tenha algo a ver com o livro ou a carta, faze-lhe uma pergunta sem qualquer relação com tua ocupação naquele momento. Como se, por exemplo, escrevesses a alguém que te houvesse pedido para guiá-lo, etc. Interroga esse hóspede inesperado: "Como me manifestarei sobre este caso que me submeteram? Ele exige prudência e sabedoria." Podes também perguntar sobre as últimas novidades, para - dirás pretender - reportá-las em tua carta. Age de acordo com os mesmos princípios, quando fizeres contas ou leres um livro.

Resigna-te a escrever de próprio punho os documentos que pretendes manter secretos, a menos que utilizes uma linguagem cifrada. Mesmo nesse caso, deves utilizar uma linguagem legível e inteligível por todos, como aquela proposta por Trittenheim em sua *Polygraphia*. É o método mais seguro, se não quiseres escrever tu mesmo esses documentos, pois uma linguagem cifrada que oferece um texto ilegível provoca a suspeição e o teu documento será interceptado se o deres a um outro para escrever. A única solução será, então, codificá-lo tu mesmo.

Dar, presentear

Dá generosamente o que visivelmente não te custa nada, como, por exemplo, privilégios cujos benefícios não poderás nunca usar.

Um pedagogo não deve jamais retirar de seu aluno a esperança de que, com sua ajuda, poderá aprofundar seus conhecimentos sobre determinado assunto. Ao presentear o filho, o pai deve fazer-lhe sentir que ainda não gozou de todos os efeitos de sua bondade, que pode esperar ainda muito mais. O princípio é o mesmo quanto às relações entre senhor e servidores. Se o senhor dá a um deles uma propriedade, que o servidor permaneça dependente de sua boa vontade: que dele necessite, por exemplo, para os bois, a água ou o moinho.

Se um contrato ou um documento deverá ligar o senhor ao servidor, que uma cláusula seja acrescentada estipulando que o ato é revogável segundo a vontade do senhor.

Se alguém é digno de uma função pública e quiser recusá-la no momento em que lha conferes, não aceites a recusa, a menos que aquele a quem a ofereces expresse essa recusa publicamente. De outro modo, pensar-se-ia que teu favor não é a recompensa de seus méritos. E, para que ele não possa esquivar-se, faze-o assumir suas funções no mesmo dia em que lhe deres o posto e, em seguida, deixa a cidade imediatamente. Desse modo, ele será forçado a te escrever para significar sua recusa e, esperando tua resposta, terá começado a exercer suas funções.

Faze favores que não te custem nada: concede indultos, ou na forma de presente; renuncia a impor uma nova taxa que, a exemplo de um vizinho, estavas prestes a estabelecer, apesar de seu caráter injusto.

As pessoas que empregares não deverão ter gosto pelo luxo, nem amor às armas, jóias e cavalos, pois assim poderás gratificá-las sem que isso custe muito à tua bolsa.

Adota formas originais de presentear: por exemplo, para presentear um arcabuz, organiza antecipadamente um torneio de tiro e recompensa o vencedor. Seja por estares certo de sua vitória, seja por quereres deixar a sorte decidir.

Se queres tomar alguém a teu serviço, não lhe faças promessas, ele se recusará a te atender, porque prometer é forma de não dar e é pagar as pessoas só com boas palavras.

Quem se vangloria em público de seus bens encoraja os que o escutam a lhe fazer pedidos.

Evita revogar decisões de teus predecessores, pois eles estavam em condições de prever coisas que te escapam. Também evita conceder privilégios perpétuos, pois se um dia precisares com eles gratificar um outro, não poderás mais fazê-lo.

Não assumas ares de quem prodigaliza favores. E, para que o beneficiado te seja reconhecido, evita fazê-lo sentir o preço do favor. Observa atentamente quem está necessitado, o que lhe falta, qual a sua situação. Se ajudares alguém, não divulgues aos outros, tu o ofenderás e parecerá que o censuras. E se, no entanto, tens a intenção de abordar o assunto, dirás que se tratava de uma dívida, que não é nem favor nem prova de reconhecimento. Mas se és tu que recebes um presente, por menor que seja, trata de te mostrares reconhecido.

Solicitar

Atenta a que tuas demandas não arruinem teu benfeitor, ou que dele não exijam esforços excessivos. O melhor partido é indicar simplesmente ao teu amigo que estás necessitado. O que não obtiveres dessa maneira não obterás através de pedidos insistentes. Mas limita teu reconhecimento à extensão dos benefícios que ele te proporciona, significando-lhe desse modo que continuas a precisar de sua ajuda. Se deves solicitar algo importante, fala de outros assuntos e faz-lhe compreender através de outra coisa qual o objetivo de teus desejos.

Aborda os grandes com prudência, pois eles desconfiam facilmente que se procura dirigi-los; emprega intermediários e escolhe para este efeito gente bem-nascida; por exemplo: faz intervir um filho junto ao pai, caso, evidentemente, os interesses dele não concorram com os teus.

O melhor momento para apresentar um pedido é quando teu amigo está de bom humor, num dia de festa ou depois de uma refeição, na condição, todavia, de que ele não esteja dormitando. Evita fazer tua solicitação a um homem mergulhado em um turbilhão de negócios ou abatido pelo cansaço. Evita também pedir muitas coisas ao mesmo tempo.

Se defendes os interesses de alguém, quando o acompanhares em aparições públicas trata-o formalmente, como a um estranho. Restringe teus contatos com ele a raras e breves entrevistas, a fim de deixares bem

claro que ages por amor à causa pública e não em vista de interesses particulares.

Adapta teu modo de agir à pessoa com quem negocias. Fala de ganhos e perdas aos avaros, de Deus e de glória aos devotos e, aos jovens, de triunfos e vergonhas públicos.

Não peças ao senhor alvarás ou privilégios, coisas sempre demoradas de obter. Redige tu mesmo o documento que lhe darás em um momento oportuno para que ele o assine.

Não peças a alguém um objeto raro e estimado, sobretudo se não te for útil. Em caso de recusa, teu amigo acreditará te haver magoado e te guardará rancor, pois humano é odiar aquele a quem se feriu. Se te atender, tratar-te-á com frieza, como a um solicitante indelicado.

Como é sempre humilhante amargar uma recusa, não pede nada que não estejas certo de obter. E por isso, também, é preferível nada pedir diretamente e sugerir o que precisas.

Se alguém procurar obter uma honraria que estás disputando, envia-lhe um emissário secreto para dissuadi-lo em nome de sua amizade e para mostrar-lhe as dificuldades que ele terá de enfrentar.

Aconselhar

Antes, fala dos mais diversos assuntos até chegares aos atos que pretendes sancionar, dos quais farás primeiro uma caricatura depois os criticarás, porém acrescentando-lhes circunstâncias diferentes para que aquele que queres aconselhar não se sinta diretamente atingido. Arranja para que ele te escute de boa vontade e sem se irritar, acrescenta algumas anedotas e, se o vires entristecer-se, indaga-lhe o por quê. Enfim, misturados a outras considerações, apresenta-lhe de modo geral possíveis remédios a uma situação desse gênero.

Se alguém sabe que suspeitas ter ele um vício qualquer, confia-lhe em segredo um negócio cujos riscos serão para ti praticamente nulos. Ele, para se livrar de tuas suspeitas, te servirá de todo o coração. É por isso que, de vez em quando, será interessante fazer sentir a essa gente que se tem algumas dúvidas a seu respeito.

Os jovens juridicamente emancipados têm inclinações para a rebeldia e a libertinagem; censurá-los com muito rigor só servirá para exci-

tar suas tendências negativas. O melhor a fazer será esperar que eles se arrependam ou se enfastiem do mau comportamento. Mas se consegues reconduzi-los ao bom caminho, não passes brutalmente do rigor à brandura. Com os temperamentos frios sê direto e brutal, tu os impressionarás; com os caracteres ardentes age, ao contrário, com brandura e tato.

Não se deixar surpreender

Não se deve acreditar muito nos sábios, pois eles rebaixam excessivamente o que têm de superior e exaltam vantajosamente a reputação dos outros. Eles não te confessarão que alguém falou mal de ti em tua ausência. Eles também não te dirão de quem deves desconfiar nem quais são os vícios de tal ou qual pessoa. O mesmo se diga dos padres que elogiam seus penitentes – pois eles não podem agir de outro modo —, ou de pais que elogiam os filhos.

Se temes que em tua ausência alguém busca suscitar perturbações ou queixas contra ti, ou fazer seja o que for para te prejudicar, leva-o contigo sob um pretexto amigável quando saíres a passear, a caçar, ou para a guerra. Mantém-no ao teu lado à mesa, nas reuniões, etc. Do mesmo modo, se queres evitar que as nações vizinhas se aproveitem de uma de tuas expedições para te declarar guerra, leva contigo a elite dessas nações, como se se tratassem de teus aliados mais fiéis, cuidando porém de fazê-la escoltar uma pequena tropa armada na qual tenhas absoluta confiança absoluta.

Manter-se bem de saúde

Cuida para que não cometas nenhum excesso na alimentação, seja em qualidade, seja em quantidade; age do mesmo modo no que concerne às vestimentas, prevenindo-te do calor e do frio. Evita também trabalhar em excesso ou dormir demais. Tua casa deverá ser bem ventilada, porém o teto não deverá ser demasiadamente alto. A ingestão e a dejeção, fontes de doenças, o movimento e o repouso, deverão ser moderados, as paixões refreadas. Não mores perto de um pântano, nem, sobretudo, de um curso d'água. As janelas de teu quarto deverão ser orientadas preferencialmente para o nordeste em vez de para o noroeste. Não demores mais de duas horas no exame de um assunto sério; faz de vez

em quando uma pausa para distraíres o espírito. Adota uma alimentação simples de obter e se encontre facilmente em todas as regiões. Usa Vênus moderadamente, seja qual for teu estado, seguindo contudo as exigências do teu temperamento.

Evitar o ódio

Recusa testemunhar em um processo, pois terás aborrecimento com uma das partes. Não fales, não dês informações sobre um homem que não seja bem-nascido ou mesmo de baixa extração. Se lanças uma farpa durante uma conversação, continua falando como se nada tivesse acontecido. Não demonstres a ninguém simpatia particular em presença de outros, que julgarão que tu os desprezas e que, em conseqüência, te odiarão.

Evita uma ascensão muito rápida e muito brilhante; os olhos devem habituar-se gradualmente a uma luz mais intensa, caso contrário, ofuscados, eles se fecharão. Não te oponhas àquilo que agrada ao povo, sejam vícios, sejam tradições. Se tiveres de admitir a autoria de um ato odioso qualquer, não te exponhas aos ódios instantâneos que ele suscitar e não deixes que se pense, através de tua conduta, que não tens nenhum remorso e que chegas a te orgulhares do que fizeste, escarnecendo de tuas vítimas. Assim tu irás duplicar o ódio. O melhor é te ausentares e deixar passar algum tempo sem te manifestares.

Não introduzas inovações extravagantes em tuas vestimentas ou no fausto de tuas festas.

Se ditares leis, que sejam iguais para todos; confia na virtude. Presta conta de tuas ações para agradar ao povo; isto, porém, somente após teres agido, para evitar objeções.

Adota como regra geral – trata-se de um princípio fundamental – nunca te deixares falar inconsideradamente, seja de mal ou de bem, sobre o que quer que seja, nem relatar as ações de ninguém, que elas sejam boas ou más. Pois pode ocorrer que se encontre entre os ouvintes algum amigo daquele de quem falas, que lhe transmitirá teus ditos, agravando-os: imediatamente este homem se sentirá ofendido. Se, ao contrário, te diriges a um inimigo daquele de quem falas bem, atrairás a sua inimizade.

Se é bem verdade ser importante tudo saber, tudo ouvir, ter espiões em toda parte, faze-o com prudência, pois é ofensivo para alguém saber-se espionado. Deves, portanto, espionar sem te deixares ver.

Deve-se evitar demonstrações de excessiva nobreza. Pois alguns verão nisso atitude de desprezo. Dizer, por exemplo, que nada pedes a ninguém, que tens todos os soldados que queres, etc.

É bom não dizer que farás uma política melhor que a dos teus predecessores e que todas as leis serão mais rigorosas, pois alienarás desse modo seus amigos. Mesmo se são justos, não anuncies teus projetos políticos, ou pelo menos fala somente daqueles que saibas por antecipação que serão bem acolhidos.

Eis como agir com teus servidores: não dês a outros o que era privilégio de alguns e não deixes transparecer que divides tua autoridade com um deles, sobretudo se os outros o detestam. Não distingas nenhum deles com recompensas especiais, a menos que todos reconheçam suas virtudes, pois neste caso teu ato motivará a emulação de todos.

Se te for necessário exercer uma certa severidade sobre tua gente, encarrega outros dessa tarefa, fazendo parecer que não és tu que dás as ordens. Assim, no caso de alguns virem a ti com suas queixas, poderás aliviar-lhes as penas e fazer recair toda a responsabilidade sobre quem teve a iniciativa de atos de tamanha severidade. Por exemplo: em caso de afrouxamento da disciplina das forças armadas, confia aos oficiais a tarefa de restabelecer a ordem, determinando-lhes expressamente que inflijam aos soldados tarefas penosas, sem determinar limite ao seu rigor. Para se remirem aos teus olhos, eles usarão de excessiva severidade dando-te, assim, motivo para que exerças tua benevolência para com os soldados que a ti recorrerem.

A todos aqueles que, por seus feitos, merecerem uma glória plena e inteira, deixa-os triunfarem sozinhos sem reivindicar tua parte. A glória te banhará ainda mais, pois a ela se juntará o mérito de teres estado acima da inveja.

Atribui teus sucessos e vitórias a um outro; por exemplo, a um homem de bem que te houver ajudado com sua clarividência e conselhos. Que o sucesso não te torne orgulhoso. Mantém o mesmo modo de falar, os mesmos hábitos à mesa, o mesmo vestuário. E se tiveres de mudar algo nesses domínios que o faças por uma razão bem precisa.

Se deves punir alguém, leva-o a reconhecer sua culpa. Ou então faze-o julgar por um outro a quem terás secretamente recomendado que pronuncie uma sentença severa, sentença que em seguida poderás amenizar.

Não insultes teu adversário quando de uma derrota dele; não desdenhes teu rival, e contenta-te, quando fores vencedor, da realidade da tua vitória, sem a celebrares com palavras ou gestos.

Se tens a intenção de pronunciares uma sentença capital, recorre a uma formulação ambígua. Por exemplo: fala gravemente a favor do ponto de vista que queres defender, em seguida faz parecer que concluirás a favor do ponto de vista adverso. Ou então reserva para ti tuas conclusões.

Se te pedem para intercederes em favor de alguém em um assunto, aceita, mas ao mesmo tempo mostra que o assunto em questão não depende só de ti, que não tens controle sobre o desenlace final, que poderá ser contrário a tua vontade.

Se deves te vingar, utiliza um terceiro ou age em segredo. Obriga o ofendido a perdoar o ofensor, permitindo que este fuja rapidamente e em segredo.

Se há disputa entre parentes teus, não tomes o partido nem de uns nem de outros, e, sobre o pretexto de que teus negócios te absorvem completamente, desculpa-te junto às duas partes em conflito. Assim, nenhuma delas se sentirá traída, posto que a nenhuma deste tua preferência.

Que não se possa imaginar que participaste junto a teus superiores da elaboração de novas leis, sobretudo se essas leis são impopulares. Evita mostrar-te com muita freqüência junto àquele que detém o poder, conta-lhe, sem te fazeres de rogado, anedotas sem importância e não te vanglories de privares de sua amizade.

Se se constata tua influência sobre os grandes, pensar-se-á, em conseqüência, que és responsável por suas más ações. Portanto, cuida para que teu senhor ouça teus conselhos, escute tuas intervenções, mas só promova grandes mudanças políticas durante tua ausência. Essa preocupação é particularmente importante para os confessores dos príncipes.

Se alguém elogia tua família e teus ancestrais, muda de assunto. Tua modéstia será notada e tua glória não será anuviada pela inveja. Se, ao contrário, te mostrares lisonjeado, suscitarás o ódio.

Não te faças defensor de ações demagógicas. Se fores demitido de uma função, exprime tua satisfação e teu reconhecimento àquele que te restituiu à tranqüilidade que havias reclamado. Procura os argumentos que melhor convençam teus ouvintes. Assim ninguém te insultará na queda.

Não procures abertamente descobrir se alguém te combateu, quem o sustentou na luta contra ti. De teu inimigo, não fales jamais: mas será de importância primordial conhecer todos os segredos dele.

Não te encontres em público com pessoas odiadas por todos e não sejas conselheiro delas.

Que não se saiba que estiveste presente a uma reunião durante a qual se presume que foram tomadas decisões excessivamente rigorosas, mesmos que sejam contra gente sem importância; poder-se-á crer que a iniciativa partiu de ti.

Não revelarás nem criticarás os atos de quem quer que seja, e evitarás olhar de muito perto o modo como os outros executam suas funções. Não vás sem convite aos domínios, gabinetes, estrebarias, e nos lugares em geral onde se poderá suspeitar de que estás espionando.

Se investigas junto a servidores e pajens sobre o senhor deles, toma grandes precauções.

Cuida para que não firam a ninguém tua conduta, teus gestos, teu andar, tuas brincadeiras, o que dizes e o modo como o dizes, teus risos, teus entusiasmos.

Quaisquer que sejam tuas ocupações, se alguém se aproximar, acolhe-o amavelmente e faze-o sentir que é bem-vindo. Mas que ele te desculpe por hoje e volte outro dia. Se queres viver em paz, deverás renunciar a um bom número de comodidades.

Cada vez que ouvires contar diante de ti coisas falsas, deixa falar sem interromper; é inútil mostrar que estás melhor informado. Não recebas jamais alguém com uma brincadeira ou um trocadilho; ele poderá considerar esse modo de agir uma falta de consideração ou forma de zombaria. Se alguém sofreu uma derrota, não zombes dele, ao contrário oferece-lhe desculpas, faze-o falar, procura ajudá-lo.

Não utilizes tuas prerrogativas de juiz para dares ordens a pessoas que são homens livres e não teus súditos.

Arrancar segredos

Não desdenhes conversar com homens de baixa extração: uma tal marca de benevolência os seduzirá e se, de outra parte, tu lhes dás um pouco de ouro, eles te dirão tudo o que quiseres. Age do mesmo modo com os pajens mas sabendo que corres grandes riscos. Deves recomendar aos servidores que traem seus senhores a desconfiarem uns dos outros; porém respeita escrupulosamente os compromissos que venhas a assumir com eles, para que mantenham a confiança em ti. E não empregues imediatamente informações que eles te houverem fornecido.

Conhecer as intenções
que se escondem por trás das palavras

Em primeiro lugar, escuta as razões alegadas por aquele que defende uma causa e vê se têm fundamento. Em seguida, observa como esse homem age ordinariamente e, em conseqüência, verifica se há razões, nesse caso particular, para suspeitar dele. Assim, alguém que começa a falar inflamadamente, quando sabes que não se inflama nunca por nada, não está exprimindo sua opinião pessoal. Ou ainda: um homem que mudar bruscamente de opinião e usar do mesmo ardor, para em seguida defender aquilo que atacava momentos antes, visivelmente foi comprado. Se, uma vez convencido de seu erro, mantém a mesma posição, é que ele não age motivado pelas razões que alega. Do mesmo modo, se seu discurso inflamado se apóia em argumentos sutis ou muito elaborados, em sofismas contrários ao seu caráter, ou em razões insubsistentes. Acontece também que nosso homem emprega, para defender o mesmo ponto de vista, argumentos contraditórios no princípio e no fim de sua demonstração. Pois o que dizemos sem pensar esquecemos imediatamente.

Envia-lhe, pois, alguém para tornar-se seu amigo e que o interrogue jurando segredo: ele lhe confessará toda uma outra verdade.

Evitar ofender

Se te mostrares reticente ou mesmo desatencioso em relação a alguém que te pedia um favor, não prestes esse mesmo favor a um outro que lhe seja inferior ou mesmo um seu igual. Pois perderias a confiança e suscitarias o ódio do preterido.

Não te mostres repentinamente mais severo em relação àqueles que dependem de ti sem ao mesmo tempo te mostrares mais generoso. Aumentando penas e recompensas misturas o amor e o temor.

Se empreenderes alguma inovação que possa eclipsar os outros e mesmo o Príncipe, arranja-te para teres imitadores. Não serás o único a suscitar invejas que, desse modo, serão atenuadas.

Se surgir a crença de que estás na origem de decisões impopulares, gratifica abertamente o povo com algumas prodigalidades, como isenção de impostos, graça a um condenado, etc. E sobretudo mostra-te afável com os que são amados da multidão.

Se premeditas alguma nova política, encontra-te antes e em segredo com um teólogo, etc., e coloca-o a teu lado, a fim de que ele te sugira, encorage e pressione a adotares publicamente as inovações que pretendes.

Se tens a intenção de promulgar leis novas, mostra a imperiosa necessidade delas aos sábios e prepara um projeto com eles. Ou faz simplesmente correr o rumor de que tu os consultaste e os ouviste. Em seguida, sem levar em consideração os conselhos deles, toma as decisões que te convierem.

Não procures nunca uma esposa para alguém, uma serva, etc. Nem muito menos tentes convencer alguém a mudar o modo de vida.

Evita sempre ter executor testamentário.

Se ocorrer estares presente quando alguém dirige seus servidores e lhes dá ordens, não te retires, porém priva-te de intervir, seja aprovando, seja contradizendo.

Quando chegares a um novo país, não deves incidir no erro comum que consiste em falar bem incessantemente do povo e os costumes do país que deixaste antes de visitares este.

Mesmo se em teu foro íntimo tens opinião contrária, toma o partido da indulgência nos casos de consciência e em todos os outros; mas prega o rigor.

Não deves jamais fazer crer a ninguém que tens influência sobre teus superiores, não te vanglories de sua boa graça. Não te deixes levar à confidência dizendo o que pensas de um ou de outro.

Quaisquer que sejam tuas funções, poderás sempre ganhar as boas graças de um superior se propiciares que ele obtenha lucros. Para com teus inferiores, procura sempre mostrar certa indulgência, ao menos aparentemente, de preferência a pareceres excessivamente rigorosos.

Se descobres que um pretenso amigo falou mal de ti, não o critiques, pois farás de alguém um inimigo que, na pior hipótese, era até então um indiferente em relação a ti.

Não procures saber todos os segredos dos grandes, pois em caso de fuga serás um suspeito.

Se alguém faz uma visita unicamente de cortesia, trazendo suas felicitações, transmitindo-te suas saudações, etc., prodigaliza-o de amabilidades e oportunamente retribui-lhe a gentileza.

Se alguém não cumpre o que promete, não o censures, pois nada terás a ganhar além do seu ódio.

Perde no jogo para teu senhor, na medida do possível; ou seja, quando só a honra estiver em jogo e não o dinheiro. Um homem realmente forte não é vencido por ninguém, a não ser por seu senhor.

Qualquer que seja a intimidade que tenhas com teu senhor, nunca te afastes do respeito e da submissão que lhe são devidos; de outro modo, ele pensará que essa intimidade te fez perder o senso do dever.

Não te vanglories de teres com teus conselhos modificado a decisão de alguém. Na próxima vez ele te resistirá melhor. Não tripudies sobre a derrota daquele que não seguiu teus conselhos. Deixa os acontecimentos te vingarem.

Não te vanglories de teus recursos, de tua força, de tua imaginação, de tua habilidade manual, de tua rapidez na corrida.

Se ganhaste os favores dos grandes e foste admitido em seus conselhos, seus ministérios, não reveles seus segredos, não procures adivinhar seus projetos. Esconde o que sabes e finge ignorância. Se sofreste alguma injustiça da parte de um mais poderoso que tu, não te queixes e mesmo ignora a ofensa, pois o ofensor odeia sua vítima.

Celebra os favores que recebes, mesmo os menores, como se se tratasse de presentes extraordinários, caso tenha sido teu senhor que te ofereceu, e responde com manifestações de amor.

Recusa de todo o coração as comendas honoríficas e trata de recebê-las o menos possível; elas te dão muito brilho mas não servem para nada.

Incitar à ação

Eis como proceder: assume os riscos da empreitada e promete recompensas. Como faria um general antes da batalha, ao prometer coroas aos feridos ao mesmo tempo que se compromete a proteger as bagagens: enviará em seguida um contingente de soldados sólidos para defender o acampamento. E assim o exército irá combater com a alma em paz.

Ganhar sabedoria

Mantém-te em silêncio a maior parte do tempo, escuta os conselhos dos outros e pesa-os longamente. Não te deixes arrebatar pelos sentimentos. Não superestimes tuas palavras ou ações. Não te carregues de ocupações que não têm para ti nenhuma utilidade presente ou futura, e não te envolvas com assuntos alheios. Celebra por escrito as façanhas dos outros. Disposto a lhes construir monumentos, a glória deles se refletirá em ti e ganharás suas graças sem incorrer-lhes na inveja.

Evita sucumbir à cólera ou ao desejo de vingança. Escuta com interesse os relatos sobre as virtudes dos outros e reserva tua admiração para aquele que for realmente extraordinário. Dá conselhos raramente. Não ajas nunca por espírito de competição. Evita os litígios, mesmo se eventualmente tiveres de sofrer algum prejuízo. Não mostres a ninguém os objetos preciosos que possuis, com o medo de provocares em alguém o desejo de pedi-los. Se alguém te impele a um empreendimento, cuida para que assuma sua parte nos riscos.

Se deves fazer uma recomendação, encaminhar um pleito, ou se deves te envolver em um novo empreendimento, procura precedentes nos livros de História a fim de te inspirares.

Consulta constantemente as obras dos grandes oradores; eles conhecem os meios de suscitar os ódios, devolvê-los contra seu autor, ou de adoçá-lo, defender-se ou acusar. É mister seres capaz de ambigüidade e que

teu discurso possa ser interpretado tanto em um como em outro pedido, de maneira que ninguém possa interpretá-lo com exatidão. Pois às vezes a necessidade te impelirá a recorrer à ambigüidade como foi o caso de Aristóteles, segundo Gregório Nazianzeno, quando consignou seu pensamento por escrito.

Eis como proceder nos livros, cartas ou conselhos quando se corre o risco de desagradar: é preciso utilizar a forma do debate, desenvolvendo sucessivamente os argumentos que tomam um e outro sentido, sem dizeres qual tua opinião ou qual a opinião que se quer ver prevalecer. Usa à vontade da ambigüidade, da invocação ou de qualquer outra figura de retórica.

Aceita a censura mesmo injustificada, não procures desculpa para tua conduta, senão ninguém quererá te dar conselhos. Mostra de preferência o quanto estás aflito com teu erro. Quanto às críticas sem fundamento, não respondas a elas, e até mesmo ocasionalmente poderás admitir alguns erros.

Exercita-te a seres capaz de defender em qualquer ocasião uma causa e a causa adversa; para isso, lê os tratados de retórica e as acusações e defesas publicadas.

Se és plenipotenciário e negocias com o inimigo, aceita seus presentes, mas previne o Príncipe, para que ele não suspeite de traição. Age do mesmo modo em circunstâncias semelhantes.

Não envies em embaixada um teu adversário que tencione tomar o poder. Ele agirá contra os teus interesses.

Equilibra os caracteres de teus conselheiros, pois raro é encontrar um cujo caráter seja naturalmente equilibrado. Escolhe um fleumático e um apaixonado, um brando e um agressivo, etc. Tu obterás o melhor conselho possível.

Observa sempre para que lado pende a fortuna ou para que lado ela tende a pender.

Tem ao teu lado servidores do Príncipe, tanto os grandes como os pequenos.

A cada dia, ou a dias previamente determinados, consagra um momento para refletir sobre qual deveria ser tua reação a este ou àquele provável acontecimento.

Mantém um diário, no qual anotarás as ações de teus amigos e servidores. Consagra a cada um uma página, que dividirás em quatro colunas. Na primeira, anota os danos que ele te causou ao faltar com

os deveres. Na segunda, o bem que lhe tiveres feito e o trabalho que tiveste para ajudá-lo. Na terceira, escreve o que ele fez por ti. Na quarta, os aborrecimentos que lhe causaste, qual sacrifício excepcional ele fez por ti. Assim poderás responder imediatamente a cada um deles que vier se queixar diante de ti ou alegar serviços. Põe essas regras em prática também nos teus contatos cotidianos.

Justas ou injustas, aceita as reprimendas de teu superior, desculpa-o sempre em presença de terceiros e fala bem dele. Na medida do possível, não faz promessas por escrito, sobretudo a uma mulher. Evita te apegares àquilo que te atrai e seduz. No entanto, se isso vier a te acontecer, multiplica tuas precauções.

Ainda que tua situação seja sólida, nunca será demais consolidá-la o quanto puderes. Ao fim de uma missa que levaste a bom termo, analisa-a como se se tratasse de tarefa realizada por outro, observa em que circunstâncias te deixaste surpreender, quais ocasiões perdeste, etc.

Agir com prudência

Há duas formas de prudência. A primeira consiste em saber medir a própria confiança; mesmo quando te encontrares com amigos em um lugar protegido, mantém-te circunspecto quanto às tuas confidências, porque poucas são as amizades que não te decepcionarão algum dia.

A outra forma de prudência se confunde com uma certa elegância que nos impede de dizer espontaneamente a cada um a verdade que lhe cabe, mostrando-lhe os erros, para corrigir-lhe a conduta. Essa atitude, que não está longe da hipocrisia, é muito útil, comportando, além do mais, poucos ou quase nenhum risco.

Não te deixes jamais levar a confiar teus segredos, pois não há ninguém que, com o tempo, não possa tornar-se teu inimigo. Não faças nada em estado de euforia. Cometerias erros ou cairias em armadilhas.

Jamais contes com a boa vontade dos outros, a ponto de esperares que venham a dar uma interpretação favorável aos teus atos. Não há uma só pessoa no mundo que seja capaz disso.

Não escrevas em uma carta nada que não possa ser lido por um terceiro; em compensação, podes inserir elogios a alguém entre cujas mãos tua carta pode vir a cair. Se constatas que alguém procura te arran-

car uma informação fingindo já estar a par daquilo que tem verdade quer saber, não o corrijas quando ele se enganar.

Dissimula ou desculpa os vícios de outrem, esconde teus sentimentos ou afeta sentimentos contrários. Na amizade, pensa no ódio; na felicidade, na adversidade.

Quando fores vencedor, não devolvas ao inimigo os prisioneiros de alto nível. Se a sorte mudar, o inimigo terá assim boas razões para te poupar. Por outro lado, mantém sempre contatos diplomáticos com os generais inimigos, salvo em caso de necessidade imperiosa.

Não empreendas abertamente algo que não poderás resolver rapidamente, pois as pessoas te condenariam sem esperar tuas explicações. Vivemos em um mundo em que se condenam as virtudes melhor estabelecidas, a fortiori as virtudes mais duvidosas.

Se teus parentes ou inferiores te solicitam, faz que ponham por escrito o objeto de sua demanda sob o pretexto de poderes melhor examinar a situação. Mas, tu mesmo, responde só verbalmente.

Se entras em discussões perigosas durante as quais corres o risco de caíres em armadilhas devido a tuas palavras, anuncia previamente que tudo o que disseres não passa de brincadeira. Contradiz vez ou outra teus interlocutores para ver suas reações, e opina o resto do tempo de acordo com eles. Desse modo, se cometeres alguma imprudência, poderás te justificar lembrando que os havia prevenido, não falavas seriamente.

Se és grande amante do jogo, da caça, do amor, ou se tens qualquer outra paixão devoradora, a ela renuncia definitivamente, pois essas paixões te farão cometer numerosas imprudências.

Com as crianças, os velhos, a gente rude, todos aqueles que não têm boa memória e sobretudo com os tiranos, age sempre em presença de testemunhas, e pede que as missões que te confiarem sejam consignadas por escrito.

Não dês opinião aos homens impetuosos e violentos. Eles só julgam resultados.

Quando puderes ser observado, fala muito pouco. Correrás menos riscos de errar do que se falares rios de palavras.

Observa os vícios e as virtudes de cada um; poderás, assim, em caso de necessidade, jogar uns contra os outros para dirigires alguém. Isso deixará um belo arsenal à tua disposição.

É preciso que as janelas abram para o interior e que os caixilhos onde são colocados os vidros sejam pintados de preto, a fim de que não se possa ver se as janelas estão abertas ou fechadas.

Livrar-se de uma visita indesejável

Combina com um parente para que, a um sinal determinado, venha prevenir-te, falando-te ao ouvido, como se assuntos importantes te chamassem com urgência a outro lugar. Ou teu secretário te trará uma carta, anunciará uma catástrofe, distúrbios entre teus súditos. O médico te teria proibido de beber, de falar, etc.

Faz vir um cavalo selado como se estivesses a ponto de partir.

Dá aos cavalos dessa visita indesejável aveia junto com a qual terás colocado durante certo tempo uma pele de lobo. Reserva-lhes uma estrebaria onde terá sido enterrado o cadáver de um lobo. Manda-lhe preparar um quarto onde a cama terá sido colocada sob uma janela aberta por onde a chuva terá entrado. Tapa a chaminé para que devolva a fumaça tão logo o fogo da lareira se acenda.

Da conversação

Sabe a que categoria de oradores pertences. Alguns são muito ruins no início de seus discursos para em seguida melhorarem progressivamente; seu saber não se mostra imediatamente, como se esperasse no vestíbulo. Outros, ao contrário, são imediatamente sábios e persuasivos. Mas se seu discurso se prolonga um pouco, tornam-se ruins, passam a emitir julgamentos a torto e a direito e perdem o fio de suas proposições. Portanto, adapta tuas conversações a ateu temperamento. Se pertences ao primeiro grupo, não multipliques os encontros, mas prolonga-os. Se estás no segundo, ao contrário, multiplica-os e trata de encurtá-los logo que tiveres o sentimento de haver causado boa impressão.

Espaça tuas visitas, dando-lhes assim maior valor. Prepara o que será objeto de tua entrevista em função das tendências de teu interlocu-

tor; com um, serão as utopias, com outro a arte militar, com um outro a poesia, e faz crer a cada um que compartilhas sua predileção.

Não concedas audiências quando tiveres o espírito ocupado com outra coisa; serás desatencioso.

Sê grave com os melancólicos, irascível com os coléricos e paciente quando se tratar de um superior.

Não busques assumir ar grave com um sábio ou um especialista no assunto que tratas, e não cumules argumentos técnicos, posturas que assumirás com um leigo.

Fica atento às circunstâncias, observa se elas te são favoráveis ou não. Com aqueles cujos partidos a que pertencem os tornam poderosos ou com aqueles que estão bem na corte usa de todos os meios para fazê-los teus amigos.

Está pronto em qualquer ocasião para fazeres face à situação. Por exemplo, imaginando antecipadamente como responder serenamente a uma zombaria inventando tu mesmo uma farpa que alguém poderia te lançar. E convence-te de que exteriormente serás exatamente como te tiveres modelado interiormente.

Se precisares falar de um terceiro, não menciones nem o nome dele nem qualquer lugar, data ou circunstância que permita seja identificado por alguém que surpreendesse tua conversação. Quanto às histórias verdadeiras, porém pouco verossímeis, e que passariam por romances se vieres a contá-las, trata de não repeti-las mesmo quando corresponderem a fatos autênticos.

Sê respeitoso com todo mundo e sobretudo com teus superiores. Mostra-te sincero na medida que tuas palavras não te prejudicarão ou mesmo venham a contribuir para tua reputação; por exemplo, podes celebrar virtudes bem-estabelecidas, etc.

Sê muito prudente com aqueles que te propõem receber dinheiro para cometer um crime; eles se voltarão em seguida contra ti.

Evita os loucos e os desesperados; perigoso é freqüentá-los.

Com os príncipes, sê avaro de palavras: eles preferem ser escutados, a escutar. Faz com eles de filósofo, de preferência a orador, e, mesmo que se mostrem familiares contigo, mantém-te respeitoso.

Dá a precedência aos idosos, segue-lhes os conselhos, cerca-os de honra e veneração, pois eles se tornam facilmente agressivos. Elogia os gloriosos e honorifica-os.

Evita freqüentar os boquirrotos, eles repetem absolutamente tudo o que lhes disseres. Apressa-te em elogiar na casa de alguém suas predileções e em criticar o que ele detesta. Se vais de encontro a seus gostos mesmo inconscientemente, tu o ferirás. Se estás só com um amigo, age como se só ele existisse no mundo.

As brincadeiras

Não caias jamais, em palavras ou atos, na obscenidade (própria dos bufões); não imites os passarinhos e não dês gritos de animais.

Não brinques jamais sobre coisas graves, nem sobre os defeitos físicos ou morais de alguém, pois disso ele guardará lembrança.

Não contes as desgraças de outrem, esteja ele presente ou ausente: tu podes escutá-las, mas não repeti-las. Para tornares mais prazerosa a conversação sem seres vulgar ou desagradável, lê os escritores em cujas obras formigam anedotas e os poetas que te ensinarão a por sentimento nas coisas. Quando fizeres uma descrição não te deixes levar a dar nomes ou a revelar algum detalhe inconveniente.

Evitar as armadilhas

Finge ter um litígio com um amigo se suspeitas de estar ele em desacordo contigo: ele trairá seus sentimentos, aproveitando a ocasião que lhe ofereces. Que essa inimizade súbita te libere dos laços de amizade, separa-te dele.

Eis como proceder se salteadores te montam uma emboscada à beira de uma estrada, e a cada vez que alguém te preparar uma armadilha. Separa-te de tua escolta e avança sozinho até o local da emboscada. Desde que se iniciar, faz meia-volta, fugindo, e faz que os salteadores caiam por sua vez em uma outra emboscada. Se a armadilha foi montada por um poderoso, encontra um pretexto para tomares um atalho e sê hábil o bastante para, sem cair sob os golpes do inimigo, não o deixar perceber que estavas a par da emboscada.

Se alguns te impelem a uma empreitada da qual não sairás ileso, mostra uma boa vontade evidente e prepara-te ostensivamente a essa empreitada, porém sempre apontando as dificuldades que se apresentam em termos imediatos. Mas na realidade tomarás paralelamente disposições contrárias.

Obter dinheiro e conservá-lo

Não desprezes as doações módicas e evita de modo geral as despesas. Sê estrito quanto às rações de pão e comida e não deixes que haja desvio da aveia dos cavalos.

Utiliza os serviços de bons administradores e aprende com eles as técnicas de gestão. Verifica o que pode ser vendido daquilo que é produzido em teus domínios, cuida das plantações e das terras para cultivo; para isso, emprega técnicos. Mantém-te a par de todas as produções e determina que delas sejas regularmente informado.

Se planejas novas despesas, prevê antecipadamente os meios para financiá-las, cria lucros suplementares para não te tornares deficitário. Se, por exemplo, decides gastar quatro mil escudos para recrutar vigorosos soldados, é preciso, antes, criar uma taxa sobre os jogos, ou sobre um vício do mesmo gênero, para equilibrar a despesa assumida.

Quanto aos utensílios domésticos que se estragam com o uso ou se quebram, não os tenhas preciosos; basta que convenham a teu nível. Não compres muito menos desses vasos de prata, cujo valor reside exclusivamente no trabalho do artista, pois em dias de necessidade verás que foi um mau investimento.

Eis como descobrir as fraudes de teu intendente. Uma vez que ele te tenha prestado contas, faz como se tivesses esquecido tudo e pede-lhe algumas horas mais tarde que te repita de cabeça o que ele te houver dito. Se o que ele te disser não coincidir com o que ele te houver dito antes, é que ele te enganou.

Obter e conceder honrarias

Prova de antemão que é absolutamente indispensável conferir tal função, dando-lhe precisões tais que te designarão implicitamente para essa honraria. Em seguida começarás a recusá-la pretextando

que a posição que ocupas já te dá as prerrogativas inerentes a essa função.

Faz saber que, em função de teus sábios conselhos, encontrou-se meio de promover realização para a povo, como a construção de hospitais públicos para os indigentes, sem necessidade de contribuição financeira dos súditos.

Não contes com o teu valor e teus talentos para obteres um cargo e não suponhas que ele te será atribuído automaticamente sob o pretexto de que és o mais competente para ocupá-lo. Pois prefere-se conferir um cargo a um incapaz do que àquele que o merece. Age portanto como se pretendesses dever tuas funções exclusivamente às graças do teu chefe.

Para obteres uma função, toma a dianteira, promete privilégios, emprega intermediários e, em seguida, não percas nunca a ocasião de prestar os serviços prometidos. Desvaloriza-te em público, diz que és indigno desse cargo e que se o alcançares teu reconhecimento será bem maior.

Se as funções que ocupas implicam um gordo orçamento e teus recursos pessoais forem superiores aos de todos os outros, para evitar que essas funções possam ser confiadas a algum outro, investe todos os lucros desse cargo em fundações perpétuas. Assim, quem quer que venha a ocupar essas funções só deverá contar com seus recursos pessoais e assim eles ficarão em tua casa.

É preciso sempre visar ao mais alto. Se te lanças a estudos, põe nisso toda a tua energia sem te deixares levar a essa vaidade intelectual que unicamente buscam certos sábios em seus estudos. Se é a virtude a que aspiras, que seja a virtude mais alta. Se são as honras, ambiciona as mais elevadas, ali também estarás em maior segurança.

Responder às solicitações

Não digas não imediatamente, mas leva tua recusa por um longo decurso; se tiveres recusado uma vez alguma coisa a alguém, não mudes de opinião frivolamente; e se um dia porventura venhas a mudar tua recusa, que o seja fundado em razões sérias. Quando tiveres que responder negativamente a uma solicitação que te for feita, reflete um instante e em seguida faz como se lamentasses realmente não poderes

atender a esse pedido. Podes também combinar um sinal com um dos teus servidores; ele virá imediatamente anunciar que uma carta chegou, que uma desgraça te atingiu subitamente, e ao solicitante ele fará entender com palavras e sinais que não podes dar-lhe atenção.

De qualquer modo, felicita-o por seu pleito, e se ele ainda insistir, pergunta-lhe como poderá provar-lhe de outra maneira tua amizade. Ordena então a um servidor, adrede prevenido, que dele se ocupe e cuide dos interesses do solicitante como se fossem teus.

Enfim, se enviares teu solicitante a um outro, evita que parta de mãos vazias e indica-lhe o caminho a seguir para encontrar aquele a quem tu o envias.

Gente pequena se inflama rapidamente, mas suas paixões recrudescem com a mesma rapidez, e se alguém desse gênero te solicita abusivamente, não recusa de imediato, mas faze-o esperar mediante pretextos especiais acompanhados de palavras gentis. E mesmo que tenham em alta estima o objeto de seu desejo, não te inquietes, eles renunciarão ou mesmo se inflamarão pela paixão contrária.

Podes estar certo de que todas as demonstrações de ódio que te manifestam são autênticas, pois no ódio, diferentemente do amor, não se conhece a hipocrisia.

Se não podes recusar um cargo a alguém, dá-lhe um posto onde ele ficará em perigo, desde que com isso não faças correr risco a administração pública.

Tu podes, assim, sob pretexto de honrá-lo, mantê-lo na corte. Em geral imagina cargos honoríficos que não custam nada conferir, como antigamente em Roma davam-se coroas de louro como recompensa, etc. Nesse domínio os homens não distinguem aparência de realidade.

Cada ano, em data fixa, ou ao menos de três em três anos, faz o balanço de feitos e gestos de teus servidores, retomando o registro onde os consignastes. Demitirás alguns de suas funções, promoverás outros, distribuirás cargos e darás ouvido a requerimentos... Mas faz saber que, se de um lado escutares todos os pedidos apresentados pessoalmente, por outro recusarás sistematicamente todos aqueles vindos por intermediários. Enfim não assumas nenhum compromisso a longo prazo.

Afetar sentimento

Destaca nos poetas modelos de comportamento afetivo como aqueles que se encontram no Palatium eloquentiae e exercita-te representando os sentimentos de que terás necessidade, até ficares, digamos assim, deles impregnado. Não reveles para ninguém teus verdadeiros sentimentos, mas representa a sinceridade. Mascara teu coração tanto quanto teu rosto, os tons de tua voz tanto quanto tuas palavras. A maior parte dos sentimentos se lê no rosto. Se és medroso, domina teu medo pensando que és o único a conhecê-lo e age como se corajoso fosses. Faz o mesmo quanto aos demais sentimentos.

Dar festas

Para limitar despesas, obtém em grande quantidade coisas que poderão voltar a servir, como figuras em açúcar e cera - fontes ou montanhas - e autômatos musicais. Faz o mesmo quanto aos objetos preciosos; entretanto, não abuses dos quadros de armas, daqueles que tratas, nem das mulheres selvagens vestidas de peles de animais e que seguram archotes na sala de banquetes. Deverá haver vinhos e licores diferentes, odores variados, sabores diversos, como se viessem do mundo inteiro, e também vinhos artificiais, daqueles por exemplo de que fala Arnauld de Villeneuve.

Guirlandas de flores multicores, ovos enormes construídos com ovos curtidos em essências aromáticas, velas acesas brotando do sorvete, vulcões vomitando flamas perfumadas, com gêiseres jorrando, de seus flancos nevosos, frutos artificiais e odorantes. Ou ainda maçãs presas à sua árvore, que serão levadas à mesa. Essa curiosidade não te custará caro se cultivas a árvore em teu próprio jardim.

Dispõe também folhagens, que colorirás e perfumarás para delas fazeres plantas exóticas. Os frutos serão apresentados em pratos ou taças de vidro e as carnes preparadas de formas variadas e rebuscadas segundo as receitas de Apicius e Platina. Pois o que importa em um banquete não é a qualidade mas a raridade. Mistura caranguejos vivos com caranguejos cozidos, faz preparar carnes compostas de massa e osso, peixe à base de carnes moldadas em fôrmas de madeira, com caldos à guisa de molho. Que pequenas rodas de vidro apareçam e desapareçam, mudando de cor. Que haja queijos mais ou menos fortes, de formas

variadas. A louça na qual serão trazidos os pratos poderá ser, por exemplo, ornada de falsas pedras preciosas.

Evitar prejuízos

Sê atento aos mínimos danos: teus gerentes devem a ti reportá-los imediatamente com os riscos que comportariam em caso de não reparação. É preciso teres as contas do que deve ser comprado e vendido. Consulta um profissional para os domínios que não conheces. A cada semana o intendente te fará um relatório sobre teus arrendatários, etc. Que um homem tenha por função inspecionar se tudo está em ordem na casa. Deverá ele fazer rondas para verificar se tudo está fechado e que nada desapareceu. Se és tu o gerente, presta conta de tudo quanto entra e de tudo o que sai. Sê tão honesto quanto o mestre se mostrar benevolente contigo.

Inovar

Começa por te colocar as quatro questões que seguem:

Essa inovação ser-me-á pessoalmente útil ou prejudicial?
Estarei à altura do empreendimento?
Ela é compatível com meu estado?
Tenho a estima da nação onde vou agir?

Garantir-se contra perdas

Se apostas com alguém no sucesso de um negócio, aposta com o terceiro no malogro desse mesmo negócio; assim não perderás nada.

Nos contratos arriscados que podem te custar caro, acrescenta algumas cláusulas suficientemente vagas que possam ser interpretadas mais ou menos largamente. Por exemplo, quando da rendição de uma cidade, promete respeitar todos os bens, todavia sob a condição de que não haja nenhum tumulto ou movimento de revolta. Sem precisar que se trate de tumultos populares ou incidentes provocados por alguns indivíduos isolados, que, aliás, poderão ser integrantes de teu próprio partido.

Assim, no caso de necessidade e se a justiça o exige, poderás denunciar o acordo.

Quando assumes compromissos, age portanto como acabo de indicar, e será fácil justificar uma infração

Esconder os erros

Se te ocorrer deixar escapar uma frase infeliz, ou se ages inconsideradamente, faz imediatamente como se houvesses feito deliberadamente para pôr à prova os outros ou imitar alguém. Põe-te a rir como se estivesses contente com teu feito ou, ao contrário, lamenta teres sido mal compreendido.

Se alguém se engana por ignorância, não mostra, através de perguntas, que terias cometido o mesmo erro, por estares na mesma ignorância. Reflete sobre a melhor maneira de saber a verdade. Pergunta por exemplo a um outro o que ele faria, em circunstâncias análogas, porém ocultando-lhe tua opinião, para dissimular tuas ignorâncias.

Se esqueceste algo que disseste em um momento passado – isso acontece mesmo quando se fala sinceramente –, cuida para não dizeres o contrário, por infelicidade. Eis porque é bom anotar o essencial do que dizemos.

Fica bem atento para não confundires as pessoas entre si. Pois ao te enganares quanto ao teu interlocutor, com um trairás tuas ignorâncias, com o outro darás conhecimento de intenções que ele não deveria saber.

Eis porque deves te antecipar com tuas precauções para evitares esses dois resultados.

Excitar o ódio contra os maus

Elogia aquele que queres perder junto ao seu protetor, mas de tal modo que esse elogio seja recebido como uma ofensa ao seu chefe. Acrescenta que teu adversário é quem dá curso a rumores públicos e que não falas em caráter pessoal, e que preferes deixá-lo chegar por si mesmo às conclusões que se impõem concernentes à sua reputação. Ele compreenderá que está sendo atingido pessoalmente.

Elogia sua clemência, finge compaixão e fala em tom patético das paixões de seu favorito, exagerando-as. Diz: "Que homem de elite! Pena que o vício estrague tão belo caráter!" Mas esse vício, não o nomeies. Não ameaces nunca aquele que tens a intenção de combater, pois ele se

poria em guarda, mas deixa-o crer que tuas forças são inferiores às suas e que, mesmo que o quisesses, nada poderias contra ele. Restabelece com ele laços de amizade para deixá-lo confiante e dissimula espiões no lugar onde tu e ele tiverem uma entrevista. Em seguida, induze-o a fazer declarações subversivas, como, por exemplo, falar mal do Príncipe. Poderás depois denunciá-lo.

Exagerarás as más ações cometidas por teu inimigo e as desgraças que se seguirão se ele não for punido. Mas ao mesmo tempo, para não teres o ar de exaltado pela paixão, intercede por ele pedindo que seja perdoado; mas, atenção, não deves ter êxito! Aproveita a oportunidade para te estenderes longamente sobre seus aspectos odiosos, interpretando tendenciosamente seu caráter e suas ações, a fim de enfraquecê-lo. E, desde que a ocasião se apresente, empurra-o no abismo.

Não se deve jamais combater vários adversários ao mesmo tempo, e quando se ataca um é bom reconciliar-se temporariamente com os outros.

Assegura-te sempre da solidez de tua situação antes de atacares alguém. Não te deixes levar pela paixão da vingança, que te fará perder a ocasião de fazer arrancar teus negócios.

Pôr fim a uma amizade

Evita as rupturas brutais. Mesmo se teu amigo agiu mal com relação a ti e que estejas em teu direito, não te ressintas de ódio. Perdoa-o, mas apaga em ti progressivamente toda afeição, e deixa lentamente desfazer-se o laço de amizade no fundo do teu coração. Continua a encontrá-lo e, se as circunstâncias o exigem, por exemplo, em razão de negócios, fala-lhe, mas em frases breves. Convida-o à mesa para não dar a impressão de que só és amigo das pessoas quando delas precisas.

Se estás certo, ou se presumes que alguém é um amigo muito próximo do chefe, tenta uma experiência para disso te assegurares. Persuade aquele que se gaba dessa amizade a pedir a seu chefe um objeto que este último preza particularmente, do qual só se desfaria muito a contragosto e posssivelmente se recusaria terminantemente a dá-lo. Quando ele houver sofrido a recusa, como por acaso em uma conversação, exagera a pouca importância do objeto recusado e a importância da afronta.

Induze-o a pedir emprestado ao amigo objetos que, na tua opinião, ele provavelmente estragará. Como cavalos para uma longa viagem, roupas para um festim, e isto, por exemplo, no exato momento em que esse amigo precisa desses objetos pessoalmente. Que ele os obtenha ou não, em ambos os casos um dos dois ficará ofendido.

Ou, ainda, induze-o a pedir emprestado qualquer outra coisa sem fixar data para restituição. O amigo que houver emprestado o objeto correrá o risco de ferir aquele que o pediu emprestado ao lembrar sua dívida, mas ao mesmo tempo levará a mal o fato de que ele não lhe devolveu o objeto em questão e, em conseqüência, ficará incomodado de encontrá-lo e o evitará. Imediatamente a amizade entre ambos esfriará.

Espalha o rumor de que ele só consegue viver graças aos conselhos do seu amigo e que sem ele nada pode. Ou, pior ainda, que seu amigo crê que ele não tem nem casa nem família, e revela o quanto ele lhe custa. Eles rarearão seus encontros e se separarão.

Podes também fazê-lo confiar um segredo a seu amigo, segredo que terás tu mesmo comunicado a um certo número de pessoas por algum intermediário. Tu lançarás assim a dúvida sobre a lealdade desse amigo.

Elogiar o outro

Fala com ar de sinceridade, diz que as palavras te vêm do fundo do coração e que tens em mente apenas o bem comum. Enfim, afirma que nada te horroriza mais do que a adulação. Depois, prossegue dizendo ser preciso desculpar a brandura e a clemência do Príncipe, que a causa da falta de severidade dele é a sua grande piedade.

Se estás ofendido, o melhor é dissimular, posto que uma querela leva a outra querela, e isso será o fim da paz entre vocês. Talvez em caso de conflito tivesses te exaltado, mas essa vitória teria sido pior que uma derrota, pois, nesse ínterim, terias suscitado muitas animosidades contra ti.

Se alguém te lança uma farpa, a melhor resposta será mostrar que percebeste a ironia do comentário ou mesmo sua malevolência. Mas, ao mesmo tempo, farás de ingênuo, respondendo às palavras e não ao espírito. Em seguida, finge teres a atenção atraída para algures.

Se alguém te atacar ruidosamente, não necessariamente te nomeando, mas ao menos por alusões que deixam transparecer uma ação cuja autoria ele insinua ser tua, toma-o ao pé da letra, censura essa ação e os homens capazes de uma tal vilania, como se não tivesses compreendido que eras o visado. Ou ainda finge não haveres compreendido do que se tratava e dá uma resposta paralela.

Mas se ele chega a te nomear, age como se ele estivesse gracejando e fingindo encolerizar-se contra ti. Responde-lhe com algumas facécias inocentes que o farão rir. Ou então retoma essas acusações contra ti e as agrava, como se se tratasse de um terceiro, acrescenta mais acusações até que suas munições estejam esgotadas, e então desarma-o definitivamente mostrando-lhe não haver motivo para tanta exaltação.

Se alguém te recebe grosseiramente, não digas nada e esconde teu mau humor conduzindo-te como se ele te houvesse recebido convenientemente. Ele será punido quando se aperceber de sua grosseria e a situação irá confundi-lo. Ele tratará então de reparar suas faltas para contigo através de presentes e boas ações.

Recentemente nobilitado, verás tua nobreza questionada. Se alguém, em tua presença, começa a atacar os novos oficiais do rei, toma seu partido e elogia a velha nobreza de sangue. Age do mesmo modo em outras circunstâncias análogas.

Se alguém procura querelar contigo abertamente e se não há meio de não dar importância à provocação, tem sempre pronta uma resposta engraçada ou uma historinha relacionada à situação que te permita desviar a conversa para outros assuntos. Podes prever também, para essas circunstâncias, a presença de alguém que, a um sinal convencionado, venha te trazer uma carta. Dirás então que te anunciam um acontecimento feliz, ou que tenhas de sair para ver imediatamente alguma coisa.

Deixa ao teu inimigo o tempo para realizar a indignidade de sua ação, mas evitando mostrar-lha tu mesmo, a fim de lhe retirar todo pretexto para se encolerizar contra ti.

É difícil não se irritar contra alguém que se comprometeu a resolver um assunto em um determinado tempo e que se viu impedido de cumprir o acordado em razão de um contratempo. Eis porque deves evitar exigir a assunção de compromissos desse tipo.

Fugir

Faze que te tragam álcool, por exemplo, aguardente, sob o pretexto de que queres beber. Derrama-o nas tuas vestes, na tua enxerga, em em seguida põe fogo. O guarda crerá em um ato desesperado e, relaxando a vigilância, irá alertar os outros. Aí, tira proveito da ocasião.

Simula uma doença, por exemplo, sangue nas fezes, comendo garança, ou ainda provoca uma alteração no pulso no sangradouro, comendo mofo. Então pede que te façam vir um médico a quem te queixarás de insônia. Em seguida exige que te transportem para a casa do carcereiro e dize que queres compartilhar seu jantar. Faze com que te tragam sonífero, e te arranja para derramá-lo no copo dele.

Enquanto preparas tua fuga, dize diante dos teus que levarás contigo uma espada. No caso de algum deles vier a ser interrogado por teus perseguidores, ele deverá tirar-lhes toda a esperança de te prender.

Se és perseguido, joga tua espada ensangüentada na estrada, ou deixa peças de vestuário na margem de um rio como se te houvessem atirado na água. Persuade teus companheiros a se protegerem e, uma vez sozinho, põe fogo na casa onde te encontras, fazendo crer que pereceste no incêndio. Toma um cavalo capaz de suportar ferragem dupla e leva víveres para certo tempo.

Não indagues jamais de rota para um só destino, mas informa-te ao mesmo tempo sobre vários itinerários. Enquanto ainda estiverem te vendo, segue direção contrária à que realmente vais tomar. Do mesmo modo, quando deixares uma cidade ou vila, parte através dos campos, e logo que te perderem de vista, troca de roupa e postura, volta para a estrada e toma a direção que te convenha.

Se teus perseguidores se aproximam, fere teu cavalo e deixa-o fugir. Quando o animal cair nas mãos deles, pensarão que foste morto. Deixa teu boné flutuando num rio ou num poço, e crerão que te afogaste. Toma uma gualdrapa reversível para teu cavalo e para ti vastos sobretudos de cores diferentes. Leva uma máscara de pergaminho, com um rosto diferente pintado nas duas faces, que poderás pôr e trocar à vontade.

Corrigir e punir

Não exerças nunca pessoalmente a violência e toma bastante cuidado para jamais cometeres uma morte. Se te for necessário punir severamente alguém e, para isso, não tiveres ações graves para incriminá-lo, eis como proceder: pune o filho de quem queres castigar por uma falta menor, que poderias ter perdoado ou que habitualmente tens o hábito de sancionar só levemente. O pai se indignará, começará a se queixar e a murmurar. Redobra a punição, ele redobrará as queixas. Então acusa-o de rebelião e castiga-o duramente por uma falta tão grave.

Ocorre que uma punição, longe de acalmar os jovens, exaspera-os. Eis porque se deve deixar por menos certas extravagâncias, ao menos aqueles que apaziguam suas paixões cuja satisfação não provoca hábito ou, pior ainda, a queda em cascata de paixão em paixão.

Se expulsaste alguém de tua corte, de tua casa, de suas funções e outros lamentam por isso, queixa-te publicamente a todos do fato de que o punido te dava maus conselhos e faz saber que lamentas teres te apercebido tão tarde do mal que ele teria feito a teus súditos. Aqueles que aquela queda entristece poderão ver que seus negócios na verdade só irão melhorar e, para disso persuadir a cada um, pratica alguma ação provando tua boa vontade. Se, por exemplo, dispensaste teu intendente, faz estabelecer a lista dos que não haviam recebido salário e paga-os imediatamente.

Faz administrar a justiça de modo liberal quando a um outro deverão caber os custos de tua liberalidade. Por exemplo, se para te agradar, teu governador esmagou teus súditos com impostos, que ele lhes faça saber que no dia em que o estado tiver necessidade de novas contribuições, tu os considerará desobrigado e que o próprio governador se compromete a suportar o encargo.

Se queres corrigir alguém, discute com ele qual o melhor remédio. Ele preferirá encontrá-lo pessoalmente e se imporá assim a si mesmo sua própria pena.

Sê adversário de toda forma de inquisição e fecha os olhos quando puderes, sem prejudicar a outrem. Não condenes os homens bem-nascidos a penas infamantes.

Entrega ao homem que queres punir uma carta para que leve à casa de um dos teus, um homem certo e que será o teu executor. Envia-lhe logo em seguida e em grande segredo ordens indicando-lhe apenas o que ele deve executar.

Se queres reconduzir alguém ao bom caminho, põe-no em uma função na qual ele terá que corrigir os outros erros que são os que ele próprio comete. Por exemplo: põe um etílico para reprimir o alcoolismo, etc.

Se alguém é submetido à pena de confissão e arrependimento em público, dá um crédito às esperanças que ele embutiu em seu gesto e não o leves a agravar sua falta rebelando-se contra o castigo. Aceita moderar a pena e, após a promulgação da sentença, observa-o e verifica se ele não muda de vida. Quando te diriges a um culpado, não o faças sentir que ele não tem mais nada a esperar e que a audição de seu crime só pode suscitar tua cólera. Mostra-te, ao contrário, de natureza inclinada à clemência.

Dar fim a uma sedição

Não aceites receber vários amotinados ao mesmo tempo para negociar, mas que eles designem um dos seus para representá-los. Os filósofos fornecem muitas causas às sedições, mas se são dívidas, faz decretar uma moratória.

Promete recompensa a quem trouxer a paz civil, ou que te ofereça o meio de alcançá-la, suprima os agitadores ou venha a entregá-los. Se o povo soçobra numa violência anárquica, toma por intermediários os homens de bem que o reconduzirão à virtude, lembrando-lhe o temor a Deus e a piedade, porque só estes sentimentos podem serenar suas almas. Faz correr o rumor de que os chefes da revolução só defendem seus interesses pessoais e aspiram à tirania ao custo da desgraça e do sangue dos outros, que eles não estão dispostos a dividir nada.

Escutar e pronunciar os elogios apropriados

É preciso ter sabedoria para recusar elogios baseados em uma comparação ou os elogios muito extraordinários, mesmo que tenham fundamento. Pois as pessoas têm dificuldades para crer naquilo que é muito extraordinário.

Se alguém te elogiar abertamente na presença do Príncipe, pergunta-te se, na tua ausência, não terá ele te acusado. Quando te lisonjeiam de forma ultrajante, diz-te a ti mesmo que é uma farsa. Quando tudo o que fazes é incensado, quando te cobrem de ações de graça, quando te elevam às nuvens, é o momento de desconfiares.

Não te vanglories a torto e a direito de tuas imensas possibilidades; tu informarás teu adversário. Se queres dar a conhecer tua glória fazendo publicar teu panegírico, limita-te a uma pequena obra que todo mundo possa comprar e que terá os favores do público nos quatro cantos do mundo. Contacta também os autores especialistas no gênero a fim de que eles insiram teu nome e teu elogio nas suas obras. Eles farão assim mais por teu renome do que um grosso volume que ninguém quererá ler ou comprar.

Manter a paz interior

Não te fixes prazo para resolver um assunto, nem muito menos tornes um ponto de honra não ultrapassar esse prazo, porque nesse intervalo negligenciarás muitos assuntos que venham

a chegar inopinadamente. Por outro lado, se encontrares obstáculos, tu os conceberás como um tormento.

Persuade-te de ser improvável que um dos teus não cometerá um erro, cedo ou tarde. Nada é absolutamente seguro.

Despreza as queixas dos teus contra ti. Um segredo, recusa-te a ouvi-lo ou então guarda-o fielmente.

Não resolvas pessoalmente negócios com artesãos, não trates muito menos com mulheres que choramingam, gemem e teimam. Se procuram te fazer ir a lugares que não te agradam, recusa pretextando teus negócios. De modo geral pensa em todos os usos evasivos aos quais os negócios podem servir.

Desprezar os ataques verbais

Elogios, lisonjas, adulações, sarcasmos, nesse domínio a hipocrisia humana é rainha. Consegue os libelos e os lê tu mesmo, faz que sejam lidos, ri deles e levarás seus autores ao desespero.

Evita afrontar a sátira em público. Pretexta negócios e não saias. Se, no entanto, fores forçado a afrontá-las, lê em casa diversas vezes o texto

dessa sátira e exercita-te a dela rires. Afeta os sentimentos que convêm à situação, imagina os risos da multidão, inventa réplicas, tomando cuidado para que elas convenham bem aos sentimentos que decidiste arvorar.

Não escondas sistematicamente tua emoção a cada vez que te acontecer uma desgraça e assim evitarás que de teu silêncio se deduza automaticamente que sofreste um acidente.

Adquirir habilidade na ação

Se deves apresentar condolências a alguém em razão de uma ocorrência infeliz, apega-te aos lugares-comuns propostos pelos oradores, sem acrescentar nada pessoal, para que teu consolo não se torne panegírico. Se atacam alguém em tua presença, mantém-te em guarda, não digas uma só palavra de censura ou elogio, qualquer dessas atitudes te atrairá ódio.

Mesmo que teus superiores te tenham ofendido, fala bem deles e não permitas que ninguém faça alusões a essas ofensas mesmo que isso não deva te desagradar.

Eis como verificar as acusações dirigidas a alguém em tua presença: escuta os acusadores e anota um a um seus argumentos, depois pede-lhes relatem tudo o que disseram por escrito, sob pretexto de que suas acusações devem ser lidas na presença do acusado. Enfim, compara as duas versões e saberás a verdade.

Desviar suspeitas

Relê os tópicos: "Obter o favor de outro", "Evitar ofensas", "Agir com prudência".

Se suspeitas que alguém te sujou na presença do Príncipe, envia-lhe uma carta aparentemente suspeita mas que contenha na realidade o elogio do Príncipe. Deixa por exemplo parágrafos em branco para que teu suposto detrator pense que correspondem a partes da carta que só podem ser decodificadas através de um meio artificial, seja passando-a próximo a uma chama, seja mergulhando-a na água. Podes também escrever somente as primeiras e últimas sílabas da frase.

Em seguida, proclamarás em alto e bom som que tua intenção era de que o conteúdo da carta não chegasse ao conhecimento do Príncipe porque temias passar por vil bajulador.

Livrar-se dos maus

Se deves retirar o cargo de alguém, começa não mais lhe fornecendo os fundos necessários à sua gestão. As dívidas que ele irá contrair serão seu castigo. Com efeito, quando ele perder o cargo, não terá em caixa com o que saldar essas dívidas e terá de pagar os credores com fundos pessoais. Tu o terás assim castigado lentamente.

Se alguém procura obter o favor do chefe, faz com que lhe dêem em depósito uma soma em dinheiro, ou um objeto que o chefe guarda ciosamente fechado à chave, uma jóia que o chefe preza muito particularmente. Subtrai-lhe uma noite a soma em dinheiro ou o objeto valioso (poderás atraí-lo para fora de casa com o pretexto de alguma diversão) e previne o chefe de que deve esperar uma traição de seu servidor, que é um ladrão. Tudo isso deve ser preparado minuciosamente e com antecipação.

Quando houver o temor de que um ofendido venha a se revoltar e procurar suscitar tumultos (se, por exemplo, queres exonerar um general de teu exército), manda prendê-lo e aprisionar sem aviso e, ao mesmo tempo, confia o comando a outro general que terás tornado discretamente popular junto aos soldados. Enfim, paga tu mesmo o soldo da tropa a fim de que ela não lamente seu antigo general.

Se alguém faz escândalo durante uma refeição, afirmando, por exemplo, ao longo de uma discussão, uma contraverdade, faz com que lhe dêem uma folha de papel e diz-lhe para escrever o que ele afirma e assinar suas declarações, ordenando-lhe que venha no dia seguinte estabelecer a prova dessas afirmações.

Suponhamos que alguém ambicioso dispute tuas funções, funções que ele é incapaz de exercer; suponhamos por exemplo que sejas general de um exército em campanha, pois esse gênero de posto suscita a inveja. Primeiro, exasperarás o inimigo, porás tuas tropas em uma situação difícil, cuidando ao mesmo tempo do aprovisionamento do quartel-general das forças. Em seguida, sob pretexto de que terias sido chamado a um outro teatro de operações, tu lhe pedirás para te substituir sem lhe

dar nenhuma indicação sobre a situação da guerra, a geografia do terreno, a posição e as forças do inimigo. Ele irá direto para a derrota. Não te apresses, então, para ir em seu socorro; espera que ele reconheça teu valor e sua própria incompetência.

Se necessitas tornar inofensivos jovens rapazes, faz deles efeminados, amolecendo suas almas com música, pintura, escultura. Dá-lhes por pedagogos servidores sem moralidade, dotados de paixões venais, que servirão os desejos desses jovens em lugar de dirigir seus estudos. O método é o mesmo com os outros tipos de pessoas. Para os desesperados procura domésticos pessimistas para acelerar seu mal; cerca os preguiçosos de desocupados e o caçados, de caçadores.

Podes também, para desencorajar alguém de uma ação, por meio de um intermediário dele desconhecido, fazendo com que suas cartas e as respostas às suas cartas se extraviem e isto como se somente a negligência do mensageiro estivesse em causa. Assim, muita gente poderá ler essas cartas e seus negócios malograrão. Faze-o empreender vários negócios ao mesmo tempo para que ele malogre, aconselha-o a solicitar várias coisas ao mesmo tempo para que nada obtenha. Manda matar seus animais preferidos, polvilhando, por exemplo, com pimenta e açafrão a comida deles, para torná-los raivosos. Envenenando-o, deixará furioso o cavalo que ele decidiu montar, e o animal não mais suportará seu cavaleiro. Oferece-lhe uma recompensa extraordinária se ele afrontar um perigo, como, por exemplo, uma fera. Tu o verás precipitar-se de cabeça baixa contra o perigo aberto.

Viajar

Não digas a ninguém que somas levas contigo. Ao contrário, queixa-te incessantemente de estares curto de dinheiro. Se pessoas a quem isso nada diz respeito te perguntarem de onde vens, sofisma tua resposta. Não confies a ninguém onde vais, mas pergunta aos outros onde vão e faz a todo mundo todo tipo de pergunta.

Evita te aproximares de brigas, pois freqüentemente ladrões promovem disputas para atrair um viajante e em seguida despojá-lo e pilhar suas bagagens. Se um deles te cobrir de sarcasmo, age como se não o ouvisses.

Evita também confiar nas pessoas muito bem vestidas e engalanadas como de alto nível. A menos que já as conheças de algum lugar, são certamente ladrões disfarçados.

Não te deites jamais na tua cama sem teres examinado pouco antes as proximidades. Toma precauções equivalentes no que concerne ao teu alimento. Não deixes os servidores de teu hospedeiro se precipitarem sobre ti à tua chegada; há o risco de que aproveitem a ocasião para visitar tuas bolsas.

Leva sempre um livro contigo para passares o tempo. Viaja com companheiros confiáveis e arranja-te para que, de preferência, te precedam em lugar de te seguirem.

Nos lugares deslizantes e inclinados, é prático usar botas ferradas e andar na ponta dos pés.

Sê pouco loquaz a fim de evitar pôr em perigo tua bolsa ou tua vida com palavras supérfluas.

Não correr atrás das vaidades

Quando se tratar de negócios sérios, de conseqüências decisivas, deixa aos outros as satisfações frívolas, que são as glórias e os vivas.

Se o inimigo aceita entregar uma cidade, oferece-lhe condições honrosas, concede-lhe que ele não foi vencido e que apenas dá prova de boa vontade. Deixa-o sair atrás de seus estandartes levantados e levar tudo o que não tiver valor, mas cuja perda significaria uma derrota. Que importa, desde que ele deixe o território, devolva os prisioneiros, deixe o ouro e as munições, e isto antes do pôr-do-sol?

Age do mesmo modo quanto às coisas que só valem por sua delicadeza ou diversidade, como as flores, etc. Que outros aí vejam presentes, não tu.

Não troques um prejuízo por promessa de serviço. São palavras e nada mais, e só serás pago com essas palavras rapidamente esquecidas enquanto ficarás com o prejuízo.

Deixa a outros a glória o renome; tu, procura a realidade do poder.

Se és promovido a uma função que comporta uma parte honorífica, faz nomear, ao mesmo tempo que tu, teu rival, para evitares

que ele suscite distúrbios; tu lhe deixarás a parte honorífica da função, dela porém conservando o benefício real.

Criticar, corrigir

O momento favorável será quando teu homem vier te render homenagem, nada esperando além de cumprimentos.

Eis como corrigir a conduta dos homens bem-nascidos: a um, faz elogio dos seus atos, mesmo os menos importantes, mas ao mesmo tempo, por intermédio de um amigo, faze-o saber tua reprovação. Se um outro embarcou em amores ilícitos e queres resgatá-lo, sobrecarrega-o de assuntos complicados. Paga pessoas para espionarem palavras e atos dele, que testemunharão contra ele, e tu o massacrarás com críticas a tudo que ele fizer. Ou, ainda, observa a quem ele freqüenta e faze-o renunciar às antigas relações que lhe deram o mau exemplo. Conduz uma mulher para a companhia das mulheres e um homem para a companhia dos homens, posto que suas relações com o sexo oposto lhes terão sido nefastas.

Dá a alguém por companhia pessoas que, se não tiverem a virtude oposta ao seu vício, ao menos sofram do vício contrário. A um homem violento associa um fraco, aos apaixonados associa os apáticos.

Simular sentimentos

Caso se implantem entre o povo falsos cultos, o melhor partido será dissimular teus sentimentos, pois tua hostilidade levará a uma oposição política. Em semelhante situação, o melhor é não te mostrares em público e convenceres os que compartilham teus sentimentos a fazer o mesmo. O melhor que terás a fazer será te aturdires em festas para esquecer os sentimentos que queres esconder. Assim, ao te observar, ninguém saberá se estás satisfeito ou furioso.

Emprestar

Ordena que, quando um dos teus servidores acordar um empréstimo, faça o devedor assinar um inventário minucioso; ele deverá agir sempre como se não estivesse a par desse empréstimo e deixar claro que a solicitação dessa garantia é de sua própria iniciativa.

Se não puderes recusar um empréstimo, pretende que já és, tu mesmo, devedor, ou finge estares justamente à procura de um credor. Ou, ainda, dirás que não tens o dinheiro que teu amigo te pede, mas que poderás consegui-lo sem que ele tenha que pagar juros. Basta que ele te forneça uma garantia, seja um haver sobre sua parte em herança futura, seja o depósito, em tuas mãos, de um objeto de valor equivalente.

Obter a verdade

Para saberes o que alguém pensa realmente da tua política, manda um outro emitir opiniões tuas, ou mesmo lê tu próprio um texto que terás redigido, mas que pretendes tenha emanado de outrem.

A amizade resulta em excessiva benevolência e falseia o julgamento. Não que nossos amigos não sejam sinceros quando nos elogiam e nos encorajam a agir, mas essa benevolência não tem nada a ver com um verdadeiro julgamento, que consiste em só escrever ao interessado após ter tomado informações e examinado suas ações.

Acusar

Só formalizes uma queixa como último recurso e não movas ação contra alguém que sabes estar em melhores relações na corte com o juiz que tu mesmo. Se abrires um processo ou fores acionado, age, mesmo se o bom direito estiver ao teu lado, como se estivesses errado. Leva presentes para os juízes, promove-lhes recepções. Trata de procurar mediadores com os quais teus adversários possam se entender. Recenseia minuciosamente e, de cabeça fresca, as objeções que ele pode te fazer e como podes responder a elas, mas guarda tudo isso no maior segredo. Não deves, sob qualquer pretexto, comunicar a quem quer que seja teus direitos e prerrogativas, pois assim agindo informarás indiretamente a parte adversa. Informa-te sobre o caráter do teu adversário - é um covarde? um violento? -- a fim de a ele te adaptares. Se é um violento, evita seus momentos de furor. Se um covarde, é preciso agir lentamente. Toma cuidado também para que ele não saiba com antecipação que será acusado e qual o objeto do processo que moves contra ele. Que a acusação caia subitamente sobre ele sem que tenha tempo para reagrupar suas tropas para a defesa.

Escolhe bem teus advogados. Pouco importa o valor do caráter deles; o essencial é que estejam em bons termos com o juiz. Envolve-os no teu negócio e mostra-lhes que eles também estão ameaçados, a fim de que eles se persuadam de que, deixando as coisas rolarem, correrão os mesmos perigos que tu.

Ainda, faze que todas as acusações sejam apresentadas não de forma judicial e oficial, mas sob a forma de uma confidência amigável. Acrescenta alguns detalhes abomináveis inspirados nos próprios vícios do juiz. Este último lhes dará crédito mais facilmente, na medida em que ele reconhecer esses vícios e, o que é mais importante, pensará que em um caso dessa espécie é sua reputação, sua posição e até sua vida que estão em causa.

Na presença do juiz, manifesta compaixão em relação a teu adversário, afirma que somente a preocupação com o bem público te leva a agir, e que, por isso, conjuras sua má sorte. Não fosse teu apego ao bem público, terias escrúpulos e não farias a infelicidade de um amigo.

Ser acusado

É preciso dissimular que estás a par das queixas apresentadas contra ti. Evita subitamente teu comportamento nos domínios relacionados a essas queixas, de medo que teu acusador te saiba descoberto e ganhe o reconhecimento daquele a quem se queixou. Ao contrário, na primeira ocasião, fala dele como um inimigo pessoal e acrescenta que é um delator profissional, e que, se os juízes desejam que existam delatores, como se deseja que existam traidores, não é costume deles fazer amigos.

Diz que ele tem o hábito de recorrer às mesmas acusações quando ataca a outros em tua presença. Que pessoas como ele não são movidas nem pela sabedoria nem pelo sentido social. O juiz deve considerá-los não como aliados mas como detratores sistemáticos. E se lhes dão ouvidos, sob o pretexto de que eles podem ser úteis, um dia sofrerão as conseqüências disso na própria pessoa.

Retira-te para um luto altivo e mergulha nos negócios como para te distraíres e te consolares ocupando-te de coisas realmente sérias. Mas conserva teu ódio contra aquele que te denunciou e estuda o que deves fazer na situação em que te colocou sua denúncia, e ao mesmo tempo consulta-o como a um amigo íntimo.

Se alguém contou coisas abomináveis a teu respeito na presença de um terceiro com a intenção de te anamistar com ele, só fala bem a esse terceiro sobre aquele que te acusa.

Desde o início do processo mostra que teu acusador foi teu cúmplice ou então faz valer que esse processo visivelmente concerne essencialmente a fatos pelos quais tu já pagaste, ou ainda, por exemplo, que aquele que te acusa foi expulso no ano passado do exército por um tribunal.

Se deves responder a várias acusações, não percas toda credibilidade negando todas elas. Reconhece-te culpado de algumas, mesmo que isto não seja verdadeiro, para mostrar tua docilidade e não parecer pretenderes ser irrepreensível.

Se vens a saber que te denunciaram ao teu chefe, é melhor, no mais das vezes, não procurar te justificar caso ele não te peça que o faças; caso contrário, só complicarás as coisas e atrairás aborrecimentos. Assim, teu primeiro reflexo deve ser o de evitar toda explicação e, caso isso não dê certo, acusa antes de seres acusado.

Ir à província

Primeiro, sem escrever realmente uma Memória, anota tudo que te parecer digno de registro, de positivo ou de negativo, em uma língua desconhecida da província, a fim de que, caso essas notas caiam em outras mãos, ninguém venha a ofender-se.

Em segundo lugar, tanto nos lugares públicos como nos privados, nos lugares sagrados bem como nos profanos, visita tudo, os santuários, os epitáfios, os ex-votos, os túmulos dos homens ilustres, os monumentos funerários, os órgãos, as colunas, as catedrais, etc. Recenseia as colinas, as montanhas, as florestas, os vales, os rios e seus respectivos regimes, suas nascentes e a origem de seus nomes.

Em terceiro lugar, informa-te sobre a salubridade do ar, sabe, por exemplo, que o ar de Roma é nefasto aos estrangeiros mas é bom em Bolonha e em Pádua; informa-te também sobre a duração dos dias e das noites.

Em quarto lugar, anota a localização das cidades e sua posição geográfica, bem como as minas de diferentes metais, as fontes térmicas, as águas, o calendário das festas religiosas, os campanários, os relógios,

etc., todas essas coisas que inspecionarás minuciosamente. Sobretudo não deixes de visitar os castelos, estando os três mais ilustres na Alemanha, em Viena, Estrasburgo e Landburgo. Em cada cidade anota seu abastecimento de água, as maravilhas que elas abrigam, os cercos que sofreram, a genealogia das famílias.

Em quinto lugar, os costumes acadêmicos nas colações de grau.

Em sexto lugar, as artes que ali cultivam, os artesãos que as praticam, os arsenais e as máquinas de guerra que ali se encontram, os palácios, os costumes de banquete, a importância da população feminina.

Em sétimo lugar, o tipo de regime político, o poder episcopal, a importância das festividades por ocasião das Festas e do carnaval. Informa-te também sobre o comércio, a piedade, a riqueza, os estudos, o que caracteriza cada povo e em que cada um se distingue particularmente. É preciso anotar muito especialmente - isto poderá te ser útil - o que seduz cada povo, ou seja, através do que ele poderá ser vencido. Anota também em cada lugar, utilizando esboços, as palavras que servem para designar os diferentes alimentos, bem como o modo de conservá-los. Anota os jardins, as cavernas e galerias de minas. Mas não entres nos labirintos perigosos dos subterrâneos sem uma lâmpada em bom estado de funcionamento, uma reserva de óleo suficiente e põe velas em diferentes lugares. Se te aventuras sozinho, faz como Ariadne, carrega um longo fio que poderás seguir para sair. Como nesses lugares o ar é freqüentemente viciado, leva contigo perfumes e ungüentos com os quais te untarás e aspergirás abundantemente antes de entrar.

Fala bem do povo que visitas, e fala mal daqueles cujos costumes são opostos aos deste.

Os livros teóricos

Lê sobre a asserção, a demonstração, a ordem e o lugar das palavras, a dedução, a prova, a argumentação, a redução do silogismo, como colocar a maior, consolidar a menor, reformar uma e outra, tirar conclusões positivas e negativas, a procura de objeções, as articulações do discurso, o desenvolvimento de parágrafos, os efeitos do estilo, a solidez do ponto de vista adverso, seus pontos vulneráveis, suas possibilidades de defesa.

Poderás assim examinar cada parte de teu discurso, primeiro de um ponto de vista formal, em seguida as objeções que ele pode suscitar; enfim, a resposta que ele receberá. Julgarás então suas faltas e verás que teus adversários refutarão e poderão retorquir-te contra-atacando.

Tua leitura deverá te ensinar a destruir essas objeções através de outros meios e a tornar claro o que é difícil de compreender, cercando e analisando a dificuldade.

Não deduzas muito rapidamente do geral para o particular, como fazem as teorias físicas, passando de causas primeiras ao fogo, do fogo à árvore e da árvore ao anjo. Ou como os teólogos, que fazem um discurso sobre o sacramento em geral antes de examinar cada sacramento em particular.

Não te contentes com uma só leitura, mas faz várias, pois freqüentemente a cada leitura uma coisa diferente chama nossa atenção ou nossa inteligência. Uma primeira leitura, mesmo laboriosa e atenta, não te dará essa percepção, mesmo que essa leitura seja acompanhada de comentários de alguém.

Portanto, lê e relê. Primeiro para constituíres uma reserva de argumentos, conveniente a cada "lugar", como dizem os dialéticos: argumentação assertiva, contraditória, defensiva. Em seguida, releva tudo o que nesses tratados teóricos pode servir-te de matéria para ponto de partida nas digressões ao longo de uma conversação, à maneira dos médicos e dos eruditos.

AXIOMAS

1. Age com todos os teus amigos como se eles devessem tornar-se teus inimigos.

2. Em uma comunidade de interesses, o perigo começa quando um dos membros torna-se muito poderoso.

3. Quando te preocupares em obter alguma coisa, que ninguém se aperceba de tua aspiração antes de a realizares.

4. É preciso conhecer o mal para poder enfrentá-lo.

5. Não procures resolver com a guerra ou um processo aquilo que podes resolver pacificamente.

6. É melhor sofrer um pequeno prejuízo do que, na esperança de grandes vantagens, fazer avançar a causa de outrem.

7. É perigoso ser muito duro nos negócios.

8. O centro vale mais que os extremos.

9. Deves tudo saber sem nada dizer, ser agradável com cada um sem confiar em ninguém.

10. A felicidade consiste em ficar eqüidistante de todos os partidos.

11. Mantém sempre alguma desconfiança em relação a cada um e convence-te de que a opinião que fazem de ti não é melhor do que a opinião que fazem dos outros.

12. Quando um partido é numeroso, mesmo se a ele não pertences, não fales mal dele.

13. Desconfia daquele para quem vão teus sentimentos.

14. Quando ofereceres um presente, ou quando deres uma festa, medita sobre tua estratégia como se estivesses partindo em guerra.

15. Defende-te da aproximação de um segredo com o mesmo cuidado com que te defenderias da aproximação de um prisioneiro decidido a te cortar a garganta.

RESUMO DA OBRA

Tem sempre sob teus olhos estes cinco preceitos:

1. Simula.
2. Dissimula.
3. Não confies em ninguém.
4. Fala bem de todo mundo.
5. Prevê antes de agir.

Simula, dissimula

Mostra-te amigo de todo mundo, conversa com todo mundo, inclusive com aqueles que odeias; eles te ensinarão a circunspecção. De qualquer modo, esconde tuas cóleras, pois um só acesso prejudicará o teu renome em proporções muito maiores do que a capacidade de te embelezar de todas as tuas virtudes reunidas. Prefere os empreendimentos fáceis por seres mais facilmente obedecido e, quando tiveres que escolher entre duas vias de ação, prefere a facilidade à grandeza com todos os aborrecimentos que ela comporta. Age de modo que ninguém saiba tua opinião

sobre um assunto, a extensão de tua informação, nem sobre o que queres, como o que te ocupas ou o que temes. Mas não convém esconder em demasia tuas virtudes nem encolerizar-te com a demora as cerimônias religiosas, sem no entanto fazer-se de devoto. Mesmo que um pouco de brutalidade te permita obter alguma coisa, não faças uso dela.

Não confies em ninguém

Quando alguém fala bem de ti, podes estar certo de que ele te escarnece. Não confies segredos a ninguém. Mesmo se freqüentemente teu valor é ignorado, não te faças valer a ti mesmo, nem tampouco te desvalorizes. Os outros te espreitam e esperam teu primeiro momento de relaxamento para te julgar. Se alguém te interpela e te insulta, pensa que está pondo à prova tua virtude. Os amigos não existem, há apenas pessoas que fingem amizade.

Fala bem de todo mundo

Fala bem de todos, jamais fales mal de alguém, temendo que um terceiro te escute e vá relatar tudo à pessoa mencionada. Dos superiores só fala bem e louva especialmente aqueles de quem precisas. Uma veste presenteada, um repasto oferecido, serão sempre, a te ouvir, os mais belos do mundo.

Prevê antes de agir

E antes de falar. Se poucas são as chances de que se deforme para melhor o que fazes, o que dizes, podes estar certo de que, em compensação, tuas palavras e gestos serão deformados para pior. Atenção! Pode ser que neste exato momento haja alguém por perto que te observa ou te escuta, alguém que não podes ver.

MAURÍCIO DE NASSAU

Testamento Político

Maurício de Nassau, de Frans Post (det.). Museu Nacional de Belas-Artes RJ

Maurício de Nassau

Johann Mauritius van Nassau-Siegen nasceu em Dillenburg (Alemanha) em 1604 e morreu em Kiev (Alemanha), em 1679. Era sobrinho-neto do príncipe Guilherme I de Orange, governador provincial da Holanda.

Coronel de cavalaria, ele governou o Brasil holandês de 1637 a 1644.

Notável administrador, Nassau modificou o sistema das câmaras municipais, substituindo-o pelo dos conselhos de escabinos, dividiu o Brasil holandês em administrações distritais, desapropriou e alienou os engenhos de açúcar abandonados pelos seus proprietários, proibiu os juros extorsivos ao setor agrícola e instaurou um clima de relativa tolerância religiosa.

O Recife substituiu Olinda como capital pernambucana e a cidade foi inteiramente remodelada, com o aproveitamento dos rios, a abertura de canais, construção de pontes e novos palácios.

Da Europa vieram pintores, como Franz Post, Albert Eckhout e Zacarias Wagener; cartógrafos, como Cornelius Golijath; astrônomos, como Georg Marcgrave.

Em razão de divergências com a Compahia das Índias -- sobretudo contra o rigor na cobrança dos financiamentos aos senhores de engenhos -- Nassau partiu para a Europa em maio de 1664. E deixou, ao sucessor, recomendações para seu governo.

Senhor,

Nobres, veneráveis, mui avisados e prudentes senhores:

Seja o último ato do meu governo esta memória ou instrução que deixo a V. S$^{\underline{as}}$ como despedida, confiando que, se V. S$^{\underline{as}}$ a observarem e procederem segundo o seu teor, como fiz durante o tempo de meu governo, os resultados hão de ser, com o favor de Deus, em todas as ocasiões de paz e de guerra, mais felizes do que o foram até o presente.

V. S$^{\underline{as}}$ ficam a governar um tríplice Estado ou comunidade, que se compõe principalmente de três sortes de indivíduos, soldados, mercadores e moradores de nacionalidade portuguesa; o domínio sobre este povo que deixo às mãos de V. S$^{\underline{as}}$ compreende três matérias, de que depende a boa ou má administração, o militar, o civil e o eclesiástico.

Com relação a cada uma dessas matérias, comunicarei a V. S$^{\underline{as}}$ em desempenho de minha promessa (posto que faço sem ordem e confusamente, por me faltar tempo para lançar no papel alguma coisa de um modo apurado) algumas observações que me parecem necessárias e de acordo com as quais procurei até o presente proceder, tanto quanto me era possível.

I

No tocante à gente de guerra, é de toda necessidade que V. S$^{\underline{as}}$ mantenham respeito e honra que lhes pertencem, e conquanto este requisito seja necessário em relação a toda sorte de gente (pois para aquele que

governa a autoridade é uma das principais razões de Estado e meio para a conservação da República), muito mais o é em relação aos troncos ilustres a que naturalmente são inerentes o respeito e veneração; devem pois suprir esta falta por suas ações; com o que, seguindo o caminho que lhes mostrarei, obterão os menores efeitos.

A audiência dos militares e o despacho de seus requerimentos ou pedidos devem ser de breve expediente, sem que eles fiquem a esperar por muito tempo diante da Câmara do Conselho, o que é particularmente tomado em consideração ainda pelos maiores monarcas, para não caírem no tédio e na aversão dos seus soldados; e V. S$^{\underline{as}}$ devem tanto mais atender a isto quanto em parte alguma a milícia se ressente mais e é mais cedo afetada do que no Brasil, atenta à situação do país.

No pagamento da pensão e nos empréstimos as cousas devem ser dirigidas de modo que, por maior que seja a estreiteza, não falte o necessário aos oficiais, porquanto nada há que mais depressa os faça pôr de lado e esquecer o respeito do que a necessidade e a privação. Queiram V. S$^{\underline{as}}$ tomar em consideração este ponto, pois receio muito uma grande desgraça por causa do pouco caso e apreço que disto se faz.

Quanto aos delitos dos soldados, convém V. S$^{\underline{as}}$ não sejam compassivos, pois, só pelo rigor se pode manter dedicada essa gente. A impunidade dos soldados, bem como de toda sorte de indivíduos os transvia e os corrompe facilmente. Mas, para poder castigar, é necessário não lhes dar ocasião de alegar que são mal-alimentados.

Com os oficiais convém que V. S$^{\underline{as}}$ procedam de um modo cortês e polido, sem todavia admiti-los à familiaridade e às relações íntimas de amizades, pois sei, por experiência, que tal convivência é muitas vezes fonte e origem de muitas desordens.

Cumpre que V. S$^{\underline{as}}$ provejam sempre os lugares vagos com os mais dignos, não prestando ouvidos a paixões, a considerações de partido, de sociedade, a importunas recomendações e a cousas semelhantes.

Sem isto V. S$^{\underline{as}}$ não poderão ter milícia digna de alguma consideração e sobre que possam fazer fundamento. A preterição de pessoas que merecem é cousa que produz perniciosos efeitos secretamente e sem que se sinta, principalmente quando [os preteridos] vêem que foram preferidos sujeitos inferiores. O procedimento contrário [à afilhadagem]

não pode deixar de gerar entre os soldados o amor, o respeito, a autoridade e obediência.

V. S^{as} devem impedir que os militares vaguem pelo interior, pois isto não sucede sem gravame dos moradores e ruína da agricultura. E o único meio que vejo para obstá-lo é cuidarem da ração que lhes é devida, pois então torna-se fácil conservá-los nos fortes pelo freio do castigo. Os portugueses se preocupam sumamente com isto, e receiam maior destruição da parte dos nossos soldados em tempo de paz do que têm sofrido do inimigo em tempo de guerra. Esta matéria é de grande relevância, e V. S^{as} acharão que o [procedimento] contrário dará incentivo para revoltas e para a ruína da terra.

Convém que V. S^{as} procurem angariar e manter, por meio de favores e de dinheiro, alguns portugueses particularmente dispostos e dedicados para com V. S^{as} dos quais possam vir a saber em segredo os preparativos do inimigo, os seus novos desígnios e empresas.

Esses portugueses devem ser dos mais importantes e honrados da terra, e lhes será recomendado que exteriormente se mostrem como se fossem dos mais desafetos aos holandeses para não caírem em suspeição. Os mais próprios seriam os padres, pois são eles que de tudo têm melhor conhecimento.

Neste particular não se pode fazer muito fundamento em gente ínfima, pois, se um dia dizem a verdade, em outro enganam com muitas mentiras. Devem contudo ser admitidos para que V. S^{as} aproveitem de suas comunicações o que lhes parecer bem, pois, às vezes, de algum deles se pode tirar alguma coisa de importância.

Mas os avisos e as comunicações mais seguras devem ser procuradas entre os mais qualificados. Um ou dois deles bastam para comunicar segredos que, a não ser assim, escapariam a V. S^{as}

Cumpre que nesta matéria V. S^{as} mandem com particular cautela para evitar muito embuste.

Maior cautela deve ser tomada nas confissões por tortura, pois, por temor da dor, fazem-se declarações que nunca foram pensadas nem sonhadas.

Cumpre que V. S^{as} cuidem dos fortes e das fortificações, mantendo-os providos de munições e de víveres.

Principalmente devem ter cuidado em que as *paliçadas* e *estacadas* sejam conservadas, pois aqui dificilmente se encontrará um forte que, se caírem por terra aquelas obras, não possa ser tomado de assalto, por serem secos os fossos.

Entre outras cousas recomendarei a V. Sª o jardim de "Aryburch" e os viveiros situados junto dele, não por causa de meu particular interesse, mas porque em tempo de penúria se pode tirar daí uma notável quantidade de refrescos, ao passo que em outras ocasiões foi necessário procurá-lo alhures com grande perigo e perda de gente.

Outrossim, tomem em consideração se não é necessário pôr um reduto diante da ponte da Boa Vista, do outro lado do rio, para conservar aberta a passagem para a Várzea.

A ponte entre o Recife e a ilha de Antônio Vaz é de grande importância, não tanto pela comodidade dos moradores e proveito das taxas, que rende anualmente, como pela junção desses dois lugares e facilidade de auxiliarem-se reciprocamente em tempo de aperto.

Cumpre que a Companhia se resolva a conservar a ponte, bem como tome em consideração cuidar do mato cortado e do descobrimento do campo que fica entre o forte do "Bruyn" e o das "Cinco Pontas".

Não convém desgostar o governador da Bahia por cousas de pouca monta, pois a nação portuguesa tem muito em atenção correspondências e cortesias, embora vão e de pouca importância. Ponderem V. Sªs a vantagem que ele tem contra este Estado, quão desejosos os seus soldados se mostrem de correrias e pilhagens nas capitanias, quão grande é seu poder e que em um momento e com uma palavra se pode formar com os nossos moradores um exército, ao qual não faltaria o sustento e a munição necessária.

Devem V. Sªs proceder com todo o rigor contra os portugueses que forem convencidos de traição.

Queiram pôr muito cuidado para que os portugueses não sejam exacerbados ou irritados.

Para o mesmo fim aconselho a V. Sªs que não permitam o uso de armas, salvo aos que tiverem documentos assinados do meu próprio punho, na maioria "holandeses, franceses e ingleses" que vão ao interior cobrar as suas dívidas, ou portugueses que aí

residem e são atacados pelos negros dos matos, pelos tigres e outros animais.

II

Quanto à matéria civil, cumprem V. S^{as} autorizar a um do Conselho de V. S^{as} para despachar e assinar o despacho das petições e se não fizerem assim, cairão no ódio e no descrédito público.

Os portugueses serão submissos se forem tratados com cortesia e benevolência. Sei por experiência que o português é uma gente que faz mais caso da cortesia e do bom tratamento do que de bens.

Convém que V. S^{as} tenham por suspeitas as informações dadas contra os portugueses pelos militares, pois os da milícia são, em geral, ciosos e a eles desafetos.

Devem V. S^{as} abster-se de lançar novos impostos, pois os tributos geram indisposições no povo.

O povo é um rebanho de carneiros que se tosquiam, mas quando a tosquia vai até à carne, produz infalivelmente dor e, como esses carneiros raciocinam, por isso mesmo se convertem muitas vezes em terríveis alimárias.

O país não deve ser esgotado de dinheiro corrente porque este é o músculo e o nervo, sem os quais este corpo nenhuma força pode ter.

III

No eclesiástico ou em cousas da Igreja, a tolerância ou condescendência é mais necessária ao Brasil do que entre qualquer outro povo a que se tenha concedido a liberdade de religião.

Não convém por agora que a prática da nossa religião seja abertamente introduzida entre os protugueses com abolição dos seus ritos e cerimônias, pois nada há que mais os exacerbe.

Também não convém agora que V. S^{as} se envolvam em suas disciplinas eclesiásticas e no que disto depende; deixem essa matéria, *servatis servandis*, a seus padres e vigários, porquanto o contrário disto é prematuro, sem utilidade à reputação, e V. S^{as} acharão de fato que nada há que

mais lho doa do que meter-se o governo secular e ter que ver com os seus sacerdotes.

Cumpre que V. S^{as} não admitam queixas particulares em matéria de religião.

Podem V. S^{as} estar certos de que nada avancei neste papel que eu mesmo não tenho posto em prática, salvo no concernente a alguns pontos acima mencionados, cuja reforma, por causa da minha partida, deixo a V. S^{as}

Queiram crer que por isso fui respeitado e amado por ambas as nações, que testemunharam gratamente e de bom coração o seu reconhecimento pelo meu comportamento sem que eu tenha exigido, desfrutado ou me tenha sido dada alguma coisa para meu proveito por graças, favores ou despachos por mim concedidos, e posso na verdade e sã consciência (Deus seja louvado!) declarar e jurar que nunca recebi favor ou emolumento como confio que V. S^{as} procederão do mesmo modo.

Peço a Deus Onipotente que abençoe e tome sob sua divina proteção o governo de V. S^{as}

Dedicado a V. S^{as}

J. Maurice, Conde de Nassau

Recife de Pernambuco, 6 de maio de 1644.

SEBASTIÃO CÉSAR DE MENESES

Suma Política

Oferecida ao Príncipe D. Teodósio de Portugal por Sebastião César de Meneses, eleito Bispo Conde de Coimbra

D. Sebastião César de Meneses

Formado em Direito Canônico pela Universidade de Coimbra, D. Sebastião foi designado por D. João IV bispo daquela cidade, mas sua escolha não foi confirmada por Roma.

Deputado da Inquisição de Évora, inquisidor em Coimbra, desembargador do Paço, bispo do Porto, foi eleito arcebispo de Lisboa.

Integrou, com o Conde de Castelo Melhor e o Conde de Atouguia, o triunvirato que governou Portugal em 1662, em nome de Afonso VI, e foi nomeado, depois, inquisidor-geral. D. Pedro, que sucedeu D. Afonso VI, desterrou-o e ele seguiu para o Porto, onde ficou até a morte, em 1672.

Escreveu, em 1649, a Suma Política, *oferecida ao Príncipe D. Teodósio.*

. . . . . .

SUMÁRIO

Ao leitor
pág. 521

Carta do Bispo Conde eleito de Coimbra,
com que mandou este papel ao Príncipe
pág. 522

Introdução
pág. 523

Título I
Do primeiro fundamento da razão de estado

Capítulo I
Da capacidade natural do
Príncipe para o conselho interno
pág. 527

Capítulo II
Das qualidades adquiridas do
Príncipe para o conselho interno
pág. 529

Capítulo III
Das qualidades necessárias
para o conselho externo do Príncipe
pág. 534

Capítulo IV
Dos conselhos de que o Príncipe
deve fugir para o conselho externo
pág. 540

Capítulo V
Dos conselheiros principais para o
conselho externo, e qualidades que devem ter
pág. 543

Capítulo VI
Da forma em que o Príncipe deve fazer
eleição de conselheiros, e assistir em seus conselhos
pág. 549

Título II
Do segundo fundamento da razão de estado

Capítulo I
Da inteligência do Príncipe
para penetrar a natureza de seus vassalos
pág. 555

Capítulo II
Da variedade de regiões
pág. 558

Capítulo III
Da disciplina militar
pág. 560

Capítulo IV
Da arte de administrar a guerra
pág. 563

Capítulo V
Da diferença de guerras
pág. 566

Título III
Do terceiro fundamento da razão de estado

Capítulo I
Das primeiras ações do Príncipe para a reputação
pág. 571

Capítulo II
Da religião e sinceridade do Príncipe
pág. 573

Capítulo III
Do cuidado que o Príncipe deve ter em evitar novidades
pág. 577

Capítulo IV
Da economia do Príncipe
pág. 579

Capítulo V
Da justiça distributiva
pág. 582

Capítulo VI
Da privança
pág. 585

Capítulo VII
Dos tributos
pág. 589

Capítulo VIII
Da justiça punitiva
pág. 594

. . . . . .

Ao leitor

Esta Suma Política *se imprimiu a primeira vez contra a vontade de seu dono; e se torna a imprimir a segunda sem licença sua, mas verdadeiramente copiada de seu original. E seja esta a desculpa do segundo erro, posto que sempre o maior fora não se inculcar aos curiosos da lição, e aos cientes da política. Os que pesarem, e não medirem, hão de fazer juízo verdadeiro, ainda que não cheguem a igualar o certo. Eu a não louvo, por se não deixar compreender das razões, o que excede a mesma veneração. Só direi aos críticos, que confessando o autor que a tirou da língua latina, que tem o bom das melhores. Mas que o melhor é seu, porque quem soube fazer a razão alma da política, é o que mais soube da política, pois na razão achou a conveniência, e na bondade o acerto, contra a máxima dos estadistas, que da conveniência fazem razão, e da tirania prudência. E vai muito de caminhar seguro pela estrada da verdade, a caminhar temeroso pelos precipícios do engano. Bem parece obra de tal sujeito, que em pequeno volume fez caber tão grandes partes. É sisudíssima, é clara, é breve, juntou impossíveis: os que a lerem, se a conhecerem, verão que não só é suma Política, mas Política suma; e acertarão sem trabalho mas também haverão de errar sem desculpa.*

Vale.

D. Iuam Pissarro.

Carta do Bispo Conde eleito de Coimbra, com que mandou este papel ao Príncipe

Este papel tirei da lição política ou, para melhor dizer, dos exemplos que vejo, e dos ditames que aprendo de Vossa Alteza. Não o ofereço por obra minha, porque a restituo a Vossa Alteza por própria, que a verdadeira razão de estado nem podia buscar outra proteção, nem achar mais legítimo autor. Os documentos são derivados da razão, por ser alma da Política; o estilo da clareza, por ser luz do bom juízo, que a razão que se escurece é por não ser razão, mas pelo querer parecer. E matérias graves só com razões claras se incluam; e as que melhor se declaram sempre são as mais elegantes, poucos as sabem dizer com clareza porque a elegância nunca foi de muitos. Vossa Alteza a ampare como cousa sua, e no-la ensine com a erudição que admiramos, pois para príncipe perfeito se acham em Vossa Alteza todas as qualidades com que os maiores políticos o pretenderam formar.

N. S. &c.

Introdução

A Razão de Estado é uma arte. E como quer que três sejam as cousas que se governam -- convém a saber, o homem, a família, e a cidade -- necessariamente há de haver três artes de governar.

Com a primeira, se governa cada um a si mesmo; com a segunda, se governa a família; com a terceira, se governa a república.

Quando cada um se governa a si mesmo, se dá a Ética; quando a família, a Econômica; quando a República, ou Reino, a Política.

As duas primeiras se ocupam em cousas particulares e domésticas: a terceira, nas cousas públicas e comuns.

Porém todas se respeitam, e unem com o mesmo vínculo: o homem se ordena para a família; a família consta de muitos homens; a República, de muitas famílias.

Subordinam-se entre si estas artes, de modo que a Ética se requer para a Econômica, a Econômica para a Política.

A Política é a mais nobre das três, e nela se incluem as duas: divide-se em monarquia, aristocracia e democracia.

Quando a república se governa por uma só cabeça, se chama monarquia; quando por muitas nobres e ilustres, se chama aristocracia; quando por muitas populares, se chama democracia.

A razão e a experiência antepõem o governo monárquico aos demais. Desta tratamos, e de instruir um Príncipe.

Toda a máquina da razão de estado estriba em três fundamentos principais: conselho, forças e reputação; e estes mesmos são as partes essenciais que formam um Príncipe.

O conselho é aquele lume da razão que mostra ao Príncipe os instrumentos de reinar. Aprovação que o entendimento faz do que lhe parece mais conveniente para o fim que se pretende.

As forças são aquelas cinco condições que, quando se juntam, fazem um Príncipe poderoso, e consistem em ter o seu estado fiel, grande, unido, armado e rico.

A reputação é aquela fama ilustre que se estende pelos estados alheios, da eficaz opinião que todos concebem do conselho e forças do Príncipe.

. . . . . .

Título I

Do primeiro fundamento da razão de estado

Capítulo I

Da capacidade natural do Príncipe para o conselho interno

O primeiro fundamento da razão de estado é o conselho, o qual se deve considerar de duas maneiras para o governo monárquico, cuja cabeça é o Príncipe: interno ou externo. O interno é aquele que nasce no peito do Príncipe de sua inteligência e o próprio juízo; o externo é o que lhe dão as pessoas que, por opinião de sua prudência e capacidade, são escolhidas para conselheiros.

Este conselho interno do Príncipe emana de três fontes: da natureza, criação, e experiência.

A principal, e que mais se deve desejar, é a natureza, porque dá ao homem as primeiras luzes da inteligência, mais ou menos luminosas, segundo a qualidade do temperamento, do qual procedem as primeiras formas e os primeiros lineamentos dos costumes e de todas as ações do ânimo, que, por ter necessidade do corpo e de suas operações conforme a variedade do temperamento natural, varia também as inclinações e afetos.

Este dom da natureza se deve desejar muito no Príncipe, porque se pode temer que sem ele se não logrem as diligências que se fizerem em sua criação.

O Príncipe que nasce com predominação de algum dos quatro humores, pode-se cuidar que será incapaz de reinar ou ocasionado a grande ruína.

Dos temperamentos moderados, o que mais convém é o sanguíneo com medíocre mistura do melancólico, que tempere o demasiado movimento do sangue.

Costuma causar ordinariamente a presença senhoril e majestosa; inclina o ânimo a moderação, justiça, magnanimidade, e clemência; imprimem-se nele facilmente as regras da doutrina, os hábitos da virtude e os preceitos da prudência.

O temperamento fleumático é mais para servir que para reinar, e traz consigo sua disposição mui contrária à impressão da doutrina, e o entendimento sempre assombrado e cheio de suspeitas, grande peste para o governo público.

O temperamento moderadamente colérico tem mistura de bens e males, é sujeito às alterações dos humores, e por isso variável e menos grave do que pede a majestade do Príncipe.

O melancólico não costuma fazer o Príncipe tão majestoso, como se requer, nem de ânimo grandioso e inclinado à clemência. Contudo o faz engenhoso, parco, calado e aturador do governo.

Os políticos dizem que de ordinário não resistem os Príncipes às inclinações que lhe são naturais; e que por este respeito se deve fazer consideração delas, para se poderem prognosticar suas ações.

Mas o certo é que, com a luz da razão e diligência com que devem ser criados, predominam as influências, temperam as paixões e desmentem os prognósticos que se governam por elas.

Porém conveniente é que sejam advertidos do que têm por natureza, para saberem o que hão de obrar por inteligência.

Capítulo II

Das qualidades adquiridas do Príncipe para o conselho interno

Das qualidades adquiridas, a primeira é a criação, como fonte e origem de todos os hábitos, ou bons ou maus. É um principal fundamento da humana felicidade, de que pende a conservação ou ruína dos estados, o nascer ou acabar dos impérios.

Bem ordenada, é Mãe dos bons costumes e raiz das boas leis; e nos bons costumes se funda a glória e poder das repúblicas.

Aonde há costumes, leis e armas em grau excelente, não pode faltar grande poder no estado, grande felicidade nos vassalos, grande majestade no Príncipe.

A boa criação é uma diligente cultura do ânimo, com a qual se dá lume ao entendimento, império à razão, limites à vontade, freio aos afetos, regras às ações, galhardia ao corpo – frutos que nunca vêm a madurecer e lograr-se, senão só naqueles ânimos nos quais a seu tempo foram enxertados.

A boa criação, que a qualquer qualidade de homens é tão necessária para bem-viver, quanto à alma para ter vida, no Príncipe é tão precisa, que sem ela se pode ter por certo que, em vez de um pai e pastor, se levanta no reino e no estado uma calamidade pública e ruína universal, como foi Micael terceiro Imperador do Oriente, Nero de seu tempo pela criação que teve de um mau mestre e pela amizade de um mau amigo.

Três qualidades se requerem na criação do Príncipe na menoridade: mestre sábio, prudente, virtuoso; na de discrição: pessoa muito autorizada, de boa inclinação e entendimento; e em uma e outra idade exercícios nobres e varões competentes a elas.

Grande Príncipe foi Alexandre, porque teve por mestre Aristóteles; insigne Adriano, porque o ensinou Plutarco; glorioso Carlos Magno, pela doutrina de Albino.

O cuidado de tratar com os melhores é tão necessário no Príncipe, como ter conhecimento de todos, com notícia de suas ascendências e costumes.

A advertência de dar a cada um o lugar que lhe compete é uma das principais obrigações do Príncipe; porque ainda que a benevolência deve ser comum para todos os vassalos, a estimação e tratamento, é justo que tenha seus graus competentes aos merecimentos de cada um, porque até na corte celestial se distinguem e avantajam as hierarquias.

A primeira lição deve ser dos feitos e proezas de seus progenitores, e vassalos com notícia de todas as histórias, que nas ações sucedidas se aprendem as ameaçadas; e convém dispor a vida para que se senhoreie a razão do que pode acontecer e se instrua o ânimo com prevenção para as cousas semelhantes, e com cuidado para as possíveis.

O conhecimento da filosofia moral é mui necessário ao Príncipe, porque compreende a doutrina da virtude para as ações e obrigações humanas.

Sêneca acrescenta que é seu cuidado averiguar a verdade no divino e no humano, olhando sempre para a justiça, piedade e religião em companhia das outras virtudes, que unidas guardam sempre proporcionada correspondência.

Instruído o Príncipe nesta filosofia, basta ter notícia da racional e natural; o essencial dela é a constância, a fé e a bondade.

A qualquer saber que se propuser outro fim, será elegância e agudeza. Mas o que o Príncipe há de procurar é a opinião de seu governo, para mostrar com obras ser digno de seus maiores, solícito no bem de seus vassalos, constante na adversidade, e desprezador de qualquer perigo, pelo proveito público.

As mais ciências e artes servem para lustre do juízo, mas não deve ser a elas a principal aplicação do Príncipe, porque a sua instituição é uma arte de bons, seguros e aprovados ditames, tirados da longa experiência, escritos por varões sábios e executados por príncipes ilustres.

Estes ensinam a ser Príncipe, mostram como se há de haver em sua educação e a obrigação que tem para seus vassalos, e finalmente como deve reinar.

A terceira qualidade, e a segunda das adquiridas para o conselho interno, é a experiência, por ser guia do entendimento, regra da vontade e alma da prudência.

Sem ela nem na paz se pode governar, nem na guerra se pode acertar, porque se não entende o corpo do estado, nem se sabem as enfermidades que padece, para a seu tempo se aplicarem as medicinas que lhe são necessárias. E quando se aplicam, no menos e mais, se cometem graves erros.

De dous modos se pode considerar a experiência: uma fez a idade do mundo e tira suas regras dos sucessos que acontecem pelo contínuo movimento das cousas humanas; a outra faz qualquer homem particular pelo curso de sua vida.

Esta segunda, considerada sem companhia da primeira, é tão breve e impedida que nunca se viu que só com sua luz se chegasse a grau excelente nas ações civis, porque a vida é breve e a experiência pede anos largos.

A experiência particular só por si costuma de ordinário ser danosa a seu dono e perigosa ao público dos estados, porque pela maior parte nunca aprende a fazer, senão como desfazer, e não conhece as boas ordens, senão quando se vêem as desordens.

A experiência que faz prudentes é composta de ambos.

A que chamamos da idade do mundo se divide em três partes: a primeira ensina ao homem o governo de si mesmo, a que chamamos Ética, no princípio desta suma; a segunda o ensino nas ações civis que é a Política; e a terceira reduz e recopila debaixo de nome de história os sucessos particulares dignos de memória, acomodados ao governo comum político e particular Econômico.

O conhecimento dos sucessos que as histórias referem ajuda muito a regular o presente, a prever o futuro, efeito principal da prudência, a

qual, como nasceu da observação de casos particulares, cresce com raízes mais sólidas no sujeito que tiver mais larga e copiosa experiência deles com a lição da História.

É uma opinião de muitos reduzida a uma só, compêndio da sabedoria para consultar e acordar as cousas maduramente.

A sabedoria é fundamento do governo, nasce dos preceitos dos autores e dos exemplos, que fazem a imitação excelente mostra da Política.

O que nega a natureza concede a História; gozam os que a sabem todas as regiões; vivem em todos os tempos; e, atentos aos sucessos passados, julgam com providência os futuros.

A lição da História sutiliza o engenho, apura o juízo, enriquece a memória, e aos pouco dóceis, com suaves conselhos, os adestra no civil e militar.

Acende vivamente os peitos nobres para as façanhas e, livre de amor, interesse ou medo, diz o que muitos se não atrevem a dizer, e deixa de dizer o que muitos dizem.

Da autoridade nos negócios da República granjeia respeito como viva experiência.

Com a lição das histórias, de que resulta a experiência universal, sem nunca haverem tratado governos particulares, facilmente deram leis a repúblicas e legitimamente ordenaram forma de viver a povos e nações alguns sujeitos do mundo.

Como foi Draco aos atenienses; Zéfiro Zaleuco e Coronda, aos cartaginenses; Filolau, aos tebanos; Andronódoto, aos calcedonenses; Protágoras, aos túrios.

Mas o homem verdadeiramente sábio é aquele em que se ajuntam ambas as experiências, como foram aqueles dous olhos de Grécia lumes perpétuos do governo civil, Licurgo e Sólon, os quais tiveram conhecimento para estabelecerem duas tão famosas repúblicas que floresceram por espaço de mais de oitocentos anos, com tanta glória e com tão largo império, e juízo para formarem suas leis de maneira que ainda hoje se governa com elas a maior parte do mundo.

Por três modos pode alcançar o Príncipe ambas as experiências: pela lição da História, pelo curso do governo e por comunicação dos sábios prudentes e experimentados; que por estes meios se adquirem os mesmos hábitos de sabedoria, prudência e experiência.

Que se os mortos ensinam com o que escrevem, os vivos ainda são melhores mestres, pelo que explicam e declaram a quem os ouve e lhes pergunta.

Estes são os sujeitos a quem os Príncipes hão de estimar. O imperador Adriano, pela lição da História, deu lugar a Dionísio, historiador entre os maiores ministros de seu império.

E pela experiência particular diziam Galba e Aníbal que mais se lhe devia, que à mesma fortuna, porque esta era madrasta da prudência, e a outra luz da sabedoria.

Pouco ensinara a filosofia, se não houvera Césares e Alexandres na Antiguidade, de cujas virtudes e vícios a imagem da vida se copiasse.

Acabara com sua memória a persuasão, para seguir o bem e fugir o mal.

Faltara a duração das cousas em seu louvor, ignorando-se as propriedades de tudo o que universalmente vive no composto de ações humanas.

Capítulo III

Das qualidades necessárias para o conselho externo do Príncipe

Consideradas no Príncipe as partes que lhe pode dar a benignidade da natureza, a diligência da criação e a luz da experiência para o conselho interno, de que até agora tratamos, se devem ponderar as qualidades que se requerem para o conselho externo, que vem a ser o que dão ao Príncipe seus conselheiros.

O conselho externo se deve fundar em três condições. Razão, autoridade e exemplo. A razão aprova a proposição do exemplo e qualifica a autoridade da pessoa.

Aristóteles conhece por fim do conselho o proveitoso; outros políticos atenderam só a utilidade do povo; a verdade é que o fim há de ser fácil, honesto e proveitoso.

O varão político que se sujeita aos conselhos dos sábios merece grande louvor. Mas o Príncipe não pode acertar se não souber por si mesmo tomar resolução e conselho.

A razão é porque se o tal conselho for imprudente, como o mesmo Príncipe (cousa que facilmente sucede, sendo os conselheiros escolhidos por ele, porque sempre um semelhante busca outro) tanto mais depressa se pode temer a ruína do estado quanto for maior o número daqueles que lha procuram: que a ignorância sempre nos guia para os precipícios.

E se os conselheiros forem verdadeiramente dignos do nome e ofício, e capazes de sustentar o peso do Império, sendo o Príncipe imprudente, ainda não poderá prevalecer, por não ser capaz para escolher nem para executar as melhores resoluções.

Os conselheiros de grandes príncipes são ordinariamente sujeitos a emulações e discórdias entre si; e pela diversidade dos fins que cada um respeita, torcem muitas vezes os conselhos públicos a interesses particulares, e procuram com vários artifícios por melhorarem seu partido interromper os meios mais concernentes ao aumento do estado.

O Príncipe imprudente não tem, por seu pouco valor, autoridade para refrear a discórdia dos conselheiros, nem juízo para penetrar os motivos por que se movem, e, em lugar de aconselhado, fica mais vezes confuso e precipitado.

No conselho de homens sábios e valorosos que servem e assistem a Príncipe pouco inteligente e muito divertido do governo de seu estado não pode ser amado dos conselheiros quanto se requere. Porque não se ama o que se não estima, e as imperfeições adquirem o desprezo, e após ele o aborrecimento.

O desprezo na natureza humana está mui perto da infidelidade, porque é mui dificultosa cousa ser fiel ao que se aborrece.

O ministro de grandes partes ofende-se de obedecer a um homem incapaz da grandeza e fortuna que possui. O entendimento e a razão fazem os homens superiores entre os mortais; e ofendem-se estes de obedecer aos que são menos que homens; que o entendimento e ciência não se sujeitam à jurisdição dos ignorantes.

Coroa-se a cabeça do Príncipe, mas sustenta-se essa coroa pelo entendimento do homem. E se o sábio pode dominar os astros, como se há de sujeitar ao imprudente?

A obrigação dos príncipes é tratar os prudentes e amar os sábios. Mas por infelicidade da natureza humana, vemos de ordinário o contrário.

Não podem ser precedidos entre os mortais senão do entendimento, e é força da condição humana aborrecer a quem lhe precede.

Em Portugal, muitos são os príncipes em aborrecer os que mais sabem; mas se por instinto natural, os mesmos brutos reconhecem e se sujeitam entre si aos que têm maior instinto, por que nos não sujeitaremos a os que têm maior juízo?

Que maior miséria que aborrecer o que se deseja e querer antes perecer na ignorância com o veneno da inveja, que curarmo-nos com a triaga do entendimento?

Se a alma é a parte superior no composto do homem e o entendimento a potência mais nobre da mesma alma, por que não estimaremos o que é mais superior e mais nobre nesse mesmo composto?

Fez a cobiça estimar por precioso o que se gera nas entranhas da Terra, não poderá fazer a razão que se estime por precioso o que nasce nas entranhas da alma?

Porventura livra-nos da superioridade do juízo a baixeza da inveja?

Hão-se de gerar nas entranhas da Terra os antídotos para os homens, e nas entranhas da alma o veneno para os entendimentos? Imitemos as mais repúblicas do mundo onde se busca o entendimento e se premia por virtude.

O juízo é o arquivo da prudência e de todas as qualidades que se requerem para o bom governo. Este se deve buscar com cuidado e não desprezar com inveja.

Importa que o Príncipe se esforce a ser tal que no seu estado saiba por si (quando queira) pôr as mãos nos instrumentos de reinar; mas procure ter sempre junto de sua pessoa (por mais sábio que se avalie) conselheiros que também o sejam. Porque um dos maiores fundamentos de sua reputação, será ser assistido de um conselho prudente e fiel; e para o ter com estas qualidades necessita de maior cuidado.

O conselho não deve exceder a inteligência do Príncipe, porque convém que se julgue por acessório e não principal a conservação do estado; que se for companheiro, e não súdito na condição de reinar, arrisca-se o crédito do Príncipe e reputam-se menos as resoluções, porque, como não são de Príncipe, sempre levam consigo respeitos particulares de ministros.

Nos negócios de grande importância, tenha o conselho licença de propor e advertir, mas não autoridade de resolver.

No Príncipe deve haver tanto espírito que os conselheiros o ajudem somente a governar, porém não que o ensinem a reinar; porque se o Príncipe necessita de própria alma para viver, necessita de conselho próprio para reinar.

Como sem alma não será homem, sem próprio conselho não será Príncipe. Esta é a parte essencial no Príncipe perfeito, e nos de medíocre capacidade fazer boa eleição de conselheiros que por eles vieram a alcançar muitos a fama de prudentes e glória de valerosos.

É máxima para todos os príncipes (sendo estes os conselheiros) conformar-se com eles; com o que se obriga a Deus e se satisfaz aos vassalos.

Não se podem atribuir os erros ao Príncipe, quando se conforma com seus ministros, se não aos respeitos com que eles o informam; e nas resoluções sempre os acertos ficam sendo do Príncipe. Porque não é defeito do artífice destemperar-se o instrumento, será culpa sua continuar com ele destemperado.

Duas pessoas se devem considerar no Príncipe: uma formada pela natureza, em que lhe comunica o mesmo ser que aos mais homens; outra por favor do Céu, para governo e amparo do bem público.

A primeira há de ser instituída nas artes que mais importam ao exercício e obrigação da segunda, que o corpo e a alma que formam o homem são o instrumento do bom Príncipe.

Bom Príncipe é o que entende perfeitamente sua obrigação, e a governa com destreza e prudência, tomando quando importa conselho só por si e aproveitando-se do que lhe dão para os guiar igualmente, segundo pedirem os negócios, pessoas, lugar e tempo.

O mestre da Política moderna disse que os negócios dos príncipes consistiam em duas cousas: conselho e execução; a primeira tinha necessidade de claro e bom juízo; a segunda, de muita fé e confiança.

Ao Príncipe mais advertido toca a resolução dos meios e tempo em que se devem executar, o mais deve fiar de seus ministros.

Faça o Príncipe confiança de seus ministros, que a suspeita abre a porta a ofensas, e desconfiar o Príncipe de seus vassalos, é sinal último dos mortais.

A confiança é a que mais assegura aos Príncipes e obriga aos súditos.

O amar é a mais certa regra para ser amado, e confiar o mais seguro caminho para ser obedecido.

Quem desconfia teme; e Príncipe temeroso está muito perto de não parecer Príncipe.

Importa ao Príncipe granjear a fidelidade dos vassalos, porque nela se funda a reputação nos estranhos. E os meios de a granjear é a confiança e amor com que os trata. E a fidelidade dos vassalos, a reputação do Príncipe são os dous fundamentos das monarquias.

Estes conservam a paz, animam o estado, e enfreiam a insolência dos opostos.

A porta do caminho que nos guia à segurança é o conselho, descobre a conferência e apura a verdade.

Nas cousas árduas, e dificultosas, o prudente não fia de seu parecer; e o prudente é o que usa dos bons conselhos e não o que os dá e os não recebe. Porque a este o embaraça a confiança, e ao outro a sujeição o facilita para chegar aos acertos.

Os cartaginenses castigavam aos que sem conselho venciam, e não os que havendo consultado eram vencidos.

Vencer sem conselho é mercê do sucesso que não está em poder dos homens; e o não se aconselharem culpa sua. E pouco pode aproveitar o conselho dos ministros se houver desconfiança da parte do Príncipe.

Caciodoro diz que se requerem três partes no conselho: prudência, para a memória do passado; disposição, para o presente; e providência, para o futuro. E nós dizemos que no Príncipe se requer confiança de seus ministros, execução para as resoluções, e constância para o resoluto.

O insigne João de Barros disse que os italianos se governavam pelo passado; os franceses, pelo futuro; os espanhóis, pelo presente.

Sêneca considera três diferenças de engenhos: os que podem fazer exame dos meios, e aprovar o melhor; os que têm boa eleição, e se aplicam ao que se lhe propõem mais conveniente; os que como forçados vão por onde se lhes aconselha. Estes nasceram em perpétua servidão, e quase inúteis; ainda que melhor que os que nem por si sabem nem obedecem a quem os pode guiar.

Os primeiros são os mais aptos para o governo; os segundos sabem discernir o bem do mal; e se não descobrem meios, conhecem o

dano, e proveito, que é virtude segunda querer ser advertido e aconselhado.

O filósofo venera em lugar superior aquele que pode deliberar sobre as cousas consigo mesmo; e logo em grau sucessivo ao que sabe obedecer.

Diferença Deus aos humanos dos brutos deixando-os em mãos de seu conselho e eleição. Saber tudo perfeitamente excede a perfeição humana; vale-nos, e a todos é necessário o conselho e prudência alheia.

Nós sós, para que prestamos?

Capítulo IV

Dos conselhos de que o Príncipe deve fugir para o conselho externo

1 A República, como temos dito, é um corpo e congregação de muitas famílias sujeitas ao justo governo de uma cabeça soberana.

2. O conselheiro há de ser médico que busque diferentes remédios para conservar a saúde deste corpo e curar quando for necessário suas enfermidades.

3. Ao mesmo passo do tempo e ocasião deve mandar em seu lugar conveniente as determinações, e é atributo do sábio ter diversos pareceres, porque estes se hão de ajustar aos casos, os quais são sobremaneira variáveis.

4. É perigoso o conselho que sempre está de uma opinião; e obstinada porfia seguir sempre o caminho começado; e não se quebranta o propósito quando se muda para o mais acertado.

5. A mudança das circunstâncias há de variar o parecer; que não é inconstância ser dócil o juízo dos conselhos, senão proveito público para o governo.

6. Fuja o Príncipe de conselhos astutos, porque ainda que propõem os mesmos fins na eleição dos meios, têm pouco tento no honesto, cousa odiosa ao mundo, e de tal sorte estranhada de todos, que quase sempre costumam a ter fins e sucessos desgraciados.

7. Se no conselho do Príncipe ceder alguma vez o honesto ao útil, não há de ser por sua própria eleição, mas pela força que lhe faz o respeito e atenção que sempre deve ter, a ser o fim honesto.

8. Quando se vêem no governo conselhos astutos, não por remédio, e contemporizar com o tempo, senão por alimento quotidiano, justamente se pode temer que esse mesmo governo seja o arquiteto de todos os males da república.

9. Henrique terceiro Rei de França, e James pai de Carlos Rei de Inglaterra, ambos notados de astutos com demasia, ambos infelizes; um pelo golpe, que recebeu em sua pessoa; outro pelo que estranhamente vimos em seu filho e descendência.

10. O conselho astuto sempre é odioso e granjeia inimigos; e a fama dele muito perigosa para o Príncipe e não menos arriscada para a república.

11. Seu principal efeito é causar trevas nos olhos do entendimento, que o fazem imaginar que pode com artes e enganos revolver o mundo a seu modo.

12. Quem quis revolver o mundo todo perdeu e arruinou a parte que dele tinha à sua conta.

13. O Príncipe afeiçoado a estes conselhos priva do juízo a seus ministros, os quais posto que naturalmente tenham a contrária inclinação, por satisfazer ao que lhe mandam e adquirir fama de sábios para com seu Príncipe, se aplicam a seguir e executar as mesmas astúcias; e em lugar de conselheiros, se acha rodeado de outras tantas raposas.

14. Os príncipes, aqueles conselheiros estimam por mais prudentes, que mais se conformam com sua opinião.

15. O que se deve buscar para o conselho é engenho para inquirir, juízo para julgar, prudência para resolver e ânimo para executar o que se determina.

16. Não são aptos para o conselho os que têm por natureza contradizer o parecer dos outros só por mostrar que têm conhecimento das cousas; porque impedem e destroem o bem público e particular.

17. Não se apuram as verdades com muitas dissensões. Platão chamou à conferência mãe dos acertos; e a obstinação e porfia, madrastas da prudência.

18. Não são menos prejudiciais os muito presumidos, porque cerram a porta ao conselho; e só lhes parece acertado o que entendem, opondo-se animosamente ao contrário: querem mais ignorar as cousas, que sabê-las perguntando.

19. Três modos há de infelizes no mundo: o que sabe, e não ensina; o que ensina, e não obra; o que não sabe, e não pergunta.

20. Salomão pedia a Deus coração dócil, e menos dana o que ignora que o que em seu parecer é sábio: o primeiro sujeita-se ao juízo dos outros; o segundo, usurpando o que lhe não toca, cuida que perde opinião e fama, se admite doutrina de terceiro.

21. Platão diz que a mais prejudicial ignorância é a daqueles que ignoram com presunção de sábios.

Capítulo V

Dos conselheiros principais para o conselho externo, e qualidades que devem ter

1 Os conselheiros de maior importância na república são quatro: os que assistem no conselho de Estado, no governo da guerra, na administração da justiça e na administração da fazenda.

2. Estes todos importa que tenham tais partes da natureza, que sendo pessoas particulares saibam pela capacidade e condição parecer príncipes, porque ao mesmo passo que os tais ministros declinam desta excelência, se debilitam os fundamentos do estado.

3. As ações generosas sustentam e dilatam os Impérios, e os ministros são os instrumentos, por que ordinariamente os Príncipes as costumam obrar.

4. Duas qualidades se requerem nos conselheiros: dotes da natureza e partes adquiridas.

5. Da natureza é o engenho e inclinação, as adquiridas são as virtudes e artes que se aprendem.

6. O engenho, se for muito agudo e elevado, não se resolve no menos fácil e conveniente, porque é mais proporcionado a novidades que a resoluções prudentes.

7. Tibério César, sagaz e cuidadoso, elegia conselheiros iguais, e não superiores aos negócios. Luís XI Rei de França, por eleger sempre os mais agudos, se arruinou.

8. Os atenienses em breves anos viram mudança cinco vezes em seu estado por escolherem para seu governo os engenhos mais elevados. Os venezianos atribuem sua duração a se governarem por engenhos medíocres.

9. Platão disse que as árvores carregadas demasiadamente de frutas, com sua abundância se perdem, e loucas se desvanecem.

10. Em raras enfermidades aproveitam as quintessências, antes de ordinário matam os que se curam com elas.

11. O engenho do conselheiro há de ser dócil e acomodado; o juízo seguro e assentado.

12. A inclinação, se não for boa, não se pode esperar dela obra excelente; porque é força que sempre escolha os meios para o fim a que se inclina.

13. As virtudes são tão necessárias que sem elas nunca pode ser grande o conselheiro, porque a pureza e igualdade da vida e ânimo composto prometem ações acertadas e asseguram ditames verdadeiros.

14. El-Rei D. Afonso o sábio a primeira qualidade que quis no conselheiro foi a de amigo.

15. E Aristóteles, quando comparou os conselheiros aos olhos, quis mostrar que hão de chorar com os pesares e rir com os prazeres de seu Príncipe, porque quem o não ama não o pode aconselhar.

16. A resolução no conselheiro há de ser conforme as matérias que se propuserem, porque nem dane a muita atenção e sossego, nem arruíne a temeridade e precipitação.

17. Em Marco Agripa, andavam as causas com os efeitos; o cuidado e trabalho na direção; a constância nos acidentes; a manha e indústria no obrar; e a brevidade em aperfeiçoar; com que dava fim ditoso ao que se propunha, não atendendo a prevenir tudo.

18. Costuma ser temor o que parece providência, e remissão o que chamam cuidar maduramente vício terrível em quem governa.

19. O segredo no conselheiro é vida das determinações; causa nos vassalos respeito, e nos inimigos temor: os vassalos esperam mais dos desígnios de seus príncipes, os inimigos temem maior poder.

20. Ainda as novas de menor recato se não devem divulgar, porque as tristes, publicadas fora de tempo, desmaiam; as alegres são inimi-

gas do conselho, com a confiança que deixam meter o descuido pelas portas dos mais advertidos.

21. A liberdade do entendimento é a parte mais necessária no conselheiro, porque há de amar a verdade com diligência e sem temor nem respeito.

22. A constância e a verdade sempre foram companheiras no bom conselheiro. O Príncipe da língua latina disse que nenhuma cousa parece tão bem como usar dela o conselheiro em tudo o que se tratar e resolver.

23. O ânimo do conselheiro há de ter valor para advertir o Príncipe quando se esquecer de obrar o que deve à obrigação do cetro, porque se a do Príncipe é o bom governo, a do conselheiro é lembrar e advertir todos os meios para que seja bom.

24. Da mesma maneira será obrigado o conselheiro a louvar e agradecer ao Príncipe que se aplicar com cuidado ao governo da república e bem de seus vassalos.

25. Os romanos constituíram todos os anos um dia solene em que o cônsul dava graças ao Príncipe pelo cuidado que tinha da república, para que se animasse a levar avante as virtudes que lhe louvava; e quando as não tivesse servisse de repreensão propô-lo em público, por possuidor dos bens que lhe faltavam.

26. Os conselhos do Príncipe somente se depositam com segurança em peitos nobres e generosos.

27. Alexandre Severo desejou a jurisprudência em seus conselheiros: teve por seu tutor a Ulpiano e foi digníssimo imperador por seu conselho. Nele assistiram Júlio, Paulo, Pompônio, Africano, Marciano e outros discípulos do insigne Papiniano.

28. Augusto César se valeu de Trebácio; o Imperador Trajano, de Neméio; Antonino, de Scévola; e o Imperador Septímio Severo, de Papiniano. Floresceu nestes tempos a jurisprudência e ficou por exemplo o seu governo.

29. Os príncipes que a souberam estimar por decoro e ornamento das majestades alcançaram os nomes de bons príncipes, e títulos de Pais da pátria, porque a jurisprudência é a arte que ensina a se conhecer e exercitar o bom e justo.

30. Desprezaram-na os monstros da infelicidade romana, por ser regra e verdadeira razão por onde se mediam e condenavam suas ações. Calígula, Cláudio, Nero, Galba, Domiciano e outros cuja insolência turbou a grandeza e dignidade do Império.

31. Os romanos tiveram por qualidade necessária do conselheiro ser natural do reino, porque a dessemelhança causa isenção; e, como diferem na língua, diferem nos costumes e cuidados, ignoram as leis, os costumes e uso derivado dos maiores.

32. Os contrários por natureza dificultosamente convêm entre si; a diferença das ações segue a dos ânimos, que produzem invejas e discórdias.

33. Persuadia Mecenas a Otaviano que só tomasse por conselheiros aos romanos; Licurgo proibiu por lei aos lacedemônios admitir estrangeiros; o mesmo fez Augusto.

34. Cláudio César não elegeu senador que não fosse natural de Roma.

35. Por lei de Trajano haviam de ter os pertensores na cidade, ou ao menos em toda Itália, a terceira parte de sua fazenda. Tinha por indecente não ser a suprema dignidade administrada e assistida de assento.

36. O meio e o acerto nas ações foi sempre o amor e zelo; e a sua ruína, aborrecimento e paixão, que a tudo abate ou engrandece, em ter respeito à razão; guardá-la, é dificultosa empresa; glorioso consegui-la em a pátria, onde o sangue move, e o natural provoca os ministros e conselheiros.

37. Dissensões herdadas sustentam inimizades em prolixo alento.

38. Os políticos comparam as repúblicas às embarcações em que se navega, distando pouco o desassossego da quietação, a bonança da tormenta, e a vida da morte, aonde todos devem ser igualmente aventurados.

39. Mas se o estrangeiro for dotado de tantas partes com amor e fidelidade, que não somente será lícito mas necessário admiti-lo ao conselho e mais íntimos cuidados do governo, se deve reputar por natural e cidadão.

40. Se a natureza permite perfilhar filhos alheios pela necessidade e partes que reconhece, justo é que também a Política admita por esta mesma razão aos conselhos os estranhos.

41. O juízo dos homens gera filhamentos e não sofre que os perfilhados sejam inúteis; bem pode logo tomar para si a República aqueles que forem excelentes no juízo.

42. A fortuna faz naturais os conselheiros pela origem da pátria; mas aos estranhos fá-los naturais o cuidado e amor da república.

43. Aqueles têm mais natural de corpo; aqueles de alma.

44. A pátria é do corpo, a alma só tem por pátria o Céu; porém, enquanto anima o corpo, é cidadã do mundo todo, porque aonde ama aí vive como em pátria.

45. Peregrinas, e de outra natureza, são as inteligências que nos assistem, mas por estranhas nem se enjeitam, nem se excluem do conselho.

46. Se no Céu as inteligências que mais amam e mais entendem estão mais perto de Deus, também os estranhos que muito amarem e entenderem devem ter lugar entre os primeiros conselheiros.

47. Porque se a natureza é condição para serem admitidos os naturais, o amor e bom juízo são qualidades para igualmente se admitirem os estranhos.

48. Três utilidades se podem considerar em admitir os estranhos: crédito do Príncipe, igualdade do governo e exemplo para os mais sujeitos do estado.

49. Crédito do príncipe: porque escolhendo os estranhos pelas partes se deixa bem ver que os admite sem outro respeito mais que às virtudes.

50. E se a arte procura imitar em muitas cousas a natureza, em outras a aperfeiçoa, como será na eleição dos estranhos, quando pelas virtudes excederem a condição dos naturais.

51. Igualdade do governo, porque é certo que nos estranhos serão menos os respeitos, que por esta razão se não fia em alguns estados a administração da justiça nos lugares donde os ministros são naturais.

52. Exemplo para os mais sujeitos: porque vendo que se admitem as virtudes e não as naturezas, procuraram merecer pelas partes o que só querem alcançar por naturais.

53. Cinco qualidades apontam os políticos nos bons conselheiros: prudência, valor, constância, segredo e generosidade.

54. Nesta suma se acrescentam outras cinco: amor ao Príncipe, fidelidade à pátria; zelo do bem comum; ânimo deliberado para advertir o Príncipe; desprezo de tudo, para não temer sua indignação.

55. Plínio em seu *Panegírico* disse que os conselheiros haviam de ser leais, eruditos e destros no que se lhes propunha.

56. Osório, que haviam de ser instruídos em boas artes; hábeis com notícia da variedade dos sucessos; cursados na lição da História; sagazes em descobrir as cautelas; prevenidos do que pode acontecer em utilidade ou dano da república; leais ao Príncipe e pátria; e prudentes para as resoluções.

57. Platão diz que a prudência e lealdade se opõem à ignorância e infidelidade.

58. Alguns políticos tomaram por assunto formar um conselheiro; e por entenderem que raras vezes se acham juntas as partes com que se formam na idéia, persuadem ao Príncipe que tenha muitos conselheiros, para que supram uns o que faltar nos outros.

59. Dizem que os muitos melhor buscam, e mais depressa acham a verdade; julgam com maior acerto e é de maior firmeza e autoridade o que determinam.

60. Alexandre Severo não publicou nunca lei sua, sem a comunicar com vinte jurisconsultos e cinqüenta pessoas ilustres; os primeiros mediam a razão da lei; os segundos, a natureza, sujeição e possibilidade dos vassalos.

61. Os cartagineses formaram senado secreto de trinta conselheiros.

62. Mas a saúde da república consiste mais nos bons que nos muitos conselheiros.

63. Deve-se guardar sempre devido número, por que nem a confusão estorve, nem se aventure a confiança. O segredo em muitos não pode estar seguro; e quando falta, mal se pode averiguar a culpa e castigar.

Capítulo VI

Da forma em que o Príncipe deve fazer eleição de conselheiros, e assistir em seus conselhos

1 Eleição dos ministros que hão de ser mais confidentes ao Príncipe descobre logo sua capacidade e manifesta suas inclinações mais secretas.

2. A ação com que Moisés se canonizou com o povo hebreu foi com eleger para seu governo nobres, e sábios.

3. Sólon fez os magistrados em Atenas dos nobres e ricos; e pela ruim eleição de conselheiros se arruinaram Luís XI e Filipe o Formoso reis de França.

4. As ações que descobrem a virtude manifestam também a inclinação do Príncipe e ministros.

5. Não se deseja o que naturalmente se não quer.

6. Não se elegem os príncipes aos que não amam ou aos que lhe não são semelhantes.

7. Nesta eleição, se erra umas vezes por defeito dos estados e tempo em que se faz; outras, por defeito particular do clima; e universalmente pela má criação da região, aonde se não acham homens graves e idôneos para os governos, como acontece de ordinário na maior parte da Ásia.

8. Por defeito do Príncipe, se erra nesta eleição quando por ser naturalmente suspeitoso aborrece ministros de muito valor; ou por falta de juízo não sabe repartir os pesos, segundo a porção das forças; ou por sua muita facilidade permite que seja o favor maior que o merecimento.

9. O erro nesta eleição foi sempre mui danoso à substância do império, e particularmente no Reino de Portugal, pela emulação de seus naturais, onde o Príncipe se não pode queixar dos talentos, senão quando os escolher por sua negociação e indústria. Que, se for pelas partes, o clima é o mais apto para sujeitos graves, prudentes e constantes, que são as qualidades que se requerem nos ministros.

10. O Príncipe, para fazer boa eleição de conselheiros, deve procurar conhecer por experiência suas qualidades e ouvir a voz comum que a todos julga.

11. Ainda que seja fácil enganar e ser enganado, um não engana a todos nem todos podem enganar a um.

12. Tais são os homens, qual é sua opinião.

13. Alexandre Severo, antes de mandar os governadores das províncias, espalhava seus nomes pelo vulgo, e se não se recebia com aplauso a proposição mudava de parecer.

14. Deve atender o Príncipe em primeiro lugar, para esta eleição, aos dotes da natureza e partes adquiridas. E, posto que o sangue seja digno de estimação e, com exemplo de seus maiores, provoque aos melhores ditames e as ações mais nobres. Contudo se as qualidades naturais, e adquiridas faltarem no sujeito, não cuide o Príncipe que as pode suprir o nascimento.

15. Os ignorantes e mal inclinados nunca podem ser instrumentos dos acertos, porque erram por natureza; e se acertam acaso, sempre é maior o descrédito do Príncipe na eleição que o acerto do sucesso.

16. Pelo contrário, os prudentes e bem intencionados acertam por natureza. E quando errem em algum caso, o crédito do Príncipe e a sua opinião não deixam condenar o conselho pelo sucesso.

17. É grande a diferença de obrar com justificação a obrar sem ela; quem obra justificado nada tem contra si e até a própria fortuna vence, e quem obra pela vontade nem o bom sucesso se lhe deve.

18. O poder de nos governarmos o recebem os povos imediatamente de Deus e o transferem no Príncipe para melhor governo seu.

19. Se o Príncipe repartir pelos piores o peso do governo, usurpa-se aos beneméritos e fica em restituição a quem lho transferiu.

20. Procurem os Príncipes imitar na eleição de seus ministros, e conselheiros, a Política de Deus, que buscou os melhores e não os maiores.

21. Para acerto da determinação, convém ao Príncipe assistir em seus conselhos as mais vezes que puder ser; porque se a notícia das pessoas qualifica os pareceres, muito melhor os abona o vivo conhecimento.

22. A assistência penetra as intenções e o engenho, e alenta-se a fidelidade e o juízo com o valor e vista da pessoa real.

23. O que é bom melhor parece e melhora-se, se tem que melhorar; e o que é mau, ainda que se encobre e acautela, sempre fica conhecido.

24. Porém o Príncipe há de assistir de modo em seus conselhos que deixe a seus ministros a liberdade.

25. Os mais poderosos persuadem sem palavras: o favor, e ódio e a dignidade usurpa seus poderes à eloqüência.

26. Tibério, para descobrir os desígnios do senado e encobrir os seus, propunha as matérias com razões truncadas.

27. Augusto dava seu parecer no último lugar, de tal maneira que nunca dantes se lhe pôde entender, por que a adulação de todos o não seguisse.

28. O Príncipe não deve declarar seu parecer até ter ouvido seus conselheiros.

29. O primeiro voto do senado romano era o cônsul, e Príncipe dele: conheceram o dano, porque movia mais a autoridade que a razão.

30. Tenham os príncipes grande atenção em aprovar o que se lhe propõem, e não se inclinem às opiniões mais por serem de seus conselheiros que por justificadas; nem se afeiçoem tanto a uns, que por essa causa aborreçam a outros.

31. A obrigação do Príncipe é, em qualquer determinação, respeitar o honesto e bem público.

32. Os conselheiros aduladores são os maiores inimigos da conservação do Príncipe e os mais perniciosos ao governo da república,

porque procuram, ou ganhar ou não perder o lado real com se acomodarem a tudo a que se inclina o Príncipe, e pende só o seu voto do semblante e desejos de seu apetite.

33. O acerto do Príncipe é conhecê-los; a felicidade da república, não serem admitidos; mas a natureza humana tem feito da lisonja merecimento, e da adulação prudência.

34. Bem advertido, conheceu aduladores el-Rei Dom João o segundo, porque pedindo-lhe um lisonjeiro certo ofício que estava vago, lhe respondeu que o tinha guardado para quem lhe não falava nunca à vontade.

. . . . . .

Título II

Do segundo fundamento da razão de estado

Capítulo I

Da inteligência do Príncipe para penetrar a natureza de seus vassalos

1 Tratamos até agora do primeiro fundamento da razão de estado, que consiste no conselho, segue-se o tratarmos do segundo, que se estriba nas forças, as quais se formam de cinco condições. Ter o estado fiel, grande, unido, armado e rico.

2. É causa da primeira o bom governo, generosidade e clemência do Príncipe; da segunda, o ânimo do Príncipe, valor dos vassalos e aplicação das armas; da terceira, o cuidado do Príncipe, o amor dos súditos e aliança dos estranhos; da quarta, a perícia da disciplina militar, provimento de armas e cabedal de despesa; da quinta, a liberdade do comércio, moderação nos gastos e nos tributos.

3. Para o Príncipe satisfazer a todas estas condições, se deve aplicar com cuidado aos instrumentos de reinar, os quais são a perspicácia de penetrar a natureza dos súditos, a prudência de lhe dar leis convenientes, a perícia da disciplina militar, a indústria de conservar a paz, a diligência de prever os acidentes e sucessos, e a forma de amplificar o império.

4. O juízo de ponderar os outros estados: a destreza de contemporizar com os inconvenientes; a madureza em deliberar, a presteza no executar e a constância no que resolver; a fortaleza na adversidade; a

moderação na prosperidade; o conhecimento tão certo nas cousas divinas, que a superstição o não faça covarde; nem a demasia, temerário.

5. Todos estes instrumentos se vêm a reduzir a quatro espécies. A primeira é a inteligência de penetrar a natureza dos vassalos; a segunda, as ordens de fundar a milícia; a terceira, as primeiras ações do Príncipe, quando entra a governar seu estado; a quarta, a administração da justiça.

6. As duas primeiras pertencem ao segundo fundamento da razão de estado; as outras duas, ao terceiro fundamento, de que adiante havemos de tratar.

7. Tanto que o Príncipe tiver adquirido opinião de ter todas as qualidades necessárias para o conselho interno, e ser assistido de perfeitos conselheiros para o conselho externo, deve usar judiciosamente da inteligência de penetrar as condições de seus vassalos.

8. O caminho dos preceitos é largo e exposto a grande variedade de acidentes, que mudam e fazem de outra condição as cousas; e sem se conhecerem os sujeitos não se pode usar bem dos remédios.

9. A experiência tem mostrado que por força oculta do Céu, que em diversos climas influi diversas propriedades, não somente são diferentes entre si algumas nações, mas muitas vezes de contrários costumes, pelas inclinações que neles imprime tão próprias e tão particulares.

10. E a criação da região costuma ser de tanta eficácia, que efetivamente muda o estilo da natureza universal.

11. O Príncipe sábio não só há de ter inteligência das perfeições e imperfeições que traz consigo a massa comum de que se forma o homem, mas também deve saber quais sejam as inclinações próprias e os afetos particulares de seus vassalos por natureza e criação.

12. Com pouco estudo se pode alcançar esta ciência, porque só bastará ao Príncipe fazer dela advertência, como de cousa vulgar e notória.

13. Por excelente que seja o cavaleiro, não pode determinar que modo de freio seja acomodado para um cavalo, se primeiro lhe não conhecer seu natural e suas qualidades.

14. O Príncipe não pode dar leis a seus vassalos, se primeiro não tiver notícia de sua natureza e afetos particulares, que entre eles costumam a ser mais intensos e eficazes.

15. A proporção da justiça distributiva e punitiva, posto que tomam suas teóricas da condição universal dos homens, contudo quando vem à prática se acomoda às condições particulares da gente que governa.

Capítulo II

Da variedade de regiões

1 São tão várias as naturezas dos vassalos pela variedade das regiões, que importa muito ao Príncipe para o bom governo ter esta inteligência e observação particular dos climas.

2. Quem quisesse governar os asiáticos com lei diferente daquelas que se usam no império turco, fundaria um estado de vida incerta; porquanto por influência do Céu, ou por criação ou por ambas as cousas, consta de gente naturalmente servil, a quem não só se acomoda mas é sumamente necessário o tal governo.

3. Pelo contrário, quem quisesse fazer as mesmas leis em alguns estados de Europa, arruinaria brevemente o Príncipe e o seu reino.

4. Os setentrionais menos remotos são animosos, sinceros; acordam maduramente, constantes em suas deliberações.

5. Os meridionais, astutos, acautelados e maliciosos, mais prontos ao artifício que à resistência, sujeitos ao agravo da tirania, poderosa com os fracos e débil com os poderosos. Por serem mui especulativos, se entregam à religião e superstição, inventores da astrologia e magia.

6. Os intermédios participam dos extremos, são compostos, temperados e prudentes; aborrecem a astúcia e ferocidade; governam por

justiça e razão; e como mestres das artes e polícia, estenderam em paz e em guerra seus limites.

7. Os últimos, e mais próximos ao clima setentrional e meio-dia, pouco discursivos, uns com o frio abundam de fleuma, que os embaraça; outros, afogados do calor, os detém a malencolia.

8. Em Portugal, o clima por temperado inclina aos naturais à justiça, valor, constância e brio; e imprimem-se neles facilmente as regras da doutrina e os preceitos da prudência. Culpam-nos de soberbos, só por lhe negarem o que têm de briosos, e chamam inveja à emulação com que cada um se quer adiantar nas ações generosas.

9. Os príncipes que melhor conheceram a inclinação de seus vassalos os trataram em Portugal como filhos, porque este é o meio para os fazerem escravos, que melhor se deixam governar da clemência que do rigor.

Capítulo III

Da disciplina militar

1 Tocado pelo Príncipe o primeiro instrumento de reinar, que é a inteligência de seus vassalos, se segue a arte de fundar a milícia, de que pendem as forças, que consistem totalmente nas armas, e estas têm seu valor pelas boas ordens.

2. E sendo este cuidado tão próprio do Príncipe em todo o tempo, para conservação e aumento de seu estado, na ocasião da guerra se há de ter por tão necessário, que sem ele facilmente se pode temer ruína. Porque se a cabeça não comunica aos mais membros sua influência, ficam todos sem operação, e o estado sem defensa.

3. Tudo se sujeita à variedade dos sucessos; se reina descuido, não há que culpar nem esperar fortuna.

4. Certa é a perda quando se pretende milagre no que naturalmente se pode obrar, porque não empenha Deus sua potência para abonar nossa remissão.

5. O que importa é merecer os milagres pelas obras, e não os esperar pela remissão; porque na primeira ação obrigamos a Deus; na segunda, a mesma confiança nos castiga.

6. O Rei de Macedônia Filipe I serviu-se das discórdias de Grécia, para encaminhar seus desígnios.

7. E Amuratis primeiro deste nome, senhor dos turcos, para dilatar seu império na Europa se aproveitou das dissensões dos príncipes gregos.

8. Pouco lugar ocupa a ocasião, deve-se à celeridade grande parte nos bons sucessos.

9. Convém ao Príncipe nas ocasiões de guerra prevenir-se com tempo e buscar saída antes de chegar ao aperto, ganhando o dia presente sem pender da incerteza do futuro.

10. Este é o cuidado mais importante ao Príncipe para fundar a milícia.

11. As ordens da milícia são de quatro maneiras; as primeiras estabelecem a forma da criação universal pela qual se sujeitam os homens a obedecer às leis e a sofrer os trabalhos, como companheiros perpétuos da guerra, e raízes da fortaleza; e este é o maior benefício que o Príncipe pode fazer a seu estado.

12. As segundas mostram como se deve fazer eleição da gente de guerra, porquanto a variedade dos climas causa tanta diversidade de qualidades particulares das nações que, por mais eficaz que seja em qualquer domínio a criação, nunca pode fazer que o soldado que nasceu e se criou em lugares muito quentes seja tão intrépido e forte em desprezar a morte, como o que nasce e vive em lugares muito frios, nem este será nunca de tanta capacidade e indústria como o outro.

13. O nascido em região temperada terá não menos de fortaleza que de prudência.

14. Donde se infere que não é em todo verdade o que se diz que o Príncipe e estado que têm homens logo pode ter boa milícia se a quiser fazer, porquanto as formas não se podem imprimir senão conforme a disposição da matéria.

15. O Príncipe que tem muitos estados de vários climas e naturezas deve fazer eleição judiciosa, para a guerra daqueles povos a quem determina meter as armas nas mãos com boa esperança.

16. As terceiras leis são as que ensinam a armar os estados com proporção, e aos soldados com as armas que lhes convêm; porque uma província pode ser particularmente melhor para cavalaria, outra para infantaria, outra para gente do mar.

17. Nas qualidades das armas também são de importância as boas ordens, que na milícia romana tanto variaram, até que vieram a tomar o melhor de todas as nações belicosas e formar o mais perfeito da milícia.

18. A quarta espécie de leis ensina as cinco principais ações da guerra, que são marchar, alojar, combater em campanha, defender e escalar praças fortes.

19. Estas ordens convêm tanto à substância do Império, que por mal governado que se considere nas outras partes bastam só para sua larga conservação, porque o estado bem fundado na disciplina militar resiste facilmente às próprias rebeliões, com dificuldade se deixa vencer das armas estranhas, e com algum cuidado pode estender seus limites.

20. Em todos os impérios foi causa de sua duração e mais em particular na República Romana, porque tendo tantas ocasiões de sua perdição e ruína, com disciplina militar emendava toda a destemperança à maneira de estômago bem robusto e temperado.

Capítulo IV

Da arte de administrar a guerra

1 A arte de administrar a guerra é própria do capitão-general e, por ser a mais árdua coisa que há entre todas as ações humanas, é necessário que concorram muitas partes singulares na pessoa que houver de sustentar este peso.

2. Quatro são as principais que se requerem no general: larga experiência da arte de guerra; conhecido valor da própria pessoa; autoridade e reputação entre os seus e os estranhos; e boa fortuna nas cousas que empreender.

3. Todas estas teve Júlio César, e primeiro Aníbal, que foram os maiores dois capitães que se sabe, ainda que a fortuna ultimamente desamparou a Aníbal e se passou a Cipião o Africano.

4. Larga experiência, porque esta arte é pouco ajudada da lição de ações passadas, porquanto a verdadeira escola da milícia é a campanha, e não a câmara; o mestre é o tempo e uso.

5. Este hábito se adquire com intervir pessoalmente nas resoluções importantes, com observar e ver com os olhos as execuções e considerar os sucessos.

6. Destas notícias nasce aquela prudência que sabe fazer eleição de suas vantagens, que sabe medir as forças próprias e as do inimigo,

acomodar as prevenções a todos os casos e a todos os conselhos, e variar as deliberações conforme a variedade dos acidentes.

7. Sabe prever os desenhos e lançar mão com presteza das ocasiões que podem oferecer as desordens do inimigo.

8. Conhece donde tem lugar a prevenção, donde o divertimento; quando importa aceitar as ocasiões arriscadas ou deixá-las amadurecer; quando se deve esperar a vitória das armas, e quando do tempo.

9. Ensina saber exercitar toda a composição entre o agradável e o executivo, que tanto é necessária para conservar unidas e obedientes várias nações, diversos costumes e ânimos desproporcionados, que de força há de haver nos exércitos.

10. E é condição sumamente desejada no general e tão respeitada nas pessoas de Alexandre, Júlio César e Aníbal, que foi um dos maiores fundamentos de suas grandezas.

11. O valor conhecido na pessoa do general é o espírito do exército e principal causa dos bons sucessos, porque ainda que o seu ofício não seja combater pessoalmente, mas dar as ordens de como se deve pelejar, contudo sem a espora do próprio valor nem saberá nem poderá nunca empreender grandes e singulares facções.

12. A fama de valeroso no general, e de haver subido a tal estado pelos degraus de seu merecimento, é um exemplo vivo e eficaz que move a todos a imitá-lo.

13. A autoridade e reputação entre os seus e os estranhos procedem das mesmas qualidades que a experiência; e valor sabem adquirir no bom governo.

14. E a força da fortuna que em todas as coisas humanas é grande, nos sucessos da guerra é grandíssima, pelo muito que se aventura nos feitos das armas.

15. Por esta causa deve o Príncipe ter grande conta com a fortuna ou desgraça particular que costuma acompanhar as ações do general; porque há pessoas que por secreta força, ou influência do Céu, não tiveram nunca bom sucesso em coisa alguma de grande momento que empreendessem.

16. E pelo contrário há outras que por nascerem em algum aspecto ditoso e benigno dos astros, ou como mais provavelmente se deve crer, por favorecidas de particular graça de Deus, são continuamente

guiadas de uma proteção da fortuna, pela qual dão bom fim à maior parte das coisas que intentam.

17. No tempo de nossos pais, concorreram dois capitães iguais na perícia e arte militar: o Duque de Alva Dom Fernando de Toledo e Ana de Memoranzi Condestável de França; este mais animoso, mas infeliz; o outro mais vagaroso, e glorioso, pelo bom sucesso de suas obras.

18. Procure o Príncipe o mais que lhe for possível afastar-se de uns e servir-se de outros, se a extrema falta de homens o não privar totalmente da escolha.

19. Porém nela deve advertir o Príncipe que não são de todo infelizes os que em algumas ocasiões tiveram ruins sucessos, maiormente havendo causa que os desculpe.

20. Os políticos advertem aos príncipes que os que sempre logram boa fortuna estimam com dificuldade as virtudes.

21. A contrária faz aos humanos industriosos e prudentes.

22. Os que experimentaram trabalhos acordam com madureza nos negócios.

23. O saber de desgraças é saber verdadeiro.

24. Catão disse que reprimem as paixões e mostram o que se deve obrar, e que a felicidade no entender a aconselhar desvia o acerto.

25. Sêneca tem por melhor juízo o que a força do padecer tempera os afetos, porque penetra melhor o que é proveitoso e saudável; donde se tira a prudência e constância.

26. Tácito refere de Lina que não temia a sorte, conhecendo-a feliz ou adversa.

27. As árvores pouco combatidas dos ventos não têm as raízes firmes.

28. Aníbal confessou que alcançara mais prudência com a adversidade que com a ventura: a primeira o ensinara a seguir à razão; a segunda, a despenhar-se por muitas sem-razões.

29. O venturoso sempre quis livrar tudo na sua dita.

30. Desta falta de sujeitos, quando suceder, não se queixe o Príncipe de outrem mais que de si mesmo, pois tendo entre mãos tão grande cousa, como é o governo do império, tampouco atende a estar bem provido daqueles instrumentos que na paz lhe sejam ornamento, e na guerra subsídio.

Capítulo V

Da diferença de guerras

1 De três gêneros são as guerras que pode sentir qualquer estado: porque ou guerreia o mesmo domínio, e esta é guerra civil; ou o estado faz guerra ao Príncipe, e então será ou justo sentimento, ou rebelião injusta dos vassalos; ou o Príncipe e seus estados tomaram armas contra forças externas, e esta se chama guerra.

2. No modo de obrar para que se não levantem estas guerras, consiste toda a indústria de conservar a paz e sustentar as forças.

3. A guerra civil, no antigo estado da monarquia, sempre nasce ou da fraqueza ou da pouca idade do Príncipe, ou de sua incapacidade.

4. Importa sempre a quem reina supor que lhe pode suceder um tal sujeito, para tratar com suas boas leis e governo de presente, fechar o passo com as forças a maus sucessos futuros.

5. O remédio consiste principalmente em vigiar duas coisas: o estado da religião e a qualidade e natureza de seus principais vassalos; porque se na religião se admite novidade, incontinenti arrebenta um seminário de tumultos civis.

6. E se o Príncipe se arroja a dar a qualquer homem ou família demasiado poder, favor ou autoridade, certa coisa é que não será tol-

erada dos outros ou arrebentará em apetite de cousas maiores, e por qualquer modo se abre caminho a perturbações civis.

7. Contende o estado com seu Príncipe por justo sentimento em um só caso, e é quando deixada a verdadeira religião, se precipita em introduzir seitas falsas; porquanto a obrigação que o homem tem a Deus, aperta muito mais que qualquer outro vínculo natural, legal ou voluntário.

8. Fora deste caso, em todas as outras cousas é obrigado o vassalo a desejar bom Príncipe e a sofrer o mau, porque de outro modo cada hora se confundiria o estado do mundo.

9. A guerra civil de França no tempo de Henrique IV nasceu das novidades que quis introduzir contra a religião, e se fez a liga católica; sendo que os franceses adoram ao seu rei; porém a fé e religião estão sempre diante de tudo.

10. O zelo de uma e a pureza da outra conservam o amor e obediência dos vassalos, porque não pode haver fé para o Príncipe se faltar a dos vassalos para a religião.

11. Não cuide o Príncipe que a sujeição de seus vassalos o pode fazer esquecer da obrigação do cetro, porque poucos súditos chegam a tão perfeito grau de obediência.

12. Se o Príncipe for tirano, tema os exemplos dos que tiranizaram; e se for injusto com os vassalos, tema os castigos da justiça; e se obrar contra a conservação do estado, tema a ruína de si mesmo.

13. Considere o Príncipe que quando seus vassalos o juram fazem um depósito da república em suas mãos, para que os governe com justiça e os defenda com cuidado; porque a mesma lei régia que transferiu no Príncipe aquele poder lhe transferiu também esta obrigação.

14. O Rei e o Reino formam um corpo político entre si; ambos vivem com o mesmo espírito, se não por união ao menos por recíproca dependência.

15. Os males do Príncipe arruínam aos vassalos, mas os que sentem os vassalos ainda são mais próprios do Príncipe, porque os sentem como causa e os padece como efeitos.

16. E se a cabeça é a mais nobre e sensível parte do corpo humano, também o Príncipe é a parte mais superior e sensível do corpo político.

17. A rebelião costuma nascer ou da natureza dos vassalos, ou da qualidade do estado, ou das condições do Príncipe.

18. Os vassalos que são de natureza inconstantes e vãos, facilmente vêm a desejar mudança de fortuna; e por qualquer ligeira ocasião que se lhes ofereça, costumam a resolver-se a intentá-la.

19. No estado em que se pretende ter direito mais que um Príncipe, força é que haja divisão pública ou secreta; e temê-la o Príncipe sempre é aviso necessário para sua conservação.

20. As condições do Príncipe aptas para causar rebelião são duas: ser julgado por injusto ou incapaz de sua fortuna.

21. Dos injustos, é singular exemplo Roboão; e dos incapazes Dom Sancho Capelo, em Portugal.

22. A incapacidade do Príncipe costuma a dar ânimo a qualquer vassalo poderoso para a rebelião; e a injustiça com justas cores pode armar contra o Príncipe os afetos de todo o estado; porquanto sem causa alguma se resolvem os homens a dar império por si mesmos a outro qualquer homem, pelo desejo de terem cabeça que os defenda com forças e os governe com justiça.

O bom governo foi só o fim por que se fizeram as coroas e o preço por que se venderam as liberdades dos vassalos.

A capacidade do Príncipe importa como temos dito que seja natural ajudada da criação, reduzida à experiência e aplicada aos instrumentos de reinar, partes necessárias para o terceiro fundamento da razão de estado.

. . . . . .

Título III

Do terceiro fundamento da razão de estado

Capítulo I

Das primeiras ações do Príncipe para a reputação

A reputação do Príncipe (terceiro fundamento da razão de estado) consiste na opinião do seu conselho e no valor das suas armas.

O primeiro instrumento de reinar, para a reputação, são aquelas ações que no princípio de seu governo mais convêm ao Príncipe, e que por sua novidade serão mais notadas e darão ocasião a vários prognósticos da futura condição de seu talento.

Porque é coisa natural ao entrar de um grande e novo Príncipe em os cuidados do governo ter sobre si os olhos de todos.

Os vassalos, como mais interessados em suas ações, e logo os que vivem debaixo de sua proteção e os que como amigos seus gozam da mesma fortuna.

No mesmo cuidado entram os êmulos e inimigos do Príncipe, pelo muito que lhe vai em que comece a governar com termos e finais de valor e prudência, ou de fraqueza e ignorância, para conforme a sua condição disporem seus desenhos.

Por esta razão, disse o nosso Lívio português que os reis mouros da Índia, logo que entravam os viso-reis de novo, faziam-lhe alguma rapazia para experimentarem seu natural.

Estes princípios convêm tanto à substância do governo que se deve fazer deles particular advertência; e pôr o Príncipe toda a indústria logo que começar a reinar em imprimir no conceito dos homens a mais eficaz opinião de seu cuidado e talento.

Com esta opinião se faz o Príncipe não somente capaz da presente fortuna, mas de qualquer outro acrescentamento que o tempo e ocasiões lhe possam dar.

O começar bem, em todas as ações humanas, é ter conseguido muita parte, e o mais dificultoso delas, e na arte de reinar, é isto muito mais certo.

Duas cousas deve considerar o Príncipe para acerto de suas ações: o bom governo de seus vassalos e o cuidado com que se deve aplicar ao honesto e útil da república.

Ambas consistem em livrar de opressão e calamidade a república, manter em felicidade seus vassalos e estender os limites de seus estados.

O Príncipe é semelhante ao pastor na providência e vigilância de guardar suas ovelhas, e de as conservar com utilidade, porque então trata mais de si quando mais trata da felicidade dos súditos.

As majestades recebem a soberania de seu sagrado nascimento, os cetros da providência divina; mas a grandeza de seus vassalos.

Os Príncipes que quiserem ser o mais florentes do mundo, procurem que seus vassalos sejam os mais florentes dele.

As ações do Príncipe, que costumam causar opinião, são as que têm força de o manifestar religioso nas coisas divinas, prudente nas humanas, valeroso nas militares.

Capítulo II

Da religião e sinceridade do Príncipe

A reputação de religioso importa tanto quando tem fundamento, que parece que todas as outras virtudes de necessidade a acompanham.

Causa nos povos respeito e os assegura de governo violento, e sempre está de guarda à porta por onde costumam entrar os inconvenientes mais perigosos do império e mais danosos ao Príncipe, os quais distam pouco da ruína todas as vezes que o estado da Religião não estiver firme no Príncipe.

A opinião de religioso é glória do Príncipe, firmeza do estado, base da paz e felicidade dos vassalos.

Podem-se julgar por imortais os alicerces que começaram da religião, fundados sobre a pedra da verdade e não sobre a área do artifício.

Aviso é para os príncipes o exemplo de Custerno, Rei de Dinamarca que, por admitir os primeiros erros na religião, perdeu três reinos e morreu preso em uma gaiola de ferro.

O mesmo fim violento teve Henrique III, Rei de França, grande discípulo de Machavello.

E sendo muitos os exemplos antigos, se referem os modernos porque penetram mais.

A superstição e dissimulação são os baixos mais arriscados da sinceridade que deve ter o Príncipe; em um dos quais costuma tocar a demasiada astúcia; e, no outro, o pouco valor.

O fingimento a passos largos confunde sempre a seu dono, e quanto mais a verdade faz o Príncipe digno de veneração, o fingimento o faz suspeitoso e odioso a todos.

A ficção é prejudicial a todas as condições de governo, e ocasiona ter-se por obra de prudência proceder com o Príncipe com os mesmos enganos com que procura contentar e entreter a outros.

Em qualquer homem é aborrecida a dissimulação, e no Príncipe ainda é mais abominada.

Aos mais vícios aborrecem as virtudes por contrários; porém a dissimulação até dos próprios vícios é aborrecida.

O erro dos primeiros pais da natureza humana se quis desculpar com engano; porém a dissimulação de Caim nem vício achou com que se escusasse.

O artifício (não falando na religião) talvez pode ser instrumento necessário para as condições de reinar; mas quanto ajuda reduzido alguma vez a ato de prudência; tanto, e muito mais destrói, feito hábito da astúcia.

Dissimular por recato é prudência: ter o mesmo semblante nas cousas adversas e felizes, por conservar umas e dar passo noutras é constância e moderação que argúi coração de alento generoso, superior em todo à mesma fortuna.

Porém a dissimulação não há de ser para enganar e fingir, que a mentira opõe-se ao que está no entendimento como verdadeiro, e não se pode simular sem ofensa sua; que a doblez do coração forma a mentira.

É lícito o calar, encobrir e mostrar não haver entendido as coisas, dissimulando o que delas se alcança, por guardar segredo no fim que se pretende.

O que mais importa é ser o juízo dócil e acomodado para se encobrir a si mesmo.

Alcibíades se vestia em Lacedemônia de majestade; em Jônia de descuido e brandura. Cláudio César afetava ignorância entre os romanos, nos tempos de Gaio, para alcançar o império.

Precedeu-lhe Tibério, grande mestre da dissimulação porque sempre a antepôs a qualquer virtude: na aparência resistia ao que desejava, e na execução fazia o que queria.

Frederico III, imperador romano, costumava a dizer: não sabe reinar quem não sabe dissimular.

Tácito refere de Agrícola que se mostrava nas juntas e Senado grave, atento e severo; e que fora dele despia o poder e autoridade de sorte que parecia outra pessoa.

A majestade do Príncipe nos públicos e em seus conselhos é condição necessária e não dissimulação afetada, e nos outros lugares se deve haver de maneira que a facilidade não chegue a arriscar o respeito.

O artífice acredita a valentia da arte com suas obras; o Príncipe acredita a sinceridade e prudência com as palavras, que obras são também as palavras do Príncipe; e em todos os humanos as obras são o pincel de seu natural.

Compare-se a língua do leme da embarcação, que sendo a cousa mais pequena ou mais baixa, a salva ou mete no fundo.

O poderoso no dizer apartado de religião, da virtude e sinceridade, o será para destruir a república.

O pincel retrata o corpo, a pena representa vivas as virtudes do ânimo; e as palavras são verdadeiro retrato de seu dono.

As palavras são moedas que uma vale por muitas, e muitas não valem uma.

Os lacedemônios ensinavam aos filhos usassem de breves razões, que compreendessem muito, como apacibilidade e agudeza; porque dessem a entender mais do que dissessem e se cuidasse mais do que entendiam.

Augusto, para que não sobrasse nem faltasse à matéria, as fiava só da pena e com elas tratava a graveza e substância da cousa.

Dom Afonso o sábio disse que o Príncipe havia de falar manso e pouco, porque as muitas palavras desautorizavam a majestade e as vozes a descompunham.

El-Rei Dom João o segundo de Portugal, instando-lhe um pretendente surdo que lhe respondesse alto, disse-lhe basta ao Príncipe que ouça; que o seu atributo é ouvir muito e responder pouco aos vassalos.

Os vassalos ganham-se com as obras; porém quando as palavras se dizem a tempo e lugar, também se estimam como obras.

Semelhantes favores e confianças nos corações portugueses criam a maior segurança, como o recato, o maior dano; porque a desconfiança e suspeita é veneno das medicinas: pouco dado com prudência, purga; o demasiado, mata.

De três modos deve o Príncipe satisfazer a seus vassalos: louvar-lhes o feito que fizeram, agradecer-lhes de palavra o serviço e premiá-los com acrescentamento de bens e honra.

Capítulo III

Do cuidado que o Príncipe deve ter em evitar novidades

Entre as primeiras ações do Príncipe, deve ser não menos vigilante a de evitar novidades em seu estado, porque um dos fundamentos principais para se estabelecer em felicidade é conservar-se em seus antigos costumes.

E está muito perto da ruína o Príncipe que for amigo de novidades, porque a prudência é seguir os costumes dos maiores que o tempo e experiência têm qualificado.

Ordinariamente o juízo afeiçoado a novidades é pouco assentado e tão perigoso para o governo da república como a mesma tirania, porque ao mesmo passo tem arruinado no mundo as monarquias.

De dois modos se podem considerar as novidades, ou a respeito do governo do Príncipe ou dos movimentos de seus vassalos.

Em razão do governo esta é a maior causa de sua perturbação.

E quanto aos vassalos, no princípio de reinar, se devem temer muito mais as novidades, por ser tempo acomodado para elas, principalmente quando as condições do estado ou as ações do Príncipe dão qualquer ocasião.

O mesmo estado traz consigo novidades quando o domínio é novo ou governado asperamente e no Príncipe não se vê mais que o nome.

Nos povos que são de natureza leves, inconstantes e de fidelidade incerta sempre se hão de temer as novidades.

O mesmo receio convém ter quando o estado confina por grande espaço com maiores potentados ou o Príncipe reconhece superioridade a outrem, e quando ficou o Reino maltratado e decepado por seu antecessor, na ordem da milícia, nos nervos de suas rendas e na administração da justiça.

A causa mais perigosa será deixar-se entrar de movimentos ou novidades que toquem à religião.

As ações do Príncipe, para se temerem no princípio de seu governo, procedem de ser tido por incapaz de sua grandeza e indigno de sua fortuna.

E as mais arriscadas são remeter-se em tudo a ministros interessados e imprudentes, e afastar de si amigos fiéis, e entregar-se a duvidosos; descobrir pensamentos inquietos e fins perigosos para outrem.

E não o serão menos comprar paz ou tréguas com manifesta confissão de sua última necessidade, depender totalmente de armas alheias, e fiar-se de inimigos e pessoas que ofendeu.

E sobretudo alcançar-se que o Príncipe é mais inclinado a conselhos astutos que a prudentes.

Capítulo IV

Da economia do Príncipe

As primeiras ações que dão ao Príncipe fama de prudente nas coisas civis são duas: o governo de sua própria casa, que por real deve ser a primeira; e a eleição que faz de ministros (como temos dito no primeiro fundamento da razão de estado) porque eles mostram as inclinações de sua condição.

As ordens da casa real hão de ser originais, pelas quais os vassalos devem copiar a forma de seu viver, porque não há coisa que mais depressa nem mais eficazmente faça exemplo que os costumes da Corte.

Manassés e Acab levaram após si os vassalos na impiedade.

Francisco Rei de França, porque foi estudante e estimava as letras, toda a nobreza estudava em seu tempo.

Pelo contrário, Luís XI e seu filho Carlos IX, como inimigos da ciência, fizeram que os nobres aborrecessem a lição e as letras, que tanto importa o bom ou mau exemplo dos príncipes.

O Príncipe que quiser ter ministros sábios, prudentes e valerosos procure ser o exemplar destas qualidades para que seja imitado, porque ao mesmo passo que suas ações procedem destes hábitos, todos se cansam logo pelos adquirir, que os príncipes mandam o que fazem.

O governo da família é semelhança do que há de ter o Príncipe nos negócios públicos, que a política é a administração do doméstico comunicada ao bem universal.

Da mesma maneira mostram a valentia do pintor e estatuário as figuras grandes que as pequenas.

Aristóteles diz que a casa de um pai de famílias é uma cidade pequena, e a cidade uma casa grande.

Filo, sentindo o mesmo, reconhece em qualquer vida seu modo de principado, porque o que em uma cidade é o Rei, é no seu distrito o magistrado, em sua casa o senhor, e o capitão entre os soldados.

É bem verdade que em breve espaço uma pequena luz basta para alumiar, porém, tirada a maior lugar, não luz e por qualquer acidente morre.

Quão diferentes parecem muitos nos ofícios públicos e quão contrárias são suas ações do que se esperava.

Galba enquanto viveu privadamente pareceu digno de maior fortuna, e por voto de todos era capaz do império se o não houvera alcançado.

Foi Tito honra de sua fama quando Imperador, vencendo danadas presunções com crescidas virtudes.

A uns a grandeza desperta no governo público e os aviva a coisas grandes; e a outros entorpece e desalenta; que o espírito, é alma dos negócios, e sem experiência dos ânimos não elejam os príncipes ministros para grandes postos.

Aos que governam com modéstia suas casas falta valor para reger a república; os de levantados espíritos não sabem humilhar-se às coisas miúdas de sua família.

Dos costumes da corte procede o bem ou mau viver de todo o Estado; a quietação ou perturbação dos povos, a fama ou infâmia do Príncipe.

Nunca pode ser o Príncipe tão rico que não tenha necessidade dos homens, e não os pode ter nem os poderá fazer se com o mau exemplo de sua casa os corromper.

A fama do Príncipe cresce com o lustre dos criados de que se serve.

E não é coisa indigna de sua grandeza considerar as condições das cousas humanas com as imperfeições que ordinariamente consigo trazem.

Augusto César, quando parece que tinha repartido com Deus o império do mundo, entre os muitos terrores que consigo trazia tão grande poder não pôde evitar as zombarias da fortuna, pela liberdade com que viviam os de sua casa.

O uso de servir e cortejar publicamente nas cortes será grandeza se se fizer com a veneração com que o introduziram os antigos portugueses; mas nestes tempos é tratar vidros muito perigosos com que se tem dado ocasião a famosas tragédias.

Tem obrigação o Príncipe não só de viver com a pureza que deve a seu estado, mas de atalhar os motivos de maior suspeita.

Nos vassalos, será crime a culpa averiguada; porém no Príncipe, até a suspeita imaginada, quando se der de sua parte ocasião para ela.

O ministro não há de fazer cousa indecente; porém o Príncipe há de satisfazer às suspeitas, ainda com a aparência.

O vassalo cumpre com sua obrigação sendo bom, mas o Príncipe deve sê-lo, e parecê-lo.

Mas o ser bom é virtude; o parecê-lo, ventura.

Podem os homens conservar sua honra sem mancha de culpa; não sem suspeita entre portugueses; em sua mão está não cometê-la; o suspeitá-la, na malícia alheia.

O dar mais crédito ao mal que ao bem é infelicidade da natureza que igualmente ficou pelo pecado inclinada ao mal e à suspeita.

O exemplo para a moderação dos súditos é mais poderoso que o castigo.

Trate o Príncipe de guardar as leis de seu ofício temendo no público o juízo de tantos e em particular o de sua consciência.

Não se negue a si mesmo o respeito que lhe tem para compor suas ações; e sendo senhor de seus afeitos, aumentará sua autoridade e alcançará por virtude o ser que tem por natureza superior a todos.

O exemplo e virtudes do Príncipe fazem o amor e imitação semelhantes nos vassalos.

Capítulo V

Da justiça distributiva

A administração da justiça, por ser um dos fins principais dos vassalos, a deve estimar o Príncipe pelo mais apto instrumento para conservação, aumento e reputação do estado.

A justiça se divide em três espécies: comutativa, distributiva e punitiva.

A comutativa ocupa-se em exercitar comutações e ações externas, de dar e receber.

A distributiva distribui os bens comuns, como são dignidades, ofícios e semelhantes cousas entre as partes e membros da república, pelos mais beneméritos.

A punitiva é aquela que castiga os delitos e enganos que se cometem na república.

Para a comutativa deve atender o Príncipe a boa eleição de ministros, e vigiar sempre com cuidado seus procedimentos, para que sem queixa dos vassalos se dê a cada um o que for seu.

Para a distributiva se requerem no Príncipe três qualidades: generosidade, prudência e igualdade.

E a punitiva como menos nobre se deve aplicar o Príncipe com atenção menos cuidadosa, e com mais clemência que rigor.

As três qualidades da distributiva se uniram no Imperador Trajano, insigne por suas virtudes e aclamado em todas pela justa distribuição.

Os políticos chegam a dizer que ainda é mais necessária na república que a comutativa; porque nesta ofende-se o particular a quem se não fez justiça, dando-se a outrem o que se devia julgar por seu; e na outra ofendem-se todos os beneméritos, dando-se o lugar ou dignidade a quem a não merecia; e é grande a diferença de um ofendido queixoso a muitos queixosos beneméritos.

A desigualdade na justiça distributiva, por repartir o útil, distribuir as honras e proporcionar os cargos, se reputa por tirania em tempos pacíficos, e nos turbulentos será força que arruíne.

Em todo o estado se deve grande cuidado a esta distribuição; porém no calamitoso ainda deve ser maior, porque a inveja e paixão têm desbaratado no mundo grandes fidelidades.

Em toda a ocasião costuma produzir maus efeitos; porém na ocorrência da guerra ainda os produz piores, por ser nela maior a emulação, e mais necessária a fé e amor dos ministros.

O ministro incapaz do posto da guerra que ocupa brevemente vem a reduzir a província a miserável estado, e nem sempre é tolerado pela paciência dos vassalos.

A honra dos governos mal distribuída não só é apta para causar justo e perigoso sentimento nos ânimos dos que têm merecimento, mas costuma a ser poderosa para reduzir o estado a manifesta rebelião.

Muitas vezes acelerou a ruína da república a perda das vitórias, a defensa das praças e ainda a vida do mesmo Príncipe, que tanto pode no peito de homens o justo sentimento de uma distribuição injusta.

O ministro que não tem qualidades proporcionadas ao governo desacredita o Príncipe pela eleição; desautoriza o lugar pela pessoa; e arruína os estados pelo governo.

O sentimento da injusta distribuição obriga tanto aos beneméritos, que por advertirem ao Príncipe de sua imprudente eleição deixaram de acudir muitas vezes aos perigos da comum ruína.

É natural em todos os humanos, e muito mais nos portugueses, sentirem sobretudo a ofensa da honra; e como esta nasce do valor, cuidam que quando lhes falta o prêmio também lhes falta a opinião de valorosos.

A escassez do útil ofende pela maior parte a gente baixa; mas a distribuição inconsiderada das honras fere perigosamente os ânimos dos grandes.

Considere o Príncipe que o que não merece o lugar também se não acha obrigado ao agradecimento: porque a mesma injustiça que lho deu o persuade que ainda lhe era devido maior posto; e por castigo da sem-razão do Príncipe se acha sem agradecimento do indigno e com justa queixa dos beneméritos, para que sem prêmio de nenhum se hajam todos por ofendidos.

Não se deixe o Príncipe levar facilmente de importunações, porque fora útil e descansado o ofício de reger, se alcançasse quando cansasse; e danoso ao Príncipe conhecer-se que dava sem vontade, premiando a porfia e não os merecimentos.

A Teodorico privaram do cetro, por dar as honras aos indignos. Luís XI correu o mesmo perigo, por não saber distribuir os cargos.

E os que souberam usar desta virtude ou foram venerados como deuses ou senhorearam o mundo, parecendo mais que humanos.

Capítulo VI

Da privança

A distribuição do favor do Príncipe requer toda a igualdade entre os vassalos; porque no mesmo ponto que se entende e publica o contrário, se desfaz a união do estado e do conselho, e a passo largo e se debilita a força das armas e se desordena a justiça.

Pela privança, se deixa inadvertidamente enredar o Príncipe de enganos e artifícios mais e menos perigosos, segundo são os espíritos do privado.

Não custou pouco a Tibério livrar-se da rede em que o meteu seu privado Seiano, e a Arcádio escapar dos artifícios de Rufino.

A união do Reino se desfaz porque, dando o Príncipe a seu privado parte extraordinária nas deliberações dos negócios, se executam com o respeito de vassalo e não com a grandeza de Príncipe.

Com a valia, se abre incontinenti uma porta no estado por onde não só entram os parentes, amigos e parciais, senão ainda o potentado e o inimigo do Príncipe, para seus desenhos.

E basta para desunião entrarem sempre por ela a maior parte das esperanças dos vassalos, porque reconhecem por benefício do privado o que se devia agradecer por mercê do Príncipe.

O conselho se desune porque entre os conselheiros sempre se acham alguns, que por ter favorável o privado não só procuram sua amizade mas fazer com ele liga.

E após isto perdem logo a liberdade do voto e a sinceridade de seu conselho, e parecem mais parciais do privado que conselheiros do Príncipe.

E tanto é mais perigosa esta parcialidade quanto o poder do privado for mais acompanhado da emulação dos grandes, porque os respeitos particulares hão de arrastar a justiça e razão, por fazer melhor seu partido.

Debilitam-se as forças das armas, porque o privado que ordinariamente serve a seus intentos, se lhe importa a sua conservação buscar meios, e não lhe falta arte para ou impedir mover-se guerra, ou para a dilatar depois de começada.

E quando não pode conseguir estes fins, a comete a mãos de pessoa que dependa dele, ainda que seja incapaz do posto; e se acaso acertou de ser seu êmulo, embaraça o progresso das cousas de maneira que impeça o curso da grandeza de quem as governa, por desluzir as ações do êmulo e ostentar as da própria valia.

A justiça se desordena pelo temor que os magistrados têm de sua potência, porque ainda que a lei de si sempre tenha o mesmo rosto e sempre fale pela mesma boca, contudo como os intérpretes e executores dela são de ordinário gente de respeitos e vivem dependentes do valido, fazem que a lei receba tantas formas e variedades quantas ele deseja.

Umas vezes por negócios do privado, outras por negócios alheios, e as injustiças e agravos que se fazem se atribuem ao Príncipe e se sentem como ofensas de vassalo.

E quando obre mais atentamente, basta para detrimento do estado e descrédito do Príncipe que tenha força e autoridade para obrar mal ou de sua própria vontade ou por negociações de outrem, porque em ambas as ações ofende a capacidade do Príncipe e a justiça dos vassalos.

O cuidado dos privados consiste em conservar a graça do seu Príncipe; e os que se conservaram largamente na privança sempre foram homens de grande astúcia.

É impossível, sem artifício, conservar as vontades dos Príncipes, por serem variáveis por natureza e cheias de apetites que facilmente se enfastiam.

Seis efeitos principais executa o privado com astúcia, por serem o fundamento de seu estado.

Todos se viram no valido que morreu em nossos tempos, e com as quimeras de dar a seu Príncipe o nome de grande o tomou para si com ruína do império.

O principal é imprimir no ânimo do Príncipe que despido de todos os mais cuidados traz somente diante dos olhos seu serviço e sua grandeza.

Logo procura cegar-lhe totalmente os olhos, para que não possa enxergar no privado senão aquelas partes que tiverem conformidade com as mais secretas inclinações do Príncipe.

Bom exemplo foi destes efeitos Seiano, porque de maneira se transformou nas partes de seu imperador, que pareciam as próprias e naturais de Tibério; mas teve o castigo em seu engano, porque as astúcias e artifícios dos privados acabam sempre em tragédia.

A adulação é de modo que, por persuasões suas, forma opinião, que ou são virtudes ou ao menos leves defeitos quaisquer enormidades de seus costumes, cousa muito agradável à ignorância do Príncipe.

Com desvelo procura afastar da privança qualquer outro e principalmente os homens de valor, que os ciúmes da privança são os de maior cuidado.

Em toda a ocasião trata de ferir seus êmulos com a mão de outrem, que na ofensa sempre usam de manha por não arriscarem a privança e, ainda que ofende como poderoso, sempre teme como humano.

Os entendidos se disfarçam no público com humildade e se encobrem com cortesia fingida; e os outros sempre naufragaram com os ventos da variedade e ostentação nas ondas da soberba e insolência.

O perigo que corre o Príncipe se deve medir pela grandeza do ânimo do privado, o qual, por fraco que seja, sempre se persuade que tanto se atrasa na valia quanto deixa de crescer nela.

A ambição é hidropisia, que, ajudada de ocasião e dos tempos, chega no privado ao que deseja e acaba com o que desejou.

Na maior privança deixam todos o fingimento e artifício, porque se desconhecem de vassalos e se persuadem com o favor que hão de ser respeitados como príncipes.

E o que tira de si a grandeza de reinar, para a pôr em um vassalo que nasceu para servir, ofende sua opinião, limita sua grandeza e mostra-se incapaz dela, com ruína do estado.

E se o privado por nascimento e partes é indigno do favor, muito mais se sente pelos vassalos, porque, se pela incapacidade se aborrece o mesmo Príncipe, como se não há de aborrecer um vassalo por nascimento e partes incapaz.

Esta é a causa que mais esquiva e alheia os ânimos dos súditos entre portugueses, e que descompõem toda a harmonia do governo e faz perecer o estado, falto de conselho e pobre de justiça, que em tudo se perturba o reino onde há rei segundo.

Não se nega que o Príncipe como homem por natureza sociável, em qualquer condição haja de ter algum amigo intrínseco e particular, com quem possa comunicar as paixões de seu ânimo e respirar dos cuidados do governo.

Mas os príncipes prudentes hão de eleger amigo para estas paixões que saiba de tal sorte moderar os afetos da amizade que se não corrompam os respeitos de senhor.

E para o governo, pessoas de tanta capacidade que, no segredo, prudência e fidelidade, sirvam de crédito ao mesmo Príncipe.

Acertada máxima de validos fazer sempre autor dos acertos a seu Príncipe, e das resoluções mal avaliadas a ruim informação e mau conselho dos ministros.

Mas seguro ditame de príncipes, escolher os bons e fiar-se deles.

Capítulo VII

Dos tributos

A justiça distributiva, que proporciona os cargos na República, deve também proporcionar os gravames: porque se a balança destes não for ajustada nos súditos será injustiça bastante para destruir o estado.

O maior cuidado do Príncipe é livrar de opressão e calamidade a seus vassalos, e a obrigação deles é a defensa e sustento para ela.

O fiador mais seguro para conservação da república é o amor do Príncipe para seus súditos e o vínculo da união entre os vassalos.

A conformidade é mais necessária nas repúblicas que a justiça, porque com a união tudo é de cada um e cada cousa de todos, sem a distribuição.

A estes fins deve-se aplicar o Príncipe segundo os preceitos da Filosofia moral, por compreender a direção mais acertada das ações civis e familiares.

Com esta ciência se exercita a doutrina dos sábios, mostrando o que se deve querer por honesto; e do que se deve fugir por torpe, fim de todos os bens e males.

É obrigação do Príncipe ajustar a contribuição com a possibilidade dos vassalos e com a sua necessidade, porque a proporção não só há de respeitar a pessoa mas também a causa.

É obrigação dos vassalos dar força ao Príncipe com que possa mantê-los em justiça e defendê-los de violências externas.

Em nenhum tempo pode haver defensa sem armas, armas sem estipêndio, nem estipêndios sem contribuição.

Muito melhor será aos vassalos servirem-lhe seus bens de alimento próprio que de despojos do inimigo, porque com a primeira ação defendem a pátria, sustentam a vida e acreditam o nome, e com a segunda perde-se a pátria, arrisca-se a vida e ficam sem nome e reputação.

Duas coisas se devem considerar na exação: que os meios sejam os mais suaves e que se assegure por eles a conservação do estado; porque não só hão de ser bastantes para a defensa, mas também hão de ser bastantes para a contribuição.

As despesas da guerra são incertas pela dependência que têm dos sucessos e não podem ser certas as quantias, porque qualquer acidente as faz variar em muita parte e os acidentes são de cada dia.

O Príncipe não deve gravar aos vassalos com exação imoderada; mas também os vassalos não devem arriscar a defensão com remissão indiscreta.

Os gravames que se lançam aos povos são as contribuições pecuniárias, serviço pessoal, reservação das regalias e cômodo de alojamentos.

A contribuição pecuniária é de dois modos: ordinária e extraordinária; a ordinária consiste nos tributos antigos; a extraordinária, no acrescentamento das imposições ordinárias, e tributos postos de novo por certo tempo, conforme a causa e necessidade do Príncipe.

O serviço pessoal também se pode entender de dois modos: ou por eleição do Príncipe, como será a gente de guerra alistada; ou por obrigação dos bens que os vassalos possuem.

Reserva de regalias é a que faz o Príncipe de tesouros, estanques, minas e outras cousas semelhantes que o Príncipe reserva só para si.

O cômodo de alojamentos é coisa sabida.

A injustiça que se usa na contribuição ordinária se comete quando os povos são constrangidos a pagar em tempos calamitosos; ou a pagar de antemão, ou se remetem as execuções a ministros violentos, que

executando com extorsões e crueldades, fazem parecer injusto e intolerável o que é justo e devido.

A injustiça da contribuição extraordinária são os tributos demasiados, os donativos multiplicados, o crescimento sobejo dos pedidos, a invenção de tributos novos, as violentas e artificiosas espécies de monopólios.

E não se sente menos divertir-se o direito da causa para que se contribui, e não assistir o Príncipe a ela com o cuidado que deve a sua obrigação.

Não deixa também de ser violenta a contribuição que se paga de quantia certa e em certo tempo; porque buscar o tributo, ou ser buscado, e lançado por ele, tem a diferença de voluntário a violento.

No que todos hão mister para sustento humano, todos os humanos contribuem; no que todos sentem, como é ser lançados para o tributo, muitos se livram; uns por serem os mesmos lançadores, outros pela imunidade do estado que professam.

A exação de cobrar a tempo certo não só faz duvidosa a contribuição pelas quebras que o tempo traz consigo, mas também a faz perigosa, pela violência da compulsão.

A voluntária pode ter descaminhos nos cobradores, mas qualquer outra que o não for, nos que cobram e nos que pagam; os primeiros têm remédio com menos dano e os segundos não os podem ter sem grande risco.

E no que todos buscam não pode haver desigualdade, quando os que mais possuem são os que mais dependem do sustento de suas casas e famílias; e os que mais despendem são os que mais contribuem.

O tempo é o que qualifica os arbítrios e o costume universal tem aprovado a exação do usual por voluntária e reprovado as mais por violentas.

A injustiça do serviço pessoal será quando o número da gente de guerra for maior que aquilo que pode sofrer o estado, ou o quiserem obrigar a mais do que são suas forças; ou, quando entregues a ministros cobiçosos, forem molestados com resenhas fora de tempo, chamando-os para facções dos necessários em ordem a os excusarem por peitas; ou fazendo-os servir sem lhe pagar.

E aos que servem por obrigação dos bens, chamando-os sem causa e fazendo-os servir fora das ocasiões em que são obrigados.

Mas devem advertir os vassalos que, para sua defensa e da pátria, que nem devem esperar que os chamem, nem dificultar os meios para se defenderem; e que ordinariamente se queixam das injustiças da contribuição, por se livrarem com queixas do tributo, podendo mais o sentimento do que pagam de presente que o receio do que temem de futuro.

A reserva de regalias ordinárias padece poucas injustiças, se o modo de as executar não for insuportável.

As perigosas foram as que se quiseram introduzir de novo, como se viu em Espanha, nas marinhas dos senhores, e em França no tempo d'el-Rei Henrique.

O cômodo dos alojamentos costuma a ser incômodo aos estados; e em particular se toma impacientemente dos povos, que por natureza são parcos, apertados e suspeitosos, e de sítio limitado, principalmente no Reino de Portugal, aonde a pouca experiência dos encargos da guerra os faz menos sofridos que as outras nações do mundo.

A pobreza do III Rei Católico deste nome deu em Itália princípio aos alojamentos que chamaram injustos.

Os que trataram particularmente deles dizem que de propósito se chama alojamento, por montar tanto como entregar os povos à lascívia e insolência dos soldados.

Mal proporcionado com as forças e condições dos vassalos, foi sempre poderoso para causar novidades, e contado pela primeira causa que fez odioso o império dos franceses no Reino de Nápoles e ducado de Milão. E pouco há que vimos o mesmo no principado de Catalunha.

Também se entende debaixo da administração distributiva a imunidade dos privilégios que para perpétuo testemunho de merecimentos reconhecidos do Príncipe se concederam aos povos.

E se na distribuição dos gravames não são inteiramente observados, é cousa certa que se faz injúria ao merecimento daqueles que os possuem ao juízo dos Príncipes que os concederam: à religião do juramento com que se confirmaram, e se dá aos povos ocasião para os fazer despenhar com resoluções temerárias; principalmente nas províncias em que os vassalos têm particular inclinação ao bem público.

Porém, esta imunidade se não deve entender na defensa própria e da pátria, porque sendo a causa comum e imediata a todos, não pode haver isenção justa que os livre dela.

O primeiro requisito do gravame é a igualdade; e assim a primeira obrigação na defensa é contribuírem todos; e a justiça, no proporcionar os gravames, é fundamento eficaz para o Príncipe se conservar em seu estado e vencer seu inimigo com reputação.

Capítulo VIII

Da justiça punitiva

A justiça corretiva (como temos dito) é aquela que emenda e iguala todos os erros e enganos que acontecem no tráfego e comércio humano.

Os que nascem de consentimento mútuo (como no comprar e vender, e outros semelhantes) causam diferenças civis, e se nascem de fraude oculta, ou de violência descoberta, como é o homicídio, o furto e mais delitos, formam as matérias criminais.

Para haver justamente igualdade nestes erros importa que concorram quatro cousas: qualidade da lei, as partes do juiz, temperamento de igualdade, natureza do Príncipe.

As qualidades da lei são três: que seja proporcionada à natureza dos súditos, como a medicina à enfermidade, compleição do enfermo, e condição dos tempos; que igualmente distribua e use da proporção aritmética, e que quanto for possível refreie o arbítrio dos julgadores; porque cuidam de ordinário que são melhor avaliados quando são mais rigorosos.

As partes do juiz são: entender, querer e executar.

Entender: porque sem inteligência do direito, disposição das leis, exame da prova e defesa, não poderá julgar os casos.

Querer: porque sem aplicação ao ofício e vontade desinteressada e desapaixonada, não poderá fazer justiça.

Executar: porque nem importa a inteligência, nem aproveita a vontade, se falta execução; sem ela os crimes se multiplicam, a justiça se não teme e o Príncipe se não respeita.

O temperamento da igualdade há de ser a balança e medida: porque se hão de regular as penas com mais propensão à piedade que inclinação ao rigor.

A natureza do Príncipe requer ânimo inteiro, com generosidade e clemência.

De ânimo inteiro, para se não deixar mover de respeitos particulares, porque são indignos de quem reina.

Basta que o Príncipe se informe, e sendo forçoso executar-se a lei, que o não impeça a intercessão.

Louve-se no Príncipe o valor para cumprir com a obrigação de Rei, sem outro respeito; mas entenda-se que obra a lei e não o rigor do Príncipe.

Com generosidade, para quando for necessário perdoar até as próprias ofensas, porque não foi mais glorioso César por vencer que por perdoar.

Convém ao Príncipe em todo o estado que mais se satisfaça da submissão que do castigo; e é grande modo de perdoar mostrar que ignora as ofensas.

Lei houve entre os gregos por que se estabeleceu o esquecimento dos agravos.

A segurança do império pede generosidade e confiança no Príncipe, porque ao mesmo passo se estabelece a lealdade nos vassalos.

Com clemência, porque nela cabe a severidade e majestade de príncipe; mas não no rigor; e o que soube ajuntar a clemência com a majestade, é o que mais soube.

Esta virtude tem a vantagem de ser amado a ser temido; e importa muito ser rei de vassalos contentes e senhor de seus corações.

A clemência afeiçoa, o rigor atemoriza e vai muito de vassalos afeiçoados a vassalos temerosos.

Em estado seguro e quieto, buscar delitos para os castigar, argúi desconfiança; e é força que o Príncipe perdoe muito, querendo saber tudo.

E no estado que por seus princípios não estão muito seguro, argúi pouca prudência no Príncipe e causa desconfiança nos vassalos, porque se nos princípios é demasiado o rigor, pode-se temer que ao diante seja tirania.

O governo que funda o cuidado nos benefícios, e não no castigo, excede tanto o outro quanto vai de benevolência e amor ao sentimento e temor; o primeiro acredita as forças do Príncipe, o segundo alenta conspirações.

Que mais felice estado que conservar-se a Majestade sem que a temam?

A introdução ao império por rigor é sujeição que não dura por violenta; e é mais cuidado grave que possessão deleitosa.

Da clemência, nasce o amor; da crueldade, o medo; procure o Príncipe conservar-se nesta virtude, se quer conservar-se em ser príncipe.

O castigo há de servir de emenda para os maus, de segurança para os bons, e de exemplo para todos.

No tempo de Trajano, os bons eram premiados, os maus temerosos e não temidos.

O Príncipe deve temperar o rigor com clemência, imitando a Deus, por ser a virtude com que mais o pode imitar, e o severo, defeito com que mais se aparta dele.

A clemência traz consigo afetos de pai, para granjear o amor de filhos; o severo, afetos de tirania, para adquirir efeitos de aborrecimento.

A vigilância há de ser para se opor ao dano em seu princípio, porque a culpa é primeiro que a pena e o castigo depois do delito.

Mais importa ao governo a prevenção que o remédio, e é mais fácil (não se agradece porque como não é executado o perigo, não se estima o reparo) porém o cuidado de o prever, alcança ao Príncipe fama de prudente; e no castigo depois de se executar, o nome de rigoroso.

Entenda o príncipe que a freqüência do castigo não o acredita, como nem ao médico as muitas mortes; estes perdem a opinião do benefício que aplicam ao doente, o príncipe o do cuidado no governo.

Querer averiguar toda a culpa serve de as manifestar, e fica mais sua memória para se atreverem, que a do castigo para se emendarem.

Se quem as comete peca de fácil, o desprezo lhe perdoa; se por falta de entendimento, a compaixão; se por ânimo ofensivo, a generosidade do Príncipe.

Casos há puníveis que convém se não castiguem, por não perpetuar sua memória, em lugar de escarmento.

Os delitos públicos e maiores se devem castigar com horror aos mesmos delitos, e com horror as penas deles, porém sem ira e sem ódio de quem castiga.

Procure o Príncipe que lhe não vejam o rosto em tal ocasião os que sempre estão atentos a seu semblante; porque não o culpem sem lhe admitirem o descargo do primeiro movimento, nem o deixem de temer, igualando-o com os humanos.

Cornélio Tácito escreveu as inclinações e afetos dos príncipes para que se cresse que eram somente homens.

Perde tempo e trabalho quem se promete não deixar nada sem castigo.

Mas como são os dois pólos em que se estriba o governo da república prêmio e castigo, não se deixaram de castigar os delitos, quando for necessário, porque será de igual repreensão errar e não castigar os que erram.

Quem vive bem e consente os que vivem mal comunica-os em seus delitos.

O crime que se não castiga aprova-se; a verdade que se não defende oprime-se: não castigar os maus, podendo, é favorecê-los; não perdoar aos bons nos crimes, que o permitem, é perdê-los.

Os que erram em seus ofícios sempre merecem castigo; e algumas vezes mais pela dignidade do cargo que pela sustância do erro, porque a culpa que se acredita com autoridade obriga a se lhe acrescentar a pena.

Tácito diz que os vícios se não hão de atribuir aos tempos, senão aos homens; reprimem mais os afetos com o bom Príncipe, que o castigo do mau não tira os insolentes, que faz com seu exemplo.

Sêneca tem por manifesto erro atribuir os vícios às idades a que facilmente caminha a natureza humana, por inclinação e precipitação.

Platão acrescenta que também as virtudes são dos homens, com que os sábios governam a república, fundadas na religião, fortaleza, temperança e justiça, com que os príncipes adquirem a reputação de seu estado.

Para este fim se escreveram as histórias, se fizeram as políticas, e se formou este papel, louvando os príncipes que as souberam imitar, e condenando aos que se esqueceram desta obrigação. Que os grandes espíritos só se podem persuadir com o exemplo e com a razão.

Formar um príncipe qual deve ser sempre se julgou por mais empenho bizarro que possível.

Louvar as ações de bom príncipe para que se imitem tem muito de utilidade, e muito de possível, pelo desejo que todos têm de aumentar sua opinião.

E condenar os vícios ainda é melhor regra para a imitação, porque fugindo da propensão natural a que a humanidade e grandeza do poder os inclina, mais facilmente se ajustarão suas ações pelos ditames da razão e justiça.

Os navegantes mais expertos sempre puseram o maior cuidado em conhecer os baixos da navegação. Os príncipes mais entendidos tenham toda a vigilância em fugir dos vícios em que os outros caíram, porque este é o melhor caminho para chegar aos acertos.

E se a máquina de toda a razão de estado consiste nestes três fundamentos de que temos tratado – conselho, forças, reputação –, considere o príncipe quanto importa para o conselho a boa eleição de ministros; para as forças, o cuidado da guerra; para a reputação, o bom governo de seus vassalos.

Atendendo a estes fins, alcançará o nome e felicidade de bom príncipe; e não terá que temer as queixas de seus vassalos; e quando as haja na condição dos malcontentes, pode responder com Alexandre: que era de bom príncipe obrar em utilidade pública e dos vassalos, não se agradecer.

Não se pode contentar a todos, nem fugir à indignação de alguns, principalmente neste Reino de Portugal.

D. LUÍS DA CUNHA

Testamento Político

D. Luís da Cunha, pintura do séc. XVIII a Quillard, no Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa

D. LUÍS DA CUNHA
Testamento Político

Luís da Cunha

Nascido em Lisboa, em 25 de janeiro de 1662, e falecido em Paris, em 9 de outubro de 1740, Luís da Cunha formou-se em Coimbra, em Direito Canônico.

Com apenas 20 anos, foi nomeado desembargador da Relação do Porto, passando, depois, para a de Lisboa.

Embaixador à Corte de Londres, em 1696, foi ministro plenipotenciário no Congresso de Ultrech, em 1712.

Conservou-se em Paris, até falecer, como ministro de Portugal naquela Corte.

Escreveu Memórias, *com a história política da Europa durante meio século, que se conservaram inéditas.*

De suas cartas, a mais famosa é a que dirigiu a D. José I, ainda príncipe, dando-lhe Conselhos. Ela foi impressa em 1820, com o título de Testamento Político *ou* Carta escrita pelo grande D. Luís da Cunha ao senhor rei D. José I, antes do seu governo.

Senhor,

A tristíssima e sumamente dolorosa idéia, que naturalmente se pode fazer, de que El-Rei, nosso senhor, glorioso pai de V. A., nos venha a faltar, o que praza a Deus que não vejamos senão depois de passados muitos anos; e na doce esperança de que V. A. subirá ao trono de seus ínclitos avós, para dele gozar por séculos inteiros, tomo a liberdade de me pôr com a mais humilde e reverente submissão aos seus reais pés, para que lembrando-lhe que sou o mais antigo ministro que o Senhor Rei D. Pedro, heróico avô de V. A. no ano de 1700, tirou da Casa da Suplicação para o servir no Ministério Estrangeiro, e que nele me conservou El-Rei nosso senhor, até agora; e que, fundado nesta antiguidade, e no zelo e cuidado com que sempre procurei cumprir com a minha obrigação, pego na pena para ter a honra, não de lhe pedir algum prêmio pelos meus serviços, mas somente para pôr na sua real presença quais são os meus sentimentos com a liberdade que o dito senhor muitas vezes não só me permitiu, mas expressamente me ordenou; e assim me aproveito dela para quando V. A. tomar, com a felicidade que lhe desejo, as rédeas do governo dos seus reinos e dilatadas conquistas, para o bem dos seus fiéis vassalos.

Se me servir de alguns exemplos, não são tirados da História, que fariam larga e fastidiosa a sua leitura, que procurarei abreviar quanto me for possível, mas das máximas que vi praticar em Inglaterra, em Holanda, e França, ainda que nem todas se possam seguir pela diferença dos climas, dos governos, dos interesses, dos tempos, e pelos diversos gênios das nações.

Em primeiro lugar, senhor, naquele temido, infausto e natural acidente, que não espero ver, estou bem certo que V. A. não mostrará logo que em certas cousas quer tomar o contrapé do governo de El-Rei seu pai, e que, quando se vir obrigado a fazê-lo, será mostrando que são as diferentes ocorrências que o forçam a tomar diversas resoluções; para que não pareça que V. A. as emenda, antes as venera. Que V. A. conservará para uma mãe tão santa, como é a rainha nossa senhora, o mesmo respeito, e fiel veneração, com que até agora a tratou; efeito da admirável e cristã educação, que ele lhe deu. Que V. A. viverá com a sereníssima princesa do Brasil, sua amabilíssima e real consorte, na mais cordial e sincera confiança que se possa desejar.

Que mostrará a suas altezas irmãos e tios que a sua elevação ao trono não lhe diminuiu em cousa alguma o amor e carinho devido ao sangue que corre pelas mesmas veias. Estas obrigações são pessoais e um dever de homem; mas as de rei, sem ofender as que insinuo, são mostrar que V. A. é o único senhor, e que todos, sem exceção de pessoa, são seus vassalos e dependentes unicamente das suas reais resoluções.

Debaixo destes supostos já se vê que não serei de opinião que V. A., a título de descanso, se sirva de um primeiro-ministro por duas, entre outras, muito fortes razões.

A primeira porque Deus não pôs os cetros nas mãos dos príncipes para que descansem, senão para trabalharem no bom governo dos seus reinos; trabalho que lhe será muito breve, se repartir bem e alternativamente as suas horas, porque estou certo que lhe sobejarão as que bastem para as empregar nos divertimentos que convêm ao seu caráter, entre os quais conto o da caça, não porque seja, como alguns dizem, a imagem da guerra, porque não há armas que menos se lhe pareçam, pois nela se não vê mais que muitos cavalheiros, e uma infinidade de cães, que correm atrás dos pobres animais que fogem, e não se defendem; mas porque este divertimento serve a dissipar os grandes cuidados de que o Príncipe está sempre ocupado.

A segunda, e ainda mais forte razão, vem a ser, que o dito ministro ordinariamente tira ao soberano o crédito que ele se arroga a si mesmo, desconsola os naturais, e perde muito com os estrangeiros. O duque Malborough se levantou com o poder, que se devia à rainha Ana de Inglaterra. O duque de Orleans se arrependeu de haver dado a Luís XV por primeiro-ministro o cardeal Dubois que, servindo-se daquele emi-

nente caráter, concebeu mandá-lo prender, havendo-o levantado do pó da terra; e por isso, logo que aquele indigno ministro e prelado faleceu, o substituiu no seu lugar, e se nele não lhe sucedesse o duque de Bourbon, jamais a princesa de Polônia seria rainha de França, porque madame de Priè, que o governava, se deixou comprar e, enfim, ninguém ousou explicar-se em direitura a Luís XV, enquanto viveu o cardeal de Fleury, sob pena de perder a sua pretensão.

Contudo o cardeal, depois de reconhecer que o governo de uma tão grande monarquia excedia suas forças, achou que Mr. Chavelin tinha todas as qualidades necessárias para o poder aliviar e o associou ao primeiro-ministro; mas, vendo que os dois galos não cantavam bem em um só poleiro, viu-se precisado a desfazer-se de Chavelin, antes que Chavelin se desfizesse dele, pois que para isso começava a tomar suas medidas.

Isto que digo do primeiro-ministro milita também com o valido, que são sinônimos e peste do estado, para que V. A. se não sirva do primeiro, nem se deixe seduzir de quem procura ser o segundo, porque ordinariamente ambos cuidam mais em estabelecer o seu poder do que em conservar a representação do Príncipe, de que só deviam ser zelosos, e que em Portugal é mais perigoso, pois que por um intolerável e ímpio abuso, temos feito hábito de nos esquecermos de Deus para nos aplicarmos aos seus santos, ou tidos por tais, costumando dizer que são os seus validos. Mas, senhor, os validos do Céu são muito diferentes dos validos da Terra, porque os primeiros, conforme o nosso provérbio, não rogam senão quando Deus quer; e os segundos rogam as mais das vezes pelo que nem Deus, nem o Príncipe querem. Deus me preserve de dizer que a aplicação que se faz aos santos, como validos da majestade divina, é supersticiosa, porque a Igreja definiu que ela era útil mas não necessária; porém digo somente que a que se faz aos validos da majestade humana é, ainda mal, necessária para ser útil em grande prejuízo da independência do Príncipe, e da mesma monarquia. Em uma palavra, senhor, todo o poder que o primeiro-ministro, ou valido, se atribui não é outra coisa senão uma pura usurpação, por não dizer escandaloso furto que se faz à sagrada autoridade do Príncipe. Porém, sem recorrer a exemplos estrangeiros, V. A. tem de casa um tão terrível, se quiser refletir sobre o perigo a que nos expôs o ministério e valimento do conde de Castelo Melhor, e na sua vizinhança o de Filipe III e Filipe IV, que, sem embargo

de serem tão grandes monarcas, como não viam as coisas dos seus domínios senão pelos olhos dos seus primeiros-ministros e validos, não só perderam no mundo a sua reputação, mas também a da mesma monarquia. V. A. se pode também lembrar do pouco caso que pessoalmente se faz de Filipe V, porque se deixava governar pela rainha sua mulher, e esta pelo cardeal Alberoni, até que concorreram muitas razões para que aquela princesa se cansasse da sua petulância e o mandasse sair de Espanha.

Depois de ser o meu pensamento que V. A. fuja de ter um primeiro-ministro, ou um valido, não sei se lhe ajuntara que também se dispensasse de ter um confessor, quero dizer, com este título, porque com ele o autoriza para querer ingerir-se nas cousas do governo, e fazer-se respeitar, servindo-se do confessionário para tirar, ou encher o Príncipe de escrúpulos, conforme convém aos interesses da sua ordem, dos seus parentes e amigos, de que pudera alegar muitos exemplos se não temesse a difusão deste papel; mas como seja preciso que o Príncipe faça ver aos seus vassalos que regularmente pratica os preceitos da Igreja, dissera que V. A. escolhesse para cura da sua freguesia um homem desinteressado, prudente, de boa vida e costumes, sem ser hipócrita e com ciência que baste para tranqüilizar a sua consciência nos casos que lhe propuser e que com ele se confessasse; porque tenho observado que a teologia de frades é muito arriscada, principalmente a dos jesuítas, que são os que mais a estudam e por isso mais aptos para adaptarem as opiniões, que possam agradar ao confessado se for Príncipe e não um pobre lavrador.

Se alguém me acusar de que nesta parte abraço as máximas de Maquiavel, enquanto diz que o governo monárquico seria o mais perfeito de todos, se o Príncipe não tivesse validos, nem confessor, confesso a minha culpa sem arrependimento, e ainda passo em silêncio a dama, de que aquele refinado político quer que o príncipe seja isento porque, graças a Deus, entre as muitas virtudes de que dotou a V. A., tem a de não querer romper a constância conjugal, e por não autorizar com o seu exemplo a dissolução entre os dois sexos, como fez Luís XIV em França e Carlos II em Inglaterra que, sem embargo de ser um príncipe muito distraído, tinha muito entendimento e costumava dizer que o governo das mulheres era o melhor, porque nele governavam os

homens; e que o governo dos homens era o pior, porque nele governavam as mulheres, de que em si mesmo tinha a experiência, porque se deixou governar por madame de Porsmouth, assim como Luís XIV por madame de Maintenon.

É verdade que S. Majestade teve uma espécie de primeiro-ministro, que foi o Cardeal da Mota; espécie digo de primeiro-ministro, porque ainda que em certo modo fazia as suas funções, nunca o dito senhor o revestiu daquele caráter; o que todo o mundo lhe deu (porque eu nunca o achei) foi o de ser muito bom homem, muito modesto, mui bem intencionado e muito limpo de mãos, com muito pouco conhecimento dos negócios estrangeiros e ainda menos ativo nos domésticos, dois defeitos irreparáveis em quem se encarrega da direção das cousas públicas, porque deles resulta demorarem-se as resoluções que passam pelas suas mãos; e assim não vejo em tantos anos de ministério que fizesse alguma cousa em benefício do reino, tanto a respeito do seu comércio que da sua navegação, manufaturas e forças assim terrestres como marítimas, de que abaixo falarei, passando o tempo em outros projetos, sem resolver algum; de que veio não deixar à posteridade saudade da sua memória. O que na minha opinião se lhe deve louvar são duas cousas, a primeira de haver sempre aconselhado a sua majestade de conservar em paz os seus vassalos, quando toda a Europa ardia em guerra, e quando outros podiam inspirar que se aproveitasse da ocasião em que a Inglaterra a declarava à Espanha, a fim de forçar aquela coroa a que conviesse a cumprir exatamente o que com ela estipulamos no Tratado de Utrecht, pois uma diversão da parte de Portugal não lhe permitia acudir à guerra de Itália com as forças que França lhe opunha.

A segunda foi concorrer com o seu arbítrio para que sua majestade, instruído da confusão em que Diogo de Mendonça Corte-Real deixara os papéis das secretarias que servia, principalmente depois do incêndio das suas casas, em que muitos se desencaminharam e outros pereceram, lhe desse melhor providência, repartindo entre três secretários aquele trabalho, a que um só, até àquele tempo, não sem queixa das partes, dava tanta expedição sem o poder evitar pela afluência e variedade dos negócios já estrangeiros, já domésticos e já ultramarinos. E nesta parte um animal, e tão grande animal, qual é o camelo, mostra mais juízo e menos presunção do que o homem, pois

somente sofre a carga com que pode, por se não deitar com ela; de maneira que eu comparo a cabeça de cada indivíduo a um vaso que quando se lhe deita mais água do que pode conter transborda, derrama-se e se turva a que fica nele.

Enfim, V. A. sabe a divisão que sua majestade fez das secretarias e os ministros que para elas nomeou, todos muito dignos de servirem com grande satisfação aqueles empregos, e só se reparou que todos fossem criaturas do cardeal, principalmente o do Reino, que foi seu irmão, para que cada qual obrasse conforme ele lhe inspirasse. Não digo que esta foi a intenção com que aquele prelado fez a S. Majestade a inculca, mas que tais foram as aparências.

É verdade que S. Majestade nomeou aqueles três ministros para secretários de Estado, mas nunca lhes quis dar a prerrogativa de conselheiros ou ministros de estado, como o cardeal de Fleury pretendeu para que os embaixadores de França lhe dessem o tratamento de excelência, como se quisesse reservar aquele eminente título como um *non plus ultra* para as pessoas de maior nobreza, e mais recomendáveis pelos seus merecimentos e reconhecidos serviços. V. A. acha as secretarias divididas, porém mais no nome que no efeito, conforme ouço, porque os seus papéis estão na mesma confusão, sabe Deus aonde, porque eu o não sei, sem se repartirem pelos oficiais das secretarias para que cada um se entregue dos que lhe pertencem, e com mais facilidade se achem quando se procurem, ao que V. A. deve dar providência, nomeando um ministro bem inteligente, para que com os mesmos oficiais faça aquela necessária diligência e repartição e se reformem os que faltarem.

Dos três secretários que sua majestade nomeou, vejo não ser grande perda o faltar-lhe o da Marinha, que foi Antônio Guedes Pereira, e ouço também lhe podia vir a faltar o do Reino, Pedro da Mota e Silva, que muitas vezes tem pedido licença para se demitir daquele emprego, que o punha na sujeição de não poder gozar do seu descanso, de maneira que se V. A. se acomodar com o seu desejo, será preciso prover uma e outra secretaria, para as quais tomarei o atrevimento de lhe indicar dois ministros, pelo conhecimento que tenho deles e dos seus talentos; a saber: para a do Reino Sebastião José de Carvalho e Melo, cujo gênio paciente, especulativo e ainda que sem vício, um pouco difuso, se acorda com o da nação; e para a da Marinha Gonçalo Manuel Galvão de Lacerda,

porque tem um juízo prático e expeditivo, e serviu muitos anos no Conselho Ultramarino, aonde adquiriu um grande conhecimento do governo, comércio e forças das conquistas; e desta sorte gratificaria V. A. com muita vantagem os serviços destes ministros, os quais viveriam em boa inteligência com o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Marco Antônio de Azevedo Coutinho, porque o primeiro é seu parente e o segundo sempre foi seu íntimo amigo; mas não decidirei se esta grande e esperada união destes três secretários de Estado é a que mais convém ao serviço do amo e do Estado, mais que enquanto neles suponho uma integérrima probidade e que se não amassarão para favorecerem os interesses dos seus parentes e amigos, porque costumamos dizer que uma mão lava a outra e ambas o rosto, que talvez fica mais sujo se a água não é tão pura e tão clara como deve ser, isto é, sem ter o vício da paixão ou da própria conveniência.

Não digo que o Príncipe seja suspeitoso, mas precatado, e que nenhum mal lhe faria que os seus ministros assim o concebam, para que não abusem da autoridade que se lhes dá; pois da mesma sorte que a suma confiança do Príncipe degenera em fraqueza, da nímia desconfiança procede a perplexidade que agita o ânimo do Príncipe e o não deixa tomar a resolução que convém. O Senhor Rei Dom João IV, heróico avô de V. A. e sempre memorável libertador, quisera que fosse o espelho em que V. A. se visse, para em tudo o retratar, fazia tanta estimação de Gaspar de Faria Severim, seu secretário das Mercês e Expediente, que, saindo do despacho, disse diante de meu pai e dos mais que lhe faziam corte, que se podia ser rei de Portugal só por servir-se de um tal ministro: contudo quando tinha alguma noção de que ele queria favorecer alguma das partes, cujos papéis devia despachar os expedia por mãos do secretário de Estado; e ainda fazia mais, porque nas consultas dos provimentos que subiam dos tribunais nunca se usou dar os empregos aos que vinham nomeados em primeiro lugar ou segundo, antes sucedia que, bem informado dos merecimentos dos sujeitos, voltava a consulta de baixo para cima e dava lugar ao que estava no último, costumando dizer que desta sorte se conformava com a consulta e outras muitas máximas dignas de se imitarem.

Bem pudera referir outras muitas precauções que este Príncipe tomava para não ser enganado pelos seus ministros; e, contudo, conhe-

cendo ele em certo modo a inocência de Francisco de Lucena, seu secretário de Estado, o deixou condenar à morte porque os fidalgos o fizeram passar por traidor, não podendo sofrer que ele aconselhasse a el-rei, que não lhe devia alguma obrigação de lhe porem a coroa na cabeça, pois lhe era devida a fim de que não se julgassem credores de grandes recompensas. Os descendentes deste ministro justificaram depois a sua inocência; e S. Majestade lhe veio a restituir as honras e os bens, em que eu tive alguma parte estando em Madri.

Mas a Providência dotou V. A. de uma tal clareza de entendimento que se servirá das suas virtuosas suspeitas para não cair em alguma das duas sobreditas extremidades; porém, não sendo fácil praticar este meio-termo com todo o sucesso que fora necessário, creio que, se pode haver algum, é o da boa escolha dos homens que V. A. quererá empregar, bem informado das suas ações passadas e presentes para poder julgar das futuras, e achá-lo digno da sua confiança, que todavia não deve passar de um certo ponto para que o ministro favorecido não presuma que está senhor de todo o seu segredo e por conseqüência de todas as suas intenções, pondo-o desta sorte em uma espécie de sujeição. Filipe II, de Espanha, nosso injusto conquistador, a quem os castelhanos indevidamente deram o nome de prudente quando só lhe convinha o de cruel, parricida, sanguinário, ambicioso e, sobretudo, hipócrita, consideradas as suas indignas ações, temeu que Antônio Peres, célebre na História daquele tempo, as descobrisse e assim as quis cobrir com outra mais infame, querendo deixá-lo condenar à morte pela que ele lhe mandara fazer e, enfim, o mandava assassinar se ele não se salvara em França.

Já que me sirvo desta anedota para provar o meu assunto, referirei outra que não o confirme menos e vem a ser que o marquês de Fronteira e o de Távora, que ambos aspiravam ao valimento do Senhor Rei D. Pedro, ínclito avô de V. A., estando conversando a uma das janelas que olhavam para o Terreiro do Paço, sobreveio por detrás o sobredito senhor e pondo-lhes as mãos sobre os ombros lhes perguntou: "Em que discorrem os marqueses?" E o de Távora, que era pronto e vivo, lhe respondeu: "Estamos, senhor, vendo como nos havemos de enganar um ao outro, e ambos a Vossa Majestade": e o pior é que dizia a verdade.

O conde de Vilar-Maior, depois marquês de Alegrete, veio, por morte de um e outro, a gozar daquela fortuna, ainda que sua majestade em certas coisas a repartia com Roque Monteiro por ser juiz da Inconfidência. E é coisa notável que sendo o dito marquês quarenta anos vedor da Fazenda e da repartição do Reino, não deixou algum monumento que acreditasse nem o seu valimento nem o seu ministério, para que choremos a sua memória: chore-a embora a sua casa, que também a aparentou e enriqueceu, que é o que não fez o cardeal da Mota por não fazer nada de proveito nem para si nem para o reino. Deste, que é o grande patrimônio de V. A., deve dar a Deus infinitas graças, porque, podendo-o fazer nascer de uma baixa e pobre distração, lhe deu por pai um tão poderoso e magnífico rei, cujas virtudes excedem a mesma grandeza, como todo o mundo confessa e louva com admiração; considerando, porém, que um rei não difere, senhor, de qualquer outro pai de famílias mais que em o ser de muitas e não de uma só, mas as obrigações são as mesmas, seja em geral ou em particular, e a demonstração delas foi o ponto de vista com que comecei este papel. A primeira, pois, que tem um pai de famílias é dar competente sucessão à sua casa para que não passe a outra estrangeira. É verdade que a Providência favoreceu a V. A. com quatro princesas, mas negou-lhe até agora um príncipe sem escutar os nossos ardentes votos, que incessantemente lhe fazemos. Pelo que sua majestade, no justo temor de que nos possa continuar esta grande desgraça (porque Deus tem também as suas teimas, quando lhe não merecemos as suas misericórdias), projetou dar estado à senhora princesa da Beira com tanto acerto como V. A. sabe. Não entro nas razões que o dito senhor teve para o não pôr até agora em execução porque as ignoramos e seria culpável atrevimento querer penetrar os seus sagrados mistérios. Digo porém que se Deus dispuser da vida de sua majestade, deve ser a sua primeira e louvável ação do seu felicíssimo governo cumprir aquela que quero chamar última vontade, para nos enxugar as lágrimas que nos deve causar a falta de um tão magnânimo e benévolo soberano.

Não estranhe V. A. a um espírito melancólico e envelhecido se lhe trago à memória que cada instante é o termo da vida quando Deus assim o tem destinado, para que não perca os que ele lhe der para nos segurar a sucessão de que tanto necessitamos, por nos não expor a que a senhora

princesa da Beira, cuja tutoria de direito compete a sua mãe e, por conseqüência, dela dependerá dar-lhe estado, se possa lembrar de que essa é mais irmã do que cunhada e mais espanhola do que portuguesa para se esquecer das máximas que V. A. lhe haverá inspirado. Tenho por constante que este pouco que digo e muito que pudera dizer sobre um tão relevante assunto, não escapa à muito alta compreensão de V. A., mas o zelo de bom velho português junto a alguma experiência que tenho do mundo me faz romper o silêncio que em tão delicada matéria devia guardar que, como para tudo há homens, quem me assegura de que não haja alguns tão malévolos que por interessadas vistas queiram persuadir a V. A. que vá passando o tempo, lisonjeando-o de que Deus lhe dará a sucessão varonil, que tanto lhe desejamos? Assim o permita a sua divina majestade; mas neste felicíssimo acontecimento, que prejuízo se nos seguiria de termos em Portugal uma segunda e real linha? Eu não o considero, nem creio que haverá pessoa alguma que tenha o juízo em seu lugar, que o possa imaginar, principalmente se revolver na memória a posteridade que teve o Senhor Rei D. Manuel de gloriosa memória, pois lhe veio a faltar na segunda geração, quero dizer, no infelicíssimo Senhor Rei D. Sebastião, que se perdeu a si e a nós. Triste lembrança, senhor, para os portugueses que refletem sobre as suas funestas conseqüências de que ainda hoje, depois de dois séculos, Portugal se ressente.

A segunda obrigação de pai de famílias é a de ter bem regrado o serviço da sua casa, para que cada qual dos seus domésticos faça as funções que lhe competem, conforme a graduação dos seus empregos, o que a V. A. será muito fácil, se quiser, como desejo que queira, observar o método que o Senhor Rei D. João o IV tinha dado para que nenhum dos oficiais da sua casa faltasse à sua obrigação, no que era tão rígido que, querendo servir-se de um, e não o achando, se lhe respondeu que fora chamado à Misericórdia; pelo que mandou logo dizer à Mesa daquela santa casa que não fizessem algum irmão dela que fosse criado da sua.

E quando saía do despacho costumava passar pela galeria, tomando conhecimento dos fidalgos que lhe faltavam em lhe fazerem corte; e se algum não tinha aparecido, um ou mais dias, lhe perguntava, quando o via, se estivera incomodado. Isto tudo, senhor, concilia amor e, juntamente, respeito.

Também costumava comer em público ao nosso modo com toda a real família, como faziam os reis de Portugal, seus gloriosos predecessores, até que, por nossos pecados, os de Espanha vieram introduzir em Portugal as suas etiquetas, fazendo-se quase invisíveis, o que não concilia o amor dos vassalos que desejam ver o Príncipe que os governa.

A Rainha Isabel de Inglaterra, de cuja grande política está cheia a História, costumava passar pelas ruas de Londres para se deixar ver dos seus súditos, e levando um dia no seu coche o duque de Mançon, por entre os clamores daquele grande povo, lhe disse: "Meu príncipe, este amor que me testemunha esta populaça, são as minhas verdadeiras e fiéis guardas." E já o nosso sentencioso e admirável Francisco de Sá de Miranda disse alguma coisa a este mesmo propósito; a que ajuntarei que o Senhor Rei Dom João IV tanto não seguiu esta máxima espanhola que ainda fazia mais, pois mandava entrar no estribo do seu coche a célebre Maranhoa, que dominava todas as regateiras da Ribeira, para se fazer popular, porque costumamos dizer que a voz do povo é a voz de Deus, o que nem sempre se verifica.

Não direi que V. A. deixe de ter duas companhias de guarda de corpo a cavalo, de que em outro lugar falarei, não por segurança, mas por autoridade, visto que todos os príncipes da Europa o praticam, uns com mais, outros com menos necessidade; e o pior é que até o mesmo papa, sem alguma, se faz acompanhar desta milícia como príncipe secular; triste distinção para responder aos protestantes que o increpam desta vaidade e não sem justa causa, porque a igreja de Deus não se deve defender *more castrorum.*

A terceira obrigação do pai de famílias particular é a de ter cuidado de que entre ela não haja dissensões por não perturbarem a economia da sua casa; de que se segue que o Príncipe, pai de todas as do seu reino, deve interpor a sua autoridade para compor as diferenças que acontecerem entre umas e outras, porque devem vir a ser prejudiciais aos seus estados.

Deste salutar princípio deriva ser necessário conhecer os domésticos que o servem, principalmente os que estão encarregados das despesas da sua real casa, escolhendo um fiel *controleur* ou revedor de suas contas, para escrupulosamente as examinar e a cada três meses as possa pôr diante do Príncipe, e então as aprove. Bem sei que esta precaução em

uma casa real não poderá evitar todos os descaminhos, pois são tantos a furtar e um só a prevenir os furtos disfarçados com outros nomes; porém sempre a boa ordem repara muito dano.

A quarta obrigação de pai de famílias é não ter a sua casa endividada; porque ninguém é rico senão enquanto não deve, o que não se pode evitar todas as vezes que a despesa exceda a receita; e assim toda a economia é justa e necessária. O Senhor Rei Dom João IV não só a praticou com a sua real pessoa, mas queria que os seus criados a tivessem, de tal sorte que vendo um dia entrar meu pai, que tinha a honra de ser seu trinchante-mor, com *pourpoint* guarnecido com uma rendinha de prata, lhe disse: "Vindes muito bizarro, Dom Antônio; mas nunca fui tão rico que pudesse ter outro semelhante"; e assim era, porque sempre se vestiu de estamenha; e, por dar um notável exemplo de economia, quando repartia entre os seus criados os coelhos que matava na tapada, queria que os lacaios lhos levassem para casa; porque se desse esta comissão ao amigão ou a qualquer outro, lhe daria dois tostões, que era o mesmo que se os comprasse na Ribeira, de maneira que, para mostrar que a sua intenção era de que os seus vassalos o imitassem, mandou que nenhum viesse ao Paço com os seus cabelos, porque ele os não conservava, e todos se tosquiaram, menos o conde de Vila-Flor. E porque alguns o acusavam desta espécie de desobediência, respondeu que era justo que ele os conservasse porque lhe haviam crescido em Flandres e no Brasil entre a pólvora e a bala; e sabendo assim servir-se destes acidentes para meter entre os fidalgos uma nobre emulação, sem degenerar em viciosa inveja para tomar as armas em sua defesa e da Pátria, e sobretudo não faltava em ir todas as sextas-feiras à Relação para ver sentenciar algum processo cível ou criminal, costumando dizer que nunca se considerava tanto rei como quando estava vendo fazer justiça aos seus vassalos; e com razão, porque este é o maior ato de soberania do Príncipe. E às quartas-feiras, pelos princípios, fazia vir à sua presença o senado da Câmara para saber como os vereadores despachavam e entretinham a polícia da cidade; de sorte que os ministros de um e outro tribunal procuravam mostrar que cumpriam as suas obrigações.

Não quero dizer que V. A. use dos mesmos meios e raros exemplos daquela estreita economia que o Senhor Rei Dom João IV dava aos seus vassalos; porque os fins eram outros e outras as circunstâncias em

que o dito senhor se achava, vendo-se obrigado a defender uma causa em que a sua parte adversária tinha dobradas testemunhas para provar o seu direito, sendo a campanha o sanguinolento tribunal onde se davam as sentenças, e contudo a justiça da causa superou por esta ver a desigualdade da força. Porém, não nos devemos reger pelos estupendos sucessos que tivemos nesta guerra da venturosa aclamação; porque Deus nem sempre está de humor a fazer milagres; nem eles o foram, mas antes muito naturais, porque achamos os castelhanos em diferentes guerras e não souberam fazer a de Portugal para o recuperarem, quando Castela de todas as partes o abraça, exceto pela do poente, que confina somente com o oceano, por onde os altos predecessores de V. A. foram descobrir novos mundos e novas terras, para estenderem os seus domínios, não o podendo fazer pelo continente.

Daqui nasce a grande questão sobre qual seja a melhor posição de um Estado, se a que é limítrofe com muitos vizinhos ou a que não tem mais que um só, sem embargo de ser mais poderoso. E quanto a mim, a segunda é mais feliz; porque o Príncipe que a possui achará menos dificuldade em se prevenir contra um inimigo conhecido que contra tantos ignorados, e a primeira o expor-se a entrar em todas as guerras que sobrevêm, como por exemplo, os Estados de Itália e de Holanda, que são obrigados a recorrerem a grandes potências, a fim de que alguns dos seus vizinhos os não venham a dominar, serviço que lhes custa bem caro, pois lhes ficam dando as leis.

A posição, pois, de Portugal é, como digo, a mais venturosa, pois que de perto pode ter os olhos abertos para observar os passos de uma potência, cuja inimizade está na massa do sangue, ainda quando nela não interviera o seu interesse e as suas injustas pretensões; isto é o que de passo direi, porque em outro lugar mostrarei qual é o nosso verdadeiro garante, para que nele ponhamos todo o cuidado.

Assim como o pai de famílias, segundo acima digo, deve ter a casa desendividada, convém que não a deixe decidida de demandas, que não dão menos inquietação que as dívidas, pela incerteza das decisões, principalmente quando se têm com partes mais poderosas. Praza a Deus que o importante litígio que controvertemos com Espanha sobre a execução do Tratado de Utrecht, esteja amigavelmente composto, para o que tenho concorrido todas as vezes que sobre a matéria tenho sido perguntado, lembrando-me do provérbio de que um medíocre ajuste valia mais

que um bom processo, ainda quando se ganha; porque muitas vezes sucede que se despende mais do que ele importa. Mas quando assim não suceda e que V. A. ache ainda em aberto esta embaraçadíssima causa, parece conveniente que todo se aplique a terminá-la enquanto vive a senhora rainha católica, sua augusta irmã, que possuindo o espírito de el-rei seu marido, poderá dispor o seu ministério a que de boa-fé convenha em uma racionável composição, para que nunca mais se possam promover nem estas nem outras quaisquer dúvidas.

A quinta obrigação do pai de famílias é de visitar as suas terras para ver se elas estão bem cultivadas, ou se delas se tem usurpado alguma porção, a fim de que lhe não falte a renda que delas tirava para sustentar a sua casa; e esta parece também ser a obrigação do Príncipe, pois não sabe as que possui, mais que pelo lho quererem dizer, e vai grande diferença de ver a ouvir. Se pois V. A. quiser dar uma volta aos seus reinos, observará em primeiro lugar a estreiteza dos seus limites, à proporção do seu vizinho. Achará, não sem espanto, muitas terras usurpadas ao comum, outras incultas, muitíssimos caminhos impraticáveis, de que resulta faltar o que elas podiam produzir, e não haver entre as províncias a comunicação necessária para o seu comércio: achará muitas e grandes povoações quase desertas, com as suas manufaturas arruinadas, perdidas e extinto totalmente o seu comércio; achará que a terça parte de Portugal está possuída pela Igreja, que não contribui para a despesa e segurança do Estado, quero dizer, pelos cabidos das dioceses, pelas colegiadas, pelos priorados, pelas abadias, pelas capelas, pelos conventos de frades e freiras; e, enfim, achará que o seu reino não é povoado como pudera ser, para prover de gente as suas largas e ricas conquistas, de que separadamente tratarei.

Estes, senhor, são os perigos, os males de que Portugal padece, e tanto mais perigosos quanto são inveterados, e a que V. A., como também pai de famílias deve acudir, sem desesperar de que se lhes possa achar remédio se não para de todo e radicalmente os sarar, ao menos para aliviar em grande parte o enfermo. Grande seria a minha fortuna se, erigindo-me em médico consultante, ainda que não consultado, e só pelo amor que tenho ao doente, indico os remédios que se me oferecem, não aprendidos na Escola de Avicena, mas nas observações que tenho feito em semelhantes enfermidades; e se alguns parecerem violentos, bem

sabido é o provérbio – *in extremis* – etc. A fim de que se não acuse o espírito do médico, mas a espécie da enfermidade; de sorte que se também praticar a arte de cirurgia, cortando pelo vivo, é para que os herpes não ganhem a parte que se pode preservar da inteira corrupção.

É constante que se não pode curar algum enfermo sem que o prudente médico observe o seu aspecto, considerando os sintomas, a conformação do seu corpo, a constituição dos seus humores, as suas forças e tome todas as mais indicações para vir, tanto quanto poder ser, no conhecimento da causa do mal, que o aflige; isto não só para remediar a sua queixa, mas para prevenir o de que pode estar ameaçado.

Se o médico examinar o aspecto, e conformação de Portugal, verá logo que o seu primeiro mal é a estreiteza dos seus limites, mal, digo, incurável, sem nos podermos queixar da Providência, que assim o permitiu, de que resulta o seu mal, que é a debilidade das nossas forças à proporção das dos seus vizinhos; mas como esta fraqueza seja irreparável, e não tenha remédio específico, parece se deve recorrer a algum que supra parte daquela falta, recorrendo a forças estrangeiras, como já recorremos quando fizemos com França o tratado que caducou, e com Inglaterra o que ainda existe, porque o que no mesmo dia celebramos com Holanda nunca se ratificou; porém esta precaução será inútil enquanto da nossa parte não fizermos o que devemos e podemos fazer, para nossa defesa, pois o mesmo Deus nos manda que nos ajudemos para que ele nos ajude.

A este fim V. A. pode ter: 1º) de 25 até 30 mil bons soldados infantes, entretidos, e disciplinados, como se no outro dia se houvessem de pôr em campanha; 2º) bem providos os seus armazéns de armas e artilharia com todos os mais materiais, munições, e petrechos de guerra; 3º) bem reparadas, e melhoradas as fortificações de todas as suas fronteiras com muitos engenheiros que não estejam, como agora estão, comendo o soldo ociosamente; de maneira que, ajuntando-se-lhe as milícias na forma em que França com tanta utilidade delas se serve, poderá ter um exército muito bom para quando a ocasião se oferecer. A esta força terrestre será ainda mais preciso que lhe corresponda a marítima; porque Portugal se pode contar entre as potências que tomaram este nome pela vizinhança do mar, e pelas frotas que lhe vêm das três partes do mundo; em cujos termos necessita V. A. de ter pelo

menos 20 navios de guerra de 50 até 64 peças de artilharia, dos quais se poderá servir para comboiar as frotas, e guardar as costas dos insultos dos mouros. Mas como não basta ter navios sem marinheiros para os navegar, dissera que V. A. se servisse do método que se pratica na Marinha de França, mandando alistar todos os do seu reino, repartindo-os em diferentes classes para deles se servir nas ocasiões que se lhe oferecerem; e não transcrevo aqui qual seja este método por andar impresso nas suas ordenações.

Ainda que ignoro a quanto montam as rendas não casuais da coroa, ninguém me diga que ela não pode sustentar as forças de que acima falo; pois todos sabem as rendas da Suécia e Dinamarca, e no que consiste o seu comércio, e contudo a primeira entretém 30 navios de guerra, e a segunda 25 com tropas à proporção; e se nos quisermos lembrar do tempo em que o Senhor Rei D. João IV a restaurou, veremos que sem primeiro haver contratado alguma aliança, sem primeiro ter levantado algum exército, nem aparelhado alguma armada, e sem possuir o Brasil apesar de tudo resistiu: o que parece tanto mais impossível, que as primeiras letras de câmbio que passou para tirar de Amsterdã tudo o que lhe era necessário, ninguém quis aceitar, e se apregoaram na praça, e seriam protestadas, se Jerônimo Nunes da Costa (já se sabe judeu) não as tomasse. E por este tão grande serviço lhe deu o dito senhor a patente de seu agente, que o Senhor Rei D. Pedro II confirmou depois a seus filhos, Alexandre e Álvaro Nunes da Costa; mas Sua Majestade não quis continuar este emprego a seu neto por ser judeu, como se seus pais e avô fossem cristãos.

Se pois V. A. tiver as forças que lhe indico, não digo que Portugal ficaria totalmente curado do mal presente, porque isto não cabe na possibilidade; mas prevendo o futuro, sempre nos darão tempo para resistirmos aos primeiros insultos dos inimigos, e para esperarmos os socorros que tivermos estipulado com os nossos aliados, de que nasce ser necessário reformar o tratado de perpétua aliança defensiva, que fizemos com a rainha Ana de Inglaterra; porque até agora não o renovamos com Jorge I e Jorge II, o qual não deixaria de se interessar para que a República de Holanda ratifique o de que já falei, pois a uma e outra potência convém a conservação de Portugal, e ainda mesmo à França, sem embargo das estreitas inclusões em que se acha com a coroa de

Espanha, porque pela conquista de Portugal poderá vir a ser o que dantes era, o que parece impossível vir a ser; mas como o mundo dá tantas voltas, todas concorrerão para que ele nesta parte não a dê, porque se Espanha estivesse senhora da prata e ouro, e mais produtos de Portugal e da América, daria a lei a todas as potências da Europa; e esta razão de estado é o nosso melhor garante, em que contudo não devemos pôr toda a nossa confiança.

Isto quanto à segurança do reino; mas a respeito da sua real pessoa, não desconvirá de que V. A. tivesse duas companhias de guarda de corpo a cavalo, ainda que, como disse, delas não necessita possuindo o amor dos vassalos; mas porque todos os potentados da Europa introduziram este costume, e até o mesmo papa o pratica na consideração de que lhe concilia respeito, sendo que *Ecclesia Dei non est defendenda more castrorum.* É bem verdade que assim nesta parte como nas outras se quer suportar que S. Santidade é um príncipe temporal: terrível distinção, de que se seguem terríveis conseqüências. Bem vejo que os capitães da guarda de pé lhe farão oposição pelas prerrogativas que gozam os das guardas a cavalo, o que facilmente se comporia, continuando os primeiros as suas funções dentro do palácio, e os segundos as que lhe competem quando El-Rei sair fora das portas da cidade, e o seu capitão não tem a quem mandar. Já S. Majestade teve esta mesma tenção nomeando o conde de Tarouca para capitão de uma delas, mas como não fosse o único, seu pai embaraçou o projeto.

Neste caso se devia evitar o que el-rei católico pratica com as suas companhias das guardas, a saber, que devem servir na sua cavalaria, de que provém que toda a nobreza nela assente praça, e por isso é muito luzido o seu uniforme. Dada esta providência ao referido mal, toda a aplicação e trabalho será perdido, se V. A. não fizer ver que tem grande inclinação, não digo, como já disse, a fazer a guerra, mas a ter tudo o que lhe será necessário para a sustentar, mostrando juntamente que estima os seus cabos e não despreza os soldados, que por tão limitado soldo sacrificam as suas vidas. Para este efeito quisera que V. A. regrasse diferentes tempos, em que certos corpos tanto de infantaria, como de cavalaria e dragões, viessem à corte para que em sua presença passassem mostra, e fizessem o exercício para ter ocasião de louvar os oficiais que tivessem completos,

e bem disciplinados os seus regimentos, e de mostrar o seu descontentamento aos que houvessem faltado a esta obrigação; porque isto tem lugar de prêmio e de castigo para uns e outros, engendrando entre todos uma nobre e útil emulação.

O uso das outras nações concorre muito para o que digo, como por exemplo os ingleses que ordinariamente são valorosos, e não fizeram algum general de grande nome, exceto os duques de Malbourg e milorde Cadogan, porque o seu ponto de vista é serem parlamentários para talvez forçarem o príncipe, que deles depende, a lhes dar os empregos cíveis que desejam; e pelo contrário, em França, onde o Parlamento não tem mais influência, que nos processos que julga, as armas são preferidas às letras, de tal sorte que a mulher do primeiro presidente não tem lugar na corte, e por conseqüência nem alguma mulher dos becas, quando a de qualquer oficial se pode apresentar às majestades, e por isso estão todos os seus exércitos cheios de muitos e bons generais.

Diga Cícero o que quiser nos seus ofícios sobre esta preferência, porque fala em republicano, e sendo um do mesmo senado donde emanavam as resoluções, que os generais deviam executar na campanha. Eu fui e sou desembargador, mas não daqueles que correm os bancos para o serem, porém nem por isso deixarei de conhecer que V. A. necessita mais de ter bons generais que grandes jurisconsultos; porque destes com sete anos de Coimbra pode ter muitos, e daqueles são raros, ou os não pode haver, quando lhes falta a experiência, que não se adquire senão vendo e pelejando, como diz o nosso celebrado Luís de Camões; mas não o podendo ter, pois graças a Deus, e pela admirável conduta de S. Majestade, vivemos em uma profunda paz, dissera que V. A., subindo ao trono, escolhesse alguns fidalgos que houvessem tomado a vida militar, para os mandar servir onde a guerra se fizesse, e voltarem bem instruídos do que nela se pratica: assim vejo que praticam as outras potências, enquanto gozam da nossa ventura, para quando a perderem.

Que V. A. se faça informar da bisonheria com que começamos a guerra no século passado, e a do presente, porque os nossos generais e oficiais subalternos a não tinham visto: as gazetas daquele tempo fazem fé, porque nelas nos ridiculizam sobre o pouco que sabíamos das operações militares. Ainda que seja necessário mais tempo, e mais prática para se criarem oficiais que defendam o reino, do que jurisconsultos que

administrem a justiça, de que a república necessita por não cair em confusão, por agora falarei somente da punitiva, em que ele é mais interessado para que os delinqüentes sejam severamente punidos, no que em Portugal se põe muito pouco cuidado.

Eu fui, como já disse, desembargador da relação do Porto e da de Lisboa e observei que muitos dos meus colegas, cujo mau exemplo talvez segui, punham todo o seu cuidado em achar razões para não condenar à morte os que a mereciam, a título mal entendido de piedade, que só seria meritória se fosse revelado ao ministro piedoso, que o que livra da força não cometeria outro delito; mas como raramente se corrigem, é sem dúvida que de todos os crimes que depois fizerem, devem dar conta a Deus os ministros que lhes conservaram a vida; e é digno de reparo que de ordinário os maiores delinqüentes eram os que tinham mais protetores. Não há dúvida que é santo e bom um dos institutos da Santa Casa da Misericórdia, nomeando um mordomo, ou um procurador dos presos; mas ainda seria mais louvável se ele não fizesse um ponto de honra de que no seu ano fosse inútil a forca, por não ser este o objeto daquela caridade, senão o de aplicar os despachos das suas acusações, para que os inocentes sejam prontamente soltos, e castigados os convencidos conforme os seus delitos, pois enquanto se demoram nas cadeias fazem à Casa da Misericórdia uma grande despesa e não a faz menos o mesmo mordomo em procurar os meios para os fazer fugir, e em praticarem muitas falsidades para os salvar do patíbulo, o que no meu parecer se devia advertir à Casa da Misericórdia, para que se desse por muito mal servida do mordomo que usasse de semelhantes excessos para salvar os presos e ainda os riscasse daquela santa irmandade, pois que na prontidão do castigo consiste uma boa parte da justiça, o que entre nós é tanto pelo contrário, que quando um réu vai a padecer, já ninguém se lembra do seu delito.

Em França não sucede o mesmo, porque os processos dos malfeitores são todos sumários, e o juiz do crime se pode servir de todas as sugestões que lhe parecem próprias para que o acusado confesse o seu delito, de maneira que em pouco mais de 15 dias lhe dá a sua sentença, que, confirmada no Parlamento, vai, ou para a forca, ou para a roda depois de lhe darem diversos e rigorosos tratos para que confesse e declare, se no seu crime teve alguns sócios e descubra outros criminosos:

porém, não basta castigar incessantemente os delitos que se cometem; o ponto está em achar meios para que se não cometam principalmente na corte, debaixo dos olhos do príncipe. O 1º que me ocorre é o de se mandarem alumiar com lanternas todas as ruas de Lisboa, porque a obscuridade da noute facilita os roubos, as mortes, e outros crimes, com pena de galés advirtam aos que as quebrarem. Assim se pratica em todas as grandes cidades da França e Inglaterra, Holanda, etc. E para esta despesa devem concorrer os moradores por ser para comodidade e sossego da sociedade comum; a que ajuntarei que as lanternas não se deveriam acender somente desde o mês de setembro até o mês de março, mas todo o ano, ainda que faça luar, porque o verão sempre tem noites em que se pode fazer o que se pretende evitar. E mandar proibir as espadas e qualquer outra arma ofensiva a todas as corporações da cidade e mercadores de loja aberta, deixando-as porém a todos que tiverem algum emprego na república; de que resultaria que muitos por terem a liberdade de trazerem espada se fariam soldados; 2º) que do mesmo regimento de cavalaria, que está aquartelado em Lisboa, se destacasse um certo número de soldados com seu oficial, à imitação do Guai a cavalo de Paris, e passeassem muito devagar por toda a cidade para acudir prontamente a qualquer coisa que acontecesse. E para se imitar o de pé, também quisera que em cada rua houvesse um quadrilheiro, para que todos lhe acudissem tanto que ouvissem a sua matraca ou qualquer outro instrumento que lhe servisse de sinal, como se pratica em Londres e nas cidades de Holanda, e por este meio não lhe escapa a pessoa que cometeu algumas desordens, ou alguns; 3º) que os corregedores e juízes do crime fossem obrigados a dar ao presidente do paço e ao regedor das justiças todos os meses uma exata lista das pessoas que moram nos seus bairros, e de que vivem, e como vivem, das companhias que freqüentam, e dos que de novo nele vêm habitar para não consentir neles nem ociosos, nem vagabundos, porque são os que matam e roubam por não serem conhecidos. E como as mulheres públicas são pela maior parte a causa destes desatinos, não as sofrerão nas suas jurisdições, de maneira que o regedor das justiças lhes fará culpa das desordens que nelas acontecerem. Da mesma sorte tomarão conhecimento dos pobres, para lhes não permitir que peçam esmola senão os que absolutamente, e de nenhuma sorte, não puderem trabalhar. Isto se pratica em Holanda, onde

não se vê um só pobre, nem às portas das igrejas, nem nas ruas, que embaraçam os que vão à missa, e os que por eles passam. A caridade é muito louvável, e o Evangelho a recomenda, mas não para que contribua para a ociosidade, de que resulta toda a espécie de vício.

Sem embargo do que acima digo que a república tem mais interesse na boa administração da justiça punitiva que na distributiva, porque lhe importa pouco que a fazenda que pertence a Paulo se julgue a Pedro, pois não faz mais que mudar o possuidor: contudo convém que o príncipe somente meta no Supremo Tribunal da Relação as pessoas, cuja conhecida probidade vê de par com a sua ciência, pois devem julgar as honras, as vidas e bens de vassalos; mas como os cargos alteram às vezes as inclinações dos homens e por conseqüência os seus humores, direi que, chegando aos ouvidos de V. A. algumas queixas deste ou daquele desembargador, será fácil saber se foi susceptível de corrupção, quero dizer, mandando tirar uma exata informação dos bens que legitimamente possui, porque senão ignora o que lhe vale o seu emprego com a pendanga de que é conservador de alguma nação estrangeira, que eu desejara abolir por ser uma quase servidão que a todos pagamos não sem alguns inconvenientes, de que agora seria inútil falar. E combinando a renda que tiver o tal desembargador com a despesa que faz, sem escrúpulo se pode inferir, que sai das partes tudo o que a despesa exceder à receita, para se lhe tirar o cargo, ou a ocasião de ser pior que o pior ladrão, que talvez tem mandado enforcar; porque este se rouba nas estradas, e arriscando de toda a sorte a sua vida, e o ministro, sentado na sua cadeira, rouba sem o menor perigo os bens das partes, vendendo-lhes a justiça.

Se digo que na punitiva se devem evitar as dilações, também é justo que na distributiva se abrevie o procedimento das causas, em que muitas vezes assim os autores como os réus têm despendido mais do que elas valem, sem lhe verem o fim; porém, não só em Portugal é onde se sofre este abuso e sente o mesmo prejuízo. Porque observei que em França, em Inglaterra e Holanda, não são os pleitos menos dilatados, antes excessivamente maiores as despesas que se fazem com letrados, escrivães, notários, procuradores e requerentes, de maneira que nas mãos de todos vem a ficar muita parte da importância dos processos; do que porém resulta uma certa utilidade e vem a ser que as partes algumas vezes se acomodam, ou não

intentam as suas ações por evitarem as ditas despesas e incomodidades dos pleitos.

O primeiro motivo deste desconcerto provém na minha opinião do grande enxame de advogados que temos em Lisboa, uns bons e outros maus, mas que todos para comerem devem precisamente aconselhar as demandas, de que resultam os ódios, as separações dos pais com os filhos, dos irmãos com irmãos, e as inimizades das famílias inteiras, que passam aos seus descendentes. Pelo que me parecia, que se o seu número excedesse o de que se necessita para a administração da justiça, dentre todos se escolhessem os de maior reputação, tanto nas letras, como nos costumes para que só eles pudessem advogar parte nas causas cíveis e parte nas criminais; ao que ajuntaria que os formados nos sagrados cânones não pudessem advogar, mas somente os formados em leis, pois vemos que os clérigos tomam também este modo de vida; e se devo dizer tudo, não deviam entrar na Relação, pois que pelos mesmos cânones lhes é defendido de concorrerem por qualquer modo que seja para a morte de qualquer gênero de pessoa.

Desta reforma dos advogados, que se deveria também observar na Relação do Porto, se seguiria: 1º) que os admitidos, vendo que nenhum dos outros lhe tiraria o pão da boca, antes teriam o que lhes sobrasse para se sustentarem com decência, seriam mais circunspectos em aconselharem os seus clientes conforme a justiça que lhe achassem e não a indigência, ou a ambição que tivessem; 2º) que nesta suposição seriam menos as demandas, porque sendo o processo instruído para se aclarar a justiça de cada qual, o grande número de advogados os obriga a escurecê-la com os seus sofismas, para chuparem a subsistência das mesmas partes que defendem.

El-rei da Prússia, reconhecendo a exorbitância dos advogados, ordenou no novo plano que fez para a boa e breve administração da justiça civil, que não fossem pagos senão depois de dadas as últimas sentenças e avaliando-se o seu trabalho; mas no meu entender este remédio não evita os inconvenientes, que ele quis prevenir, porque sempre fica nas mãos das partes ir dando ao seu advogado o que lhe parecer até à final sentença; e também me parece bem difícil a avaliação do seu trabalho por ser necessário haver respeito à importância da causa, à qualidade dos contendores, à reputação dos advogados e aos papéis que fize-

ram, e que poderão estender como quiserem; além de que uma parte que está de posse de certa fazenda, que se lhe quer reivindicar, sempre pagará sob mão ao seu letrado à proporção dos anos, que, à força de trapaças, o for conservando na mesma posse.

O dito príncipe ainda fez mais, porque decretou que nenhum processo durasse mais de um ano e assim se começou a executar em Pomerânia, que quer dizer terra litigiosa, ou dos litígios, a que aqueles povos, como os nossos minhotos, estão sempre dispostos, e assim dentro do dito ano se julgaram mil e oitocentos processos e com tão boa amostra do pano mandou praticar o código, apartando-se em muitas coisas do direito comum, que diz ser a causa de tantas chicanas. Não creio que seria necessário servirmo-nos de semelhante exemplo para abreviar os pleitos, mas somente de mandar executar a lei, porque examinando a forma de julgar os processos em França, Inglaterra e Holanda, achei que a nossa é mais justa e menos sujeita a dilações, porque para todo o processo deu a ordenação o termo limitado a saber, para a citação das partes, para darem o seu libelo, para virem com a sua contrariedade, réplica e tréplica, e para produzirem as suas testemunhas e documentos, visto que todos os processos se reduzem a provar ou não provar as ações que se intentam, para pôr o juiz inferior em estado de proferir a sua sentença; e como os letrados para a prolongarem usam das exceções que a mesma ordenação lhes permite, sejam peremptórias, dilatórias ou declinatórias, e ainda das suspeições, dissera que quando nem umas nem outras procedessem, tendo só por objeto ganhar tempo, que a parte perdesse o processo e o letrado fosse condenado a não poder mais advogar. E quanto aos agravos de petição, que aos desembargadores ocupa uma boa parte do tempo em os julgar, sendo pela melhor parte sobre ordenar o processo e umas meras trapaças para dilatar a causa principal, também dissera que neste caso os advogados não fossem só os condenados em quatro mil-réis para a despesa da relação, que todavia a parte paga, mas que a multa fosse muito maior, e a sua prisão efetiva de mais ou menos dias, conforme a velhacaria o merecer.

Lembra-me porém que, reprovando eu a um dos melhores advogados de defender uma causa em que o seu cliente não tinha a menor sombra de justiça, ele me respondeu que ele em consciência o não podia desenganar, por lhe ter sucedido vencer muitas demandas igualmente injustas, porque os juízos dos homens eram diferentes, e assim não desprezava algum fundamento por mais absurdo que fosse, porque

muitas vezes o juiz o abraçava sem fazer caso dos mais sólidos fundamentos igualmente a seu favor. Porém este mal, que se não pode evitar, ao menos não será tão grande e tão comum se se praticarem os expedientes que proponho, reduzindo, como digo, a um certo número os advogados, porquanto os que ficarem de fora não perturbarão a sociedade da república.

Bem considero que muitos dos advogados excluídos ficariam sem ter que comer, nem de que viver, ao que se poderia acudir arbitrando-se para cada grande cidade ou grande vila, à proporção dos seus povos, os letrados que fossem necessários para ali se sustentarem: quanto mais que o mal particular deve ceder ao comum. Sobretudo a perda dos processos devia ser a pena dos que contra a dita disposição se servissem sob mão de outro letrado que não fosse dos aprovados pelo Desembargo do Paço, aos quais se deveria proibir ter aos que chamamos embandeirados, que não servem mais de que assinar os papéis, que eles fazem, para se livrarem da prisão e das multas, em que na relação são condenados.

Não são somente os advogados os que com as suas trapaças dilatam as sentenças, mas também os mesmos juízes, que por preguiça demoram nas suas mãos os feitos que lhes foram distribuídos, não havendo algum por grande e embaraçado que seja, que não se possa despachar em um mês, antes há muitos que bastariam 24 horas para se sentenciarem, para se evitar o grande prejuízo das partes, que vêm de fora solicitar a sua justiça, faltando assim ao governo das suas casas. Também dissera que o regedor das justiças, que, debaixo do docel da Relação, tem a honra de representar a pessoa do Príncipe, devesse tomar a inspeção nos ministros que não davam a expedição necessária aos processos que tinham em suas casas, a fim de os admoestar e ainda de dar conta a S. Majestade de que faltavam à sua obrigação. Isto não só quanto aos desembargadores dos agravos, mas também a respeito dos mais juízes que, como adjuntos, despacham na relação os processos das suas incumbências.

Mas passando a outra matéria não de menor importância: acima deixo dito que se V. A., como verdadeiro pai de famílias, quisesse dar uma volta aos seus domínios, observaria em primeiro lugar qual era a sua estreiteza, à proporção dos do seu vizinho, sobre o que discorri con-

forme me ocorreu; que, em segundo lugar, acharia muitas porções de terras usurpadas ao comum das cidades, vilas e lugares, para mandar examinar estas usurpações pelos corregedores das comarcas e juízes de fora, a fim de se restituírem às comunidades por lhe serem de grande uso. Acharia muitas terras incultas por serem montanhas ou puras charnecas, para mandar aos mesmos ministros fazer nelas um rigoroso exame e julgar se são capazes de alguma produção, por ser rara a de que se não pode tirar alguma utilidade, e ser constante que na geral cultura das terras consiste a de todo o reino; para obrigarem os proprietários a mandá-las beneficiar e produzirem, quando mais não seja, grossos matos e árvores, que mais convenham aos terrenos, de que em Portugal há tanta falta para a construção dos edifícios e mais serviço doméstico; do que em todas as partes se tem cuidado tanto, que no eleitorado de Hannover há uma lei, que dispõe que nenhum paisano possa casar sem provar que tem plantado vinte árvores; o que entre nós é tanto pelo contrário, que me lembro muito bem que o Senhor Rei Dom Pedro, querendo sustentar as fábricas de seda, ordenou que todos os ministros obrigados a dar residência, nela mostrassem que cada qual da sua jurisdição tinha plantado uma amoreira no seu quintal, ou na terra que trazia arrendada; o que se observou alguns anos, e há muitos que se não pratica, porque o paisano que um dia plantava uma amoreira, no outro a arrancava, podendo tirar dela o proveito de lhe vender a folha.

E querendo eu examinar o motivo deste desconcerto, não me veio outro à imaginação senão que o lucro, que se procura aos povos, deveria preceder à força; porém hoje sou de diferente opinião, vendo que são rústicos e preguiçosos, que é necessário forçá-los a procurar o seu mesmo proveito, de que se segue, se o proprietário ou rendeiros das tais terras incultas, sem atenderem ao lucro futuro por se pouparem às despesas presentes, as não quiserem cultivar, seria justo que se lhes tirassem, vendendo-se ou aforando-se a quem se obrigasse a frutificá-las, tanto quanto lhe for possível, porque importa pouco que se faça uma injustiça a certo particular, quando dessa resulta a utilidade comum, visto que *salus populi suprema lex est,* e que a salvação dos povos consiste na cultura das terras; e para prova do referido é necessário saber que os nossos reis foram tão liberais nas doações que fizeram aos frades, principalmente

bernardos e bentos, porque supunham que as terras que lhes davam eram matos incapazes de produzir algum fruto; mas eles as cultivaram de maneira que hoje são fertilíssimas e fazem a grande riqueza dos seus conventos.

Isto mesmo sucedeu em Flandres; os religiosos das ditas ordens gozam de grandes abadias, que os príncipes lhes concederam pela mesma razão que acima aponto; e por isso não só todas as nações da Europa põem todo o cuidado na cultura das terras, mas ainda a chinesa; porque o mesmo imperador, para mostrar aos seus vassalos o quanto ela importa, estabeleceu um dia solene em que ele com os principais da sua corte vai lavrar e semear pela sua mão o trigo, em certa porção de terra para isso destinada. Nesta cultura das terras entra a conservação e aumento das árvores, dos bosques e dos matos, quando elas não podem produzir outra coisa, como também dos pastos para a criação dos gados de todas as espécies, porque tudo concorre para a abundância do país.

Da mesma sorte dissera que V. A. acharia certas boas povoações quase desertas, como por exemplo na Beira Alta os grandes lugares da Covilhã, Fundão e cidade da Guarda e de Lamego; em Trás-os-Montes a cidade de Bragança, e destruídas as suas manufaturas. E se V. A. perguntar a causa desta dissolução, não sei se alguma pessoa se atreverá a dizer-lha com a liberdade que eu terei a honra de fazê-lo; e vem a ser que a inquisição prendendo uns por crime de judaísmo e fazendo fugir outros para fora do reino com os seus cabedais, por temerem que lhos confiscassem, se fossem presos, foi preciso que as tais manufaturas caíssem, porque os chamados cristãos-novos os sustentavam e os seus obreiros, que nelas trabalhavam, eram em grande número, foi necessário que se espalhassem e fossem viver em outras partes e tomassem outros ofícios para ganharem o seu pão, porque ninguém se quis deixar morrer de fome.

A segunda parte da causa, que não é irreparável, como em seu lugar direi, foi a permissão que S. Majestade deu aos ingleses para meterem em Portugal os seus lanifícios, principalmente os panos, havendo doze anos que o dito senhor os tinha proibido, de que resultava que as nossas manufaturas se iam aperfeiçoando de tal maneira, que eu mesmo vim a França e passei a Inglaterra vestido de pano fabricado na Covilhã ou em o Fundão. Para esta desgraça concorreram três coisas, a primeira querer

o Senhor Rei Dom Pedro comprazer com a rainha de Inglaterra, com a qual acabava de fazer um tratado de perpétua aliança defensiva e lhe pedia que levantasse a pragmática; a segunda ser Dom João Methuen, seu embaixador, irmão de um grande mercador de panos e assim trabalhou em causa própria, sem embargo de que sempre lhe fui contrário; e a terceira, que pôs a foice à raiz, foi que o dito embaixador fez conceber a certos senhores, cujas fazendas pela maior parte consistem em vinhos, que estes teriam melhor consumo em Lisboa pela grande quantidade que deles sairia para fora, se por equivalente desta permissão, Inglaterra se obrigasse a que os vinhos de Portugal pagassem de direitos a terça parte menos que os de França; e isto bastou para que o tratado se concluísse e para que as nossas fábricas, como acima digo, totalmente se perdessem.

Não há dúvida que a extração dos nossos vinhos cresceu incomparavelmente, mas sujeita a que a poderemos perder todas as vezes que os ingleses deixarem de se conformar ao pé da letra com o mesmo tratado, isto é, que os vinhos de França não paguem de direitos a terça parte de mais do que os de Portugal; porque logo não terão saída que agora têm, enquanto os primeiros pagam não só a dita parte de mais, mas metade; e nem por isso se deixe de tirar de Bordeaux uma excessiva quantidade por serem melhores, mais baratos e ser mais breve o seu transporte.

Contudo esta grande exportação de vinhos não é tão utilíssima como se imagina, porque os particulares converteram em vinhas as terras de pão, tirando assim delas maior lucro, mas em desconto a generalidade padece maior falta de trigo, de centeio e cevada, de sorte que se o vinho sai de Portugal, é necessário que de fora lhe venha maior quantidade de pão.

Acresce, como deixo dito, que V. A. acharia impraticáveis muitos caminhos, de que em parte provém a decadência do comércio interior do reino, não se podendo, ou sendo muito difícil, transportar as fazendas de umas para outras províncias, o que porém se poderia remediar, obrigando os moradores circunvizinhos a que por seus turnos trabalhassem a fazer mais cômodas as ditas estradas, pois da freqüência da sua passagem sempre tirariam alguma conveniência; bem sei que em algumas partes seria inútil o seu trabalho para dar a comodidade dos carros.

De Haia para Amsterdã e de Amsterdã para Haia, além do correio ordinário, partem todos os dias dois carros de posta cobertos e capazes de receber passageiros, e um grande barco para a fazenda que se quer transportar. Da mesma Haia para Delft, e de Delft para Haia parte um barco todas as meias horas e de três em três parte outro para Roterdã e para Leide da mesma sorte que destas cidades e de outras partem para Haia, além dos barcos mercantes; tal é a freqüente correspondência e tal o comércio que entre elas circula. Para darmos alguma ao nosso, dissera que este negócio se tratasse com o correio-mor, propondo-lhe que devesse ter em cada lugar notável uma boa casa de posta, onde sustentasse um certo número de bestas de carga, destinadas a fazerem os mesmos serviços dos carros, como também cavalos de posta para que deles se possam servir os mercadores, que necessitarem de mais prontos avisos; pois ninguém crerá que entre duas cidades de tão grande comércio, como são Lisboa e o Porto, não podem os negociantes ter resposta senão em quinze dias, de que o mesmo correio-mor pode tirar o seu proveito; e quando não lhe convenha, poderá S. Majestade tirar-lhe o ofício, pagando-lhe a soma, que por ele deram os seus antecessores, pelo valor da moeda que então corria, ou assinar-lhe no rendimento do dito correio uma conveniente pensão, pois que dela tantas vezes tem tirado os seus interesses. Isto mesmo se praticou com o marquês de Torcey, porque as postas pertenciam aos secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros. El-rei de Castela o tirou ao conde de Ugnati sem esta circunstância. França e Inglaterra se servem deste grande fundo.

Presentemente as províncias de Holanda o cederam ao novo Stathouder, que generosamente o aplicou ao público. Não quero dizer que o nosso correio produzirá tão grandes somas, porque nem temos tantas correspondências, nem tanto comércio; mas no caso de serem melhor regulados os portes das cartas e mandando-se que todas as que vêm das conquistas vão ao correio, estou bem certo que S. Majestade poderá arrendar o dito ofício com muito considerável vantagem da sua real fazenda, ajustando as condições que parecerem ser mais necessárias para que as correspondências, assim domésticas, como estrangeiras, sejam regulares.

Como seja de grande conseqüência que se aumente o comércio interior do reino, são os intendentes das províncias de França obrigados a

mandar à corte um exato extrato do estado da agricultura, matos, águas, pontes, comércio, calçadas, caminhos, estradas, bosques e manufaturas dos lugares da sua jurisdição; e este foi o freio que el-rei cristianíssimo quis pôr aos governadores das mesmas províncias, que não usavam bem do poder que nelas tinham. El-rei da Prússia imitou o exemplo e el-rei católico fez o mesmo em ter intendentes, mas não sei se eles o servem com igual zelo, de maneira que todas as memórias se remetem aos ministros que têm cuidado de darem as ordens necessárias para se reparar o que se achar defeituoso.

Eu creio que não temos necessidade de criarmos estes novos empregos, porque o bom governo não depende da sua multiplicidade, mas do zelo com que servem os que subsistem, como por exemplo, os corregedores e provedores das comarcas, e os juízes de fora das vilas, que naturalmente devem fazer o mesmo ofício dos intendentes por ser tal a sua obrigação; mas é necessário que o príncipe lhes faça gravemente sentir o seu desagrado, quando a não cumprirem. Eu quisera que fosse um senhor da corte que lhes tirasse a residência e não um ministro de Justiça como eles são, por serem uma limitação de regra: Teu inimigo o oficial do teu ofício.

Disse mais que V. A. acharia que a Igreja pelo menos possuía a terceira parte do reino, mas não me atreverei a apontar a este grande mal algum remédio, que não seja mais violento que o lenitivo, que a lei lhe aplicou, dispondo no Livro 2º da Ordenação, Título 18, a saber – Que nenhuma igreja, ou mosteiro de qualquer ordem ou religião que seja, possa possuir alguns bens de raiz, que comprarem ou lhe forem deixados, mais que um ano e dia, antes os venderão. Assim se quis praticar no reinado do Senhor D. João IV; mas quando o internúncio Ravizza, saindo de Portugal com caixas destemperadas, o deixou excomungado, o Arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, tomou sobre si levantar a excomunhão, contanto que o dito senhor não fizesse executar a sobredita lei, ao que se conformou, porque as coisas estavam muito frescas para dar à corte de Roma mais um pretexto para não o reconhecer.

Também o Senhor Rei D. Pedro, por conselho dos seus ministros e justas queixas dos seus vassalos, que não achavam em que empregar o seu dinheiro, quis que a lei tivesse o seu efeito, de que resultou que todas

as Ordens constituíram por seus procuradores os jesuítas, que souberam atabafar a obrigação, e pôr-lhe em cima a pedra do esquecimento; mas nem por isso deixa de estar na mão do soberano o renová-la. E quando o não queira fazer, por evitar o mal-entendido escândalo, que os eclesiásticos afetaram, sempre conviria promulgar uma lei, para que daqui por diante nem os frades, nem as freiras, nem os seus conventos pudessem herdar bens de raiz, antes fossem alienáveis os já adquiridos, sem embargo de que conforme a comum opinião, extremamente prejudicial ao Estado, seja de que são inalienáveis os bens que por qualquer título entram na Igreja. De que se segue que pelo decurso do tempo virá a possuir não só a terça parte do reino, como acima digo, mas a metade, porque os confessores abrem as portas do Céu aos que na hora da morte deixam às suas ordens, ou às suas igrejas, o que têm, privando assim os seus sucessores do que naturalmente deviam herdar. A outro abuso se devia ocorrer e vem a ser os falsos patrimônios de certos bens, que os pais fazem a seus filhos para se ordenarem, a fim de que não paguem os impostos, supondo já serem bens da Igreja; e assim não deveriam gozar desta isenção, nem estes nem quaisquer outros, sobre este mesmo princípio; antes é justo que todos concorram para as despesas do Estado, que se obriga a conservar-lhes a posse em paz e quietação.

Finalmente disse que não acharia o reino tão povoado como poderia ser; e assim é, porque o corpo do Estado sofre sucessivamente quatro sangrias, a que será necessário pôr-lhe de algum modo as ataduras para que de todo se não extenue, quando as suas melhores minas consistem nos mesmos braços que trabalham e aumentam a produção das terras. A primeira sangria é a muita gente, que de ambos os sexos entra nos conventos, porque comem e não propagam; e a melhor e mais fácil atadura que se lhe poderia pôr, seria ordenar que os seus prelados não recebessem nem mais frades, nem mais freiras, até se reduzirem ao número que as suas instituições lhes arbitram, para se poderem sustentar com as rendas que lhes deixaram.

É verdade que as ordens mendicantes não têm rendas, mas por isso mesmo são mais prejudiciais à república; porém, bem se lhes poderá arbitrar um módico número de frades a cada convento, para celebrarem os ofícios divinos, sem que se pudessem multiplicar, antes as ordens, que se

dizem relaxadas, conviria que se reformassem em si mesmas e não parindo novos conventos, que se deveriam extinguir; e esta seria a verdadeira reforma em benefício do público, porque não haveria nem tantos frades, nem tantas freiras, que por vida e não por vocação entram nas religiões.

O mesmo digo aqui dos conventos de freiras, onde se acham infinitas mulheres, ou porque seus pais as obrigaram a entrar neles, ou por gozarem da liberdade que não tinham em suas casas. Que V. A. se faça dar uma lista de todos os frades e freiras que há no reino, e verá que se metade deles e delas se casassem, seja ou não com desigualdade, o que importa pouco ao Estado, não haveria dúvida em que cresceria o número dos seus sujeitos, e Portugal seria pelo tempo adiante mais povoado; e a este fim seria de opinião que ficasse livre de pagar algum imposto todo o lavrador que tivesse três filhos, porque esta isenção os convidaria a não ficarem solteiros.

Bem creio que o papa não teria grande dificuldade em conceder o dito breve pelo que respeita às freiras, mas faria muito pelo que toca aos frades, porque perderia tantos súditos para os dar ao Príncipe, de quem naturalmente o são. Outro meio se oferece para evitar o mesmo prejuízo, ainda que não tão eficaz, como por exemplo, que S. Santidade por um novo breve ordenasse que nem os frades nem as freiras pudessem professar, senão de idade de trinta anos; pois é coisa bem estranha que não sejam válidos os contratos que um menor de vinte e cinco anos fizer para dispor de quatro mil-réis, e que um menor de quinze possa dispor da sua liberdade, tão preciosa como ela é.

Já se vê a utilidade que o Estado retiraria de se adotar um destes expedientes; porque diminuindo os frades e as freiras, cresceriam os casamentos, e por conseqüência os povos, ainda que não tanto como entre as nações onde não há esta casta de gente. Como os clérigos guardam o mesmo celibato que os frades, é igualmente preciso que os bispos não ordenem mais que os necessários para o serviço das suas igrejas e que fossem exterminados os que fraudulosamente se fossem ordenar a Castela, com reverências falsas. El-rei de Sardenha acudiu a este abuso, mandando que ninguém se pudesse ordenar sem o *Placet* do Síndico; e sobre esta matéria teve uma grande disputa com a corte de Roma, que dizia que a tal resolução infringia a liberdade eclesiástica, mas não teve

que dizer quando se replicou que o Concílio de Trento arbitrava tantos sacerdotes conforme o número dos povos a que deviam administrar os sacramentos, a que o dito Príncipe queria ajuntar mais uma terça parte, mas não privar-se de tantos vassalos para os dar ao papa e deixar de cultivar as terras de seus pais e não pagarem os tributos que lhe competiam.

A segunda sangria, que não deixa de enfraquecer o corpo do Estado, e a que não acho remédio, é o socorro da gente que anualmente se manda para a Índia, sem o qual não se poderia sustentar. E como uns morrem na viagem e o que mais é, outros se fazem frades, deveria ser um ponto de instrução do vice-rei não permitir que nenhum soldado, que fosse de Portugal, entrasse em alguma religião, pois que para se salvarem é bastante a do seu ofício.

A este prejuízo se segue o de que pela mesma razão vêm a faltar os marinheiros, que se debandam e deixam as suas mulheres, de que poderiam ter muitos filhos. O Brasil não sangra menos a Portugal, porque sem embargo de já não ser livre a cada qual passar àquele Estado sem passaporte, conforme ouço dizer, contudo furtivamente se embarcam os que ao cheiro das minas querem lá ir buscar sua vida.

O modo de poder povoar aquelas imensas terras, de que tiramos tantas riquezas, sem despovoar Portugal, seria permitir que os estrangeiros com as suas famílias se fossem estabelecer em qualquer das suas capitanias que escolherem, sem examinar qual seja a sua religião, recomendando aos governadores todo o bom acolhimento, e arbitrando-lhes a porção de terra que quiserem cultivar. De que se seguiria que lá se casariam e propagariam, e em poucos tempos os seus descendentes seriam bons portugueses e bons católicos romanos em o caso que seus avós fossem protestantes, no que não acho algum inconveniente, antes vi que os ingleses têm mandado para os seus estabelecimentos, na América, várias colônias do Palatinado, e de melhor vontade iriam para o Brasil e cultivariam grande parte daquele vasto país, pois é certo que, depois do descobrimento das minas, tem diminuído a cultura dos açúcares e tabaco, e por conseqüência o número dos navios que traziam aqueles efeitos e o dos marinheiros que o navegavam.

A insensível e cruelíssima sangria que o Estado leva é a que lhe dá a Inquisição, porque diariamente com medo dela estão saindo de Portugal com os seus cabedais os chamados cristãos-novos. Não é fácil estancar

em Portugal este mau sangue, quando a mesma Inquisição o vai nutrindo pelo mesmo meio que pretende querer vedá-lo ou extingui-lo; e já o célebre Fr. Domingos de São Tomás, da ordem dos pregadores e deputado da Inquisição, costumava dizer: "Que assim como na calcetaria havia casa em que se fabricava moeda, assim havia outra no Rocio, onde se faziam judeus ou cristãos-novos, porque sabia como eram processados os que tiveram a desgraça de serem presos, e que em lugar de se extinguirem, se multiplicavam, e ninguém melhor do que ele podia falar na matéria."

Não entrarei a particularizar o motivo deste infortúnio, basta dizer sucintamente que a ignorância em que estão os acusados dos nomes dos que os acusaram, e que deverão contestar para escaparem ao fogo, e a prova que fazem as testemunhas singulares para a veemente presunção de que o réu tinha uma leve tintura do sangue hebreu, são as verdadeiras causas desta lastimosa tragédia, que desonram Portugal nos países estrangeiros, onde o nome de Portugal é sinônimo com o de judeu.

Vi e revi, senhor, com particular satisfação todos os papéis que, cheios de erudição, tirada da história profana, mas nem sempre venturosamente aplicada, se escreveram pró e contra na regência do ínclito avô de V. A., quando os cristãos-novos de Portugal recorreram a Roma para obterem um perdão geral, ou se reformarem os estilos do Santo Ofício, ao que se opuseram os três Estados juntos em cortes e os bispos em particular; sobre o que suspendo o meu juízo, ou para melhor dizer, o sujeito em certo modo ao de tantas e tão doutas pessoas, quantas, *nemine discrepante,* reprovaram como ímpios os ditos requerimentos; mas não deixarei de admirar-me de que os bispos viessem a confessar que os inquisidores eram as luzes do Evangelho e as colunas da fé, quando Deus, só às bocas destes mesmos bispos confiou a preservação e a inteligência das verdades evangélicas; destituindo-se assim da sua privativa jurisdição para deixarem condenar as suas ovelhas, contentando-se de que os inquisidores lhes façam a graça de os deixarem assistir às sentenças dos que relaxam ao braço secular. *Oh! tempora! Oh! mores!!!*

Vi também muitos papéis, assaz longos, em que se apontam os meios para se extinguir em Portugal o judaísmo, mas não vi algum em que se tratasse de acordar a utilidade temporal do reino com a espiritual da religião, que é todo o meu objeto. Assento pois por princípio certo,

que ninguém negará, que a utilidade temporal de Portugal requere que o reino se não despovoe, antes abunde em gente, e que também o espiritual nos persuade a que nele se não consintam judeus, inimigos de Jesus Cristo, sem embargo de que os senhores reis, nossos soberanos, nele os toleravam e deles se serviam até ao tempo do Senhor Rei D. Manuel, de gloriosa memória, que os exterminou, e sem embargo de que em todas as nações da Europa se admitem, e ainda na mesma Roma, contudo como a lei do reino determinou o contrário, é justo que ela se observe; e creio que este será um dos meios que se podiam achar para se combinarem aqueles dois sistemas que parecem antinômicos.

Depois a lei do Livro 5º, Título 1º, § 4º:

"Porém, se algum cristão leigo, que antes fosse judeu, ou mouro, quer nascesse cristão, se tornar judeu, ou mouro, ou a outra seita e assim lhe for provado, nós tomaremos conhecimento dele, e lhe daremos a pena segundo direito, porque a Igreja não tem aqui que conhecer se erra na fé, ou não; e se tal caso for que ele se torne à fé, aí fica aos juízes eclesiásticos darem-lhe suas penitências espirituais."

O objeto desta lei não foi somente de castigar o crime de apostasia, que já se sabe ser de morte, mas também de prescrever que o conhecimento deste detestável delito pertencia ao juízo secular, dando logo a razão, porque se não duvida do erro da fé. Poderia vir em questão se pertenceria também ao mesmo juízo secular conhecer do que fosse acusado de ter abraçado qualquer outra seita, pois parece que assim o dispõe a dita lei, mas não entrarei nesta disputa, que me apartaria muito do meu assunto. Digo somente que da execução desta lei se seguiriam muitos benefícios: o primeiro que não haveria mais cristãos-novos que aqueles que se tornarem à fé e fossem remetidos ao juízo eclesiástico para lhes darem as penitências espirituais, conforme os sagrados cânones determinam, porque só estes são cristãos-novos que da sinagoga vão para o altar, como também o maometano, ou o gentio, para se batizar, mas não aqueles cujos pais e avós nunca prevaricaram; o 2º, que seriam escusados os atos da fé que os nacionais vão ver como uma festa de touros, e os estrangeiros como uma bugiganga pela variedade das insígnias que levam os que vão no dito ato da fé, e os inquisidores inventaram para excitar a curiosidade dos povos; 3º, que não se exporiam

indignamente, na igreja de São Domingos, os retratos dos que padeceram, dos quais, em lugar de se conservar a memória, se devia esquecer.

Mas se alguém objetar que não convém que por este modo ficasse a Inquisição sem exercício, e o povo sem este divertimento, a que chama triunfo da fé, respondo que nunca faltaria aos inquisidores que fazer, nem em que se ocupar; porque ainda que se lhes tirasse este ramo, que é o mais pingue da sua jurisdição, sempre lhes ficariam outros muitos em que empregá-la, como, por exemplo, contra os que abraçam novas opiniões, ou errôneas ou heréticas, de que achariam infinitos, se eles as não guardassem nos seus corações exceto aquelas que se não podem praticar sem as comunicar, *verbi gratia*, as que tendem à sensualidade, quero dizer, as dos quietistas e outras semelhantes, ao que se ajunta o conhecimento dos crimes mistifórios, além de que sempre guardaria a prerrogativa de ter tantos súditos quantos são os seus familiares; e esteja V. A. certo que todas as vezes que houver um tribunal privativo para castigar certos crimes, sempre fará criminosos.

Luís XIV o instituiu com o nome de Câmara Ardente para conhecer dos feiticeiros e envenenadores, e logo foi acusado não menos que o marechal de Luxemburgo e a duquesa de Bovillon, com outras muitas pessoas de distinção; pelo que o parlamento de Paris representou ao dito Príncipe, que se não abolisse o dito tribunal, em pouco tempo, toda a França seria acusada daqueles delitos; e não se ouviu falar mais destes, depois que ele se extinguiu.

Porém, quando este primeiro meio de execução da dita lei parecer impróprio para o meu fim, proponho como segundo renovar o do extermínio, que o Senhor Rei D. Pedro promulgou esta determinação, que toda a pessoa que no ato de fé saísse convicta do crime de judaísmo, saísse do reino no termo de dois meses; e por isso enquanto ela se praticou, estavam quase sem exercício as inquisições a respeito dos judeus; e me lembro que a de Lisboa, para fazer o ato da fé, mandou pedir à de Coimbra e Évora algumas figuras; mas os inquisidores negociaram de maneira que el-rei derrogou a lei, com o pretexto de que os judeus com medo do extermínio não ousavam declarar-se com os da sua nação, e assim não havia testemunhas que os acusassem, para que se arrependessem; porém, como a Igreja não julga dos interiores e menos o Príncipe, pouco importa à república que haja judeus ocultos, quando não escandalizam e conservam as suas casas.

A pena do extermínio começou com o mundo, como se fosse a maior, visto que Deus exterminou a Adão do Paraíso, que acabava de fazer com as suas próprias mãos, e era a sua pátria, porque lhe desobedeceu; deviam pois os inquisidores contentar-se da existência da lei, para que se fosse acabando em Portugal o judaísmo; e é de saber que ela provinha da boca do mesmo papa; porque D. Luís de Sousa, que é inimigo desta pobre gente, quere se faça sair do reino.

O terceiro meio fora, que aos presos pelo crime de judaísmo se dessem abertas e públicas, isto é, darem-lhe vista dos nomes das testemunhas, que neles deram para as poderem contraditar, como se dá a outro qualquer criminoso; assim o requereram já os cristãos-novos, apadrinhados pelo marquês de Fronteira, e o Senhor Rei D. Pedro lhes permitiu que recorressem a Roma, onde haveriam ganhado o seu processo, se, morrendo o ministro, não entrasse em seu lugar o marquês de Alegrete, então de Vilar-Maior, que tomou o contrapé do seu predecessor, como de ordinário acontece, achando a sua conta em se fazer protetor da Inquisição, com o Secretário de Estado Francisco Correia de Lacerda, sua criatura, os quais dispuseram o dito senhor a mandar a Roma D. Luís de Sousa, bispo de Lamego, para se opor à mesma faculdade, que havia dado aos cristãos-novos, de que resultou querer a congregação dos inquisidores de Roma examinar os autos dos que as Inquisições de Portugal tinham processado; e porque eles lhe não quiseram obedecer intervindo, lhes suspendeu o exercício, e neste estado ficaram por espaço de seis anos, até que S. Majestade lhes permitiu mandarem a D. Luís de Sousa certos processos bem escolhidos, para os poder produzir, e assim voltou D. Luís de Sousa triunfante com a informação dos estilos inquisitórios, exceto algumas circunstâncias *parvi momenti*, porém é certo que se os cristãos-novos tivessem vista das testemunhas que neles dão, não só as poderiam contraditar, mas o réu não se veria obrigado a ir dando em todas as pessoas que conhece, para contestar com as que o acusaram e não serem condenados por *Diminutos*, de que se seguiria que se iriam diminuindo os cristãos-novos e que o são, fiados em que se podem defender, não sairão de Portugal com os seus cabedais, que é o meu proposto.

Como S. Majestade seja o senhor do dito Tribunal da Inquisição para o abolir se quiser, claro está que também é para poder alterar os

seus estilos, sejam ou não confirmados pela Sé Apostólica, para revogar a prova que fazem as testemunhas singulares; e é ridícula a razão que dá o conde da Ericieira, na resposta que fez ao padre Antônio Vieira, dizendo que pois a singularidade das testemunhas faz prova no crime de lesa-Majestade Humana, com maior fundamento a deve fazer no crime de lesa-Majestade Divina, como se se pudesse fazer argumento de uma para outra, quando na primeira concorre a vida do príncipe e a segurança do Estado, e na segunda só se trata da ofensa a Deus, que é todo misericordioso; todos sabem a regra geral, de que é melhor absolver o culpado que castigar o inocente; e a razão é clara, porque o culpado pode-se emendar e a morte do inocente não tem emenda. O maior crime que se cometeu no mundo foi o de Adão, que se perdeu a si e nos perdeu a nós para sempre. Todos sabemos como foi processado este desgraçado réu, sendo o mesmo Deus o seu inquisidor que o citou e que ouviu a sua defesa, dizendo que fora Eva, que lhe dera por mulher, quem o provocara; e que esta testemunha respondera que a serpente a enganara; e assim ficou este processo feito em todas as formas para que o supremo juiz desse a sentença, que foi, ainda mal, a que nos fez nascer escravos do Diabo. Ninguém pode duvidar que Deus podia sentenciar esta terrível causa sem se servir de semelhantes formalidades, de que resulta que os inquisidores só deveriam fazer o que Deus quis observar, dando aos réus vista de testemunhas, mas bem pode ser que seja por castigo dos judeus não saberem quem os acusa, pois quando feriam a Jesus Cristo lhe perguntavam por derrisão que adivinhasse quem o maltratava; passe-se neste sentido se lhes negam as abertas e publicadas.

Já disse que as abertas e publicadas não deviam fazer prova, e agora acrescento que se hão de ter, ou por falsas ou por suspeitosas. Os que se vão apresentar ao Santo Ofício não o fazem por arrependidos; mas quando ouvem que algum seu amigo ou parente foi preso e o poderá acusar, porque ignora que outros o tenham feito, vai pedir perdão, nomeando todas as pessoas que conhece, ou lhe vêm à cabeça, de maneira que sendo inválido o seu testemunho, não ficariam no secreto as pessoas para fazerem prova contra outras; e assim conviria que o tal apresentado fosse recolhido na Inquisição, para sair no ato da fé como os mais. Não é só a Inquisição que, pelo seu modo de processar, faz crescer o número dos cristãos-novos, mas também as

irmandades e confrarias, e por isso se lhes deveria defender que nenhuma, sem exceção, tirasse inquirições de limpeza de sangue, porque eles vejam os que nelas querem entrar; mas somente *de vita, et moribus*, consultando sobre eles ao seu pároco, pois costumam infamar de cristãos-novos muito boas famílias que o não são, não deferindo aos estímulos da sua devoção.

O quarto meio para se extinguir o nome de cristãos-novos, e que não se fossem multiplicando, misturando-se com cristãos-velhos, seria decretar que fossem inválidos os seus casamentos e ficassem sendo bastardos os seus filhos. E se alguém argüir que por este modo se estabeleceriam em Portugal dois diferentes povos qual inimigos contra a união e sociedade da república, responderei que isto mesmo se está praticando tacitamente, pois vemos quantos casamentos se deixam de fazer entre certas pessoas ou famílias, porque de uma ou de outra se tem opinião de descendentes de algum cristão-novo, de sorte que faria a lei o que faz o mal-entendido costume, sem outra diferença senão a que vai do mais ao menos.

O quinto meio seria abolir as confiscações para a coroa, a que já o Senhor Rei D. João IV tinha dado princípio à imitação da república de Veneza, que confisca os bens dos culpados para se restituírem a seus herdeiros, contanto que não fiquem com alguma parte deles, e neste sentido costumava dizer o dito senhor que queria bem castigar os judeus, mas não arruinar as suas casas, que sustentavam o comércio do seu reino; e assim fazia restituir aos filhos inocentes os bens dos pais culpados, e seria uma lastimosa curiosidade querer examinar duas coisas, a primeira o número das casas de comércio que se perderam, depois que o Senhor Rei D. João III admitiu em Portugal a Inquisição; a segunda o proveito que a coroa delas tem recebido e se achará que das primeiras é infinito e que a coroa não tem utilizado coisa alguma, antes o Senhor Rei D. João IV, querendo servir-se de algum dinheiro do fisco, se lhe respondeu que nele não havia um vintém. Contudo a Inquisição teve a temeridade de impetrar na corte de Roma um breve de excomunhão contra o dito senhor, se prosseguisse em querer abolir as confiscações. Eu não o afirmo, porque o não vi, mas tal é a voz pública, e que ele se lera na Inquisição de Évora, quando se soube que o dito senhor morrera. Mas o que sei de certo é que, queixando-se aos inquisidores de

que S. Majestade fizesse restituir os bens confiscados aos herdeiros condenados, ele lhes perguntara: "Para quem confiscais?" e respondendo-lhe que para a coroa de Vossa Majestade, ele lhes replicara com muita graça: "Pois eu desconfisco." De que concluo que sendo o modo das ditas confiscações o que tem feito e faz sair de Portugal tantas famílias com os seus efeitos, que vão meter nos fundos públicos de Inglaterra e Holanda, etc., segue-se que, seguros de conservarem os seus bens a seus filhos, não deixariam a sua pátria, antes nela continuariam no seu comércio e empregariam o seu dinheiro. Enfim, depois que a Inquisição descobriu no Rio de Janeiro a mina dos judeus, e se lhes confiscaram os bens, de que os principais eram os engenhos de açúcar, que se perdiam, foi preciso que Sua Majestade ordenasse que os ditos engenhos não fossem confiscados, vendo o grande prejuízo que se fazia ao comércio deste importante gênero. Outro prejuízo nos fazem as tais confiscações, e vem a ser que os estrangeiros, em cujas mãos está quase todo o nosso comércio e têm em Portugal as suas casas, lhe mandam todas as suas comissões, ou a outros estrangeiros, não querendo dá-las a algum português, porque o têm por judeu, ou cristão-novo, e temem que, sendo preso pela Inquisição, lhe confisquem os efeitos que tiver nas suas mãos; porque ainda que pelos seus tratados se lhes devam restituir, não lhes convém ter uma larga demanda com o fisco.

O sexto e último meio para se extinguir em Portugal o nome de cristão-novo, seria darem aos judeus a liberdade de viverem na sua religião, como se pratica entre todas as nações da Europa, sem embargo de serem tão cristãos com a nossa liberdade, digo, que de duas maneiras se lhe pode acordar, dando-lhe dois guitos, um em Lisboa, outro no Porto, da mesma maneira que o têm em Roma, com a obrigação de trazer um chapéu amarelo, para serem conhecidos, de que resultaria que todos os cristãos-novos, que verdadeiramente fossem judeus, ou o poriam ou entrariam nos guitos, sem ser necessário que se lhes falasse em perdão geral, nem a Inquisição intentasse mais prender algum cristão-novo; pois é certo que não será judeu oculto, o que o puder ser declarado; mas quando assim sucedesse, o juízo secular o castigasse com a pena de morte, como também o deveria ser todo aquele que injuriasse alguma pessoa, chamando-lhe cristão-novo, e para que este nome totalmente se perdesse e se extinguisse, conviria que todos aqueles que são

infamados sem que seus pais e terceiros avós houvessem feito alguma figura nos atos da fé, pudessem entrar nos cargos da república, pois é bem extraordinário que se extinga também o de cristão-novo, antes com impiedade se diga que basta uma pinga deste desgraçado sangue para corromper o de todo o corpo cristão, e que este não possa alimpar aquela nódoa. Ajuntarei ao referido que todo o judeu ou judia, que casasse com cristão-velho, ou reputado por tal, e *vice-versa*, seriam no juízo secular condenados à morte, o que não aconteceria, porque a lei dos judeus lhe defende a comunicação com cristão-velho ou gentio, como eles nos chamam por desprezo, assim como nós por desprezo lhes chamamos judeus. E falando eu em Amsterdã com um dos rabinos ou doutores da lei, sobre o castigo que a sua nação depois de tantos séculos padecia, desprezada em toda a parte, sem pátria, sem rei e sem templo onde sacrificar conforme a sua lei, me respondeu que enquanto os judeus se não arrependessem de se haver misturado com os cristãos e se não abstivessem da sua comunicação, jamais veriam o fim da sua desgraça, e jamais o seu Messias, não Deus, mas grande Capitão, os viria livrar da espécie de cativeiro em que presentemente vivem, restituindo-os à terra da promissão, que Deus lhes dera e por seus grandes pecados perderam.

A resposta por uma parte me fez rir, e por outra lastimar-me da sua cegueira e incredulidade: contudo eu vi, em Londres, que um judeu resgatou, por uma grossa soma de dinheiro, um escrito de casamento, que sua filha tinha dado a um inglês, querendo fazer-se cristã. E não há dúvida que em todas as partes, onde os judeus têm liberdade de consciência, jamais se casam com cristãos; e isto mesmo sucederia em Portugal se a tivessem: mas nem por isso creio que os judeus, ricamente estabelecidos em Inglaterra e Holanda, se iriam domiciliar no reino, mas não há dúvida que lá mandariam os seus parentes ter casas de comércio. Eu me achei em Amsterdã nas bodas de um dos filhos do barão de Sasso, e sua mãe, a quem eu por derrisão chamava a rainha Ester, me perguntou em quanto avaliava os cabedais dos convidados que ali estavam, que seriam até quarenta e dizendo que o ignorava, me respondeu: "Bem pode V. Exª contar sobre quarenta milhões de florins, que nenhum mal fariam a Portugal, se lá estivessem." "Nem à Inquisição, se ela os agarrasse", lhe respondi eu, e estes senhores, porque todos eram nascidos, ou descendentes de portugueses;

pois é de saber que os judeus portugueses, espanhóis e italianos, vivem separadamente dos judeus alemães e com diferentes sinagogas, de sorte que os primeiros têm tanto horror em se apresentarem com os segundos, como com os cristãos, porque sobre os julgarem descendentes da canalha que saiu de Jerusalém, são todos grandes usurários e ladrões.

Tornando pois ao meu assunto, já disse que a primeira e principal utilidade, que teríamos da dita permissão, seria de se abolir o injurioso nome de cristão-novo. A segunda, que é toda espiritual, não haveriam tantos sacrílegos, quantos, sendo no coração judeus, freqüentam os santos sacramentos, para não serem descobertos. A terceira, que é mais do meu caso, a sangria que a Inquisição dá a Portugal, não o enfraqueceria, antes lhe meteria mais sangue nas veias, sem contaminar o que já tinha e sem prejudicar o Estado, porque esta gente, na esperança de se restituir à terra que chamam sua, não compra as alheias, nem bens de raiz, fazendo girar os seus cabedais para deles tirarem maiores interesses, e assim os empregariam dentro do reino em tudo que pudessem tirar melhor ganância, e faria florescer o seu comércio.

A causa, senhor, do seu grande abatimento, por ter passado às mãos dos estrangeiros, além das sobreditas não sei por qual deve começar para lhe procurar algum remédio. Contudo a que logo salta aos olhos é que Portugal não tem frutos, nem gêneros para se permutarem com os que nos entram de fora, não só quanto à quantidade e qualidade, mas também quanto à quantidade e variedade. E para prova do que digo não falarei dos gêneros de desigualdade do comércio que temos com Castela, em prejuízo de Portugal, porque de todos é bem sabida, estando ao pé da porta, mas ajunto a lista de frutos e gêneros, que os estrangeiros tiram de Portugal: couros em cabelo, pau do Brasil, laranjas, limões, azeite, sumagre, óleo de copaíba, salsaparrilha, marfim, lãs, amêndoas, figos, passas, peixe salgado, presuntos, azeite de baleia, vinhos de Portugal e da Madeira, sabão de todas as castas, melaço, açúcar, tabaco do Brasil, casquinha, cravo do Maranhão, sebo, cacau, baunilha e pau para tintas.

É de reparar que os franceses sempre foram aumentando os direitos de entrada dos ditos frutos e mercadorias desde o ano de 1664, sem que usássemos da represália, como seria justo, levantando-lhes também

à proporção os direitos da entrada dos que metem em Portugal, o que lhes seria mais sensível, porque são em muito maior quantidade e melhor qualidade, a saber: Em primeiro lugar, de Paris, mandam uma droga a que chamam moda, que vai por toda a Europa, e conforme diz o marechal de Vauban ou Bavan, na sua décima real, é dos melhores ramos de comércio da França. Mandam-nos mais, de Paris, estofos de lã e barbilhos das fábricas de Paris, luvas de castor e de meio-castor, e outras, bastantes chapéus, cabeleiras, boldriés lisos e bordados de ouro e prata, livros de todas sortes, pérolas, sinais, espadins de prata e de cobre, dourados e prateados, botões de cobre, dourados e prateados e em cor, caixas de prata e douradas, algumas em ouro e de tartaruga, volantes com ouro e prata, lavrados de todas as cores, castiçais de cobre prateados, jarros e bacias, e outras mais coisas desta natureza, sapatos de homem e de mulher, manguitos de peles e outros, paletinas de várias sortes, rendas de seda crua, brancas e negras, fivelas de prata, metal e pedras falsas e outras muitas coisas deste gênero, véstias bordadas em ouro e prata, meias de seda e bordadas, fitas de ouro e prata da fábrica de Paris, e alguns panos de linho para camisas.

De Lião se manda toda sorte de primaveras, nobrezas, estofos de ouro e prata, fio de ouro e prata, galões de ouro e prata, abotoaduras do mesmo, boldriés de seda, meias de seda, fitas de ouro e prata, lavradas e lisas. De Ruão, lenços de algodão, várias sortes de estofos dos mesmos, panos para vestidos, águas ardentes (ainda que sejam proibidas), couros de vitela, calções e luvas de carneira e camurça, vinagre de cidra, caixas de tartaruga, de corno e óculos. De Chantel várias sortes de estofos de linho, riscados e lisos. De Amiens, barreganas, comelões, estamenhas e outras sortes de fazendas de lã e barbilho. De Thiers muita sorte de quinquilharia. De Morlaix e Nantes, bretanhas, esguiões, papel pardo e velas de sebo. Da Flandres francesa, cambraias lisas e lavradas, alguns guardanapos, toalhas e rendas de linha. De Dieppe também se tiram bastantes rendas de linha, caixas e estojos de marfim e osso.

Os ingleses tiram de Portugal, vinhos em grande quantidade, azeite moderadamente, couros da Bahia, pau do Brasil, laranjas, limões, romãs, figos, passas, amêndoas, bengalas do Brasil, casquinha da Ilha da Madeira, vinho da mesma ilha, tabaco do Brasil em rolo.

Mandam para Portugal panos, estamenha, droguetes, sarjas, sempiternas, baetas, meias de seda e de laia, chapéus, couros preparados,

carnes salgadas, manteiga, roupa de Silésia, estanho, cortiça, trigo, centeio, cevada, farinha, gesso, carvão, fivelas, machados, enxadas, ferramentas diversas, alfinetes, agulhas e outras mais coisas.

Os holandeses tiram de Portugal quase o mesmo que os ingleses, a saber: açúcar em grande quantidade, tabaco do Brasil, azeite e vinho bastantemente, cominhos, lãs, pau do Brasil, couros do Brasil e da Bahia, bengalas, laranjas, limões, romãs, figos, passas, amêndoas, casquinha da ilha da Madeira e muito sal de Setúbal.

Metem em Portugal meias grossas de lã e de fio, panos de Leide e camelotes, sarjas, veludos e primaveras de Harlem, holandas da mesma vila, ruões, contrafestos, manteiga, queijo, papel; e de frutos estrangeiros, tabuadas, aduelas, mastros, âncoras, lonas, ferro, aço, chumbo, pólvora, cobre, estanho, latão, linho alcaneve, estopa, algodão, couros de Moscóvia, pês, alcatrão, tinturas e outras mais coisas.

Pelo que toca ao que sai de Portugal para as nações do norte, e estas metem em Portugal, não vale a pena de entrar nesta individuação, porque o que elas tiram é muito pouco, e o que metem é por mãos dos holandeses, como fica visto na sobredita lista, e são estes os que fazem o maior ganho pelas comissões que lhes mandam.

A respeito do que os italianos tiram de Portugal, não estou cabalmente instruído, só sei que já foi maior a quantidade dos tabacos e açúcar que sacavam, e que navegavam para Portugal muitos veludos, damascos de Gênova e outros gêneros de sedas, muito papel e vidros.

À vista, pois, do referido, se pode fazer um cálculo dos poucos efeitos que temos para permutar com os estrangeiros e que o excesso lho devemos pagar com dinheiro, o que mais facilmente se pode saber se se mandar fazer um balanço de alfândega, porque dele constará o que sai e o que entra; mas não posso deixar de dizer que nos direitos de entrada, que os estrangeiros pagam, há um grande abuso, porque sobre neles favorecidos conforme as ordens de S. Majestade, os que têm na alfândega as suas fazendas se acordam com os oficiais para lhas avaliarem em menos de metade, o que tenho por confissão dos mesmos mercadores, que negociam em Portugal, de que resulta que para se evitarem semelhantes descaminhos seria útil que se arrendassem os direitos de todas as alfândegas de Portugal e a fazenda real tiraria a mesma, ou maior vantagem, que tirou de arrendar os direitos de todas as

alfândegas do Brasil; poupando também a despesa que faz com os oficiais, que de ordinário são uns autorizados ladrões, e escusaria um provedor da alfândega, podendo-se assinar nos rendimentos dela uma certa pensão ao possuidor deste ofício, como acima digo do correio-mor, de sorte que estes arrendadores seriam como fermieiros-gerais de França, que poderiam como eles avançar ao governo as somas de que necessitasse, lucrando tantos por cento, conforme as condições do ajuste que com eles fazem.

Estas são as minhas idéias a respeito do sobredito; mas a principal seria examinar quais são as fazendas estrangeiras, que poderíamos proibir por totalmente inúteis, quais poderíamos nós mesmos fabricar para deles não necessitarmos, e quais poderíamos navegar nos nossos navios, tirando-as em direitura dos lugares, aonde vão buscá-las os holandeses, para as mandarem a Portugal.

Começando pois pela primeira droga, que França nos manda, que é a moda, já o Senhor Rei D. Pedro a quis inutilizar, mandando pôr um modelo em casa de todos os alfaiates, com pena não sei de quantos cruzados ao que de outra maneira cortasse alguns vestidos, a fim de que a variedade da moda se não multiplicasse, e proibiu o uso dos galões e estofos de prata e ouro, exceto os que se despachassem na casa da Índia, para animar o seu comércio; e quanto aos seus lanifícios, estes estão defendidos, e só se deveria ter grande cuidado, em que os seus panos na alfândega se não despachassem, como se fossem das fábricas de Holanda e de Inglaterra.

Alguém poderá dizer que o luxo faz o lustre e magnificência da corte, e que por esta razão el-rei de França está tão longe de o proibir, que o provoca, para o que concorrem duas coisas: a 1ª, que tanto mais a nobreza se empobrece, tanto mais fica dependendo das suas graças para o servirem; e a 2ª, porque a França tem em si mesma tudo o que concorre para o fausto; e assim tudo o que nele se despende, nela circula sem sair fora do reino; mas este é um mal epidêmico, que se comunica a todas as cortes, que mal a propósito a quiseram imitar, e mandando a Paris grossas somas, porque de lá emanam as modas.

A este propósito contarei uma história, e vem a ser que dizendo eu a um negociante que não entendia a razão por que sendo a regra geral aliviar os direitos da saída e carregar os da entrada, França, ou ao menos nesta corte, praticavam o contrário a respeito das fazendas que se navegavam

para Portugal, como acima digo que se tem feito, ao que me respondeu que a corte queria aproveitar-se enquanto nos durasse a loucura de só acharmos bom e da moda o que ia de Paris; e assim tempo lhe ficava para depois facultar a saída das mesmas fazendas, abaixando-lhe os seus direitos, ao que não tive que responder, senão desejando de mim que a tal loucura não passasse.

Devo, porém, dizer que pouco faltou para que se não permitisse em Portugal a entrada dos panos, porque o tratado, que para este efeito tive feito, não se chegou a assinar, porque não conclui o da neutralidade com Espanha, que era a utilidade que do primeiro queríamos tirar.

Deixo à consideração dos nossos ministros fazer renovar a pragmática do Senhor Rei D. Pedro, proibindo a entrada de todas fazendas que contribuíam ao luxo, e que em Lisboa não rodem coches, nem seges que não sejam feitas no país, podendo mandar buscar os modelos a França, que vão em uma folha de papel, para dar que ganhar aos obreiros, que por esta causa se aumentarão, e todas as miudezas que para o mesmo ofício no reino se podem fabricar, como são muitas que se acham nas mesmas listas, e em particular todos os instrumentos de ferro, pois que tão perto temos Biscaia. Não há dúvida que há muitos gêneros que não podemos manufaturar, e é necessário comprá-los aos estrangeiros, como, por exemplo, as roupas finas, que vão de França e Holanda, mas quem nos impede tê-las de todos os gêneros que se fazem de lãs e sedas, que é o grosso do comércio de Inglaterra e Holanda, e ainda de França? Pois que já as tivemos e se arruinaram pelas razões que já disse, de sorte que para se estabelecerem, é necessário que eu torne a falar dos judeus, dizendo que se lhes deve dar, de um modo ou de outro, liberdade de religião e segurança de que os seus bens não serão confiscados, e lhes será necessário empregá-los em renovar e aumentar as sobreditas manufaturas. Bem entendido que não as terão nem em Lisboa, nem no Porto, senão no interior do reino, para que os ingleses e outros estrangeiros não busquem meios para não as deixar prosperar, como fizeram em Lisboa, comprando e destruindo todos os teares de fitas, meias, etc., e o seu dinheiro giraria nas províncias, onde elas se estabelecessem; mas não é isto só que basta, antes convirá que se proíba com rigorosas penas a saída das lãs de Portugal, e os judeus terão bem cuidado de fazer entrar nele as de Castela. Ao que ajuntarei que nenhuma coisa será bastante para o estabelecimento

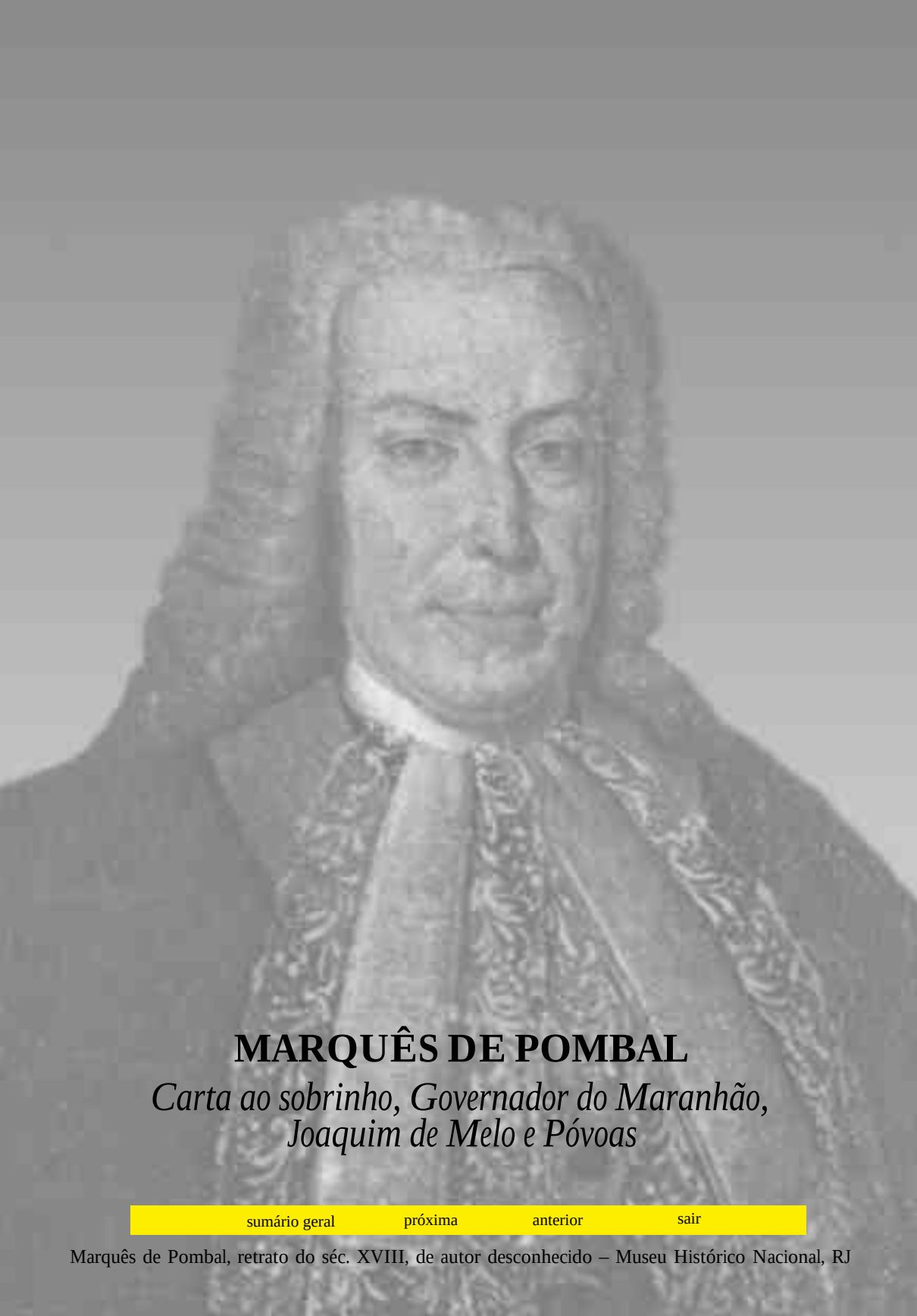
de todas as manufaturas, se para ele de todas as maneiras não concorrer S. Majestade, não só com o seu patrocínio, mas também com o seu dinheiro. Digo que S. Majestade deverá concorrer com o seu patrocínio, mostrando o seu desagrado aos que vêm ao paço vestidos de manufaturas estrangeiras e vestindo-se ele mesmo das nacionais. Eu bem me lembro que, impondo-se ao povo de Inglaterra, por ato do Parlamento, o tributo da capitação, se inventou um estofo, a que se deu o mesmo nome e um vestido inteiro não custava mais do que 40 xelins; pelo que el-rei Guilherme, para animar esta nova manufatura, apareceu em público vestido da mesma, o que todos no outro dia fizemos. Digo também que o dito senhor deveria concorrer com o seu dinheiro, como fez o Czar de Moscóvia e el-rei da Prússia, que à sua custa mandaram buscar a França, Itália, Inglaterra e Holanda, os melhores *artezans*, para industriarem os naturais, em toda a sorte de manufaturas, e assim vemos que hoje se sustentam e florescem nos seus estados com grande utilidade e aumentação dos seus vassalos, porque o que despendem em se vestirem, fica no país, e crescem os obreiros tendo em que trabalhar.

Ouço que em Portugal se tem sumamente apurado a arte de trabalhar no mármore, e a razão não é outra senão que S. A. viu com bons olhos os seus progressos e mostrou que lhe agradava a sua boa execução; de que se seguirá que muita gente se aplicará a cultivá-la por arte e proveito.

Alguém poderá argüir que, se se diminuir em Portugal o consumo de gêneros de Inglaterra, também se diminuirá o seu dos nossos vinhos; ao que respondo: que neste caso tornarão as vinhas a ser de pão, como dantes eram, e teremos menos necessidade de que as tercenas, daqui por diante, estejam cheias de grãos de fora, que tira a venda ao da terra; 2º, que a exportação que os ingleses fazem dos nossos vinhos, eles não a fazem pelos nossos belos olhos, nem para fazerem bem aos portugueses e ao seu comércio, senão para fazerem mal ao da França, e por isso eles aumentaram os seus direitos de entrada em metade mais do que pagam os de Portugal, como já disse; 3º, que a nação inglesa até aqui já muito costumada ao vinho que chamam do Porto ... por lhes ter mais conta a respeito do preço ... experimentado que quantos mais vinhos ... nos tiram, mais fazendas nos vendem; 4º ... porque jamais os franceses convirão ... em um tratado do comércio... primeiro intentarão, mandando a

Londres ... para este efeito ... depois da paz de Resvick, e não ... poderão fazer ... as duas nações antagonistas, e principalmente a respeito do comércio nenhuma quis abaixar dos direitos das ... reciprocamente proíbem a entrada das que lhe ... preciso de maneira que estabelecidos em Portugal ... não carecemos senão daqueles que pela sua qualidade ... quaisquer outras razões não é possível introduzir ... necessário entender que as manufaturas nem no princípio se podem fazer logo tão perfeitas como as estrangeiras, que já se aperfeiçoaram, nem vender pelos mesmos preços que as que vêm de fora, em que se não deve reparar, porque a primeira parte é sem dúvida ... os que empreenderem as ditas fábricas, tratarão de as pôr na sua maior perfeição, para lhes dar maior saída; e quanto à segunda, pouco importa que no princípio sejam mais caras, porque é natural que, depois do seu estabelecimento, sejam mais baratas, e sobretudo importa pouco que os particulares comprem mais caro o que se fabrica no reino, quando nele fica o dinheiro, que deve ser sempre o principal objeto ... do Senhor Rei D. João IV, quando Pantaleão de Sá, vindo da sua embaixada de Inglaterra, lhe ofereceu um chapéu, a que lhe chamam ... preguntou quanto lhe custara, e respondendo-lhe que ... o dito senhor lhe replicou: "Guardai o vosso chapéu, que por esse preço posso ter quatro fabricados no meu reino."

Estes são os meus sentimentos sobre o deduzido, que desejarei sejam aceitos na real presença de Vossa Alteza, etc.



MARQUÊS DE POMBAL

Carta ao sobrinho, Governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas

Marquês de Pombal, retrato do séc. XVIII, de autor desconhecido – Museu Histórico Nacional, RJ

MARQUÊS DE POMBAL
Carta ao Sobrinho, Governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas

Pombal

Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, nasceu em 1693 e morreu em 1782.

Descendente de uma família de juízes, sua avó era brasileira.

Ministro do Rei D. José I, de 1750 a 1777, ele muito contribuiu para o aumento do poder monárquico, contra a alta nobreza e os jesuítas. Buscou a industrialização de portugal, cobrando impostos altos sobre os produtos importados. Fundou a Companhia de Vinhos do Douro, com a monopolização do comércio da bebida no país. Incentivou a produção agrícola e a construção naval. Reformou a instrução pública, reorganizou o Exército e lhe foi creditada, enfim, a modernização da sociedade e considerável impulso à economia portuguesa.

Ao governador do Maranhão, seu sobrinho, Joaquim de Melo e Póvoas, enviou carta que dá mostra do brilho de seu estilo e da agudeza de seu espírito.

Justo me pareceu, depois de querer V. Exª estar instruído no seu generalato, sabendo do clima, dos frutos, víveres, da jornada e do preciso cômodo dela para seu transporte, que também se instruísse no gênio do povo e em um breve método de governar, e dirigir suas ações com menos embaraço dos que acontecem a quem primeiro há de praticar para conhecer, e que quando se chega a fazer senhor das cousas, é quando tem involuntariamente errado com ânimo de acertar. O povo que V. Exª vai governar é obediente, fiel a El-Rei, aos seus generais e ministros: com estas circunstâncias, é certo que há de amar a um general prudente, afável, modesto e civil. A justiça e a paz com que V. Exª o governar o farão igualmente benquisto e respeitado porque, com uma e outra causa, se sustenta a saúde pública. Engana-se quem entende que o temor com que se faz obedecer é mais conveniente do que a benignidade com que se faz amar, pois a razão natural ensina que a obediência forçada é violenta, e a voluntária segura.

Nos generais substitui El-Rei o seu alto poder, fazendo duas imagens suas: esta lembrança fará a V. Exª exemplar de predicados virtuosos, para que não vejam os súditos a sombra da cópia desmentir as luzes do original, que é puro e perfeito. Conheçam todos em V. Exª que El-Rei é pio, e que o manda para ser pai e não tirano: porque isto é o mesmo que V. Exª vê praticar pelo seu régio ministro: casos há em que se deve usar de rigor, apesar da própria vontade; assim como vemos pelo professor, ou cauterizar uma chaga, ou cortar um braço para restaurar a saúde de uma vida, da mesma forma quem governa, se não

pode conservar a saúde do corpo misto da República, por causa de um membro podre, justo é cortá-lo para não contaminar a saúde dos mais. Pese V. Exª na balança do entendimento a sua benevolência, que não diminua a autoridade do respeito, nem a justa severidade das leis, obrigado do amor, porque neste equilíbrio está a arte de um feliz governo. A jurisdição que El-Rei confere a V. Exª jamais sirva para vingar as suas paixões; porque é injúria do "poder" usar espada da justiça fora dos casos dela.

Duvido se há quem saiba executar estas virtudes; contudo, seja V. Exª o exemplar, para conseguir a palavra da vitória tão heróica como invencível. Defenda V. Exª o respeito do "lugar" pela autoridade de El-Rei, castigando a quem pretender manchá-la; porém os seus agravos pessoais saiba dissimular, e esquecer-se deles. Os aduladores não se conhecem pelas roupas que vestem, nem pelas palavras que falam; quase todos os que os ouvem são do gênio do rei Acab, que só estimava os profetas que lhe prediziam cousas que o lisonjeavam; e porque Miquéias em certa ocasião lhe disse o que não lhe convinha, logo o apartou de si com ódio. Quase todos os que governam querem que os lisonjeiem, e sempre ouvem com agrado os elogios que se lhes fazem. Desta espécie de homens ou de inimigos em toda a parte se encontram; e V. Exª os achará também no seu governo, aparte-os, pois, de si, como veneno mortal. O Espírito Santo diz que os que governam devem ter os ouvidos cercados de espinhos só para que, quando os aduladores se cheguem a eles, os lastimem, e os façam afugentar. Um crime há em Direito que os jurisconsultos chamam crime *stellionatus*, crime de engano, derivando a sua etimologia daquele animal *stellião*, que não mata com o veneno, e só entorpece a quem vê, introduzindo diversas quantidades e efeitos no ânimo; castigue V. Exª a estes *stelliões* e negue-lhes atenção, para que o deixem obrar livre, e lhe não paralisem os sentidos, nem o ânimo. V. Exª vai para um governo tão moderno que é o 4º general que o continua a criar; imite ao primeiro em tudo aquilo que achar ter sido grato ao povo, e útil ao serviço de El-Rei e República; não altere cousa alguma com força, e nem violência, porque é preciso muito tempo, e muito jeito, para emendar costumes inveterados, ainda que sejam escandalosos. Os mesmos príncipes encontram dificuldades neste empenho; Tibério não conseguiu tirar os jogos ilícitos e públicos, introduzidos por Augusto; Galba pouco tempo reinou por querer emendar as desenvolturas de Nero, e Pertinax pouco menos de um ano empunhou o cetro por intentar reformar as

tropas relaxadas por seu antecessor Cômodo! Contudo, quando a razão o permite e é preciso desterrar abusos, e destruir costumes perniciosos, em benefício de El-Rei, da justiça e do bem comum, seja com muita prudência e moderação; que o modo vence mais do que o poder. Esta doutrina é de Aristóteles, e todos aqueles que a praticaram não se arrependeram.

Em qualquer resolução que V. Exª intentar, observe estas três cousas – prudência para deliberar, destreza para dispor, e perseverança para acabar. Não resolva V. Exª com aceleração as dependências árduas de seu governo para que não lhe aconteça logo emendá-las; menos mal é dilatar-se para acertar com maduro conselho, que deferir com ligeireza para se arrepender com pesar sem remédio. Quando duvidar, informe-se, pergunte, e para não dar a entender o que quer obrar, figure o caso, como questão, às pessoas que o possam saber, para o informarem em termos. Também não quero dizer que por isso se sujeite V. Exª a tudo e a todos; mas sim que ouça e pratique para resolver por si o que entender; porque a V. Exª confiou El-Rei o governo, e não a outro. A família de V. Exª seja a cousa mais importante e escolhida, que consigo leve; pois por ela há de V. Exª ser amado ou aborrecido; e por ela há de ser aplaudido, ou murmurado. São os criados inimigos domésticos, quando são desleais, e companheiros estimados, quando são fiéis; se não são como devem ser, participam para fora o que sabem de dentro e depois passam a dizer dentro o que se não sonha fora; e o mais é que, como são tidos por leais e verdadeiros, acham grata atenção no que contam, prejudicando muitas vezes com mentira a inocência do acusado por vingança dos seus particulares interesses. É muito precisa a boa eleição da família que um general há de levar consigo, principalmente para a América; porque o país influi, em quase todos, o espírito da ambição e relaxação das virtudes, mormente na da caridade, cujo desprezo abre a porta para outros muitos males e vícios.

Por mão dos criados não aceite V. Exª petição nem requerimento, ainda que seja daquele de que V. Exª formou o mais sólido conceito, para que não aconteça que, à sombra da súplica, que vai despida de favor, se introduza a que se acompanha de empenho e de interesse. A mentira veste galas; a verdade, não; esta, por inocente, preza-se de andar

nua; aquela, por maliciosa, procura enfeites, para parecer formosa; e como os olhos se namoram do que vêem, e os ouvidos do que ouvem, em tais casos a confidência que V. Exª fizer do criado, e a informação que ele der do requerimento que apadrinha quando não obrigue que V. Exª pela sua retidão ofenda a pureza da justiça, pode facilmente incliná-lo a favorecer o despacho; mas, para que assim não suceda (que a experiência é a melhor mestra, e o primeiro documento para o acerto) dissera a V. Exª que mandasse fazer uma pequena caixa com abertura para as partes meterem dentro os papéis, posta em alguma casa exterior, cuja chave V. Exª confiará de si, para a mandar abrir, e despachar de noite, para de manhã os entregar às partes, e não receber requerimento algum por mão de pessoa sua, que não seja a própria ou procurador das partes.

Tiradas as horas de seu precioso e natural descanso, dê V. Exª audiência, todos os dias, e a todos e em qualquer ocasião que lhe queiram falar. Das primeiras informações nunca V. Exª se capacite, ainda que estas venham acompanhadas de lágrimas, e a causa justificada com o sangue do próprio queixoso; porque nesta mesma figura podem enganar a V. Exª; e se a natureza deu com previdência dois ouvidos, seja um para ouvir o ausente e o outro o acusador. Atenda V. Exª e escute o aflito que se queixa, lastimado e ofendido; console-o; mas contudo não lhe defira sem plena informação, e esta que seja pelo ministro, ou pessoa muito confidente; para que assim defira V. Exª com madureza e retidão, sem que lhe fique lugar de se arrepender do que tiver obrado; com este método livra-se V. Exª também de muitas queixas vãs e falsas de muitos que sem verdade as fazem, confiados na prontidão com que alguns superiores castigam, levados pela primeira acusação que se lhes faz. Quando assim suceda que a V. Exª enganem, mande castigar o informante, e o queixoso, ainda que tenha mediado tempo; isso tanto para satisfação da justiça e de seu respeito, como para exemplo das que quiserem intentar o mesmo. Não consinta V. Exª violência dos ricos contra os pobres; seja defensor das pessoas miseráveis, porque de ordinário os poderosos são soberbos e pretendem destruir e desestimar os humildes; esta recomendação é das leis divinas e humanas, e sendo V. Exª o fiel executor de ambos, como bom católico, e bom vassalo, fará nisso serviço a Deus e a El-Rei.

Toda a República se compõe de mais pobres e humildes, que de ricos e opulentos; e nestes termos, conheça antes a maior parte do povo a

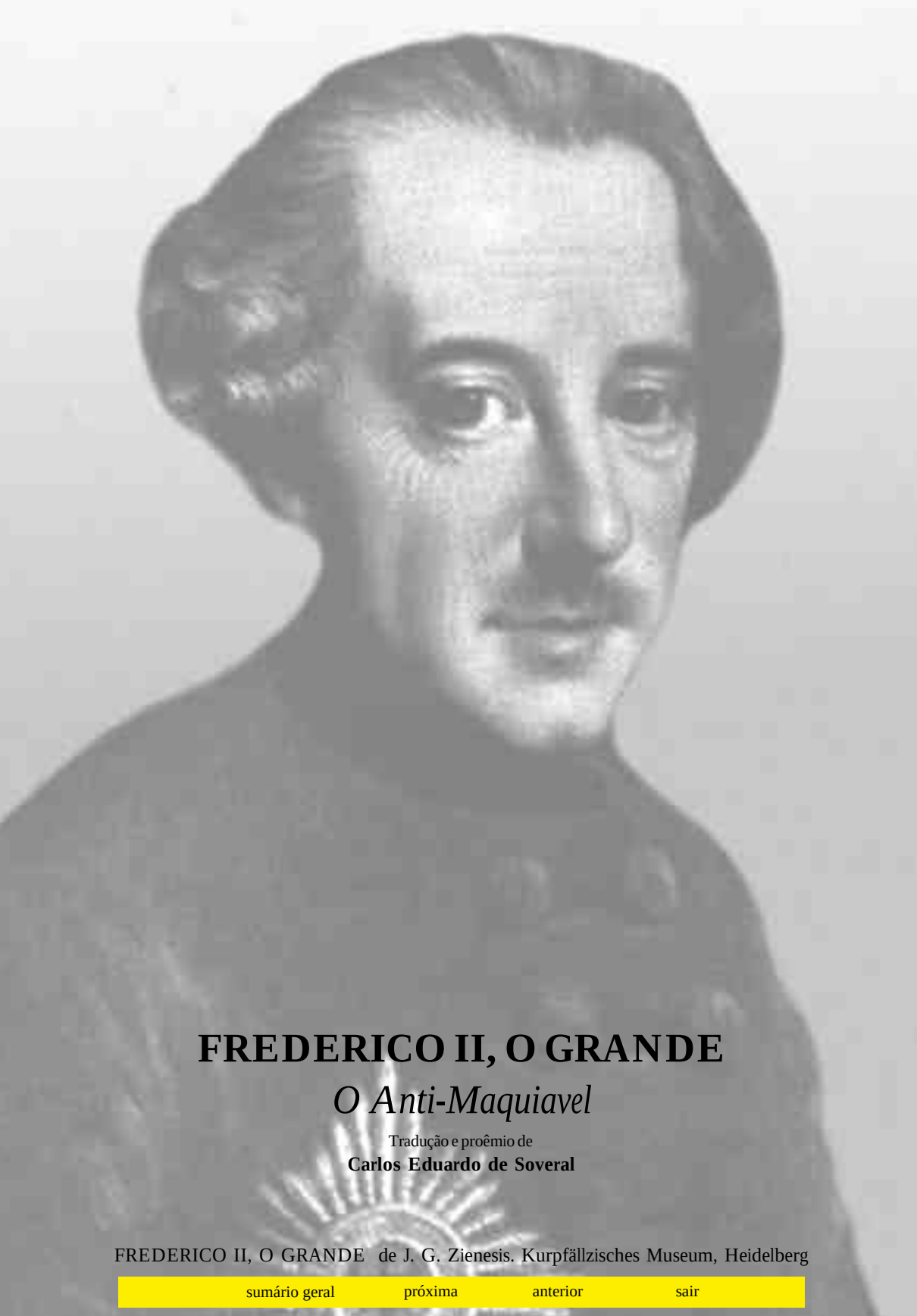
V. Exª por pai, para o aclamarem defensor da piedade, do que a menor – protetor das suas temeridades para se gloriarem de seu rigor. Pouco importará que se estimulem de V. Exª não concorrer para suas violências, porque estes mesmos que agora se queixarem, conhecendo a justiça com que V. Exª procede, logo confessarão a verdade; porque a virtude tem consigo a preeminência de se ver exaltada pelos mesmos que a perseguem e aborrecem. Há muitos casos que merecendo castigo, primeiro há de haver uma prudente admoestação repreensiva, ou pela qualidade da pessoa, ou pela natureza da culpa; esta é a ocasião em que V. Exª há de mandar chamar o culpado, e com ele somente, sem outras testemunhas, repreendê-lo, e encarregar-lhe a emenda, com segredo da correção, com tanto empenho que, se revelar ou abusar do conselho, lhe será preciso castigá-lo pública e asperamente para exemplo dos mais; esta repreensão deve ser cheia de gravidade, e de palavras moderadas; porque estas infundem no réu um certo espírito de pejo para emenda, e respeito para V. Exª a cuja autoridade em muitas ocasiões é mais eficaz a moderação com que se repreende do que a severidade com que se castiga; o concerto de modo nas ocasiões faz uma suave harmonia, e este o mando e a obediência.

Nunca V. Exª trate mal de palavras nem ações a pessoa alguma dos seus súditos, e que lhe fazem requerimento; porque o superior deve mandar castigar, que para isso tem cadeias, ferro e oficiais que lhe obedeçam; mas nunca deve injuriar com palavras e afrontas, porque os homens se são honrados sentem menos o peso dos grilhões e a privação da liberdade que a descompostura de palavras ignominiosas; e se o não são, nenhum fruto se tira em proferir impropérios.

Quem se preocupa de suas paixões, faz-se escravo delas, e descompõe a sua própria autoridade.

Mostre-se V. Exª em todos os momentos, de paixão e de perigo, superior e inalterável; porque com os dois atributos, de prudência e valor, o temerão os seus súditos. Tenha por descrédito, como superior, provar o seu poder na fraqueza dos miseráveis pretendentes. Só três Divindades sei que pintaram os antigos com os olhos vendados, sinal de que não eram cegos mas que eles as faziam e adoravam; há um Pluto, Deus da riqueza; um Cupido, Deus do amor; e uma Astréia, Deusa da

justiça. Negue V. Exª culto a semelhantes Divindades, e nunca consinta que se lhes erijam templos e se lhes consagrem votos pelos oficiais de El-Rei, porque é prejudicial em quem governa riqueza cega, amor cego e justiça cega.



FREDERICO II, O GRANDE

O Anti-Maquiavel

Tradução e proêmio de

Carlos Eduardo de Soveral

FREDERICO II, O GRANDE de J. G. Zienesis. Kurpfällzisches Museum, Heidelberg

Frederico, o Grande

Frederico II nasceu em Berlim, em 24 de janeiro de 1712 e morreu em Potsdam, em 17 de agosto de 1786.

Filho de Frederico Guilherme I, assumiu, com a morte do pai, o trono da Prússia em maio de 1740. Naquele mesmo ano foi publicado seu livro O Anti-Maquiavel.

Tido como o maior governante do século XVIII, patrono das artes, estimulou o povoamento de seu país, desenvolveu sua indústria e o comércio, faz da Prússia uma grande potência européia.

. . . . . .

SUMÁRIO

Proêmio
pág. 661

Introdução
pág. 676

Capítulos I a XXVI
pág. 679

Proêmio

Maquiavel -- o homem e a obra -- está muito longe de fruir de clareza no espírito do público e da crítica que se lhe tem dedicado. Envolto nos prestígios do Renascimento que, para alguns, com plena contradição vocabular, terá sido criação ex nihil; *defendido por devotos que o são da inteligência pela inteligência onde quer que a julguem supinamente desempenhada; impugnado excessivamente pelos que a tudo pretendem considerar através do prisma ético-religioso; exaltado até, qual bandeira política, pai da Pátria e bíblia nacional, pelo Risorgimento italiano do passado século; tendo merecido a atenção de espíritos como Frederico, Napoleão, Lenine, Mussolini, o Conde Sforza, para não sairmos do âmbito da ação política: como seria fácil compreendê-lo, ou assestar nele desafogada intelecção? Relativamente a Maquiavel, que ergueu a obra no terreno das ciências sociais, é impossível para o grande número não estar apenas pró ou contra, um pouco ao sabor dos movimentos da afetividade coletiva. Tratadistas como Villari e Oreste Tommasini roçam, eles também, uma e outra vez, o tom apologético, na inadvertida réplica da valorização italiana à vesga displicência que por toda a Europa têm arvorado aqueles escritores que, assentes embora em sólidos fundamentos religiosos, não o leram ou não o cogitaram para o poderem julgarem pertinentemente. Os estudiosos das idéias têm outrossim a sua cota-parte na incompreensão que cerca Maquiavel quando, com aquela ligeireza docente que o Fausto supremamente estigmatizou, dizem o pensador florentino um original sem herança, e, logo, como se cultura não fosse história, isto é mantida e necessária cadeia de sucessos, o fazem passar por súbito inaugurador da política positiva. É muito difícil ver claro; e é-o, sobretudo, se o exercício da inteligência se sente afligido*

pelo duelo a que, sem um rasgo de generosidade intelectiva, se podem entregar os representantes da religião, da moral, da política, da filosofia, da literatura, de todas as potências, enfim, esquecidos de que os seus pontos de vista são entre si complementares.

*Em nossa opinião, o primeiro dever a cumprir para com Maquiavel é situá-lo culturologicamente: essa a maneira de o libertar de quanto contrarie a sua definição. Foi o que esboçamos, há anos, em, como quase sempre, pouco entendida tese, ao escrevermos "Aproximações e notas para uma definição de Maquiavel", onde a idéia de aproximação (*approche*, investida) revelava aqueles cuidados próprios de correntes hodiernas, nas quais se busca, com novidade, chegar a certo nervo das coisas. Tratava-se de um estudo que tinha por objeto o homem em função da época, ou do estádio de determinado processo histórico, e também o da época em função do homem. Pretendia-se, ao menos como hipótese de trabalho, assentar nas idéias de "processo", "constantes", "linhas de força", etc., tudo o que permitiria a situação e significação relativas, e pois históricas, de Maquiavel. Procurava-se, por outras palavras, entender o que havia de necessário nos ingredientes e sentido geral -- que nunca poderiam aparecer sem causa --, da obra, e do homem que nela forçosamente se reflete. Ainda hoje, tirante um ou outro aspecto que mais vem ampliar que modificar a tese que sustentamos, nos julgamos com direito a crer no resultado das nossas leituras e meditações: esse esforço de culturologia, com pretexto em Maquiavel, levou-nos a retirar a este a capa que quase todos lhe vestem de inventor de temas, para descobrir, particularmente em* O Príncipe, *o gibão da sua originalidade de impassível compendiador de alguns dos mais significativos gestos do realismo, ou do cruísmo político, e de fundador, agora sim, decisivo, de uma ciência política que, formulada teoreticamente na independência da moral, implica uma nova normatividade.*

Uma das coisas que depois do referido trabalho mais nos tem ferido em Maquiavel é o fato da sua difusão pelo Risorgimento, e, portanto, o fato de uma transparência literária que o tornam legível pelo grande público. Queremos significar que brilha no florentino uma expressão demasiado vulgar, corrente, não fiolosófica, e, por isso, fácil, convivente, comunicativa. Se aceitarmos a idéia-chave de que todos os começos são nebulosos, e essa outra de que as agonias inerentes à invenção de um tema não são conaturais à fluência literária, a primeira conclusão está à vista: Maquiavel, não tirou do fundo de si mesmo o que exprime com a flexibilidade de quem a bebeu no leite e o respirou continuadamente na atmosfera comum. -- A linguagem de penetração inicial está mais próxima do tipo filosófico, conquanto não crítico, que do tipo literário: este é fruto de repetido ensaio, ou seja da disseminação, e pois da apropriação de uma temática, por parte da sociedade. -- Se a linguagem não era a dos princípios,

o momento florentino e italiano em que se situava Maquiavel não seria então, por sua vez, o do início de um processo histórico, mas antes, porventura, o do fecho ou o de um passo muito adiantado desse processo. Pela mão da transparência e vulgaridade da expressão verbal, pelo muito de intervenção convivente que encontráramos nessa expressão (que é uma forma assumida pelo espírito coletivo no processo histórico) chegáramos a localizar a fase a que pertence Maquiavel, e também, o que não menos importa, a saber da própria fase.

Tais inferências, posteriores às "Aproximações e notas...", e que partiam do valor que Carducci tacitamente atribuiu à obra de Maquiavel, desde o ponto de vista das imediatitudes e urgências da ação política, incidiam afinal noutra característica que, como figura-termo de um processo histórico, ou figura do estádio-termo desse processo, denota o autor florentino: Maquiavel é um espectador e um cerebral frio.

A atitude do espectador, como traço dominante na compleição individual de quem se entrega à ação política, também não é uma atitude dos começos. Nestes, tudo aparece claramente relacionado, sobra viço e impulso, as circunstâncias requerem por demais intervenção concreta, para que seja adequado ou sequer possível, na vida pública, o lídimo perfil do espectador. No caso que nos ocupa, é necessário que cheguemos ao fim da Idade Média, e que, assim, alguma coisa esteja feita, para que seja azado pensar, antes do que agir, relativamente a ela. A fase em que viveu Maquiavel, e de que é expoente, outrossim, Leonardo de Vinci, não foi, de fato, em Itália, por parte dos italianos, uma fase mormente ativa, mas sim contemplativa: a arte e a ciência primaram infinitamente sobre os cuidados políticos e militares. Há que entender o que acabamos de produzir: queremos dizer que entre refletir estésica ou intelectualmente, e agir com maneira forte no chão do que se passava, é óbvio que os italianos dos séculos XV e XVI abraçaram, sem comparação, a primeira alternativa. E é óbvio, também, que esta preferência vital pelo tipo do espectador sobre o do protagonista a que, quanto possível, todo o mundo se esquivava -- é pensar em Francesco Soderini, governante de Florença --, esta tentativa de fuga ao drama político, que todavia raro perdoa aos que se isolam, é a que se casa com o apagamento dos sentidos morais ante as mais monstruosas ações e horríveis agonias que a vida pode oferecer.

Maquiavel é uma natureza virada para o espetáculo da vida: a qualidade cognoscente sobrepuja nele todas as outras. Como Leonardo, um dos maiores espectadores de sempre, Maquiavel assiste à mais requintada tortura, antes com as faculdades despertas e tranqüilas do que com os nervos exaltados pela simpatia. Há um esgar medonho, na vítima que está ali, a contorcer-se em indizíveis vascas? Sofre o

homem? Perece ele horrorosamente? De lápis em punho, ou com retina prodigiosa, o artista Leonardo fixa o fenômeno raro, teratológico, que só a agonia humana proporciona. Conhecer, eis o que domina. Quando Vitellozzo e Oliverotto são estrangulados, costas com costas, (e Maquiavel, se o não presenciou, imagina-o cruamente), o representante de Florença nem se apieda, nem se compraz: de nenhum medo se deixa afetar: cuida tão-só na intriga política, e na relação que o episódio mantém com a linha dos sucessos. Tudo nele é um frio motivo de cogitação. É como se a vida pudesse obrigar-se estritamente pela inteligência. Não é de admirar: Maquiavel chega a sustentar a idéia, própria de um cerebral, e própria de épocas-termo, de que tudo pode ser publicamente resolvido por un savio dattor della legge. *É uma idéia específica do fim, no qual os humanos vêem a realidade suscetível de ser coagida pelo teorema. Nietzsche indicou isto mesmo com dois aforismos da* Vontade de poder: *"Não se suprimirá a velhice à força de instituições". E: "Um velho chinês pretendia ter ouvido dizer que possuem leis numerosas aqueles impérios cuja ruína é iminente."*

O estádio-termo de um processo é, necessariamente, a introdução a outro processo, desde logo por definhamento dos interesses, ou dos problemas, em que os homens se afervoraram no primeiro deles. O fecho de um caminho coletivo leva consigo a contradição: à dinâmica do passado próximo opõe-se a dinâmica do futuro imediato: a gama de idéias-força, até aí dominante, defronta-se com outras idéias, identicamente dinamizantes. Assim, uma fase de estertor é uma fase-charneira entre ciclo e ciclo, e uma fase, portanto, de afirmações embrionárias, mais ou menos claras. -- Chegamos, com isto, ao momento de nos demorarmos na originalidade de Maquiavel, e de justificar, em parte, a enorme admiração que por ele sentem os que enterraram a alma no campo nada santo da política.

Maquiavel é, de fato, o teorizador de nova normatividade no âmbito das ciências sociais. Antes dele, a história das idéias só conhecia uma declarada normatividade, pertença da moral. O dever, a obrigação, a norma interior eram pauta que se referia a quanto girava estritamente na órbita do bem e do mal. Os escritores que precedem Maquiavel, o próprio Marcílio de Pádua, não separaram de forma tão taxativa as determinantes políticas das determinantes éticas da conduta. Mesmo quando se não confundissem, ética e política davam-se as mãos, e a segunda poderia constituir um capítulo, ainda que bem caracterizado, da primeira. Maquiavel vem romper decididamente tal nexo: para ele, a ação política respeita a um mundo específico, onde há, por isso, que observar finalidades inconfundíveis. O jogo que terá de efetuar o governante só se prende ao desejo de eficiência e ao imperativo do triunfo. Trata-se, para

Maquiavel, do que o político deve observar para atingir o fim particular que se propôs. O escritor não faz cara a qualquer monstruosidade. Monstruosidade, como quem diz consideração desde o ponto de vista ético, é coisa que, em rigor, nem tem sentido, no caixilho do seu pensamento. É impassivelmente, então, que Maquiavel pode pintar o que seja extremamente atentatório do direito e da moral. As Vésperas Sicilianas *são mera insignificância para o seu neutrismo ético. Notar que o ismo que acabamos de escrever tem aqui todo o valor de exclusividade. Com efeito, a Maquiavel quadra aquela sentença de Turgueneff, que Lenine amiúde recordava: "Para diante, através da lama, a todo o vapor." Na política como na política. Claro que lama significa, metaforicamente, circunstância moral, para aqueles que, mesmo na ação partidária, a apreendemos e ponderamos; porque para os detentores de um cariz maquiavélico nem é de atender. Pode escrupulosa consciência verificar que o agitador revolucionário segue atolado em torpezas, que a este, para chegar à outra margem da vida social, tanto lhe dá. O seu patricismo dita-lhe a despreocupação pelos valores da mais funda afetividade. Acerca de tal agitador, temos de dizer, com saborosa locução castelhana, que a pauta da moral* lo tiene completamente sin cuidado. *Qual quilha de aço, a decisão revolucionária terá de sulcar, indiferente, todas as situações.*

Dir-se-á: mas se Maquiavel não inventou o tema e leu no livro da vida, -- se a prática da perfídia lhe era anterior, e, ao que sabemos, especialmente circunstante na Itália do tempo? Exatamente: a perfídia, em política, é de todas as eras; e ao Renascimento em Itália pertence um estado de espírito que, num de seus mais conhecidos apótemas, Cosme de Médicis exprimiu duramente com dizer que não é a desfiar rosários que as repúblicas se governam. O que não pertenc a todos os tempos e aparece em Maquiavel com feição revolucionária é a consagração teorética do costume, é o retrato que a teoria faz da realidade, é o dar à mecânica dos fatos, sem intenção de um princípio ético, o papel reitor e criador da teoria. O novo pensamento aceita no seu seio todas as implicações, toda a concreta relatividade de uma dada situação, dentro da qual, olhos postos no triunfo, terá de atuar o político.

É que julgamos, à luz destas considerações que haveremos de compreender repetição e inovação em Maquiavel, sobretudo na mais lida de suas obras, O Príncipe. -- *É nela que passamos a deter-nos, deixando para outro lugar os* Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio, *a* História de Florença, *e* A arte da guerra, *a algumas das quais viremos, quiçá, a dedicar também largo proêmio.*

Impõe-se conceber O Príncipe *como aquilo que o autor quis que ele constituísse, -- um* tratadetto *para uso do possível unificador da Itália, ou o compêndio do "conhecimento das ações dos grandes homens, adquirido numa longa experiência das coisas modernas e numa continuada leitura das antigas"*[1]*, e verificar, não obstante, o tom inovador, original, o outro ritmo, que o livrinho claramente assume, a partir, sobremaneira, do capítulo VI. Com efeito, de harmonia com a dualidade de repetição e criação na* opera omnia *maquiavélica,* O Príncipe *quase chegar a ser, nos primeiros capítulos, mera acumulação de disjuntivas, para, em todo o resto das suas páginas, nos patentear intenções que se não comportam no mediévico gênero que é a literatura de* proveito *e* exemplo*: é nesta segunda parte que Maquiavel se revela Maquiavel com todas as inerências e conseqüências. Notar, todavia, que, fiel à sua própria originalidade de empirista singular, o florentino nem nesta segunda parte escreve para todas as conjunturas: como iria ele preconizar o que seria adequado, sem conhecer e definir previamente uma dada situação? Maquiavel escreve na moldura das peculiaríssimas circunstâncias da Itália do tempo; escreve, enfim, em função de tudo quanto caracteriza o epimomento* condottiero*, desde o governo às práticas venatórias, passando pelas artes da legislação, da diplomacia e da guerra. Situado no que, em seu entender, importava desempenhar no circunstanciamento italiano da época, diz Maquiavel que há que agir de certo modo: noutras circunstâncias, quando as houvesse realmente em política -- sempre a mais crua das formas com que se mascara a guerra entre os humanos --, o escritor recorreria a outro receituário. A sua grandeza está nisso: em aconselhar o governante a verificar friamente a disposição das pedras no tabuleiro da política concreta, para, a partir de tal verificação, executar, sem o mínimo escrúpulo, movimento consentâneo ao triunfo positivo. A estratégia impõem que se passe agora pelo crime? Não há que lhe fazer cara. A qualidade moral de qualquer ato não interessa aos lances da política, tal como a concebe Maquiavel; gesto virtuoso e gesto criminoso, desde o ponto de vista ético, são, um ou outro, gesto forçoso ou desnecessário, útil ou inútil, no quadro da batalha política que, como general, o governante conduz. Esta tácita assimilação entre o amoralismo da guerra e o amoralismo da política constitui, afinal, originalíssima mensagem do pensador. Quernos parecer que para isso conta de modo decisivo, a não ainda assaz sublinhada vo-*

---

(1) *Há um passo equivalente nos* Discursos...: *"O que exprimi nesta obra é tudo o que sei, tudo o que aprendi numa longa prática e numa contínua leitura das coisas do mundo". Sente-se em Maquiavel o desígnio de se apresentar revestido do crédito da experiência. Do ponto de vista da história das idéias pode o seu realismo ser considerado uma expressão de profunda tendência aristotélica, ainda quando confie demasiado no* nomos.

cação militar de Maquiavel, a quem sempre atraiu o espetáculo bélico, -- uma das mais impressivas formas de estesia. O que se compadece, já como a idéia sustentada por alguns de que é a arte da guerra o tema predileto do escritor (Gautier de Vignal), já com o que inculcamos acerca da vocação contemplativa de Maquiavel, que podemos ora associar às linhas claras da orgânica e dispositivos militares. Sim: no fundo bastante visível --, o amoralismo em política terá para Maquiavel tanta necessidade como o amoralismo nos desencontros cruentos da guerra, sobretudo se o momento político é, todo ele, um momento de guerra. Jamais alguma moral condenou os ataques de flanco de Epaminondas ou a estratégia de extermínio de Aníbal; e a verdade é que se sanciona com morte ignominiosa a espionagem, e se se vê menos ou nenhuma nobreza em certos meios a que se recorre nas fases de beligerância, nem por isso deixam uma e outros de ser considerados indispensáveis: e por que há de a moral pretender curvar a conduta política do indivíduo que vê, de contínuo levantados contra si, o punhal e o veneno, e condenar o que são, enfim, atos de guerra? Esta a pergunta que irromperia em cada página do livrinho, se ela importasse a Maquiavel. Mas não: o autor vai direito aos casos de situações vividas: interesam-lhe tão-somente, como num livro de estratégia militar, o que o governante, ainda para mais metido no que chamaremos o ciclo de ditadura-demagogia, deverá fazer ou evitar nestas e naquelas outras circunstâncias, em função do objetivo que se propõe atingir. Que venham outros debater as relações de ética com política, que ele está situado no terreno dos fatos concretos. Propondo uma adequação positiva, Maquiavel instala-se, com fito patriótico, na conjuntura de uma Itália carecida de quem a restaure e unifique da maneira possível, isto é com mão dura, ainda que prudente, e de quem, com essa mesma mão, expulse o bárbaro que nela se instalou, promovendo todas as cizânias como penhor de soberania. Não diz, portanto, Maquiavel que sempre sejamos pérfidos -- para utilizar palavra sem sentido político; diz que o sejamos quando necessário, não alimentando, é verdade, quaisquer ilusões acerca de que bem poucos são por parte dos humanos, e no quadro do que nos pinta, os rasgos da boa vontade. É o que não podem aprender muitos dos devotos ou dos inimigos do florentino: o gênio maquiavélico não abraçou o amoralismo pelo amoralismo: moral e imoral são coisas alheias à política, tal como a entende o escritor: Maquiavel preconizou, sim, a quanto possível exata adequação. Se pelas necessidades da luta política, e independentemente do grau de valor ético possuído pelo governante -- lembremos o nosso Príncipe Perfeito --, tem ele de fazer o que, julgado a destempo pela moral, não é recomendável, pois que o faça. Como também se, desde o ponto de vista do interesse político, deve ele cumprir o que um imoralista sistemático exprobaria, pois que o cumpra sem a menor hesitação. Se

em política um erro é, muitas vezes, pior do que um crime, acontece, outras tantas, ser um crime pior do que um erro. Seria preferível que a vida fosse uma convivência de anjos -- di-lo, por outras palavras, Maquiavel; mas não é: então, que o político proceda em conformidade. Na guerra como na guerra: na política como na política. A política tem as suas categorias próprias, e dita que se não vacile ante o que seja necessário. Sente-se que Maquiavel não estima César Bórgia, e que o aponta paradigmaticamente não porque fosse capaz de todas as malfeitorias, mas sim por ser aquele cuja conduta mais se coaduna com circunstâncias nas quais se deveria demandar a unificação italiana. Foi o arrivista que, como ninguém, se aproximou da sentença: "Creio que é bem sucedido aquele cuja maneira de proceder se ajusta à natureza do tempo."

Depois de tudo, há, em Maquiavel, uma certa insensibilidade moral? Naturalmente. É também o que, de vários modos, temos vindo a dizer. É a insensibilidade que se verifica no geômetra, no físico, no astrônomo, no biólogo, no médico, no historiador, no artista. A insensibilidade de quem observa os formidáveis conflitos astrais, de quem assiste a horríveis afecções orgânicas e indizíveis estertores, de quem descreve lutas civis inçadas de monstruosidades, batalhas que são verdadeiros açougues, decomposições coletivas que fecham com a derrota dos supremos valores da civilização, de quem plasma temas, formas, atitudes, onde o belo se não compreende nas fronteiras do bem e do mal. Maquiavel aparenta-se com Tácito e Tucídides; e a sua insensibilidade assemelhar-se-á, incluso, mais com a do geômetra ou a do médico – há permanentemente nele alguma coisa de cínico -- do que com a do homem de letras. Não devemos esquecer que é decerto Maquiavel quem dá o primeiro passo de sete léguas para o que Augusto Comte, com impressiva congruência, crismou de Física Social. *Outra vez Maquiavel e Leonardo, ombro a ombro: o "*l'arte e cosa mentale*" define, no segundo, o que constitui a impassível cerebralização da fenomênica política, no primeiro. E cabe registrar que é essa incomovibilidade, com o que tem de oposto a uma rica sensibilidade moral que leva a rir com os que riem e a chorar com os que choram, a co-expressão do seu quê orientalizante que, perpassando n'* O Príncipe, *explica a detida referência que nele se faz ao exemplo turco. A quebra da comunhão coletiva, e pois do espírito público, que nesta cartilha por todos os modos se recomenda (Montesquieu e Maurice Joly), é, de fato, o contrário do que se contém no patrimônio greco-romano que informa a sociedade européia; mas, mais claro ainda, vem o aduzimento da autocracia do Grão-Turco, como paradigma para italianos e europeus, vincar essa oposição. Maquiavel não se altera com os glaciais processos que acodem à*

fantasia quando nos representamos o baço despotismo da Sublime Porta, e que são o bem expressivo, fruto da indiferença inteira pelos direitos da pessoa humana.

Pelo que escrevemos se poderá atinar com que a concepção que, em regra, se tem feito do maquiavelismo não é das mais acertadas, desde que nela se confundem a idéia de adequação às circunstâncias com a de perfídia por sistema. É indiscutível que os responsáveis principais deste equívoco são não menos os maquiavelistas do que os impugnadores do maquiavelismo, que, como inimigos, não guardam correlação com as qualidades do pensamento do escritor florentino. O maquiavelismo, no que toca aos homens de ação que o abraçaram e abraçam, tem sido, quase sempre, a teoria que estimula e consagra o que diremos o vezo, o gosto, a estesia da fraude; a tarefa política, que raro pode ser inocente e cândida, alicia efetivamente alguns pela trama de aleivosias que nela se pode urdir; há gente para tudo, agradada da intriga pela intriga -- mormente se a sua forma de lutar não pode obedecer à maneira forte; é um jogo como qualquer outro, ou terrível e viscoso como nenhum outro. E é, então, o cariz demasiado cru do pensamento de Maquiavel o que atrai certas compleições, mais nascidas decerto para defraudar do que para servir os homens. Por outro lado, não chegando a tê-lo, e supondo-o interpretado pelo tipo de político que acabamos de assinalar (no qual sobressai, portanto, uma tendência lúdica que se exerce à custa dos corpos e das almas) e que nasceu para objeto da criminologia ou a psiquiatria, teve Maquiavel ingênuos adversários que exageraram as ocasiões da moral, nos miúdos, como nos vultuosos lances da política. Ora o ato é que, se identificássemos maquiavelismo com estrita licitação da perfídia, ele não possuiria qualquer originalidade. A necessidade concreta de nem sempre pautar os atos políticos pelos ditames da moral foi aceita por todos os antimaquiavelistas que escreveram sobre política. É considerar a escola espanhola, onde Juan de Mariana, Ribadaneyra, Quevedo e, sobretudo, Gracián e Saavedra Fajardo, o próprio Filipe IV, tradutor de Ricciardini, vêm, depois de Jerónimo Osorio, Amador Arrais, e tantos outros, não só admirar o político Fernando, como admitir com Cícero, na versão de D. Pedro e Fr. João Verba, que: "Acontecem amyude tempos que aquelas cousas que muito parecem pertencentes pera as fazer hun homem justo, e aqueles que dizemos que são bõos, mudansse e fazensse contrairos. Assi como nom pagares o que deves, ou nom teenres o que prometeste a aquele que he sandeu, como quer que estas cousas perteeeçam a verdade e a fe, de as mudar alguas vezes e nom as ter he cousa justa". E ainda: "Por esto nom som de comprir os prometimentos que trazem dano a aquele a que os prometeste, nem se

*de o comprires a ti vem mais dano que vem de proveito a aquele a quem o prometeste." (*Livro dos Ofícios, *cap. 11). Nenhum publicista católico dos nomeados se recusa a aceitar que nem sempre a ação política pode ser inocente e pura. Os virtuosos príncipes da Ínclita Geração, o mesmo apologista que procura defender D. João II contra a acusação de maquiavelismo, todos crêem que a política é luta cruel, onde cabe o engano e o ataque de flanco. Pode não se querer entrar no jogo político, -- isso é outra coisa; mas que o jogo político envolva o que, do ponto de vista moral, merece o nome de trapaça, é fato incontroverso. Se o maquiavelismo fosse apenas a estrita insinuação disto, seria bem pobre doutrina, como já vimos, e bem pouco eficiente receituário, como passamos a ver.*

Se o maquiavelismo não passasse da idéia e realização de mantida e inalterável perfídia seria coisa assaz pueril. Como hodiernamente notou Willem Röpke, em três ou quatro páginas do livro A Comunidade Internacional, *o logro e a má fé são fáceis de rodear quando sistematicamente confessos e professos. Qualquer política que os exerça sem mudança, fará jogo unívoco, além de bronco e, por conseguinte, facilmente suplantável, se é que chegue a encontrar quem lhe dê importância para com ele preocupadamente cruzar as armas. O maquiavelismo no sentido de fraude como regra não passa de estupidez a um tempo que perversidade -- uma perversidade que não alcança a ser enganosa quando justamente aparece com o simplismo e descaro que lhe conferem a companhia da estupidez. Neste aspecto, será, antes, verdadeiramente, de temer, todo o que, mantendo arvorada a bandeira da moral, e proclamando, de contínuo, que em quaisquer ocasiões se lhe deve homenagem, obedeça uma e outra vez ao mais estrito interesse pragmático, e cometa o que serão, assim, inesperados malfeitorias -- as quais, em verdade, sempre tratará de embiocar com altos pretextos. O político que se cubra com a moral e que proceda com a desfaçatez que a política exige é que é contendor deveras perigoso. Enquanto aquele que diz aceitar o maquiavelismo no sentido a que nos ferimos descobre ingenuamente a magra técnica com que procede, aquele outro que se dissimula com a pele do anho, timidamente sujeito às normas morais, e de recear como nenhum. E é óbvio que o aleive, com um* quid *de profundo satanismo, está infinitamente mais da banda de quem, afirmando excessivamente a moral, continuamente a rompe nas asperezas da política, do que do lado de quem, assentando na má disposição dos homens, e dizendo a política uma implacável mecânica de interesses, aceita a doutrina de que importa agir de maneira cruamente adaptada às circunstâncias.*

Do que deixamos escrito, ao menos, se apercebeu Frederico da Prússia, quando no seu Anti-Maquiavel, *que em rigor apenas se deveria chamar* Anti-Príncipe, *escreve: "A velhacaria é, incluso, um erro, como estilo político, se a levamos de-*

masiado longe. Cito a autoridade de um grande político, o Cardeal Mazarino, que dizia de D. Luís de Haro que possuía este um enorme defeito: o ser pérfido sem mudança". (Cap. XVIII).

Mais maquiavélico na acepção vulgar do que Maquiavel, sempre Frederico fez o que o interesse da Prússia lhe ditava, apesar de preocupações de ordem moral que o levam a pretender explicar, nos anos de senectude, as felonias praticadas ao longo de um áspero reinado. No fundo, o Grande Rei aceitava que Maquiavel tinha razão ao distinguir tacitamente entre moral pública e moral privada, e agia em conformidade. O livro, escrito na juventude, ao sabor de um filantropismo voltariano que se desentranhou, afinal, nas carnificinas da Revolução, viria a ter o antínomo na fase governativa do Rei. Se não pertencesse a homem tão sagaz e tão frio, quiçá a sombra de Maquiavel alguma vez aparecesse a escarnecer de um Anti-Maquiavel *gerado por quem burlou a Áustria e a França, e espotejou a Polônia. Habitante do país de onde se não volta. Maquiavel pensaria, de preferência, que ao seu formulário havia faltado o tópico de que há de o novo príncipe escrever encarecidamente acerca da virtude e do respeito pelo alheio, antes de invadir por surpresa uma província estrangeira. Claro que nem a invasão da Silésia deveria, desde o ponto de vista prussiano, deixar de se efetuar, nem Frederico II foi rematado patife que redigisse com todo o calor da juventude um livro vivo, com o só fito de encobrir a mão que se estende para o furto. O Grande Rei teve, como o acusam os seus escritos (por exemplo,* História do meu tempo, *cap. II), a noção transparente da inconseqüência em que caíra, desde a teoria para a prática, e da picardia maior que a sua mocidade literata inadvertidamente lhe proporcionara. Não podiam os verdes anos ensinar-lhe que quem governa nem sempre pode ser coerente. Chegado ao estádio do realismo, o Grande Rei, tanto como qualquer outro, aproveitaria de todas as dificuldades alheias para engrandecer o seu Estado.*

Que é o Anti-Maquiavel *um documento de juventude, e que assim tem ele singular interesse como espelho de uma época, provam-no, entre outras, três atitudes, para lhe darmos tal nome, que nas suas páginas assume o autor. Desejamos referir-nos ao declarado anticlericalismo de Frederico, à sua ilusa convicção de que a hora das revoluções e do risco para os príncipes havia definitivamente passado, à índole, enfim, de homem carecido de um sentido nobiliárquico tradicional, que o induz a condenar as práticas venatórias, e a repetir alguns daqueles argumentos que, contra os hábitos da nobreza* Ancien Régime, *hão de ser expressos, em França, por toda a literatura revolucionária. Frederico, apesar da sua vocação militar, não apreende sequer as relações estreitas que existem entre a guerra e a cinegética, e que, desde a primeira, conferem à segunda uma enorme importância. Nisto, um* junker *não* ilus-

trado *teria de ver melhor e mais congruentemente, do que o filho do Rei Sargento, abeberado na* Enciclopédia.

Espelho da época, com aquela lisa superfície que pertence à alma juvenil, é o livro de Frederico aparentemente terrível no seu anticlericalismo. Nós próprios hesitamos, por razões confessionais, diante de tão descabelado ataque à hierarquia eclesiástica e a um suposto espírito jesuítico. E não fora o critério historiográfico e informativo em que nos situamos; não fora a fidelidade à regra da versão integral, que constitui um dos principais cuidados da coleção "Filosofia e Ensaio": e, à semelhança do que ocorre com algumas edições recentes, designadamente do Cardeal de Retz, teríamos proposto, por desnecessário, a elisão, neste volume, de todo o cap. XI, Ficou; e ficou pelas razões indicadas, que mais desdobradamente se podem consignar com dizer que para compreender Frederico importa compreender o seu tempo, no qual o anticlericalismo, com alguns acertos e muitas inexatidões, é elemento importantíssimo que se casa com o racionalismo, em cultura, a maçonaria, em mecânica de forças sociais, a libertinagem, em convívio e amor, a gestação, enfim, da Revolução, em história global.

O que Frederico impugna é, de resto, uma gama de fatos que definiram a vida pontifícia durante o Renascimento em Itália. Ninguém -- a não ser talvez Oreste Ferrara --, vai negar a mancebia de Alexandre VI, o nepotismo espantoso de Sisto IV, os orgulhos e objetivos demasiado políticos de Júlio II, o indiferente esteticismo de Leão X. Por outro lado, a verdade é que Frederico nem pôde entender que o Renascimento é um momento de extrema intensidade vital, e correlativo desbragamento, a que não escapou a própria Cúria Romana; nem que, passe o que passar, a mensagem evangélica fica de pé, impoluta e maravilhosa, sendo a partir dela que julgamos as monstruosidades cometidas por quaisquer humanos, e mormente pelos ministros da Fé. Como escreveu Gilson no livro admirável Para uma ordem católica, *somos nós os católicos quem, pelo íntimo conhecimento e vivência da doutrina, pode medir com todo o rigor os piores crimes contra a carne e contra o espírito. Somos nós os que sabemos disso, e, portanto, os que, desde dentro, deveras podemos dolorosamente avaliar o pecado, e o pecado do ministro ou do santo. Só a nossa sensibilidade percebe enxofre no ar, como disse Maritain, ou Peter Wust, quando o santo ou o ministro se despenham.*

O terceiro dos pontos que salientamos é a convicção em que está o rei prussiano de que chegou a era da harmonia terreal, e de que os príncipes passarão a não ter de temer pela sua majestade e pela sua pessoa. É uma idéia esta do lúcido, embora

jovem, Frederico, que nos vem antolhar a relação cegueira-infortúnio ou idílio-drama em que respectiva e sucessivamente se traduzem estádio de pacifismo e estádio da mais desatada beligerância interna e externa. Pondo de parte o fato de que Frederico saberá como autor e como ator o que é o dolorosíssimo nascimento de uma nova potência, diremos que ele escreve no tempo de Luís XV: é o ádito da Revolução, das campanhas e invasões francesas, da aluição de todos os alicerces tradicionais, dos estremecimentos mais íntimos dos povos e das monarquias. Que caracteres definem o clima social para que mesmo homens como Frederico se iludam a ponto de não sentirem que a decapitação de Carlos I Stuart foi tão-só, necessariamente, o prólogo? Será tal miopia fenômeno resultante de uma educação que por muito se ter distanciado da sinceridade, nem deixa ver, nem quer ver, obstinando-se em considerar a natureza disciplinada ou submetida ad semper*? Será que o homem, mesmo o político, carece de que as coisas se lhe não apresentem descarnadamente, por apego ao engano, ou por um constante desamor da realidade? A mentira vital de que nos fala Ibsen é, de fato, como cremos, indispensável até para as minorias? Alguma vez se nos deparará o ensejo da resposta. O que já podemos dizer é que de novo encontramos que o que é coletivamente amável, filantrópico, disciplinado, cometido, frio, e, afinal, artificioso e egoísta, arredio das pujanças naturais, antecede as crises mais desaforadas. A vida nem é comportável num cânon ou num teorema, nem dá quartel a evasivas demasiado generalizadas. Interessa ter a definição da aristocracia francesa de setecentos, naqueles livros d'*As origens da França contemporânea*, que Taine consagrou ao Antigo Regime.*

*O que está neste volume é uma versão literal e direta do texto italiano d'*O Príncipe *e do francês d'*O Anti-Maquiavel*. E versão literal significa para nós não só mantido ajustamento à linha e ao espírito do discurso, como também respeito do vocabulário, do tipo de pontuação, das pequenas voltas mentais, etc., que hão de caracterizar, em relação à modernidade portuguesa, um texto italiano do século XVI, ou um outro, francês, do séc. XVIII. Para a tradução de Maquiavel obedecemos ao cuidado de procurar na nossa língua aqueles giros e locuções que, representando porventura a matriz italiana, com ela mais se casam. Utilizando idioma tão rico, plástico e aberto como o nosso, onde todas as importações estão organicamente assimiladas, não nos parece que outra coisa se deva fazer que não seja tirar dele todas as adaptações possíveis a um original estrangeiro. Com uma linguagem direta e familiar, onde transparece o tom curial, Maquiavel proporciona deveras que o vistamos de português. Depois, a sermos vincadamente modernos e fáceis, preferimos ser escrupulosamente literais, seguindo o critério de coleções, como a da sociedade Guillaume*

Budé, que a uma beleza aparente preferem a beleza essencial da tradução rigorosa. Não podíamos, assim, deixar de nos cingir ao texto italiano, que raro é respeitado nas mais divulgadas versões que dele correm. O tomo da livraria Garnier, p. ex., é infidelíssimo no que toca a Maquiavel. *Devemos referir-nos, por fim, a que, quase sempre, por razões óbvias, traduzimos Chiesa por Santa Sé ou Cúria Romana, e* virtù *por valor. Esta última tradução está explicada em nota, numa das primeiras páginas d'*O Príncipe.

O original de Frederico, que damos, quanto possível, integral, sem cuidar das alterações, cortes e aditamentos de Voltaire, não nos ofereceu dificuldades notórias, se descontarmos algum termo técnico da arte militar do tempo: trata-se de um francês ao gosto setecencista, escrito por um príncipe da Prússia, e que por ambas as razões possui talvez a feição mais internacional que pode ter o idioma gaulês, já de si tão didático e acessível. Com sua qualidade estrangeira, o texto de Frederico tem forçosamente aqui e ali em uma menor casticidade, o que o torna mais próximo das demais línguas românticas.

Salamanca, 12 de maio de 1955.

Carlos Eduardo de Soveral

P.S. -- Além das obras monumentais de Pascuale Villari e Oreste Tommasini sobre Maquiavel, poderá o leitor consultar o livro de Gautier de Vignal, Machiavel, *Payot, Paris, 1929, rico e bem-feito, com vasta bibliografia, o de Cesar Silió Cortés,* Maquiavelo y su tiempo, *Espasa-Calpe. S.A. Madri, 1942, que é estudo ligeiro, mas claro, e abundante de direções, e o de Paul Deltuf,* Essai sur les oeuvres et la doctrine de Machiavel... *C. Reinwald, Libraire Éditeur. Paris. 1867, que não perdeu o seu valor, por ser dos mais acabados estudos sobre Maquiavel, e incluir uma muito boa tradução integral d'*O Príncipe. *Interessa ver nos* Studi sul Renascimento *de Giovanni Gentile o capítulo dedicado ao florentino. Em língua portuguesa só citaremos o* Maquiavel e Anti-Maquiavel *de Virgílio Taborda, que possui vincado caráter proemial. Há monografias em excesso, literárias, como a de Valerio Marcu,* Maquiavelo – La escuela del poder. *Trad. espanhola. Espasa-Calpe. Buenos Aires. 1945, e a de Oskar von Wergheimer,* Maquiavel. *Trad, portuguesa, Ed. da Livraria do Globo. Porto Alegre, 1942, que podem ser lidas por oferecerem um Maquiavel "ambientado". Os acertos de Macaulay,* Ensaios históricos. *Trad. portuguesa, Companhia Editora Nacional. S. Paulo, 1940, torna-no também aconselhável. -- Na coleção Liberté de*

I'Esprit, dirigida per Raymond Aron, e publicada pela Liv. Calman-Lévy, há uma edição (1948) do livro de Maurice Joly, Dialogue aux enfers entre Machiavel et Montesquieu *que exprime um profundo conhecimento da política maquiavélica. Foi este o livro que deu a inspiração e muitas páginas para os famosos e apócrifos* Protocolos dos sábios de Sião.

C.E.S.

Introdução

Constitui O Príncipe *de Maquiavel, em matéria de moral, aquilo que constitui a obra de Bento Espinosa em matéria de fé: Espinosa sapou os fundamentos da fé, não se propondo nada menos do que destruir toda a religião; Maquiavel corrompeu a política, e teve em mira destruir os preceitos da sã moral. Os erros do primeiro mais não eram que erros de especulação; os do outro respeitavam à prática. Aconteceu, contudo, que os teólogos tocaram a rebate e deram o alarme contra Espinosa, que recebeu a obra deste uma refutação em forma, e que se demonstrou a Divindade contra os ataques de tal ímpio, enquanto Maquiavel apenas foi investido por alguns moralistas, e se sustentou, apesar deles, e apesar da sua perniciosa moral, na cátedra da política, até aos nossos dias.*

Ouso tomar a defesa da humanidade contra um monstro que pretende destruí-la; e aventurei as minhas reflexões sobre essa obra, a seguir a cada capítulo, a fim de que o antídoto logo se encontrasse junto do veneno.

Sempre considerei O Príncipe *de Maquiavel uma das obras mais perigosas entre as que se espalharam pelo mundo: trata-se de um livro que deve naturalmente cair nas mãos dos príncipes e daqueles que sentem gosto pela política; e como é muito fácil que um jovem ambicioso, cujo coração e cujo senso não estão assaz formados para distinguir o bom do mau, seja corrompido por máximas que lisonjeiam as suas impetuosas paixões, deve-se considerar todo o livro que pode contribuir para isso como absolutamente pernicioso e contrário ao bem dos homens.*

Se é mau seduzir a inocência de um particular, o qual não influi senão ligeiramente sobre as coisas do mundo, é-o muito mais perverter príncipes que devem gover-

nar os povos, administrar a justiça e dar dela exemplo aos súditos, constituir por sua bondade, por sua magnanimidade e misericórdia, a imagem viva da Divindade, e que devem ser reis menos pela grandeza e pelo poder do que pelas qualidades e virtudes pessoais.

As inundações dos rios que devastam as regiões, o fogo do trovão que reduz a cinzas as cidades, o veneno mortal e contagioso da peste que desola províncias inteiras não são tão funestos para o mundo como a errada moral e as paixões desenfreadas dos reis; porquanto, assim como quando têm eles vontade de fazer o bem, possuem o poder para tanto, também, quando desejam a mal, não depende senão deles executá-lo. E que situação deplorável a dos povos, quando tudo devem temer do abuso do poder soberano, quando os seus bens estão à mercê da avareza do príncipe, a sua liberdade sujeita aos caprichos deste, o seu repouso à sua ambição, a sua segurança à sua perfídia, e a sua vida às suas crueldades! Eis aí o quadro de um império onde reinasse um monstro político tal como Maquiavel pretende formá-lo.

Mas mesmo quando o veneno do autor se não insinuasse até ao trono, sustento que um só discípulo de Maquiavel e de César Bórgia bastaria para fazer aborrecer um livro tão abominável. Houve pessoas com a impressão de que Maquiavel antes escrevia acerca do que os príncipes fazem do que acerca do que eles devem fazer. Este pensamento agradou, pela razão de que possuía alguma aparência de verdade; contentaram-se alguns com uma falsidade brilhante, e insistiu-se nela, já que houvera sido produzida uma vez.

Que me seja permitido sustentar a causa dos príncipes, contra quantos desejam caluniá-los, e que salve eu da mais horrível das acusações aqueles cujo único emprego deve ser o de trabalhar para a felicidade dos homens.

Aqueles que pronunciaram tal sentença contra os príncipes foram, sem dúvida, seduzidos pelos exemplos de alguns maus príncipes, citados por Maquiavel, pela história dos pequenos príncipes de Itália, seus contemporâneos, e pela vida de certos tiranos que praticaram esses perigosos preceitos de política. Respondo a isso que em todos os países há gente honesta e desonesta, tal como em todas as famílias se encontram pessoas bem-feitas, e corcovados, cegos, ou coxos; que, assim, sempre houve e haverá monstros entre os príncipes, indignos de receber este nome sagrado. Poderia, ainda, agregar que, como a sedução do trono é muito poderosa, se torna indispensável, para lhe resistir, uma virtude acima do comum, e que, assim, não é nada surpreendente que se encontrem bons príncipes em número tão diminuto. No entanto, aqueles que julgam tão ligeiramente devem lembrar-se de que, entre os Calígulas e os Tibérios, se

contam os Titos, os Trajanos e os Antoninos; assim, há uma gritante injustiça, nisto de atribuir a toda uma ordem o que convém tão-só a alguns dos seus membros.

Não se deveria conservar na História senão os nomes dos bons príncipes, e deixar morrer os dos outros, com sua indolência ou suas injustiças. Os livros de história ver-se-iam em verdade mui diminuídos, mas a humanidade aproveitaria com isso, e a honra de perdurar na memória seria a recompensa da virtude. O livro de Maquiavel não infectaria mais as escolas de política, aprender-se-ia a desprezar a contradição na qual sempre se encontra consigo mesmo, e ver-se-ia que a verdadeira política dos reis, fundada unicamente sobre a justiça e a bondade, é bem diferente do sistema desconexo, pleno de horrores e de traições, que Maquiavel teve a imprudência de apresentar ao público.

Capítulo I

Quando se quer raciocinar acertadamente no mundo, impõe-se começar por aprofundar a natureza do assunto que se pretende versar, impõe-se subir até à origem das coisas para lhes conhecer, tanto quanto possível, os primeiros princípios; é fácil então deduzir deles quaisquer progressos e todas as conseqüências que podem seguir-se. Em vez de marcar a diferença entre os Estados que têm soberanos, Maquiavel teria, ao que me parece, feito melhor, com examinar a origem dos príncipes, de onde procede o poder que possuem, e com discutir as razões que puderam levar os homens livres a atribuir-se senhores.

Quiçá não fosse conveniente, num livro onde se propunha dogmatizar o crime e a tirania, fazer menção do que deveria destruí-la para sempre; seria despropositado em Maquiavel dizer-se que os povos, tendo julgado necessário, para seu repouso e conservação, ter juízes que regulassem os seus diferendos, protetores que os mantivessem, contra os inimigos, na posse dos seus bens, soberanos que reunissem todos os diversos interesses num só interesse comum, houvessem escolhido, entre esses, aqueles que tivessem julgado os mais sábios, os mais eqüitativos, os mais desinteressados, os mais humanos, os mais valorosos, para os governar e para tomar sobre si o fardo penoso de todos os problemas.

É então a justiça, ter-se-ia dito, que deve constituir o principal objeto de um soberano; é então o bem dos povos por ele governados que

ele deve preferir a qualquer outro interesse; é então a sua ventura e a sua felicidade que deve tratar de aumentar, ou de procurar, se eles a não possuem. Que vêm então a ser essas idéias de interesse, de grandeza, de ambição, de despotismo? Verifica-se que o soberano, bem longe de ser o senhor absoluto dos povos que estão sob o seu domínio, não é senão o seu primeiro servidor, e que deve ser o instrumento da sua felicidade, tal como os povos o são da glória do soberano. Maquiavel sentia deveras que um pormenor semelhante o teria coberto de vergonha, e que essa indagação apenas teria engrossado o número das lamentáveis contradições que estão na sua política.

As máximas de Maquiavel são tão contrárias à boa moral como o sistema de Descartes o é ao de Newton. O interesse tudo faz em Maquiavel, tal como os turbilhões tudo fazem em Descartes. A moral do político é tão depravada como são frívolas as idéias do filósofo. Nada pode igualar a impudência com que esse político abominável ensina os crimes mais espantosos. Segundo a sua maneira de pensar, as ações mais injustas e mais atrozes tornam-se legítimas com terem o interesse ou a ambição por finalidade. Os súditos são escravos, cuja vida e morte depende sem restrição da vontade do príncipe, quase como os cordeiros de um redil, cujos leite e lã existem para utilidade do seu senhor, o qual, incluso, os faz degolar, quando o encontra oportuno.

Como me propus refutar pormenorizadamente estes princípios errôneos e perniciosos, reservo-me o falar deles no seu lugar próprio, e à medida que a matéria de cada capítulo me dê ocasião para tanto.

Devo, contudo, dizer, em geral, que o que aduzi acerca da origem dos soberanos torna a ação dos usurpadores mais atroz do que seria se lhe não considerássemos mais do que a violência, pois que contraria inteiramente a intenção dos povos, que se deram soberanos para que os protejam, e que só se submeteram com esta condição; ao passo que, com obedecer ao usurpador, se sacrificam, a eles e a quanto possuem, para saciar a avareza e todos os caprichos de um tirano, amiúde crudelíssimo e sempre detestado. Não há, então, mais do que três maneiras legítimas para se chegar a ser senhor de um país: ou por sucessão, ou por eleição dos povos que detêm o poder de a definir, ou pela conquista de algumas províncias ao inimigo, numa guerra empreendida com justiça.

Suplico ao leitor que não olvide estes reparos feitos ao primeiro capítulo de Maquiavel, pois que constituem como que o eixo em torno do qual girarão todas as minhas reflexões subseqüentes.

Capítulo II

Sentem os homens, por tudo quanto é antigo, um respeito que chega a ser superstição; e quando o direito de herança se soma a este poder que a antigüidade exerce sobre os homens, não há jugo mais forte e que, todavia, se suporte com mais facilidade. Assim, longe de mim contestar a Maquiavel o que toda a gente lhe concederá, ou seja que os reinos hereditários são os mais fáceis de governar.

Aditarei, tão-só, que os príncipes hereditários estão fortalecidos na sua possessão pelo nexo íntimo que existe entre eles e as mais poderosas famílias do Estado, que, na maior parte, devem os bens e grandeza à casa soberana, e cuja fortuna é de tal modo inseparável da do príncipe que não podem deixar cair a esta sem ver que é a sua própria queda certa e necessária.

Em nossos dias, as tropas numerosas e os exércitos poderosos, que os príncipes sustentam tanto na paz como na guerra, contribuem ainda para a segurança dos estados: limitam a ambição dos príncipes vizinhos; constituem espadas nuas que mantêm as dos outros na bainha.

Mas não é forçoso que o príncipe seja, como diz Maquiavel, *di ordinaria industria*; desejaria eu que pensasse também em fazer feliz o seu povo. Um povo contente não pensará em revoltar-se; um povo feliz sente tanto receio de perder o seu príncipe, que é ao mesmo tempo o seu benfeitor, que este não tem por que temer a diminuição do poderio. Nunca os holandeses se teriam revoltado contra os espanhóis, se a tira-

nia destes não tivesse chegado a excessos tão inauditos que, acontecesse o que acontecesse, não poderiam os holandeses volver-se mais desventurados do que eram.

Mais de uma vez passaram o reino de Nápoles e o reino da Sicília das mãos dos espanhóis para as do Imperador, e das do Imperador para as dos espanhóis; foi sempre fácil a conquista de qualquer deles, dado que qualquer das dominações era muito rigorosa, e que os povos esperavam continuamente encontrar os libertadores nos seus novos senhores.

Que diferença vai dos napolitanos aos lorenos! Quando estes foram obrigados a mudar de domínio, toda a Lorena se entregou ao pranto; temiam os lorenos perder os descendentes dos duques, que, durante tantos séculos, estiveram na posse desse florescente país, e entre os quais se contam alguns tão veneráveis pela sua bondade que mereciam constituir exemplo de reis. A memória do Duque Leopoldo era ainda tão cara aos lorenos que, quando a sua viúva foi obrigada a deixar Lunéville, todo o povo se pôs de joelhos diante da carruagem, e ocorreu que foram os cavalos detidos, várias vezes; só se ouvia gritos, e só se via lágrimas.

Capítulo III

Era o século XV como que a infância das artes; fê-las Lourenço de Médicis renascer em Itália pela proteção que lhes dispensou; mas tais artes e tais ciências eram ainda débeis no tempo de Maquiavel, e como que convalesciam de longa enfermidade; a filosofia e o espírito geométrico tinham feito poucos ou nenhum progresso, e não se raciocinava tão conseqüentemente como em nossos dias. Eram os sábios, incluso, seduzidos pelas brilhantes aparências e por tudo o que cintilava. Preferia-se a funesta glória dos conquistadores, e as ações grandiosas e impressivas que impõem um certo respeito pela sua magnitude, à doçura, à eqüidade, à clemência e a todas as virtudes; no presente, prefere-se a humanidade a todas as qualidades de um conquistador, e não se tem já a demência de encorajar com louvores quaisquer paixões furiosas e cruéis que causam no mundo as mais profundas alterações, e fazem perecer um número incontável de homens; tudo se submete à justiça, e são aborrecidos o valor e capacidade militar dos conquistadores, todas as vezes que são perniciosos ao gênero humano.

Podia então Maquiavel dizer, no seu tempo, que é natural no homem o desejo de fazer conquistas, e que um conquistador não pode deixar de adquirir glória: respondemo-lhe, hoje, que é natural no homem o desejo de conservar os seus bens, e, ainda, o de os engrandecer pelas vias legítimas, mas que a inveja não é natural senão nas almas assaz mal nascidas, e que o desejo de se engrandecer com os despojos de outrem

não surgirá tão facilmente no espírito de um homem honesto, nem no daqueles que aspiram a ser estimados na sociedade.

Não pode a política de Maquiavel ser aplicada a mais de um homem, com prejuízo para todo o gênero humano; porquanto, que confusão existiria no mundo se muitos ambiciosos pretendessem erigir-se em conquistadores, quisessem mutuamente apoderar-se dos respectivos bens, se, cúpidos de quanto não possuem, apenas pensassem em tudo invadir, em tudo destruir, e em despojar cada um daquilo que é seu! No fim, não se viria mais do que um senhor no mundo o qual teria recolhido a sucessão de todos os outros, e que a conservaria enquanto a ambição de um novo adventício lho permitisse.

Pergunto o que pode levar um homem a engrandecer-se, e em virtude de que poderá ele formar o desígnio de elevar o seu poderio por sobre a miséria e a destruição dos outros homens, e como poderá ele admitir que se tornará ilustre com não fazer mais do que infelizes. As novas conquistas de um soberano não volvem mais opulentos ou mais ricos os estados que já possuía, os seus povos nada aproveitam com isso, e ele próprio se ludibria ao imaginar que por esse meio se tornará mais feliz. A sua ambição não se limitará a esta única conquista, será insaciável, e, por conseguinte, sempre estará ele pouco satisfeito consigo próprio. Quantos príncipes excelentes fazem aos seus generais conquistar províncias que jamais verão! Trata-se, então, de conquistas imaginárias, e que possuem pouca realidade para os príncipes que as determinaram; o que consiste em fazer muita gente infeliz, com o fim de contentar a fantasias de um só homem que, em muitos casos, não merecia sequer ser conhecido do universo.

Mas vamos admitir que este conquistador submetesse toda a humanidade ao seu domínio. Uma vez submetido todo mundo, poderia ele governá-lo? Por grande príncipe que fosse, não seria mais do que um ser mui limitado, um átomo, um indivíduo miserável que quase se não veria arrastar sobre o Planeta. Mal se poderia reter o nome das suas províncias, e a sua grandeza não serviria senão para pôr em evidência a sua verdadeira pequenez.

Desde logo, não é em nada a extensão do país que o príncipe governa que o cerca de glória, não serão algumas léguas mais de território

que o tornarão ilustre, pois que a ser assim, os que possuem mais jeiras de terra deveriam ser os mais estimados.

A valia de um conquistador, a sua capacidade, a sua experiência, e a arte de conduzir os espíritos são qualidades que se admirará nele destacadamente; mas não será nunca senão um ambicioso e um homem muito nocivo, se se servir de tudo isso injustamente. Não pode obter glória senão enquanto emprega os seus talentos para sustentar a eqüidade, e quando se torna conquistador por necessidade e não por temperamento. Passa-se com os heróis o que ocorre com os cirurgiões, que são apreciados quando, pelas suas bárbaras operações, salvam os homens de um perigo atual, mas que são detestados se, por um execrável abuso do seu ofício, realizam operações sem necessidade, e tão-somente para fazer admirar a habilidade própria.

Não devem nunca os homens pensar no seu exclusivo interesse. Se toda a gente pensasse dessa forma, não haveria sociedade; porquanto, em lugar de trocar vantagens particulares pelo bem comum, se sacrificaria o bem comum às vantagens particulares. Por que não contribuir para esta encantadora harmonia que faz a doçura da vida e a ventura da sociedade, e por que não ser grande apenas à força de tornar os outros agradecidos e de os cumular de bens? Sempre nos deveríamos lembrar de não fazer aos outros aquilo que não queremos que nos façam; pois seria este o meio de nos não apoderarmos das riquezas dos outros, e de nos contentarmos com o nosso estado.

O erro de Maquiavel sobre a glória dos conquistadores podia ser geral no seu tempo, mas a sua maldade não o era seguramente; não há nada mais horrível do que certos meios que ele propõe para conservar as conquistas; examinado-os detidamente, verifica-se que não existe um que seja razoável ou justo. "Deve-se, diz esse monstro, fazer desaparecer a extirpe dos príncipes que reinavam antes da conquista." Poder-se-ia dar tais conceitos sem se estremecer de horror e indignação? É calcar aos pés tudo o que existe de santo e de sagrado no mundo; é abater, entre todas as leis, aquela que os homens mais devem respeitar; é abrir ao interesse o caminho de todas as violências e de todos os crimes; é aprovar o homicídio, a traição, o assassínio, e o que de mais detestável existe no universo. Como puderam os magistrados permitir a Maquiavel que publicasse a sua política abominável? E como se pôde suportar na

sociedade esse celerado infame que destrói todo direito de posse e de segurança, o que os homens têm de mais sagrado, as leis de mais augusto, e a humanidade de mais inviolável? Porque um ambicioso se tivesse apossado violentamente dos estados de um príncipe, teria o direito de o fazer assassinar, envenenar! Mas este mesmo conquistador, ao agir assim, introduz no mundo uma prática que apenas pode reverter na sua própria confusão; um outro, mais ambicioso e mais hábil do que ele, puni-lo-á com a pena de talião; invadir-lhe-á os estados, e fá-lo-á perecer com a mesma injustiça com que fez perecer o seu predecessor. Que desbordamento de crimes, que crueldades, que barbarismos desolariam a humanidade! Uma monarquia semelhante seria como um império de lobos, onde um tigre qual Maquiavel merecia ser o legislador. Se não houvesse no mundo mais do que o crime, seria destruído o gênero humano; não há possibilidade de segurança para os homens sem a virtude.

"Deve um príncipe estabelecer a residência nas suas novas conquistas." É a segunda máxima de Maquiavel para fortalecer o conquistador nos seus novos estados. Isto não é cruel, e parece mesmo bastante bom sob alguns aspectos; mas dever-se-á considerar que, na maior parte, estão os estados dos grandes príncipes situados de maneira tal que lhes não é muito possível abandonar o centro sem que todo o estado se ressinta; constituem eles o primeiro princípio de atividade nesse corpo; assim não podem deixar o centro sem que enlanguesçam as extremidades.

A terceira máxima do político é: "Que se impõe enviar colônias para as estabelecer nas novas conquistas, as quais servirão para assegurar a fidelidade destas". Apóia-se o autor na prática dos romanos, e crê triunfar quando encontra algures, na História, exemplos de injustiça, semelhantes aos que ensina. Esta prática dos romanos era tão injusta como antiga. Com que direito podiam eles expulsar de suas casas, de suas terras e seus bens aqueles que a justo título os possuíam! A razão de Maquiavel é que tudo isso se pode fazer com impunidade, dado que aqueles que sofrem o despojo são pobres e incapazes de se vingar. Que raciocínio! Vós sois poderoso, os que vos obedecem são fracos; portanto, podeis oprimi-los sem temor. Apenas o medo, segundo Maquiavel, pode afastar os homens do crime. Mas qual é então o direito pelo qual pode um homem arrogar-se um tão absoluto poder sobre os

seus semelhantes, a ponto de dispor da sua vida de seus bens, e de os tornar miseráveis quando bem lhe pareça? Decerto que o direito de conquista vai até aí. Ter-se-ão constituído as sociedades para servir de vítimas ao furor de um interesseiro ou ambicioso infame? E não será este mundo feito para mais do que para saciar a loucura e a raiva de um tirano desnaturado? Não penso que algum homem razoável sustente jamais uma causa semelhante, a menos que uma imoderada ambição o cegue, e obscureça nele as luzes do bom sendo e da humanidade.

É assaz falso que possa um príncipe fazer o mal impunemente, porquanto, mesmo quando os seus súditos o não punissem logo, mesmo quando os raios celestes o não fulminassem no momento oportuno, nem por isso seria a sua reputação menos despedaçada pelo público, o seu nome menos citado entre os que horrorizam a humanidade, e a abominação sentida pelos seus súditos não deixaria de puni-lo. Aquelas máximas de política: não fazer o mal por metade, exterminar totalmente um povo, ou pelo menos reduzi-lo, depois de o ter maltratado, à dura sujeição de jamais poder ser-vos temível, abafar até as menores chispas da liberdade, estender o despotismo até aos bens, e a violência até à vida dos soberanos! não, não pode haver nada de mais atroz! São estas máximas tão indignas de um ser razoável como dum homem amigo da probidade. Como me proponho refutar este artigo, ao longo sobretudo do capítulo quinto, para aí remeto o leitor.

Examinemos agora se essas colônias para o estabelecimento das quais faz Maquiavel cometer tantas injustiças ao seu príncipe, se essas colônias são tão úteis como o diz o autor. Ou se envia ao país recentemente conquistado colônias poderosas, ou se envia colônias débeis. Se essas colônias são fortes, despovoa o príncipe consideravelmente o estado e expulsa uma larga quantidade dos seus novos súditos dos territórios conquistados, o que lhe enfraquece as forças, dado que o maior poder de um príncipe consiste no grande número de homens que lhe obedecem. Se as colônias enviadas ao país conquistado são fracas, garantirão mal a segurança do príncipe nos novos territórios, pois que esse pequeno contingente de homens não pode comparar-se ao dos habitantes. Assim, terá o príncipe tornado infelizes aqueles que expulsa de seus bens, sem disso aproveitar.

Faz-se então muito melhor em enviar tropas aos países que se acaba de submeter, as quais, mediante a disciplina e a boa ordem, não poderão oprimir os povos, nem estar a cargo das cidades onde são postas de guarnição. Devo dizer, contudo, para não trair a verdade, que no tempo de Maquiavel eram as tropas mui diversas do que são no presente; os soberanos não sustentavam grandes exércitos; essas tropas não eram, na sua maior parte, mais do que uma amálgama de bandidos que, de ordinário, viviam de violências e rapinas; não se conhecia então o que fossem casernas e mil regulamentos que em tempo de paz põem um freio à licença e ao desregramento do soldado.

Nestes casos desagradáveis, os meios mais suaves, a meu ver, sempre parecem os melhores.

"Deve um príncipe atrair a si e proteger os pequenos príncipes seus vizinhos, com semear entre eles a dissenção, a fim de elevar ou abaixar aqueles que muito bem deseja". Trata-se da quarta máxima de Maquiavel, e trata-se da política de um homem que acreditaria em que o universo apenas tivesse sido criado para ele. A velhacaria e a celeradez de Maquiavel estão derramadas por esta obra como o odor empestado de um monturo, o qual se comunica ao ambiente. Um homem probo seria o mediador desses pequenos príncipes, solucionaria os seus diferendos de maneira amigável, e ganharia a sua confiança pela probidade, e pelas provas já de uma imparcialidade inteira ante os desacordos, já de um desinteresse perfeito. O seu poderio torná-lo-ia como que o pai dos seus vizinhos, em lugar de ser o opressor, e a sua grandeza protegê-los-ia, em lugar de os arruinar.

É verdade, aliás, que príncipes que quiseram elevar a outros se destruíram a si próprios; o nosso século fornece dois exemplos disso. É um o de Carlos XII, que elevou Estanislau ao trono da Polônia; o outro é mais recente. Concluo, portanto, que a usurpação nunca será merecedora de glória, que os assassinos serão sempre aborrecidos pelo gênero humano, e que os príncipes que cometem injustiças e violências para com os seus novos súditos alienarão todos os espíritos, em vez de os ganhar. Não é possível justificar o crime, e todos aqueles que queiram fazer a apologia dele raciocinarão tão lamentavelmente como Maquiavel. Merece-se deveras perder a razão e falar como um insensato, quando se tenta fazer um tão abominável uso da arte de raciocinar como seja voltá-la

contra o bem da humanidade. É o mesmo que ferirmo-nos com uma espada que nos foi dada tão-só para que com ela nos defendêssemos.

Repito o que disse no primeiro capítulo: os príncipes nasceram juízes dos povos, e é da justiça que tiram a sua grandeza; não devem então renegar jamais do fundamento do seu poder e da origem da sua instituição.

Capítulo IV

Para bem saber do gênio das nações, não há como compará-las umas com as outras. Maquiavel estabelece neste capítulo um paralelo entre os turcos e os franceses, tão diferentes nos costumes, nos usos e nas opiniões; examina os motivos que fazem a conquista do primeiro desses impérios difícil de efetuar, embora fácil de conservar; identicamente, nota o que pode contribuir para se subjugar a França sem dificuldade, e o que, enchendo-a de contínuas perturbações, ameaçaria, sem trégua, o repouso do conquistador.

O autor não encara as coisas senão de um ponto de vista; apenas se detém na constituição dos governos; parece acreditar que o poderio do império turco e persa estava estritamente fundado sobre a servidão geral das nações, e sobre a elevação exclusiva de um homem que constituía o seu chefe: assenta na idéia de que um despotismo sem restrição, bem estabelecido, é o mais seguro dos meios que se oferece a um príncipe para reinar sem perturbação e para resistir vigorosamente aos seus inimigos.

No tempo de Maquiavel considerava-se em França os grandes e os nobres como pequenos soberanos que partilhassem de algum modo do poder do príncipe, o que dava lugar a divisões, avigorava os partidos, e fomentava freqüentes revoltas. Não sei, contudo, se o Grande Senhor não estará mais exposto a ser destronado do que um rei de França. A diferença que existe entre eles está em que o imperador turco é ordinariamente

estrangulado pelos janízaros, enquanto os reis de França que pereceram de forma violenta foram, em regra, assassinados por fanáticos. Mas Maquiavel, neste capítulo, antes fala de revoluções gerais que de casos particulares; ele adivinhou, em verdade, algumas das molas de uma máquina assaz complicada, mas não falou dela senão como político. Vejamos o que se poderia acrescentar, desde o ponto de vista filosófico.

A diferença dos climas, dos alimentos e da educação dos homens estabelece uma diferença total na sua maneira de viver e de pensar; daí resulta que um selvagem da América proceda de maneira totalmente oposta à de um chinês letrado, que o temperamento de um inglês, Sêneca profundo, mas hipocôndrico, seja por completo diferente da coragem e do orgulho estúpido e ridículo dum espanhol, e que um francês verifique ter tão pouca semelhança com um holandês, como a vivacidade de um símio com a fleuma de uma tartaruga.

Notou-se, em todos os tempos, que o gênio dos povos orientais consiste num espírito de constância para com as práticas e costumes antigos de que nunca esses povos se afastam. A sua religião, diferente da dos europeus, obriga-os, ainda, de alguma maneira, a não favorecer a empresa daqueles que dizem infiéis, em prejuízo dos seus senhores, e de evitar cuidadosamente quanto possa atentar contra a sua religião e transtornar os seus governos. Assim, a sensualidade da sua religião e a ignorância que em parte os apega tão inviolavelmente aos próprios costumes assegura o trono dos seus senhores contra a ambição dos conquistadores, e a sua maneira de pensar, mais do que o seu governo, contribui para a perpetuidade da sua poderosa monarquia.

O gênio da nação francesa, em tudo diverso do dos muçulmanos, é, de todo o modo, ou pelo menos em parte, a causa das freqüentes revoluções desse império: a ligeireza e a inconstância foram em todos os tempos o caráter dessa amável nação; os franceses são inquietos, libertinos e muito inclinados a entediar-se com tudo o que lhes não pareça novo; o seu amor pelas mudanças manifesta-se até nas coisas mais graves.

Parece que os cardeais, odiados e estimados dos franceses, que sucessivamente governaram esse império, aplicaram as máximas de Maquiavel para abater os grandes, e o conhecimento do gênio da nação

para diferir essas procelas freqüentes com que a ligeireza dos súditos ameaçava incessantemente o trono dos soberanos.

A política do cardeal de Richelieu não tinha outro fim que não fosse abater os grandes, para elevar o poder do Rei, e para o fazer servir de base ao despotismo; e de tal modo logrou o que pretendia, que desde esse momento deixou de haver vestígios em França do poderio dos senhores e dos nobres, e dessa força da qual, pretendiam os reis, abusavam os grandes, uma e outra vez.

O Cardeal Mazarino caminhou sobre os trilhos de Richelieu; experimentou muitas oposições, mas venceu, e, além disso, despojou o Parlamento das antigas prerrogativas, de sorte que este corpo respeitável não conserva mais, em nossos dias, que a sombra da antiga autoridade; trata-se de um fantasma, ao qual ainda algumas vezes acontece imaginar-se que poderia deveras constituir um corpo, mas que é ordinariamente obrigado a arrepender-se dos seus erros.

A mesma política que levou estes dois grandes homens ao estabelecimento de um despotismo absoluto em França, lhes ensinou habilidade para divertir a ligeireza e a inconstância da nação, a fim de a tornar menos perigosa; mil ocupações frívolas, a bagatela e o prazer modificaram o gênio dos franceses, de sorte que estes mesmos homens que se haviam revoltado contra César, que haviam chamado os estrangeiros em seu socorro no tempo dos Valois, que se haviam ligado contra Henrique IV, que haviam intrigado em tantas alturas, estes mesmos franceses, digo, apenas se ocuparam, em nossos dias, em seguir a corrente da moda, em mudar muito cuidadosamente de gostos, em desprezar hoje o que admiraram ontem, em pôr a inconstância e a leviandade em tudo o que deles depende, em mudar de amantes, de sítios, de diversões, de sentimentos e de loucura. Isto não é tudo, porquanto poderosos exércitos e um muito grande número de fortalezas asseguram para todo o sempre a posse deste reino aos seus soberanos, e não têm estes nada a temer, no presente, de guerras intestinas, nem de conquistas que os seus vizinhos poderiam fazer sobre eles.

É de crer que o ministério francês, depois de se ter dado tão bem com algumas máximas de Maquiavel, não parará em tão bom caminho, e não deixará de pôr em prática todas as lições deste político. Não cabe duvidar do sucesso, dada a sabedoria e a habilidade do ministro que, no

presente, segue ao leme da nau do estado. Mas terminemos, como dizia o cura de Colignac, levados do medo de dizer desconchavos.

Capítulo V

É o homem um animal racional, com dois pés e sem penas: eis o que a escola decidiu acerca do nosso ser. Pode esta definição ser justa em relação a alguns indivíduos; mas é ela muito falsa relativamente ao grande número, por isso que poucas pessoas há que sejam razoáveis, e porque, quando mesmo o sejam acerca de um assunto, existe uma infinidade de outros acerca dos quais são todo o contrário. É o homem um animal, poder-se-ia dizer, que concebe e combina idéias; é isto que convém geralmente a todo o gênero, e isto o que pode aproximar o sábio do insensato, o homem que pensa bem daquele outro que pensa mal, o amigo da humanidade do que é seu perseguidor, o respeitável arcebispo de Cambrai do infame político de Florença.

Se alguma vez Maquiavel renunciou à razão, se alguma vez pensou de uma forma indigna do seu ser, foi neste capítulo: propõe aqui três meios para conservar um estado livre e republicano que um príncipe tenha conquistado.

O primeiro não oferece segurança ao príncipe; o segundo só pode ser usado por um furioso; e o terceiro, menos mau do que os anteriores, não é utilizável sem obstáculos.

Por que conquistar esta república, por que pôr a ferros todo o gênero humano, por que reduzir à escravidão os homens livres? Para manifestar a toda a Terra a injustiça e a maldade do príncipe, e para torcer no interesse desde um poder que deveria fazer a felicidade dos cidadãos;

abomináveis máximas que não deixariam de destruir o universo, se tivessem muitos sectários. Toda a gente vê bastante bem quanto peca Maquiavel contra a boa moral: vejamos agora como peca ele contra o senso e a prudência.

Deve-se tornar tributário um estado livre, recém-conquistado, com estabelecer nele como autoridade um pequeno número de pessoas que o conservem para o príncipe. É a primeira máxima do político, pela qual um príncipe jamais encontraria alguma segurança; porquanto não parece que uma república, retida simplesmente pelo freio de umas poucas pessoas, ligadas ao novo soberano, se lhe mantivesse fiel. Deve, naturalmente, preferir a liberdade à escravidão, e subtrair-se ao poder daquele que a fez tributária; a revolução não demoraria então a chegar senão até à altura em que se apresentasse a primeira ocasião favorável.

Não há meio tão seguro para conservar um estado livre que se tenha conquistado, como destruí-lo. "É o mais seguro meio para se não temer a revolta. Teve um Inglês a demência de se matar, há alguns anos, em Londres; encontrou-se um bilhete sobre a sua mesa, onde ele justificava a estranha ação, e onde salientava que se tinha tirado a vida para nunca chegar a ser doente. Não sei se o remédio não era pior do que o mal. Não falo de humanidade com um monstro como Maquiavel, pois o mesmo seria profanar o nome demasiado respeitável de uma virtude que faz o bem dos homens. Sem todos os socorros da religião e da moral, pode-se confundir Maquiavel por meio dele próprio, por meio do interesse, alma do seu livro, esse deus da política e do crime, único deus que ele adora.

Vós dizeis, Maquiavel, que deve um príncipe destruir um país livre, recém-conquistado, para mais seguramente o possuir; mas, respondei-me: com que fim empreendeu ele essa conquista? Dir-me-eis que para aumentar o seu poderio e se tornar mais formidável. É o que desejava ouvir, para vos provar que, seguindo as vossas máximas, faz o príncipe todo o contrário; porquanto se arruína ele ao efetuar esta conquista, e arruína em seguida o único país que poderia compensá-lo das suas perdas. Confessar-me-eis que um país devastado, saqueado e desprovido de habitantes, de gente, de cidades e, numa palavra, de tudo o que constitui um estado, não poderia tornar um príncipe formidável e poderoso pela sua posse. Creio que um monarca que possuísse os vastos desertos da

Líbia e do Barca não seria nada temível, e que um milhão de panteras, de leões e de crocodilos, não vale um milhão de súditos, de cidades ricas, de portos navegáveis, cheios de barcos, de cidadãos industriosos, de tropas, e de tudo o que produz um país bem povoado. Toda a gente convém em que a força de um estado não consiste na extensão dos seus limites, mas no número dos seus habitantes. Comparai a Holanda com a Rússia; vede algumas ilhas pantanosas e estéreis que emergem no seio do oceano, uma pequena república que não tem mais de quarenta e oito léguas de comprido por quarenta de largo; mas este pequeno corpo é todo nervo, um povo imenso o habita, e esse povo industrioso é muito poderoso e muito rico; sacudiu o jugo do domínio espanhol, que representava, então, a monarquia mais formidável da Europa. Tem esta república um comércio que se estende até as extremidades do mundo, figura imediatamente após os reis, pode manter em tempo de guerra um exército de cem mil combatentes, sem contar uma frota numerosa e bem municiada.

Deitai, por outro lado, os olhos sobre a Rússia: é um país imenso o que se mostra à vossa vista, um mundo semelhante ao universo, quando este foi tirado do caos. Tal país entesta, de um lado, com a Grande-Tartária e as Índias, de um outro, com o mar Negro e a Hungria, e, da banda da Europa, vê as suas fronteiras estenderem-se até a Polônia, Lituânia e Curlândia; limita-a a Suécia pelo Norte. Pode a Rússia ter trezentas mil Alemanhas de largura, por mais de trezentas mil Alemanhas de comprimento; é o país fértil em cereais, e fornece todos os gêneros necessários à vida, principalmente na região de Moscovo e na da Pequena Tartária: todavia, com todas estas vantagens, não contém no total mais de quinze milhões de habitantes. Esta nação, outrora bárbara, e que começa no presente a figurar na Europa, não é de nenhum modo mais poderosa do que a Holanda, em tropas de mar e de terra, e é-lhe muito inferior em riquezas e recursos.

A força de um estado não consiste, então, na extensão de um país, nem na posse de uma vasta solidão ou de um imenso deserto, mas na riqueza dos habitantes e no número destes. O interesse de um príncipe está, então, em povoar um país, em o tornar florescente, e não em desvastá-lo e destruí-lo. Se a maldade de Maquiavel nos horroriza, os seus raciocínios causam piedade, e teria feito muito

melhor em aprender a bem raciocinar do que em ensinar a sua política monstruosa.

"Deve um príncipe estabelecer a residência numa república recém-conquistada." É a terceira máxima do autor, mais moderada do que as outras; mas fiz ver no terceiro capítulo as dificuldades que se lhe podem opor.

Parece-me que um príncipe que tivesse conquistado uma república, depois de ter tido razões justas para lhe fazer a guerra, deveria contentar-se com tê-la punido, e conceder-lhe, em seguida, a liberdade; poucas pessoas pensarão assim. Aqueles que tivessem outros sentimentos, poderiam conservar a posse dela com estabelecer fortes guarnições nas principais praças da sua nova conquista, e com deixar, além disso, gozar o povo de toda a sua liberdade.

Insensatos que somos! Tudo queremos conquistar como se tivéssemos o tempo de tudo possuir, e como se o período da nossa duração não tivesse qualquer fim; o nosso tempo passa demasiado depressa, e, amiúde, quando se crê que apenas se trabalha para si mesmo, se trabalha, de fato, para sucessores indignos ou ingratos.

Capítulo VI

Se os homens existissem sem paixões, Maquiavel estaria perdoado de lhas querer dar; seria um novo Prometeu que roubaria o fogo celeste para animar autômatos insensíveis e incapazes de fazer o bem do gênero humano. As coisas não são assim, efetivamente, porquanto não existe nenhum homem sem paixões. Quando elas são moderadas, todas contribuem para a felicidade da sociedade; mas quando se lhes afrouxa o freio, tornam-se desde esse momento nocivas e, amiúde, muito perniciosas.

De todos os sentimentos que tiranizam a nossa alma, nenhum há mais funesto para quem lhe sente a impulsão, mais contrário à humanidade, e mais fatal ao repouso do mundo, do que uma ambição desregrada, um excessivo desejo de falsa glória.

Um particular que tem a infelicidade de haver nascido com semelhantes disposições é ainda mais miserável do que louco. Todo ele é insensível para o presente, pois que não existe senão nos tempos vindouros; a sua imaginação nutre-o, sem cessar, de idéias vagas para o porvir; e como a sua funesta paixão não tem limites, nada pode no mundo satisfazê-lo, verificando-se que o absinto da ambição mistura sempre o seu azedume à doçura dos seus prazeres.

Um príncipe ambicioso é pelo menos tão infeliz como um particular, porquanto a sua loucura, sendo proporcional à sua grandeza, é necessariamente mais vaga, mais indócil e mais insaciável. Se as honras, se a grandeza, servem de alimentos à paixão dos particulares, a

verdade é que são províncias e reinos os que nutrem a ambição dos monarcas; e como é mais fácil obter cargos e empregos do que conquistar reinos, podem ainda os particulares satisfazer-se como não sucede aos príncipes.

Neste mundo, quanto se não vê de espíritos inquietos e remexidos, cuja impetuosidade e o desejo do próprio engrandecimento quereriam transformar a Terra, e nos quais o amor de uma vã e falsa glória deitou profundas raízes! São archotes que se deveria apagar com cuidado, e que se deveria evitar agitar, por medo de incêndio. As máximas de Maquiavel são-lhes tanto mais perigosas, quanto a verdade é que lhes lisonjeiam as paixões e lhes fazem nascer idéias que talvez não tivessem encontrado neles mesmos sem o seu socorro.

Propõe-lhes Maquiavel os exemplos de Moisés, de Ciro, de Rômulo, de Teseu e de Hierão; poder-se-ia engrossar facilmente o catálogo com aqueles outros de alguns criadores de seitas, como Maomé e Guilherme Penn; e que os senhores jesuítas do Paraguai me permitam oferecer-lhes aqui um pequeno lugar que tem de ser glorioso, e os incluirá no número dos heróis.

Merece ser salientada a má-fé com que o autor usa de tais exemplos; é útil desmascarar todas as sutilezas e todas as perfídias deste infame sedutor.

Um homem probo não deve apresentar as coisas tão-só desde um ponto de vista; deve, ao contrário, mostrar-lhes todas as faces, a fim de que nada possa disfarçar a verdade ao leitor, ainda quando tal verdade fosse adversa aos principios deste. Maquiavel, pelo contrário, mostra a ambição, apenas na sua face esplendorosa; trata-se de um rosto arranjado, que nos faz aparecer de noite, à luz da vela, e que ele furta cuidadosamente aos raios do sol; não fala senão dos ambiciosos que foram ajudados da fortuna, e guarda um silêncio profundo acerca dos que foram vítimas das suas próprias paixões, um pouco como ocorre nos conventos de virgens que, quando recebem gentes jovens, lhes dão a saborear por antecipação todas as doçuras do Céu, sem lhes tocar na amargura e no constrangimento que lhes preparam neste mundo. A isso se chama impor-se ao mundo, isto é querer enganar o público, e não se poderia negar que Maquiavel desempenha neste capítulo o miserável papel de charlatão do crime.

Por que, falando do condutor, do príncipe, do legislador dos judeus, do libertador dos gregos, do conquistador dos medos, do fundador de Roma, a cujos desígnios correspondeu o êxito, não agrega Maquiavel o exemplo de alguns infelizes chefes de partido, para mostrar que, se a ambição faz triunfar alguns homens, deita ela a perder o maior número? Poder-se-ia assim opor à fortuna de Moisés a desventura desses primeiros povos godos que devastaram o império romano; ao sucesso de Rômulo o infortúnio de Masaniello, carniceiro de Nápoles, que se elevou à realeza pela sua ousadia, mas que foi vítima do seu crime; à ambição coroada de Hierão a ambição punida de Wallenstein; colocar-se-ia junto do trono sangrento de Cromwell, assassino do seu rei, o trono derrubado do soberbo Guise, que foi assassinado em Blois. Assim, o antídoto, seguindo de tão perto o veneno, preveniria os seus perigosos efeitos; seria como que a lança de Aquiles que faz o mal, e o cura.

Parece-me, além disso, que Maquiavel situa bastante inconsideravelmente a Moisés junto de Rômulo, Ciro e Teseu. Ou Moisés estava inspirado, ou não estava. Se não estava, é forçoso considerar Moisés um arquicelerado, um velhaco, um impostor que se servia de Deus, tal como os poetas utilizam os deuses, quais máquinas que promovem o desfecho da peça, quando o autor se sente em embaraços. Moisés era, aliás, tão pouco hábil, que conduziu o povo judeu durante quarenta anos por um caminho que teria comodamente percorrido em seis semanas; por outro lado, tinha aproveitado muito pouco das luzes dos egípcios, e era, nesse sentido, muito inferior a Rômulo e a Teseu, verdadeiros heróis. Se Moisés estava inspirado por Deus, temos de o encarar como o órgão cego do infinito poder divino; e o condutor dos judeus era muito inferior ao fundador do império romano, ao monarca persa, e aos heróis gregos que pelo seu próprio valor e por suas próprias forças cometiam maiores ações do que ele era capaz com a assistência imediata de Deus.

Confesso, em geral, e sem prevenção, que é necessário muito gênio, muita coragem, muita habilidade e destreza para igualar os homens de que acabamos de falar; mas não sei se lhes convém o epíteto de virtuosos. O valor e a habilidade encontram-se, identicamente, tanto nos salteadores de estrada como nos heróis; a diferença que existe entre eles está em que o conquistador é um ladrão ilustre que impressiona pela grandeza das suas ações, e que se faz respeitar pela grandeza que possui,

enquanto o ladrão ordinário é um mariola obscuro que se despreza tanto mais quanto mais abjeto é; um recebe louros como prêmio das suas violências, o outro é punido com o último suplício. Nunca julgamos as coisas pelo seu justo valor, há uma infinidade de nuvens que nos espantam, admiramos nuns o que condenamos noutros, e desde que um celerado seja ilustre pode contar com os sufrágios da maior parte dos homens.

Embora seja verdade que, todas as vezes que se pretenda introduzir novidades no mundo, se levantarão mil obstáculos para as impedir, e que um profeta à cabeça de um exército fará mais prosélitos do que se combatesse com argumentos *in barbara* ou *in ferio* (a prova disso é que a religião cristã ao sustentar-se apenas pelos argumentos foi fraca e oprimida, e que só se estendeu pela Europa após ter derramado muito sangue), não é menos verdadeiro que se viu dar curso a opiniões e novidades com muito pouco trabalho. Quantas religiões, quantas seitas foram introduzidas com uma facilidade infinita! Não há como o fanatismo para acreditar novidades, e parece-me que Maquiavel falou com um tom demasiado decisivo acerca desta matéria.

Resta-me fazer algumas reflexões sobre o exemplo de Hierão de Siracusa, que Maquiavel propõe aos que se elevarem com o auxílio dos seus amigos e das suas tropas.

Hierão desfez-se dos amigos e dos soldados que o tinham ajudado na execução de seus desígnios; contraiu novas amizades e levantou outras tropas. Sustento, a despeito de Maquiavel e dos ingratos, que a política de Hierão era muito má, e que a prudência consiste muito mais em fiar-se em tropas de que se experimentou o valor, e em amigos de que se provou a fidelidade, do que em desconhecidos acerca dos quais se não pode estar seguro. Deixo ao leitor o levar mais longe este raciocínio; todos aqueles que abominam a ingratidão, e que são bastante felizes para conhecer a amizade, não ficarão impassíveis nesta matéria.

Devo, contudo, advertir o leitor de que importa dar atenção aos sentidos diferentes que Maquiavel atribui às palavras. Que não haja engano quando diz: "Sem a ocasião, a virtude destrói-se a si própria"; isso significa neste celerado que, sem circunstâncias favoráveis, os velhacos e os temerários não saberiam usar dos seus talentos; é a cifra do crime que, só ela, pode explicar as obscuridades deste autor desprezível.

Parece-me, em geral, para concluir este capítulo, que as únicas ocasiões nas quais pode um particular pensar, sem crime, na sua fortuna, resultam de ou se ter nascido num reino eletivo, ou de que um povo oprimido o escolha como seu libertador. O cúmulo da glória seria devolver a liberdade a um povo, depois de o ter salvo. Mas não pintemos os homens segundo os heróis de Corneille; contentemo-nos com os de Racine, e mesmo isso é demasiado.

Capítulo VII

É muito difícil para um autor ocultar o fundo do seu caráter; fala tanto, explica-se acerca de tantos assuntos, que sempre lhe escapam alguns ditos imprudentes que pintam tacitamente os seus costumes.

Que se compare o príncipe de Fénelon com o de Maquiavel; ver-se-á num o caráter de um homem honesto, a bondade, a justiça, a eqüidade, todas as virtudes, numa palavra, levadas a um grau eminente; parece que se trata dessas inteligências puras, acerca das quais se diz que está a sua sabedoria incumbida de velar pelo governo do mundo. Ver-se-á, no outro, a perversidade, a velhacaria, a perfídia, a traição, e todos os crimes; trata-se de um monstro, numa palavra, que o mesmo Inferno teria dificuldades em produzir. Mas se parece que a nossa natureza se aproxima da dos anjos ao lermos o *Telêmaco* de Fénelon, parece que se aproxima da dos demônios do Inferno quando se lê o *Príncipe* de Maquiavel. César Bórgia, ou o duque de Valentinois, é o modelo sobre o qual recorta o autor o seu príncipe, e que tem a impudência de propor como exemplo àqueles que se elevam no mundo pela ajuda dos seus amigos ou das suas tropas. É então deveras necessário conhecer como era César Bórgia, a fim de se fazer uma idéia do herói, e do autor que o celebra.

Não existe crime que César Bórgia não tenha cometido, malvadeza de que não tenha dado o exemplo, espécie de atentado de que não tenha

sido responsável. Fez assassinar o irmão, seu rival de glória no mundo, e de amor junto da irmã; fez massacrar os suíços do papa, por vingança contra alguns deles que lhe tinham ofendido a mãe; despojou uma infinidade de cardeais e de homens ricos para saciar a própria cupidez; invadiu a Romanha que pertencia ao duque de Urbino, e fez executar o cruel Orco, seu subtirano; cometeu uma espantosa traição, em Sinigaglia, contra alguns príncipes cuja vida julgava contrária aos seus interesses; mandou afogar uma dama veneziana de quem havia abusado. Mas quantas mais crueldades se cometeram por sua ordem, e quem poderia enumerar todos os seus crimes. Assim era o homem que Maquiavel prefere a todos os grandes gênios do seu tempo e aos heróis da Antiguidade, e cuja vida e ações encontra dignas de servir de exemplo àqueles que são elevados pela fortuna.

Ouso tomar o partido da humanidade contra o que quer destruí-la, e devo combater Maquiavel com maior detalhe, a fim de que aqueles que pensam como ele não mais encontrem subterfúgios, e não reste qualquer defesa à sua maldade.

César Bórgia fundou o desígnio da sua grandeza na dissenção dos príncipes de Itália; resolveu indispô-los uns com os outros, a fim de aproveitar dos seus despojos. Trata-se de uma maranha de crimes espantosos. Nada era injusto para o Bórgia quando lhe falava a ambição; uma queda atrás dele arrastava outra queda. Para usurpar os bens dos meus vizinhos, impõe-se enfraquecê-los; e para os enfraquecer, é necessário indispô-los; é esta a lógica dos celerados.

O Bórgia queria obter um apoio; foi então necessário que Alexandre VI concedesse dispensa do casamento a Luís XII, para que este desse àquele o seu concurso. É assim que os eclesiásticos zombam amiúde do mundo, e assim é que apenas pensam nos seus interesses quando parecem mais apegados aos interesses celestes. Se o casamento de Luís XII era de tal natureza que poderia ser roto, o papa deveria tê-lo roto sem que a política tivesse de contribuir para tanto; se o casamento em questão não possuía essa natureza, então nada deveria ter levado a isso o chefe da Igreja, vigário de Jesus Cristo.

Impunha-se que o Bórgia se fizesse criaturas; para tanto, corrompeu ele a facção dos Urbinos, por meio de presentes e liberalidades. O corruptor é de algum modo tão criminoso como o corrompido, pois que

desempenha o papel de tentador, e sem a tentação o outro não poderia sucumbir. Mas não procuremos crimes no Bórgia, e passemos por cima das suas corrupções, quando mais não fosse porque elas possuem, ao menos, alguma semelhança com os benefícios, com esta diferença quase de que o corruptor é generoso para consigo mesmo, e que o homem benfeitor é generoso para com os outros. O Bórgia queria desfazer-se de alguns príncipes da casa de Urbino, de Vitellozzo, de Oliverotto de Fermo, etc.; e Maquiavel diz que teve a prudência de os atrair a Sinigaglia, onde os fez perecer à traição.

Abusar da boa-fé dos homens, dissimular a maldade própria, usar de aleivosias infames, trair, perjurar, assassinar, eis o que o doutor da perversidade chama prudência. Não falo com ele nem de religião, nem de moral, mas simplesmente de interesse; isso me chegará para o confundir. Pergunto se é prudência mostrar aos homens como se pode ser falto de palavra, e como se pode perjurar. Se aviltais a boa-fé e o juramento, quais serão as garantias que tereis da fidelidade dos homens? Se aviltais os juramentos, por que quereis obrigar os súditos e os povos a respeitar o vosso domínio? Se negais a boa-fé, como podereis ter confiança no que quer que seja, e como podereis firmar-vos nas promessas que vos fizeram? Dai exemplos de traição, e sempre se encontrará traidores que vos imitem. Dai exemplos de perfídia, e quantas perfídias vos não pagarão na mesma moeda! Ensinai o assassínio, e temei que um de vossos discípulos execute o seu golpe de ensaio sobre a vossa própria pessoa, e que, assim, nada mais vos reste que não seja a vantagem de ter a proeminência no crime, e a honra de ter ensinado o caminho a monstros tão desnaturados como vós. É deste modo que os vícios se confundem, e que cobrem de infâmia os que a eles se entregam, com torná-los prejudiciais e perigosos. Nunca um príncipe terá o monopólio do crime; assim, jamais achará impunidade para a sua perversidade. O crime assemelha-se a um pedaço de rocha que, depois de ter partido o que encontra no seu caminho, ao despenhar-se, acaba por se fragmentar também. Que erro abominável, que tresloucamento pode fazer que aprove Maquiavel máximas tão contrárias à humanidade como detestáveis e depravadas?

O Bórgia institui o cruel Ramiro d'Orco governador da Romanha a fim de reprimir as desordens, os roubos e os assassínios que aí se

cometiam. Que lastimosa contradição! O Bórgia devia envergonhar-se de punir nos outros os vícios que tolerava em si mesmo. O mais violento dos usurpadores, o mais falso dos perjuros, o mais cruel dos assassinos e dos envenenadores podia condenar à morte ladrões e celerados que copiavam, em miniatura e conforme a sua pequena capacidade, o caráter do seu novo mestre?

Esse rei da Polônia, cuja morte acaba de causar tantas perturbações na Europa, procedia assaz mais conseqüente e nobremente para com os seus súditos saxões. As leis de Saxe condenavam todo o adúltero a ter a cabeça cortada. Não tratarei de indagar a origem desta lei bárbara, que parece mais conforme ao ciúme italiano do que à paciência alemã. Um desventurado transgressor dessa lei, a quem o amor tinha feito defrontar o uso e o suplício, o que não é pouco, foi condenado. Augusto devia assinar a sentença de morte; mas Augusto era sensível ao amor e à humanidade; deu o seu perdão ao criminoso, e ab-rogou uma lei que tacitamente o condenava a ele próprio, todas as vezes que tinha de assinar sentenças dessa espécie. Desde esse tempo, a galantaria obteve em Saxe privilégio de impunidade.

A conduta deste rei era a de um homem sensível e humano; a de César Bórgia a de um celerado e de um tirano. Um, como pai dos seus povos, era indulgente para com estas fraquezas que sabia inseparáveis da humanidade; o outro, sempre rigoroso, sempre feroz, perseguia todos os súbitos cujos vícios fossem semelhantes aos seus; um podia suportar a visão das suas fraquezas, o outro não ousava ver os seus crimes. O Bórgia fez esquartejar o cruel Ramiro d'Orco, que tinha tão perfeitamente desempenhado as suas funções, a fim de se tornar agradável ao povo com punir o órgão da sua barbárie e crueldade. Nunca o peso da tirania é maior do que quando o tirano que vestir os trajes da inocência, e a opressão se exerce à sombra das leis. O tirano não quer, incluso, deixar ao povo a fraca consolação de conhecer as suas injustiças; para desculpar as crueldades que comete, impõe-se que outros sejam os culpados, e que sejam punidos em conformidade. Parece-me ver um assassino que, julgando enganar o público e fazer-se absolver, deitasse às chamas o instrumento do seu furor. É o que os ministros indignos podem esperar do crime dos príncipes: ainda quando fossem recompensados na altura da necessidade, constituiriam cedo ou tarde as vítimas de seus senhores;

o que é ao mesmo tempo uma bela lição para os que confiam levianamente em velhacos como César Bórgia, e para aqueles que se entregam, sem reserva e sem respeito pela virtude, ao serviço dos seus soberanos. Assim, sempre o crime traz consigo a punição.

O Bórgia, levando a previdência até à morte do papa seu pai, começava por exterminar todos aqueles que tinha despojado dos bens, a fim de que o novo papa se não pudesse servir dos mesmos contra ele. Vede a cascata do crime: para obviar às despesas, é necessário ter bens; para os ter, é imperioso despojar os seus possuidores; e para poder, enfim, fruí-los em segurança, é necessário exterminar a estes. O conde de Horn, executado em Greve, não teria dito melhor. Passa-se com as más ações o que acontece com uma manada de cervos: quando um deles franqueou as teias, todos os outros o seguem. É preciso então que nos guardemos dos primeiros passos.

O Bórgia, para envenenar alguns cardeais, convidou-os para jantar em casa de seu pai. Por engano, o papa e ele tomam a bebida envenenada: Alexandre VI morre, o filho escapa por um fio, o que é digno salário de envenenadores e assassinos.

Eis a prudência, a sabedoria, a habilidade e as virtudes que Maquiavel louva repetidamente. O famoso bispo de Meaux, o célebre bispo de Nimes, o eloqüente panegirista de Trajano, não teriam falado melhor dos seus heróis do que Maquiavel acerca de César Bórgia. Se o elogio que lhe dirige não fosse mais do que uma ode, ou uma figura de retórica, admirar-se-lhe-ia a sutileza com desprezo da escolha feita: mas ocorre todo o contrário: trata-se de um tratado de política que deve passar à posteridade mais distante, trata-se de uma obra muito séria, na qual Maquiavel é tão impudente que conta louvores ao monstro mais abominável que o Inferno vomitou sobre a Terra. O que é expor-se a sangue frio ao ódio do gênero humano e ao horror das pessoas honestas.

César Bórgia teria, segundo Maquiavel, sido perfeito, se não tivesse contribuído para a elevação do cardeal de Saint-Pierre-aux-lins ao pontificado, "pois que, diz, nos grandes homens, nunca os benefícios presentes apagam as injúrias passadas". Não concebo nada o grande homem dentro da definição que dele dá o autor. Todos aqueles que pensam bem renunciariam para sempre ao título de

grande, se não se pudesse merecê-lo senão por um espírito vindicativo, pela ingratidão ou pela perfídia.

As canseiras e cuidados sofridos por César Borgia para seu engrandecimento e para corresponder à sua ambição foram mal recompensados; porquanto, após a morte do papa, perdeu a Romanha e todos os bens; refugiou-se em Espanha, junto do rei de Navarra, onde morreu por uma dessas traições de que tanto usara durante toda a sua vida.

Assim se desvaneceram tantos desígnios ambiciosos e tantos projetos prudentemente concebidos e secretamente dissimulados; assim tantos combates, assassínios, crueldades, perjúrios e perfídias se tornaram inúteis; tantos perigos pessoais, tantas situações desagradáveis, tantos casos embaraçosos de que o Bórgia se livrou com felicidade, não serviram de nada à sua fortuna, e tornaram-lhe a queda maior e mais notável. Tal é a ambição: este fantasma promete bens que não está em estado de dar e que não possui por si mesmo.

O homem ambicioso é como um segundo Tântalo que, no mesmo rio onde nada, não pode e nunca poderá desalterar-se.

É glória o que procura um ambicioso? Não é verdade; porquanto a falsa glória é aquela atrás da qual se corre, e a menos verdadeira não é mais do que uma onça de fumo. Os grandes homens dos nossos dias perdem-se entre o número incontável daqueles que realizaram ações grandes e heróicas, tal como as águas dessas pequenas ribeiras que se vêem enquanto rolam no próprio leito, mas que se perdem de vista quando na foz se vão confundir com as ondas de um imenso oceano.

É então a felicidade o que buscam os ambiciosos? Encontrá-la-ão ainda menos do que a glória; o seu caminho está semeado de silvas e de espinhos, e não se defrontarão senão com cuidados, desgostos e trabalhos sem número. A verdadeira felicidade está tão pouco naturalmente ligada à fortuna como o corpo de Heitor ao carro de Aquiles. Não há felicidade para o homem senão no homem mesmo, e só a sabedoria lhe faz descobrir esse tesouro.

Capítulo VIII

As *Filípicas* do Sr. de La Grange são consideradas, na Europa, como um dos libelos difamatórios mais violentos que até hoje se compuseram, e não se erra, quando assim se pensa. Contudo, o que tenho a dizer contra Maquiavel é mais vivo do que o que foi dito pelo Sr. La Grange, dado que a sua obra não passava efetivamente de uma calúnia contra o regente da França, ao passo que o que tenho a exprobar a Maquiavel constitui um conjunto de verdade. Sirvo-me das suas próprias palavras para o confundir. Que coisa mais atroz poderia dizer contra ele, acima da de que criou regras de política para aqueles cujos crimes os fazem chegar à grandeza suprema? É o título deste capítulo.

Se Maquiavel ensinasse o crime num seminário de celerados, se dogmatizasse a perfídia numa universidade de traidores, não seria espantoso que tratasse de matérias desta natureza; mas fala a todos os homens. Porquanto um autor que se faz imprimir se comunica a todo o universo; e ele dirige-se principalmente àqueles de entre os humanos que devem ser os mais virtuosos, pois que estão destinados a governar os outros. Que há então de mais infame, de mais insolente, que ensinar-lhes a traição, a perfídia, o assassínio, e todos os crimes? Seria antes para desejar, a bem do universo, que exemplos parecidos aos de Agatocles e Oliverotto de Fermo, que Maquiavel se compraz em citar, nunca se encontrassem, ou que, pelo menos, se pudesse apagar para sempre a sua recordação na memória dos homens.

Nada mais sedutor do que o mau exemplo. A vida de um Agatocles ou a de um Oliverotto de Fermo são capazes de desenvolver num homem cujo instinto conduz à perversidade esse germe perigoso que ele leva em si sem bem o conhecer. Quantos jovens estragaram o espírito pela leitura de romances, jovens que viam e pensavam como Gandalin ou Mêdor! Há qualquer coisa de epidêmico na maneira de pensar, se me é permitido dizê-lo assim, que se comunica de espírito para espírito. Esse homem extraordinário, esse rei aventureiro digno da antiga cavalaria, esse herói vagamundo, em quem todas as virtudes, elevadas a determinado excesso, degeneravam em vícios, Carlos XII, numa palavra, trazia consigo desde a mais tenra infância a vida de Alexandre Magno: e muitas pessoas que conheceram esse Alexandre do Norte asseguram que foi Quinto Cúrcio quem devastou a Polônia, que Estanislau se tornou rei segundo Porus, e que a batalha de Arbela ocasionou a batalha de Poltawa.

Ser-me-ia permitido baixar de um tão grande exemplo a outros menores? Parece-me que, quando se trata da história do espírito humano, porque as diferenças das condições e dos estados desaparecem, não são os reis mais do que homens em filosofia, e todos os homens são iguais; não se trata senão de impressões e modificações, em geral, que produziram certas causas exteriores no espírito humano.

Toda a Inglaterra sabe o que aconteceu em Londres, há alguns anos: representava-se uma comédia bastante má com o título de *Cartucho;* o assunto dessa peça era a imitação de alguns rasgos de habilidade e de burlas desse famoso ladrão. Verificou-se que muitas pessoas deram, ao sair das representações, pela perda das jóias, tabaqueiras e relógios, visto que Cartucho criou tão prontamente discípulos que eles puseram em prática as suas lições na própria platéia do teatro; o que levou a polícia a proibir a muito perigosa representação da comédia. Isso prova suficientemente, parece-me, que nunca são demasiadas a circunspecção e a prudência, quando se trata de produzir exemplos, e quão pernicioso é citar os que sejam maus.

A primeira reflexão de Maquiavel sobre Agatocles e sobre Fermo corre sobre as razões que os sustentaram nos seus Estados, apesar das crueldades que cometeram. O autor atribui tal fato ao motivo de que tenham cometido essas crueldades a propósito; ora, ser prudentemente

bárbaro e exercer a tirania conseqüentemente significa, segundo esse político abominável, executar a um tempo, e de um golpe, todas as violências e todos os crimes que se julga úteis a determinados interesses.

Fazei assassinar aqueles que vos são suspeitos, aqueles de quem desconfiais, e aqueles que se declaram vossos inimigos, mas não arrasteis a vossa vingança. Maquiavel aprova ações semelhantes às Vésperas Sicilianas e ao horrível massacre de Saint-Barthélémy, onde se cometeram crueldades que envergonham a humanidade. Este monstro desnaturado tem em nada o horror desses crimes, desde que sejam cometidos de uma forma que se imponha ao povo, e desde que intimidem por todo o tempo em que estejam frescos na memória: e dá como razão disso que as idéias se desvanecem, no público, mais facilmente do que as sucessivas e contínuas crueldades dos príncipes, pelas quais propagam eles durante toda a vida a memória da sua ferocidade e da sua barbárie; como se não fosse identicamente mau e abominável fazer morrer mil pessoas num dia, ou fazê-las assassinar com intervalos. A barbárie determinada e pronta dos primeiros imprime mais espanto e temor; a maldade mais lenta, mais refletida, dos segundos, inspira mais aversão e horror. A vida do imperador Augusto deveria ter sido citada por Maquiavel, pois se trata de um imperador que subiu ao trono, afligido pelo sangue dos seus cidadãos e manchado da perfídia das suas proscrições, mas que, pelos conselhos de Mecenas e de Agripa, fez suceder a doçura a tantas crueldades, e acerca de quem se diz que teria devido ou não nascer ou jamais morrer. Talvez Maquiavel lastime que Augusto tenha acabado melhor do que começou, e, por isso mesmo, o tenha achado indigno de ser colocado entre os seus grandes homens.

Mas que abominável político a deste autor! O interesse de um só particular transtornou o mundo, e a sua ambição elegerá entre as malfeitorias, e determiná-lo-á ao bem tanto como ao crime; horrível prudência a dos monstros que tão-só se conhecem e amam a si no universo, e que infringem todos os deveres da justiça e da humanidade, para seguir a torrente furiosa dos seus caprichos e desmandos!

Não é tudo, confundir a espantosa moral de Maquiavel; é preciso, ainda, sublinhar-lhe a falsidade e má-fé.

Em primeiro lugar, é falso que, como o conta Maquiavel, Agatocles tenha gozado em paz do fruto dos seus crimes: esteve quase sempre em

guerra com os cartagineses; foi, incluso, obrigado a abandonar em África o próprio exército, o qual, após a sua partilha, lhe massacrou os filhos; e morreu de uma beberagem envenenada que o neto lhe fez tomar. Oliverotto de Fermo morre pela perfídia do Bórgia, recebendo assim o digno salário dos seus crimes; e como isto ocorreu um ano após a sua elevação, a sua queda parecia tão acelerada que como que foi prevenido pela punição que lhe preparava o ódio público.

O exemplo de Oliverotto de Fermo não devia então ser citado pelo autor, pois que nada prova. Maquiavel queria que crime fosse feliz, e vangloria-se por isso de ter alguma boa razão, ou pelo menos um argumento passável, para o prestigiar.

Mas suponhamos que o crime pudesse ser cometido com segurança, e que um tirano pudesse exercitar impunemente a sua perversidade: ainda quando não temesse uma morte trágica, seria igualmente infeliz de se ver o opróbrio do gênero humano; não poderia abafar o testemunho interior da sua consciência, a qual deporia contra ele; não poderia impor silêncio a essa voz poderosa que tanto se faz ouvir sobre os tronos dos reis como sobre os tribunais dos tiranos; não poderia evitar a funesta melancolia que, ferindo-lhe a imaginação, lhe faria ver, saídos dos túmulos, esses manes sangrentos que a sua crueldade a eles fizera descer, e que lhe pareceriam que forçavam as leis da natureza tão-só para lhe servir de carrasco neste mundo, e vingar, após a própria morte, um fim desventurado e trágico.

Que se leia a vida de um Dionisio, de um Tibério, de um Nero, de um Luís XI, de um Ivã Basilievitch, e ver-se-á que estes monstros, igualmente insensatos e furiosos, acabaram da maneira mais funesta e infeliz. O homem cruel possui um temperamento misantrópico e atrabiliário; se desde a mais tenra idade não combate essa tão infeliz disposição do seu corpo, não deixará de se tornar tão furioso como insensato. Ainda quando, então, não houvesse justiça sobre a Terra, e divindade nos Céus, tanto mais preciso seria que os homens fossem virtuosos, por isso que a virtude os une e lhes é absolutamente necessária à conservação, e que o crime não pode deixar os fazer infortunados e de os destruir.

Maquiavel é deficiente de sentimento, de boa fé, e de razão. Desenvolvi a sua má moral e a sua infidelidade, mercê dos exemplos que cita. Passarei a mostrar as contradições grosseiras e manifestas que comporta.

Que o mais intrépido comentador, que o mais sutil intérprete concilie, neste pronto, Maquiavel consigo mesmo. Diz ele, neste capítulo: "Agatocles manteve a sua grandeza com uma coragem heróica; não se pode, contudo, dar o nome de virtude aos assassínios e às traições que cometeu." E, no capítulo sétimo, diz de César Bórgia: "Esperou a ocasião de se desfazer dos Urbinos, e serviu-se dela prudentemente. *Ibid*. "Se se examina, em geral, todas as ações do Bórgia, é difícil condená-las." "Não podia conduzir-se de forma diferente da que adotou." Ser-me-ia permitido perguntar ao autor em que difere Agatocles de César Bórgia? Neles encontro os mesmos crimes e malvadez. Se se estabelecesse o paralelo, apenas se ficaria embaraçado para decidir qual dos dois foi o mais perverso.

A verdade, todavia, obriga Maquiavel a fazer de tempos a tempos algumas confissões nas quais parece retratar-se para com a virtude. A força da evidência obriga-o a dizer que deve um príncipe conduzir-se de uma maneira sempre uniforme, a fim de que em tempos infelizes se não veja obrigado a abrandar em alguma coisa para comprazer aos súditos, porque neste caso a sua extorquida doçura não teria mérito, e os seus povos não lhe agradeceriam de modo nenhum.

Assim, Maquiavel, não são a crueldade e a arte de se fazer temer as únicas molas da política, como pareceis insinuá-lo, e vós próprio acordais em que a arte de ganhar os corações é o mais sólido fundamento para a segurança de um príncipe e para a fidelidade dos súditos. Não pergunto mais; esta confissão, saída da boca do meu inimigo, deve bastar-me. É respeitar-se pouco a si mesmo, e ao público, o produzir e publicar uma obra informe, sem ligação, sem ordem, e cheia de contradições. *O Príncipe* de Maquiavel, mesmo com abstração da sua perniciosa moral, não pode senão trazer desprezo ao seu autor, pois não é propriamente mais do que um sonho onde todas as espécies de idéias se opõem e entrechocam, acessos de raiva de um insensato, que, por vezes, tem intervalos de bom senso.

Tal é a recompensa da perversidade que aqueles que seguem o crime em prejuízo da virtude, se conseguem escapar do rigor das leis, perdem como Maquiavel o juízo e a razão.

Capítulo IX

Não há sentimento mais inseparável do nosso ser que o de liberdade; desde o homem mais civilizado até ao mais bárbaro, todos estão igualmente penetrados dele; porquanto, como nascemos sem cadeias, pretendemos viver sem constrangimento, e como não queremos depender senão de nós mesmos, não queremos sujeitar-nos aos caprichos dos outros. Foi este espírito de independência e de altivez que produziu no mundo tantos homens grandes, e deu lugar a essas espécies de governos que se chamam repúblicas, as quais, pelo apoio de leis sábias, defendem a liberdade dos cidadãos contra tudo o que pode oprimi-la, e estabelecem uma espécie de igualdade entre os membros de uma sociedade, coisa que muito os aproximam do estado natural.

Maquiavel dá, neste capítulo, boas e excelentes máximas de política àqueles que ascendem ao poder supremo pelo consenso dos chefes de uma república ou do povo; o que me proporcionará duas reflexões, uma para a política, outra para a moral.

Embora as máximas do autor sejam muito convenientes para aqueles que se elevarão pelo favor dos seus concidadãos, parece-me, todavia, que os exemplos de estas espécies de elevações são muito raros na História. O espírito republicano, em extremo cioso da sua liberdade, ensombra-se com tudo o que pode pôr-lhe entraves, e revolta-se contra a só idéia de haver um senhor. Na Europa, conhecem-se povos que sacudiram o jugo dos seus tiranos, para gozar de uma feliz independência;

mas não se conhece nenhum caso de povos que, de livres que eram, se tenham sujeito a uma escravatura voluntária.

Várias repúblicas voltaram a cair, na continuação dos tempos, sob o despotismo; parece, até, que seja uma infelicidade inevitável que a todos atinge, e isso não é mais do que um efeito das vicissitudes e mudanças que experimentam as coisas deste mundo. Porquanto, como resistiria eternamente uma república a todas as causas que minam a sua liberdade? Como poderia conter permanentemente a ambição dos grandes que alimenta no seu seio, essa ambição que renasce sem cessar e que nunca morre? Como poderá duradoiramente velar sobre as seduções e as surdas práticas dos seus vizinhos, e sobre a corrupção dos seus membros, enquanto o interesse for todo poderoso entre os homens? Como pode esperar sair sempre ditosamente das guerras que tenha de sustentar? Como poderá prevenir essas conjunturas desagradáveis para a liberdade, esses momentos críticos e decisivos e esses acasos que favorecem os temerários e os audaciosos? Se as suas tropas são comandadas por chefes pusilânimes e tímidos, tornar-se-á a presa dos seus inimigos; e se elas têm à cabeça homens valorosos e ousados, não serão menos empreendedores em tempo de paz do que em tempo de guerra; o defeito da sua constituição fá-las-á perecer cedo ou tarde.

Mas se as guerras civis são funestas para um Estado monárquico, são-no tanto mais para um Estado livre; trata-se de uma doença que lhes é mortal: mercê delas, conservaram os Silas a ditadura em Roma, tornaram-se os césares senhores, pelas armas que se lhes tinha posto nas mãos, e os Cromwells chegaram a escalar o trono.

Quase todas as repúblicas se elevaram do abismo da tirania ao cúmulo da liberdade, e quase todas recaíram desde essa liberdade na escravatura. Os próprios atenienses que no tempo de Demóstenes, ultrajaram Filipe da Macedônia, prostraram-se diante de Alexandre, os próprios romanos que aborreciam a realeza, após a expulsão dos reis, sofreram pacientemente, após a revolução de alguns séculos, todas as crueldades dos seus imperadores; e os próprios ingleses que deram morte a Carlos I, pois que interferia nos seus direitos, curvaram a rigidez da sua coragem sob o poder altaneiro do Protector. Não são de nenhum modo as repúblicas que se atribuem senhores por sua própria eleição,

mas sem homens empreendedores os que, ajudados de algumas conjunturas favoráveis, as submetem contra vontade e pela força.

Assim como os homens nascem, vivem algum tempo, e morrem de doença ou de idade, assim também as repúblicas se formam, florescem alguns séculos, e perecem enfim pela audácia de um cidadão ou pelas armas dos seus inimigos. Tudo tem o seu período, todos os impérios e as maiores monarquias não duram mais do que um certo tempo, e nada há no universo que não esteja sujeito às leis da mudança e da destruição. O despotismo dá o golpe mortal na liberdade, e termina cedo ou tarde a sorte de uma república. Umas, mantêm-se mais tempo do que outras, conforme a força do seu temperamento; fazem recuar, na medida em que isso depende delas, o momento fatal da sua ruína, e servem-se de todos os meios que indica a sabedoria para prolongar o próprio destino; mas impõe-se, enfim, ceder às leis eternas e imutáveis da natureza, e é fatal que morram quando a cadeia dos acontecimentos arrasta a sua perda.

Não é, desde logo, a homens que sabem o que é ser-se feliz, e que desejam sê-lo, que se deve propor a renúncia à liberdade.

Nunca se poderá persuadir um republicano, um Catão ou um Littleton, de que o governo monárquico é a melhor forma de governo quando um rei tem a intenção de cumprir o seu dever, pois que a sua vontade e o seu poder tornam eficaz a sua bondade. Estou de acordo, dir-se-á; mas onde encontrar esse fênix dos príncipes? É o homem de Platão, a Vênus de Médicis, que um escultor hábil forma mercê da junção de quarenta belezas diferentes, e que não existiu nunca fora do mármore. Sabemos o que comporta a humanidade, e que existem poucas virtudes que resistam ao poder ilimitado de satisfazer os seus desejos, e às seduções do trono. A vossa monarquia metafísica seria um paraíso sobre a Terra, se existisse um, mas o despotismo, tal como é realmente, transforma mais ou menos este mundo em verdadeiro inferno.

A minha segunda reflexão respeita à moral de Maquiavel. Não saberia impedir-me de lhe impugnar que o interesse, segundo ele, seja o nervo de todas as ações tanto boas como más. É verdade, segundo a opinião comum, que o interesse conta para muito num sistema despótico, e a justiça e a probidade para nada; mas dever-se-ia extinguir para sempre a horrível política que se não curva às máximas de uma

moral sã e depurada. Maquiavel pretende que tudo no mundo se faça pelo interesse, tal como os jesuítas desejam salvar os homens unicamente pelo medo do Diabo, com exclusão do amor de Deus. A virtude deveria ser o único motivo das nossas ações, porquanto quem diz virtude diz razão; trata-se de coisas inseparáveis, e que o serão sempre que se queira agir conseqüentemente. Sejamos então razoáveis, por isso que não é mais do que um pouco de razão o que nos distingue dos animais, e não é senão a bondade o que nos aproxima desse ser infinitamente bom de quem todos recebemos a existência.

Capítulo X

Desde o tempo em que Maquiavel escrevia o seu *Príncipe político,* o mundo mudou tanto, que quase não podemos reconhecer nele o que foi. As artes e as ciências que começavam então a renascer das suas cinzas, ressentiam-se ainda da barbárie, na qual o estabelecimento do cristianismo, as freqüentes invasões dos godos na Itália, e uma série de guerras cruéis e sangrentas as haviam mergulhado. Presentemente, quase todas as nações trocaram os antigos por novos costumes, os príncipes fracos volveram-se poderosos, as artes aperfeiçoaram-se, e a face da Europa está inteiramente diferente do que era no século de Maquiavel.

Se um filósofo desses recuados tempos voltasse ao mundo, achar-se-ia muito idiota e ignorante: não entenderia, incluso, o calão da nova filosofia; encontraria novos Céus e nova Terra; em vez de essa inação, de essa quietude que suporia existir no nosso globo, veria o mundo e todos os astros submetidos às leis do movimento e da atração, os quais, com diferentes eclipses, andam em volta do sol, que tem, ele próprio, um movimento em espiral em torno do seu eixo; em lugar das pomposas e bizarras palavras, cuja orgulhosa ênfase envolvia com sua obscuridade a carência de sentido dos seus pensamentos, e que escondiam uma soberba ignorância, ensinar-se-lhe-ia a conhecer a verdade e a evidência, simples e claramente; e, em troca do seu miserável romance de física, dar-se-lhe-ia o resultado de experiências admiráveis, certas e surpreendentes.

Se reaparecesse em nossos dias algum hábil capitão de Luís XII, ficaria inteiramente desorientado; veria que a guerra se faz com exércitos inumeráveis, os quais, incluso, se não pode amiúde fazer subsistir em campanha por causa do seu número, mas que os príncipes cuidam durante a paz, como durante a guerra; e isto em vez do que ocorria no seu tempo, onde, para assestar os grandes golpes e para executar ambiciosas empresas, um punhado de gente era suficiente, a qual logo era licenciada quando a guerra terminava. Em lugar de esses fatos de ferro, dessas lanças, de esses mosquetes, cuja utilização lhe era conhecida, depararia com uniformes de ordenança, espingardas e baionetas, métodos novos para fazer a guerra, uma infinidade de invenções mortíferas para o ataque e para a defesa das praças, e a arte de dar meios de subsistência às tropas, tudo tão necessário no presente como o podia se outrora aquilo que levava à derrota do inimigo.

Mas o que não iria o próprio Maquiavel, se pudesse ver a nova forma do corpo político da Europa, tantos altos príncipes que agora figuram no mundo, e que nada valiam então, o poder dos reis solidamente instituído, a maneira de negociar dos soberanos, espiões privilegiados, alimentados mutuamente em todas as cortes, e esta balança que estabelece na Europa a aliança de alguns príncipes consideráveis que assim se opõem aos ambiciosos, que subsiste por sabedoria, que conserva a igualdade, e que não tem outro objetivo que não seja a paz do mundo!

E todas estas coisas produziram uma mudança tão geral e tão universal, que tornam a maior parte das máximas de Maquiavel inaplicáveis à nossa política moderna e de nenhum uso. É principalmente isto o que faz ver o presente capítulo. Devo, em conformidade, aduzir alguns exemplos.

Maquiavel supõe "que um príncipe cujo país é extenso, e que por isso tem dinheiro e tropas abundantes, se pode sustentar pelas próprias forças, sem a assistência de algum aliado, contra os ataques dos seus inimigos."

É o que, muito modestamente, tento contradizer; digo, mesmo, mais, e adianto que um príncipe, por temível que seja, não poderia por si só resistir a inimigos poderosos, e que lhe é necessariamente indispensável o socorro de algum aliado. Se o maior, o mais temível, o mais poderoso príncipe da Europa, se Luís XIV esteve a ponto de sucumbir na guerra de sucessão ao trono de Espanha, e, por falta de alianças,

quase não pôde resistir à formidável liga de uma infinidade de reis e de príncipes, que julgou poder vencê-lo, com mais forte razão todo o soberano que lhe seja inferior não pode, sem aventurar muito, permanecer isolado e sem boas e fortes alianças.

Diz-se, e repete-se sem muita reflexão, que os tratados são inúteis, por isso que quase nunca se observa todos os pontos, e porque se é menos escrupuloso acerca deles no nosso século do que em qualquer outro. Respondo àqueles que pensam assim que não duvido de nenhuma forma de que encontrem eles exemplos antigos, e mesmo muito recentes, de príncipes que não satisfizeram exatamente os seus compromissos; mas que, contudo, sempre é vantajoso estabelecer tratados, e que os aliados que assim vós ganhais serão, se não cabe coisa diversa, outros tantos inimigos que tereis de menos, e que, se vos não prestam qualquer ajuda, sempre decerto os reduzireis a observar uma exata neutralidade.

Maquiavel fala em seguida dos *principini*, esses soberanos em miniatura que, tendo pequenos Estados, não podem pôr um exército em campanha; e o autor insiste muito nisto de que devem fortificar a capital, a fim de aí se encerrarem com as suas tropas em caso de guerra.

Os príncipes de que fala Maquiavel não são propriamente mais do que hermafroditas de soberanos e de particulares; é só com os seus fâmulos que desempenham o papel de grandes senhores. O que de melhor se lhes poderia aconselhar seria, parece-me, que diminuíssem um pouco a opinião infinita que têm da sua grandeza, a veneração extrema que sentem pela sua antiga e ilustre raça, e o zelo inviolável que tem pelos seus brasões. As pessoas sensatas dizem que fariam melhor que figurassem no mundo apenas como particulares que vivem desafogadamente, que deveriam abolir de uma vez as andas às quais o orgulho os faz trepar, que, quando muito, mantivessem, apenas, uma guarda para expulsar os ladrões dos seus castelos, no caso de que houvesse bastantes esfomeados para neles procurarem subsistência, e que arrasassem os parapeitos, as muralhas e tudo quanto possa dar um ar de praça forte à sua residência.

E eis as razões do que dizemos: a maior parte dos pequenos príncipes, nomeadamente os da Alemanha, arruínam-se com a despesa, excessiva em proporção com os seus proventos, que lhes produz a loucura

de uma vã grandeza; despenham-se, para sustentar a honra da sua casa, e tomam, por vaidade, o caminho da miséria e do hospital; não existe filho segundo de uma linhagem possuidora de apanágio que não imagine ser qualquer coisa de semelhante a Luís XVI; constrói o seu Versalhes, beija a sua Maintenon, sustenta os seus exércitos.

Há atualmente um certo príncipe da Alemanha, possuidor do apanágio de uma ilustre casa, que, por um requinte de grandeza, sustenta exatamente ao seu serviço todos os corpos de tropas que compõem a casa do Rei, mas de modo tão diminuído que é preciso ter um microscópio para perceber cada um desses seus corpos em particular; o seu exército seria talvez bastante forte para representar uma batalha no teatro de Verona; mas que se lhe não peça mais do que isso.

Disse, em segundo lugar, que os príncipes faziam mal em fortificar a sua residência, e a razão é muito simples: não estão eles no caso de poder ser assediados pelos seus pares, porquanto vizinhos mais poderosos se lhes intrometem nos diferendos, e lhes oferecem uma mediação cuja recusa não depende deles; assim, em lugar de sangue derramado, dois golpes de pena terminam as suas pequenas querelas.

Para que lhes serviriam então as fortalezas? Ainda quando estivessem em estado de sustentar um assédio da duração do de Tróia, contra pequenos inimigos, não suportariam um como o de Jericó diante dos exércitos de um rei ou de um monarca poderoso. Se, além disso, se efetuam grandes guerras na sua vizinhança, não é deles que depende o manterem-se neutros, e ficam totalmente arruinados; e se abraçam o partido de uma das potências beligerantes, a sua capital torna-se a praça de guerra do príncipe dessa potência.

Vítor-Amadeu, infinitamente superior no poder à ordem de príncipes de que acabamos de falar, experimentou em todas as guerras de Itália uma sorte muito desagradável para as suas fortalezas; Turim sofreu mesmo como que um fluxo e refluxo do domínio ora francês, ora imperial.

A vantagem das cidades abertas é que, em tempo de guerra, ninguém se preocupa com elas, dado que são consideradas inúteis, e que, assim, se deixa tranqüilamente a sua posse àqueles a quem pertencem.

A idéia que nos dá Maquiavel das cidades imperiais da Alemanha é totalmente diferente do que elas são no presente; um petardo chegaria,

e, à falta deste, uma ordem do Imperador, para o fazer senhor dessas cidades. Todas elas estão mal fortificadas, a maior parte com antigas muralhas, flanqueadas em alguns sítios de grossas torres, e cercadas de fossos que terras que desabaram encheram quase inteiramente. Têm poucas tropas, e as que sustentam estão mal disciplinadas; os seus oficiais ou são o rebotalho da Alemanha, ou gente velha que não está já em estado de servir. Algumas dessas cidades imperiais têm muito boa artilharia; mas isso não chegaria para que se opusessem ao Imperador, que tem o costume de lhes fazer sentir muito amiúde a sua inferioridade.

Numa palavra, fazer a guerra, dar batalhas, atacar ou defender fortalezas, é unicamente empresa para os grandes príncipes; e aqueles que querem imitá-los sem terem o poder para tanto, caem no ridículo de Domiciano que imitava o ruído do trovão, e pensava persuadir com isso o povo romano de que era Júpiter.

Capítulo XI

Sempre achei muito estranho que aqueles que se dizem os sucessores dos apóstolos, – penso em alguns patifes, pregadores da humildade e do arrependimento –, possuíssem bens avultados, refinassem no luxo, e fruíssem de posições mais dignas de satisfazer a vaidade do século e a ostentação dos grandes do que de ocupar homens que devem meditar sobre o vazio da vida humana e sobre a obra da sua salvação. Verifica-se, contudo, que o clero da igreja romana é poderosamente rico, que os prelados detêm a situação de príncipes soberanos, e que o poder temporal e espiritual do primeiro bispo dos cristãos o faz de algum modo árbitro dos reis e a quarta pessoa da Divindade.

Os eclesiásticos ou os teólogos distinguem mais escrupulosamente que ninguém entre os atributos da alma e os do corpo, mas é com o tema da sua ambição que se lhes deveria retorquir aos argumentos. Vós, poder-se-ia dizer, cuja vocação contém os deveres do vosso ministério no espiritual, como tendes a este tão grosseiramente confundido com o temporal? Vós, que empregais tão subtilmente o *distinguo*, quando se trata do espírito, que desconheceis, e da matéria, que conheceis muito pouco, de onde provém que rejeiteis tais distinções logo que se trata dos vossos interesses? É que esses senhores se embaraçam pouco com o calão ininteligível que falam, e muito com os grossos proventos que auferem. É que a sua maneira de raciocinar deve estar conforme à ortodoxia, como a maneira de agir às paixões de que estão animados, e é que os objetos

palpáveis da natureza têm tanto primado sobre o intelectual quanto a felicidade real desta vida sobre a felicidade ideal do outro mundo.

Este espantoso poder dos eclesiásticos faz o assunto do presente capítulo, da mesma forma que tudo o que respeita ao seu governo temporal.

Acha Maquiavel que os príncipes eclesiásticos são muito felizes, pois que não têm a temer nem o levantamento dos súditos, nem a ambição dos vizinhos; o nome respeitável e imponente da Divindade põe-nos a coberto de tudo o que se lhes poderia opor ao interesse e à grandeza próprias; os príncipes que os atacariam temem a sorte dos titãs, e os povos que lhes desobedeceriam temem o destino dos sacrílegos. A piedosa política desta espécie de soberanos aplica-se a convencer o mundo daquilo que Despréaux exprime tão bem no verso:

Quem não ama Cotin, não ama Deus, nem o Rei.

O que é estranho é que os príncipes encontram bastantes vítimas cuja credulidade assenta na boa fé, e que aderem sem qualquer exame ao que os eclesiásticos julgam oportuno fazer-lhes crer.

É certo, contudo, que não há país onde formiguem tantos mendigos como os dos padres; é nestes que se pode ver um penoso quadro de todas as misérias humanas, não desses pobres que são atraídos pela liberalidade e as esmolas dos soberanos, desses insetos que se agarram aos ricos e que rastejam atrás da opulência, mas desses indigentes famélicos que a caridade dos bispos respectivos priva do necessário, para prevenir a corrupção e os abusos que o povo costuma fazer da superfluidade.

É, sem dúvida, sobre as leis de Esparta, onde o dinheiro era proibido, que assentam os princípios destes governos eclesiásticos, quase com a única diferença de que os prelados se reservam o uso dos bens de que despojam muito devotamente os seus súditos. Felizes os pobres, dizem, porque herdarão o reino dos céus! E como desejam que toda a gente se salve, cuidam de que todos se tornem indigentes. Ó piedade eclesiástica, até onde se não estende a tua sábia previdência!

Nada deveria ser mais edificante do que a história dos chefes da Igreja, ou dos vigários de Jesus Cristo; está-se persuadido de se encontrar aí exemplos de costumes irrepreensíveis e santos; passa-se, todavia, todo o contrário: não há mais do que obscenidades, abominações e mo-

tivos de escândalo; e não será possível ler a vida dos papas se detestar as suas crueldades e perfídias.

Verifica-se, por junto, a ambição que os possui de aumentarem o poder temporal e a grandeza próprias; a sórdida cobiça que os leva a transferir grandes bens, os pretextos injustos e desonestos, para as suas famílias, a fim de enriquecer os sobrinhos, as amantes ou os bastardos.

Aqueles que não cogitam muito acham singular que os povos sofram com tanta docilidade e paciência a opressão desta espécie de soberanos, que não abram de nenhum modo os olhos aos vícios e excessos que degradam os eclesiásticos, e que aceitem a uma testa tonsurada que não sofreriam a uma fronte coroada de louros. Este fenômeno não é tão estranho para aqueles que conhecem o poder da superstição sobre os idiotas, e do fanatismo sobre o espírito humano; sabem que a religião é uma antiga máquina que jamais se enferrujará, e que foi utilizada em todos os tempos para garantir a fidelidade dos povos, e para pôr um freio à indocilidade da razão humana; a bem que o erro pode cegar os homens mais penetrantes, e que não há nada tão triunfante como a política de aqueles que põem em ação o Céu e o Inferno, Deus e os demônios, para atingir os seus desígnios. Tanto é verdade que mesmo a verdadeira religião, a mais pura fonte de todos os bens, se transforma, amiúde, por deplorável abuso, na origem e princípio de todos os males.

O autor nota muito judiciosamente o que mais contribuiu para a elevação da Santa Sé. Viu a razão principal de tal fato na hábil conduta de Alexandre VI, o pontífice que levava a um excesso enorme a crueldade e a ambição próprias, e que não conhecia outra justiça além da perfídia. Não seria, então, possível, sem uma espécie de blasfêmia, confundir o edifício da ambição deste pontífice com a obra da Divindade. O Céu não podia ter parte imediata na elevação dessa grandeza temporal, que é estritamente a obra de um homem muito mau e muito depravado; não seria possível fazer melhor do que sempre distinguir cuidadosamente nos eclesiásticos, seja qual for a dignidade que possuam, o ministro da palavra de Deus, enquanto anunciam as ordens divinas, do homem corrompido, enquanto não pensam em mais do que satisfazer as suas paixões.

O elogio de Leão X encerra este capítulo; mas tal elogio não possui qualquer peso, porquanto Maquiavel era contemporâneo do mesmo papa. Todo o louvor que um súdito dirige ao senhor, ou um artista a um príncipe, parece, diga o que se disser, aproximar-se muito da lisonja. A nossa sorte, tais como somos, deve ser decidida pela posteridade, que julga sem paixões e sem interesse. Maquiavel devia, menos do que qualquer outro, descambar no defeito da adulação, porquanto não era juiz competente do verdadeiro mérito, e ignorava, incluso, o que é a virtude; e não sei se teria sido preferível receber dele o louvor ou a censura. Abandono esta questão ao leitor; a ele pertence julgar.

Capítulo XII

Tudo se modificou no universo: a fecundidade da natureza compraz-se em se manifestar por produções que, embora do mesmo gênero, são contudo diferentes umas das outras; e isso se vê nas plantas, nos animais, nas paisagens, nos traços, cor, figura e constituição dos homens; mas esta operação da natureza é tão universal, tão geral, que se estende até ao temperamento dos impérios e das monarquias, se assim me é permitido exprimir-me. Entendo, em geral, por temperamento de um império a sua extensão, o número dos povos que o habitam, a sua situação relativamente aos seus vizinhos, o seu comércio, os seus costumes, as suas leis, o seu forte, o seu fraco, as suas riquezas e recursos.

Esta diferença de governo é muito sensível, e torna-se infinita, quando se quer descer até aos pormenores. Assim como os médicos não possuem nenhum segredo, nenhuma panacéia para curar todas as doenças, nem qualquer remédio que convenha a todas as compleições, assim também os políticos mais espertos e mais hábeis não seriam capazes de prescrever regras gerais de política cuja aplicação se coadunasse com todas as formas de governo e à situação de cada país em particular.

Esta reflexão conduz-me naturalmente a examinar o sentimento de Maquiavel acerca das tropas estrangeiras e mercenárias. O autor repele inteiramente a sua utilização, como apoiar-se em exemplos pelos quais pretende provar que antes foram estas tropas prejudiciais aos Estados que delas se serviram do que lhes proporcionaram qualquer socorro.

É certo, como a experiência o mostra, em geral, que são nacionais as melhores tropas de qualquer Estado. Poder-se-ia fundar esta impressão nos exemplos da valorosa resistência de Leônidas nas Termópilas, na inferioridade a que os lacedemônios chegaram relativamente aos demais gregos quando os seus escravos passaram a combater por eles, e nos progressos espantosos do império romano quando as suas legiões eram compostas tão-só de cidadãos de Roma. Foram os nacionais, e não os estrangeiros, que submeteram o mundo inteiro ao domínio desta soberba e altiva república. Esta máxima de Maquiavel pode então convir a todos os países bastante ricos de habitantes para que possam fornecer um número suficiente de soldados que os defendam. Estou persuadido, com o autor, de que um império é mal servido por mercenários, e de que a fidelidade e a coragem de soldados vinculados ao país os sobrepuja de muito. É especialmente perigoso deixar enlanguescer e efeminar os súbitos pela moleza e pela inação, naqueles tempos em que as fadigas da guerra e os combates fazem aguerridos os vizinhos.

Notou-se mais de uma vez que os Estados que saem das guerras civis são infinitamente superiores aos seus inimigos, porquanto todos são soldados numa guerra civil, o mérito distingue-se nelas independentemente do favor, e os homens são animais de costumes nos quais o hábito tudo decide.

Há, contudo, casos que parecem eximir-se a esta regra. Se os reinos ou os impérios não produzem uma tão grande multidão de homens como os exércitos pedem e a guerra consome, a necessidade obriga a recorrer aos mercenários, como único meio de suprir as mínguas do Estado.

Há, então, expedientes que levantam a maior parte das dificuldades, e, o que Maquiavel considera defeituoso em tal espécie de milícia, trata-se de misturar cuidadosamente a esta com os nacionais, para impedir que façam grupo à parte, e para os habituar à mesma ordenança, à mesma disciplina e à mesma fidelidade; e dá-se atenção particular a que o número de estrangeiros não exceda o número de nacionais.

Há um rei do Norte cujo exército é composto de todo o gênero de corpos misto, e que nem por isso é menos poderoso e formidável. A maior parte das tropas européias é composta de nacionais e de mercenários; aqueles que cultivam as terras, aqueles que habitam as cidades,

mediante uma certa taxa que pagam para a manutenção das tropas que devem defendê-los, nunca vão à guerra. Os soldados saem da escória do povo dos indolentes que mais amam a ociosidade do que o trabalho, dos devassos que procuram nas fileiras a licença e a impunidade, de aqueles que não guardam docilidade e obediência para com seus pais, de jovens estouvados que se alistam por leviandade, e que, servindo tão-só por capricho, sentem tão pouca inclinação e apego pelo seu senhor como os estrangeiros. Quão diferentes são estas tropas daquelas dos romanos que conquistaram o mundo! As deserções, tão freqüentes hoje em todos os exércitos, eram coisa ignorada entre os romanos; estes homens que combatiam pelas suas famílias, pelos seus penates, pela burguesia romana, e por tudo o que tinham de mais caro na vida, não pensavam em trair tantos interesses a um tempo por uma cobarde deserção.

O que faz a segurança dos grandes príncipes da Europa é o fato de que as suas tropas sejam quase semelhantes, e que, assim, não tenham eles qualquer vantagem uns sobre os outros. Apenas os soldados suecos são, a um tempo, burgueses, camponeses e soldados; por isso, quando vão para a guerra, ninguém fica no interior do país para lavrar a terra. O seu poder, é óbvio, não é de nenhum modo formidável, pois que não podem cumprir um esforço demorado sem se arruinarem mais a eles próprios do que aos seus inimigos.

E é quanto tenho a dizer acerca dos mercenários. Quanto à maneira que um grande príncipe deve ter no fazer a guerra, ponho-me inteiramente do lado de Maquiavel. De fato, deve um grande príncipe chamar a si a condução das tropas e presidir no seu exército como na sua residência. O interesse, o dever, a glória, tudo o induz a isso. Assim como é ele o chefe da justiça distributiva, assim ele é também o protetor e o defensor dos povos; deve olhar a defesa dos súditos como um dos objetos mais importantes do seu ministério, e deve, por essa razão, confiar apenas em si. Parece que o seu interesse requer necessariamente que se encontre em pessoa à frente do exército, pois que todas as ordens emanam de si próprio, e que, assim, o conselho e a execução se seguem um ao outro com rapidez extrema. Além disso, a presença augusta do príncipe põe termo à desinteligência entre os generais, tão funesta e tão prejudicial aos interesses do senhor; põe mais ordem no que respeita aos depósitos, munições e provisões de guerra, sem os quais um César, à

testa de cem mil combatentes, jamais teria feito algo de grande ou de heróico; e como é o príncipe que faz dar as batalhas, parece que lhe pertenceria também dirigir-lhes a execução, e comunicar às tropas, com a sua presença, o necessário espírito de valor e de segurança; a ele pertence mostrar como é a vitória inseparável dos seus desígnios, como a fortuna está encadeada pela sua presença, e dar um exemplo ilustre de como é imperativo desprezar os perigos e a própria morte, quando o dever, a honra, e uma imortal reputação o requerem.

Que glória não está ligada à habilidade, à sabedoria e ao valor de um príncipe, quando garante os seus Estados contra a incursão dos inimigos, quando por sua coragem e destreza triunfa das empresas violentas dos seus adversários, e quando pela firmeza, pela prudência e pelas virtudes militares sustenta os direitos que pretendem contestar-lhe pela injustiça e pela usurpação!

Todas estas razões somadas devem, ao que me parece, obrigar os príncipes a incumbir-se eles próprios da condução das tropas, e a partilhar com os súditos de todos os perigos e riscos a que se exponham.

Mas, dir-se-á, nem todo o mundo nasceu soldado, e muitos príncipes há que não tem nem o espírito, nem a experiência necessária para comandar um exército. Confesso que é verdade; esta objeção não deve, contudo, embaraçar-me demasiado; e isto porque, num exército, sempre se encontram generais entendidos, e o príncipe pode recorrer aos seus conselhos; a guerra segue melhor quando o general está sob a tutela do ministério, o qual, quando se não encontra dentro do exército, está fora da possibilidade de julgar as coisas, e põe amiúde o mais hábil general na impossibilidade de dar provas da sua capacidade.

Acabarei este capítulo depois de ter salientado uma frase de Maquiavel, que me pareceu assaz singular. "Os venezianos, diz, desconfiando do Duque de Carmagnola, que lhes comandava as tropas, foram obrigados a fazê-lo sair deste mundo."

Não entendo nada, confesso, o que seja estar obrigado a fazer que alguém saia deste mundo, a menos que se queira dizer trair, envenenar, assassinar, numa palavra condenar à morte esse alguém. É assim, com adoçar os termos, que o doutor do crime julga tornar inocentes as ações mais negras e mais culposas.

Tinham os gregos o costume de se servir de perífrases quando falavam da morte, pois que não podiam sentir sem um secreto horror tudo o que o transe da morte tem de espantoso; e Maquiavel perifraseia os crimes, pois que o seu coração, revoltado contra o seu espírito, não seria capaz de digerir completamente crua a execrável moral que ensina.

Que triste situação a daquele que tem vergonha de se mostrar aos outros tal qual é, e que se furta à ocasião de se examinar a si próprio!

Capítulo XIII

Entre todos os filósofos da Antiguidade eram, sem dúvida, os mais sábios, os mais judiciosos, os mais modestos, aqueles que pertenciam à nova Academia; circunspectos nas decisões, nunca se entregavam a afirmar ou a negar precipitadamente uma coisa, não deixavam arrastar os seus sufrágios nem pelo erro da presunção, nem pelo ímpeto do temperamento.

Teria sido para desejar que Maquiavel houvesse aproveitado da moderação destes filósofos, e que se não tivesse abandonado às agudezas impetuosas da sua imaginação, que tão freqüentemente o desviaram do caminho da razão e do bom senso.

Maquiavel leva a hipérbole a um ponto extremo, com sustentar que um príncipe prudente antes amaria morrer com tropas próprias do que vencer com contingentes estrangeiros. Não é possível levar mais longe a extravagância, e sustenho que desde que o mundo é mundo não se pronunciou maior absurdo do que aquele que consiste em afirmar que *O Príncipe* de Maquiavel é um bom livro.

Uma proposição tão arriscada por parte do autor, como a que acabamos de referir, terá de chamar sobre ele a condenação; ela é tão pouco conforme à política quanto à experiência. Qual é o soberano que à ruína não preferiria a conservação dos Estados, independentemente dos meios e das pessoas aos quais a ficasse a dever?

Penso que um homem em risco de perecer afogado não daria ouvido aos discursos daqueles que lhe diriam que seria indigno dele dever a vida a outros antes do que a si próprio, e que, assim, deveria morrer, de preferência a agarrar a corda ou a bengala que outros lhe estendessem para o salvar. Faz-nos a experiência ver que o primeiro cuidado dos homens é o da conservação, e o segundo o do bem-estar; o que destrói o paralogismo enfático do autor.

Aprofundando esta máxima de Maquiavel, verifica-se que não é mais do que inveja disfarçada o que esse infame corruptor se esforça por inspirar aos príncipes; e é, todavia, a inveja dos príncipes para com os seus generais, ou para com os auxiliares que vêm socorrê-los, e que não desejam aguardar, no medo de parcelar a glória, o que, em todos os tempos, tem sido prejudicial aos seus interesses. Uma infinidade de batalhas foi perdida por esta razão, e mais têm prejudicado aos príncipes as invejas mesquinhas do que o número superior e as vantagens dos seus inimigos.

A inveja é um dos defeitos mais nocivos à sociedade, e tem conseqüências mui diferentes conforme se encontra nos príncipes ou nos particulares. Um Estado governado por um príncipe invejoso dos súditos terá de dar cidadãos tímidos, em vez de homens hábeis e capazes de praticar grandes ações.

Os príncipes invejosos abafam no germe os gênios que o Céu parece ter constituído para empresas ilustres; daí a decadência dos impérios e, por fim, a sua queda total. O império do Oriente ficou a dever a sua perda tanto à inveja que os imperadores sentiam pelos sucessos felizes dos seus generais quanto à pedantaria religiosa dos últimos príncipes que nele reinaram; em vez de se recompensar os hábeis generais, eram eles punidos pelos êxitos, e os capitães pouco experimentados aceleravam a ruína do Estado. Este império não podia, então, deixar de perecer.

O primeiro sentimento que um príncipe deve ter é o amor da pátria, e a única vontade que lhe convém é a de operar alguma coisa de útil e de grande para o bem do Estado. A isso deve sacrificar o amor-próprio e quaisquer paixões, e aproveitar de todos os avisos, de todos os socorros e de todos os grandes homens que encontre, numa palavra, de

tudo o que seja capaz de contribuir para a execução das boas intenções que alimenta para a felicidade dos seus súditos.

As potências que podem prescindir de tropas mistas ou auxiliares fazem bem em excluí-las dos seus exércitos; mas como poucos príncipes da Europa estão em tal situação, creio que não arriscam nada com as auxiliares, enquanto o número das nacionais lhes for superior.

Maquiavel escrevia para pequenos príncipes. A sua obra está composta tão-só de *concetti* políticos; quase não há um lugar onde o autor não tenha experiência contra si mesmo. Poderia alegar uma infinidade de exemplos de exércitos compostos de auxiliares, que obtiveram resultados felizes, e de príncipes que se sentiram bem como os serviços que eles lhes prestaram.

Essas guerras de Brabante, do Reno e da Itália, onde o Imperador, ligado com o Império, a Inglaterra e a Holanda, ganhava batalhas sobre os franceses, os expulsava da Alemanha e da Itália, e os dizimava na Flandres, essas guerras fizeram-se tão-só com auxiliares. A empresa pela qual três reis do Norte despojaram Carlos XII de uma parte dos seus Estados da Alemanha executou-se analogamente com tropas de diferentes senhores unidos por alianças; e na guerra do ano de 1734, que a França começou sob o pretexto de sustentar os direitos desse rei da Polônia sempre eleito e sempre destronado, os franceses, juntos com os saboianos, conquistaram o Milanês e a maior parte da Lombardia.

Que resta a Maquiavel depois de tantos exemplos, e a que se reduz a alegoria, por engenhosa que seja, das armas de Saul, que Davi recusou, por causa do peso que tinham quando devia enfrentar Golias? Não mais que a creme batido. Confesso que os auxiliares incomodam algumas vezes os príncipes; mas pergunto se o incômodo não é voluntário, quando se conquistam cidades e províncias.

A propósito dos auxiliares, Maquiavel deita o seu veneno sobre os suíços que estão ao serviço da França; devo dizer uma palavrinha sobre o caso destas destemidas tropas, porquanto é indubitável que os franceses ganharam mais de uma batalha pela sua ajuda, indubitável que prestaram assinalados serviços a esse império, e que se a França licenciasse os suíços e os alemães que servem na sua infantaria, os seus exércitos se tornariam muito menos temidos do que são presentemente.

Isto quanto aos erros de juízo; vejamos agora os de moral. Os maus exemplos que Maquiavel propõe aos príncipes são malfeitorias que lhe não devem ser perdoadas. Alega neste capítulo o caso de Hierão de Siracusa, o qual, considerando que as suas tropas eram igualmente perigosas para manter e para licenciar, a todas fez chacinar. Fatos semelhantes revoltam quando os encontramos na História; mas temos de nos sentir indignados quando os vemos descritos num livro que deve servir para a instrução de príncipes.

A crueldade e a barbárie são amiúde fatais para os particulares, e por isso constituem um motivo de horror para o grande número; mas os príncipes, que a Providência situou tão longe dos destinos vulgares, têm-lhes tanto menos aversão quanto mais não têm por que temê-los. Seria, então, àqueles que devem governar os homens que mais se deveria inculcar um máximo de afastamento de todos os abusos que podem cometer com seu poder ilimitado.

O próprio Maquiavel, que diz neste capítulo "que não há nada de tão frágil como o crédito e a reputação daqueles que o têm, quando um e outra não estão fundados no talento próprio", sente hoje que a fragilidade da sua reputação se desvaneceu, e que o seu espírito fez que fosse estimado em vida, a sua malícia o fez detestável após a morte. Tão verdadeiro é que se não pode encher os olhos do público, duradouramente; este público, bom apreciador de reputações, ainda quando lisonjeia num tempo, não lisonjeia sempre, e julga tão severamente os homens após a sua morte, qualquer que tenha sido o nível a que pertenceram, que, diz-se, eram os antigos reis do Egito julgados depois de mortos.

Não há, então, mais do que um meio seguro e infalível para conservar no mundo uma boa reputação; é ser efetivamente tal qual se deseja parecer aos olhos do público.

Capítulo XIV

Há uma espécie de pedantaria comum a todos os mestres, que provém estritamente do excesso e da intemperança dos que a eles se entregam; é uma pedantaria que faz disparatar, e torna ridículos aqueles que por ela são afetados.

Olha-se com indulgência esses moços a fretes da república das letras que se enterram na douta poeira da Antiguidade para o progresso das ciências, que do fundo dessas trevas derramam para dizê-lo assim, a sua luz sobre o gênero humano, e que vivem com os mortos e os autores da Antiguidade, que assaz conhecem, para utilidade dos vivos e das pessoas do seu tempo, que conhecem muito pouco.

Esta pedantaria, que de algum modo se desculpa nos sábios de primeira ordem, dado que a sua profissão os impede de se expandirem no século, e entre gente que poderia civilizá-los, esta pedantaria é inteiramente insuportável nos homens de guerra, e pela razão dos contrários.

Um soldado é pedante quando se atém demasiado à minúcia, ou quando é fanfarrão e descansa no don-quixotismo. Esses defeitos tornam-no tão ridículo na sua profissão quanto o pó do gabinete e as maneiras do mundo latino o podem tornar um sábio.

O entusiasmo de Maquiavel expõe o seu príncipe a este ridículo: exagera tanto neste ponto que pretende que o seu príncipe não seja mais do que soldado; faz dele um completo Dom Quixote, com a imaginação

cheia de campos de batalha, de entrincheiramentos, de poliorcética, de dispositivos, de manobras táticas, de passos e de fortificações. Espanto-me de que o autor se não tenha determinado a alimentá-lo de sopas de *avant-faces*, de pastéis de bombas, e de tortas *en ouvrage à corne*, e de que o não tenha feito atacar moinhos de vento, carneiros e avestruzes, como o amável extravagante que foi Miguel de Cervantes.

Tais são os desconhavos em que se topa, quando alguém se afasta do sábio meio-termo que está para moral como o centro de gravidade está para a mecânica.

Um príncipe não cumpre mais do que metade da sua vocação, se apenas se aplica ao ofício da guerra; é evidentemente falso que apenas deva ser soldado, e podemos lembrar-nos do que disse acerca da origem dos príncipes, no primeiro capítulo desta obra. São juízes por instituição; e são generais por acréscimo. *O Príncipe* de Maquiavel é como os deuses de Homero, que sempre eram figurados fortes, robustos e poderosos, mas nunca justos e eqüitativos. Este autor vai até ao ponto de ignorar o catecismo da justiça; não conhece mais do que o interesse e a violência.

O autor apresenta somente pequenas idéias; o seu gênio acanhado não abarca mais do que assuntos próprios da política dos pequenos príncipes. Nada de tão lastimoso como as razões de que se serve para recomendar aos príncipes a prática venatória; situa-se na opinião do que por este meio aprenderão os príncipes a conhecer as situações e as passagens do seu país.

Se um rei de França, se um imperador pretendesse adquirir por este modo conhecimento dos seus Estados, necessitaria de tanto tempo no exercício da caça quanto emprega o universo na grande revolução do ano solar.

Que me seja permitido entrar com maior detalhe nesta matéria. Será como uma espécie de digressão a propósito da caça; e pois que este parecer constitui paixão quase geral entre os nobres, os grandes senhores e os reis, parece-me que merece alguma discussão.

A maior parte do reis e dos príncipes passa pelo menos três quartas partes da sua vida a correr os bosques, a perseguir animais e a abatê-los. Se esta obra cai nas suas mãos, ainda que eu não tenha suficiente amor-próprio para presumir que eles queiram sacrificar na sua leitura um tempo que empregam tão utilmente para bem do gênero humano, rogo-

lhes que sofram que o amor da verdade que me conduz faça a apologia dos meus sentimentos, no caso de que os encontrem contrárias aos seus. Não componho um elogio lisonjeador, a minha pena não é venal, o meu desígnio é, ao escrever esta obra, o de me satisfazer com afirmar em toda a liberdade possível as verdades de que estou convencido, ou as coisas que se me afiguram razoáveis. Se existe, depois de tudo, um leitor de tão depravado gosto que não ame a verdade, ou que não queira que se lhe combata a forma de pensar, esse mesmo leitor não tem mais do que repelir o meu livro, pois que certamente ninguém o obrigará a lê-lo.

Volto ao meu assunto. É a caça um desses prazeres sensuais que muito agitam o corpo, e nada dizem ao espírito; trata-se de um exercício e de uma habilidade assassina que se põe em prática à custa dos animais selvagens; trata-se de uma dissipação contínua, um prazer tumultuoso que enche o vazio da alma, e que a torna incapaz, entretanto, de qualquer outra reflexão; trata-se de um desejo vivo e ardente de perseguir algum bicho, e de uma satisfação cruel e sanguinária em matá-lo; numa palavra, trata-se de uma diversão que faz o corpo robusto e apto, e que deixa o espírito baldio e sem cultura.

Sem dúvida que os caçadores me repreenderão de que tome estas coisas demasiado a sério, que faça crítica grave e severa, e que esteja o caso dos sacerdotes que, pelo privilégio de só eles falarem *ex catedra*, têm a facilidade de provar tudo o que lhe parece sem defrontarem oposição.

Não me ajudarei destas vantagens, e produzirei de boa-fé as razões especiosas que alegam os amadores da caça. Dir-me-ão primeiro que a caça é o mais nobre e antigo prazer dos homens; que patriarcas houve, e mesmo grandes figuras, que foram caçadores; e que, caçando, continuam os homens a exercer sobre os animais aquele mesmo poder que Deus se dignou dar a Adão. Convenho em que a caça pode ser tão antiga, se o querem, como o mundo; isso prova que se caça desde tempos remotos; mas acerca disso temos de dizer que o que é velho nem por isso se constitui melhor. Houve grandes figuras que amaram a caça, confesso-o: tiveram os seus defeitos como as suas fraquezas; imitemos o que tiveram de excelente, e não copiemos as suas minúcias.

Os patriarcas caçaram, é verdade; reconheço, ainda, que desposaram as suas irmãs, e que a poligamia estava em uso naquele tempo. Mas esses bons patriarcas e nossos queridos antepassados ressentiam-se

muito dos séculos bárbaros em que viviam: eram assaz grosseiros e ignorantes; eram gente ociosa que, não sabendo como ocupar-se, e para manter o tempo que lhes parecia demasiado longo, passeavam na caça os seus enfados; perdiam nos bosques, a perseguir os bichos, momentos que não tinham nem a capacidade, nem o espírito, de passar em companhia de seres racionais.

Pergunto se constituem exemplos para imitar, se a grosseria deve instruir a polidez, ou se não pertence antes aos séculos esclarecidos servir de modelo aos outros.

Que Adão tenha recebido ou não império sobre os animais é coisa que me não interessa; mas sei que somos mais cruéis e rapaces do que os mesmos animais, e que usamos muito tiranicamente desse pretendido império. Se alguma coisa nos deveria dar vantagem sobre os animais seria seguramente a nossa razão; e aqueles, em geral, que fazem profissão da caça, têm o cérebro mobilado de cavalos, cães e toda a espécie de animais. São, por norma, grosseiros, e contraem o hábito assaz perigoso de se entregar sem reserva ao entusiasmo da sua paixão; é de temer que se tornem tão inumanos com os homens como com os animais, ou que pelo menos o cruel costume de fazer sofrer com indiferença os torne menos compassivos com as desditas dos seus semelhantes. É esse o prazer de que tanto se vangloria a nobreza? É essa a ocupação verdadeiramente digna de um ser pensante?

Redarguir-se-me-á, talvez, que a caça é benéfica para a saúde; que a experiência mostrou que aqueles que caçam não se fazem velhos; que se trata de um prazer inocente e que convém aos grandes senhores, pois que mostra a sua magnificência, dissipa os seus desgostos, dá-lhes, em tempos de paz, imagens da guerra, e que, enfim, um príncipe aprende, caçando, as situações do terreno, os passos e, numa palavra, tudo o que respeita a uma região.

Se me disséssеis que a caça é uma paixão, lastimar-vos-ia o fato de a terdes a ela antes do que a outra, desculpar-vos-ia, incluso, de algum modo, e limitar-me-ia, simplesmente, a aconselhar-vos a que moderásseis uma paixão que não seríeis capazes de destruir. Se me disséssеis que a caça é um prazer, responderia que faríeis bem em saboreá-lo sem excesso; porque Deus me livre de condenar algum prazer! Preferiria, ao contrário, abrir todas as portas d'alma pelas quais

pode o prazer chegar ao homem. Mas quando me dizeis que a caça é muito útil e muito boa, pelas cem razões que vos são sugeridas pela ilusão do amor-próprio e pela falaz linguagem das paixões, respondo que não aceito os vossos frívolos motivos, que é um creme que aplicais sobre um rosto vil, para lhe dissimular a disformidade, e que, não podendo prová-lo, quereis, pelo menos, deslumbrar. De que pode servir à sociedade a larga vida de um homem ocioso e indolente? Lembremo-nos destes versos:

E não apreciemos pelo número de anos
A carreira dos heróis.

Não se trata, de maneira nenhuma, de que um homem arraste até à idade de Matusalém o filho indolente e inútil de seus dias; mas mais terá refletido, mais terá praticado ações belas e úteis, e mais terá vivido.

Além disso, a caça é, entre todos os divertimentos, o que menos convém aos príncipes. Podem eles manifestar a sua magnificência de uma forma muito mais útil para os súditos; se se verificasse que a abundância da caça arruinava gente do campo, o afã de destruir os animais nocivos poderia muito bem ser cometido aos caçadores. Os príncipes deveriam ocupar-se congruentemente no só cuidando de se instruírem, a fim de adquirirem o maior número de conhecimentos e de poderem em alto grau combinar idéias. A sua profissão consiste em pensar bem e com justiça; era nisso que todos deveriam aplicar o espírito; mas como os homens dependem muito dos hábitos que contraem, e como as suas ocupações influem infinitamente sobre a sua maneira de pensar, pareceria natural que preferissem a companhia de pessoas sensatas, cuja cordura fosse-lhes comunicada, à dos animais, que têm de os fazer ferozes e selvagens. Porquanto de quantas vantagens não desfrutam aqueles que arquitetaram o seu espírito sobre o tom da reflexão, relativamente àqueles que submetem a razão ao império dos sentidos! A moderação, essa virtude tão necessária aos príncipes, não se encontra entre os caçadores, e isto seria suficiente para que tal classe se volvesse odiosa.

Devo acrescentar ainda, para responder a todas as objeções que me poderiam ser feitas, e para voltar a Maquiavel, que não é indispensável ser-se caçador para se ser grande capitão; que Gustavo Adolfo, Turenne, milorde Marlborough e o Príncipe Eugênio, aos quais se não

tolherá a qualidade de homens ilustres e de hábeis oficiais, não foram caçadores, e que se pode ter, passeando, reflexões mais judiciosas e mais sólidas acerca das diferentes situações, desde o ponto de vista da arte da guerra, do que quando as perdizes, os cães perdigueiros, os cervos, um aranzel feito por todas as espécies de animais, etc., e o ardor da caça, distraem-vos. Um grande príncipe, que fez a sua segunda campanha na Hungria com os imperiais, correu o risco de cair prisioneiro dos turcos por se ter perdido na caça. Dever-se-ia, incluso, proibir a caça nos exércitos, porquanto causou muita desordem nas marchas: quantos oficiais, em vez de se dedicarem às tropas, desleixaram o seu dever e se desviaram em todas as direções? Destacamentos houve que, devido a razões semelhantes, arriscaram-se, até, a ser surpreendidos e destroçados pelo inimigo.

Concluo, então, que é perdoável que os príncipes pratiquem a caça, desde que isso se verifique raramente, e seja para se distraírem das suas sérias, e, algumas vezes, dolorosas, ocupações.

A caça é propriamente para aqueles que dela fazem profissão e instrumento do seu interesse; mas os homens razoáveis estão no mundo para pensar e para agir, e é a sua vida demasiado breve para que possam prodigalizar tão fora de propósito momentos que são tão preciosos.

Disse, acima, que o primeiro dever de um Príncipe consiste na administração da justiça; acrescento aqui que o segundo, e que imediatamente se lhe segue, é o da proteção e defesa dos seus estados.

São os soberanos obrigados a manter a ordem e a disciplina nas suas tropas; devem, incluso, aplicar-se seriamente ao ofício da guerra, a fim de que saibam comandar os exércitos, possam suportar as fadigas, levantar acampamentos, fazer nascer por toda a parte a abundância de víveres, tomar sábias e boas disposições, adaptar soluções prontas e justas, encontrar em si mesmos expedientes e recursos nos casos embaraçosos, aproveitar da boa como da má fortuna, e não errar nunca no conselho ou na prudência.

É, em verdade, exigir muito da humanidade; pode-se, contudo, esperá-lo antes de um Príncipe que tem a atenção voltada para o avigoramento do seu espírito, do que daqueles que apenas pensam materialmente e segundo os impulsos mais ou menos grosseiros dos sentidos. Passa-se, numa palavra, com o espírito, o que se passa com o corpo; se a

este o exercitais na dança, respirará, tornar-se-á elástico e direito; se o desprezais, curvar-se-á, perderá graça, tornar-se-á gebo e pesado, e, com o tempo, incapaz de qualquer exercício.

Capítulo XV

Os pintores e os historiadores têm de comum entre si que pintam os primeiros os traços e coloridos dos homens, e os outros os seus caracteres, as suas ações e a história do espírito humano, para transmitirem à posteridade mais distante. Há pintores cujo pincel, conduzido pela mão das Graças, compensa os defeitos da idade, e adoça a disformidade dos seus originais. As línguas eloqüentes dos Bossuet e dos Fléchier deram mais de uma vez esses toques de graça; corrigiram os defeitos da humanidade, e daqueles que não eram grandes homens fizeram outros tantos heróis. Há, pelo contrário, pintores que apenas reproduzem no feio; os seus cromos enodoam os lírios e as rosas da mais formosa tez; dão não sei quê deselegante aos contornos e aos traços mais regulares, de sorte que nas suas cópias se desconheceria a *Vênus* grega e o pequeno *Amor*, obras-primas de Praxíteles. O espírito de partido faz que os escritores caiam no mesmo defeito. Na sua *História da França*, o padre Daniel desfigura inteiramente os acontecimentos que se referem aos correligionários, e alguns autores protestantes, tão pouco moderados e tão pouco sábios como esse reverendo padre, tiveram a covardia de preferir as mentiras que lhes eram sugeridas pelas suas paixões, ao testemunho imparcial que deviam à verdade, sem considerar que o primeiro dever de um historiador obriga a narrar fielmente os fatos sem os mascarar ou modificar. Pintores diferentes ainda dos das duas ordens que acabo de indicar misturaram a história com a ficção, para representar

monstros mais horrendos do que aqueles que o Inferno seria capaz de criar; os seus pincéis quase pareciam não terem nem mais nem menos capacidade do que a requerida para apreender figuras de diabos; as suas telas receberam o que a imaginação, a um tempo mais fecunda e mais funesta, pôde criar de sombrio e de feroz a respeito dos danados e dos monstros do Inferno. O que os Callot, o que os Pedro Testa são neste gênero de pintura, é-o Maquiavel neste gênero de autores. Representa o Universo como um inferno, e todos os homens como uns demônios; dir-se-ia que este político misantropo e hipocondríaco quis caluniar todo o gênero humano por ódio à espécie inteira, ou que chamou a si a tarefa de aniquilar a virtude, quiçá para tornar todos os habitantes deste continente seus semelhantes.

Maquiavel, ao falar da virtude, expõe-se ao ridículo, como aqueles que raciocinam acerca do que não entendem e cai, além disso, no excesso que condena nos outros; porquanto, se alguns autores conceberam o mundo demasiado bom, ele representa-o possuidor de uma exagerada maldade; ao falar de um príncipe, só pode, assente na sua loucura, inferir falsas conseqüências; é tão impossível raciocinar acertadamente em que o primeiro princípio seja verdadeiro, como traçar um círculo sem um centro comum.

A moral política do autor reduz-se a que o príncipe não tenha mais vícios do que aqueles que lhe sejam proveitosos, sacrificando os outros à ambição, e a que se conforme com a perversidade do mundo para evitar uma perda que de outro modo seria inevitável.

O interesse é a palavra enigmática deste sistema político; é o turbilhão de Descartes, a gravitação de Newton. Segundo Maquiavel, o interesse é a alma deste mundo, ao qual, por isso, tudo se deve submeter, incluso as paixões. É pecar, contudo, gravemente, contra o conhecimento do mundo, isto de supor que os homens possam dar ou abolir as paixões. O mecanismo do corpo humano demonstra que a alegria, a tristeza, a doçura, a cólera, o amor, a indiferença, a sobriedade, ou a intemperança, numa palavra, todas as paixões, dependem da disposição de certos órgãos do corpo, da construção mais ou menos ligada de algumas pequenas fibras e de algumas membranas, de espessura ou da fluidez do sangue, da facilidade ou dificuldade da sua circulação, do vigor do coração, da natureza da bílis, da grandeza

do estômago, etc. Ora, pergunto se todas essas partes do corpo serão bastante dóceis para se conformarem às leis do interesse, e se não será mais razoável presumir, ao contrário, a sua indocilidade. Maquiavel encontraria, além disso, muitos heréticos que prefeririam o deus do Epicuro ao deus de César.

A única razão legítima que pode levar um ser razoável a lutar contra as paixões que o lisonjeiam, é o próprio bem que disso tira e a vantagem da sociedade. As paixões envilecem a nossa natureza quando nos abandonamos a elas, e arruínam-nos o corpo quando lhes não pomos freios; é preciso moderá-las sem as destruir, e orientá-las para o bem da sociedade, com fazê-las simplesmente mudar de objeto; e ainda quando não travássemos com elas batalhas campais, o menor benefício deve ser por nós interpretado como o começo de um império que exercemos sobre nós próprios.

Devo, ainda, fazer notar ao leitor muito grosseira contradição em que, neste capítulo, cai Maquiavel. Disse ele, no começo: "Há uma tão grande distância entre o que se faz o que se deveria fazer, que todo aquele que paute a sua conduta pela idéia do dever dos homens, e não pelo que estes efetivamente são, não deixará de se arruinar." O autor tinha talvez esquecido a maneira de como se exprime no sexto capítulo; diz: "Como é impossível atingir perfeitamente o modelo que alguém se proponha, é necessário que um homem sábio sempre se proponha os modelos mais altos, a fim de que, se não tem vigor suficiente para os imitar em tudo, possa ao menos dar uma tintura deles nas suas ações." Deveria Maquiavel ser lastimado pela infidelidade da sua memória, se o não houvéssemos de lastimar ainda mais pela pouca conexão e seqüência entre as idéias e raciocínios.

Maquiavel leva ainda mais longe os erros e as máximas da sua abominável e falsa sabedoria. Adianta que não é possível ser-se inteiramente bom num mundo tão perverso e corrupto, como é o gênero humano, sem que se pereça. Diz-se que se os triângulos fizessem um deus, este teria três lados: este mundo tão defeituoso e corrupto ressente-se identicamente da criação de Maquiavel.

Um homem honesto pode ter o espírito superior, pode ser circunspecto e prudente, sem que isso afete a sua bondade; a sua previdência e penetração chegam para lhe fazer conhecer os desígnios dos inimigos, e

a sua sabedoria, fecunda em expedientes, pode permanentemente evitar-lhe as armadilhas que lhe são tecidas pela malícia deles.

Mas em que consiste isto de se não ser bom entre celerados? Em ser-se também celerado. Um homem que comece por não ser inteiramente bom, acaba, de ordinário, por ser muito mau, e terá a sorte do Danúbio, o qual, correndo por todo o mundo, nem por isso se volve melhor: começa por ser suíço, e acaba por ser tártaro.

Aprende-se, confesso, muitas coisas novas e singulares em Maquiavel: eu era bastante estúpido e grosseiro a ponto de ignorar, até à leitura do Príncipe político, que houvesse casos nos quais estava permitido a um homem honesto portar-se como um celerado; ignorava eu, na minha simplicidade, que pertencesse aos Catilinas, aos Cartuchos, aos Mir-Weis, servir de modelos ao mundo, e estava persuadido, com a maior parte dos homens, que era à virtude que incumbia dar o exemplo, e ao vício recebê-lo.

Será necessário disputar e argumentar para que se demonstrem as vantagens da virtude sobre o vício, da benevolência sobre o desejo de prejudicar, e da generosidade sobre a traição? Penso que todo o homem razoável conhece bastante os seus interesses para sentir qual seja o mais proveitoso de ambos, e para aborrecer todo o que não pondo esta questão em dúvida, não oscilando, decide-se, todavia, pelo crime.

Capítulo XVI

Dois escultores famosos, Fídias e Alcmeno, fizeram, cada um, sua estátua de Minerva, entre as quais quiseram os atenienses optar pela mais bela, a fim de que fosse colocada no alto de uma coluna. Ambas foram apresentadas ao público: triunfou a de Alcmeno; a outra, dizia-se, estava trabalhada de uma forma assaz grosseira. Fídias, não se desconcertando com o juízo do vulgo, recorreu ousadamente da escolha, e solicitou que, como as estátuas tinham sido feitas para serem colocadas sobre uma coluna, fossem elas subidas à mesma, para se decidir então acerca da sua beleza. Subiram-se as duas estátuas, e foi neste momento que se verificaram as regras da proporção, da perspectiva, e da elegância do desenho, bem melhor observadas na de Fídias do que na do seu adversário.

Fídias devia o sucesso ao estudo da óptica e das proporções; o que vai ser colocado num ponto alto deve ser submetido a regras diferentes daquelas a que tem de obedecer um objeto colocado num baixo nível. E há de esta regra da proporção ser observada tanto na política como na escultura. Em política, as diferenças dos postos criam as diferenças das máximas; pretender aplicar um genericamente equivaleria a viciá-la: o que serviria à maravilha a um grande reino, não conviria a um pequeno Estado; o que mais servisse à elevação de um, mais contribuiria para a queda do outro. Se se confundissem interesses tão diferentes, cair-se-ia

em estranhos erros, e não se poderia deixar de fazer falsas aplicações de princípios que são, em si mesmos, bons e salutares. O luxo que nasce da abundância, e que põe a circular as riquezas por todas as veias do Estado, faz florescer um grande reino; é ele que mantém a indústria, que multiplica as necessidades dos ricos e dos opulentos, para ligar a estes, por estas mesmas necessidades, com os pobres e indigentes; o luxo é, relativamente a um vasto império, o que são os movimentos de diástole e de sístole do coração, relativamente ao corpo humano. É esta a mola que envia o sangue pelas grandes artérias até às extremidades dos membros, e que o faz circular por pequenas veias que o trazem ao coração, para que de novo o distribua nas diferentes partes de que o corpo compõe-se.

Se algum político inábil se decidisse a banir o luxo de um grande Estado, entre enlanguesceria e enfraquecer-se-ia consideravelmente; o dinheiro, tornado inútil, manter-se-ia no cofre dos ricos, o comércio desfaleceria, as manufaturas cairiam, à falta de consumo, a indústria, as famílias ricas sê-lo-iam perpetuamente, e os pobres não teriam qualquer recurso para sair da sua miséria.

O luxo, ao contrário, mata um pequeno Estado; os particulares arruínam-se pelas despesas a que se entregam, e saindo o dinheiro para fora do país em quantidade maior do que a que entra, o delicado organismo coletivo consumir-se-á e morrerá ético. É então uma regra indispensável a todo o político o não confundir os pequenos estados com os grandes, e é no que Maquiavel peca gravemente neste capítulo.

A primeira falta que devo censurar-lhe é que toma a palavra liberalidade num sentido demasiado vago; há uma diferença sensível entre um homem pródigo e um homem liberal: o primeiro despende os seus bens profusamente, com desordem e a despropósito; trata-se de um excesso condenável, uma espécie de loucura, um defeito de juízo, e, por conseguinte, não é próprio de um Príncipe sábio ser pródigo. O homem liberal, ao contrário, é generoso, determina-se pela razão, a receita é para ele o barômetro da despesa, e embora seja benfeitor com economia, a sua compaixão pelos infelizes leva-o a incomodar-se e a privar-se do supérfluo para os socorrer. A sua bondade tem por limites as suas forças. Nisso reside, como sustento, uma das primeiras qualidades

de um grande Príncipe, e de todos aqueles que nasceram para socorrer e para suavizar as misérias dos outros.

A segunda falta que censuro em Maquiavel é um erro de caráter. Chamo um erro de caráter a ignorância que lhe faz atribuir à liberalidade os defeitos da avareza: "Um príncipe", diz, "para conservar a sua reputação de homem liberal, sobrecarregará os súditos, buscará meios de confiscação, e será obrigado a recorrer a medidas indignas para encher os seus cofres." Nisso consiste, precisamente, o caráter de um avaro; foi Vespasiano, e não Trajano, quem lançou impostos sobre o povo de Roma. A avareza é uma fome devoradora que nunca se sacia; é um cancro que corrói continuamente em derredor, e que tudo consome. Um homem avaro deseja riquezas; inveja-as àqueles que as possuem, e, se pode, apropria-se delas. Os homens interesseiros deixam-se tentar pelo engodo do ganho, e os juízes avaros passam por susceptíveis de corrupção. Tal é o caráter deste vício, o qual eclipsa as maiores virtudes, quando se encontra concentrado no mesmo objeto.

O homem liberal é justamente o oposto do homem avarento: a bondade e a compaixão servem de base à sua generosidade. Se faz o bem, é para socorrer os infelizes e para contribuir para a felicidade das pessoas de mérito às quais a fortuna não é tão favorável como a natureza. Um Príncipe deste caráter, muito longe de oprimir os povos e de gastar nos seus próprios prazeres o que os subsídios juntaram por indústria, pensa tão-só em aumentar os meios da sua opulência: as ações injustas e más que se cometem não são de seu conhecimento, e o seu bom coração indu-lo a procurar para todos os povos da sua dominação a máxima felicidade que pode comportar o estado no qual se encontram.

Eis o sentido que se liga, de ordinário, à liberalidade e à avareza. Os pequenos príncipes, cujo domínio é apertado, e que se vêem sobrecarregados de família, fazendo bem em levar a economia até um ponto em que pessoas pouco sutis não possam distingui-la da avareza. Os soberanos que, para manter alguns estados, deixaram de ser grandes príncipes, são obrigados a administrar os rendimentos com ordem, e a medir as suas liberalidades conforme as suas forças; mas mais os príncipes são poderosos, e mais eles devem ser liberais.

Talvez se me conteste com o exemplo de Francisco I, rei de França, cujas despesas excessivas foram em parte a causa das suas infelicidades. Sabe-se que os prazeres de Francisco I absorviam os recursos da sua glória. Mas há, contudo, duas coisas a responder a esta objeção: a primeira é que, no tempo desse rei, a França não era de nenhum modo comparável, relativamente ao seu poderio, aos seus proventos e forças, àquilo que é na atualidade; e a segunda é que este rei não era liberal, mas pródigo.

Muito longe de querer condenar a boa ordem e a economia de um soberano, sou o primeiro a louvá-lo por isso. Um príncipe, como tutor dos súditos, administra os dinheiros públicos; é responsável deles ante os seus súditos, e é necessário, se é sábio, que reúna fundos suficientes para que possa em tempo de guerra obviar às despesas necessárias, sem que seja obrigado a impor novos tributos. É preciso prudência e circunspecção na administração dos bens do Estado; mas é sempre para o bem do Estado que um Príncipe é liberal e generoso; é por esse meio que encoraja a indústria, dá consistência à sua glória, e anima a mesma virtude.

Nada mais me resta que não seja salientar um erro de moral em que caiu Maquiavel. "A liberalidade", diz, "torna o Príncipe pobre e, por conseguinte, desprezível." Que lamentável raciocínio, que falsas idéias acerca do que é digno de louvor ou de censura! Quê! Maquiavel! Os tesouros de um rico servirão de equilíbrio à estima pública! Um metal desprezível em si mesmo, e que tem um preço arbitrário, tornará digno de elogio aquele que o possui! Não é então de modo nenhum o homem, mas o montão de ouro, que se venera! Concebe-se que tal idéia possa entrar no cérebro de uma cabeça pensante? As riquezas são adquiridas por indústria, por sucessão ou, o que é pior, por violência. Todos estes bens adquiridos são exteriores ao homem que os possui e que pode perdê-los. Como se poderá então confundir objetos tão diferentes em si mesmos, como sejam a virtude e uma vil moeda? O Duque de Newcastle, Samuel Bernard, e outros, são conhecidos pelas suas riquezas; mas há uma enorme diferença entre ser conhecido e ser estimado. O orgulhoso Creso e os seus tesouros, o avaro Crasso e as suas riquezas, feriram, pela opulência, a vista do povo, como fenômenos singulares, sem nada dizerem ao coração, e sem serem estimados. O justo Aristides e o

sábio Filipomeno, o Marechal de Turenne e o Senhor de Catinat, dignos dos costumes que se supõe terem sido os dos primeiros séculos, construíram a admiração dos seus contemporâneos e o exemplo das pessoas de bem de todas as idades, apesar da sua frugalidade e do seu desinteresse.

Não é, então, de nenhum modo, o poder, a força ou a riqueza que ganham os corações dos homens, mas sim as qualidades pessoais, a bondade e a virtude que têm esse privilégio. Assim, a pobreza e a indigência não seriam capazes de envilecer a virtude, tal como predicados exteriores não poderiam enobrecer ou reabilitar o vício.

O vulgo e os indigentes sentem um certo respeito pela riqueza, que resulta precisamente de a ignorarem; as pessoas ricas, ao contrário, e aqueles que pensam acertadamente, sentem um desprezo soberano por tudo o que resulta do favor da fortuna ou do acaso, e, por isso que possuem os bens deste mundo, conhecem melhor a sua vaidade e o seu nada.

Não se trata de espantar o público para colher de imprevisto a sua estima; trata-se de a merecer.

Capítulo XVII

O depósito mais precioso que é confiado aos príncipes é a vida dos seus súditos. O cargo confere-lhes o poder de condenar à morte ou de perdoar aos culpados; são árbitros supremos da justiça. Uma palavra da sua boca faz marchar diante deles os órgãos sinistros da morte e da destruição; uma palavra da sua boca faz voar em socorro os agentes das suas graças, esses ministros que anunciam boas novas. Mas um poder tão absoluto exige circunspecção, prudência e sabedoria, para que se não abuse dele.

Os tiranos têm em nada a vida dos homens. O lugar elevado em que a fortuna os colocou, impede-os de sentir as infelicidades que desconhecem; são como aqueles que têm os olhos baixos, e que apenas vêem a dois passos de distância; vêem-se apenas a si mesmos, e não aprendem o resto dos humanos; talvez, se os seus sentidos fossem feridos pelo horror dos suplícios infligidos por sua ordem, pelas crueldades que fazem cometer longe dos seus olhos, por tudo o que precede e acompanha a morte de um infeliz, que os seus corações não estivessem endurecidos a ponto de renegar constantemente a humanidade, e que não possuíssem um sangue-frio desnaturado o bastante para não se embrandecerem.

Os bons príncipes olham este poder ilimitado sobre a vida dos súditos como o peso mais oneroso da sua coroa. Sabem que são homens como aqueles aos quais devem julgar; sabem que os erros, as injustiças,

as injúrias, podem-se reparar neste mundo, mas que uma sentença de morte precipitada constitui um mal irreparável; não se permitem a severidade senão para evitar um rigor mais desagradável, que prevêem para o caso de que se conduzissem de outro modo; e não tomam eles resoluções funestas senão nos casos desesperados, e semelhantes àqueles em que um homem, sentindo um membro a gangrenar-se, resolve-se, apesar da afeição que tem por si mesmo, a deixar que lho cortem, para garantir e para salvar, ao menos, por esta operação dolorosa, o resto do seu corpo. Não é, então, sem a maior necessidade, que um Príncipe deverá atentar contra a vida dos súditos; e é precisamente acerca disso que ele deve ser mais circunspecto e mais escrupuloso.

Maquiavel trata de tão graves, sérias e importantes coisas como se fossem bagatelas. Para ele, não tem a vida dos homens qualquer valia; e o interesse, único deus da sua adoração, conta exclusivamente; prefere a crueldade à clemência, e aconselha aqueles que são originalmente elevados à soberania a que desprezem mais do que os outros a reputação de cruéis.

São os carrascos que entronizam os heróis de Maquiavel, e é a força da violência que no trono os mantém. É César Bórgia o refúgio deste político quando procura exemplos de crueldade, tal como Telêmaco o é de Fénelon quando este ensina o caminho da virtude.

Maquiavel cita ainda alguns versos que Virgílio põe na boca de Dido; mas esta citação está inteiramente deslocada, porque Virgílio faz intervir Dido tal como Voltaire faz falar Jocasta no seu *Édipo.* O poeta debita, mercê destas personagens, uma linguagem que convém ao seu caráter. Não é, então, de nenhuma forma, a autoridade de Dido, ou a autoridade de Jocasta que se deve citar num tratado de política; é indispensável o exemplo dos grandes homens, e dos homens virtuosos.

Para responder numa palavra ao autor, bastar-me-á a reflexão seguinte: os crimes têm um encadeamento tão funesto, que se sucedem necessariamente desde que alguma vez são cometidos os primeiros. Assim, a usurpação provoca o banimento, a proscrição, a confiscação e o assassínio. Pergunto se não há uma dureza horrorosa, uma ambição execrável nisto de aspirar à soberania, quando se prevêem os crimes que é necessário cometer para que alguém nela se mantenha. Pergunto se há

no mundo algum interesse pessoal que deva decidir um homem a fazer perecer inocentes que se opõem à sua usurpação, e que atrativo pode ter uma coroa enodoada de sangue. Estas reflexões pouco impressionariam Maquiavel, mas estou convencido de que nem todo o universo está corrompido como ele.

O político recomenda, sobretudo, o rigor para com as tropas; opõe a indulgência de Cipião à severidade de Aníbal, prefere o cartaginês ao romano, e logo conclui que a crueldade é o móbil da ordem, da disciplina, e, por conseguinte, dos triunfos de um exército. Maquiavel não procede de boa-fé, neste momento, porque escolhe Cipião, o mais mole, o mais plácido de todos os generais, quanto à disciplina, para opor a Aníbal; para favorecer a crueldade, a eloqüência do político põe-na em contraste com a fraqueza desse Cipião, a quem, diz ele próprio, Catão chamava o corruptor da milícia romana; e pretende fundar um juízo sólido sobre a diferença dos sucessos dos dois generais, para em seguida desacreditar a clemência, que ele confunde, como de ordinário, com os vícios a que leva um excesso de bondade.

Confesso que a ordem de um exército não pode subsistir sem severidade; porquanto, como conter no seu dever os devassos, os celerados, os poltrões, os temerários, os animais grosseiros e mecânicos, se o medo dos castigos os não limitar em parte?

Tudo o que acerca deste assunto peço a Maquiavel é moderação. Que ele saiba então que, se a clemência de um homem honesto leva-o à bondade, a sabedoria não menos o conduz ao rigor. Mas passa-se com este rigor àquilo que ocorre com o rigor de um piloto hábil: não o vemos cortar o mastro e o cordame do barco fora das ocasiões em que a isso é forçado pelo perigo iminente a que o expõem a borrasca e a tempestade.

Mas Maquiavel não está ainda esgotado; tratarei agora do seu argumento mais capcioso, mais sutil e mais surpreendente. Diz que um Príncipe andará melhor em fazer-se temer do que em fazer-se amar, pois que o maior número é propenso à ingratidão, à versatilidade, à dissimulação, à covardia, à avareza; que o amor é um vínculo de obrigação que a malícia e a baixeza do gênero humano fizeram frágil em excesso, ao passo que o medo do castigo torna muito mais certo o cumprimento do dever por parte das gentes; que os homens são senhores da sua

benevolência, mas que o não são do seu temor; assim, que um Príncipe prudente antes dependerá de si próprio do que dos outros.

Respondo a tudo isto que não nego que haja, no mundo, homens ingratos e dissimulados; que não nego que o temor seja, em certos momentos, muito poderoso; mas, adianto que todo o rei que na política tenha por fim fazer-se temer reinará sobre escravos; que não poderá contar com grandes ações por parte dos súditos, porquanto tudo o que é feito por medo e por timidez sempre mantém esse caráter; que um Príncipe que tenha o dom de se fazer amar reinará sobre os corações, pois que os súditos vêem conveniência em tê-lo por senhor, e que há um largo número de exemplos, na História, de grandes e belas ações que foram cometidas por amor e fidelidade. Digo, ainda, que a moda das sedições e das revoluções parece ter acabado inteiramente em nossos dias; não se vê nenhum reino, excetuado o de Inglaterra, onde o rei tenha o menor motivo para temer os súditos, e que, ainda, em Inglaterra, o rei nada tem a recear, a não ser que seja ele quem levante a tempestade.

Concluo, então, que um Príncipe cruel mais se expõe a ser traído do que um Príncipe bonacheirão, pois que enquanto a crueldade é insuportável, e depressa está-se cansado de a temer, a bondade é sempre amorável, e nunca se está farto de a amar.

Seria, então, de desejar, para a felicidade do mundo, que os príncipes fossem bons sem serem demasiado indulgentes, a fim de que a bondade sempre fosse neles uma virtude, e nunca uma fraqueza.

Capítulo XVIII

Pertence à natureza das coisas que o que é inatamente mau, mau permaneça. Os Cíceros e os Demóstenes em vão esgotariam a sua arte para enganar o mundo a respeito deste assunto: louvar-se-lhes-ia a eloqüência, e censurar-se-lhes-ia o lamentável abuso que fariam da própria arte. O fim de um orador deve ser sustentar o inocente contra o opressor ou contra aquele que o calunia, expor os motivos que aos homens devem fazer preferir este partido ou esta resolução, mostrar a grandeza e a beleza da virtude, e o que o vício tem de abjeto e de disforme; mas deve-se aborrecer a eloqüência quando alguém dela serve-se para um uso completamente oposto.

Maquiavel, o pior, o mais perverso dos homens, emprega, neste capítulo, todos os argumentos que o seu furor lhe sugere, para acreditar o crime; mas tropeça e cai tão amiúde nesta infame carreira, que me não darei a outra ocupação que não seja a de registrar as suas quedas. A desordem, os falsos raciocínios, que se encontram neste capítulo, são inúmeros; é talvez aquele troço da obra onde reinam, a um tempo, mais malícia e mais debilidade. A sua lógica é tão má quanto depravada a sua moral. Este sofista do crime ousa assegurar que podem os príncipes ludibriar o mundo pela sua dissimulação; é por onde devo começar a confundi-lo.

Sabe-se até que ponto é o público curioso; trata-se de um animal que vê tudo, que ouve tudo, e que divulga tudo o que viu e ouviu. Se a

curiosidade desse público examina a conduta dos particulares é para divertir a sua ociosidade; mas quando julga da conduta dos príncipes é no próprio interesse que o faz. Também estão os príncipes expostos mais do que todos os outros homens aos raciocínios e juízos do mundo: são como os astros, contra os quais um povo de astrônomos assestou telescópios e astrolábios; os cortesãos que de perto os observam, tomam cada dia as suas notas; um gesto, um relance, um olhar os trai, e os povos aproximam-se deles por conjecturas; numa palavra, com a dificuldade com que o sol pode esconder as suas manchas, a lua as suas fases, Saturno os seus anéis, também dificilmente podem os grandes príncipes ocultar os seus vícios e o fundo do seu caráter aos olhos de tantos observadores.

Ainda quando a máscara da dissimulação cobrisse por um tempo a disformidade natural de um príncipe, não poderia este manter essa máscara indefinidamente, e deixar de a levantar uma ou outra vez, ainda que apenas fosse para respirar; e uma só ocasião pode chegar para contentar os curiosos.

Ao artifício e à dissimulação cabem, portanto, um inútil lugar nos lábios do Príncipe; a perfídia dos seus discursos e ações de nada lhe servirá. Não se julgam os homens pelas palavras que proferem, porque seria esse o meio de lograr um permanente engano; mas compara-se o conjunto das suas ações, e depois as suas ações e discursos; e é contra isso que a falsidade e dissimulação sempre serão impotentes.

Não se é deveras mais do que si próprio; e é preciso ter efetivamente o caráter que se deseja que o mundo suponha em nós; sem o que, aquele que pensa enganar o público é ele próprio o enganado.

Sisto V, Filipe II, Cromwell criaram a reputação de homens finos, ardilosos, hipócritas e empreendedores, mas nunca a de virtuosos. Assim, não é possível que um homem público se disfarce; assim, um Príncipe, por hábil que seja, não pode, ainda quando seguisse todas as máximas de Maquiavel, dar o caráter da virtude que não possui aos crimes que lhe são próprios.

Maquiavel, esse corruptor da virtude, não raciocina melhor acerca das razões que devem levar os príncipes à velhacaria e à hipocrisia; a aplicação engenhosa e falsa da fábula do centauro não conduz a nada; porquanto, do fato de que tenha sido o centauro metade figura humana

e metade cavalo, segue-se que devem os príncipes ser pérfidos e ferozes? É preciso que haja assaz o desejo de dogmatizar o crime, quando se empregam argumentos tão fracos e tão remotamente rebuscados.

Mas eis um raciocínio mais lamentável do que tudo o que já vimos. Diz a política que deve um Príncipe ter as qualidades do leão e da raposa; do leão para se desfazer dos lobos, da raposa para ser manhoso; e conclui: "O que mostra que não é um Príncipe obrigado a manter a sua palavra." Eis uma conclusão sem premissas; um escolar de segundo seria rigorosamente castigado pelo seu professor, se argumentasse assim, e o doutor do crime não tem vergonha de gaguejar de tal modo as suas lições de impiedade?

Se se quisesse conceder probidade e bom senso aos embrulhados pensamentos de Maquiavel, eis talvez como se poderia voltá-los. É o mundo como uma partida de jogo, onde se encontram jogadores honestos, e outrossim velhacos que fazem batota; para que um Príncipe, então, que deve entrar em tal partida, não seja enganado, é imperioso que saiba de que maneira se trapaceia, não para que alguma vez pratique semelhantes lições, mas para que não seja vítima dos outros.

Voltemos às quedas do nosso político. "Porque todos os homens", diz, "são perversos, e a todo o momento faltam à palavra dada, não está o Príncipe de nenhum modo obrigado a manter a sua." Eis, em primeiro lugar, uma contradição nos termos; porquanto o autor diz, um momento depois, que os homens dissimulados sempre encontrarão gente bastante simples para que se deixem enganar. Como se harmoniza isso? Todos os homens são perversos, e encontrar-se-ão alguns muito simples que se deixem enganar! E é tudo, quanto à contradição. E, quanto ao raciocínio, temos de dizer que não vale mais, porque é deveras falso que o mundo seja apenas composto de celerados. É preciso ser-se excessivamente misantropo para se não ver que em todas as sociedades há muitas pessoas honestas, que o grande número não é nem bom nem mau, e que há alguns patifes que a justiça persegue, e castiga severamente, se os apanha. Mas se Maquiavel não tivesse suposto perverso o mundo, sobre que teria fundado a sua máxima abominável? Vê-se que o compromisso no qual se encontrava de dogmatizar a velhacaria obrigava-o coerentemente a proceder assim; e acreditou que fosse permitido ludibriar os homens quando os ensinamos a enganar. Ainda quando supuséssemos

os homens tão maus como quer Maquiavel, não resultaria de nenhum modo que devêssemos imitá-los. Que Cartucho roube, saqueie e assassine, cabe-me concluir que Cartucho é um infeliz tratante, e não que deva eu pautar a minha conduta pela sua. Se não houvesse mais honra e virtude no mundo, diz um historiador, seria junto dos príncipes que se deveria encontrar os vestígios delas. Nenhuma consideração, numa palavra, deveria ser bastante poderosa para levar um homem honesto a desviar-se do seu dever.

Depois que o autor provou a necessidade do crime, quer ele encorajar os seus discípulos pela facilidade em o cometer. "Aqueles que bem entendem a arte de dissimular", diz, "sempre encontrarão homens bastante simples para que se deixem enganar"; o que se reduz a isto: o vosso vizinho é um estúpido, e vós tendes espírito; então é imperioso que o enganeis, porque é um estúpido. Trata-se de silogismos pelos quais os escolares de Maquiavel teriam sido enforcados e rodados em Grève.

O político, não contente de ter demostrado, segundo a sua maneira de raciocinar, a facilidade do crime, salienta em seguida a felicidade da perfídia; mas o que é verdadeiramente rebarbativo é que César Bórgia, o maior celerado, o mais tredo, o mais pérfido dos homens, César Bórgia, o herói de Maquiavel, foi efetivamente muito infeliz. Maquiavel evita deveras falar dele nesta ocasião. Eram-lhe precisos exemplos; e de onde os tomaria, se não do registro dos processos criminais, ou da história dos papas? É por estes últimos que se decide, e assegura, que Alexandre VI, o homem mais falso e ímpio do seu tempo, sempre triunfou nas suas aleivosias, por isso que conhecia perfeitamente a fraqueza dos homens quanto à credulidade.

Ouso afirmar que não foram tanto a credulidade dos homens, como certas ocorrências e cincunstâncias, que fizeram triunfar os desígnios desse papa: havia o antagonismo entre as ambições francesa e espanhola, a desunião e o ódio entre as famílias de Itália, as paixões e as fraquezas de Luís XII, as somas de dinheiro que a Santa Sé extorquia e que a tornaram muito poderosa, tudo o que não contribuiu menos para o triunfo pontifício.

A velhacaria constitui, incluso, um defeito como estilo de política, logo que é levada demasiado longe. Cito a autoridade de grande político, o Cardeal Mazarino, que dizia de Dom Luiz de Haro

que tinha um enorme defeito em política, qual era o de ser inalteravelmente pérfido. Esse ministro da França, desejando utilizar o senhor de Fabert num negócio escabroso, ouviu do mesmo marechal a réplica seguinte: "Sofrei, meu senhor, que me recuse a enganar o duque de Sabóia, tanto mais que se trata de uma bagatela; sabe-se, entre a gente, que sou honesto; reservai então a minha probidade para uma ocasião em que se trate da salvação da França."

Não falo, neste momento, de honestidade ou de virtude; mas, a considerar simplesmente o interesse dos príncipes, digo que é má política da sua parte o serem trapaceiros e o dedicarem-se a enganar o mundo: não enganam senão uma vez, o que lhes faz perder a confiança de todos os príncipes.

Uma certa potência declarou positivamente, num manifesto, as razões da sua conduta, e agiu, em seguida, de forma totalmente oposta ao que se continha no manifesto.

Confesso que rasgos tão surpreendentes como esses alienam inteiramente a confiança: porquanto, mais a contradição se segue de perto, e mais é grosseira. A Igreja romana, para evitar uma tal contradição, fixou muito sabiamente para aqueles que coloca no número dos santos o noviciado de cem anos após a sua morte: mediante o que a memória dos seus defeitos e das suas extravagâncias morre com eles; as testemunhas da sua vida, e aqueles que poderiam depor contra eles, desaparecem, e nada se opõe à idéia de santidade que se deseja dar ao público.

Mas que me seja perdoada esta digressão. Confesso, aliás, que há necessidades desagradáveis pelas quais um Príncipe não se impediria de romper os seus tratados e alianças: deve fazê-lo, contudo, de bom modo, advertindo com tempo os seus aliados, e não sem que a salvação de seus povos e uma muito grande necessidade o obriguem a tanto.

Estas contradições tão vizinhas que acabei de exprobar, há um momento, a uma certa potência, encontram-se, em grande número, em Maquiavel; diz ele, num mesmo parágrafo, em primeiro lugar: "É necessário parecer humilde, fiel, doce, religioso e direito, e é preciso sê-lo de fato;" e, em seguida: "É impossível a um Príncipe observar tudo o que faz passar os homens por pessoas de bem; assim, deve tomar o partido de se acomodar ao vento e ao capricho da fortuna e, se pode, não se afastar nunca do bem; mas se a necessidade a tal o obriga, poderá ele

parecer algumas vezes afastar-se disso." Estes pensamentos propendem furiosamente, é imperioso confessá-lo, para o galimatias; um homem que raciocina desta maneira não se compreende a si mesmo, e não merece que alguém se entregue ao esforço de lhe decifrar o enigma ou lhe ordenar o caos.

Acabarei este capítulo com uma só reflexão. Que se note a fecundidade com que os vícios se propagam entre as mãos de Maquiavel. Não lhe chega que um Príncipe tenha a infelicidade de ser incrédulo, pois que deseja ainda coroar a incredulidade com a hipocrisia; pensa que os povos serão mais tocados da preferência que um Príncipe dá a Polignac sobre Lucrécia, do que dos maus tratamentos que lhes inflija. Há pessoas que são do seu sentimento; a mim, afigura-se-me que se deve ter alguma indulgência para com os erros da especulação, quando eles não arrastam a corrupção do coração, e que o povo amará mais o homem honesto que faz a sua felicidade do que um ortodoxo perverso e malévolo. Não são os pensamentos dos príncipes, mas as suas ações, que tornam os homens felizes.

Capítulo XIX

O espírito de sistema foi em todos os tempos um escolho fatal para a razão humana; enganou aqueles que julgaram aprender a verdade, e que se enfatuaram com alguma idéia engenhosa de que fizeram a base das suas opiniões: encheu-os de preconceitos que, quaisquer que sejam, serão sempre mortais para a procura da verdade, de sorte que os artífices de sistemas antes compuseram romances do que fizeram demonstrações.

Os céus planetários dos antigos, os turbilhões de Descartes e a harmonia preestabelecida de Leibnitz são alguns desses erros de espírito causados pelo espírito sistemático. Esses filósofos pretenderam fazer a carta de um país que não conheciam, e que nem sequer tinham tentado conhecer; souberam o nome de algumas cidades e algumas ribeiras, e situaram-nas conforme aprouve à sua imaginação. Aconteceu depois, coisa assaz humilhante para os pobres geógrafos, que curiosos houve que viajaram nos países tão bem descritos; tais viajantes tiveram dois guias, um a analogia, outro a experiência, e verificaram, com grande espanto, que essas cidades, esses rios, essas situações, e as distâncias dos lugares, eram em tudo diferentes do que aqueles outros haviam debitado.

A raiva dos sistemas não foi loucura privilegiada dos filósofos, pois que também atacou os políticos. Maquiavel foi mais infectado do que ninguém: quer provar que deve um Príncipe ser mau e ardiloso; estão aí

as palavras sacramentais do seu deplorável sistema. Maquiavel tem toda a maldade dos monstros derrubados por Hércules, mas não tem a sua força; também não é preciso ter a massa de Hércules para os abater; porquanto, que há de mais simples, de mais natural e de mais conveniente aos príncipes do que a justiça e a bondade? Não penso que seja necessário esgotar-se alguém em argumentos para o provar; toda a gente está convencida disso. O político deve então ser necessariamente vencido ao sustentar o contrário. Porquanto, se sustenta que um Príncipe consolidado no trono deve ser cruel, manhoso, traidor, etc., ele o fará mau em pura perda; e se quer revestir de quaisquer vícios um Príncipe que se eleve sobre o trono, para consolidar a sua usurpação, o autor dá conselhos que contra o mesmo Príncipe levantar-se-ão todos os soberanos e todas as repúblicas. Porquanto, como pode um particular elevar-se à soberania, sem despojar dos seus estados um Príncipe soberano, ou sem usurpar a autoridade numa república? Não é seguramente assim que entendem as coisas os príncipes da Europa; e se Maquiavel tivesse composto uma coletânea de velhacarias para uso dos salteadores de estrada, decerto não teria escrito uma obra mais censurável do que esta.

Devo, contudo, dar conta dos falsos raciocínios e das contradições que se encontram neste capítulo. Pretende Maquiavel que o que torna um Príncipe odioso é o fato de que se apodere injustamente do bem dos súditos e o de que atente contra o pudor das suas mulheres.

É seguro que um Príncipe interesseiro, injusto, violento e cruel não poderá deixar de ser odiado e de se tornar odioso aos povos; mas o mesmo se não passa com a galantaria. Júlio César, que em Roma se chamava o marido de todas as mulheres e a mulher de todos os maridos, Luís XIV que muito gostava de mulheres, Augusto I, rei da Polônia, que as tinha em comum com os súditos, não foram odiados por causa dos seus amores; e se César foi assassinado, se a liberdade romana mergulhou o punhal no seu flanco, isso aconteceu porque César era um usurpador e não porque fosse um galante. Para se sustentar a opinião de Maquiavel, objetar-se-me-á talvez com a expulsão dos reis de Roma, a qual teve por motivo o atentado cometido contra o pudor de Lucrécia; mas respondo que não foi o amor do jovem Tarquínio por Lucrécia, mas sim a maneira violenta de consumar esse amor o que deu lugar ao levantamento de Roma; e que, como essa violência despertou na memória do povo a idéia de outras violências cometidas pelos Tarquínios, pensou ele seriamente em se vingar.

Não digo isso para desculpar a galantaria dos príncipes, que pode ser moralmente má; apenas ative-me a mostrar que não tornava odiosos os soberanos. Considera-se o amor nos bons príncipes como uma fraqueza, tal como as pessoas inteligentes consideram o comentário sobre o Apocalipse entre as demais obras de Newton.

Mas o que me parece digno de alguma reflexão é que este doutor que prega aos príncipes a abstinência das mulheres fosse florentino; além de outras boas qualidades que possuía Maquiavel, teria tido ainda a da falsidade.

Atenhamo-nos, agora, aos conselhos que dá aos príncipes para que se não tornem desprezíveis. Quer que não sejam nem caprichosos nem volúveis, nem covardes, nem efeminados, nem indeterminados; no que certamente tem razão; mas continua a aconselhar-lhes a aparentar grandeza, gravidade, coragem e firmeza. A coragem está bem; mas por que deverão os príncipes contentar-se com aparentar essas virtudes? Por que não deverão antes possuí-las efetivamente?

Se os príncipes não possuem de fato essas qualidades, sempre as fingirão muito mal, e sentir-se-á que o autor e o herói que representam são duas personagens.

Maquiavel pretende ainda que um Príncipe não se deve deixar governar, a fim de que se não possa presumir que alguém tenha bastante ascendente sobre o seu espírito para o fazer mudar de opinião. Tem, com efeito, razão; mas sustento que não há pessoa no mundo que se não deixe governar, mais ou menos, conforme os casos. Diz-se que alguma vez foi a cidade de Amsterdã governada por um gato. Por um gato? Dir-se-á: Como pode uma cidade ser governada por um gato? Tratai de seguir esta gradação de favores, e logo o sabereis. O primeiro burgomestre da cidade possuía voz principal no conselho, onde era muito estimado. Este primeiro burgomestre tinha mulher cujos conselhos seguia cegamente; uma criada exercia ascendente absoluto sobre o espírito dessa mulher, e um gato sobre o espírito da mesma criada, era então o gato que governava a cidade.

Há contudo, ocasiões nas quais é, incluso, glorioso para um príncipe o mudar de conduta, e deve fazê-lo todas as vezes que se aperceba dos seus erros. Se os príncipes fossem infalíveis como o papa acredita sê-lo, fariam bem em ter uma firmeza estóica acerca dos seus sentimentos; mas como têm todas as fraquezas da humanidade, devem pensar in-

cessantemente em corrigir-se e em aperfeiçoar a própria conduta. Que se recorde que a exagerada firmeza e a obstinação de Carlos XII estiveram a ponto de o perder em Bender, e que mais foi esta inquebrantável firmeza que deitou por terra os seus projetos do que a perda de algumas batalhas.

Eis outros erros de Maquiavel. Diz: "Nunca a um príncipe faltarão boas alianças, enquanto se puder fundar nos seus exércitos;" e isto é falso, a menos que se lhe acrescente: nos seus exércitos e na sua palavra; porquanto o exército depende do príncipe, e é da sua honestidade e da sua desonestidade que depende o cumprimento das alianças e movimentos desse exército.

Mas eis uma contradição em forma. O político pretende "que um príncipe se faça amar dos súditos, para evitar as conspirações"; mas no capítulo dezessete diz "que deve um príncipe fazer-se temer, para que possa contar com uma coisa que dependa dele, o que não acontece com o amor dos povos". Qual das duas afirmações corresponde ao verdadeiro sentimento do autor? Fala a linguagem dos oráculos, que pode interpretar-se como se queira; mas esta linguagem dos oráculos, seja dito de passagem, é a linguagem dos manhosos.

Devo dizer, em geral, nesta ocasião, que as conjurações e os assassínios já se não cometem no mundo; os príncipes estão por esse lado, em segurança; certos crimes são coisa velha, fora de moda, e as razões que Maquiavel aduz, a respeito disso, são muito boas; só o fanatismo de alguns religiosos pode, por devoção ou santidade, levar a que se cometam crimes tão espantosos como o regicídio. Entre as boas coisas que diz Maquiavel a propósito das conjurações, uma há muito boa, mas que na sua boca volve-se má; ei-la: "Um conjurado", diz, "é afetado pelos receios dos castigos que o ameaçam, e os reis são sustentados pela majestade do império, e pela autoridade das leis." Parece-me que o autor político não tem desenvoltura ao falar de leis, desde que apenas insinua o interesse, a crueldade, o despotismo e a usurpação. Maquiavel faz como os protestantes que se servem dos argumentos dos incrédulos para combater a transubstanciação aos católicos, e que utilizam os argumentos com que estes sustentam a transubstanciação, para combater os incrédulos. Que elasticidade de espírito!

Maquiavel aconselha então os príncipes a que se façam amar, e que disponham e ganhem igualmente a benevolência dos grandes e dos povos; tem razão ao aconselhar-lhes que descareguem sobre outros o que poderia atrair-lhes o ódio de um destes dois estados, e que, para o efeito, instituam certos magistrados que julguem entre os povos e os grandes. Dá o governo de França como paradigma, e, esse exagerado amigo do despotismo e da usurpação da autoridade, aprova o poder que o parlamento de França possuíra outrora. Parece-me, a mim, que, se há uma governação que em nossos dias a sabedoria poderia tomar por modelo, seria a de Inglaterra: aí, o parlamento é o árbitro entre o povo e o Rei, e o Rei possui todo o poder para fazer o bem, mas não para fazer o mal.

Maquiavel responde, a seguir, às objeções que crê que lhe poderiam ser feitas acerca do caráter dos príncipes, e entra numa grande discussão sobre a vida dos imperadores romanos, desde Marco Aurelio até aos dois Gordianos. Sigamo-lo, para examinar o seu raciocínio. O político atribui a causa destas mudanças freqüentes à venalidade do Império. Está seguro de que, desde que a dignidade de imperador passou a ser vendida pela guarda pretoriana, não mais estiveram os imperadores seguros de suas vidas. A gente de guerra dispunha dessa dignidade, e aquele que era revestido dela parecia, se se não constituía o protetor das suas vexações e o ministro das suas violências; de sorte que eram os bons imperadores massacrados pelos soldados, e mortos os maus por conspiração e ordem do senado. Juntemos a isso que a facilidade que então havia de se ascender ao império muito contribuiu para essas freqüentes mudanças, e que nesse tempo era moda em Roma matar os imperadores, como o é ainda em nossos dias em alguns países da América que os filhos matem os pais quando estes são muito velhos. Tanto é o poder do costume sobre os homens, que os faz passar por cima dos sentimentos da própria natureza, quando se trata de lhe obedecer. Eis uma reflexão sobre a vida de Pertinax, que se não harmoniza com os preceitos que dá o autor no começo deste capítulo. Diz "que um soberano que deseja em absoluto conservar a sua coroa é alguma vez obrigado a desviar-se dos termos da justiça e da bondade". Creio ter feito ver que nesses tempos desventurados nem a bondade nem os crimes dos imperadores os salvavam do assassínio. Cômodo, sucessor de Marco Aurélio, em tudo indigno do seu predecessor, concitando o

desprezo do povo e dos soldados, foi assassinado. Reservo para o fim do capítulo o falar de Severo. Passo, então, a Caracala, que não pôde sustentar-se, dada a sua crueldade, e que prodigalizou aos soldados as somas que o pai tinha reunido, a fim de fazer olvidar o assassínio de seu irmão Geta, que ele próprio houvera cometido. Passo em silêncio Macrino e Heliogábalo, ambos assassinados, e ambos indignos de qualquer atenção da posteridade. Alexandre, seu sucessor, tinha boas qualidades; Maquiavel crê que perdeu a vida por ser efeminado; mas perdeu-a, com efeito, por ter querido restabelecer entre os soldados aquela disciplina que a tibieza de seus predecessores tinha inteiramente desprezado. Logo, então, que estas tropas desenfreadas ouviram que se lhes queria falar de ordem, desconfiaram do príncipe. Maximino segue Alexandre; era grande guerreiro, mas não conservou o trono. Maquiavel atribui a origem disso ao fato de que era de baixo nascimento e muito cruel; tem razão quanto à crueldade, mas muito se engana quanto ao baixo nascimento. Supõe-se, de ordinário, que é preciso um mérito pessoal e superior no homem que se levanta sem apoios, que é ele próprio os seus avós, e que é tanto mais apreciado quanto mais o lustre lhe vem da virtude pessoal; e acontece amiúde que se desprezam as pessoas bem nascidas, quando não têm elas nada de grande em si mesmas, nem nada que corresponda à ideia da sua nobreza.

Voltemos agora a Severo, acerca do qual diz Maquiavel "que era um leão feroz e uma raposa astuta". Severo tinha grandes qualidades; a sua falsidade e a sua perfídia só poderiam ser aprovadas por Maquiavel; teria, decerto, sido um grande príncipe, se tivesse sido bom. Que se note, neste momento, que Severo foi governado por Plauciano seu favorito, tal como Tibério o foi por Sejano, e que nenhum destes dois príncipes foi desprezado. Como ocorre muito freqüentemente ao autor político isto de fazer falsos raciocínios, tal lhe aconteceu ainda a propósito de Severo; porquanto diz que a reputação deste imperador "apagava o volume das suas extorsões, e o punha a coberto da aversão pública". Parece-me que são as extorsões e injustiças presentes que apagam a grandeza de uma reputação presente; ao leitor cabe decidir. Se Severo se susteve no trono, foi, de alguma maneira, devido ao imperador Adriano que estabeleceu a disciplina militar; e se os imperadores que sucederam a Severo não puderam manter-se, a causa esteve no relaxamento da disciplina por Severo. Comete ainda Severo uma grande falta em política: pelas suas proscrições, muitos dos soldados de Pescenius

Niger buscaram asilo junto dos partos, aos quais ensinaram a arte da guerra ; coisa que, depois, muito prejudicou o império. Deve um príncipe prudente pensar não só no seu reino, como prever para os reinos seguintes as conseqüências funestas das suas faltas presentes.

Não se deve, então, esquecer que Maquiavel muito se engana, quando crê que no tempo de Severo chegava atender os soldados, para o governante se manter; porquanto a história destes imperadores o contradiz. No tempo em que vivemos, é necessário que um príncipe trate igualmente bem todas as ordens daqueles que tem de comandar, sem estabelecer diferenças que causam invejas funestas aos seus intereresses.

O modelo de Severo, proposto por Maquiavel aos que se elevem ao império, é assim tão mau quanto o de Marco Aurélio lhes será vantajoso. Mas como se pode propor, em conjunto, para modelos, Severo, César Bórgia e Marco Aurélio? É querer reunir a sabedoria e a virtude mais puras com a mais horrível perversidade.

Não acabarei este capítulo sem fazer ainda uma observação; e é que César Bórgia, apesar da sua crueldade e da sua perfídia, teve um fim muito infeliz, e Marco Aurélio, esse filósofo coroado, sempre bom, sempre virtuoso, não experimentou até à morte qualquer revés da fortuna.

Capítulo XX

O paganismo representava Janus com duas caras, o que significava o conhecimento perfeito que ele tinha do passado e do porvir. A imagem deste deus, tomada num sentido alegórico, pode muito bem ser aplicada aos príncipes. Devem, como Janus, ver para trás de si, na história de todos os séculos que passaram e que lhes fornecem lições salutares de conduta e de dever; devem, como Janus, ver para diante, pela sua penetração e por esse espírito de força e de juízo que combina todas as relações, e que lê nas conjunturas presentes aquelas que devem seguir-se-lhes.

O estudo do passado é muito necessário aos príncipes, pois que lhes dá os exemplos de homens ilustres e virtuosos; é, então, escola de sabedoria; o estudo do porvir é-lhes muito útil, pois que lhes faz prever as infelicidades que devem temer e os golpes da fortuna que têm de evitar; é, então, escola de prudência; duas virtudes que são tão necessárias aos príncipes como a bússola e o compasso, que orientam a gente do mar, o são para os pilotos.

O conhecimento da História é útil, ainda, nisto de que serve para multiplicar o número de idéias que já se possuía; enriquece o espírito, e como que fornece um quadro de todas as vicissitudes da fortuna, e dos exemplos salutares de recursos e expedientes.

A penetração no porvir é boa, pois que nos faz de algum modo decifrar os mistérios do destino; e, encarando tudo o que poderia ocorrer-nos,

preparamo-nos para tudo o que haveremos de fazer de mais sensato à chegada dos acontecimentos.

Maquiavel propõe, neste capítulo, cinco questões, tanto àqueles príncipes que tenham feito novas conquistas, como àqueles outros cuja política apenas peça o enraizamento nas próprias possessões. Vejamos o que de melhor poderá aconselhar a prudência, combinando o passado com o futuro, e determinando-se sempre pela razão e pela justiça.

Eis a primeira questão; se um príncipe deve ou não desarmar os povos conquistados.

Respondo que a maneira de fazer a guerra mudou muito desde Maquiavel. São os exércitos dos príncipes, mais ou menos fortes, que defendem os seus países; muito se desprezaria hoje uma tropa de camponeses armados, e só nos assédios ocorre que a burquesia tome as armas; mas os sitiadores não aceitam, de ordinário, que os burgueses façam de soldados, e, para lho impedir, cominam-nos com bombardeamentos e granadas incendiárias. Parece, além disso, que é prudente desarmar, nos primeiros tempos, os burgueses de uma cidade conquistada, principalmente se alguma coisa há a temer da sua parte. Os romanos, que tinham conquistado a Grã-Bretanha, e que não podiam mantê-la em paz, por causa do humor tubulento e belicoso dos seus povos, tomaram o partido de os efeminar, a fim de moderar neles esse instinto beligerante e feroz; o que resultou exatamente como Roma desejava. Os corsos são um punhado de homens tão bravos e deliberados como os ingleses; não se lhes domará a coragem, a não ser pela bondade. Creio que, para manter a soberania nesta ilha, seria de uma necessidade indispensável desarmar os habitantes e amolecê-los. Digo, de passagem, e a propósito dos corsos, que se pode ver pelo seu exemplo quanta coragem e virtude dá aos homens o amor da liberdade, e que é perigoso e injusto oprimi-lo.

A segunda questão do político corre sobre a confiança que um príncipe, depois de se ter tornado senhor de um novo Estado, deve ter, de preferência, ou naqueles de seus novos súditos que o ajudaram a ser o seu senhor, ou naqueles que, sendo fiéis ao príncipe legítimo, lhe foram mais contrários.

Quando se toma uma cidade por inteligência e por traição de alguns cidadãos, seria muito imprudente confiar no traidor. Ele estará

sempre disposto a repetir, em favor de um outro, a má ação que cometeu em vosso favor, e será a ocasião que decidirá. Ao contrário, aqueles que dão notórias provas de fidelidade para com os seus legítimos soberanos, dão, do mesmo passo, exemplos de constância pelos quais se pode contar com eles, e dever-se-á presumir que farão pelos seus novos senhores o que fizeram por aqueles que a necessidade os forçou a abandonar. Quer, todavia, a prudência que se não confie neles levianamente, nem sem se ter tomado boa precauções.

Mas suponhamos por um momento que os povos oprimidos, e forçados a sacudir o jugo dos seus tiranos, chamassem um outro príncipe para os governar, sem que ele tivesse intrigado para tal efeito. Penso que esse príncipe deveria em tudo corresponder à confiança que lhe fora testemunhada, e que, se assim não procedesse, nessa ocasião, para com aqueles que lhe haviam confiado o que tinham de mais precioso, seria essa a expressão mais indigna de uma ingratidão que empanaria a sua memória. Guilherme, príncipe de Orange, conservou até ao fim da vida a amizade e a confiança para com aqueles que lhe tinham posto nas mãos as rédeas do governo de Inglaterra; e aqueles outros que lhe eram opostos abandonaram a pátria, atrás do rei Jaime.

Nos reinos eletivos, onde a maior parte das eleições se efetua por conspiratas, e onde o trono é venal, diga-se o que se disser, creio que o novo soberano terá facilidade, após a sua elevação, em comprar aqueles que lhe foram opostos, tal como se fez favoráveis aqueles que o elegeram. A Polônia fornece-nos exemplos de tais casos: nesse país trafica-se tão grosseiramente com o trono, que parece que a compra se efetua nos mercados públicos, e que a liberalidade de um rei da Polónia afasta do seu caminho toda a oposição; é senhor de ganhar as grandes famílias pelos palatinados, estaróstias e outros cargos que concede. Mas como os polacos têm dos benefícios que recebem memória muito curta, é amiúde preciso voltar à carga; numa palavra, a república da Polônia é como o tonel das Danaides: o mais generoso dos reis derramará sobre eles inutilmente os seus benefícios, pois que os não encherá. Contudo, como um rei da Polônia tem muitas graças a dispensar, pode ele economizar os recursos para isso, com não ter liberalidades senão nas ocasiões em que tem necessidade das famílias que enriquece.

A terceira questão de Maquiavel diz propriamente respeito à segurança do príncipe num reino hereditário: se é preferível que alimente a união ou a divisão entre os súditos.

Esta questão poderia ter tido talvez atualidade no tempo dos antepassados de Maquiavel, em Florença; mas, no presente, não penso que algum político a adotasse cruamente e sem a mitigar. Não teria senão de citar o belo e tão conhecido apólogo de Menenius Agripa, com o qual se reúne o povo romano. As repúblicas, contudo, devem, de algum modo, alimentar o ciúme entre os seus membros, porquanto, se todos se unissem, a forma de governo trocar-se-ia em monarquia. Não deve tal medida atingir os particulares aos quais é prejudicial a desunião, mas tão-somente aqueles que poderiam, com unir-se facilmente, arrebatar a autoridade suprema.

Há príncipes que julgam a desunião dos ministros necessária ao seu interesse; pensam ser menos enganados por homens que o ódio mantém mutuamente em guarda. Mas se tais ódios produzem, por um lado, esse efeito, produzem também, por outro, efeitos que são muito perniciosos aos interesses dos mesmos príncipes; porquanto, os ministros em vez de contribuírem igualmente para o serviço desses interesses, acontece que, para se prejudicarem, contrapõem os conselhos e planos mais convenientes ao bem do Estado, e, nas suas querelas particulares, perdem de vista o bem do príncipe e a salvação dos povos.

Nada contribui, então, tanto para a força de uma monarquia como para a união íntima e inseparável de todos os seus membros, e deve o estabelecimento dessa união constituir o fim de um príncipe sábio.

O que acabo de responder à terceira questão de Maquiavel pode de alguma forma servir de solução ao seu quarto problema; examinemos, contudo, e julguemos em duas palavras, se deve um príncipe fomentar facções contra si mesmo, ou se antes deve ganhar a amizade dos súditos.

É forjar monstros para os combater isso de fazer inimigos para os derrubar; é mais natural, mais razoável, mais humano, fazer amigos. Felizes os príncipes que conhecem as doçuras da amizade! Mais felizes aqueles que merecem o amor e a afeição de seus povos!

Eis-nos na última questão de Maquiavel, a saber, se deve um príncipe ter fortaleza e cidadelas, ou se deve arrasá-las.

Creio ter dito a minha opinião no capítulo décimo, relativamente aos pequenos príncipes; detenhamo-nos no que respeita à conduta dos reis.

No tempo de Maquiavel, encontrava-se o mundo em fermentação geral; o espírito de sedição e de revolta reinava por toda a parte; não se via mais do que cidades sublevadas, povos que se revolviam, e motivos de perturbação e de guerra para os soberanos e para o Estados respectivos. Estas revoluções freqüentes e contínuas obrigaram os príncipes a construir cidadelas sobre as alturas das cidades, para conterem, por esse meio, o espírito irrequieto dos habitantes, e para acostumarem estes à fidelidade.

Após esse século bárbaro, seja que os homens se tenham cansado de se entredestruir e derramar sangue, seja que se tenham volvido mais razoáveis, passou a não se ouvir falar tanto em sedições e revoltas, e dir-se-ia que esse espírito de irrequietação depois de assaz ter fermentado, assentou, no presente, numa situação tranqüila; de sorte que deixou de haver necessidade de cidadelas para impor fidelidade às cidades e ao país. Não acontece o mesmo, contudo, com essas cidadelas e fortificações necessárias a um príncipe para o protegerem dos inimigos, e assegurarem, ainda, o repouso do Estado.

Os exércitos e as fortalezas são de uma igual utilidade para os príncipes; porquanto, se podem opor exércitos aos inimigos, podem, em caso de batalha perdida, salvar as suas tropas; e o cerco que o inimigo ponha a uma fortaleza permite-lhes refazerem-se e reunirem novas forças, que podem ainda, se são reunidas a tempo, ser empregadas no fazer levantar o mesmo cerco.

As últimas guerras de Brabante, entre o Imperador e a França, quase não progrediam, por causa da multidão de praças-fortes; e batalhas de cem mil homens, travadas com cem mil homens, eram apenas seguidas da conquista de uma ou duas cidades, na campanha subseqüente o adversário, tendo tido tempo para reparar as suas perdas, aparecia de novo, e repunha-se em disputa o que se houvera decidido no ano anterior. Em países onde há muitas praças fortes, exércitos que cobrem duas milhas de chão farão a guerra trinta anos, e ganharão, se são felizes, como preço de vinte batalhas, dez milhas de terra.

Nas regiões abertas, a sorte de um combate ou de duas campanhas decide da fortuna do vencedor, e submete-lhe reinos inteiros. Alexandre, César, Carlos XII devem a sua glória ao fato de que encontraram poucas praças fortificadas nos territórios que conquistaram; o vencedor da Índia não pôs mais do que dois cercos nas suas gloriosas campanhas; o árbitro da Polônia nunca fez mais. Eugênio, Villars, Marlborough, Luxemburgo eram capitães muito diferentes de Carlos e Alexandre; mas as fortalezas mitigaram de alguma maneira o brilho dos seus sucessos, que, quando são ajuizados solidamente, são preferíveis aos de Alexandre e de Carlos. Os franceses conhecem deveras a utilidade das fortalezas, porquanto, desde o Brabante até ao Delfinado, existe como que uma dupla cadeia de praças-fortes; a fronteira da França, do lado da Alemanha, parece-se com uma goela aberta de leão, que apresente duas fileiras de dentes ameaçadores e temíveis, e que tenha o ar de tudo querer engolir.

Isto é suficiente para fazer ver o grande uso das cidades fortificadas.

Capítulo XXI

Existe uma certa diferença entre fazer ruído no mundo e adquirir glória. O vulgo, que é mau apreciador de reputações, deixa-se seduzir facilmente pela aparência do que é grande e maravilhoso, e acontece-lhe confundir as boas ações com as ações extraordinárias, a riqueza com o mérito, o que tem brilho com o que tem solidez. As pessoas esclarecidas e sábias julgam de uma forma inteiramente diferente; é uma rude prova passar pelo seu cadinho: elas dissecam a vida dos grandes homens, como os anatomistas os cadáveres. Examinam se a sua intenção foi honesta, se foram justos, se fizeram sobretudo mal ou bem aos homens, se a coragem estava neles submetida à sabedoria, ou se se tratava de uma exaltação do temperamento; julgam os efeitos pelas causas, e não as causas pelos efeitos; não se espantam com vícios brilhantes, e encontram dignos de glória tão-só o mérito e a virtude.

O que Maquiavel considera grande e digno de reputação é o falso brilho que pode surpreender o juízo do vulgo; é o que compõe no espírito do povo, e do povo mais vil e mais abjeto; mas ser-lhe-á tão impossível como o foi para Molière, conciliar essa maneira trivial de pensar com a nobreza e o gosto das pessoas honestas; aqueles que sabem admirar o *Misantropo* desprezarão tanto mais o *Scapin.*

Este capítulo de Maquiavel contém bom e mau. Salientarei, em primeiro lugar, as faltas de Maquiavel; confirmarei o que ele disse de

bom e de louvável; e aventurarei em seguida a minha opinião acerca de alguns assuntos que pertencem naturalmente a esta matéria.

O autor propõe a conduta de Fernando de Aragão e de Bernardo de Milão para modelo àqueles que queiram distinguir-se por grandes empresas e por ações raras e extraordinárias. Maquiavel procura o maravilhoso no arrojo das empresas e na rapidez da execução. Isso tem grandeza, não o nego; mas apenas é louvável na proporção em que seja justa a empresa do conquistador. "Tu que te vanglorias de exterminar os ladrões, diziam os embaixadores, citas a Alexandre, tu és o maior ladrão da Terra, porquanto pilhaste e saqueaste todas as nações que venceste. Se és um deus, deves fazer o bem dos mortais, e não espoliá-los do que têm, se és um homem, pensa detidamente no que és."

Fernando de Aragão não se contentava com fazer simplesmente a guerra, mas servia-se da religião como de um véu para encobrir os desígnios. Se este rei fosse religioso, cometeria uma enorme profanação, ao fazer com que a causa de Deus servisse de pretexto para os seus furores; se fosse incrédulo, agiria com um impostor, um velhaco, visto que desviaria, pela dissimulação, a credulidade dos povos, em proveito da sua cupidez.

É muito perigoso para um príncipe ensinar aos súditos que é justo combater por argumentos: é, de maneira indireta, tornar o clero senhor da guerra e da paz, árbitro do soberano e dos povos. O Império do Oriente ficou, em parte, a dever a sua perda às querelas de religião, e viu-se em França, sob o reinado dos últimos Valois, as funestas conseqüências do espírito de fanatismo e de falso zelo. A política de um soberano exige, ao que me parece, que não toque ele de nenhuma forma na lei dos seus povos, e que, tanto quanto dele dependa, conduza o clero e os súditos dos seus Estados a um espírito de doçura e tolerância. Esta política harmoniza-se não só com o espírito do Evangelho, que prega estritamente a paz, a humildade e a caridade para com os irmãos; mas é também muito conforme os interesses dos príncipes, pois que desenraízam dos seus Estados o falso zelo e o fanatismo, afastam do seu caminho o maior óbice e o escolho que mais deveriam temer; porquanto a fidelidade e a boa vontade do vulgo não resistem ao furor da religião e ao entusiasmo do fanatismo, que abrem os céus mesmo aos assassinos, como preço dos seus crimes, e lhes prometem a palma do martírio como recompensa dos seus suplícios.

Nunca, então, um soberano sentira bastante desprezo pelas frívolas disputas dos sacerdotes, que não são mais do que disputas de palavras, e nunca será excessiva a atenção que dedique a abafar cuidadosamente a superstição e os furores religiosos que arrasta.

Maquiavel alega, em segundo lugar, o exemplo de Bernardo de Milão, para insinuar aos príncipes que devem eles recompensar e punir de forma retumbante, a fim de que todas as suas ações levem impresso um caráter de grandeza. Os príncipes generosos têm de possuir reputação; principalmente quando a sua liberalidade é uma conseqüência da sua grandeza de alma, e não do amor-próprio.

A bondade dos seus corações pode mais fazê-los maiores do que todas as outras virtudes. Cícero dizia a César: "Nada é tão grande na vossa virtude como o poder de salvar tantos cidadãos, nem nada mais digno do que a vontade de o fazer." Seria então preciso que as penas infligidas por um príncipe estivessem sempre abaixo da ofensa, e que as recompensas que dá ficassem sempre acima do serviço.

Mas eis uma contradição: o doutor da política pretende, neste capítulo, que os príncipes mantenham as alianças, e no capítulo dezoito liberta-os formalmente da sua palavra. Faz como esses leitores da sina que dizem branco a uns, e negro a outros.

Se Maquiavel raciocina mal acerca de tudo o que acabamos de referir, fala ele bem acerca da prudência que devem observar os príncipes em se não comprometerem ligeiramente com outros príncipes mais poderosos do que eles, os quais, em lugar de os socorrerem, poderiam arruiná-los.

É o que sabia um grande príncipe da Alemanha, igualmente estimado dos amigos e dos inimigos. Os suecos entraram nos seus Estados, quando se encontrava afastado com todas as suas tropas a auxiliar o Imperador, no Baixo-Reno, na guerra que este mantinha contra a França. Os ministros desse príncipe aconselharam-no, ao terem notícia da súbita irrupção, a chamar em seu socorro o Czar da Rússia. Mas o príncipe, mais penetrante do que eles, respondeu-lhes que os moscovitas eram quais ursos que não convinha desencadear, pelo medo de lhes não poder repor as cadeias, se uma vez lhes fossem tiradas; tomou generosamente sobre si os cuidados da vingança, e não teve de se arrepender.

Se vivesse no próximo século, seguramente que alongaria este artigo com algumas reflexões que lhe poderiam convir; mas não me pertence julgar a conduta dos príncipes modernos, e no mundo é preciso saber falar e saber calar a propósito.

A matéria da neutralidade é tão bem tratada por Maquiavel como a dos compromissos dos príncipes. A experiência demonstrou, desde há muito, que um príncipe neutral expõe o seu país às injúrias das duas partes beligerantes, que os seus Estados se tornam o teatro de guerra, e que perde sempre com a neutralidade, sem que nunca tenha algo de sólido a ganhar com ela.

Há duas maneiras pelas quais um soberano se pode engrandecer: é uma a da conquista, quando um príncipe guerreiro faz recuar pela força das armas os limites da sua dominação; é outra a da atividade, quando um príncipe laborioso faz florir nos seus Estados todas as artes e todas as ciências que os tornam mais poderosos e civilizados.

Todo este livro está cheio de raciocínio sobre a primeira maneira de se engrandecer: digamos alguma coisa acerca da segunda, mais inocente, mais justa, e tão útil como a primeira.

As artes mais necessárias à vida são a agricultura, o comércio e as manufaturas; as ciências que mais honram o espírito humano são: a geografia, a filosofia, a astronomia, a eloquência, a poesia, e tudo que se entende pelo nome de belas-artes.

Como todos os países são muito diferentes, há alguns onde é principal a agricultura, outros as vindimas, outros as manufaturas, e outros o comércio; acontece mesmo que estas artes prosperem simultaneamente em alguns países.

Os soberanos que escolham esta doce e amável maneira de se fazerem mais poderosos serão obrigados a estudar principalmente a constituição do seu país, a fim de saberem quais dessas artes serão mais próprias a vicejarem nele, e por conseguinte quais devem ser mais encorajadas. Os franceses e os espanhóis aperceberam-se de que o comércio lhes faltava, e cogitaram, por essa razão, no meio de arruinar o dos ingleses. Se a França o conseguisse, a perda do comércio por parte da Inglaterra aumentaria o seu poder mais do que a conquista de vinte cidades e de um milhar de aldeias o poderia fazer; e a Inglaterra e a Holanda, esses dois mais belos e mais ricos países do mundo, morreriam insensivelmente, tal como um doente que morre héctico ou de consumpção.

Os países cujos trigos e vinhas constituem a riqueza comum têm duas coisas a observar: uma, desbravar cuidadosamente todas as terras, a fim de aproveitar até o menor terreno; outra, a de refinar sobre um maior, um mais vasto débito, os meios de transportar esses produtos pelo mais baixo preço, e de poder vendê-los pelo mais alto.

As manufaturas de todas as espécies são talvez o que há de mais útil e mais proveitoso a um Estado, pois que, por elas, se basta às necessidades e ao luxo dos habitantes, e que os vizinhos são, incluso, obrigados a pagar tributo à vossa indústria; elas impedem, de um lado, que o dinheiro saia do país, e fazem, do outro, que entre.

Sempre estive convencido de que a falta de manufaturas tinha causado, em parte, essas prodigiosas emigrações dos países do Norte, as dos godos, as dos vândalos, que inundaram tão amiúde os países meridionais. Nesses tempos recuados, as artes, com exceção da agricultura, eram desconhecidas na Suécia, na Dinamarca e na maior parte da Alemanha; as terras aráveis estavam repartidas entre um certo número de proprietários que as cultivavam e que elas podiam alimentar.

Mas como a raça humana foi em todos os tempos muito fecunda nesses países frios, acontecia que houvesse numa região duas vezes o número de habitantes que essa região podia fazer substituir pela lavoura; e os filhos segundos das boas casas reuniam-se, então, e transformavam-se, por necessidade, em cavaleiros de indústria, devastavam outras regiões e despossuíam os seus senhores. Vê-se, também, na história dos Impérios do Oriente e do Ocidente, que os bárbaros não pediam, de ordinário, mais do que campos para cultivar, a fim de prover à própria subsistência. Os países do Norte não estão menos povoados do que o estavam então; mas como o luxo multiplicou muito sabiamente as nossas necessidades, fez nascer as manufaturas e todas essas artes que sustentam povos inteiros, os quais, a não ser assim, seriam obrigados a procurar noutro ponto a sua subsistência.

São, portanto, estas maneiras de fazer prosperar um Estado como que talentos confiados à sabedoria do soberano, os quais deve este economizar e fazer valer. A característica mais segura de um país que, sob um governo sábio, é feliz, abundante e rico, está em que as belas-artes

nasçam no seu seio: são flores que aparecem num terreno pingue e sob um céu favorável, mas às quais a secura ou o sopro impetuoso dos aguilhões fazem morrer.

Nada ilustra tanto um reino como as artes que florescem sob a sua proteção. O século de Péricles é tão famoso por Fídias, Praxíteles, e muitos outros grandes homens semelhantes, que viviam em Atenas, como pelas batalhas que os mesmos atenienses deram nesse tempo. O século de Augusto é mais conhecido por Cícero, Ovídio, Horácio e Virgílio, do que pelas proscrições desse cruel imperador, que deve, depois de tudo, uma grande parte de sua reputação, à lira de Horácio. O de Luís o Grande é mais célebre pelos Corneilles, os Racines, os Molières, os Boileaus, os Descartes, os Coypels, os Le Bruns, os Ramondons do que por essa passagem do Reno, tão exagerada, por esse cerco de Mons, onde Luís esteve em pessoa, e pela batalha de Turim, que o senhor de Marsin fez perder ao Duque de Orleans, por ordem do gabinete.

Os reis honram a humanidade quando destinguem e recompensam aqueles que mais honra lhe fazem; e que aconteceria, se não fossem os espíritos superiores que se aplicam a aperfeiçoar os nossos conhecimentos, que se devotam ao culto da verdade, e que desprezam o que possuem de material para tornar neles mais acabada a arte do pensamento? Da mesma forma que os sábios esclarecem o universo, mereceriam ser os seus legisladores.

Felizes os soberanos que cultivam as ciências, que pensam com Cícero, esse cônsul romano, libertador da pátria e pai da eloquência: "As letras formam a juventude, e fazem o encanto da idade provecta. A prosperidade é, graças a elas, mais brilhante: a adversidade recebe delas consolação: e nas nossas casas, nas casas dos outros, nas viagens, na solidão, em todos os tempos, em todos os lugares, fazem elas a doçura da nossa vida."

Lourenço de Médicis, o maior homem da sua nação era o pacificador da Itália e o restaurador das ciências; a sua probidade conciliou-lhe a geral confiança dos príncipes; e Marco Aurélio, um dos maiores imperadores de Roma, era não menos feliz guerreiro do que sábio filósofo, e aliava a mais severa prática da moral à profissão que dela fazia. Findemos com as suas palavras: "Um rei que a justiça conduz tem o universo para seu templo, e as pessoas de bem são nele os sacerdotes e sacrificadores."

Capítulo XXII

Há, no mundo, duas espécies de príncipes, a saber: aqueles que vêem tudo pelos próprios olhos e governam diretamente os Estados; e aqueles que descansam sobre a boa-fé dos ministros, e que se deixam governar pelos que tomaram ascendência sobre o seu espírito.

Os soberanos da primeira espécie são como a alma dos respectivos Estados: o peso do governo impende sobre eles sós, tal como o mundo sobre o dorso de Atlas; regulam os problemas internos, bem como os estrangeiros; todas as ordenações, todas as leis, todos os éditos, emanam deles, que preenchem, a um tempo, os postos de primeiro magistrado da justiça, de general dos exércitos, de intendente das finanças, e, em geral, tudo o que pode ter relação com a política. Eles têm, a exemplo de Deus, que se serve de inteligências superiores ao homem para realizar as suas vontades, espíritos penetrantes e laboriosos para executar os seus desígnios, e para cumprir no pormenor o que eles projetaram em grande; os seus ministros não são propriamente mais do que utensílios nas mãos de um sábio e hábil senhor.

Os soberanos da segunda ordem estão como que mergulhados, por falta de gênio ou por indolência natural, numa indiferença letárgica, que os assemelha àqueles corpos caídos em desmaio que são chamados à vida por perfumes fortes, espirituosos e balsâmicos. Identicamente, é necessário que um Estado desfalecido por fraqueza do soberano seja sustentado pela sabedoria e vivacidade de um ministro, capaz de suprir

aos defeitos do seu senhor. Neste caso, o príncipe não é mais do que o órgão do seu ministro, e não serve senão para representar aos olhos do povo o fantasma vão e a majestade real; e a sua pessoa é tão inútil ao Estado quanto a do ministro lhe é necessária. Nos soberanos da primeira espécie, a boa escolha dos ministros pode facilitar o seu trabalho, sem, contudo, influir muito na felicidade do povo; nos da segunda espécie, a salvação do povo e a deles depende da boa acolha dos ministros.

Não é tão fácil, como se pensa, para um soberano, profundar deveras o caráter daqueles que deseja empregar nos seus negócios; porquanto os particulares têm tanta facilidade em se disfarçar diante de seus senhores, como os príncipes encontram obstáculos para dissimular o seu interesse aos olhos do público.

Acontece com o caráter dos áulicos o que se verifica com o rosto das mulheres durázias: com a ajuda do artifício, a semelhança é perfeitamente observada. Os reis não vêem nunca os homens tais como são no seu estado natural, mas tais como eles querem parecer. Um homem que se encontre na missa no momento da consagração, um cortesão que se encontre na corte diante do príncipe, será muito diferente do que é quando está numa sociedade de amigos; e aquele que, na corte, fosse tomado por um Catão, seria dito Anacreonte na cidade; aquele que é sábio em público é louco em sua casa, e algum que faz sonoramente a faustosa ostentação da sua virtude, sentirá em silêncio o vergonhoso desmentido que lhe dá o coração.

Isto não passa de um quadro da dissimulação ordinária; mas a que ponto sobe ele quando o interesse e a ambição se combinam, quando um lugar vago é tão avidamente desejado como o podia ser Penélope pela sua numerosa corte de pretendentes! A cupidez do cortesão aumenta as suas assiduidades junto do príncipe e as atenções sobre si mesmo; emprega todos os meios de sedução que o espírito lhe pode sugerir para se tornar agradável; lisonjeia o príncipe, entra nos seus gostos, aprova as suas paixões: é um camaleão que toma todas as cores que reflete.

Depois de tudo, se Sisto Quinto pôde enganar setenta cardeais que deviam conhecê-lo, quanto, com mais forte razão, não será fácil a um particular surpreender a penetração do soberano que não aproveitou as ocasiões para o conhecer profundamente!

Um príncipe inteligente pode ajuizar sem dificuldade do gênio e da capacidade daqueles que o servem; mas é-lhe quase impossível ajuizar bem do seu desinteresse e da sua fidelidade, porquanto a política dos ministros consiste ordinariamente em ocultar as suas práticas e más disposições, sobretudo àquele que está no direito de os punir, e que os puniria se estivesse devidamente informado.

Viu-se, amiúde, que homens houve que pareciam virtuosos, à falta de ocasiões para o desmentirem, mas que renunciaram à honestidade, desde que a virtude lhes foi posta à prova. Não se falou, em Roma, mal dos Tibérios, dos Neros e dos Calígulas, antes de que chegassem ao trono; talvez a sua perversidade não tivesse conseqüências, se não tivesse sido atuada pela ocasião que, para assim o dizer, desenvolvia o germe da sua malignidade.

Encontram-se homens que juntam à muita inteligência, à plasticidade interior e ao talento, a alma mais negra e mais ingrata; encontram-se outros que possuem todas as qualidades do coração, sem o instinto vivo e brilhante que caracteriza o gênio.

Os príncipes prudentes deram ordinariamente a preferência àqueles em que prevaleciam as qualidades do coração, para os empregar no interior do país. Preferiram-lhes, ao contrário, aqueles que tinham mais vivacidade e mais fogo, para se servirem deles nas negociações. As suas razões foram, sem dúvida, que, uma vez se trata de manter a ordem e a justiça nos seus Estados, chega a honestidade, e que, como é questão de seduzir os vizinhos por argumentos especiosos, de empregar a via da intriga, e amiúde da corrupção, nas missões estrangeiras, se percebe claramente que a probidade não é tão requerida como a habilidade e o espírito.

Parece-me que um príncipe nunca poderá recompensar bastante a fidelidade daqueles que o servem zelosamente; há, em nós, um certo sentimento de justiça, que nos leva à gratidão e que é imperioso seguir. Mas, além disso, os interesses dos grandes pedem absolutamente que recompensem com tanta generosidade como que punam com clemência; porquanto os ministros que se apercebem de que a sua virtude é o instrumento da sua fortuna não recorrerão seguramente ao crime, e preferirão naturalmente os benefícios do seu senhor às corrupções estrangeiras.

A via da justiça e a sabedoria do mundo harmonizaram-se, então, perfeitamente, sobre este assunto, e por míngua de recompensa e de generosidade, é tão imprudente como duro submeter o apego dos ministros a uma perigosa prova.

Existem príncipes que caem num defeito tão contrário como este aos seus verdadeiros interesses: mudam de ministros com uma ligeireza infinita, e punem com demasiado rigor as menores irregularidades da sua conduta.

Os ministros que trabalham imediatamente sob os olhos do príncipe não podem dissimular os seus defeitos depois de por algum tempo terem ocupado o lugar; mais o príncipe é penetrante, e mais facilmente os apreende.

Os soberanos que não são filósofos impacientam-se depressa; revoltam-se contra as fraquezas daqueles que os servem; desgraçam-nos, e ficam sem eles.

Os príncipes que pensam mais profundamente conhecem melhor os homens: sabem que todos estão marcados pelo cunho da humanidade, que nada há perfeito neste mundo, que as grandes qualidades são, por assim dizer, postas em equilíbrio por grandes defeitos, e que o homem de gênio deve tirar partido de tudo. Eis porque, a menos que haja prevaricação, conservam os seus ministros possuidores de boas e más qualidades, e preferem aqueles que estudaram pouco a pouco, aos novos que poderiam ter, quase como músicos hábeis que preferem os instrumentos de que conhecem a virtude e os defeitos àqueles cujas qualidades lhes são desconhecidas.

Capítulo XXIII

Não há livro de moral, não há livro de história, onde a fraqueza dos príncipes relativamente à lisonja não seja rudemente censurada.

Quer-se que os reis amem a verdade, quer-se que os seus ouvidos se acostumem a ouvir, e tem-se razão; mas quer-se, ainda, segundo o costume dos homens, coisas contraditórias. Como o amor-próprio é o princípio das nossas virtudes, e por conseguinte da felicidade do mundo, quer-se que os príncipes o possuam em quantidade suficiente para que se tornem suscetíveis de formosa glória, para que anime as suas grandes ações, e para que, a um tempo, sejam os príncipes assaz indiferentes para renunciar de motu-próprio ao salário dos seus trabalhos; o mesmo princípio os deve impelir a merecer o louvor e a desprezá-lo. É pretender muito da humanidade. Se há, contudo, um motivo que possa encorajar os príncipes a combater o engodo da lisonja é a idéia vantajosa que se tem do seu mérito, e a suposição natural de que devem poder ainda mais sobre si mesmos do que sobre os outros.

Os príncipes insensíveis à própria reputação não foram mais do que indolentes e voluptuosos que se abandonaram à moleza; eram massas de uma matéria vil e abjeta, que nenhuma virtude animava. Houve tiranos muito cruéis que, é verdade, amaram o louvor; isso era neles como que um refinamento da vaidade, ou, para dizer melhor, um vício a mais;

queriam a estima dos homens, mas desprezavam, ao mesmo tempo, a única via para se tornarem dignos dela.

Nos príncipes viciosos, é a lisonja um veneno mortal que multiplica as sementes da sua corrupção; nos príncipes de valor, a lisonja é como ferrugem que se liga à sua glória, que lhe diminui o brilho. Um homem inteligente revolta-se contra a adulação grosseira; repele o adulador que com mão desajeitada lhe dá com o turíbulo na cara. Seria necessária uma credulidade infinita para com a boa opinião que se tem a respeito de si próprio, para sofrer o louvor exagerado; impor-se-ia, mesmo, que essa credulidade fosse supersticiosa; esta espécie de louvor é menos de temer para os grandes homens, porquanto não é a linguagem da convicção. É uma outra espécie de lisonja: é a sofista dos defeitos e dos vícios; a sua retórica diminui e empequenece tudo quanto de mau tem o seu objeto, e eleva-o, por esta indireta via, à perfeição. É quem fornece argumentos às paixões, quem dá à crueldade o caráter da justiça, quem comunica um tão perfeito semblante de liberalidade à profusão que é para iludir a todos, e quem cobre os deboches com o véu do divertimento e do prazer; amplifica, incluso, os vícios alheios, para com eles erigir um troféu aos do seu herói; desculpa tudo, e tudo justifica. A maior parte dos homens cai nesta lisonja que lhes consagra os gostos e as inclinações. É necessário ter, com mão hábil, impelido a sonda até o fundo das suas chagas para bem as conhecer, e é preciso ter a firmeza de se dizer que se possui defeitos que importa corrigir, para se resistir, a um tempo, ao insinuante advogado das próprias paixões e se autocombater. Existem, contudo, príncipes de uma virtude bastante macha para desprezar esta espécie de lisonja; têm bastante penetração para perceber a serpente venenosa que rasteja sob as flores; e, nascidos inimigos da mentira, não a suportam sequer no que pode agradar ao seu amor-próprio, e no que mais acaricia a sua vaidade.

Mas, se odeiam a mentira, amam a verdade, e nunca seriam capazes de usar de um rigor semelhante para com aqueles que lhes dizem alguma coisa de que eles mesmos estão convencidos. A lisonja que se funda numa base sólida é a mais sutil de todas; é preciso ter o discernimento muito fino para perceber o matiz que se acrescenta à verdade. Não fará acompanhar um rei à trincheira por poetas que devam ser os historiadores

e as testemunhas do seu valor; não comporá prólogos de óperas com demasia de hipérboles, feios prefácios e epístolas servis; não atordoará um herói com a narrativa das suas próprias vitórias; mas tomará um ar de sentimento, controlará delicadamente as entradas, e terá as qualidades do epigrama. Como pode um grande homem, como pode um herói, como pode um príncipe espiritual desagradar-se com ouvir dizer uma verdade que a vivacidade de um amigo que deveras a sentia deixou escapar? Seria um pedantismo de modéstia escandalizar-se com ela, e o espírito do pensamento serve de veículo ao elogio.

Os príncipes que foram homens comuns antes de chegarem a reis podem recordar-se do que foram, e não se acostumam tão facilmente aos alimentos da adulação. Aqueles que reinaram toda a vida foram continuamente nutridos de incenso como os deuses, e morreriam de inanição se lhes faltasse o encômio.

Seria então mais justo, parece-me, lastimar os reis, do que condená-los; são os aduladores, e ainda mais os caluniadores, que merecem a condenação e o ódio do público, da mesma forma que todos aqueles que são inimigos dos príncipes o bastante para lhes mascarar a verdade.

Capítulo XXIV

A fábula de Cadmo, que lançou à terra os dentes de uma serpente que acabava de vencer, e dos quais nasceu um povo de guerreiros que se entredestruíram, convém perfeitamente ao tema do presente capítulo. Esta fábula engenhosa é o emblema da ambição, da crueldade e da perfídia dos homens, que, no fim, lhes é sempre funesto.

Foi a ilimitada ambição dos príncipes de Itália, foi a sua crueldade, que fez deles o horror do gênero humano; foram as perfídias e as traições que cometeram uns contra os outros que arruinaram os seus projetos. Que se leia a história de Itália desde o fim do século XIV até ao começo do século XV: só se encontra crueldades, sedições, violências, ligas para uma mútua destruição, usurpações, assassínios, numa palavra, um conjunto enorme de crimes de que tão-só a idéia e a pintura inspiram horror e aversão.

Se, a exemplo de Maquiavel, se pretendesse fazer cair a justiça e a humanidade, transtornar-se-ia, seguramente, todo o universo; ninguém se contentaria com os bens que possuísse, toda a gente cobiçaria os dos outros, e, como nada poderia deter ninguém, todos se serviriam dos meios mais espantosos para satisfazer a sua cupidez. Uma absorveria o bem dos seus vizinhos, após o que um outro o esbulharia por seu turno; não haveria segurança para ninguém, o direito do mais forte seria a única justiça sobre a Terra, e uma tal inundação de crimes reduziria em breve este continente a uma vasta e triste solidão. Foi, então, a iniqüidade e a

barbárie dos príncipes de Itália que fizeram que perdessem os seus Estados, tal como os falsos princípios de Maquiavel perderão seguramente todos aqueles que tiverem a loucura de os seguir.

Não disfarço nada: a cobardia de alguns desses príncipes de Itália pôde, com a sua maldade, ter concorrido identicamente para a sua perda; a fraqueza dos reis de Nápoles, é coisa certa, arruinou os seus negócios. Mas digam-me, desde logo, em política, tudo o que quiserem, que argumentem, façam sistemas, aleguem exemplos, empreguem todas as sutilezas dos sofistas, e ser-se-á, apesar de tudo, obrigado a voltar à justiça, a menos que se consinta em brigar com o bom senso. O próprio Maquiavel não faz mais do que um galimatias lamentável quando pretende ensinar outras máximas, e, como quer que tenha feito, não pôde curvar a verdade aos seus princípios. O começo deste capítulo é um ponto desagradável para o político; a maldade meteu-o num dédalo onde o seu espírito procura vãmente o fio maravilhoso de Ariadne para dele conseguir sair.

Pergunto humildemente a Maquiavel o que pretendeu dizer com estas palavras: "Se se nota num soberano recentemente elevado ao trono [o que significa num usurpador] prudência e mérito, a gente apegar-se-á bem mais a ele do que àqueles que devem a grandeza apenas ao nascimento. A razão disso reside em que se é muito mais tocado pelo presente do que pelo passado; e que, quando se encontra satisfação no primeiro, se não vai mais longe."

Supõe Maquiavel que de dois homens igualmente valorosos e espirituais o povo preferirá o usurpador ao príncipe legítimo? Ou fala ele de um soberano sem virtudes, e de um assaltante valoroso e pleno de capacidade? Não pode a primeira suposição estar conforme com o autor: opõe-se ela às mais ordinárias noções do bom senso: seria um efeito sem causa a predileção do povo por um homem que comete qualquer ação violenta para se tornar seu senhor, e que, aliás, não teria nenhum mérito preferível ao de um soberano legítimo. Maquiavel, reforçado com todos os sorites dos sofistas, e do burro de Buridan, inclusivamente, se se quer, não me dará a solução deste problema.

E também a segunda suposição não poderia estar conforme, porquanto é tão frívola como a primeira; por algumas qualidades que se conceda ao usurpador, terá de se confessar que a ação violenta pela qual

ele cresce no poder é uma injustiça. Ora, que se pode esperar de um homem que começa pelo crime, que não seja um governo violento e tirânico? Passar-se-ia o mesmo com um homem que se casasse e que fosse metamorfoseado em Actéon por sua mulher, no mesmo dia das núpcias; não penso que augurasse bem da fidelidade de sua nova esposa, após o fragmento que esta lhe tivera dado da sua inconstância.

Maquiavel pronuncia, neste capítulo, a palavra da condenação contra os seus próprios princípios; porquanto diz claramente que, sem o amor dos povos sem o afeto dos grandes, e sem um exército bem disciplinado, é impossível a um príncipe sustentar-se no trono. A verdade parece forçá-lo a prestar-lhe esta homenagem, quase como os teólogos o asseveram dos anjos malditos, que reconhecem a Deus, mas que blasfemam contra Ele.

Eis em que consiste a contradição: para ganhar a afeição dos povos e dos grandes, é preciso ter um fundo de probidade e de virtude; é preciso que o príncipe seja humano e benevolente, e que com estas qualidades do coração se encontre nele capacidade para se desempenhar, com sabedoria, das penosas funções do seu cargo, a fim de que se possa ter confiança nele. Que contraste entre estas qualidades e aquelas que Maquiavel dá ao seu príncipe. É preciso ser tal como acabo de dizer para ganhar os corações, e não, como Maquiavel o ensina ao longo da sua obra, injusto, cruel, ambicioso, e unicamente vertido no cuidado do próprio engrandecimento.

É assim que se pode ter desmascarado este político que o seu tempo fez passar por um grande homem, que muitos ministros reputaram perigoso, mas a quem seguiram, cujas máximas abomináveis se fez estudar aos príncipes, a quem ninguém tinha ainda respondido em forma, e que muitos políticos imitam, sem desejar que os acusem de tal fato.

Feliz seria quem pudesse destruir inteiramente no mundo o maquiavelismo! Mostrei-lhe a inconseqüência; àqueles que governam o universo cabe dar exemplo de virtude à face do mundo. Ouso dizer que são obrigados a curar o público da falsa idéia na qual se encontram acerca da política, que não é propriamente senão o sistema da sabedoria dos príncipes, mas que se supõe comumente ser o breviário da velhacaria e da injustiça. Pertence-lhes banir dos tratados as sutilezas e a má-fé, e

vigorar a honestidade e a candura que, a falar verdade, não se encontram entre os soberanos. Pertence-lhes demonstrar que são tão pouco cobiçosos das províncias dos seus vizinhos, como ciosos da conservação dos seus próprios estados. Respeita-se os soberanos – é um dever, e até uma necessidade; mas seriam eles mais amados se, menos ocupados com aumentar o domínio, estivessem mais atentos a reinar bem. Um, é feito de uma imaginação que não seria capaz de se fixar; o outro, é a expressão de um espírito justo, que apreende o verdadeiro, e que prefere a solidez do dever ao brilho da vaidade. O príncipe que tudo quer possuir é como um estômago que se enfarta gulosamente de viandas, sem pensar que não poderá digeri-las. O príncipe que se limita a bem governar é como um homem que come sobriamente, e cujo estômago digere bem.

Capítulo XXV

A questão sobre a liberdade do homem é um dos problemas que impele em extremo a razão dos filósofos, e que amiúde tirou anátemas da boca sagrada dos teólogos. Os partidários da liberdade dizem que, se os homens não são livres, Deus age neles; que é Deus que, por seu ministério, comete os morticínios, os roubos e todos os crimes, o que todavia é manifestamente oposto à sua santidade; em segundo lugar, que, se o Ser supremo é o pai dos vícios, e o autor das iniqüidades que se cometem, não mais se poderá punir os culpados, e não haverá nem crimes em virtudes no mundo. Ora, como não seria possível pensar neste dogma horrível sem lhe colher todas as contradições, não se poderia tomar melhor partido do que o declarar-se pela liberdade do homem.

Os partidários da necessidade absoluta dizem, ao contrário, que Deus seria pior do que um operário cego e que trabalhasse na obscuridade se, depois de ter criado este mundo, ignorasse o que devia acontecer. Um relojoeiro, dizem, conhece a ação da menor roda de um relógio, pois que sabe o movimento que lhe imprimiu, e que finalidade lhe deu; e Deus, esse ser infinitamente sábio, seria o espectador curioso e impotente das ações dos homens! Como poderia esse mesmo Deus, de quem todas as obras receberam um caráter de ordem, e que todas sujeitou a certas leis imutáveis e constantes, como poderia permitir que o homem fruísse isolado da independência e da liberdade? A ser assim, não seria a

Providência que governara o mundo, mas sim o capricho dos homens. Pois que é, então, necessário optar entre o criador e a criatura, qual dos dois é autômato? É mais razoável pensar que é o ser em que reside a fraqueza, do que o ser em que reside o poder. Assim, a razão e as paixões são como cadeias invisíveis pelas quais a mão da Providência conduz o gênero humano a concorrer nos acontecimentos que a sua eterna sabedoria tinha decretado que deviam acontecer no mundo, e para que cada indivíduo cumprisse o destino.

É deste modo que, para evitar Caribdes, nos aproximamos demasiado de Sila, e é assim que os filósofos se empurram mutuamente para o abismo da aberração, enquanto os teólogos dão botes no escuro, e se enfurecem devotamente, por caridade e por zelo. Estes partidos fazem-se a guerra, quase como a faziam entre si os cartagineses e os romanos. Quando se temia ver tropas romanas em África, levava-se o facho da guerra à Itália; e quando em Roma se quis acabar com Aníbal, que muito se temia, enviou-se Cipião, à testa das legiões, a assediar Cartago. Os filósofos, os teólogos e a maior parte dos heróis do argumento tem o gênio da nação francesa: atacam vigorosamente, mas estão perdidos se os reduzem à guerra defensiva. É o que fez dizer a um belo espírito que Deus era o pai de todas as seitas, pois que a todas tinha dado armas iguais, assim como um bom lado e um reverso. Esta questão acerca da liberdade ou da predestinação dos homens foi transportada por Maquiavel da metafísica para a política; trata-se, contudo, de um terreno que é para esta totalmente estranho, e que não poderia alimentá-la; porquanto, em política, em vez de se raciocinar sobre se somos livres ou se o não somos, sobre se a fortuna e o acaso podem alguma coisa ou não podem nada, apenas importa congruentemente pensar em se aperfeiçoar a sua penetração e em se alimentar a própria prudência.

A fortuna e o acaso são palavras vazias de sentido que nasceram do cérebro dos poetas, e que, segundo toda a aparência, devem a sua origem à profunda ignorância na qual vegetava o mundo quando foram dados nomes vagos aos efeitos de causas desconhecidas.

O que se chama vulgarmente a fortuna de César significa propriamente todas as conjunturas que favoreceram os desígnios desse ambicioso. O que se entende pelo infortúnio de Catão são as inopinadas desditas que lhe sobrevieram, esses contratempos nos quais os efeitos

seguiram tão subitamente as causas, que a sua prudência nem pôde prevê-los, nem contrabalançá-los.

O que se entende por acaso não poderia ser melhor explicado do que pelo jogo dos dados. O acaso, diz-se, fez que os meus dados somassem doze e não sete. Para analisar fisicamente esse fenômeno, seria necessário estar atento a muitas coisas, como sejam a maneira pela qual entram os dados no copo, o grau de força que levam os movimentos da mão, a reiteração com que se faz girar aqueles antes de os lançar, tudo o que resulta numa saída mais viva ou mais lenta quando são espalhados sobre a mesa. São as causas que acabo de indicar que, tomadas em conjunto, recebem o nome de acaso. Um exame desta natureza, onde se impõe discutir muito, pede um espírito filosófico e atento; mas como não pertence a toda a gente profundar as matérias, prefere-se evitar esse esforço. Confesso que se está mais prontamente livre da dificuldade quando alguém se contenta com um nome que não tem qualquer realidade; daí provém que de todos os deuses do paganismo são a fortuna e o acaso os únicos que nos ficaram. Isto não é muito mau, porquanto todos os imprudentes atribuem a causa da sua infelicidade à contrariedade da fortuna, tal como aqueles que triunfam no mundo sem mérito eminente erigem o cego destino em divindade cuja sabedoria e justiça são admiráveis.

Enquanto não formos mais do que homens, quer dizer, seres muito limitados, nunca seremos superiores ao que se chama os golpes da fortuna. Devemos arrebatar o que pudermos, pela sabedoria e pela prudência, ao acaso e à eventualidade; mas a nossa vista é demasiado curta para tudo apreender, e o nosso espírito demasiado estreito para tudo combinar. Embora sejamos débeis, não é essa, em verdade, uma razão para desprezar as poucas forças que possuímos; ao contrário, impõe-se tirar delas o melhor partido, e não degradar o nosso ser, com pôr-nos ao nível dos brutos, pelo fato de que não somos deuses. Efetivamente, nada menos do que a omnisciência divina permitiria aos homens combinar uma infinidade de causas escondidas, e conhecer até a menor mola dos acontecimentos, a fim de inferir, por seu intermédio, justas conjeturas para o futuro.

Eis dois acontecimentos que farão ver claramente que é impossível à sabedoria humana prever tudo. O primeiro deles é o da surpresa de

Cremona pelo príncipe Eugênio, empreendimento concertado com toda a prudência imaginável, e executado com um valor infinito. Eis como o desígnio fracassou. O príncipe introduz-se na cidade, pela manhã, através de um cano de esgoto que lhe é aberto por um cura com o qual estava em inteligência; ter-se-ia infalivelmente tornado senhor da praça, se duas coisas, que não podia imaginar, não tivessem acontecido. Primeiro, um regimento suíço, que devia exercitar-se nessa mesma manhã, encontrava-se em armas, e conseguiu resistir-lhe, até que o resto da guarnição se reuniu. Em segundo lugar, o guia que havia de levar o príncipe De Valdemont a uma outra entrada da cidade, de que o mesmo se devia apoderar, errou o caminho, o que fez que esse destacamento chegasse demasiado tarde. Creio que a pitonisa de Delfos, escumando de furor sobre a trípode sagrada, não teria previsto tais acidentes, mercê de qualquer dos segredos da sua arte.

O segundo acontecimento de que quero falar é o da paz particular que os ingleses fizeram com a França, no fim da Guerra da Sucessão. Nem os ministros do imperador José, nem os maiores filósofos, nem os mais hábeis políticos, teriam podido suspeitar de que um par de luvas mudaria o destino da Europa; o que, todavia, aconteceu, à letra, como se poderá ver.

Milady Marlborough exercia, em Londres, o cargo de grande-camareira da rainha Ana, enquanto o seu marido fazia nas campanhas de Brabante uma dupla colheita de louros e de riquezas. Esta duquesa sustentava pelo seu favor o partido do herói, e o herói sustentava o crédito de sua mulher pelas suas vitórias. O partido dos *torys*, que lhes era oposto, e que desejava a paz, nada poderia enquanto essa duquesa fosse todo-poderosa junto da rainha. Ela perdeu o favor por um motivo assaz insignificante: a rainha tinha encomendado umas luvas na sua luveira, e a duquesa havia encomendado outras, ao mesmo tempo; a impaciência em possuí-las levou esta a instar com a luveira para que lhas desse antes de executar as da rainha. Ana, entretanto, desejava ter as suas luvas; uma dama do palácio que era inimiga de Lady Marlborough informou a rainha de tudo quanto se havia passado, e fê-lo com tanta malignidade que a rainha, desde esse momento, passou a olhar a duquesa como uma favorita cuja insolência não podia suportar. A luveira acabou de azedar a princesa com a história das luvas, que contou com todo o negrume possível. Esta levedura, apesar de ligeira, foi sufi-

ciente para pôr todos os humores em fermentação e para amadurecer tudo o que deve acompanhar uma desgraça. Os *torys*, com o marechal de Tallard diante, aproveitaram-se do assunto, que para eles se tornou num lance partidário. A duquesa de Marlborough caiu em desgraça, pouco tempo depois, e com ela perdeu o partido dos *wbigs* e o dos aliados do Imperador. Tal é o jogo das coisas mais graves do mundo: a Providência ri-se da sabedoria e das grandezas humanas; causas frívolas, e algumas vezes ridículas, mudam amiúde a fortuna dos Estados e das monarquias inteiras. Nesta ocasião, pequenas tricas de mulheres salvaram Luís XIV de um passo de que nem a sabedoria, nem as suas forças e o seu poder poderiam talvez tirá-lo, e obrigaram os aliados a fazer a paz contra sua vontade.

Estas espécies de acontecimentos ocorrem; mas confesso que raramente, e que a sua autoridade não é suficiente para desacreditar por completo a prudência e a penetração; tudo se passa como nas doenças que algumas vezes alteram a saúde dos homens, mas que os não impedem de fruir, a maior parte do tempo, dos benefícios de um temperamento robusto.

É, então, necessariamente preciso que aqueles que devem governar o mundo cultivem a penetração e a prudência próprias; mas não é tudo; porquanto, se querem cativar a fortuna, é necessário que aprendam a adaptar o temperamento às conjunturas, o que é muito difícil.

Não falo, em geral, senão de duas espécies de temperamentos, o de uma ousada vivacidade, e o de uma circunspecta lentidão; e como estas causas morais têm uma causa física, é quase impossível que um príncipe seja de tal modo senhor de si mesmo, que tome todas as cores como o camaleão. Há séculos que favorecem a glória dos conquistadores e dos homens ousados e empreendedores que parecem nascidos para agir e para operar mudanças extraordinárias no universo. As revoluções, as guerras, ajudam-nos, e, principalmente, um não-sei-quê espírito de vertigem e de desconfiança que põe em conflito os soberanos e lhes fornece a ocasião para desenvolver os perigosos talentos; numa palavra, todas as conjunturas que se harmonizam com o seu natural turbulento e ativo lhes facilitam os sucessos.

Há outros tempos em que o mundo, menos agitado, parece querer ser regido apenas pela doçura, e nos quais tão-só é preciso ter prudência e circunspecção; trata-se de uma espécie de feliz acalmia na política, que sucede, de ordinário, à tempestade; é então que as negociações são mais eficazes do que as batalhas, e que se impõe ganhar pela pena o que se não poderia adquirir pela espada.

A fim de que pudesse um soberano aproveitar de quaisquer conjunturas, seria necessário que aprendesse a conformar-se com os tempos, tal como um hábil piloto, que desdobra todas as velas quando os ventos lhe são favoráveis, mas que navega à bolina, ou inclusivamente as amaina, quando a tempestade lho exige, está unicamente aplicado a conduzir o seu barco ao porto desejado, independentemente dos meios para o conseguir.

Se um general-de-exército fosse circunspecto e temerário, a propósito seria quase invencível; haveria ocasiões nas quais arrostaria com a guerra, como quando tivesse de defrontar um inimigo falho de recursos para prover às necessidades de uma longa guerra, ou quando o exército antagonista estivesse em crise de provisões e de forragens. Fábius liquidava Aníbal pelas suas demoras; o romano não ignorava que ao cartaginês faltavam dinheiro e recrutas, e que, sem combater, bastaria ver tranqüilamente desfazer-se o exército deste para o fazer perecer, digamos assim, de inanição. A política de Aníbal consistia, ao contrário, em combater; o seu poder não era mais do que uma força acidental, da qual se impunha tirar prontamente toda a vantagem possível, a fim de lhe dar solidez pelo terror que imprimem as ações brilhantes e heróicas, e pelos recursos que se colhe nas conquistas.

No ano de 1704, se o eleitor da Baviera e o marechal de Tallard não tivessem saído da Baviera para avançar até Blenheim e Hochstädt, ter-se-iam tornado senhores de toda a Suábia; porquanto o exército dos aliados, não podendo subsistir na Baviera, pela míngua de víveres, teria sido obrigado a retirar-se para o Main, e a dividir-se. Foi, assim, falta de circunspecção, quando era o tempo dela, que o Eleitor confiasse à sorte de uma batalha, para sempre gloriosa e memorável para a nação alemã, o que, na sua conservação, apenas dele dependia. Esta imprudência foi punida pela derrota total dos franceses e dos bávaros, e pela perda da Baviera e de todo o ter-

ritório que fica entre o Alto-Palatinado e o Reno. A temeridade é brilhante, confesso-o, espanta e maravilha; mas trata-se de um belo exterior, dado que é fecunda em perigos. A prudência é menos viva, tem menos brilho; mas marcha com passo firme e sem vacilar.

Não se fala, de ordinário, dos temerários que morreram; não se fala senão dos que foram secundados pela fortuna. O mesmo se passa com os sonhos e profecias: entre mil que foram falsos e que foram esquecidos, apenas nos recordamos do pequeno número de alguns que resultaram verdadeiros. O mundo deveria julgar os acontecimentos pelas suas causas, e não as causas pelos acontecimentos.

Concluo, então, que um povo arrisca muito com um príncipe temerário; que está ameaçado por um perigo contínuo; e que soberano circunspecto, se não serve para grandes empresas, parece nascido com talentos mais capazes do que os do primeiro para tornar felizes os povos que se encontram sob o seu domínio. O forte dos temerários são as conquistas; o forte dos prudentes é a conservação delas.

Para que uns e outros sejam grandes homens, é preciso que cheguem ao mundo oportunamente, sem o que os talentos lhes são mais nocivos do que proveitosos. Todos os homens razoáveis, e principalmente aqueles que o Céu destinou para governar os outros, deveriam impor-se um plano de conduta tão bem pensado e ligado como uma demonstração geométrica. Seguindo em tudo um tal sistema, teria nele o meio de agir conseqüentemente, e de nunca se desviarem do seu fim; poderiam conduzir, por esse modo, todas as conjunturas e todos os acontecimentos ao caminho dos seus desígnios; tudo concorreria para executar os projetos que tivessem meditado.

Mas quem são os príncipes dos quais pretendemos tão raros talentos? Trata-se de homens, e será verdadeiro dizer que, segundo a sua natureza, lhes é impossível corresponder a todos os seus deveres; seria menos difícil encontrar a fênix dos poetas e as unidades dos metafísicos do que o homem de Platão. É justo que os homens se contentem com os esforços que fazem soberanos para atingir a perfeição. Os mais dotados de entre eles serão os que, mais que todos, se afastarão do *Príncipe* de Maquiavel. É justo que se suporte os seus defeitos, quando estão compensados por qualidades de coração e por boas intenções; é preciso que nos lembremos incessantemente que nada há perfeito no mundo, e

que o erro e a franqueza são quinhão de todos os homens. O país mais feliz é aquele onde uma inteligência mútua entre o soberano e os súditos derrama sobre a sociedade essa doçura amável sem a qual a vida é um peso que se torna uma carga onerosa, e o mundo um vale de amarguras, em lugar de um teatro de prazeres.

Capítulo XXVI

Vimos, nesta obra, todos os falsos raciocínios pelos quais Maquiavel pretendeu lograr-nos e fazer-nos tomar os celerados por grandes homens.

Fiz os meus esforços para provar o contrário e para desabusar o mundo do erro em que muitas pessoas se encontram no que respeita à política dos príncipes. Mostrei-lhes que a verdadeira sabedoria dos soberanos consiste em fazer o bem, e em serem os mais aptos nos seus Estados; que o seu verdadeiro interesse exige que sejam justos, a fim de que a necessidade os não obrigue a condenar nos outros aquilo que a sua indulgência autoriza neles próprios; que lhes não deve chegar a cometer ações brilhantes, para contentar a ambição e a glória; mas que devem preferir-lhes tudo o que pode tender à felicidade do gênero humano, evitando quanto possa contribuir para a sua ruína. Disse que era esse o único meio de estabelecer a sua recuperação sobre um fundamento sólido, e de merecer que a glória do seu nome passasse, sem sofrer alguma alteração, até a mais remota posteridade.

Juntarei a isto duas considerações, de que uma respeita à maneira de negociar, e a outra ao que se pode denominar de razões valedouras para que um soberano se meta numa guerra aberta.

Os ministros que os príncipes mantêm nas cortes estrangeiras são espiões privilegiados que observam a conduta dos reis junto de quem residem; devem penetrar os desígnios destes príncipes, esclarecer os seus

passos, as suas diligências, analisar as suas ações, para de tudo informar os seus senhores, e adverti-los a tempo, se aprendem alguma coisa que lhes seja contrária aos interesses. Um dos principais objetos da sua missão é cimentar os laços de amizade entre os soberanos; mas em lugar de serem artífices da paz, são, com freqüência, órgãos da guerra. Sabem desligar os mais sagrados liames do segredo pelo engodo da corrupção; são flexíveis acomodatícios, hábeis e pérfidos; e como o amor-próprio lhes segue de par com o dever, devotam-se inteiramente ao serviço dos seus senhores.

É contra as corrupções e os artifícios destes espiões que os príncipes se devem manter em guarda. É necessário que o governo esteja atento acerca de algumas diligências, e que seja informado delas, a fim de que, adivinhando-as antecipadamente, lhes possa prever as perigosas conseqüências, e esconder, aos olhos destes linces, segredos que a prudência proíbe que se deixe transpirar. Mas se são, de ordinário, perigosos, são-no infinitamente mais, quando aumenta a importância da sua negociação; e é então que os príncipes nunca examinarão assaz rigorosamente a conduta dos ministros, a fim de aclarar se alguma chuva de Dânae lhes não terá amolecido a austeridade da virtude.

Nos tempos críticos em que se estabelecem os tratados e as alianças, impõe-se que a prudência dos soberanos seja mais vigilante do que de ordinário, que dissessem deveras os soberanos a natureza das coisas que desejam prometer, para ver se são tais que possam cumprir os seus compromissos; que encarem por todos os lados os tratados que lhes são propostos, a fim de lhes prever as conseqüências e de julgar se poderiam servir de base à sólida felicidade dos povos e ao seu proveito real, ou se se não trata senão de um paliativo e de uma produção do artifício e da perfídia de outros soberanos. É preciso, além disso, somar a todas estas precauções o cuidado de bem dilucidar os termos – impõe-se que o gramático peguilhento preceda o político hábil –, a fim de que não possa, de maneira nenhuma, ter lugar essa distinção fraudulenta entre o espírito e a letra do tratado. É seguro que os grandes homens nunca lastimaram o tempo que deram à reflexão antes de agirem, pois que, em seguida, após terem assumido compromissos, não tiveram motivo para se arrependerem; ou, pelo menos, não há tantas censuras para lhes dirigir quando empregaram todos os recursos da sabedoria em conselhos, como

quando tomaram uma resolução impulsivamente, e lhes deram execução precipitada.

Nem todas as negociações se fazem pelos ministros acreditados; amiúde, se envia pessoas indistintas a lugares neutros, nos quais elas fazem propostas que não comprometem ninguém. Os preliminares da última paz foram concluídos dessa maneira entre o Imperador e a França, sem conhecimento do Império e das potências marítimas; este acomodamento fez-se no território de um conde do Império que tem as suas terras na margem do Reno.

Vítor-Amadeu, o príncipe mais hábil e artificioso do seu tempo, conhecia como ninguém a arte de dissimular os desígnios. Mais de uma vez enganou o universo com as suas fraudes, entre outras, naquela em que o marechal de Catinat, com o hábito de um frade, e sob pretexto de trabalhar para a salvação dessa alma real, retirou tal príncipe do partido do Imperador, e fez dele um prosélito da França. Esta negociação, que decorreu exclusivamente entre os dois, foi conduzida com tanta destreza que a nova aliança da França e da Sardenha pareceu aos políticos desse tempo um fenômeno inopinado e extraordinário.

Não proponho este exemplo para justificar a conduta de Vítor-Amadeu; a minha pena dá tão pouco quartel à velhacaria dos reis, como à deslealdade dos particulares. Pretendo simplesmente mostrar as vantagens de uma conduta discreta e o proveito que se pode tirar da habilidade, desde que se não recorra a ela para nada de indigno e desonesto.

É então uma regra geral que os príncipes devem escolher os espíritos mais transcendentes para os empregar nas negociações difíceis; que é preciso homens que sejam não só manhosos e flexíveis para se insinuarem, mas que tenham um golpe de vista bastante fino para ler nos olhos dos outros os segredos dos corações, e para julgar, pelos gestos e pelas menores diligências, as intenções reservadas, a fim de que nada escape à sua penetração, e que tudo se descubra pela força do seu raciocínio.

Os soberanos deveriam servir-se das fraudes e das habilidades, tal como uma cidade recém-atacada se serve de fogos de artifícios, simplesmente para descobrir os desígnios dos inimigos. Além disso, se fazem sinceramente profissão de probidade, conciliar-se-ão infalivelmente a

confiança da Europa; serão felizes sem velhacaria, e poderosos pela só virtude. A paz e a felicidade de um país é o fim natural das negociações; é o centro onde devem reunir-se os diversos caminhos da política.

A tranqüilidade da Europa funda-se principalmente na manutenção do sábio equilíbrio pelo qual a força superior de alguns soberanos é contrabalançada pelas forças reunidas de algumas outras potências. Se este equilíbrio vem a faltar, é de temer que chegue uma revolução geral, e que uma nova monarquia se estabeleça sobre os destroços dos príncipes a quem a desunião tornou fracos e impotentes.

A política dos príncipes da Europa parece, então, exigir deles que nunca percam de vista as negociações, as alianças e os tratados pelos quais podem estabelecer a igualdade com os príncipes mais formidáveis, e que evitem cuidadosamente tudo o que entre eles pode semear a cizânia e a desunião, que cedo ou tarde lhe seria mortal. Uma certa predileção por uma nação, a aversão por uma outra, preconceitos de mulher, querelas particulares, pequenos interesses, minúcias, não devem jamais impressionar os olhos daqueles que governam povos inteiros. É preciso que visem ao que é grande, e que, sem oscilar, sacrifiquem a bagatela ao que é principal. Os grandes príncipes sempre se esqueceram de si próprios para apenas pensarem no bem comum, o que quer dizer que se privaram cuidadosamente de toda a prevenção, para melhor abraçarem os seus verdadeiros interesses. A repulsa que testemunharam os sucessores de Alexandre em se unir contra os romanos era semelhante à aversão que sentem algumas pessoas contra a sangria, cuja omissão pode fazê-las cair numa febre quente ou causar-lhes um vômito de sangue, depois do que, a maior parte das vezes, os remédios já não são aplicáveis. Assim a imparcialidade e um espírito desafogado de prejuízos é tão necessário em política como em justiça; numa, para se conduzir conforme o quer a sabedoria; outra, para nunca lesar a eqüidade.

O mundo seria mais feliz, se se não tivesse outros meios para manter a justiça e restabelecer a paz entre as nações além do da negociação. Empregar-se-ia argumentos em vez de armas, e disputar-se-ia em vez de se matar. Uma desagradável necessidade obriga os príncipes a recorrerem a uma via muito mais cruel, mais funesta e mais odiosa; há ocasiões nas quais é preciso defender pelas armas a

liberdade dos povos que alguém deseja oprimir injustamente, nasquais é preciso obter pela violência o que a iniqüidade dos homens recusa a doçura, e nas quais os soberanos, nascidos árbitros dos seus desentendimentos, não saberiam resolver a situação sem medir as próprias forças e sem cometer a sua causa à sorte das batalhas. É nos casos em que este paradoxo se torna verdadeiro, que uma boa guerra dá e avigora uma boa paz.

Examinemos, agora, em que ocasião podem os soberanos empreender guerras sem ter de se censurar pelo sangue vertido pelos súditos, ou desnecessariamente, ou por vaidade e orgulho.

As mais justas das guerras, e aquelas que menos podem ser evitadas, são as defensivas, que ocorrem quando as hostilidades dos seus inimigos obrigam os soberanos a tomar acertadas medidas no sentido de se prevenirem contra os ataques, e quando se está, enfim, na necessidade de repelir a violência pela violência. A força dos seus braços sustenta-os contra a cupidez dos vizinhos, e o valor das suas tropas garante a tranqüilidade dos súditos; e da mesma forma que é justo expulsar um ladrão quando o encontramos disposto a cometer um roubo, assim também é um ato de justiça dos grandes e dos reis compelir os usurpadores, pelas armas, a que saiam dos seus Estados. As guerras que os soberanos fazem para a manutenção de certos direitos ou certas pretensões que se lhes quer discutir, não são menos justas do que as primeiras de que acabamos de falar. Como não há tribunais superiores aos reis, e nenhum magistrado que no mundo julgue os seus diferendos, pertence aos combates decidir acerca dos seus direitos e julgar da validez das suas razões. Os soberanos pleiteiam de armas na mão, e forçam os êmulos, se podem, a deixar um livre curso à justiça da sua causa. É então, para manter a eqüidade no mundo, e para evitar a escravatura que se efetuam estas espécies de guerras; e é isto que as faz sagradas e de uma utilidade indispensável.

Há guerras ofensivas que são tão justas como aquelas de que acabamos de falar: são guerras de precaução, e que os príncipes empreendem sabiamente, quando a grandeza excessiva das maiores potências da Europa parece prestes a desbordar, e ameaça absorver o universo. Vê alguém uma tempestade que se forma, e que por si, isoladamente, se não poderia conjurar; assim, busca-se a união com todos

aqueles aos quais um perigo comum dá idênticos interesses. Se os outros povos se tivessem reunido contra o poder romano, nunca este poderia ter derrubado tantos impérios; uma aliança sabiamente projetada e uma guerra vivamente empreendida fariam abortar os desígnios ambiciosos cuja concretização encadeou o universo.

A prudência quer que se prefiram os pequenos aos grandes males, e que se atue enquanto se é senhor da iniciativa. Vale mais entrar numa guerra ofensiva, quando se está livre para optar entre o ramo de oliveira e o ramo de loureiro, do que aguardar até os tempos desesperados, nos quais uma declaração de guerra apenas pode retratar de alguns momentos a escravatura completa e a ruína. Embora esta situação seja desagradável para um soberano, não poderia ele fazer melhor do que servir-se das suas forças, antes de que as combinações dos seus inimigos, com ligar-lhe as mãos, lhe fizessem perder o poder. As alianças podem também levar os príncipes a entrar nas guerras dos seus aliados, com fornecer a estes o número de tropas auxiliares que estão estipuladas nos tratados. Como os soberanos não poderiam passar sem as alianças, pois que há poucos ou nenhuns suscetíveis de se manterem pelas suas próprias forças, comprometem-se a dar-se um socorro mútuo em caso de necessidade e a assistir-se reciprocamente com um determinado número de tropas; tudo o que contribui tanto para a sua conservação como para a sua segurança. São então os fatos que decidem qual dos aliados colherá os frutos da aliança. Mas como a ocasião que favorece uma das partes contratantes, em certo tempo, pode, também, noutras conjunturas, favorecer aquele que dá auxiliares, é da sabedoria dos príncipes observar religiosamente a fé dos tratados, e de os cumprir religiosamente, tanto mais quanto o interesse dos povos consiste em que tais alianças tornem mais eficaz a proteção dos soberanos, com tornar o seu poder mais temível para os inimigos.

Todas as guerras, então, que sejam empreendidas, em última análise, para repelir possíveis usurpadores, manter direitos legítimos, garantir a liberdade do universo, e para evitar a opressão e a violência dos ambiciosos, são conformes à justiça e à eqüidade. Os soberanos que empreendem tais guerras são inocentes de todo o sangue derramado, pois que estão postos na necessidade de agir, e, nestas circunstâncias, a guerra é um mal menor do que a paz.

Este assunto conduz-me naturalmente a falar dos príncipes que traficam com o sangue de seus povos, em infame negócio. As suas tropas pertencem a quem mais ofereça; trata-se de uma espécie de leilão onde aqueles que ofereçam subsídios mais elevados conduzem ao matadouro os soldados desses indignos soberanos. Tais príncipes deveriam corar da covardia pela qual vendem a vida dos homens que deveriam proteger como pais dos povos; esses pequenos tiranos deveriam ouvir a voz da humanidade, que detesta o cruel abuso que fazem do seu poder, e que por isso mesmo os julga indignos de uma mais alta fortuna e das coroas que não têm.

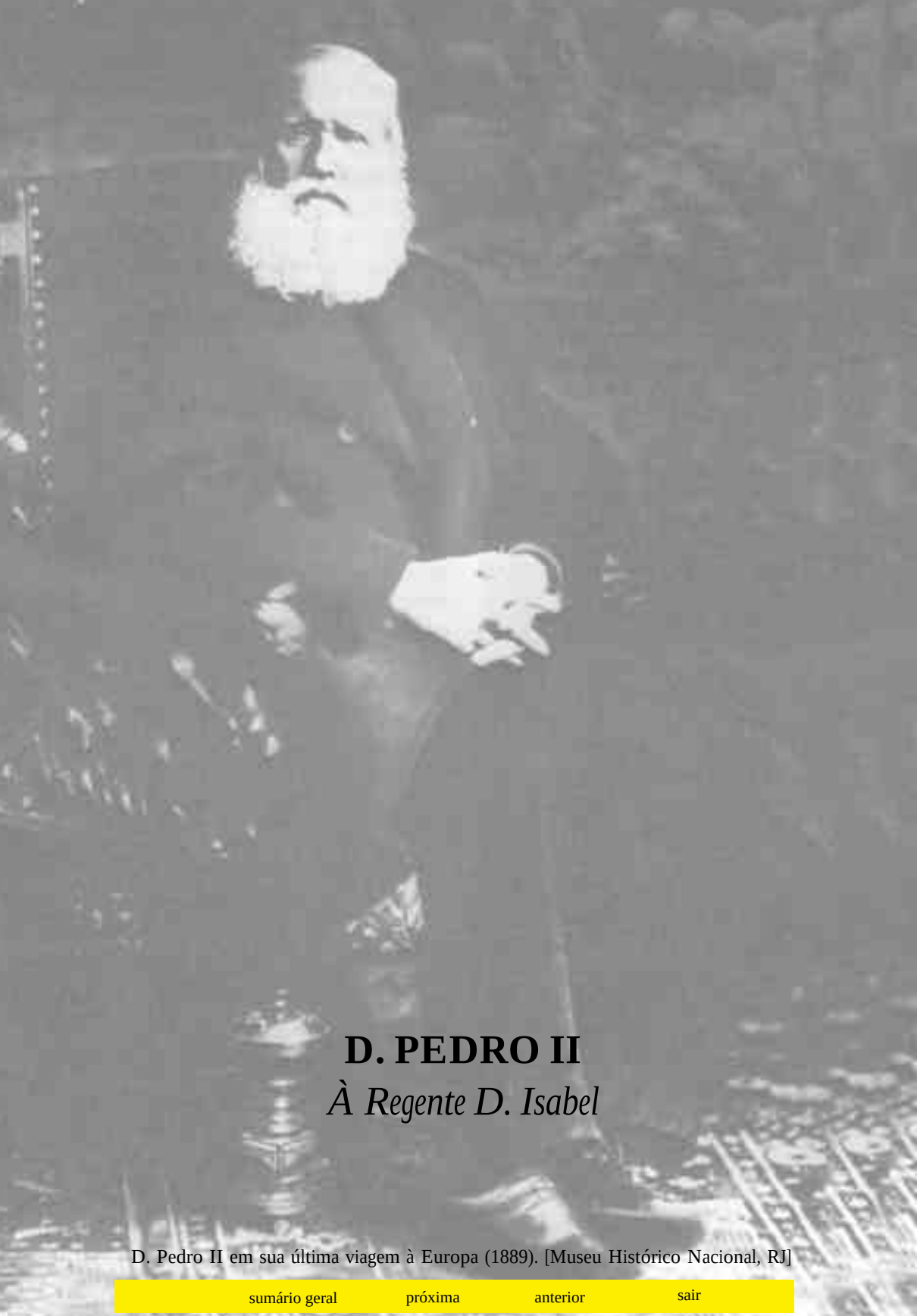
Expliquei-me suficientemente no capítulo vinte e um sobre as guerras de religião; acrescento, ainda, que deve um soberano fazer o que possa as evitar, ou, pelo menos, que deve mudar prudentemente o estado da questão, pois que, assim, lhe diminuirá o veneno, o encarniçamento e a crueldade, que foram, em todos os tempos, inseparáveis das querelas de partido e dos conflitos religiosos. Não se chegaria nunca, aliás, a condenar suficientemente aqueles que, por um abuso criminoso, se servem, em tudo o que fazem, dos termos da justiça e da eqüidade, e que, por impiedade sacrílega, fazem do Ser Supremo o escudo da sua ambição abominável. É necessária uma perversidade infinita para enganar o público com pretextos tão pouco ponderosos, e os príncipes deveriam ser assaz econômicos com o sangue dos povos para não prodigar a vida de seus soldados, com fazer um mau uso do seu valor.

A guerra é tão fecunda em infelicidade, o seu desfecho é tão incerto, e as conseqüências tão ruinosas para um país, que os soberanos nunca refletirão bastante antes de a empreender. Não falo da injustiça e das violências que cometem para com os vizinhos, mas limito-me às desventuras que recaem diretamente sobre os súditos.

Estou convencido de que se os reis e os monarcas vissem a nu o quadro das misérias populares, não seriam insensíveis a elas. Mas não têm a imaginação bastante viva para se representarem ao natural os males de que estão a coberto pela condição régia. Seria necessário pôr diante dos olhos de um soberano que o fogo da ambição impele à guerra, todas as funestas conseqüências que esta tem para os súditos: esses impostos que sobrecarregam os povos, os recrutamentos que in-

cluem toda a juventude do país, as doenças contagiosas dos exércitos, onde de miséria morrem tantos homens, os assédios mortíferos, as batalhas ainda mais cruéis, os feridos aos quais a perda de alguns membros priva dos únicos instrumentos da subsistência própria, e os órfãos a quem o ferro inimigo arrebatou aqueles que afrontavam os perigos e vendiam ao príncipe o seu sangue, os seus alimentos e o seu amparo; tantos homens úteis ao Estado, ceifados antes do tempo! Nunca houve tirano que a sangue-frio cometesse tais crueldades. Os príncipes que fazem guerras injustas são mais cruéis do que eles. Sacrificam ao ímpeto das suas paixões a felicidade, a saúde e a vida de uma infinidade de homens que seria seu dever proteger e fazer felizes, em lugar de os expor tão ligeiramente a tudo o que a humanidade mais tem de temer. É, então, certo que os árbitros do mundo nunca serão demasiado prudentes e circunspectos nas suas diligências, e que nuca serão suficientemente avaros da vida dos súditos, que não devem olhar como seus escravos, mas sim como seus iguais, e de algum modo como seus mestres.

Rogo aos soberanos, ao terminar esta obra, que se não ofendam com a liberdade com que lhes falo; é meu fim o de prestar homenagem sincera à verdade, e não o de lisonjear quem quer que seja. O bom conceito que tenho dos príncipes que reinam presentemente no mundo faz-me julgá-los dignos de ouvir a verdade. Pertence aos Tibérios, aos Bórgias, aos monstros, aos tiranos, dissimulá-la, pois que contrastaria demasiado diretamente com os seus crimes e perversidade. Graças ao céu, não contamos nenhum monstro entre os soberanos da Europa; mas sabemos, como eles, que ninguém está acima das fraquezas humanas; e é traçar o seu mais belo elogio dizer que se ousa atrevidamente diante deles repreender todos os crimes dos reis, e tudo o que é contrário à justiça e aos sentimentos da humanidade.



D. PEDRO II

À Regente D. Isabel

D. Pedro II em sua última viagem à Europa (1889). [Museu Histórico Nacional, RJ]

D. PEDRO II
À Regente D. Isabel

D. Pedro II

Nascido em 1825, Pedro II assumiu o trono em 1840, com menos de 15 anos, no que se chamou "o golpe da maioridade", movimento liderado pelos liberais.

A proclamação da República, em 1889, o retirou do governo. Partindo para a Europa, ali faleceu em 1891.

Por três vezes, durante seu reinado, Pedro II se afastou do país. Na primeira, de maio de 1871 a março de 1872, visitou a Europa, o Egito e a Palestina.

Na segunda, de março de 1876 a setembro de 1877, esteve nos Estados Unidos da América do Norte -- onde fez parte do júri da Exposição da Independência, na Filadélfia -- no Canadá e na Europa.

Na terceira, por motivo de saúde, esteve na França, Alemanha e Itália.

Foi em razão de sua segunda viagem que dirigiu conselhos à filha Isabel, que sempre o substituiu como regente durante suas duas primeiras viagens.

. . . . . .

SUMÁRIO

Carta Primeira
pág. 813

Carta Segunda
pág. 817

Carta Primeira

Meu grande empenho é a liberdade das eleições. Para isso tenho sempre lembrado a boa escolha de presidentes. Foram até consultados Conselheiros de Estado, que não quiseram aceitar esse encargo.

Creio que o Ministério quer a leal execução da nova lei de eleições mas é indispensável que as autoridades não contradigam esse desejo por seu procedimento mais ou menos desleal. Toda a vigilância e diligência do governo é pouca.

Não sei qual será o resultado das eleições; mas, se ele permitir que o poder volte aos liberais, estimá-lo-ei.

O que eu almejo é que os Ministérios se sucedam pela opinião da maioria da Câmara. Embora a da que vai ser eleita não seja liberal, se a oposição for tal que embarace a marcha de um Ministério conservador, eu chamaria os liberais para o governo, e sem condições.

Entendo que a reforma da eleição direta é constitucional; porém os liberais a fariam como o entendessem, reservando eu minha opinião sobre o modo de realizá-la; por meio da lei de reforma constitucional, e lembrando de todos os que tivessem uma renda, entre as exigidas atualmente para votante e eleitor, e que soubessem ler e escrever.

Sem educação generalizada nunca haverá boas eleições; portanto, é preciso atender, o mais possível, a essa importantíssima consideração. Há medidas autorizadas pelos poderes competentes, e outras que deles dependem; cumpre ativar sua realização.

A Escola de Minas, de Ouro Preto, carece, como todas as novas criações, de maior solicitude, enquanto não trabalhar regularmente. Aguardam-se professores do estrangeiro, tanto para essa Escola como para a Politécnica. Eu farei o que puder, para que eles não tardem.

Recomendo o Observatório do Rio de Janeiro, que, para ser um dos melhores, só precisa que se tomem as medidas propostas por Mr. Liais.

Lembro a criação de Escolas de Veterinária e de Farmácia; a primeira, sobretudo.

Julgo que pouco se fará a bem da colonização, enquanto este serviço não for cometido a uma companhia dotada de grandes meios; contudo, é urgente ir comprando terras à margem das estradas de ferro, para estabelecer aí colônias.

Escuso observar que as estradas são o mais importante melhoramento material.

*

A questão dos Bispos cessou; mas receio ainda do de Olinda, quando voltar à sua diocese.

Entendo que é urgente tornar os efeitos civis dos atos desta natureza independente da autoridade eclesiástica. Se se tivesse seguido meu parecer, ter-se-ia votado já o projeto de lei do casamento civil, apresentado às Câmaras pelo Ministério, em 1857. Adoto inteiramente as idéias desse projeto. O católico deve casar-se catolicamente; mas não pode ser obrigado a isso pela lei civil, para que esse ato da vida civil tenha efeitos civis.

O Registro Civil já está regulamentado em virtude da lei, e é apenas preciso fazer executar o Regulamento.

Nos cemitérios já há lugar reservado para quem a Igreja não possa ou queira enterrar em sagrado, e só é necessário regular esse assunto.

Ainda com estas medidas poderá haver a usurpação do poder civil pela autoridade eclesiástica, e para isso cumpre que fique bem esclarecido o recurso à Coroa.

O Ministro do Império ficou de apresentar-me um projeto de lei a tal respeito. Talvez o possa estudar antes de minha partida.

O Bispo do Maranhão está gravemente enfermo. Todo o cuidado na escolha do novo bispo. Há padres dignos do cargo, sem serem eivados de princípios ultramontanos.

Já li o projeto de lei ainda por estudar, que o Ministro do Império organizou para o recurso à Coroa. Não me pareceu mau; porém é medida secundária, em relação aos apontados, embora de muita utilidade.

Peço-lhe que me dirija somente os telegramas "indispensáveis" sobre negócios, se não quer que eu ande desassossegado. Não o faça sem consultar primeiramente os Ministros. Digo isto, não porque deseje os telegramas a que me refiro; mas por causa do telégrafo transatlântico, que não havia durante minha primeira ausência do Brasil.

Veja se as obras existentes não param, ainda que não possam ir todas depressa.

Receio aconselhar demais; porém quero que fique sabendo que são minhas as idéias do projeto de reforma de Instrução, apresentado à Câmara pelo Ministro João Alfredo, e que, na Instrução Superior, principalmente, convém que o ensino seja o mais livre possível, imitando, como nossas circunstâncias o permitam, o sistema alemão.

Mantenha sempre o princípio de concurso como prova de habilitações para os cargos, em geral.

O patronato é muito inimigo dele.

A magistratura vem provocando bastante queixas. Muito escrúpulo na primeira escolha; e depois a antiguidade para os acessos, é o que me parece melhor. Não se apresse em anuir a despachos para a magistratura; exija informações seguras dos Ministros, sobre os indivíduos propostos.

O Instituto de Surdos-Mudos precisa ainda de muita proteção. Há muita gente que julga mal-empregado o dinheiro que se gasta com ele.

Recomendo que se dê andamentos aos projetos de lei das estradas de ferro do Madeira, e [da] que deve ligar o alto da bacia S. Francisco ao longo da parte encachoeirada.

Muito ainda poderia escrever; mas sua experiência tem aumentado.

Direi ainda que não tome o que escrevi senão como conselhos.

Todavia, dou tamanha importância a uma estrada de ferro para Mato Grosso, que não posso deixar de recomendar insistentemente que se cuide de sua melhor direção e construção, embora lenta; conforme o permitam os recursos do Tesouro.

O estado deste exige muita economia; isto é, gastar com o maior proveito. O orçamento ainda é muito irregularmente feito, e minha opinião é que cesse por lei a autorização ao governo para a transferência de umas verbas para as outras, e créditos extraordinários. Prefiro que neste último caso os Ministros assumam "inteira" responsabilidade da despesa, pedindo às Câmaras o que se chama "*bill* de indenidade".

Estimo ter acabado de escrever estas considerações no dia de hoje; porque minha consciência não me acusa de ter deixado de respeitar a Constituição.

Terei errado, mas involuntariamente.

25 de março de 1876.

Carta Segunda

O sentimento inteligente do dever é nosso melhor guia; porém os conselhos de seu pai poderão aproveitar-lhe.

O sistema político do Brasil funda-se na opinião nacional, que, muitas vezes, não é manifestada pela opinião que se apregoa como pública. Cumpre ao imperador estudar constantemente aquela para obedecer-lhe. Dificílimo estudo, com efeito, por causa do modo por que se fazem as eleições; mas, enquanto estas não lhe indicam seu procedimento político, já conseguirá muito, se puder atender com firmeza ao que exponho; sobre as principais questões, mormente no ponto de vista prático. Para ajuizar bem delas, segundo os casos ocorrentes, é indispensável que o imperador, mantendo-se livre de prevenções partidárias, e portanto não considerando também como excessos as aspirações naturais e justas dos partidos, procure ouvir, mas com discreta reserva das opiniões próprias, às pessoas honestas e mais inteligentes de todos os partidos; informar-se cabalmente de tudo o que se disser na imprensa de todo o Brasil, e nas Câmaras Legislativas da Assembléia-Geral e Provinciais. Não é prudente provocar qualquer outro meio de informação, e cumpre aceitá-lo cautelosamente.

*

Instam alguns pelas diretas, com maior ou menor franqueza; porém nada há mais grave do que uma reforma constitucional, sem a

qual não se poderá fazer essa mudança do sistema das eleições, embora conservem os eleitores indiretos a par dos diretos. Nada há contudo imutável entre os homens, e a Constituição previu sabiamente a possibilidade da reforma de algumas de suas disposições. Além disto sem bastante educação popular não haverá eleições com todos, e sobretudo o imperador, primeiro representante da Nação, e, por isso, primeiro interessado em que ela seja legitimamente representada, devemos querer, e não convém arriscar uma reforma, para assim dizer definitiva, como a das eleições diretas, à influência tão deletéria da falta de suficiente educação popular. Por ora, não será mais preciso do que reformar as leis, de que tanto se tem abusado, por causa das eleições: a judiciária, no sentido de distinguir a ação dos juízes da das autoridades policiais, de abolir a prisão preventiva, isto é, antes da sentença do juiz, ou, ao menos diminuir o mais possível, sem prejuízo da punição dos crimes, os casos dessa prisão, e duração dela, assegurando o castigo de quem tiver abusado; a da Guarda Nacional, estatuindo que esta só possa ser chamada a serviço em casos extraordinários marcados na lei e por ato, do poder legislativo, quando estejam abertas as Câmaras, e na ausência destas, por decreto do governo, que deverá ser sujeito à aprovação daquelas, logo que estiverem abertas; a do recrutamento, conforme o sistema do projeto, que se discute nas Câmaras, e a eleitoral, não admitindo alteração da qualificação senão por sentença do juiz; estabelecendo garantias contra os falsos votantes e meios de sua eficaz punição, e regulando a votação de modo que o partido em minoria nunca deixe de ter representantes na Câmara dos Deputados.

Colocarei assim as reformas na ordem da conveniente precedência de discussão: 1º judiciária, que já está no Senado, onde se melhorará; da Guarda Nacional; eleitoral visto que as próximas eleições só se farão em novembro de 1872, e do recrutamento, que pode por uma lei ser suspenso, por maior prazo, antes e depois das próximas eleições.

A escolha de presidentes, que não sejam representantes da Nação, e não vão administrar as Províncias por pouco tempo, e para fins eleitorais, assim como, pelo menos, a pronta demissão e privação, por algum tempo, de graças e favores para qualquer autoridade, que influir, valendo-se unicamente do prestígio de seu cargo, em favor de candidatos eleitorais, também tem sido recomendação minha.

Depende sobretudo da nomeação de empregados honestos e aptos para os empregos. Os interesses eleitorais contrariam, no estado atual, direta ou indiretamente o acerto dessa nomeação. Cumpre procurar conhecer os indivíduos; o que é muito difícil, e não precipitar a anuência; mas sempre atendendo à urgência da medida, e às propostas de indivíduos, sobretudo para ocuparem lugares, e procedendo de modo que os ministros não pensem que há falta de confiança neles, quando só exista o propósito de concorrer com eles para a melhor nomeação. Se as eleições se fizessem como elas serão depois de todos os esforços, que devem todos empenhar para tal fim, não julgaria eu de tanta necessidade a criação da carreira administrativa para presidentes de Província, que os poria mais arredados da política, isto é, das eleições no Brasil, cuidando eles assim mais dos interesses provinciais, que melhor estudariam, não estando, ordinariamente, agora, nas Províncias senão, para assim dizer, de passagem; pois que a política principalmente entre nós é volúvel, e dessa volubilidade se ressente tudo aquilo, sobre que ela influi.

O desenvolvimento do Conselho de Estado, segundo idéias que tendem a regularizar a administração, e criando-se a classe dos auditores, excelente viveiro de administradores, concorrerá muitíssimo para o benefício apontado.

É a principal necessidade do povo brasileiro.

Sua base é a religião, e a inspiração de seu sentimento depende muitíssimo do clero, e as boas qualidades deste dos seminários, assim como o proveito destes dos Bispos. O maior escrúpulo na escolha para tão venerável cargo é pouco, e eu não tenho encontrado o menor obstáculo para que as nomeações sejam o mais conscienciosas possível. Contudo não se pode condescender neste ponto, bem como na concessão de benefícios e honras eclesiásticas, que só devem ser feitas a padres de bons costumes, e entre estes, aos mais zelosos no cumprimento de seus deveres eclesiásticos, e depois aos mais instruídos em matérias eclesiásticas. A instituição de internatos modelos para meninas estabelecidos pelos governos geral e provinciais é negócio digno de toda a atenção.

*

A instrução primária deve ser obrigatória, e generalizada por todos os modos, contanto que a moralidade dos professores fique sempre bem-provada, e suas habilitações sejam reconhecidas em concurso, a menos que as circunstâncias da localidade exijam que se prescinda dele, a fim de que haja quem ensine. A fundação de escolas normais onde se formem professores primários de ambos os sexos é de absoluta necessidade. Quando a educação tenha melhorado convirá que os alunos do sexo masculino até certa idade sejam ensinados por professora. Não me parece conveniente que haja alunos de ambos os sexos na mesma aula, embora se marque um limite máximo de idade para não continuarem juntos. Recomendo a construção de casas para escolas, conforme as necessidades justamente presumidas dos lugares. Torna-se necessário o estabelecimento de colégios de instrução secundária por conta do Estado nas Províncias, o que não as privará de fundá-los de seu lado.

A instrução profissional também reclama a atenção do governo, e não seria impossível com a animação, que deve sempre recompensar serviços como os excelentes do Liceu de Artes e Ofícios, e obter o mesmo benefício para algumas Províncias. A de Minas está pedindo uma escola de minas, e, assim, se iria difundir esse gênero de instrução, ao mesmo tempo que os poderes do Estado provariam que não cuidam com injusta preferência dos progressos da parte central da organização administrativa do Brasil, embora convenha estabelecer uma universidade na cidade principal do Brasil, ao menos, que sirva emulação entre todas as que se criarem em outras cidades. As escolas superiores existentes nas Províncias devem continuar; à organização de todas elas convém, que, segundo as circunstâncias, vá-se aproximando do sistema livre de ensino da Alemanha.

*

São assuntos que se prendem entre si. O principal embaraço à colonização, em maior escala, é o preconceito que ainda dura de que o trabalho escravo não há de faltar. Cumpre destruir quanto antes esse preconceito mas empregando somente as medidas indispensáveis, as quais, segundo penso, são as seguintes: a declaração da liberdade do ventre desde a data da lei, considerando ingênuos os nascidos depois, e

havendo para os senhores das mães a opção entre quantia razoável paga pelo Estado ou serviço obrigado até certa idade dos nascidos, como indenização dos gastos da criação deles, e a obrigação para os senhores de forrarem seus escravos, desde que estes lhes dêem seu valor competentemente fixado. Tudo o mais devem ser as medidas que apontadas exigirem para sua eficácia, e as que aconselharem à humanidade para que se facilite a liberdade dos escravos existentes, conforme a segunda idéia indicada. Mas não basta obrigar assim os lavradores a substituírem o trabalho escravo pelo livre que lhe trará em maior monta a colonização, é preciso facilitar os meios de contratar e colocar os colonos, e assim como de estabelecê-los nas terras devolutas, e portanto urge pô-los em contato por meio de prontas vias de comunicação com os mercados. Boas estradas que se construam, ou perto das quais, bem como de águas facilmente navegáveis, se estabeleçam os colonos, conseguirão esse fim; para o qual concorrerá também o imposto sobre o território, que bem situado, mas, por qualquer motivo, não aproveitado, seria necessariamente, ou utilizado, ou vendido a quem não pagasse por ele sem tirar lucro. O solo sempre chão até os Andes, assim como o clima mais chegado ao europeu têm sido grandes auxiliares da colonização no Rio da Prata. Mas não basta o que disse; convém que o colono encontre em sua nova pátria o livre gozo de todos os direitos que nossa Constituição concede aos estrangeiros, e por isso, além de todos os melhoramentos, que as leis exijam a bem dos brasileiros, cumpre que não haja, sendo eles, na maior parte, pertencentes a religiões diferentes da dos brasileiros, dificuldade para seu casamento em relação aos efeitos civis, permitindo-se o matrimônio civil entre quaisquer cônjuges. Enfim, como em todos serviços públicos, que se prendam à indústria, caso o não contrarie a segurança do Estado, convém recorrer ao zelo dos interesses particulares muito maior, ao menos ainda pior muito tempo, que os dos empregados públicos, em geral, dever-se-á promover a organização de uma ou mais companhias que contratem a colonização, em grande, com o governo; o que trará também a vantagem de não estar o plano deste serviço sujeito ao modo de pensar de repetidos ministérios.

Por falar da emancipação apenas relativamente à colonização, não se segue que eu não a deseje; mas com o menor abalo possível, como

uma das reformas mais úteis à moralização, e à liberdade política dos brasileiros.

Alguns preconizam, como medidas indispensáveis à colonização, o gozo de todos os direitos de cidadão brasileiro para os estrangeiros naturalizados brasileiros, e a igualdade de todas as religiões perante a lei; mas receio que, sendo conveniente não exigir quase senão a declaração para que os estrangeiros possam naturalizar-se brasileiros, e, pecando estes já por indiferentes, tais medidas aumentem a falta de patriotismo e de religião. Além disto exigirão reformas constitucionais.

*

Convém que seu pessoal permanente não seja avultado; porém devem em circunstâncias normais fazer unicamente o serviço e exercício militar, em circunscrições bem situadas. O material cumpre que seja do melhor, em número suficiente para o que de pronto se exija. A armada carece de lei de promoção que já se tem discutido nas Câmaras. A principal recompensa dos militares é a promoção; portanto, reclama esta o maior escrúpulo. Prefiro também as condecorações, que tanto arbítrio admitem em geral, as medalhas militares conferidas, logo depois dos serviços, que tiverem justificado sua concessão.

Direi aqui que sou contrário a graças concedidas muito depois dos serviços prestados, e que é preciso ir escasseando-as.

Pela dificuldade de apreciar serviços, sobretudo em relação uns aos outros, inclino-me a que prevaleça o princípio da antiguidade, que desejaria fosse exclusivamente o da promoção na magistratura.

*

Cumpre ceder logo no que for justamente reclamado. Com os nossos vizinhos devemos ser generosos, e evitar tudo o que nos possa fazer sair da neutralidade a todos os respeitos, sem sacrifícios todavia da honra nacional, que não depende, por nenhuma forma, do procedimento de quaisquer brasileiros, que tenham sido causa de seus justos sofrimentos em país estrangeiro. Esta política é às vezes dificílima; mas, por isso mesmo tanto mais necessária. Creio que assim desaparecerão finalmente

as prevenções da parte de nossos vizinhos cujas instituições devemos considerar tão necessárias à sua prosperidade, com a qual não podemos deixar de lucrar, como julgamos das nossas quanto a nosso progresso.

*

Devem fundar-se na mais perfeita confiança. Todos os negócios, que sejam importantes, por influírem diretamente na política, e na marcha da administração, não devem ser resolvidos, sem serem primeiro examinados, em conferência dos ministros, e depois em despacho com o imperador. Ato nenhum, que dependa da assinatura do imperador, e que não for expedido em virtude de ato já assinado pelo imperador, e publicado, será lavrado para a assinatura, sem que tenha precedido em despacho com o imperador, a resolução, que motivar esse ato, caso não seja este muito urgente, e, além disto, lavrado por pessoa de que não se receie que o divulgue antes de publicado, porque até então pode-se facilmente resolver o contrário. Cumpre haver o maior segredo até a publicação de qualquer resolução ministerial antes de publicada, exceto quando haja circunstâncias que exijam que essa resolução seja conhecida ou presumida de outro antes que todos devam sabê-la pela publicação. Se o ato depender de despacho com o imperador deve ser ele ouvido a tempo a respeito dessa exceção à regra. Os negócios, cuja resolução dependa de assinatura do imperador é que, ordinariamente, lhe são apresentados, quando, aliás, outros muitíssimos mais importantes são resolvidos por ato simplesmente do ministro da respectiva repartição, e por abuso não são assim previamente examinados pelo imperador. Este deve sempre dizer, com a maior franqueza, o que pensa aos ministros sobre os negócios apresentados, e, se divergir do parecer do Ministério, nunca deve fazê-lo de modo que suspeitem que ele quer impor a sua opinião, e não insista mesmo muito senão quando entender que pode provar ser ela a que se baseia na lei ou na justiça. Só quando nesse caso a ilegalidade ou a injustiça for flagrante, o que raras vezes sucederá, é que não deve o imperador recuar ante a necessidade da demissão de qualquer ministro ou do Ministério, procurando o novo no mesmo partido político, se este não se mostrar solidário nessa ilegalidade ou injustiça. A dissolução, isto é, o apelo à Nação, caso dos mais

graves, tornar-se-á, então, necessário, e, como as eleições bem longe estão do que desejamos que elas sejam, ainda com mais circunspeção se deve proceder em tais casos.

O presidente do conselho de ministros, que, para haver a indispensável solidariedade entre os ministros, deve ser quem os indique ao imperador, que, aliás, tem a liberdade de não nomeá-los, a qual não é, contudo, a isenção das regras, que aponta o estudo de nosso sistema de governo, achar-se-á necessariamente em maiores relações com o imperador, sobretudo quanto à política geral, de que os outros ministros, que todavia, mas sempre de acordo com seus colegas, poderão entender-se separadamente com o imperador. Os repetidos despachos dos ministros com o imperador têm inconvenientes; mas, também não é avisado tratar certos negócios por meio de cartas. Enfim oito homens não podem manter a indispensável harmonia entre si, a respeito de negócios tão sérios e diversos, sem a maior prudência e atilamento.

Os atos desse poder, segundo a nossa Constituição, não podem, por sua própria natureza, acarretar responsabilidade legal, entendendo o contrário quem não os separe devidamente dos outros poderes, e, portanto, os ministros devem referendá-los, mas como simples autenticação. Contudo, tendo os ministros o mesmo direito de se retirarem do Ministério que o imperador de demiti-los, podem, depois da referenda, retirar-se, se entenderem que qualquer ato do Poder Moderador os impede de continuar a exercer o Poder Executivo de modo útil à Nação. Todavia, como o seguinte ministro referendaria o ato, não é, em geral, de importância que fique ele referendado pelo ministro demissionário.

*

Direi agora como penso a respeito dos atos mais importantes do Poder Moderador, os quais não tenha eu já examinado. Se as eleições se fizessem como todos devemos desejar, talvez aconselhasse a escolha quase constante do mais votado na lista dos propostos para senadores; porém nas circunstâncias atuais cumpre escolher o honesto, o moderado, o que tenha mais capacidade intelectual e serviços ao Estado; porque o Senado não é por sua natureza um corpo onde devam fazer-se sentir as influências partidárias, como na Câmara dos Deputados. Tem

de moderar a esta, e de sentenciar em casos da maior importância. Os ministérios vão começando a querer, por interesses partidários, colocar o imperador entre as necessidades de escolher os senadores contra o juízo desse e da demissão daqueles, e é preciso combater essa tendência, por meio da persuasão de escolhas bem fundadas, entre as propostas nas listas, e do que compita ao imperador e aos ministros em tal caso. Tudo depende da consciência e inteligência do imperador e dos ministros.

Sempre tenho procurado examinar por mim mesmo os processos dos condenados, que recorrem ao Poder Moderador, e desde o Ministério do Alencar que esses recursos me são entregues com os processos e necessárias informações, e eu decido sem ser em despacho com os ministros, ou o da repartição unicamente. Não houve lembrança minha para isto, e creio que se fez para aviarem-se mais depressa essas decisões, e não serem de natureza a dever a política a influir nelas. Peço muitas vezes informações, antes de decidir, e as petições dos condenados à pena de morte vão sempre à seção respectiva do Conselho de Estado, e só em casos muito raros é que não comuto a pena de morte. Sou contrário a esta, executa-se ainda porque o Poder Moderador não tem direito de anular o artigo do código criminal, que estabelece tal pena, comutando-a, sempre. Entendo que a anistia deve-se sempre conceder, mais cedo ou mais tarde pelos crimes políticos.

Desde 1840 que só para a retirada de três Ministérios tenho concorrido voluntariamente e são estes: o que se retirou em 1843, por ter eu negado a demissão do inspetor da alfândega pedida pelo Ministro Honório Hermeto Carneiro Leão, depois Marquês de Paraná, visto eu não a reputar justa, e, sobretudo, parecer exigida como de quem era moço, pouco experiente e, portanto, presumivelmente falto das qualidades necessárias a combater a exigência; o presidido pelo Visconde de Abaeté, que pediu a sua demissão porque eu não quis anuir à proposta do adiamento das Câmaras, por causa da questão bancária, que eu entendi ser mais conveniente tivesse sua solução pelo reconhecimento natural do erro da doutrina oposta à do Ministério, e o presidido por Zacarias de Góis e Vasconcelos, que fez questão de sua retirada, porque não deixei de escolher senador quem esse Ministério havia nomeado presidente do Banco do Brasil e conselheiro de Estado, numa lista

tríplice onde os outros dois não podiam certamente competir com o escolhido para esse cargo. Terei incomodado alguns ministros com o cumprimento do dever que tenho, como chefe do Poder Executivo pela Constituição, de apreciar os atos dos ministros; porém não me acusa a consciência de ter concorrido voluntariamente para a retirada do Ministério senão nesses três casos, e, pelo contrário, a muitos tenho procurado convencer de que lhes cumpria continuar no poder.

O atual comprometeu-se, positivamente, na ocasião de sua organização, pela apresentação das reformas de que já falei, e, quanto à eleitoral, unicamente a respeito de não propor a eleição direta, assim como a empregar todos os esforços a bem da passagem daqueles no corpo legislativo. Tem havido até agora [23 de abril] o maior acordo entre mim e ele, e a não se mudarem as circunstâncias, eu buscaria sempre conservá-lo, atendendo a seu compromisso relativo às reformas, e a que no próximo ano há nova eleição ordinária, que cumpre seja feita, depois de serem as reformas convertidas em lei, com a maior antecedência possível, além de ser a mudança de ministério, e ainda mais de política, motivando neste caso a dissolução da Câmara dos Deputados, quase sempre muito prejudicial. Eu insistiria com o Ministério, mas sem parecer exigência, que na lei da reforma eleitoral estabelecesse esta disposição: a opção depois da eleição aprovada, entre o cargo de deputado e o de magistrado, assim como de presidente de Província, e de outros empregados administrativos. Se não fosse necessária reforma constitucional, eu queria que os indivíduos, ocupando esses cargos, não pudessem ser eleitos deputados.

Os Ministérios gostam de apresentar às Câmaras orçamentos em que não haja déficit; para o qual calculem as despesas muito abaixo, que depois vão suprindo por meio de créditos, que, mesmo por causa desse cálculo errado, poucas vezes são abertos sem infração da lei que estabelece as condições dos diversos créditos. Cumpre estudar esse mecanismo, e evitar semelhantes ilusões, e concorrer para a maior economia, que não consiste em gastar pouco, mas do modo o mais produtivo. Para isso convém que seja quase sempre presidente do Conselho o ministro da Fazenda, para que este ministério, onde se regulariza e examina por fim toda a despesa, tenha mais prestígio em relação aos outros ministérios. Reprovo a despesa que se faça por conta do ministério com a

imprensa, mesmo que não seja para corrompê-la, exceto o *Diário Oficial*, que deve ser o publicador de tudo o que é oficial e defender o governo como tal, e não como representante de um partido, que para este fim devem os partidos ter periódicos seus sustentados à sua custa. Toda e qualquer outra despesa não autorizada claramente em lei deve ser impedida. Se é preciso, proponha-se no projeto do orçamento, ou em projeto de lei, caso tenha o motivo da despesa aparecido depois do orçamento sido votado.

Ainda falarei da imprensa e de qualquer outro meio de exprimir opiniões. Entendo que se deve permitir toda a liberdade nestas manifestações quando não se dê perturbação da tranqüilidade pública, pois, as doutrinas expendidas nessas manifestações pacíficas ou se combatem por seu excesso, ou por meios semelhantes menos no excesso. Os ataques ao imperador, quando ele tem consciência de haver procurado proceder bem, não devem ser considerados pessoais, mas apenas manejo ou desabafo partidário.

Os Ministérios costumam, às vezes, desculpar-se de abusos nas Províncias com os presidentes respectivos e estes com as autoridades, sem todavia nem ao menos demitirem os que procederam mal, e alegando motivos políticos para o não fazerem, quando até seria caso de processo contra os presidentes, ou essas outras autoridades, sobretudo se nisso entram considerações eleitorais, ou de apoio nas Câmaras. É preciso continuar a profligar semelhante vício, e, para isto, cumpre que na nomeação das autoridades nada contrarie a condição da honestidade, que compreende a justiça. Se não houver na localidade homens honestos de um partido, não deve este influir como autoridade e, nomeiem-se do outro.

Para que qualquer Ministério não tenha o menor ciúme da ingerência de minha filha nos negócios públicos é indispensável que meu genro, aliás conselheiro natural de minha filha, proceda de modo que não se possa ter certeza de que ele influiu, mesmo por seus conselhos, nas opiniões de minha filha. Além disto a Constituição assim o quer, e meu genro, ou antes meu filho, sabe, mesmo antes de poder-lhe eu dar esse nome, e disso fiquei certo, e mais robusteci minha convicção pelas qualidades que lhe reconheci depois, de que ele seguiria o exemplo do esposo da rainha Vitória, o príncipe Alberto.

Se for possível, deve minha filha ouvir os pretendentes ou quem venha falar sobre negócios públicos, a qualquer hora que não for inconveniente ou destinada a outro serviço público mais urgente; nada dizer que indique sua opinião, ou pareça proteção, que não seja a da justiça; para o que convém evitar a alegação de quaisquer razões, que não sirvam para que se faça justiça, e poupar que voltem à sua presença sem necessidade.

Deve visitar os estabelecimentos, públicos e particulares, de utilidade pública, onde não seja estranhável a presença de uma pessoa de seu sexo, e tomar, logo que for oportuno, apontamentos do que observar, e dever comunicar a qualquer ministro, ou guardar para si, evitando que suas observações sejam conhecidas por qualquer pessoa, que não for discreta.

Cumpre não indicar pessoas para cargos ou graças aos ministros exceto em circunstâncias muito especiais de maior proveito público em proceder de modo contrário; porém deve opor-se, mas pela forma que já aconselhei, a qualquer indicação de pessoa feita por ministro, apresentando francamente as razões em contrário, quando o exigir o bem público. Não se criam assim facilmente amigos, porém os obtidos por outra forma são pouco seguros, e muito prejudicam os válidos. Escusado é dizer que do que é propriamente seu dever o imperador ser generoso para com os dedicados à sua pessoa e à Nação, não guardando dinheiro, que por esta lhe é dado para manutenção do cargo que ocupa, e por isso gastará, atendendo sempre a essa consideração, evitando ser pesado ao tesouro público, mesmo pelo que possa parecer despesa de ordem pública ou aos particulares, e não aceitando favores destes ou do Poder Legislativo em tal sentido. Com bem entendida economia, e fugindo o mais possível do que é luxo, chega sempre o dinheiro para muito, e estou certo de que minha filha não quererá qualquer aumento do que recebe do Estado.

Em qualquer calamidade de ordem física ou política, deve o imperador aparecer, mostrando sua dedicação pelo bem público. Tal é sua verdadeira missão ostensiva, pois em nosso sistema de governo a ação só deve regularmente manifestar-se pelos ministros, e aquele contentar-se com a recompensa de que a maioria da Nação recon-

heça, por fim, que durante os anos que ele foi imperador, houve felicidade, em geral.

Convém antes de se resolverem os negócios importantes ouvir a seção respectiva do Conselho de Estado, e às vezes, este quando maior for a importância do negócio.

É preciso ainda advertir que o verdadeiro corretivo dos ministros está na opinião pública manifestada pela imprensa e pelas Câmaras, e que assim não deve o imperador, na maior parte dos casos, entender que serão graves as conseqüências, se não anuir à opinião do Ministério. A consciência também se pode apaixonar, para assim dizer, e nosso sistema de governo é o da calma e da paciência; verdade é que no caso de ser bem executado, o que não se dá entre nós, e cumpre ir corrigindo com o tempo; mas não de modo a estabelecer prática à índole do sistema, que o imperador deve ser, como primeiro representante da Nação, o primeiro a respeitar e fazer respeitar.

*

Como não tenho muito tempo de meu, e ande meu espírito ocupado, irei escrevendo, sob este título, tudo o que me for ocorrendo, e não disser em conversa, na qual desejo mesmo que se me pergunte o que se quiser saber para perfeita compreensão de meus conselhos, e conhecimento do estado dos negócios.

O presidente do Conselho disse-me ontem [26 de abril] que o Ministério opunha-se a qualquer alteração no sistema atual dos círculos eleitorais, e eu também a ela me oponho.

O ministro da Marinha declarou-me que não se apresentava como candidato à vaga atual de senador por São Paulo, e isto mesmo escreveria a seus amigos, estando pronto a publicá-lo na imprensa. Louvei sua abnegação, e disse-lhe que me lembraria dessa ação quando ele viesse *naturalmente* em lista tríplice, não sendo ministro, e que consultasse os colegas sobre a publicação, que aliás julguei talvez fosse dispensável, e, com efeito não apareceu, que eu saiba.

Entendo que os ministros não estão privados de se apresentarem às vagas no Senado; mas convém que sua candidatura pareça, geral-

mente, a mais natural entre os que se apresentem com candidatos, e, mesmo assim, e em todos os outros casos, o imperador não deve manifestar sua escolha senão à última hora, mas de modo a ressalvar o direito dos ministros, segundo o admito, e a tempo de não trabalhar o Senado sem que a escolha lhe tenha sido apresentada.

Creio que a lista sêxtupla do Maranhão ser-me-á presente a tempo de eu fazer a escolha, pensando eu até hoje [27 de abril] deve ela recair nos deputados Cândido Mendes de Almeida e Luís Antônio Vieira da Silva, e não haver a menor dúvida do Ministério a esse respeito.

Quando se me apresentam os presidentes nomeados antes de irem para as Províncias, eu costumo chamar sua atenção para as principais necessidades delas, para o que trato de ler todos os relatórios provinciais, e expender-lhes minhas idéias sobre as eleições, em que a autoridade se deve intervir, e, assim mesmo sem se apressar inconvenientemente, para manter a ordem e fazer respeitar a lei, e a nomeação de autoridades.

Sempre entendi que os conventos no Brasil não servem quase geralmente, senão para comprometerem a religião e a moral, e, tendo assim pensado os Ministérios, não se dá licença para a admissão de noviços. Os bens desses conventos são, geralmente, malbaratados, e julgo que cumpre acudir a tempo, a fim mesmo de que se lhes dê um destino correspondente, como, sobretudo, o patrimônio dos seminários atuais, ou que se criarem de onde sairá nosso verdadeiro clero. O governo tem procurado entender-se a este respeito com a cúria romana, porém esta quer manter os conventos e seu desenvolvimento, supondo possível a sua reforma, e assim pouco restaria dos bens para o fim indicado, e, feita a promessa da conservação dos conventos, não haveria o remédio, em um futuro não muito distante, caso haja persistência em negar licença para a entrada de noviços.

Julgo que o Conselho de Estado deve compor-se das pessoas de ambos os partidos constitucionais, isto é, que respeitem o nosso sistema do governo, e que sejam honestas, de maior capacidade intelectual e conhecimento dos negócios públicos. Cumpre firmar bem este princípio, mesmo para que os adversários do Ministério não pensem que este os propõe para conselheiros de Estado a fim de influir sobre suas opiniões políticas.

A intolerância, que não é independência, a qual vão mostrando os partidos, reclama todo tino no modo de proceder a eles.

Amanhã, se não hoje mesmo [29 de abril] pode chegar minha filha, e eu desejo que ela vá lendo logo estas páginas, a fim de que em tempo me peça as explicações que repute necessárias e convencida de que só quero que atenda estes meus conselhos; mas depois com inteira liberdade de um ânimo consciencioso e refletido.

Há o maior acordo entre mim e o Ministério, e creio que ele procederá quanto às reformas, segundo eu já expus. É um excelente serviço prestado à Nação, e outro qualquer, segundo tudo o que se tem passado, não poderia prestá-lo com as Câmaras atuais. A maioria do Senado é do partido do Ministério, embora este corpo quase sempre proceda conforme a sua natureza constitucional, e a da Câmara dos Deputados, ainda mais.

Tudo o que me ainda ocorreria, neste instante, seria desenvolvimento do que já disse, e, para descer a hipótese, nunca escreveria bastante, e talvez cortasse a liberdade de procedimento de quem deve tê-la completa dentro dos limites da consciência esclarecida, além de que na minha leitura da *História Universal* de Cantu encontrei, hoje ainda há pouco, esta citação da *Compilação das obras escritas sob os Ming*, de Du Halde: "La rovina delle dinastie di Tsin e di Tiu venne da ció, che invece di limitarsi come gli antichi ad un ispezione generale, la sola che a sovrano convenga, precesero governare ogni cosa immediatamente da sestessi." E Cantu acrescenta: "é non é questa una delle cause generale di rovina alle monarchie?"

3 de maio – Pretendo entregar-lhe este livro à tardinha. Nada tenho a acrescentar mas fá-lo-ei se eu entender necessário, mesmo por causa da conversa que talvez suscite a leitura dessas páginas e será de utilidade.

Índice Onomástico

A

Acab – 579.
Actéon – 791.
Adams, Robert M. – 273, 293.
Aderaldo (o Cego) – 11.
Adolfo, Gustavo – 741.
Adriano (imperador) – 398, 530, 533.
Adriano VI (papa) – 274, 275.
Afonso (o Sábio) – 544, 575.
Afonso VI – 516.
Africano – 317, 545.
Agatocles – 169, 171, 173, 174, 710 a 712, 714.
Agostinho (Santo) – 255, 282, 420.
Agrícola – 575.
Agripa, Marco – 544, 712.
Agripa, Menenius – 773.
Alamanni, Ludovico – 17.
Alberoni (cardeal) – 604.
Alberto (príncipe) – 827.
Albino – 227, 228, 530.
Alcibíades – 373, 575.
Alcmeno – 748.
Alexandre (o Grande ou Magno) – 146, 149, 150, 200, 203, 209, 253, 275, 283, 296, 358, 360, 363, 367, 372, 414, 530, 564, 598, 711, 716, 768, 775, 777, 804.
Alexandre (Severo) – 224 a 228, 230, 231.
Alexandre VI (papa) – 142, 144, 160, 161, 163 a 167, 171, 172, 186 a 188, 190, 218, 315, 672, 705, 708, 726, 760.
Alderísio – 14.
Alfieri, Vitório – 15.
Allen – 275, 281.
Almeida, Cândido Mendes de – 830.
Amelot, A. N. (Sieur de la Houssaye) – 128.
Amílcar – 170.
Ammonius – 287, 289.
Amuratis – 561.
Ana de Inglaterra – 602, 796.
Anacreonte – 783.
Andronodoto – 532.
Aníbal – 214, 223, 533, 563, 564, 667, 755, 794.
Antíoco – 140, 141, 242.
Antonino – 678.
Antonino (de Scévola) – 545.
D. Antônio – 612.
Apelles – 360.
Apicius – 485.
Aquiles – 203, 217, 333, 363, 365, 709.
Arcádio – 585.
Ariosto – 17.
Aristides – 367, 751.
Aristo – 306.
Arístocles – 48.
Aristóteles – 23, 275, 295, 312, 324, 327, 332, 337, 343, 344, 352, 364, 373, 375, 376, 382, 387, 402, 404, 405, 476, 580, 653.
Arocena, Luis A. – 15.
Aron, Raymond – 674.
Arquedemos – 73.
Arquitas – 64, 74.
Arrais, Amador – 669.
Artur (Rei) – 363, 364.
Átila – 203.
Aucut, João – V. Hawkwood, John.
Augustin, C. – 293.
Augusto – 781.
Augusto I – 764.
Augusto, Otávio – 335, 340, 360, 367, 551, 652, 707, 712.
Aurélio, Marco – 224, 225, 226, 229, 232, 767, 769, 781.

B

Bacon, Francis – 14.
Baglionis (os) – 166
Bainton, R. H. – 293.
Baktine, Leonide – 13.
Barras – 173.
Barros, João de – 538.

Basilievitch, Ivã – 713.
Bath, Sérgio -- 78, 84.
Bavan (Marechal) -- V. Vauban (Marechal).
Bentivoglio, Aníbal – 223.
Bentivoglio, João – 258.
Bentivoglios (os) – 142, 223, 238.
Bérgamo, Bartolomeu de – V. Colleoni, Bartolomeu..
Bergen, Henrique de – 291.
Berlin, Isaiah – 11, 13 a 15.
Bernard – 459.
Bernard, Samuel -- 751.
Bernardo (de Milão) – 777, 778.
Bernardo (São) – 420.
Bias – 357.
Bietenholz, P. G. – 293.
Bobbio, Norberto – 20.
Bodin -- 13.
Boillau – 781.
Bonaparte, Napoleão -- 121, 128 a 149, 151 a 265, 661.
Bórgia, César – 16, 18, 144, 159, 160, 167, 172, 173, 198, 211, 238, 239, 668, 677, 704 a 709, 754, 760, 769.
Bórgia, Lucrécia – 762, 764.
Bórgias (os) – 808.
Bossuet – 744.
Boticelli – 23.
Bourbon (os) -- 133, 223, 246.
Bracceshi (os) -- 192.
Braccio – 194.
Brienne – 155.
Brunelleschi – 23.
Budé, Guillaume – 286, 673.
Burke, Harry R. – 289, 293.
Busiris – 326.

C

Caciodoro – 538.
Cadmo – 789.
Calígula -- 320, 324, 325, 546, 677, 784.
Calipo – 10.
Callot – 745.
Camões, Luís de – 618.
Canneschi (os) – 223.
Canneschi, João – 223.
Cantu (Césare) – 831.
Capelo, D. Sancho – 568.
Caracala (Antonino) – 224, 227 a 229, 232, 768.
Carducci -- 663.
Carlos (o Sábio) – 238.
Carlos (o Temerário) – 285, 383.
Carlos (Princípe) – 280 a 286, 288, 295, 297, 298, 303, 338, 356, 362, 364, 372, 373, 380, 383, 408, 410, 411.
Carlos I -- 541, 673, 716.
Carlos II – 174, 604.
Carlos V – 272, 274, 275, 291.
Carlos VII – 199.
Carlos VIII -- 141, 144, 186, 190, 194, 238, 408.
Carlos IX – 380.
Carlos XII – 689, 711, 735, 766, 775.
Carneades – 358.
Cartucho – 760.
Cartucho (os) – 747.
Cassirer, Ernst -- 14, 18.
Castracani, Castrucio – 16.
Catão – 565, 717, 755, 783, 794.
Catão, Dionísio -- 433.
Catilina (os) – 747.
Catinat (Senhor de Marechal) – 752, 803.
Cervantes, Miguel de y Saavedra – 428, 738.
César, Augusto – 399, 545, 581.
César, Cláudio – 546, 575.
César, Júlio – 203, 209, 342, 363, 365 a 367, 437, 563, 564, 595, 693, 764, 775, 778, 794.
César, Tibério – 543.
Césares (os) – 404.
Chandragupta – 78, 85.
Chankya – 85.
Chavelin, Mr. – 603.
Chevalier, Jean-Jacques – 13.
Cícero -- 8, 9, 364, 365, 387, 413, 618, 669, 778, 781.
Cina – 399.
Cipião (o Africano) -- 203, 204, 214, 360, 413, 563, 755, 794.
Ciro – 154 a 156, 203, 204, 209, 260, 275, 344, 350, 365, 700, 701.
Claude -- 410.
Cláudio -- 325, 546.

Clough, Cecil H. – 287, 289, 293.
Colet, John – 279, 291.
Colleoni, Bartolomeu – 192, 193.
Colonnas (os) – 161 a 163, 186, 187.
Cômodo – 224, 227, 229, 232, 652, 767.
Comte, Augusto – 668.
Conio, Alberico de – 194.
Copenhaver, Brian P. – 271, 293.
Corneille – 703.
Coronda – 532.
Corte-Real, Diogo de Mendonça – 605.
Cortés, Cesar Silió – 674.
Costa, Alexandre Nunes da – 616.
Costa, Álvaro Nunes da – 616.
Costa, Jerônimo Nunes da – 616.
Costa, Roberto Aurélio Lustosa da – 444.
Coutinho, Marco Antônio de Azevedo – 607.
Coypels – 781.
Crasso – 751.
Creso – 344, 350.
Cristina da Suécia – 121, 128 a 130, 132 a 134, 136 a 144, 146 a 160, 162, 164 a 168, 170 a 188, 219.
Cromwell – 701, 758.
Cunha, Luís da – 600.
Cunha, Rodrigo da – 629.
Cúrcio, Quinto – 711.
Custerno – 573.

D

Dâmocles – 8, 9.
Daniel (padre) – 744.
Dante – 13, 85.
Dario – 123, 146, 149, 158, 360, 365, 366.
Davi – 198, 199, 295, 367, 424, 735.
Dealy, Ross – 273.
De Gaulle, Charles – 13.
Deltuf, Paul – 674.
Demóstenes – 716, 757.
Descartes – 680, 763, 781.
Desmarez, Jean - V. Paludanus.
Despréaux – 725.
Deutscher, T. B. – 293.
De Valdemont (príncipe de) – 796.
Dião – 10, 11, 47 a 49, 52 a 63, 69 a 72, 74, 75.
Dídio – V. Juliano (Dídio).
Diodoro – 86.
Diógenes – 296, 356, 357.
Dionísio (o Aeropagita) – 321, 323, 353.
Dionísio (historiador) – 533.
Dionísio (o jovem de Siracusa) – 10, 11, 48, 52 a 60, 62 a 65, 69 a 75, 324, 388, 713.
Dionísio (o Velho) – 8, 9, 10, 48, 52.
Domiciano – 324, 546, 723.
Dorp, Martin – 280.
Draco – 532.
Dubois (cardeal) – 602.
Du Halde – 831.

E

Eckhout, Albert – 508.
Egmond, Karl von – 373.
Elyot, Sir Thomas – 288.
Enéias – 347, 413.
Engels, Friedrich – 15.
Epaminondas – 367, 417, 667.
Erasmo (de Roterdã) – 268, 271 a 289, 291 a 293, 295, 299 a 301, 303, 304, 306, 308, 312 a 314, 317, 318, 321, 326, 333 a 335, 338, 339, 344, 345, 352, 356 a 358, 360, 361, 363 a 369, 372, 373, 376, 379, 380, 382, 383, 387, 390, 392, 394, 397, 398, 400, 402, 408, 409, 410, 412, 414 a 416, 418, 422.
Esopo – 308.
Espinosa, Bento – 676.
Estanislau – 689, 711.
Euagoras – 31.
Eugênio – 775, 796.
Euríbios – 72.
Ezequiel – 330.

F

Fabert – 761.
Fábius – 798.
Faêton – 309.
Fedro – 8.
Fénelon – 704.
Ferdinando II – 281, 284.
Fernando (de Aragão) – 777.
Fernando (o Católico) – 194, 196, 208, 219, 240, 241.

Fermo, Oliverotto de – 171, 172, 664, 706, 711, 713.
Ferrara, Oreste – 672.
Ferreira, José Leal – 84.
Fichte – 14.
Fídias – 748, 781.
Filemon – 340.
Filipe (da Borgonha) – 288.
Filipe (o Bom) – 285.
Filipe (da Macedônia) – 140, 141, 191, 200, 253, 368, 372, 373, 414, 716.
Filipe (o Belo) – V. Filipe (Arquiduque).
Filipe (Arquiduque) – 279, 282 a 285, 297, 303, 373, 380, 410, 549.
Filipe I – 560.
Filipe II – 279, 608, 758.
Filipe IV – 669.
Filipe V – 604.
Filipômenes Filiponemo – 203, 752.
Filo – 580.
Filolau – 532.
Filóxeno – 9.
Fisher – 292.
Fléchier – 744.
Fleet, J. F. – 83.
Fleury (cardeal de) – 603, 606.
Fogliani, João – 171, 172.
Focilides – 43.
Francisco I – 281, 751.
Frederico II – 165, 657, 658, 661, 670, 671, 672, 673, 674.
Frederico III – 575.
Francisco (rei da França) – 579.
Frederico Guilherme I – 658.
Froben – 280, 284, 287, 288, 291, 304.
Fuggers (os) – 281, 382.

G

Gaio – 575.
Galba – 533, 546, 580, 652.
Gélon – 57.
Gentile, Giovanni – 674.
Geta – 768.
Gibbon – 129.
Gilles, Peter – 282, 291.
Gilson – 672.
Giordanos (os) – 767.
Gitigliono (conde) – 193.
Golias – 198, 735.
Golijath, Cornelius – 508.
Gracián – 669.
Gracos (os) – 180.
Gramsci – 15.
Gregório VII – 194.
Guilherme (de Orange) – 508, 772.
Guillon, Silvestre – 128.
Guise – 701.

H

Habsburgos (os) – 271, 279, 283, 370, 372, 373, 444.
Haidn – 13.
Haro, Luís de – 671, 760.
Hawkwood, John – 192.
Hegel – 14.
Heitor – 709.
Heliogábalo – 224, 230, 320, 768.
Henrique (rei da França) – 592.
Henrique III – 541, 573.
Henrique IV – 567, 693.
Henrique VII – 411.
Henrique VIII – 279, 284, 287 a 289, 292, 303, 356, 411.
Heraclides – 72 a 74.
Herder – 14.
Herding, Otto – 282.
Heródoto – 344, 365.
Hesíodo – 43.
Hierão – 60, 157, 169, 198, 700 a 702, 736.
Hiparinos – 49.
Homero – 44, 296, 309, 333, 335, 347, 351, 413 a 415.
Horácio – 781.
Houssaye, Sieur de la – V. Amelot, A. N.

I

Ijsenvijn, J. – 293.
Inocêncio XI – 185.
Isabel (de Inglaterra) – 611.
Isabel (regente) – 809, 810.
Isabel (de Portugal) – 410.

Isaías – 331.
Isócrates – 7, 8, 27, 28, 31, 32, 283.

J

Jaime – 772.
James IV – 411, 541.
Jardine, L. – 293.
Jerônimo (Bonaparte) – 160.
Jerônimo (Sforza) – 238.
Joana (a Louca) – 281.
Joana (rainha de Nápoles) – 144, 192.
D. João II – 576, 670.
D. João III – 638.
D. João IV – 516, 552, 607, 610 a 612, 616, 629, 638, 647.
João Alfredo – 815.
Joly, Maurice – 668, 675.
Jorge I – 616.
Jorge II – 616.
José (imperador) – 796.
José (Bonaparte) – 160.
D. José I – 600, 650.
Juliano (Dídio) – 224, 227, 230.
Júlio – 545.
Júlio II (Papa) – 16, 133, 166 a 168, 187, 188, 196, 208, 258, 315, 417, 672.
Juvenal – 352.

K

Kautilya – 77 a 79, 83 a 89, 91, 93, 98, 100, 101, 118.
Kessler, Eckhard – 271, 294.
Koening – 15.

L

Lacerda, Francisco Correia de – 636.
Lacerda, Gonçalo Manuel Galvão de – 606.
La Châtre – 212.
La Grange – 710.
Lamisco – 74.
Lancelote – 363, 364.
Lange – 35.
Lannoy, Richard – 87, 88.
Leão X (Papa) – 17, 188, 261, 361, 727.
Leão, Honório Hermeto Carneiro – 825.
Le Bruns – 781.
Leibnitz – 763.
Lemont – 133.
Lenine – 661, 665.
Leônidas – 729.
Liais, Mr. – 814.
Licurgo – 20, 532, 546.
Lima – 565.
Lísias – 7.
Littleton – 717.
Lívio – 571.
Livy – 365.
Logan, George M. – 273, 293.
Lorenzo Magnífico – 17.
Lucca, Andrew Ammonius de – V. Ammonius.
Lucena, Francisco de – 608.
Ludovico o Mouro – 135.
Luís (Bonaparte) – 160.
Luís (o Grande) – 781.
Luís XI – 163, 199, 251, 543, 549, 579, 584, 713.
Luís XII – 135, 141, 143, 144, 161, 194, 316, 408, 417, 705, 720, 760.
Luís XIII – 251.
Luís XIV – 604, 605, 635, 720, 764, 797.
Luís XV – 602, 603, 673.
Luís XVI – 206, 722.
Lutero, Martinho – 274, 275, 292.
Luxemburgo – 775.
Luz, Manuel da – 11.

M

Macrino – 224, 230, 768.
Magno, Carlos – 146, 203, 530.
Maintenon (Madame de) – 605, 722.
Mallet – 162.
Malraux, André – 13.
Mammeas, Alexandre – 367.
Manassés – 579.
Mandé, Gabriel – 213.
D. Manuel – 610, 634.
Manunzio, Aldo – 291.
Maomé – 700.
Maquiavel, Nicolau – 7, 11 a 23, 79, 83 a 88, 121 a 123, 127 a 129, 135, 136, 144, 159,

168, 169, 171, 173, 189, 202, 216 a 218, 223, 235, 236, 247, 251, 258, 260, 262, 263, 268, 271 a 273, 286, 289, 573, 661 a 669, 671, 673, 674, 676 a 682, 684 a 689, 691 a 693, 695 a 697, 699 a 702, 704, 708, 710 a 714, 717 a 722, 725, 727 a 738, 741, 745 a 747, 749 a 751, 754, 755, 757 a 760, 762 a 769, 771, 773, 774, 776 a 779, 789 a 791, 794, 799, 801.
Marcgrave, Georg – 508.
Marcu, Valerio – 674.
Marciano – 545.
Mariana, Juan de – 669.
Maritain – 672.
Marlborough (Lady) – 775, 796.
Mary – 410.
Marx, Karl – 15.
Masaniello – 701.
Mateus – 286, 331, 342.
Maximiliano I – 16, 250, 281, 282, 285, 295, 338, 380, 381, 410, 411.
Maximino – 224, 227, 230, 232, 352, 768.
Máximo, Fábio – 214, 379.
Maximus, Valerius – 317.
Mazarin, Jules – V. Mazarino.
Mazarino (Mazzarino, Giulio Raimondo) – 443, 444, 670, 693, 760.
MacConica, J. K. – 293.
Mecenas – 546, 712.
Médici (Cardeal de) – 16.
Médicis, Cosme de – 665.
Médici, Giuliano de – 17, 289.
Médicis, Lourenço de – 21, 123, 262, 264, 339, 684, 781 (V. tb. Lodrenzo o Magnífico).
Médicis (os) – 22, 122, 261, 271, 339.
Megatenes – 86.
Melo, Sebastião José de Carvalho e – V. Pombal, Marquês de.
Memoranzi, Ana de – 565.
Meneses, Sebastião César de – 515, 516.
Methuen, João – 627.
Mezentius – 324.
Micael – 529.
Michelozzi – 23.
Midas – 326, 348.
Milo – 352.
Milton – 8.
Mir-Weis (s) – 747.
Miranda, Francisco de Sá de – 611.
Mitrídates – 372, 414.
Mizauld – 455.
Moisés -- 154, 156, 260, 700, 701.
Molière – 776.
Montanelli, Indro – 9.
Monteiro, Roque – 609.
Montesquieu – 189, 668.
Montone, Andrea Braccio de – 192.
Morus, Thomas – 273, 279, 280, 284, 291, 292, 300, 312, 360, 379, 383, 390, 392, 406, 418.
Mota (Cardeal da) – 605.
Mota, Leonardo – 11.
Mussolini – 661.

N

Nabis – 221.
Nassau, Maurício de – 508.
Nassau-Siegen, Johann Mauritius van – V. Nassau, Maurício de.
Nazianzeno, Gregório – 476.
Negreiros – 12.
Neméio – 545.
Nereu – 352.
Nero – 320, 324, 330, 398, 529, 546, 652, 713, 784.
Neves, Otávio Rainho da Silva – 84.
Newton – 680, 745.
Nicoclés – 27, 28, 31, 32, 283.
Niger, Pescenius – 768.
Nigro – 227, 228.

O

Oeiras (Conde de) – 18.
Onésimo – 340.
Orco, Ramiro de – 163, 164, 705 a 707.
Orsinis (os) – 161 a 163, 166, 173, 186, 187, 198.
Osorio, Jerónimo – 669.
Otaviano – 546.
Otávio – V. Augusto, Otávio.
Ovídio -- 781.

P

Pádua, Marcílio de – 664.
Paludanus (Jean Desmarez) – 279, 282.
Papiniano – 545.
Passarinho, Jacó – 11.
Paulo – 545.
Pedro (apóstolo) – 420.
Paulo (apóstolo) – 330, 340, 341, 420.
Paulo (senhor) – 162.
Pedro – 608.
D. Pedro – 669.
Pedro II (imperador) – 809, 810.
D. Pedro II (de Portugal) – 516, 601, 616, 627, 629, 635, 636.
Penélope – 783.
Penn, Guilherme – 700.
Penteu – 326.
Pereira, Antônio Guedes – 606.
Peres, Antônio – 608.
Péricles – 781.
Perillus – 365.
Pertinax – 224, 225, 227, 231, 652, 767.
Petrarca – 264, 265.
Petrucci, Pandolfo – 236, 246, 247.
Phalaris – 323, 324, 353, 365.
Phalereus, Demmetrius – 363.
Phillips, M.M. – 293.
Pichegru – 162.
Piero, Lorenzo de – 17, 21.
Pio, Antonino – 367, 379, 389.
Pirckheimer, Willibald – 287.
Pissarro, Iuam – 521.
Platão – 7 a 11, 18, 23, 47 a 49, 53, 63, 72, 73, 205, 278, 285, 296, 310, 312, 323, 330, 335, 345, 346, 354, 377, 378, 381, 382, 385, 388, 389, 391, 392, 395, 401, 403, 420, 541, 542, 544, 548, 598, 717.
Platina – 485.
Plauciano – 768.
Plutarco – 277, 284, 287, 288, 296, 303, 304, 319, 320, 345, 349, 350, 356 a 358, 363 a 365, 368, 387, 413, 416, 530.
Pole – 13.
Políbio – 20.
Polícrates – 353.
Polignac – 762.
Pollux, Julius – 334, 335.
Pombal (Marquês de) – 18, 606, 650.
Pompônio – 545.
Ponterno, Jacopo de – 23.
Porsmouth (madame de) – 605.
Porto, Walter Costa – 7.
Porus – 711.
Post, Franz – 508.
Póvoas, Joaquim de Melo e – 18, 649, 650.
Praxíteles – 744, 781.
Prezolijn – 13.
Prié (madame de) – 603.
Protágoras – 23, 532.

Q

Quevedo – 669.
Quíncio, Tito – 253.

R

Rabil Jr., A. – 293, 294.
Racine – 781.
Ramondon – 781.
Ravizza – 629.
Retz (cardeal de) – 672.
Ribadaneyra – 669.
Ricciardini – 669.
Richelieu (cardeal) – 444, 693.
Rinaldi, Frei Lucas – 250.
Roboão – 568.
Ropke, Willem – 670.
Roger-Ducos – 228.
Rômulo – 154 a 156, 700, 701.
Rousseau, Jean-Jacques – 14, 205.
Rovere, Júlio della – V. Júlio II (papa).
Rufino – 585.
Ruistre, Nicholas – 285.
Rummel, E. – 274, 293.
Russel, Bertrand – 13.

S

Saavedra Fajardo – 669.
Saavedra, Miguel de Cervantes y – V. Cervantes, Miguel de – y Saavedra.
Salomão – 295, 348, 364, 367, 542.

Sallust – 365.
Samuel – 329.
São Severino, Ruperto de – 193.
Saul – 198, 199, 735.
Sauvage, Jean le – 280.
Savonarola, Jerônimo – 156.
Scali, Jorge – 180.
Schmitt, Charles B. – 271, 293, 294.
D. Sebastião – 516, 610.
Seiano – 585, 587.
Sejano – 768.
Sêneca – 303, 306, 307, 312, 323, 328, 332, 353, 365, 389, 530, 538, 565, 598, 692.
Séptimo (Severo) – 224, 232.
Sereni, Renzo – 13.
Serrador – 11.
Severim, Gaspar de Faria – 607.
Severo – 768, 769.
Severo – V. Séptimo (Severo).
Severo, Alexandre – 361, 545, 548, 550.
Severo, Séptimo – 545.
Sforza, Catarina (Senhora de Forli) – 142, 238.
Sforza, conde – 661.
Sforza, Francisco – 131, 159, 191 a 194, 201, 238.
Sforza, Ludovico – 416.
Sforza, Muzio – 192.
Sforzas (os)– 238.
Shakespeare, William – 13.
Shamasastry – 83, 107.
Sieyès – 228.
Sila – 794.
Silas – 716.
Silva, Luís Antônio Vieira da – 830.
Silva, Pedro da Mota e – 606.
Sisto IV – 187, 672.
Sisto V – 758, 783.
Sinfrônio – 11.
Skinner, Quentin – 16, 271, 294.
Smith, Perserved – 293, 397.
Sólon – 532.
Spitz, L. – 294.
Sócrates – 7, 11.
Sousa, Luís de – 636.
Soveral, Carlos Eduardo de – 674.
Strabo – 86.
Suassuna, Ariano – 12.
Sunamita – 295.

T

Taborda, Virgílio – 674.
Tácito – 129, 448, 565, 575, 598, 668.
Tácito, Cornélio – 597.
Taine – 673.
Tallard (marechal de) – 798.
Tamerlão – 203.
Tântalo – 352.
Tarquínios (os) – 764.
Telêmaco – 754.
Teodorico – 584.
D. Teodósio – 515.
Teódoto – 72, 73, 74.
Teógnis – 43.
Teopompo – 416.
Teseu – 154 a 156, 260, 700, 701.
Testa, Pedro – 745.
Thapar, Romila – 86.
Tibério – 551, 575, 585, 587, 652, 677, 713, 768, 784.
Tibérios (os) – 808.
Tíbias – 73.
Timóteo – 330.
Tito – 580, 678.
Títo Lívio – 14, 15, 122, 665.
Titone – 13.
Toledo, D. Fernando de – 565.
Tommasinni, Oreste – 661, 674.
Tracy, J. – 281, 283, 294, 373, 379, 380.
Trajano – 367, 545, 546, 582, 596, 678, 750.
Trebácio – 545.
Trittenheim – 463.
Tucídides – 668.
Tudor, Margaret – 411.
Tudors (os) – 372.
Tunstall, Cuthbert – 279.
Turinus – 358.
Turenne – 741, 752.

U

Ubaldo, Guido – 238.
Ulisses – 296, 309.

Ulpiano – 545.
Urbinos (os) – 706, 714.

V

Valois (os) – 271, 372, 693, 777.
Valori, Nicollò – 16.
Vannes, Peter – 289.
Vasconcelos, Zacarias de Góis e – 825.
Vauban (marechal) – 642.
Vaubois – 171.
Venafro, Antônio de – 246.
Verba, Fr. João – 669.
Vernacci, Giovanni – 21.
Vertheimer, Oscar – 22.
Vespasiano – 366, 750.
Vettori, Francesco – 15, 17, 21 a 23.
Vieira, Antônio (Pe) – 637.
Vignal, Louis Gautier – 13, 667, 674.
Vilela – 11.
Villari, Pascuale – 128, 661, 674.
Villars – 775.
Villeneuve, Arnauld de – 485.
Vinci, Leonardo da – 416, 663, 664, 668.
Virgílio – 212, 347, 413, 423, 754, 781.
Visconti, Bernabó – 241.
Visconti, Filipe Maria – 191.
Vitelli, Nicolau – 238.
Vitelli, Paulo – 171, 193.
Vitellis (os) – 166, 173, 198.
Vitellozzo – 171 a 173, 664, 706.
Vítor-Amadeu (príncipe) – 803.
Vitória (rainha) – 827.
Voltaire – 754.

W

Wagener, Zacarias – 508.
Wergheimer, Oskar von – 17, 674.
Wolsey (cardeal) – 284, 287, 288.
Wust, Peter – 672.

X

Xenofonte – 204, 272, 275, 295, 312, 337, 365, 377, 389.
Xerxes – 363, 365, 367.

Z

Zaleuco, Zéfiro – 532.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
Praça dos Três Poderes s/nº – 70168-970
Brasília – DF

sair